

DIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Depois do sucesso alcançado com “Câmara Cascudo Vida e obra”, o Diário de Natal, presenteia, ao seu leitor nos 400 anos da cidade e 60 anos do jornal, com esta série de fascículos mostrando a mais atualizada História do Rio Grande do Norte.

Nestes fascículos, de forma clara, objetiva, sem omissões, o pesquisador Itamar de Souza escreve em suas páginas o que aqui aconteceu em tantos anos de história. São informações essenciais a quem deseja conhecer e aprofundar-se no processo de evolução de nossa economia, política, cultura, serviços. História do nosso povo.

Informação séria e comprometida com o leitor. Some-se a isso o envolvimento com o processo educativo de nossos jovens, futuros leitores, através do engajamento, pelos Projetos Ler e DN-Educação, trabalhando diretamente junto às escolas de primeiro e segundo graus.

O Diário de Natal, entregando agora o Diário do Rio Grande do Norte, numa longa pesquisa que conta em detalhes a História do nosso Estado desde seu descobrimento até os dias atuais, cumpre sua destinação de ser um jornal integrado com as atividades de seu Estado e sua cidade, tradição mantida ao longo de quase 60 anos de atividade.

Albimar Furtado
Direto Geral



O AUTOR E SUA OBRA

O autor desta obra **DIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE** é o Professor Itamar de Souza, sociólogo e historiador. Ele nasceu em São José de Campestre (RN), aos 29 de maio de 1941. Pertence à família Damião, tradicional daquele município. Seus pais: Manuel Damião de Souza e Maria Ferreira de Souza. Bacharelou-se em filosofia Pura, Teologia Católica e fez Mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, onde defendeu a tese *Migrações Internas no Brasil* em 1980.

Foi professor-adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lotado no Departamento de Ciências Sociais, onde, durante três décadas, lecionou Sociologia, Teoria Sociológica, Estratificação Social, Teoria do Desenvolvimento, Metodologia da Ciência e várias outras disciplinas afins. De 1989 a 1995, foi assessor Técnico do Senado Federal. É membro efetivo da academia Norte-rio-grandense de letras e pertence a várias outras instituições culturais do Estado e do país.

Além da obra que já citamos, ele publicou várias outras: *Comentários à Encíclica Populorum Progressio*, em 1967, que foi o seu primeiro trabalho; *Migrações para Natal*, em 1976; *Migrações Internas no Brasil*, 1980; *O Compadrio: Da Política ao Sexo*, 1981; *A Luta da Igreja Contra os Coronéis*, 1982; *Os Degredados Filhos da Seca*, 1983; *Universidade: Para Quê? Para quem?*, 1984; *Bandern: Origem e Evolução*, 1985; *A Seca no Nordeste: Um Falso Problema*, 1988; *A República Velha no RN*, 1989; *Deus, A Modernidade e a era do Narcisismo*, 1992; *Bartolomeu de las Casas*, 1992; *São José de Campestre; Câmara Cascudo, Vida e Obra*, 1999.

A obra - **DIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE** -, escrita entre fevereiro de 1996 e maio de 1997, é o resultado de 22 anos de pesquisa. Na sua elaboração, o autor aplicou o método dialético-empirista, no qual o mundo é uma totalidade composta de partes interligadas. Por isso, para explicar a formação da sociedade norte-rio-grandense, o autor procura estabelecer a interligação entre os fatos históricos locais com a realidade internacional, nacional e regional. Desde o início o processo da colonização portuguesa até os nossos dias, são constantes e evidentes as conexões entre esses três níveis da nossa realidade. Tudo na história acontece dentro de uma cadeia de causas-efeitos-causas. Por isso, não há fato histórico isolado. A História do Rio Grande do Norte é parte integrante da nossa história nacional e internacional.



CARLOS SOARES - DESIGNER GRÁFICO

Autodidata, Carlos Soares vem construindo uma carreira sólida, marcada de prêmios.

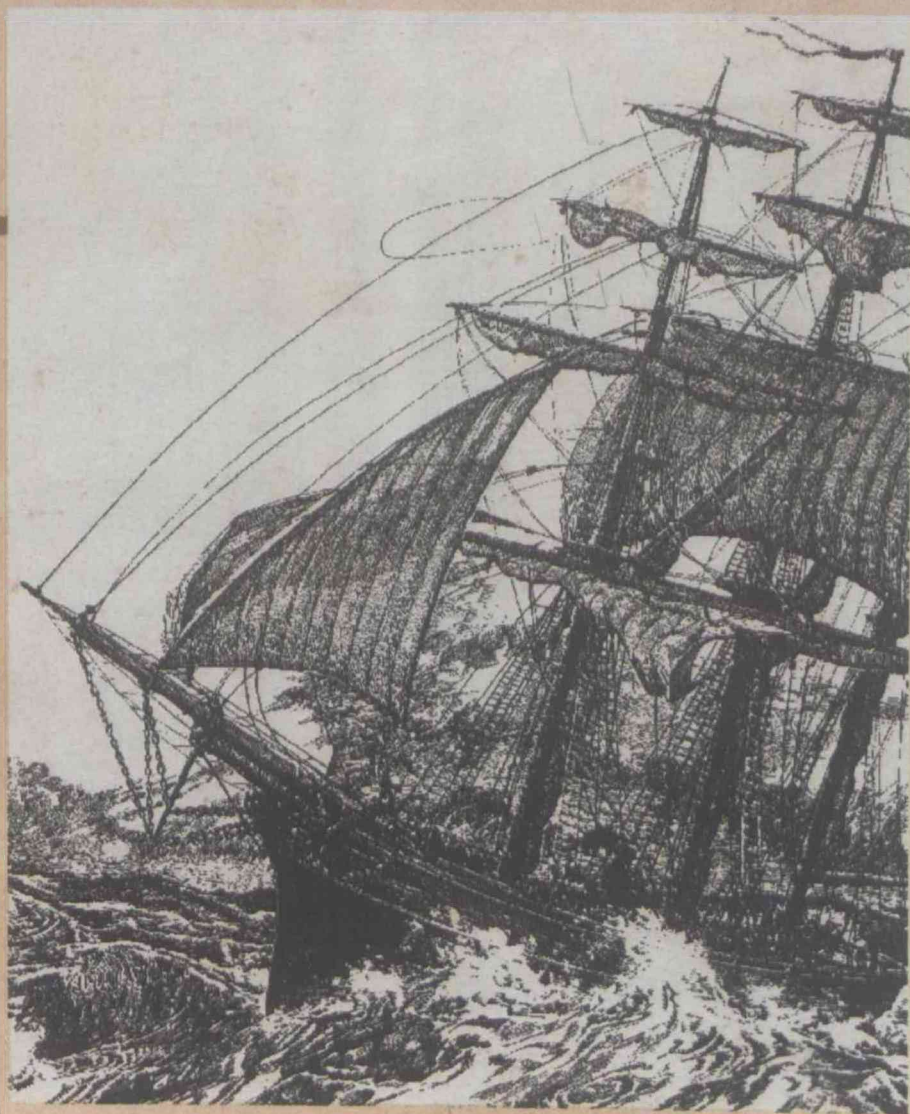
- Prêmio FIERN de Artes Plástica - 1º lugar/1983
- Prêmio de Pintura Newton Navarro - 2º lugar/1983
- Prêmio II Salão de Artes Plástica SESC - 3º lugar/1987
- Prêmio de Pintura Governador do Estado - 1º lugar/1992

Seu catálogo consta de várias exposições Nacionais e Internacionais realizadas a partir do ano de 1983.

Como Diretor de Arte, passou por várias agências de Publicidade de Natal. Hoje Administra seu estúdio de Artes e Design Gráficos.

A LUTA PELA CONQUISTA DO RN

ITAMAR DE SOUZA



A EXPANSÃO MARÍTIMA DE PORTUGAL

Toda a África, uma parte da Ásia e toda a América Latina e, particularmente o Brasil, incorporaram-se à história moderna do Mundo Ocidental graças à expansão comercial e marítima ocorrida nos séculos XV e XVI. Naquela época, mercadores italianos e árabes monopolizavam o comércio com o Oriente, feito através do mar Mediterrâneo.

Instalados em Veneza, Gênova e Florença, eles abasteciam o restante da Europa com produtos orientais, obtendo lucros fabulosos.

Desempenhavam, portanto, o papel de intermediários. Para libertar-se deste monopólio comercial foi que Portugal e Espanha lançaram-se ao mar desconhecido, a fim de encontrarem outro caminho que os levasse às Índias. É oportuno lembrar que, ao descobrir a América em 1492, Cristóvão Colombo pensou que tivesse chegado às Índias. Por isso, chamou de índios os nativos que encontrou nas Antilhas (América Central). Na realização deste empreendimento foi de fundamental importância a união entre as monarquias reinantes e a burguesia mercantil de Portugal e Espanha. Seu objetivo comum era descobrir metais preciosos (ouro, prata etc.) nas novas terras, assim como incorporar ao seu patrimônio vastas extensões de terra. Para alcançar esta meta, Portugal contou com uma série de condições favoráveis naquela época: privilegiada posição geográfica, a ascensão ao trono, em 1385, da dinastia de Avis, no seio da qual destacou-se o Infante D. Henrique, filho de D. João I. Graças à sua visão de futuro, ele acreditou na vocação marítima de Portugal, assim como os monarcas que vieram depois do seu pai. Enquanto Portugal conquistava mares desconhecidos, os demais países da Europa estavam mergulhados em guerras e disputas políticas.

O primeiro espaço conquistado pelos portugueses foi a costa ocidental da África ao longo do século XV.

A expansão marítima portuguesa começou pela conquista de Ceuta, em 1415, que era um importante centro comercial localizado no estreito de Gibraltar. Dez anos depois, em 1425, eles chegaram à ilha da Madeira; em 1427, aportaram em Açores; em 1436, começaram a conquista da Guiné e, nos anos seguintes, navegaram em direção ao extremo sul da África. Continuando nesta marcha, Bartolomeu Dias ultrapassou, em 1488, o Cabo da Boa Esperança. Dez anos depois, em 1498, o navegador Vasco da Gama chegou a Calicute, no sul da Índia.

Estava, assim, realizado o sonho dos portugueses, que era descobrir um novo caminho para as Índias. Retornando de lá, Vasco da Gama trouxe "um carregamento de especiarias maior do que aquele que entrava anualmente em Gênova". Vendidas, essas especiarias geraram aos portugueses um lucro aproximadamente de 6.000%. (Silva, Francisco de Assis-1992:20).

A VEZ DO BRASIL

Foi dentro desta lógica expansionista que ocorreu o descobrimento do Brasil. Com o objetivo de “impor as diretrizes comerciais e políticas que Vasco da Gama não conseguira estabelecer” na Índia (Peres, Damião - 1960: 430), D. Manuel resolveu enviar uma nova armada composta de treze navios, em 1500. Para comandá-la, Sua Majestade escolheu Pedro Álvares Cabral, “homem fidalgo, de bom saber, muito auto pera isso” (Peres, Damião - 1960: 431). Cabral, após receber as ordens Reais, assim como as instruções náuticas que Vasco da Gama lhe transmitiu, partiu no dia 9 de março de 1500. A fim de evitar uma tempestade e as calmarias verificadas pelos navegadores na altura da Guiné, ele afastou-se tanto da costa africana, que terminou chegando, em 22 de abril, a um terra estranha. Viu primeiro “um grande monte, muito alto e redondo” no qual pôs o nome de Monte Pascoal e ao restante do território visualizado chamou Terra de Vera Cruz, depois, Terra de Santa Cruz e, por fim, Brasil, devido à abundância do pau-brasil. Para comemorar o grande feito, Frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa em terras brasileiras aos 26 de abril. Alguns dias depois, em 1º de maio, foi celebrada a segunda missa para solenizar a cerimônia da tomada de posse da nova terra para o reino de Portugal.

Naquela ocasião, Cabral ordenou que se levantasse “num morro vizinho uma grande cruz de madeira, com a divisa do venturoso rei D. Manuel” (Varnhagen, Francisco Adolfo - Tomo I, 5ª, 1956: 70). Por que colocar uma cruz? Era uma consequência do predomínio da Igreja Católica na Idade Média, especialmente na península ibérica.

Lembra Manzano que a “colocação de cruzes nas novas terras descobertas era prática corrente naquela época entre portugueses e espanhóis. Basta recordar as diversas cruzes que Cristóvão Colombo mandou colocar, algumas muito altas e formosas, em lugares elevados das terras que descobriu em suas quatro viagens”. (Manzano, Juan e Ana Maria - 1988: 318).



ÍNDIOS DO BRASIL

Descobrimento casual ou intencional

Durante três séculos, os historiadores acreditaram, sem questionar, na casualidade do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. O argumento mais utilizado pelos defensores desta tese era o seguinte: Cabral teria se afastado da costa da África para livrar-se de uma tempestade e das calmarias da Guiné.

A primeira pessoa a contestar esta tese foi o escritor Joaquim Norberto de Sousa e Silva quando, em 1854, instigado por D. Pedro II, ele proferiu uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro expondo a tese da intencionalidade do descobrimento do Brasil. Embora combatido por Gonçalves Dias, a idéia da intencionalidade prosseguiu recebendo adeptos. Anos depois, em 1892, Baldaque da Silva, Oficial da Marinha de Guerra de Portugal, reforçou a tese da intencionalidade do descobrimento com novos argumentos. Segundo ele, é provável que Pedro Álvares Cabral tenha recebido instruções orais e confidenciais nas quais estivesse incluída “a de procurar terra ao ocidente, na sua travessia, tão amarada do continente africano” (Peres, Damião - 1960: 456). Além disso, argumenta Baldaque da Silva que “a frota não precisaria de correr tanto a oeste, se o capitão-mor tivesse apenas o fito de montar o Cabo da Boa Esperança” (Peres, Damião - 1960: 456).

Outro partidário da intencionalidade do descobrimento do Brasil foi Gago Coutinho. Ao proferir, em 1927, uma conferência na Biblioteca da Marinha, no Rio de Janeiro, chamou a atenção para a “forma de S que Cabral imprimiu à rota seguida pelos seus navios desde S. Nicolau até Porto Seguro, configuração essa bem escusada se o seu objetivo fosse simplesmente navegar para o Índico.” Por fim, concluiu Gago Coutinho que “fica de pé, como única provável, a convicção dos marinheiros veleiros de que, se a esquadra foi avistar a costa do Brasil em 17 graus de latitude Sul, fazendo uma derrota em S, foi porque, deliberadamente, quis ir a sotavento reconhecer o que havia no Atlântico a Oeste, nessa latitude e não mais ao Norte”. (Peres, Damião - 1960: 457-458).



DESEMBARQUE DOS PORTUGUESES EM PORTO SEGURO (BAHIA)

Além do mais, em Portugal, desde os tempos de D. João II, suspeitava-se da existência de terra a Oeste. Na tripulação que acompanhou Cabral, estava o castelhano conhecido por “Mestre João”, que era “cirurgião da armada e tinha presunções de astrônomo”. (Varnhagen, Francisco Adolfo - I, 5ª, 1956, p. 72). Pois bem, de Porto Seguro, ele enviou uma carta a D. Manuel dando-lhe o seguinte conselho: “Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-mundi que tem Pero Vaz Bissgudo, e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-mundi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa-mundi antigo e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina.” (Peres, Damião - 1960: 467).



Para concluir, não devemos esquecer que, em fevereiro de 1500, Vicente Yáñez Pinzón desembarcou no litoral do Nordeste brasileiro. Primeiro, no cabo de “Santa Maria de La Consolación”, em Pernambuco, batizado depois, pelos portugueses, com o nome de Santo Agostinho. Segundo, em “Rostro Hermoso”. Na opinião abalizada de Guarino Alves, Vicente Yáñez Pinzón desembarcou em Mucuripe (Ceará), e não em Pernambuco. E o “Rostro Hermoso”, onde ocorreu o segundo desembarque, é o Monte Jurucoacoara, também no Ceará. (Oliveira, Guarino Alves de - 1993: 119-122). Sem dúvida, a notícia deste desco brimento feito pelos espanhóis despertou muita curiosidade em Portugal. Pedro Álvares Cabral veio dirimir as dúvidas existentes em Portugal e oficializar para a Coroa Portuguesa o que já era realidade para a Corte Espanhola. Se, cronologicamente falando, foram os espanhóis que chegaram primeiro, “sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses.

Neles inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por brancas tribos nômades.” (Abreu, João Capistrano de - 1976:41).

Uma vez descoberto o Brasil, Portugal não tomou, de imediato, medidas concretas visando à sua colonização. O interesse da política externa lusitana continuava voltado para o comércio com o Oriente, que se mostrava cada vez mais lucrativo. Por isso, somente em 1530 foi que chegou ao território do Brasil a expedição de Martim Afonso de Souza, com a missão de expulsar os franceses e, ao mesmo tempo, iniciar a colonização. No entanto, é importante lembrar que antes da expedição de Martim Afonso vieram outras, cujo objetivo foi fazer o reconhecimento geográfico do litoral brasileiro e explorar o pau-brasil. Nada de povoar e cultivar a terra.

Destas expedições, a que interessa ao nosso objetivo é de 1501, que zarpou de Lisboa com três caravelas, no dia 13 de maio de 1501. Quem seria o seu comandante? André Gonçalves? Fernão de Noronha? Gonçalo Coelho? Esta é uma questão polêmica que permanece sem solução. Segundo o historiador Riccardo Fontana, “na realidade, os maiores historiadores brasileiros deste século, como Caetano da Silva, Mendes de Almeida e Capistrano de Abreu, Varnhagen, e com eles os atuais, sustentam que o comandante foi Gonçalo Coelho, (.....). Não há provas documentais a favor de André Gonçalves, ao passo que o Planisfério de Fano, produzido pelo Vesconte de Maggiolo,

O MARCO COLONIAL DE TOUROS

Registra o nome de Gonçalo, referindo-se tanto à expedição de 1501 como à de 1503”. Não há dúvida quanto à presença de Américo Vespúcio nesta expedição, na qual desempenhou o papel de cosmógrafo. Acrescenta o citado autor que Vespúcio, “tanto em seus manuscritos como em opúsculos impressos a ele atribuídos não se faz menção dos nomes dos comandantes...” (Fontana, Riccardo- 1994:50). Sobre esta questão, afirma Damião Peres, o historiador dos Descobrimentos portugueses: “O problema do comando da expedição de 1501-1502 permanece, pois, sem uma definitiva solução”. (1960:506).

Esta expedição retornou a Portugal aos 22 de julho de 1502. Sua missão foi batizar o litoral brasileiro com nomes portugueses e de santos católicos: Cabo de São Roque, Cabo de Santo Agostinho etc... No dia 7 de agosto de 1501 (antes, se pensava que fora no dia 17 de agosto), a expedição tocou o território potiguar, no local a que eles deram o nome de Cabo de São Roque.

Nos “limites dos atuais municípios de Touros e Pedra Grande”, na “praia dos marcos”, afirma Câmara Cascudo que a expedição “chantou um marco de pedra lioz, o mármore de Lisboa, tendo no primeiro terço a Cruz da ordem de Cristo em relevo, e abaixo as armas do Rei de Portugal, cinco escudetes em cruz com cinco besantes em santor, sem a bordadura dos castelos”. (Cascudo, L. da Câmara - 1955:33).



MARCO COLONIAL DE TOUROS NUMA SALA DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS

Para lembrar a data da implantação deste marco português, o primeiro marco colonial do Brasil, o governador Joaquim Xavier da Silveira Júnior baixou o Decreto nº 47, de 27 de agosto de 1890, determinando que o dia 17 de agosto fosse feriado “consagrado à comemoração da descoberta marítima do Rio Grande do Norte”. (Decretos do Governo do Estado - 1896: 74-75). Com o passar dos anos, o marco colonial de Touros tornara-se objeto de credence popular. A fim de evitar o seu desaparecimento, Oswaldo de Souza, representante local do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transferiu este monumento para Natal na década de 70, e colocou-o na Fortaleza dos Reis Magos, onde ainda hoje se encontra à visitação pública.



PEDRO ÁLVARES CABRAL

Neste tipo de organização, a Carta de Doação e o Foral, eram os documentos jurídicos básicos pelos quais se conferia poderes aos donatários. Pela Carta de Doação, o governo português transferia ao donatário o direito de administrar uma ou mais capitâneas. Tratava-se de uma doação hereditária, que passava de pai para filho, preservando para si a Coroa Portuguesa o direito de posse sobre a terra. Cada capitania tinha a extensão de 30 a 100 léguas, que começava no litoral e se prolongava até o limite determinado pelo Tratado de Tordesilha, assinado em 1494.

Os deveres e os direitos dos donatários eram estabelecidos pelos Forais. Com o objetivo de estimular o povoamento, o donatário deveria distribuir datas de sesmarias aos futuros colonos, fundar vilas e exercer o poder policial necessário à manutenção da ordem pública.

É ponto pacífico entre os historiadores que fracassou o sistema de capitâneas hereditárias implantado no Brasil. Verdade é que, das quinze capi-tâneas, apenas duas prosperaram econômica e socialmente: a de São Vicente (no atual Estado de São Paulo) e a de Pernambuco, doada a Duarte Coelho.

AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

A fim de povoar a terra e preservá-la contra a ganância dos estrangeiros (franceses, sobretudo), D. João III dividiu, em setembro de 1532, o Brasil, em quinze capitâneas hereditárias que foram doadas a doze donatários. Esta foi a maneira encontrada por aquele soberano para soerguer a nobreza decadente de Portugal e, por outro lado, contar com capitais privados para explorar as novas terras. É importante salientar que este sistema administrativo já tinha sido empregado, com relativo êxito, nas colônias de Açores e ilha da Madeira.

A CAPITANIA DE JOÃO DE BARROS E DE AIRES DA CUNHA

A parte do território nacional ocupada atualmente pelo Estado do Rio Grande do Norte foi doada por D. João III a dois donatários: João de Barros e Aires da Cunha.

O primeiro era alto funcionário do governo e celebrizou-se como historiador das conquistas portuguesas no Oriente; e o segundo era um valente fidalgo que notabilizou-se na defesa do reino lutando contra corsários e piratas.

Durante muito tempo admitiu-se que a carta de doação e o "respectivo foral" tinham se perdido. (Cascudo, L. Da Câmara - 1955: 15). Mas, agora, graças ao trabalho de pesquisa do historiador Tarcísio Medeiros, conhecemos os trechos essenciais desta Carta de Doação feita a João de Barros. Eis o que o citado historiador nos revelou deste documento:

"... Vierem assim descendentes como transversais e colaterais segundo adiante irá declarado da capitania das ditas cinquenta léguas de terra na parte que lhe couberem segundo a repartição que ele dito Ayres da Cunha entre si fizerem das ditas cem léguas, as quais cinquenta léguas se estenderão e serão de largo ao longo da costa e cobrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto poderem entrar e for de minha conquista que não seja por mim provido a outro capitão e entrarão nesta capitania quaisquer ilhas que houver até 10 léguas ao mar na fronteira e demarcação assim faço doação e mercê ao dito João de Barros, de juro e herdade, para todo sempre. Como dito é? E quero e me praz que ele e todos seus herdeiros e sucessores que a dita capitania herdarem e sucederem se possam chamar e chamem capitães e governadores dela e outrossim lhe faço doação e mercê de juro e herdade para sempre, para ele e seus descendentes e sucessores no modo sobredito da jurisdição civil e crime da qual ele dito João de Barros e seus sucessores usarem na forma e maneira seguinte a saber: - poderá por si e por seu ouvidor fazer a eleição de juizes e oficiais e a limpar e apurar as pautas e passar cartas de confirmação aos ditos juizes e oficiais os quais se chamarão pelo dito capitão e governador e ele colocará ouvidor que poderá conhecer de ações novas a dez léguas onde estiver e dar apelações e agravos e conhecer"... (Medeiros, Tarcísio - 1985:193).

Por conseguinte, a extensão da capitania do Rio Grande do Norte era de 100 léguas de frente, sendo a metade para João de Barros e a outra metade para Aires da Cunha. De acordo com os limites traçados pelo governador-geral do Brasil, Dom Diogo de Meneses, cuja ordem foi executada, em 1611, pelo sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno, "as 50 léguas de João de Barros começariam de Baía da Traição e terminariam no delta do rio Açú: as 50 léguas de Aires da Cunha, daí até a chamada "Angra dos Reis". As 100 léguas de testada então, ocupavam uma área de, aproximadamente, 444km e 500m, levando-se em consideração que a légua terrestre, légua comum, ao tempo correspondendo à chamada "légua de vinte e cinco graus", era de 4km e 445m. Assim, 4,445 x 100 é igual a 444.500m. Com a partilha de Diogo Campos Moreno, a partir de Guaju, limite Sul, até as divisas Norte da praia do Tibau com o Ceará (Questão de Grossos), restaram 400 (quatrocentos) quilômetros que até o momento compreende o espaço físico do litoral ocupado pelo Rio Grande do Norte no mapa do Brasil". (Medeiros, Tarcísio-1985:194).

No Maranhão, João de Barros e Aires da Cunha receberam também outra doação de 50 léguas cada um ao mesmo tempo; Fernão Álvares de Andrade recebeu uma doação de 75 léguas de terra.



TRÊS TENTATIVAS E DOIS FRACASSOS

A conquista do território norte-rio-grandense pelos colonizadores portugueses foi lenta e violenta. Eles fizeram três tentativas, obtendo êxito somente na última comandada por Manuel Mascarenhas Homem.

1535 - Primeira Tentativa

Com o objetivo de conquistar as capitanias do Rio Grande do Norte e do Maranhão, que totalizavam 225 léguas de extensão, associaram-se num mesmo projeto os donatários João de Barros, Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade. Pela sua experiência nas lides marítimas, Aires da Cunha recebeu a incumbência de dirigir a expedição. João de Barros, por sua vez, mandou dois filhos e Fernão Álvares indicou um seu representante.

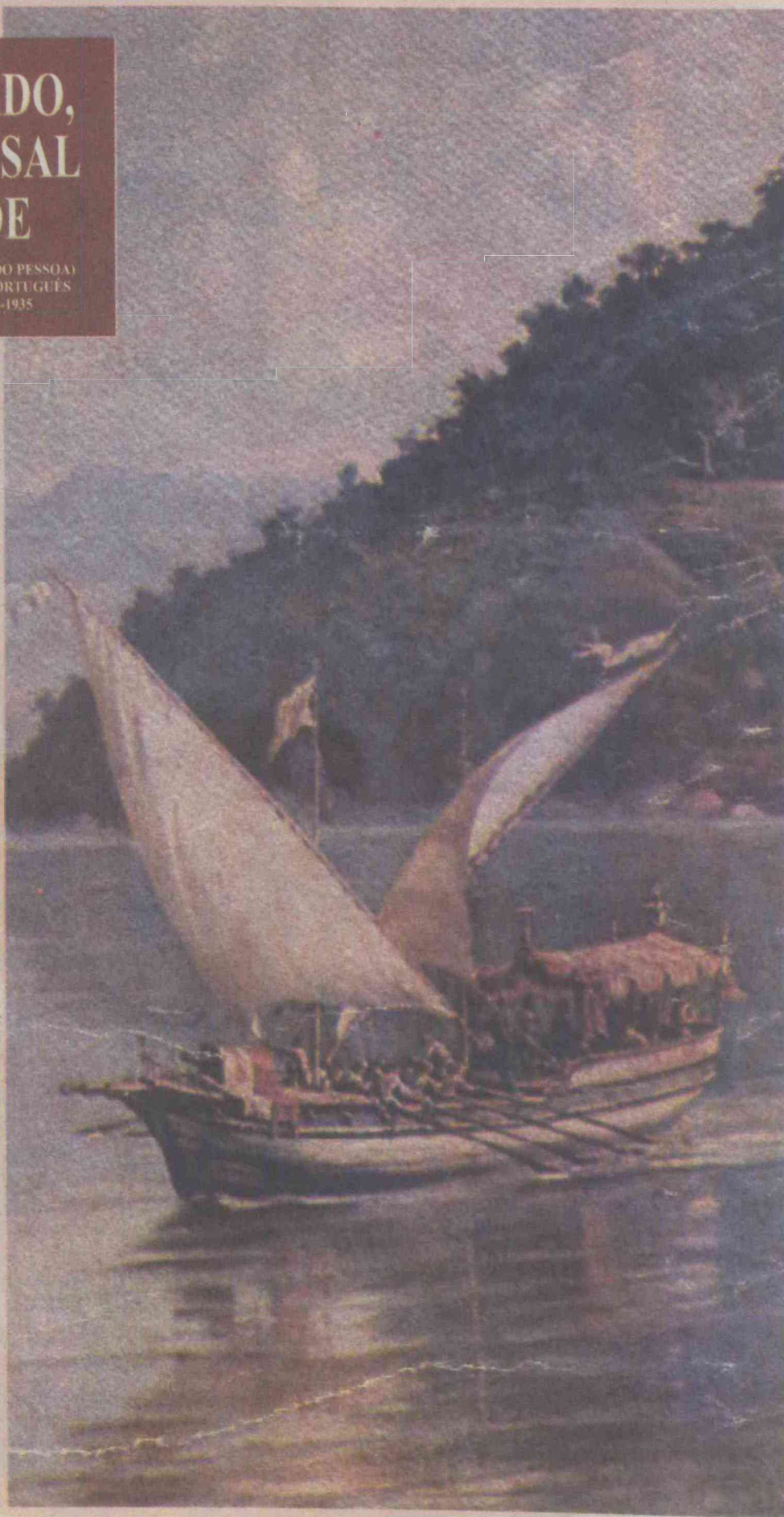
Armados com os próprios recursos e com o apoio de D. João III, Aires da Cunha partiu com a sua gente em novembro de 1535, conduzindo uma frota de cinco naus e cinco caravelas que transportavam novecentos homens e mais de cem cavalos (Casado, L. Câmara - 1955: 16).

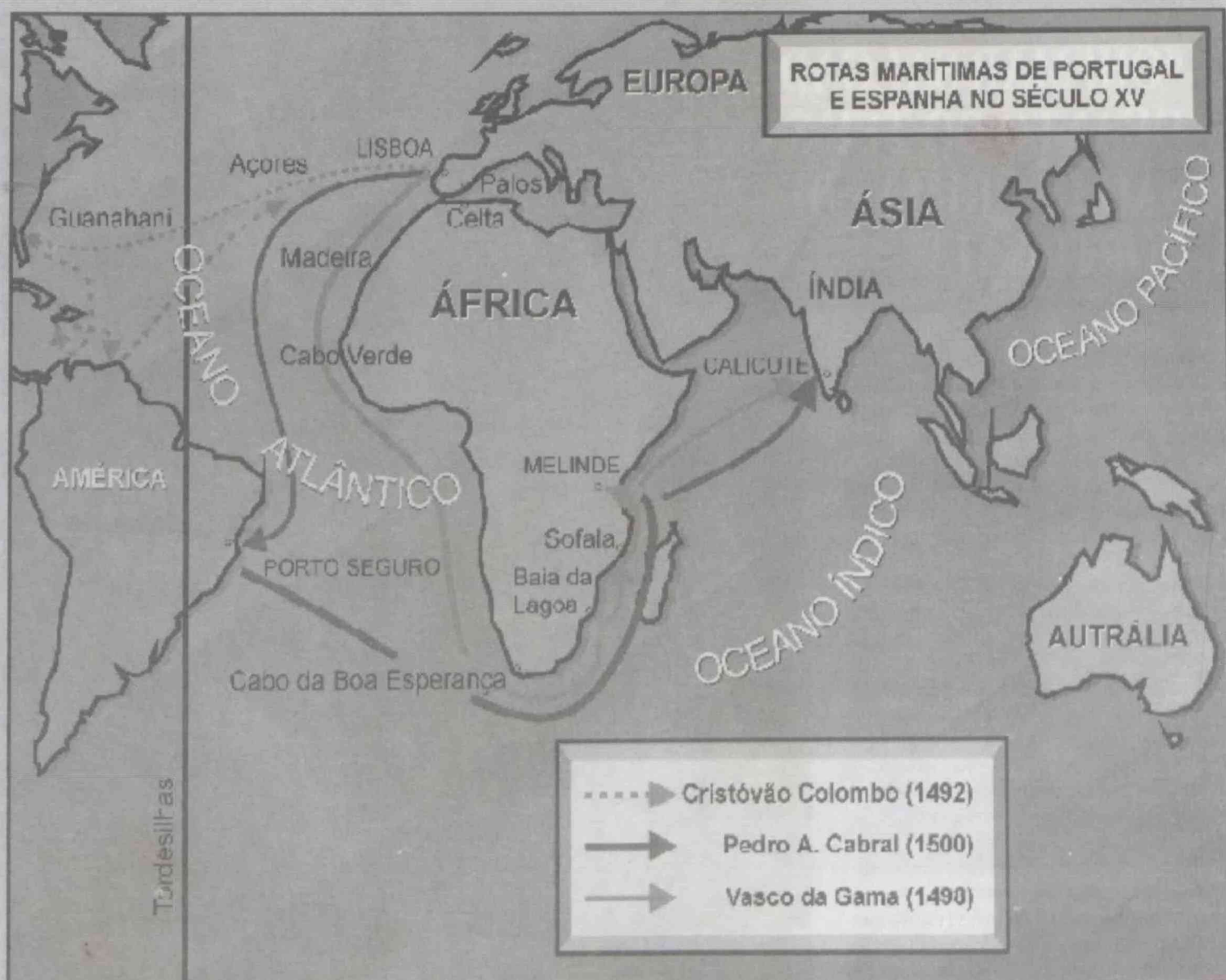
“OH! MAR SALGADO, QUANTO DO TEU SAL SÃO LÁGRIMAS DE PORTUGAL!”

(FERNANDO PESSOA)
POETA PORTUGUÊS
1888-1935

Após terem atravessado o oceano Atlântico sem nenhuma anormalidade, eles chegaram a Pernambuco, onde foram recebidos com hospitalidade e carinho pelo donatário Duarte Coelho. Depois de descansarem um pouco, reabastecerem os navios e receberem instruções do donatário pernambucano, eles se lançaram novamente ao mar velejando pelo litoral em direção ao Norte. Inexplicavelmente, Aires da Cunha transpôs a barra do rio Potengi, indo fundear na embocadura do rio Ceará-Mirim, chamado também de Baquipe ou rio Pequeno. Pensava implantar ali as sementes de uma colônia. Entretanto, assim não aconteceu por causa da feroz resistência oferecida pelos índios potiguanes, que lutavam instigados e apoiados pelos franceses (adiante, mostraremos de onde vieram estes estrangeiros).

Impossibilitado de fixar-se com a sua gente às margens do rio Ceará-Mirim, e após ter perdido alguns dos seus homens na luta contra os nativos, Aires da Cunha resolveu navegar para o Maranhão a fim de tentar uma melhor sorte nas outras terras que lhe foram doadas, assim como aos seus sócios. Nas águas maranhenses, Aires da Cunha morreu vítima de um naufrágio. Os demais integrantes da expedição ficaram por algum tempo na ilha do Maranhão, onde chegaram a fundar um núcleo residencial chamado “Nazaré”. Depois de um certo tempo, os filhos de João de Barros retornaram do Maranhão e ainda tentaram, sem êxito, apossar-se das terras doadas a seu pai no Rio Grande do Norte. Diante da resistência dos índios potiguanes, eles foram embora. É importante ressaltar que esta viagem foi descrita por Francisco Varnhagen, mas é contestada a sua veracidade por outros historiadores.





1555 - Segunda Tentativa

Os filhos de João de Barros tentaram uma segunda vez conquistar a capitania do Rio Grande, em 1555. Mas, novamente fracassaram. Segundo Câmara Cascudo, o alvará desta segunda tentativa foi lavrado nos seguintes termos: "Eu El-Rei, faço saber a quantos este meu alvará virem que João de Barros, Feitor das Casas da Índia e Mina, me enviou dizer que El-Rei meu se-nhor e avô, que santa glória haja, lhe fez mercê de uma capitania na costa do Brasil nas terras de Santa Cruz, onde se chamam os Potiguares, para onde fez uma armada haverá vinte anos em que despendeu muito de sua fazenda, e haverá cinco que mandou outra em que foram dois filhos seus povoar a dita terra, o que não houve efeito por os gentios dela estarem escandalizados assim dos moradores das outras Capitânicas como de pessoas deste Reino que vão a dita Capitania fazer saltos e roubos cativando os gentios da terra e fazendo-lhe outros insultos, de maneira que, querendo seus filhos tomar um porto na dita sua Capitania para se proverem do necessário, por os ditos gentios estarem escandalizados e de pouco tempo atrás saltados de gente portuguesa, lhe mataram um língua, com outro homem, e lhe feriram outros e trabalharam para matarem a todos, para se vingarem dos males e danos que tinham recebido de navios com no dito porto lhe tinha feito saltos..." (Cascudo, L. Câmara - 1955:18-19).

É lamentável que este alvará não especifique o lugar preciso deste porto onde os filhos de João de Barros tentaram desembarcar com a sua comitiva e foram barrados pelos índios potiguaros.

Mesmo sem nunca ter vindo pessoalmente ao Rio Grande, João de Barros administrava a sua capitania através de um procurador chamado Antônio Pinheiro, que morava em Iguaraçu (Pernambuco). Diz Câmara Cascudo que "este procurador" arredava trechos de terra para o corte de pau-brasil e colheita dos búzios, no Porto de Búzios, vizinho a Pirangi. Os búzios valiam moeda para troca comercial, especialmente na África. (Cascudo, L. Câmara - 1955: 20).

Diante do fracasso do sistema de capitânias hereditárias, o rei de Portugal resolveu centralizar o poder na pessoa de um governador geral, cujas atribuições foram definidas pelo Regimento de 1548. A partir de então, as capitânias hereditárias que fracassaram, reverteram para a Coroa portuguesa, que, através do governador-geral, passou a colonizá-las diretamente.

Lembra o historiador potiguar, Tarcísio Medeiros, que "a reversão da hereditária correspondente à futura Capitania do Rio Grande do Norte deve ter ocorrido após 1570, com a morte de João de Barros, porque, a partir do inventário dos seus filhos, alegando os justos serviços prestados pelo pai naquelas conquistas, para o que mais gastara" "ficara tão pobre e endividado que não tinha podido povoá-las, requereram pagas ao então Rei de Portugal e Espanha, Felipe II, recebendo, um deles, Jerônimo, 150\$ de tença real, por mercê real de 21 de junho de 1582, com o direito de testar até 30\$". (Medeiros, Tarcísio - 1985: 198).

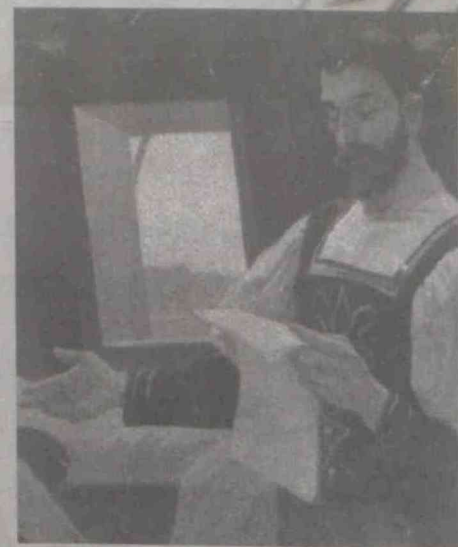


CARAVELAS PORTUGUESAS

A PRESENÇA DOS FRANCESES NO NORTE E NO NORDESTE

Países como a Inglaterra, a França e a Holanda não se conformavam em ver o pequenino Portugal possuir um colônia tão grande como o Brasil. Por isso, cada um procurou, a seu modo, contestar a posse da Terra de Santa Cruz pelos portugueses.

A reforma protestante desencadeada por Lutero no início do século XVI quebrou a unidade espiritual da Europa, e provocou guerras internas não somente na Alemanha, pátria de Lutero, mas também em outros países como a França.



PEDRO ÁLVARES CABRAL, O DESCOBRIDOR DO BRASIL



D. MANUEL (1495-1521), EM CUJO REINADO O BRASIL FOI DESCOBERTO PELOS PORTUGUESES

Para fugir das perseguições que os católicos impuseram aos calvinistas franceses, chamados de huguenotes, o almirante Gaspar de Coligny e Nicolau Durand de Villegaignon resolveram invadir o Rio de Janeiro em 1555 e fundaram aí a “França Antártica”. Não resta dúvida, que esta invasão francesa ameaçou fortemente a unidade territorial da colônia portuguesa.

No entanto, este sonho francês durou poucos anos. Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral Mem de Sá, conseguiu derrotar os franceses em 1567, colocando, assim, um ponto final no projeto da “França Antártica”. Anos depois, em 1594, Jacques Riffault e Charles des Vaux tentaram implantar no Maranhão uma colônia chamada “França Equinocial”.

Uma vez expulsos do Sudeste por Estácio de Sá, os franceses vieram juntar-se aos seus compatriotas que já viviam no litoral do Nordeste desde as primeiras décadas do século XVI.

Verdade é que, ao referir-se ao desembarque de Aires da Cunha no rio Ceará-Mirim, Varnhagen diz o seguinte: “Encontrou porém tão grande oposição da parte dos Potiguares unidos a muitos franceses que com eles se achavam...” (Varnhagen, Francisco Adolfo, 5ª, I, 1956:193).

De Pernambuco ao Maranhão, eles viveram mais de meio século explorando o pau-brasil e outros produtos de valor comercial oferecidos pelos índios potiguares, seus amigos e aliados. Alguns chegaram mesmo a casar-se com belas índias, acarretando estas uniões uma aculturação recíproca de hábitos, costumes, valor e linguagem. No território do Rio Grande do Norte, eles conquistaram a amizade dos índios potiguares, cuja taba principal ficava localizada em Aldeia Velha, conhecida atualmente por Igapó. O Potengi era o rio da sua preferência, o ponto de convergência de vários dos seus agentes. Jacques Riffault estacionou o seu barco tantas vezes no Potengi que deixou o seu nome gravado na memória do povo.

Referindo-se à presença deste pirata entre nós, diz o historiador Tarcísio Medeiros: “Do vulto de sua estada na margem direita do Potengi, um topônimo gravou o local e fixou o fato incontestável: diz-se “Nau do Refoles”, ou simplesmente “Refoles”, até hoje, passados 400 anos, a parte do bairro do Alecrim (Natal) onde existiu a “Escola de Aprendizizes Marinheiros” e hoje se ergue a Base Naval da Marinha de Guerra Brasileira”. (Medeiros, Tarcísio - 1985:202).



PEDRO ÁLVARES CABRAL
(EM PÉ) LÊ PARA O MESTRE
JOÃO E FREI HENRIQUE
DE COIMBRA A CARTA QUE FOI
ENVIADA A D. MANUEL,
NOTICIANDO
O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

O BRASIL LUSO-ESPANHOL E A CONQUISTA DO NORDESTE

Com a morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir (África) em 1578, entrou em crise o poder da monarquia de Avis, em Portugal. Aquele monarca não possuía herdeiros diretos e, por isso, o trono luso foi assumido pelo Cardeal D. Henrique, de idade avançada, que era seu tio-avô.

Ele dirigiu o país, apenas, por dois anos, pois veio a falecer em 1580.

Depois de muitas lutas pelo poder, Felipe II da Espanha, que era neto de D. Manuel, o "Ven-turoso", pelo lado materno (Ferreira, O. Leonel - 1989:64), conquistou a coroa portuguesa. Para atenuar a oposição que lhe foi feita pelo povo, ele comprometeu-se através do Juramento de Tomar, respeitar as leis, os costumes, a administração e o comércio que Portugal mantinha com as colônias. Além disso, o português foi mantido como idioma oficial.

A união das duas coroas - Portugal e Espanha - deu novo impulso à colonização do Brasil. Sem dúvida, foi sob o regime filipino que aconteceu a reconquista do Nordeste, cujo litoral estava cheio de corsários e piratas franceses. Assim, após a reconquista da Paraíba, realizada por espanhóis e portugueses que lutaram contra os franceses e os índios potiguaros, seu aliados (Holanda, Sérgio Buarque (org) -I, 1976: 182-183), foi a vez da reconquista do Rio Grande do Norte.

1597 - Terceira Tentativa

Por ordem do Rei Felipe II, expressa nas cartas régias de 1596 e 1597, dirigidas ao governador-geral do Brasil e aos capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba, organizou-se a terceira tentativa para se reconquistar a capitania do Rio Grande.

Desta vez, o comando da expedição coube a Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco. Por sua vez, Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba, em obediência às ordens recebidas, incorporou-se a esta expedição. Com recursos públicos e particulares, eles arregimentaram homens e equipamentos para enfrentar os franceses e os índios potiguaros, seus fiéis companheiros.

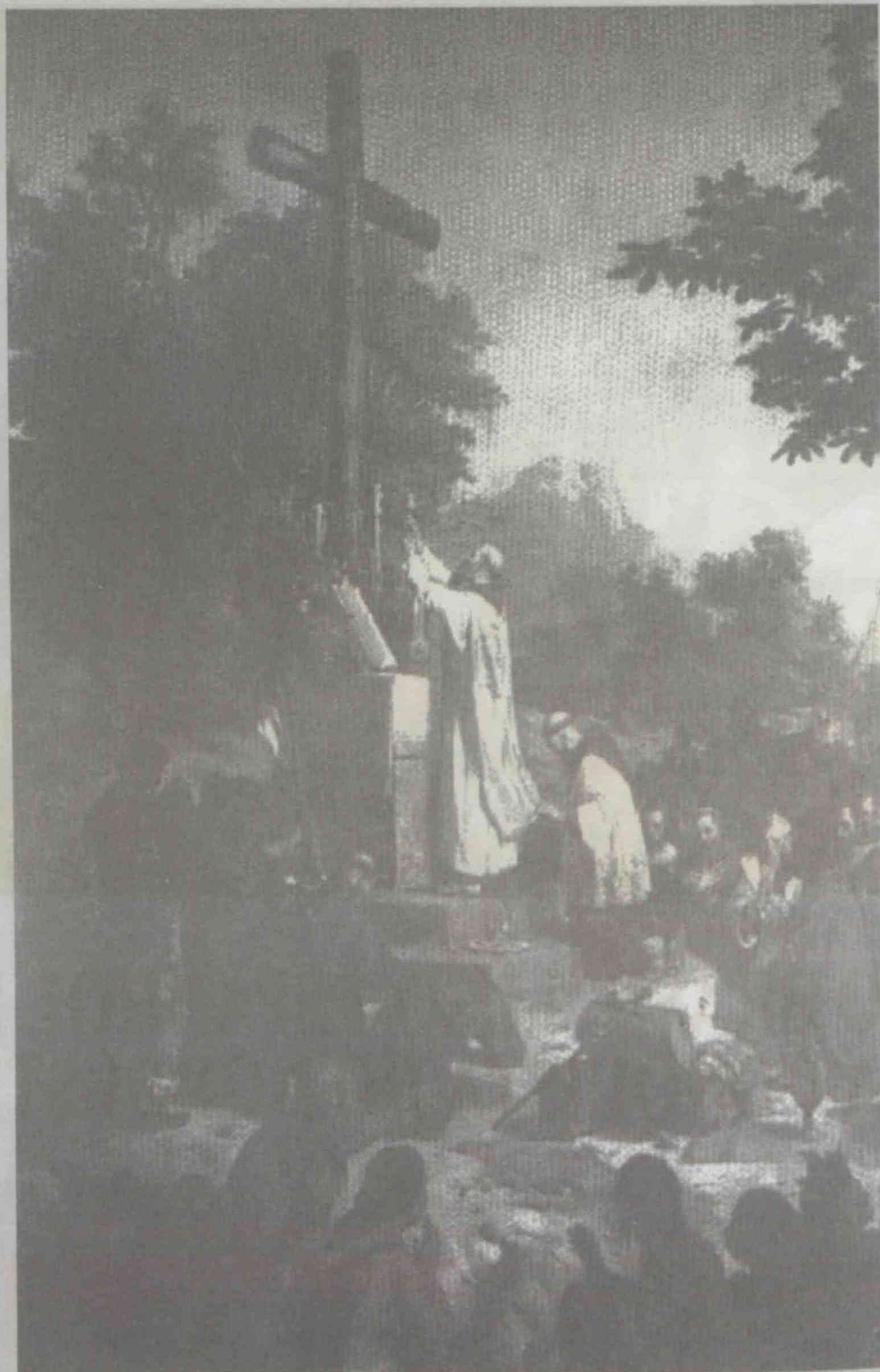
Entre os cronistas antigos, quem narrou de maneira mais ampla a reconquista do Rio Grande do Norte por Manuel Mascarenhas Homem, foi Frei Vicente do Salvador, em cuja História do Brasil: 1500-1637, dedicou a este assunto os capítulos 31, 32 e 33. Por isso, vamos nos basear fundamentalmente nele (mas, não exclusivamente) para descrever este episódio da nossa história.

Da Bahia, o governador-geral do Brasil, D. Francisco de Sousa, mandou para a Paraíba “uma armada de seis navios e cinco caravelões”. (Vicente do Salvador, Frei - 1982:267). De Pernambuco, caminhando por terra, Manuel Mascarenhas deslocou-se para a Paraíba trazendo “três companhias de gente de pé, de quem eram capitães Jerônimo de Albuquerque, Jorge de Albuquerque seu irmão, e Antônio Leitão Mirim. Manuel Leitão comandava uma companhia de cavalaria. Uma vez reunidas as forças na Paraíba, ficou decidido que Manuel Mascarenhas viria por mar para o Rio Grande. Em sua companhia trouxe o padre Gaspar de Samperes, “por ser arquiteto e engenheiro, para traçar a fortaleza, com seu companheiro o padre Lemos, e o nosso irmão frei Bernardino das Neves, por ser muito perito na língua brasileira e muito respeitado dos potiguares...”

Feliciano Coelho veio por terra “com os quatro capitães e companhias da gente de Pernambuco e com outra da Paraíba “comandada por Miguel Álvares Lobo”. Ao todo, estas cinco companhias somavam 178 homens, fora 90 índios das aldeias de Pernambuco e 730 gentios da Paraíba, “com seus principais que os guiavam conhecidos por “Braço de Peixe”, “Assento de Pássaro”, “Pedra Verde” e “Cardo Grande”. E este exército começou a marchar das fronteiras da Paraíba a 17 de dezembro de 1597, indo os espias e corredores diante queimando algumas aldeias que os potiguares despejavam com medo, como confessaram alguns que foram tomados”. (Vicente do Salvador, Frei - 1982:268).

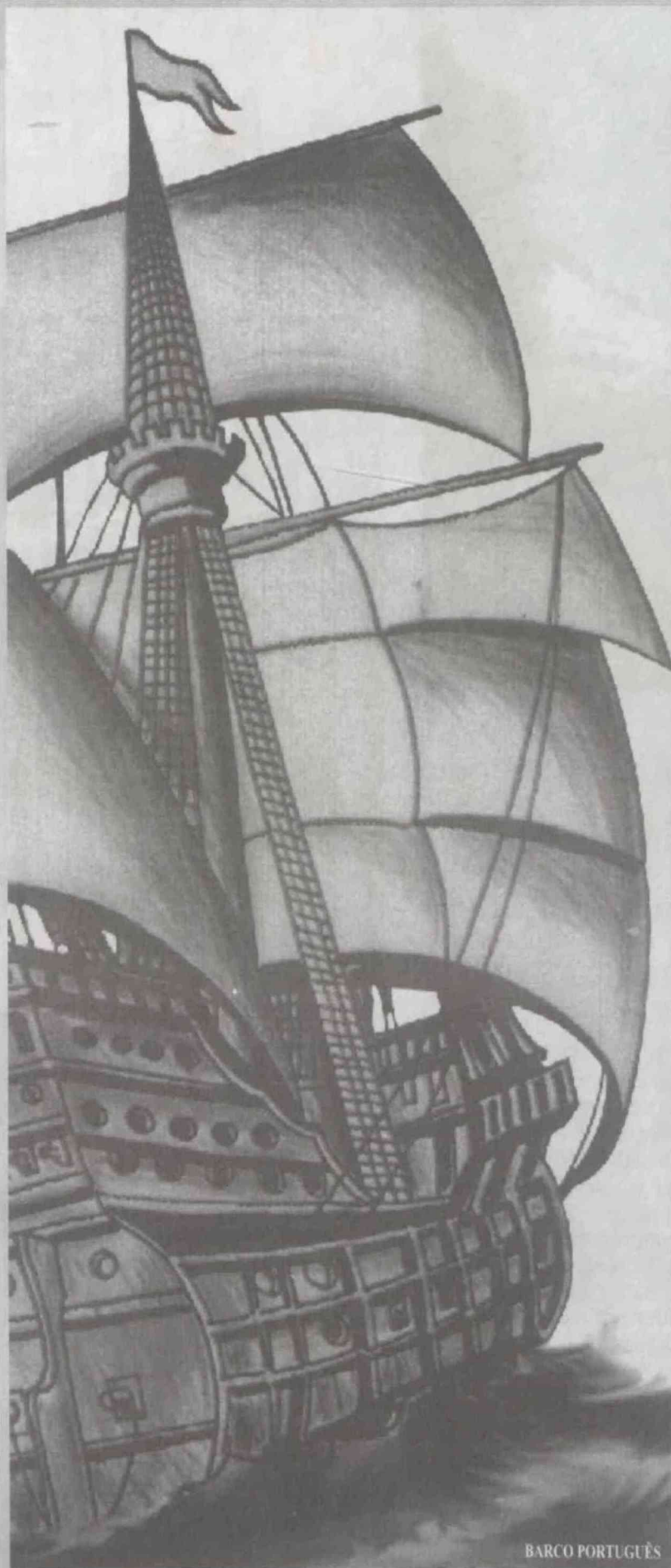
A “bexiga”, chamada a “peste do Brasil”, atacou as tropas de Feliciano Coelho de tal maneira que matava diariamente dez ou doze integrantes. Impossibilitado de continuar a marcha, ele retornou com os seus soldados para a Paraíba. Os capitães de Pernambuco fizeram o mesmo, com exceção de Jerônimo de Albuquerque que embarcou num caravelão, viajando para o Rio Grande em companhia de Manuel Mascarenhas.

Ao aproximar-se do porto de Búzios, onde existe atualmente uma praia de veraneio, a armada avistou “sete naus de franceses”, que fugiram sem ser perseguidos.



PRIMEIRA MISSA CELEBRADA NO BRASIL, FREI HENRIQUE DE COIMBRA

Prosseguindo a viagem, Manuel Mascarenhas mandou dois caravelões sondar a embocadura do Rio Grande, isto é, do Rio Potengi. Somente depois que chegaram as informações foi que “entrou a armada à tarde guiada pelos marinheiros dos caravelões que o tinham sondado”. Segundo o Padre Serafim Leite, o desembarque das tropas de Manuel Mascarenhas no rio Potengi aconteceu no dia 25 de dezembro de 1597 (Cascudo, L. da Câmara - 1955:23). Por conseguinte, esta data marca o início da colonização portuguesa no Rio Grande do Norte.



BARCO PORTUGUÊS

Conforme a narrativa de Frei Vicente do Salvador, “ali de-sembarcaram e se trincheiraram de varas de mangues para começarem a fazer o forte e se defenderem dos potiguares, que não tardaram muitos dias que não viessem uma madrugada infinitos, acompanhados de cinquenta franceses, que ha-viam ficado das naus do porto de Búzios, e outros que ali estavam casados com potiguares”. (Vicente do Salvador, Frei - 1982: 268). Aconteceu, então, o primeiro ataque feito pelos índios e pelos franceses que, “rodeando a nossa cerca, feriram muitos dos nossos com pelouros e frechas que tiravam por entre as varas”. Neste com uma flecha no pescoço, assim como outros da sua compabate, saiu ferido o capitão Rui de Aveiro, atingido por unha. Sucederam-se outros embates nos mangues do Potengi entre os portugueses e os nativos.

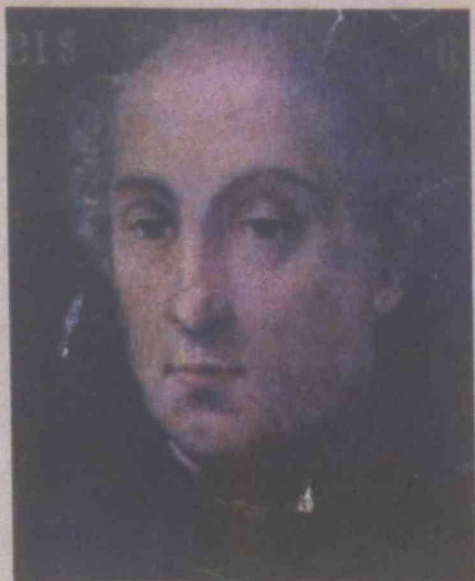
Enquanto se construía o forte em meio a muitas dificuldades, pois tudo já estava ficando escasso, chegou de Pernambuco, “Francisco Dias de Paiva, amo do capitão-mor, que o criou, em uma urca do reino que el-rei mandou com artilharia, munições e alguns outros provimentos para o forte que se fazia...” (Vicente do Salvador, Frei - 1982: 269).

Em 30 de março de 1598, Feliciano Coelho partiu da Paraíba trazendo “uma companhia de vinte e quatro homens de cavalo, e duas de pé, de trinta arcabuzeiros cada uma, das quais eram capitães Antônio de Valadares e Miguel Álvares Lobo, e trezentos e cinquenta índios frecheiros com seus principais”.

Ao chegar, Feliciano alojou-se numa maloca abandonada. No dia seguinte, Manuel Mascarenhas foi visitá-lo e traçar planos de trabalho para dar continuidade à construção do forte. Enquanto uns trabalhavam, em dias alternados, outros faziam incursões nas áreas próximas para descobrir os esconderijos dos índios potiguares. Numa dessas incursões, as tropas de Feliciano Coelho “mataram mais de quatrocentos potiguares e cativaram oitenta, pelos quais souberam que estava muita gente junta, assim potiguares como franceses, em seis cercas muito fortes, para virem dar sobre os nossos e os matarem, e se já o não tinham feito, era porque adoeciam e morriam muitos do mal de bexigas”.



Um barco que veio da Paraíba trazendo alimentos para as tropas de Feliciano Coelho noticiou que, no porto de Búzios, um navio francês estava desembarcando gente.



CRISTÓVÃO COLOMBO, DESCOBRIDOR DA AMÉRICA

De imediato, Manuel Mascarenhas partiu para lá levando “toda a gente de cavalo que havia, e trinta soldados arcabuzeiros e muitos índios, e deu nas choupanas em que os potiguares estavam já comerciando com eles, onde mataram treze e cativaram sete e três franceses, porque os mais embarcaram e fugiram no batel, e outros a nado”. (Vicente do Salvador, Frei - 1982: 270).

No dia 24 de junho de 1598, Manuel Mascarenhas entregou o forte a Jerônimo de Albuquerque, que jurou defendê-lo a qualquer custo. No dia seguinte, Mascarenhas pernitoou na aldeia de Camarão, “onde Feliciano Coelho estava com o seu arraial aposentado, e no seguinte se partiram todos para a Paraíba com muita paz e amizade. Antes de deixarem o território norte-rio-grandense, as tropas deste dois conquistadores travaram ainda dois combates, nos quais sobressaiu-se o índio Tavira pela sua bravura e agilidade na luta. No primeiro confronto, entre mortos e cativos ficaram “mais de mil e quinhentos, sem dos nossos morrerem mais de três índios tabajaras”. No segundo combate, os tabajaras “mataram cento e cinquenta” potiguares. Do lado dos portugueses, morreram apenas seis brancos. (Vicente do Salvador, Frei - 1982: 272).

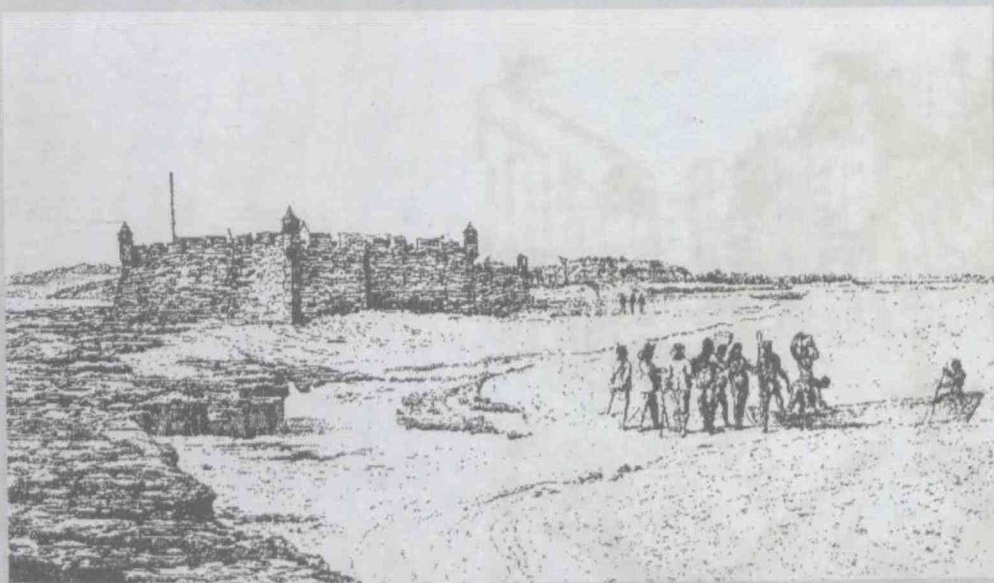
Por conseguinte, a conquista do Rio Grande do Norte por Manuel Mascarenhas e Feliciano Coelho foi violentíssima. Ao todo, foram mortos mais de dois mil índios potiguares contra reduzidas baixas nas tropas dos conquistadores.



A chegada de Manuel Mascarenhas Homem à embocadura do rio Potengi, em 25 de dezembro de 1597, marca, sem dúvida, o início da colonização do Rio Grande do Norte pelos portugueses. Trabalho que será continuado pelos sucessivos capitães-mores nomeados ao longo do período colonial.

Quando D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, mandou Manuel Mascarenhas ao Rio Grande do Norte, encarregou-o de realizar duas grandes tarefas: construir a fortaleza e fundar uma cidade. Senão, vejamos o texto do Frei Vicente do Salvador referente a este assunto: “Encomendou-lhe muito que logo fosse lá fazer uma fortaleza e uma povoação” (1982: 267).

O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO



A FUNDAÇÃO DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS

No mesmo dia do desembarque, 25 de dezembro de 1597, Mascarenhas e os seus qua-trocentos comandados, “se trincheiraram de varas de man-gue para começarem a fazer o forte e se defenderem dos potiguares” (Vicente do Salvador, Frei - 1982: 268). No dia seguinte, “todos tomaram posse da terra”, afirma Padre Pero Rodrigues (Galvão, Hélio - 1979: 18). As obras da referida fortaleza começaram no dia 6 de janeiro, consagrado aos Reis Magos no calendário da religião católica. Daí a origem do seu nome primitivo. Esta construção ficou pronta em junho de 1598, conforme a narrativa de Frei Vicente do Salvador: “Acabado o Forte do Rio Grande que se intitula dos Reis o entregou Manuel Mascarenhas a Jerônimo de Albuquerque dia de São João Batista, da era de 1598” (1982: 271).

Será que a construção que foi terminada, tinha o formato da fortaleza que conhecemos hoje? Quem melhor respondeu a esta questão foi o historiador Hélio Galvão, que aprofundou-se neste ponto da nossa História. Diz ele: “Não era, porém, a Fortaleza que se concluiu, era uma fortificação provisória, com o mínimo de segurança para abrigar a gente da expedição, protegendo-a contra o inesperado ataque do gentio. Também não foi erguido no arrecife, porque construção daquele tipo não resistia ao primeiro impacto das águas, pois a área adjacente fica totalmente coberta na maré cheia “seis horas o cobre o mar”, disse o sargento-mor Diogo de Campos. Simples paliçada, na praia, fora do alcance das marés” (Galvão, Hélio - 1979: 22).

Não há dúvida de que a Fortaleza que conhecemos hoje foi construída de conformidade com a planta desenhada pelo padre Gaspar de Samperes, jesuíta, que veio em companhia de Manuel Mascarenhas “por ser arquiteto e engenheiro” (Vicente do Salvador, Frei - 1982: 267).

A construção iniciada em 1598 era precária, de barro e varas colhidas nos mangues e adjacências. Com o tempo, ela deteriorou-se. Por isso, em 1612, o rei Felipe III mandou que se reconstruísse o forte, nomeando, para realizar esta tarefa, o engenheiro-mor Francisco de Frias Mesquita. A construção de pedra, como conhecemos hoje, foi realizada a partir de 1614 obedecendo à planta primitiva. Esclarece Hélio Galvão que “não houve (...), modificação no traçado primitivo, indubitavelmente de autoria do padre Gaspar de Samperes... Em 1614, quando recebeu o encargo de prosseguir nas obras, Frias aproveitou a estrutura desenhada pelo Padre Gaspar de Samperes. Ninguém fala em demolição, menos ainda em recomeço” (Galvão, Hélio - 1979: 43-44).

Na verdade, é o que podemos concluir da pesquisa histórica: Francisco de Frias desenhcou plantas para a construção de obras complementares levadas a efeito no interior da fortaleza (Galvão, Hélio - 1979: 45). Somente em 1628 é que a fortaleza estava terminada” (Idem - 1979: 39).

Como observou Câmara Cascudo, a Fortaleza tem “a forma clássica do Forte marítimo, afetando o modelo do polígono estrelado. O tenalhão abica para o Norte, mirando a boca da barra, avançando os dois salientes, raios de estrela. No final, a gola termina por dois baluartes. O da destra, na curvatura, oculta o portão, entrada única, ainda defendida por um cofre de franqueamento, para quatro atiradores e, sobreposto à cortina ou gola, os caminhos de ronda e uma banquetta de mosquetaria. Com sessenta e quatro metros de comprimento, perímetro de duzentos e quarenta, frente e gola de sessenta metros, o forte artilhava-se de maneira admi-rável para a época” (1955: 24-25).

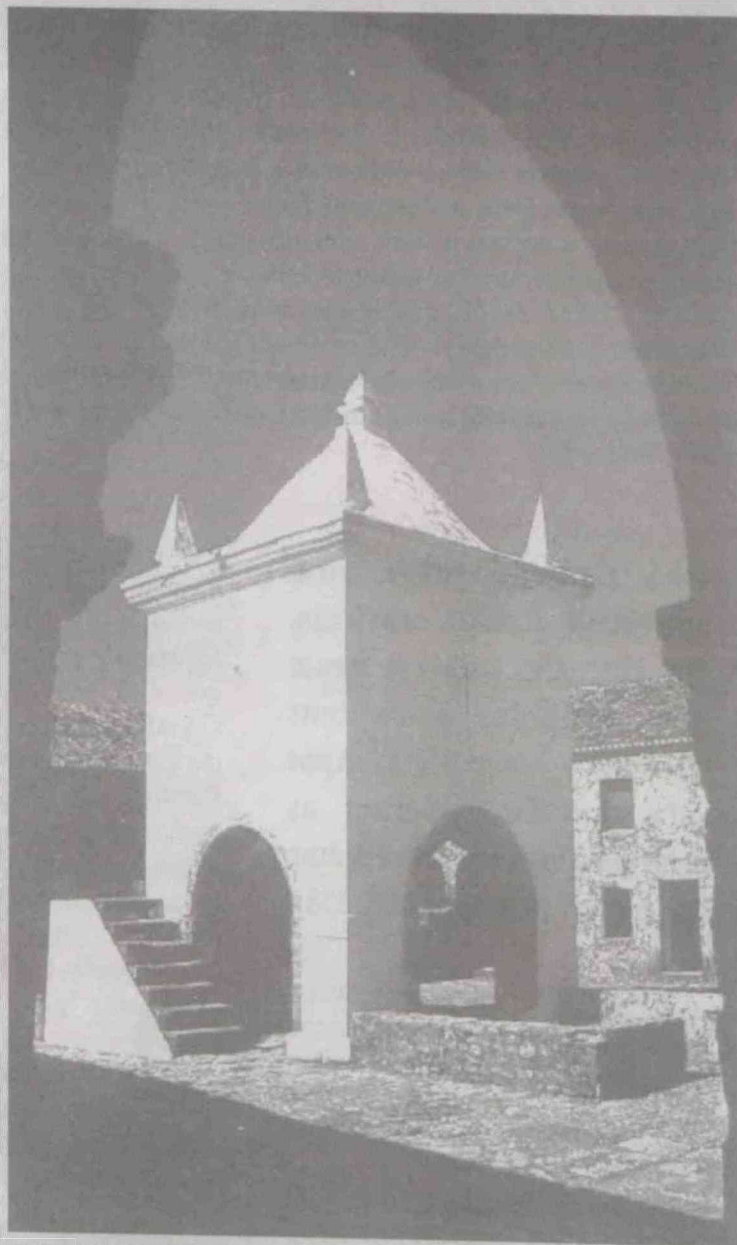
Por que a construção de uma fortaleza em forma de estrela? Era o que estava em moda naquela época. Durante os séculos 14 e 15, a defesa das cidades medievais da Europa era feita mediante o emprego de dois elementos conjugados: a muralha e o fosso. Isto dificultava enormemente o assalto do inimigo à cidadela. Mas, a partir do século 15, quando os militares adaptaram o uso da pólvora à artilharia dos canhões, as fortalezas substituíram o fosso e a muralha (D’Estaing, Valerie-Anne Giscard - 8ª, 1989: 328).

Lembra Munford que essas novas fortificações, feitas “à moda de estrela”, permitiam tanto à artilharia como à infantaria armada abrir fogo sobre as fileiras das forças atacantes de qualquer lado onde pudessem aparecer” (Munford, Lewis - I, 1961: 95).

A Fortaleza dos Reis Magos, situada estrategicamente na embocadura do rio Potengi, à margem direita, desempenhou papel/importantíssimo na reconquista do Maranhão, onde os franceses tinham fundado a “França Equinocial”. Como sentinela avançada e indomável, ela venceu o abandono de alguns governantes e as intempéries do tempo. Na fisionomia rústica das suas paredes, visualizamos as garras do império colonial português que, à força, incorporou a terra dos potiguares à civilização europeia.

Devido à aliança entre a Igreja Católica e os governos português e espanhol, a descoberta do Novo Mundo tinha dois objetivos entrelaçados: expandir a fé católica e o Império. Esta união entre a Cruz e a Coroa foi posta em prática desde o início da expansão marítima em Ceuta e nas Ilhas Canárias (Lopetegui, L. e Zubillaga, F. - 1965: 11). Em decorrência desta união, vários religiosos vieram com Pedro Álvares Cabral e com as expedições posteriores. Quando Mascarenhas desembarcou à margem direita do Potengi, em dezembro de 1597, trazia consigo dois padres jesuítas e dois frades franciscanos. Nestes empreendimentos colonialistas, o papel reservado aos religiosos era, naturalmente, conquistar os nativos para a sua religião e, ao mesmo tempo, integrar as duas raças e as duas civilizações em confronto, sem recorrer à violência. Neste aspecto - evitar a violência dos conquistadores - os religiosos fracassaram não somente no Brasil, mas também em toda a América Latina e África. Daí a revolta de Bartolomeu de las Casas, frade dominicano, que denunciou à Corte espanhola o genocídio que os seus compatriotas espanhóis praticaram na América Central. (Souza, Itamar de - 1994).

Em junho de 1598, antes de retornar a Pernambuco, Manuel Mascarenhas deixou aqui, como seu lugar-tenente, Jerônimo de Albuquerque, à frente do Forte dos Reis Magos, "muito bem fornecido de gente, artilharia, munições, mantimentos e todo o necessário..." (Vicente do Salvador, Frei - 1982: 271). Uma das razões desta escolha de Jerônimo de Albuquerque deve-se ao fato de ele ter ligações com a raça indígena pelo lado materno (Lira, Tavares de - 1982: 28).



CAPELA DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS

ACORDO DE PAZ COM OS ÍNDIOS

Ambos estariam conscientes de que, sem conseguir uma coexistência pacífica com a indiada do litoral e do sertão, o projeto da colonização não prosperaria. Por isso, enquanto Jerônimo de Albuquerque ficou aqui conversando com os índios, Manuel Mascarenhas foi à Bahia expor ao governador-geral o seu plano de paz. Uma vez aprovado na sua pretensão, ele retornou trazendo a autorização do Superior dos Jesuítas para empregar dois padres da Companhia de Jesus neste empreendimento: padre Francisco Pinto, grande conhecedor das línguas indígenas, e o padre Gaspar de Samperes, autor da planta da Fortaleza dos Reis Magos, que, naquele momento, estava em Pernambuco.

Orientado pelo padre Samperes, Jerônimo de Albuquerque mandou soltar o líder indígena Ilha Grande, que estava preso. Devidamente instruído, ele desempenhou o papel de mensageiro da paz junto aos seus familiares e companheiros de aldeia. A notícia correu rápida como um raio, indo do litoral à serra da Copaoba (Serra da Raiz - Paraíba).

Perante a indiada aqui reunida, Ilha Grande assim falou: “Vós, irmãos, filhos e parentes meus, bem conheceis e sabeis quem eu sou, e a conta que sempre de mim fizestes assim na paz como na guerra. E isto é o que agora me obrigou a vir dentre os brancos a dizer-vos que, se quereis ter vida e quietação e estar em vossas casas e terras com vossos filhos e mulheres, é necessário sem mais outro conselho irdes logo comigo ao forte dos brancos a falar com Jerônimo de Albuquerque, capitão dele, e com os padres, a fazer com eles pazes, as quais serão sempre fixas, como foram as que fizeram com o Braço de Peixe e com os mais tabajaras, e o costumam fazer em todo o Brasil, que os que se metem na igreja não os cativam, ante os doutrinam e defendem, o que os franceses nunca nos fizeram e menos o farão agora, que têm o porto impedido com a fortaleza donde não podem entrar sem que os matem e lhes metam com a artilharia no fundo dos navios” (Vicente do Salvador, Frei - 1982: 273).

Ilha Grande falou com autoridade e muita convicção. Por isso, suas palavras foram bem acolhidas pelos seus liderados e compatriotas. Após esta reunião, “vieram os principais logo ao forte a tratar das pazes” (Ídem - 1982: 273).

Enquanto isso, os padres Francisco Pinto, Gaspar de Samperes e Francisco de Le-mos procuravam conversar com os chefes indígenas, penetrando nos sertões ignotos nunca d'antes pisado pelo homem branco.

Quem melhor narrou estas conversações em busca de paz com os nativos foi o padre Pero Rodrigues, provincial dos Jesuítas no Brasil, numa “Relação” encontrada no arquivo da Companhia de Jesus e transcrita pelo padre Serafim Leite, na sua História da Companhia de Jesus no Brasil. Logo que recebeu o convite dos padres, Camarão-Grande veio ao forte conversar com eles sobre este assunto. Diz Pero Rodrigues: “E por aqui se deu princípio às pazes entre nós e os Potiguares... Contudo, não custou isto pouco ao padre Gaspar de São Peres, seu companheiro, porque andou pelo sertão, ajuntando estes principais para o efeito das pazes”. No entanto, “não se deram o capitão nem os padres por satisfeitos com trazer à nossa amizade os Potiguares do sertão do Rio Grande,

mas entenderam ser necessário fazer o mesmo com os principais de outro sertão, a que chamam Capaoba, trinta léguas pela terra dentro, sobre a Paraíba, que está entre Pernambuco e o Rio Grande, como está dito. E a causa era porque, como estes eram fronteiros da Paraíba, estavam escandalizados dos nossos com quem traziam guerra mais picada; não convinha fazer pazes com os de mais longe, sem as fazer também com os vizinhos”. Lembramos ao leitor que Capaoba é o lugar que se conhece atualmente por Serra da Raiz, na Paraíba.

O líder indígena, chamado Mar-Grande, foi um dos mensageiros enviados pelo padre à serra da Capaoba. Ao tomar conhecimento da proposta de paz, Pau-Seco, “o maior principal daquele sertão, afamado em guerras pelo dano que tinha feito aos portugueses (.....), logo se aba-lou a vir falar com o padre...”

Em carta dirigida ao provincial Pero Rodrigues, data de 19 de maio de 1599, o padre Francisco Pinto descreveu o seu encontro com Pau-Seco: “Chegado o Pau-Seco a uma aldeia de um parente seu, obra de meia légua do forte, não quis passar dali e mandou-me recado que o fosse ali ver, e que pois tínhamos ido a outras aldeias... Chegando à aldeia, entrei, pregando pelo terreiro, como é costume. Estava este principal em pé, ouvindo-me. E tanto que acabei, entramos para a pousada onde tinham redes armadas para nos assentarmos, como fizemos.



PADRE ANTÔNIO VIEIRA (1608-1697)

Estava este índio a seu modo, muito grave e fantástico, empenado pelo corpo com penas vermelhas, na cabeça e braços, com penas azuis, uma pedra verde mui formosa no beijo, nas orelhas uns pendentes de contas brancas, com seus remates a modo de campainhas. E, como era gentil homem, tudo lhe estava bem. Estava assentado em uma rede, e defronte de si tinham mandado armar outra para mim, porque assim é costume falarem, defronte um do outro, os que hão de praticar”.

Depois que explicamos as nossas propostas de paz, “ainda que com algum receio, se determinou a ir conosco a ver-se com o Capitão, o qual lhe fez muito agasalho e lhe ofereceu pazes, o que ele ouviu muito bem, e acerca deste particular, respondeu que falaria de as fazer. E que era bom sermos todos uns e amigos, pois todos gozamos de um sol, de uma lua e de um dia; disse mais ao Capitão que se confiasse em sua palavra, que não tinha mais que uma, sem lhe ficar outra dentro, escondida. De mim não tendes que nos requear que torne atrás, do que digo, mas eu de vós sim me posso requear que falteis; mas, quanto a mim, basta estar eu assentado diante de vós para não haver de tornar atrás no que ficamos. Já botei de parte a minha espada irada, já abrandei meus braços, já deixei minha rodela, não quero senão amizade”. Finalmente, Pau-Seco se ofereceu para ir com o padre Francisco Pinto até “Capaoba, para fazer capazes aos principais, das pazes que pretendíamos e os trazemos à Paraíba, onde os concertos das pazes se haviam de solenizar. Partimos do Forte do Rio Grande, acompanhados deste índio e do Mar-Grande e de outro deste sertão, aos 19 de abril deste ano de 99. Viemos pelas aldeias, que de caminho podíamos ver. Em todas fazia minhas práticas em seus terreiros, como é costume, aonde se ajuntavam não somente os principais, mas toda a aldeia, sem ficar ninguém... Aos ouvintes, no princípio, parecia um sonho estas coisas, mas pouco a pouco vieram a fazer neles tanta impressão, que me respondiam com estas palavras: - “Ó meu pai, como está isso bom! Folgo muito com isso! Estou muito contente de suas palavras, encheu-me a sua fala, fartou-me sua palavra, já uma vez a engoli e não a tornarei a deitar fora da minha alma”.

“Chegamos à aldeia e casa deste índio, onde fomos recebidos com todo o agasalhado possível. Ajuntaram-se os principais. Fiz-lhes algumas práticas e assentaram comigo de me virem acompanhando até à Paraíba para cumprir as pazes. Fiz aqui resenha das aldeias deste sertão da Capaoba, pela relação dos índios, e achei quase setenta; e querendo saber deles quantos serão, por todas as aldeias dos Potiguares, em todas as quatro ou cinco comarcas em que moram, achei serem, por todas, trezentas e vinte”.

ÍNDIOS BRASILEIROS





Da casa de Pau-Seco, em Capaoba (Serra da Raiz), os padres e os chefes indígenas caminharam quinze dias até chegarem à cidade de Filipéia, hoje João Pessoa, para celebrarem a paz, conforme determinara D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil. Era 1º de junho de 1599. Diz o padre Francisco Pinto na sua referida carta: “E quis Nosso Senhor que no mesmo dia, em que chegamos, havia poucas horas eram chegados os capitães, que com estes principais haviam de celebrar as pazes. E, assim, se ajuntaram o capitão-mor Manuel Mascarenhas, o capitão Alexandre Moura e os capitães da Paraíba e da Ilha, o provedor-mor Braz de Almeida e outras pessoas, a quem tocava estarem presentes. Da parte dos índios cristãos, que também faziam pazes com os Potiguares, estavam estes principais, um velho muito afamado por nome Braço-de-Peixe e seu filho Braço-Preto, o Pedra-Verde e outro de nome entre eles. Da parte dos Potiguares estavam quarenta ou cinquenta que conosco vieram, dos quais eram principais quinze ou vinte, assim do Capaoba como do Rio Grande, e entre todos o que mais montava era o Pau-Seco. Celebraram-se aí as pazes e depois foram pregoadas na vila de Pernambuco, as quais querera Nosso Senhor conservar para bem dos Portugueses e espiritual deste gentio” (Leite, Serafim I, 1938: 519-525).

Na realidade, esta paz durou menos de três anos. Verdade é que, no final do ano de 1601, Feliciano Coelho avisou, às pressas, a Manuel Mascarenhas, que estava em Pernambuco, que a indiada tinha cercado Natal com “exército imenso, 40.000 índios, comandados pelo Piragibe, Barbatana de Peixe, aquele mesmo que viera na expedição. Mascarenhas reunira apressadamente quatrocentos portugueses e três mil índios e com essa minoria enfrentou o exército colossal. Exagero do cronista. Na véspera da chegada, haviam os rebeldes aprisionado duzentas pessoas e a muitas haviam devorado. Em meio à sua festa foram atacados, de surpresa, perdendo três mil, feitos prisioneiros, e cinco mil, que morreram. Piragibe propôs a paz, prometendo batizar-se e submeter-se a Mascarenhas, contanto que ficassem livres, condição que foi aceita. Mascarenhas construiu ainda dois possantes fortes e os deixou aparelhados com quarenta canhões que mandou vir de Pernambuco. É a narrativa que deste sucesso fez Anthony Knivet, ignorada dos cronistas e historiadores da época” (Galvão, Hélio - 1979: 24). Observe o leitor que este foi o segundo grande choque armado entre as forças colonizadoras e a população nativa.

A Fundação de Natal: Ponto Controvertido

Feito o acordo de paz com os índios, em junho de 1599, o passo seguinte foi a fundação de uma povoação. É verdade que, antes, junto à Fortaleza, já existia um arraial. Afirma Hélio Galvão que “há mesmo referência a esse primeiro povoado e algumas cartas holandesas o indicam. Uma pequena povoação satélite, que logo deve ter desaparecido. Compreende-se que os primeiros povoadores, ainda sem morada fixa, procurassem as proximidades da construção: tinham com quem se comunicar e estariam seguros” (1979: 33).

Quanto à fundação de Natal há uma controvérsia que envolve três aspectos: o fundador; a data de fundação e o nome da cidade.

I - Quanto ao fundador:

Há três correntes que se debatem em torno desta questão.

A) Primeira corrente

O fundador de Natal foi Jerônimo de Albuquerque.

Vários historiadores sustentam esta tese. Um deles, de maior notabilidade, é Francisco Adolfo Varnhagen, que diz o seguinte: "Feitas as pazes com os índios, passou Jerônimo a fundar no próprio Rio Grande uma povoação. E como era para isso imprópria a porção do arrecife ilhada (em preamar) em que estava o forte, segundo ainda hoje se pode ver, escolheu para isso o primeiro chão elevado e firme, que se apresenta à margem direita do rio, obra de meia légua acima de sua perigosa barra" (I, 5ª - 1956: 50).

Integram esta corrente outros historiadores como Rafael Galanti, Aires de Casal, A. Gonçalves Dias, Moreira Pinto, Vicente de Lemos (1912: 5), Rocha Pombo (1922: 47), Tavares de Lira (2ª, 1982: 29) e, por último, Tarcísio Medeiros (1973: 29 e 1985: 207).

B) Segunda corrente

O fundador de Natal foi João Rodrigues Colaço.

Sustenta esta opinião o historiador José Moreira Brandão Castelo Branco, que diz o seguinte: "... o primeiro capitão-mor do Rio Grande foi João Rodrigues Colaço, que já governava no ano de 1599, devendo, por isso, ter sido o fundador da cidade do Natal, e não Jerônimo de Albuquerque, mero capitão da fortaleza, o qual desde abril do referido ano, já estava substituído"; (1960: 72). Como se pode ver da leitura do texto, sua tese é frágil, pois, fundamenta-se mais numa dedução - "devendo, por isso, ter sido o fundador" - do que numa prova documental. Esta corrente não teve fôlego para ir adiante.

C) Terceira corrente:

O fundador de Natal foi Manuel Mascarenhas Homem.

Esta tese é sustentada pelos historiadores Luís da Câmara Cascudo e Hélio Galvão. Tem merecido maior credibilidade e firmou-se na tradição histórica da cidade.

O argumento de Câmara Cascudo é o seguinte: "Para mim, o padrinho da cidade do Natal foi Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, comandante da expedição colonizadora. Continuava tão interessado no cumprimento das reais determinações que fora de Olinda à Paraíba, em junho desse 1599, assistir à solenidade do contrato das pazes com os Potiguares, ato possibilitador da criação da cidade, seis meses depois. Acresce que, nessa época, Mascarenhas Homem estava em Natal onde concedeu, a 9 de janeiro de 1600, dada nesta Fortaleza dos Reis Magos sob meu sinal, a primeira sesmaria, à margem esquerda do rio, numa água a que chamam da Papuna, justamente ao capitão João Rodrigues Colaço, seu subalterno. Não abandonaria funções de governança em Pernambuco, enfrentando as asperidades da viagem marítima, se não tivesse deveres de súbita importância, como satisfazer a última parte das instruções do Rei, participando da fundação da cidade. Não há outra explicação para sua presença em Natal. Tinha sido o encarregado da missão e deveria cumpri-la até o final. A cerimônia ocorreu na praça André de Albuquerque..." (Cascudo, L. da Câmara - 1968: 217).

O historiador Hélio Galvão é radical no seu pronunciamento: "Já sabemos quem não é o fundador de Natal: - não é Jerônimo de Albuquerque, que nem mesmo se encontrava no Rio Grande, à época convencionalmente fixada, - não é João Rodrigues Colaço, como por inferência de sua posse no governo, concluiu Moreira Brandão, porque ao assumir o exercício a cidade já estava fundada.

Manuel Mascarenhas Homem é, pois, o fundador da cidade de Natal. Este, precisamente, um dos encargos que lhe foi atribuído como general da conquista: "que logo fosse lá fazer uma fortaleza e uma povoação" (1979: 32).

II - Quanto à data da fundação:

A maioria esmagadora dos historiadores afirma que a cidade de Natal foi fundada no dia 25 de dezembro de 1599. Como disse Hélio Galvão, "a data da fundação da cidade continua sendo 25 de dezembro de 1599. Sem prova documental inequívoca, não seria possível extirpar a tradição quatro vezes secular". (1979: 33). Fora desta data há, apenas, hipótese como a levantada recentemente por Olavo de Medeiros Filho. (1991: 32).

III - Quanto ao nome da cidade:

Temos uma cidade que possuiu vários locativos. Frei Vicente do Salvador fala em "Cidade dos Reis" (1982: 274). Por sua vez, Melchior Estácio do Amaral, narrando o naufrágio da nau Santo Iago, ocorrido em 1602, usou outra denominação: "Neste Rio Grande, que dista da Paraíba quarenta léguas, se viu esta peregrina gente em aperto, por falta de mantimentos (...). Acharam a nova Cidade de Santiago, que ali se principia, e tem já, três casas de pedra e cal..." (Medeiros Filho, O. de - 1991: 31). Ora, naquela época, Portugal continuava sob o domínio espanhol. Por isso, "Cidade de Santiago" seria uma homenagem ao padroeiro da Espanha. Na realidade, este locativo não criou raízes porque, apesar de Portugal estar subordinado ao domínio espanhol de então, a nossa colonização era totalmente portuguesa.

O nome "Cidade do Natal" ou "de Natal", ou simplesmente "Natal", é o que fez tradição ao longo dos séculos. No entanto, o topônimo "Natal" só veio aparecer em 1614, no Auto de Repartição das Terras do Rio Grande do Norte, realizado pelo capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, aos 21 de fevereiro de 1614. (Revista do IHGRN - 1909:5).

POR QUE CIDADE DE NATAL?

Quase todos os historiadores que estudaram o assunto, afirmaram que a cidade tem este nome em homenagem ao nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, em cuja data natalícia a cidade foi fundada. No entanto, diz o padre historiador, Serafim Leite: "Nenhum deles acertou. Chamou-se Natal, porque foi esse o tempo em que a armada entrou na barra do Rio Grande do Norte. Apesar da cidade se começar depois, perpetuou-se, no seu nome, a recordação daquele fato" (Leite, Serafim - I, 1938: 526, nota 1). Nas duas versões, o nascimento de Cristo é o ponto de convergência para a escolha do topônimo Natal.



PRESEPIO

Limites da cidade:

A cidade de Natal foi fundada no pequeno planalto que se estende da atual praça das Mães, na avenida Junqueira Aires, até a descida do Baldo, na direção Sul. O "chão firme e elevado", a que se refere Varnhagen (5ª, I, 1956: 50) é o espaço ocupado, hoje, pela praça André de Albuquerque, palácio do governo, catedral e igreja de Santo Antônio.

Os primitivos limites da cidade foram assinalados por duas cruzes de madeira, postas nas extremidades do sítio escolhido. Costume da cristandade medieval trazido pelos nossos colonizadores. Após estudar a posição destas cruzes, o historiador Nestor Lima chegou à seguinte conclusão:

"Um era a Cruz que ficava no pendor do planalto, ao Norte, provavelmente, à margem da lagoa da Campina, (...), no lugar onde hoje se levanta o palacete da Assembléia Legislativa". Este palacete a que Nestor Lima se refere, é o prédio onde atualmente funciona a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do RN), na Av. Junqueira Aires, vizinho à praça das Mães.

Continua o citado historiador: "Dela dão notícias várias pessoas que a alcançaram e ainda vivem; dela se originou o nome de rua da Cruz, que é atualmente a ladeira, parte sul da avenida Junqueira Aires, por trás daquele edifício, rua de que fala o presidente Henrique Pereira de Lucena, quando refere que a mandou calçar, na extensão de trinta braças, pela importância de 480\$000. Essa Cruz, porém, desapareceu, do mesmo modo que o nome da antiga rua.

A outra ainda existe, embora em fragmentos: é a Santa Cruz da Bica, em cujo caixilho, renovado há poucos anos, estão guardados os fragmentos da primeira Cruz, que provavelmente ali plantou o destemido fundador da nossa urbe". Verdade é que ela estava colocada um pouco mais abaixo da encosta sul da área urbana, quase à margem do rio da Passagem, ou do Baldo, mas, segundo um testemunho fidedigno, foi trasladada para o seu atual pedestal, quando foi da construção dos serviços da "empresa d'água de Natal", de Bigois & Leinhardt". (Lima, Nestor - 1927: 109-110).

A referência atualizada da Santa Cruz da Bica é a seguinte: está localizada na descida do Baldo, olhando para o viaduto e o prédio da COSERN, no ponto onde as ruas Santo Antônio e Voluntários da Pátria se encontram com a rua Padre Pinto. A última restauração feita no local foi realizada pelo prefeito Marcos Formiga, em 19 de agosto de 1983.

Há mais de cem anos que, no dia 3 de maio, fiéis devotos vêm para o local da Santa Cruz da Bica rezar o terço, louvar a Deus e pagar promessas.

Vida pacata

No início da colonização, tudo girava em torno da Fortaleza dos Reis Magos, sede do governo da capitania nascente. Nas primeiras décadas do século XVII, interessava ao governo tão somente a defesa militar do território contra os franceses. Nenhuma política arrojada de povoamento para tornar a terra produtiva. Tudo corria muito devagar, quase obedecendo ao ritmo do sopro do vento orquestrado pelo rugido do mar. Como observou Câmara Cascudo, Natal era “cidade apenas no nome. Uma capelinha de taipa forrada de palhas e os moradores viviam espalhados nos sítios ao redor, plantando roças, caçando, colhendo frutos nos tabuleiros”. (Cascudo, L. da Câmara - 2ª, 1980: 37).

Os primeiros capitães-mores

Cumpridas as duas tarefas que o governador-geral lhe confiara - fundar um forte e uma povoação - Mascarenhas Homem procurou organizar o governo da capitania nascente, nomeando o seu primeiro governante, que foi João Rodrigues Colaço.

Por ordem cronológica, damos a seguir, a relação dos primeiros capitães-mores do Rio Grande do Norte, até a invasão holandesa:

- 1º - João Rodrigues Colaço - de 09 de janeiro de 1600 a julho de 1603.
- 2º - Jerônimo de Albuquerque - de agosto de 1603 a “fins de 1609 ou princípio de 1610”. (Cascudo, L. da Câmara - 1939: 5).
- 3º - Lourenço Peixoto Cirne - “Deve ter assumido em 1610 e governado até outubro de 1613”. (Idem - 1939: 5).
- 4º - Francisco Caldeira Castelo Branco - de outubro de 1613 a junho de 1615.
- 5º - Estevão Soares de Albuquerque - de 14 de setembro de 1613 até 1616.
- 6º - Ambrósio Machado de Carvalho - de 20 de agosto de 1616 até março de 1621.
- 7º - André Pereira Temudo - de 18 de março de 1621 até o início de 1623.
- 8º - Bernardo da Mota - de 3 de março de 1623 até meados de 1624.
- 9º - Francisco Gomes de Melo - de 13 de junho de 1624 até meados de 1627.
- 10º - Cipriano Pita Porto Carreiro - de 22 de julho de 1627 até abril de 1631.
Observou Hélio Galvão que, “para substituir Cipriano Pita foram nomeados, mas nenhum deles completou o período”.
- 11º - Francisco de Almeida Mascarenhas;
- 12º - Simão Ferreira Lagarto e o
- 13º - Jacinto de Siqueira de Sampaio. (Galvão, Hélio - 1979: 47).
- 14º - Pero Mendes Gouveia - governava a capitania, “em dezembro de 1633 quando os holandeses se apoderaram do Forte dos Reis Magos”.
(Cascudo, L. da Câmara - 1939: 6).

As primeiras sesmarias

Uma das atribuições dos capitães-mores era distribuir sesmarias ou datas de terra como forma de incentivar o povoamento e a produção nas colônias. No caso do Brasil, o tamanho de uma sesmaria ou data de terra variava, em média, “de uma a quatro léguas (entre 6 a 24 quilômetros)”. (Koshiba, Luiz - 5ª, 1987: 35).

A primeira sesmaria do Rio Grande do Norte foi doada por Manuel Mascarenhas Homem a João Rodrigues Colaço, aos 9 de janeiro de 1600, um pouco antes de sua posse no cargo de capitão-mor da capitania. Conforme o “Auto da Repartição das Terras do Rio Grande do Norte”, de 1614, esta data de terra “era de duas mil e quinhentas braças ao longo do rio Potengi...” (Revista do IHRGN - 1909:18). Ao assumir o governo da capitania, João Rodrigues Colaço distribuiu 51 datas de terra, das quais 18 foram localizadas no “sítio da cidade”. As demais, localizaram-se às margens dos rios Potengi, Jundiá, Pirangi, Curimataú e outros rios próximos ao litoral.

Com o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque e os seus sucessores mais próximos, a colonização avançou pelo litoral Sul, em direção ao Estado da Paraíba: São José do Mipibu, Nísia Floresta (antiga Vila Imperial de Papary), Arês, Goianinha, Vila Flor e Canguaretama. Nesta marcha colonizadora, há um fato que merece destaque: foi a data de terra que Jerônimo de Albuquerque concedeu aos seus dois filhos - Antônio e Matias de Albuquerque - aos 2 de maio de 1604, na várzea de Cunhaú (município de Canguaretama). Foram 5 mil braças quadradas de terra (Auto de Repartição das Terras do Rio Grande do Norte - 1909: 38). Daí surgiu o engenho Cunhaú, tão famoso na história norte-rio-grandense e de onde se ergueu uma das maiores riquezas do período colonial potiguar.

Este foi o cenário do início da colonização portuguesa no Rio Grande do Norte: lento e tardio. Um século após a chegada de Pedro Álvares Cabral às praias de Porto Seguro (Bahia).

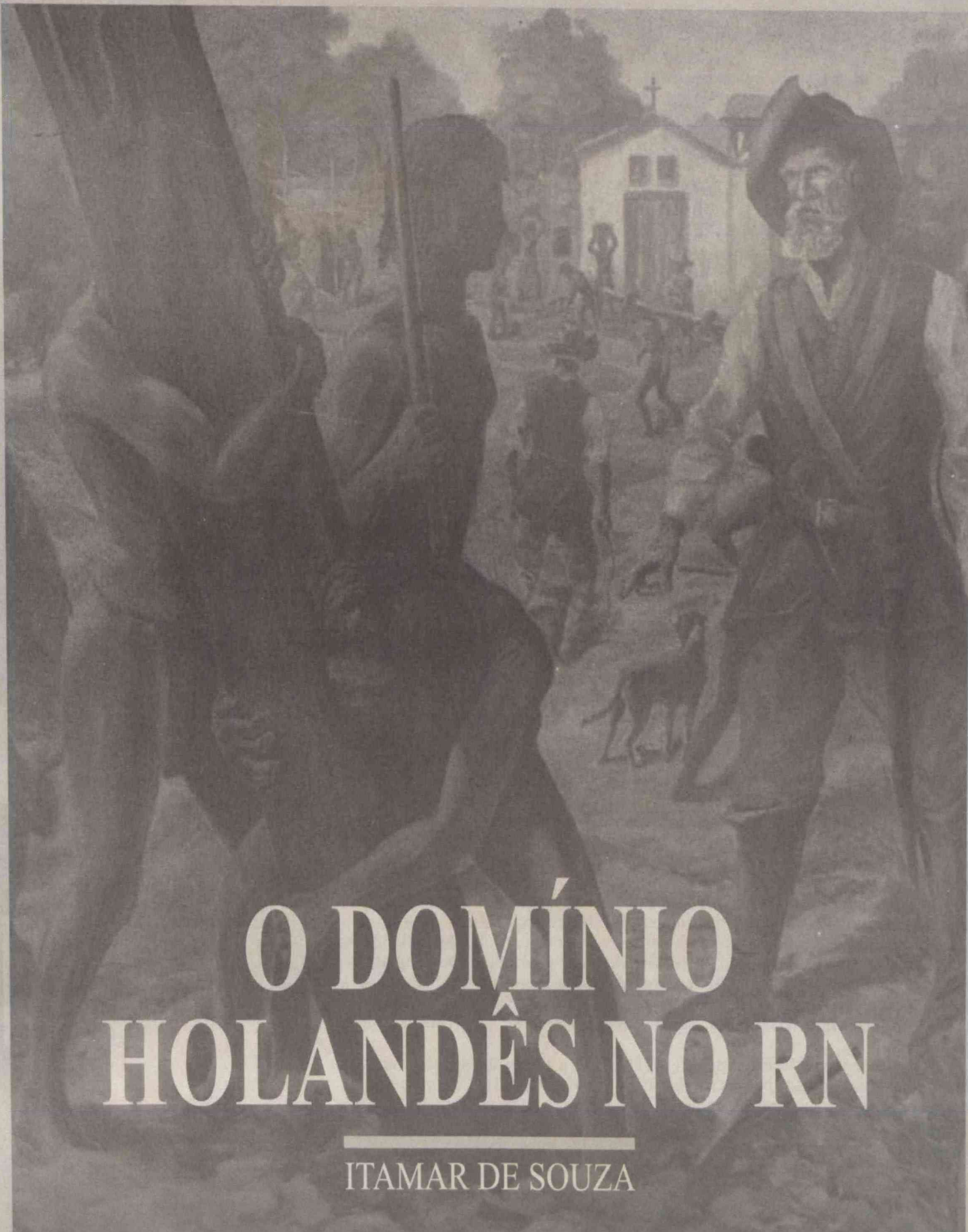
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1982 - Vicente do Salvador, Frei - História do Brasil: 1500-1627, Belo Horizonte, Editora Itatiaia.
 1979 - Galvão, Hélio - História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura.
 1955 - Cascudo, L. da Câmara - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
 1989 - D'Estaing, Valerie-Anne Giscard - Le Livre Mondial des Inventions, 1990, Paris, Fixot.
 1961 - Munford, Lewis - A Cultura das Cidades, Belo Horizonte, Editora Itatiaia.
 1965 - Lopetegui, L. e Zubillaga, F. - História de la Iglesia En La América Española, Madrid, BAC.
 1994 - Souza, Itamar de - Bartolomeu de las Casas, Brasília, Editora Ramos.
 1982 - Lira, Tavares de - História do Rio Grande do Norte, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
 1938 - Leite, Serafim - História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 1912 - Lemos, Vicente - Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Tipografia "Jornal do Comércio".
 1922 - Pombo, Rocha - História do Estado do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Editores Anuario do Brasil.
 1973 - Medeiros, Tarcísio - Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte, Natal, Imprensa Universitária.
 1985 - Idem - Proto História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Presença Edições/FJA.
 1992 - Silva, Francisco de - História do Brasil, São Paulo, Editora Moderna.
 1960 - Peres, Damião - História do Descobrimento Portugueses, Coimbra, Editora do Autor.
 1988 - Manzano, Juan & Maria, Ana - Los Pinzones y El Descubrimiento de América, Madrid, Ediciones de Cultura Hispânica.
 1993 - Oliveira, Guarino Alves de - Memorial de Vicente Pinzon, Fortaleza, Gráfica e Editora Simões.
 1976 - Abreu, João Capistrano de - O Descobrimento do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 1896 - DECRETOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, Typ. Da Empresa Graphica de Reaud & C^a.
 1976 - Holanda, Sérgio Buarque (Dir.) - História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, DIFEL.
 1994 - Fontana, Ricardo - O Brasil de Américo Vespúcio, Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
 1956 - Varnhagen, Francisco Adolfo - História Geral do Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos.
 1960 - Castelo Branco, José Moreira Brandão - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN, Natal, vol. LIII.
 1968 - Cascudo, L. da Câmara - Nomes da Terra, Natal, Fundação José Augusto.
 1991 - Medeiros Filho, Olavo de - Terra Natalense, Natal, Fundação José Augusto.
 1909 - Auto da Repartição das Terras do Rio Grande do Norte - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN, Natal, Typographia do Instituto, vol. VII, nº 1 e 2.
 1927 - Lima, Nestor - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN, Natal, Typ. d'A República, volumes XXIII-XXIV.
 1980 - Cascudo, L. da Câmara - História da Cidade do Natal, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 1939 - Cascudo, L. da Câmara - Governo do Rio Grande do Norte, Natal, Livraria Cosmopolita.
 1987 - Koshiba, Luiz - História do Brasil, São Paulo, Atual Editora.

EXPEDIENTE

NATAL/RN, 25 DE MAIO DE 1999

Diretor Presidente: Paulo Cabral de Araújo - **Diretor Geral:** Albimar Furtado - **Diretor Administrativo Financeiro:** Deliomar Soares - **Diretor de Redação:** Osair Vasconcelos - **Promoções e Projetos Especiais:** Afonso Laurentino Ramos - **Gerente de Desenvolvimento:** Ana Maria Godoy Novaes - **Gerente de Marketing:** Fernando Amaral - **Gerente Comercial:** Sérgio Farias - **Gerente de Circulação:** José Luiz Silva - **Direção de Arte:** Carlos Soares - **Assistente de Arte:** Jussie Costa - **Fotografias:** Arquivo Fotográfico do Diário de Natal/Geovanni Sérgio - **Foto da Capa Dura:** Geovanni Sérgio - **Coordenação do Projeto Ler:** Aldemir Fernandes - **Pesquisa e Textos:** Historiador Itamar de Souza - **Digitação:** Maria Auricéia - **Revisão:** Luis Sérgio - **Editora O Diário S/A** - Av. Deodoro, 245 - Petrópolis - Natal/RN - Telefax: 55(084) 211-5610



O DOMÍNIO HOLANDÊS NO RN

ITAMAR DE SOUZA

O DOMÍNIO HOLANDÊS NO RIO GRANDE DO NORTE

Desde o século XV, que os Países Baixos (Holanda) foram incorporados ao domínio espanhol. Naquela época, eram um aglomerado de províncias independentes, que enriqueceram fazendo comércio com toda a Europa.

O imperador da Espanha, Carlos V (1516 - 1556), educado em Bruxelas, assumiu o poder na mesma época em que Martinho Lutero rompeu com a Igreja Católica. Apesar de ter procurado sufocar a rebelião luterana, terminou reconhecendo, em 1552, "a igualdade política de católicos e protestantes" naqueles países. (Terreno, José - 1971: 235). Para estes países, onde o calvinismo era muito forte, ele adotou uma política tolerante, respeitando as leis e os costumes locais. (Koshi-ba, Luiz - 5ª, 1987: 63).

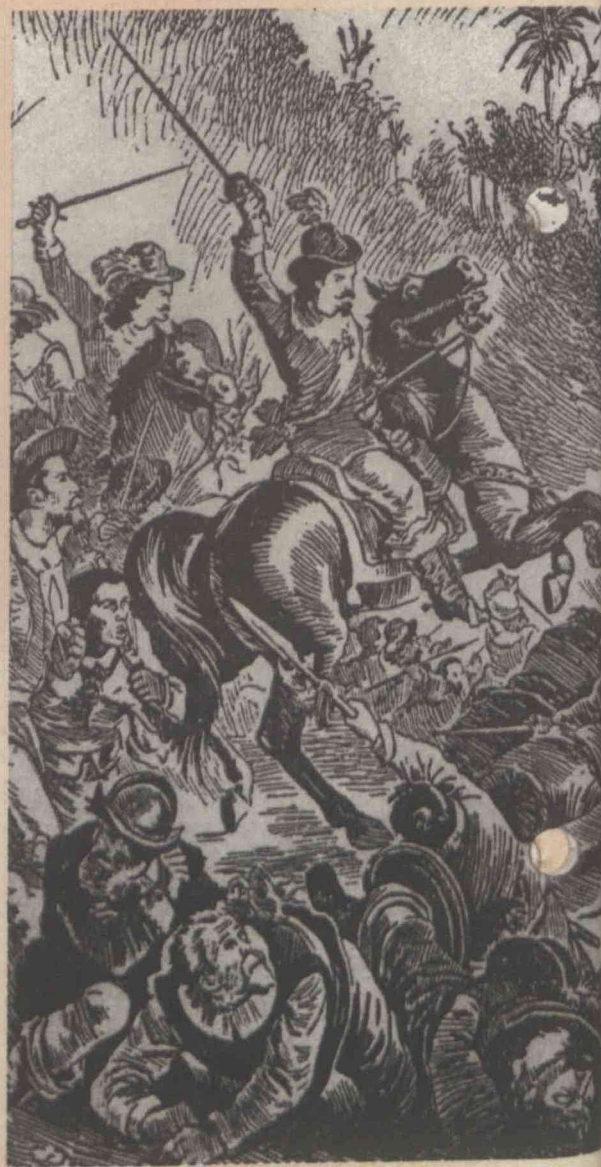
Carlos V foi sucedido no trono espanhol por Felipe II (1556 - 1598). Segundo Terrero, ele "era o monarca mais poderoso do seu tempo. Possuía os reinos da Espanha, os imensos territórios americanos, parte das Filipinas e das Molucas; Milão, Nápoles, Sicília e Sardenha; os Países Baixos e o Franco Condado. Na África, as Ilhas Canárias, e reconhecem sua autoridade alguns lugares do Norte. Em 1580 agregou Portugal com suas **Colônias... Nos domínios espanhóis não se punha o sol, mas a Fazenda do rei estava exausta e o povo na miséria**". (1971: 271).

No que toca aos Países Baixos, Felipe II desenvolveu uma política externa radical. No seu absolutismo, não havia espaço para a tolerância, nem política nem religiosa. Por isso, procurou eliminar a autonomia relativa de que gozavam as províncias flamengas, entregando o seu governo a elementos estrangeiros. E para perseguir os calvinistas, ele instalou a Inquisição. A nobreza flamenga reagiu, formando uma Liga, em 1564, a encaminhou à Governadora Margarita de Parma, filha natural de Carlos V, um memorial contendo muitas reivindicações. Os nobres "consideraram insuficientes as concessões feitas pelo rei, e o povo saqueou os templos católicos e provocou tumultos". (Terrero, José - 1971: 273).

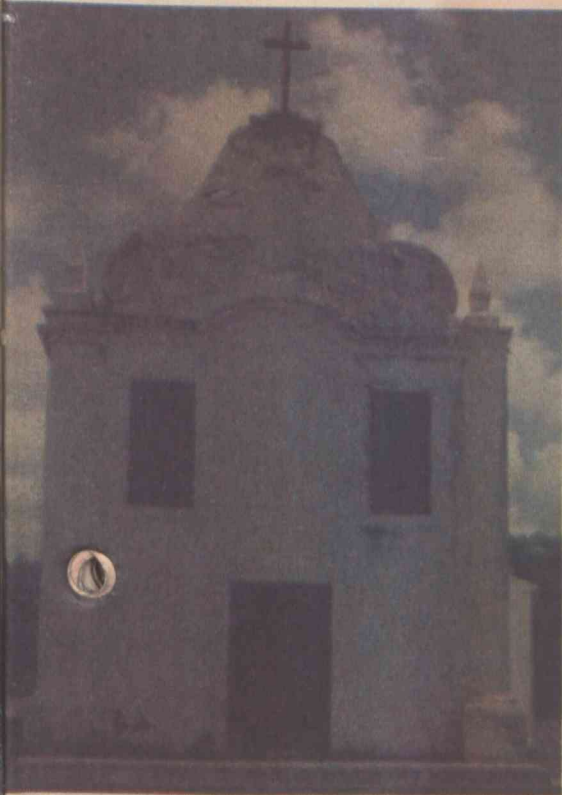
Eram os primeiros movimentos para a conquista da independência. Para abafar a revolta, Felipe II concedeu plenos poderes ao Duque de Alba e colocou a seu serviço um exército de 12.000 soldados. Em agosto de 1567, ele entrou em Bruxelas, e logo instalou o "Conselho dos Tumultos" chamado popularmente de "Tribunal Sangrento". Durante seis anos, Alba governou com mão de ferro, prendendo e condenando à fogueira líderes calvinistas e nacionalistas. Mesmo com a sua retirada e a adoção de uma política mais branda, a revolta dos holandeses continuou, transformando-se em guerra de independência apoiada pela Inglaterra. Enfraquecida pela derrota da Invencível Armada, imposta pelos ingleses, a Espanha resolveu fazer uma trégua com os Países Baixos, a Trégua dos Doze Anos (1609 - 1621), na qual reconheceu, de fato, a independência das Províncias Unidas da Holanda.

Durante o reinado de Felipe IV (1621 - 1665), a guerra da Espanha contra os holandeses foi reiniciada por determinação do Conde-Duque de Olivares, espécie de primeiro-ministro daquele monarca. Foi justamente nesse período que os flamengos invadiram o Nordeste brasileiro, trazendo para o nosso território o ódio das lutas religiosas travadas na Europa entre católicos e protestantes.

É importante lembrar este aspecto para podermos entender os massacres que os holandeses praticaram no Rio Grande do Norte. Por outro lado, é necessário salientar, desde logo, que o principal motivo que os trouxe aqui foi de ordem econômica, e não religiosa.



LUTA DOS PERNAMBUCANOS CONTRA OS HOLANDESES



CAPELA DE N. S. DAS CANDEIAS, RESTAURADA
- ENGENHO CUNHAÚ

Por várias razões, na estratégia dos holandeses foi o Brasil o seu alvo predileto. Suas riquezas naturais, a promissora indústria açucareira, assim como a sua posição estratégica no oceano Atlântico, propícia ao saque de barcos espanhóis e portugueses. Segundo Robert C. Simonsen, "só entre 1623 e 1636 foram tomados ou incendiados 547 barcos espanhóis e portugueses, que, com as cargas que conduziam, e mais prejuízos causados, elevaram a mais de 100.000.000 de florins as perdas dos ibéricos..." (6ª, 1969: 120).

Mas, antes de invadirem e se fixarem em Pernambuco, piratas holandeses atacaram vários pontos do litoral brasileiro. Verdade é que, no final de 1599, sete navios comandados pelos capitães Hartman e Broer, "durante cinquenta e cinco dias assolaram (...) o Recôncavo baiano, e, apesar da resistência que lhes opôs o Governador interino Álvaro de Carvalho, retiraram-se com boa presa". (Vianna, Hélio - 12ª, 1975: 140). Ataques semelhantes eles realizaram no Ceará, em Santos e, sobretudo, no Norte do Brasil. Para expulsá-los do Pará e do Amapá, os luso-brasileiros travaram sucessivas batalhas em 1623, 1625, 1629, 1639 e 1646. (Vianna, Hélio - 12ª, 1975: 141). Entretanto, foi no Nordeste onde eles tiveram mais êxito. O fato é que, em 1623, a Companhia das Índias Ocidentais organizou uma armada de vinte e seis embarcações, que transportaram 509 canhões, 1.600 marinheiros e 1.700 soldados de desembarque. (Vianna, Hélio - 12ª, 1975: 142). Naquela época, a Holanda era o "único país da cristandade" onde o povo judeu "vivía tranquilo". Por isso, "por intermédio dos judeus estabelecidos no Brasil se colheram todas as informações necessárias" para a invasão da Bahia. (Southey, Robert - 4ª, V. I, 1977: 314).

Em 1624, os holandeses atacaram e tomaram de assalto a cidade do Salvador, capital do Brasil naquela época. Permaneceram aí até 1627, quando foram expulsos pelos portugueses. Esta invasão causou um grande impacto em Lisboa e Madrid. Os alvos seguintes foram aquelas capitanias que eram grandes produtoras de açúcar: Pernambuco, Itamaracá, Sergipe, Paraíba e Alagoas. Veremos adiante que a invasão do Rio Grande do Norte foi realizada por outra razão. É importante lembrar que, dos quase 200 engenhos existentes no Brasil em 1600, a metade estava em Pernambuco. (Buescu, Mircea - 1970: 66).

Segundo Robert Southey, a Companhia das Índias Ocidentais calculou que, na capitania de Pernambuco, os flamengos "poderiam anualmente carregar de açúcar cento e cinquenta navios. Também seus portos eram outras tantas estações de onde sairiam os corsários a interceptar os galeões da Índia". (4ª, V. I, 1977: 332).

Não obstante Matias de Albuquerque, nomeado pelo rei para defender as capitanias, ter se preparado, o seu poder de fogo era muito inferior ao do inimigo flamengo. A armada holandesa que invadiu Pernambuco em fevereiro de 1630, era composta de cinquenta e seis élio - 12ª, 1975: 145). Apesar da permanente resistência dos pernambucanos, os holandeses impuseram o seu domínio durante 24 anos, isto é, de 1630 a 1654. Neste período, eles expandiram o seu raio de ação invadindo Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Ceará. Esta última capitania foi invadida por insistência do aventureiro Johan Maxuel, "auxiliado pela ação dos aborígenes descontentes com os lusos". (Girão, Raimundo - 1986: 82). navios e iates, fortemente artilhados, trazendo 3.780 tripulantes e 3.500 soldados". (Vianna, Hélio - 12ª, 1975: 145). Apesar da permanente resistência dos pernambucanos, os holandeses impuseram o seu domínio durante 24 anos, isto é, de 1630 a 1654. Neste período, eles expandiram o seu raio de ação invadindo Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Ceará. Esta última capitania foi invadida por insistência do aventureiro Johan Maxuel, "auxiliado pela ação dos aborígenes descontentes com os lusos". (Girão, Raimundo - 1986: 82).

A situação ficou tão favorável aos invasores que o Padre Antônio Vieira, amigo íntimo de D. João IV, rei de Portugal, e seu ministro de Relações Exteriores em várias ocasiões, para acabar com a guerra em Pernambuco, propôs o seguinte àquele monarca, em 1647: dar aos holandeses a capitania de Pernambuco, uma terça parte de Sergipe e toda a colônia de Angola. Ao dossiê contendo as razões desta proposta, D. João IV chamou de "Papel Forte". (Azevedo, J. Lúcio - 2ª V. I, 1931: 155).

No momento que o Conselho de Estado discutia e rejeitava a proposta de Antônio Vieira, aconteciam em Pernambuco as batalhas dos Guararapes (1648/49), que reacenderam, em Lisboa, a esperança de uma vitória definitiva contra os invasores.

O comércio entre a Os holandeses Holanda e Portugal invadem o Brasil

Antes da expansão marítima lusitana, os holandeses já faziam comércio com Portugal. Com o advento da Era dos Descobrimentos, este intercâmbio comercial foi intensificado. A Holanda comprava aos portugueses os produtos orientais que eles traziam e os revendiam para toda a Europa. Em troca, recebiam pau-brasil, sal, açúcar, peles e outros produtos oriundos das colônias portuguesas.

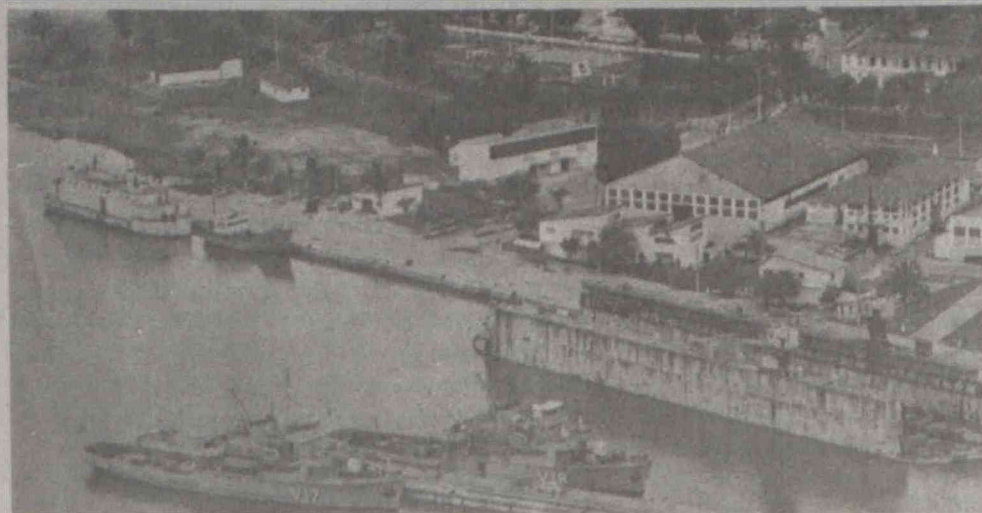
Lembra o historiador Hélio Vianna que "mesmo no tráfico de escravos negros da África para o Brasil, salientaram-se os armadores da Holanda, cujas embarcações típicas, as **Urcas**, deixaram lembranças na toponímia carioca - o **Morro da Urca** -, próximo ao Pão de Açúcar da entrada da barra guanabarina". (12ª, 1975: 139).

Através deste intercâmbio comercial, os Países Baixos se enriqueceram e, ao mesmo tempo, mantiveram Portugal na sua dependência econômica.

Com a subordinação de Portugal à Espanha, em 1580, e a política repressiva que o rei Felipe II desenvolveu contra os Países Baixos, a liberdade de comércio entre os portugueses e os holandeses foi seriamente prejudicada. O fato é que aquele monarca, ordenou "o confisco dos navios flamengos que estivessem nos portos de seus novos domínios, europeus, africanos, asiáticos e americanos. Idênticas medidas foram determinadas em 1590, 1595 e 1599, no último ano já no reinado de seu sucessor, Felipe III". Estas medidas significavam a eliminação dos holandeses do comércio com Portugal e grande parte do resto do mundo devido à imensidão do império espanhol. Era uma espécie de bloqueio comercial que isolava a Holanda do resto do mundo. Mesmo assim, o intercâmbio comercial luso-flamengo continuou vigoroso durante a trégua de 1609-1621, feito de contrabando com a cumplicidade dos funcionários do governo português. Deste modo, os comerciantes holandeses "passaram a dominar entre a metade e dois terços da navegação para o Brasil. Desta maneira, cerca de 50 mil caixas de açúcar, mais ou menos equivalentes a 1 milhão de arrobas, chegavam aos portos dos Países Baixos, onde supriam 29 refinarias". (Enciclopédia Mirador Internacional - V. 11, 1976: 5793). Uma vez refinado, o açúcar era vendido para todo o mercado europeu.



Para fugir do isolamento comercial que lhes fora imposto pelo rei Felipe II, os mercadores holandeses criaram duas grandes empresas marítimas: em 1602, a **Companhia das Índias Orientais**; e, em 1621, a **Companhia das Índias Ocidentais**. Esta última recebeu enormes privilégios e atribuições. Segundo Herman Wätjen, "à nova Sociedade foi concedido um monopólio comercial por vinte e quatro anos, para a costa ocidental da África desde o trópico de Câncer até ao Cabo da Boa Esperança, para a América do Norte e do Sul e igualmente para o Oceano Pacífico, a leste da Nova Guiné. Foi-lhe conferido ao mesmo tempo o direito de firmar alianças e tratados de comércio com os soberanos nativos de todas as regiões que tivesse de ocupar, de construir fortes, de nomear governadores e funcionários, os quais deviam obedecer às ordens da Companhia, mas também às determinações dos Altos Poderes. O Estado obrigava-se a fornecer as tropas que fossem precisas para a execução dos empreendimentos". (1938:78).



PELOS NOSSOS PORTOS, OS PRODUTOS BRASILEIROS ERAM ESCOADOS PARA A EUROPA

Os Holandeses no Rio Grande do Norte

Motivo da Invasão

Que motivos teriam determinado a invasão do Rio Grande do Norte pelos holandeses, se existia aqui, naquela época, apenas o engenho Cunhaú produzindo açúcar? Enquanto na conquista de Pernambuco, como vimos anteriormente, o fator preponderante foi a produção açucareira, no caso do Rio Grande do Norte, o que atraiu os holandeses foi a abundância de gado bovino, secundada pela produção de farinha de mandioca e o fornecimento de peixe seco. Por conseguinte, no cenário do domínio holandês no Nordeste, o Rio Grande do Norte funcionou como retaguarda fornecedora de alimentos, garantindo o abastecimento das tropas invasoras. Verdade é que, em 1633, ano em que os holandeses impuseram o seu domínio sobre nós, já possuíamos um rebanho de 20.000 cabeças de gado. (Cascudo, L. Câmara - 2ª, 1980: 37). Por sua vez, o alemão Joan Nieuhof, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, que viveu no Brasil de 1640 a 1649, no seu livro de memórias, relatou a importância que o Grande Conselho Holandês atribuía ao gado potiguar para a sobrevivência das flamengos. Veja o que foi dito na sessão realizada em 13 de janeiro de 1646: "Considerou-se, então, que, se o inimigo dominasse o interior e nos privasse do fornecimento de gado e farinha do Rio Grande, justamente numa ocasião em que Itamaracá e Paraíba também estavam bloqueadas, ser-nos-ia quase impossível manter a posse do Brasil holandês, enquanto não chegassem da

Metrópole os socorros esperados". (Nieuhof, Joan - 1981: 269).

Ao referir-se à pecuária do Brasil Holandês, Herman Watjen afirma que "este importante ramo da economia rural tinha o seu campo de ação no Sul de Pernambuco e no Rio Grande, sendo que o maior fornecimento de reses para o consumo era feito pelos criadores do gado do Rio Grande... Sem o Rio Grande, os soldados holandeses tão miseravelmente tratados, com os seus recursos dos armazéns, ficariam condenados a morrer de fome; sem o Rio Grande a alimentação da população de Pernambuco, seria uma coisa impossível". (1938: 442-443).



Incursões no Litoral

Antes de atacarem e tomarem definitivamente a Fortaleza dos Reis Magos em 1633, os holandeses fizeram quatro incursões no litoral potiguar visando fazer o reconhecimento da área.

A primeira aconteceu em 1625. Procedente da Baía da Traição, onde estava ancorada "a grande esquadra de Edam Boudewijn Hendrikszoon, que chegara tarde para salvar o domínio holandês na cidade do Salvador" (Cascudo, L. Câmara - 1955: 61), chegou ao litoral potiguar o capitão Uzeel. Era 19 de julho de 1625. Desembarcou em Cunhaú e "foi até o engenho deste nome com um grupo misto, soldados e índios. Em virtude da distância entre o engenho e o porto, não pôde trazer nada, mas viu tudo. Voltou ao quartel a 23, "sem trazer coisa alguma, salvo os indígenas que trouxeram limões para os doentes". (Galvão, Hélio - 1979: 64).

Em maio de 1630, ocorreu a segunda penetração, realizada por Adriano Verdonk. Entrou por Cunhaú, passou por São José de Mipibu, avançou pelos taboleiros de Cajupiranga e foi até à Fortaleza dos Reis Magos, anotando minuciosamente tudo o que os seus olhos de espião alcançaram. (Cascudo, L. da Câmara - 1955: 61).

No ano seguinte, 1631, aconteceram as duas últimas incursões de holandeses no território potiguar. Tudo começou pela iniciativa de um índio, chamado Marcial, que, dizendo-se enviado pelos chefes cariris - Janduí e Oquenuçu - foi a Recife convidar os holandeses para ocuparem

o Rio Grande do Norte. (Cascudo, L. Câmara - 1955: 62). Atendendo ao seu pedido, o Conselho Holandês resolveu mandar uma expedição que foi comandada pelo capitão Albert Smient, auxiliado pelo capitão Joost Closter. Além de Marcial, vieram também, na tripulação, alguns indígenas que tinham feito estágio na Holanda.

O objetivo desta expedição era "angariar o apoio dos naturais e colher dados exatos sobre a situação e recursos da região que fosse costeada. Foi percorrido todo o litoral paraibano e depois o rio-grandense, sendo que, a algumas léguas além de Natal, o capitão Smient fez desembarcar (10 de novembro) uma pequena força, que, durante a noite, guiada pelo clarão de uma fogueira, encontrou vários indígenas em companhia de 17 mulheres e crianças, que o português João Pereira trazia da cidade. Esse português foi assassinado; e, verificando-se entre os papéis, que tinha em seu poder, alguns que continham informações pormenorizadas sobre o Ceará, resolveu o referido capitão Smient voltar com eles ao Recife na chalupa, continuando Closter a viagem de exploração no iate". (Lyra, A. Tavares de - 1915: 20). O lugar onde o capitão Smient desembarcou, chamava-se Uranduba, cerca de 21 léguas ao norte do Potengi. (Cascudo, L. da Câmara - 1955: 62).

A última penetração aconteceu em 21 de dezembro de 1631. O Conselho Político Holandês mandou uma grande esquadra sob o comando do Tenente-Coronel Hartman Godefried van Steyn Callenfels. Umas fontes indicam que a frota se compunha de 14 navios e 10 companhias (Laet), mas, outras registram 29 navios e 19 companhias. (Galvão, Hélio - 1979: 65). De qualquer forma, um considerável poder bélico!

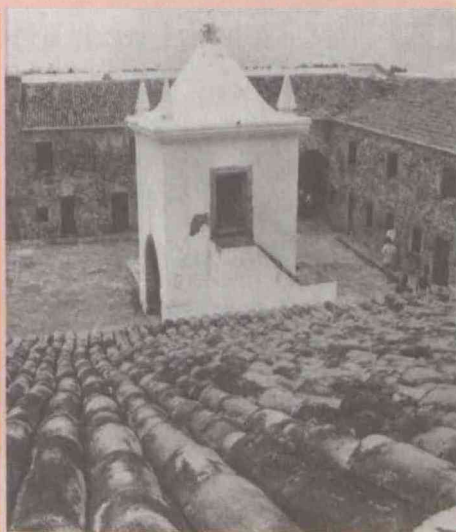
Ao passar a armada no litoral da Paraíba, foi vista por um navio português, cujo comandante avisou, de imediato, ao governador da capitania, Antônio de Albuquerque. Sem tardança, ele enviou o seu irmão Matias de Albuquerque para reforçar a defesa da Fortaleza dos Reis Magos. Enquanto este deslocou-se por terra, trazendo "três companhias e duzentos índios, o Capitão João Vasques de Dueñas veio pelo mar transportando "sua companhia, pólvora e munições". No dia 28 de dezembro de 1631, estavam todos na Fortaleza dos Reis Magos, aguardando o ataque dos holandeses. (Galvão, Hélio - 1979: 66). Temendo uma derrota, o comandante da armada holandesa desistiu de penetrar na barra do Potengi. Seguiu em frente indo desembarcar seus soldados "na enseada de Domingos Martins, proximidades de Genipabu". Permaneceram aí até o dia 4 de janeiro de 1632, tomando banho de mar e comendo muita carne assada. (Idem - 1979: 66). Ao retornar para Recife, os flamengos levaram a bordo 245 bois. (Cascudo, L. da Câmara - 2ª, 1992: 4).

Preocupado com o teatro de guerra que se preparava ao seu redor, o comandante da Fortaleza dos Reis Magos, Cipriano Pita Porto Carreiro, escreveu ao rei de Espanha e Portugal, contando as ocorrências e solicitando providências.



A TOMADA DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS

De posse de numerosas informações geográficas e econômicas, colhidas por ocasião das penetrações feitas anteriormente, os holandeses resolveram, então, dar o lance definitivo tomando a Fortaleza dos Reis Magos, em dezembro de 1633.



FORTALEZA DOS REIS MAGOS

A esquadra que conquistou este ponto estratégico do território potiguar zarpar de Recife a 5 de dezembro, sob o comando do Almirante Jean Cornelissen Lichthard. Segundo Joan Nieuhof, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, esta esquadra compunha-se de "808 homens embarcados em 4 navios e 7 iates". (1981: 89). Hélio Galvão fala em "oito companhias, quatro de fuzileiros e quatro de mosqueteiros", transportados em 13 iates e 2 chalupas (antigo navio à vela). (1979: 67).

O comandante das operações militares era o Tenente-Coronel Baltasar Bima. Vieram também, nesta expedição, o Conselheiro Carpentier e um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, Matias van Keulen.

No dia 8 de dezembro, pela manhã, as tropas desembarcaram em Ponta Negra. (Galvão, Hélio - 1979:68). Ponto discutível. Câmara Cascudo questiona: "Ponta Negra propriamente não é possível. A primeira enseada para o norte é Aiviana, até Barreira d'Água. Comunicam-se por saliências quase imperceptíveis, no ondulado do litoral. Desceram aí os flamengos, sempre à vista da Ponta denominadora da região praiana". (2ª, 1992: 6-7).

Feito o desembarque dos primeiros contingentes, as forças se dividiram conforme o plano de operação, traçado previamente: uma parte avançou pelo mar, e a outra veio por terra, rompendo tabuleiros e dunas até chegar à povoação da Natal. Ficou aí uma parte das tropas, e o restante seguiu, em marcha batida, para as proximidades da Fortaleza.

Segundo o estudo publicado pelo Dr. Alfredo de Carvalho, os holandeses construíram o seu acampamento "à distância dum tiro de fuzil do forte, mas, abrigado do fogo do mesmo por uma duna". No alto deste duna, que se eleva "quase ao mesmo nível do forte", eles colocaram as suas peças de artilharia. (Carvalho, Alfredo de - 1906: 175-176).

Após examinar um mapa holandês de 1633, Câmara Cascudo concluiu peremptoriamente: "são visíveis as oito dunas sobre as quais foram postas as três baterias de canhões" (2ª, 1992: 9).

Onde ficaram os navios holandeses? Fundearam "no local denominado Ponta do Gaspar Rabelo, aí desembarcando e ocupando as adjacências, protegidas da ação ofensiva da artilharia". (Galvão, Hélio - 1979: 68).

De 8 a 10 de dezembro, os canhões de ambos os lados vomitaram suas balas mortíferas. No dia 10, uma bala feriu gravemente o comandante da Fortaleza, Pero Mendes Gouveia. No dia 12, surgiu sobre as muralhas daquele prédio uma bandeira branca, pedindo paz. A luta era muito desigual: 85 homens dentro da Fortaleza resistindo ao ataque de 808 flamengos. Começaram, então, as negociações para a entrega do forte.



Rendição ou Traição?

Quando viu a bandeira branca tremulando sobre as muralhas do velho forte, o Coronel Baltasar Bima encaminhou uma mensagem ao comandante da fortaleza, exigindo a sua imediata rendição. Mesmo gravemente ferido, sem um braço que lhe fora arrancado por um projétil, Pero Mendes Gouveia respondeu com altivez:

“Estou bem certo das boas disposições e cortesia de V. Exma., como bom soldado que é, em todos os assuntos e principalmente nos negócios de guerra. Mas V. Exma., deve saber que este forte foi confiado à minha guarda por S. M. Católica, e só a ela ou a alguém de sua ordem o posso entregar e a mais ninguém, preferindo perder mil vidas a fazê-lo, e do mesmo espírito se acham animados todos os meus companheiros, achando-nos bem providos de todo o necessário. Pero Mendes Gouveia”. (Galvão, Hélio - 1979: 70).

Quem teria, então, içado a bandeira branca? Pessoas estranhas que estavam dentro do forte é que tomaram aquela iniciativa. Eram elas: Sargento Sebastião Pinheiro Coelho, foragido de uma prisão da Bahia; Simão Pita Ortigueira, preso na Fortaleza, condenado à morte; Domingos Fernandes Calabar, que viera na expedição. (Galvão, Hélio - 1979: 70). Afirma Frei Raphael de Jesus que "o primeiro que entrou na praça foi Calabar (...), ou para assegurar o concerto, ou para se conhecer o autor do contrato". (1844: 88).

Uma carta de rendição foi levada ao Coronel Baltasar Bima, que a rejeitou porque não continha a assinatura do comandante da Fortaleza.

No entanto, argumentaram os negociadores da rendição que aquele documento expressava "o pensamento dos que agora estavam responsáveis pela praça, enfermo o seu comandante, os quais se comprometiam a entregá-la. Estes fatos ocorriam a bordo de um dos navios". (Galvão, Hélio - 1979: 70).

O documento estava assinado pelo sargento Sebastião Pinheiro Coelho, que auto-proclamou-se comandante da guarnição, falando em nome de todos os oficiais e soldados. Após os holandeses atenderem algumas reivindicações dos derrotados, foi hasteada a bandeira flamenga em substituição à portuguesa. Era 12 de dezembro de 1633. Iniciava-se o domínio holandês no Rio Grande do Norte, de triste memória, que durou até fevereiro de 1654. Naquele momento de muita excitação, os holandeses praticaram um ato de humanidade: o Dr. Nicolau, cirurgião que viera na expedição, fez curativos no comandante Pero Mendes e, depois, transportaram-no para Recife no navio do capitão Smient. (Galvão, Hélio - 1979: 71).



SEDE DO ENGENHO FERREIRO TORTO RESTAURADA - MACAÍBA

Considerando a situação dos negociadores perante a justiça - um preso e outro condenado à morte -, assim como a rapidez com que tudo aconteceu, pode-se concluir que a rendição foi negociada. Há entre os historiadores duas correntes: uns acham que foi rendição; outros, porém, acreditam mesmo que houve traição. Frei Raphael de Jesus foi contundente: “a negociação tinha comprado a contingência da batalha. Rendeu-a o Flamengo com a vista... Com pretexto de cobarde a entregou o tenente governador, que era um sargento: pareceu-lhe a fraqueza menos feia que a traição; facilmente cai na vileza quem se delibera a viver da infâmia”. (1844: 88).

Em 20 de dezembro, os holandeses mudaram o nome da Fortaleza dos Reis Magos para **Castelo de Keulen**, em homenagem ao diretor da Companhia das Índias Ocidentais, que viera na expedição e assistira a tudo.

Durante os 21 anos que os holandeses viveram por aqui, o Rio Grande do Norte teve os seguintes governadores flamengos: Capitães Joris Garstman Bijler e Johanes Blaenbeeck; Major Bayert e, por último, o Capitão Jan Denniger. (Galvão, Hélio - 1979: 75).

O raio de ação dos holandeses limitou-se às regiões do litoral e do agreste: Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo, o vale do Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Arês, Nísia Floresta, Goianinha e Canguaretama. Incursionaram também pela região salineira de Macau e Areia Branca, de onde tiravam o sal para conservar os seus produtos.

Os Massacres

Dominada a Fortaleza dos Reis Magos, chamada agora de Castelo de Keulen, os capitães Maulpas e Hendrick Fredeck se deslocaram com alguns soldados até Genipabu. Retornaram de lá com 35 cabeças de gado para matar a fome das tropas que tomaram o poder aos portugueses.

1. O Massacre de Ferreiro Torto

O regime de violência e crueldade que caracterizou o domínio holandês, no Rio Grande do Norte, começou pelo ataque aos moradores do engenho Ferreiro Torto. Segundo Pedro Moura, "foi o segundo engenho da então capitania do Rio Grande, construído na 2ª década do século XVII, provavelmente depois de 1614... Francisco Coelho foi o seu primeiro proprietário e construtor". (1986:108-109). Estava situado à margem direita do rio Jundiá, nas proximidades de Macaíba. A primeira investida contra os habitantes do Ferreiro Torto aconteceu em 14 de dezembro de 1633, quando o Major Cloppenburg, comandando 200 soldados, dirigiu-se para lá. A expedição desembarcou no local conhecido por "Passagem do Potigi". Depois que mataram algumas pessoas neste local, seguiram por terra para o citado engenho. Mais adiante, antes de chegarem ao engenho, os holandeses perderam quatro ou cinco homens das suas fileiras numa emboscada. Baseado nas informações de Laet, Hélio Galvão assegura que os "atacantes fugiram e Cloppenburg prosseguiu, andando três léguas, desde o ponto em que desembarcara. Um trecho pantanoso do caminho, já sendo tarde, impediu que atingissem o engenho, pelo que decidiram regressar à Fortaleza". (Galvão, Hélio - 1979: 83).

Nesse interim, correu o boato que àquele engenho chegariam, em breve, forças portuguesas da Paraíba para garantirem a vida dos seus habitantes. Além disso, comentava-se que a resistência estava sendo organizada pelo Provedor da Fazenda Real, Pero Vaz Pinto, que, quando foi expulso da Fortaleza pelos holandeses, refugiou-se naquele lugar. Verdade ou não o que se dizia, o certo é que os holandeses não admitiam que se organizassem focos de resistência à sua autoridade. Convocaram, então, o cacique Janduí, inimigo mortal dos portugueses. Na luta que se travou em Ferreiro Torto, morrem Francisco Coelho, proprietário do engenho, sua mulher, cinco filhos e sessenta pessoas que estavam lá refugiadas. (Cascudo, L. da Câmara - 2ª, 1992: 14).

2. O Massacre de Cunhaú

Desde o início da colonização, que a silhueta escura das chaminés do engenho Cunhaú contrastava com o verde dos canaviais, que alimentavam as suas moendas. Este engenho era a menina dos olhos dos holandeses por causa da fertilidade das suas terras.

Foi o 1º Engenho construído no Rio Grande do Norte. Por isso, em 1634, eles atacaram Cunhaú. Primeiro, atacaram o Fortim que existia lá, obra de marinheiros de Dunquerque, que viveram lá algum tempo. Cascudo descreve-o com detalhes bem precisos: "O Fortim era um grande reduto quadrangular e duplo, as muralhas da altura de dois homens, sem pontos ou flancos, na encosta de um monte. Era defendido por dez canhões de ferro que lançavam balas de seis libras e dois arcabuzes de forquilha, com vinte e sete soldados de guarnição. Não pôde resistir a Artichofski que o tomou e arrasou, trazendo os canhões e munição para Natal e o capitão português prisioneiro". (2ª, 1992: 33).

Artichofski que o tomou e arrasou, trazendo os canhões e munição para Natal e o capitão português prisioneiro". (2ª, 1992: 33).

O engenho Cunhaú tinha sido fundado pelos irmãos Antônio e Matias de Albuquerque, na sesmaria que receberam do seu pai, Jerônimo de Albuquerque, em 1604, quando este era capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte. Os holandeses confiscaram-no dos seus legítimos proprietários. A Companhia das Índias Ocidentais vendeu o engenho Cunhaú, com tudo o que ele possuía, a Joris Garstman, o primeiro governador holandês do Rio Grande, e ao conselheiro Baltasar Wintgens, em 15 de junho de 1637, por 60.000 florins. (Galvão, Hélio - 1979: 85-86). Os novos donos continuaram produzindo açúcar e exportando para Recife. Em redor do engenho, vivia e trabalhava uma população pacífica e ordeira.

SURGE JACOB RABBÍ

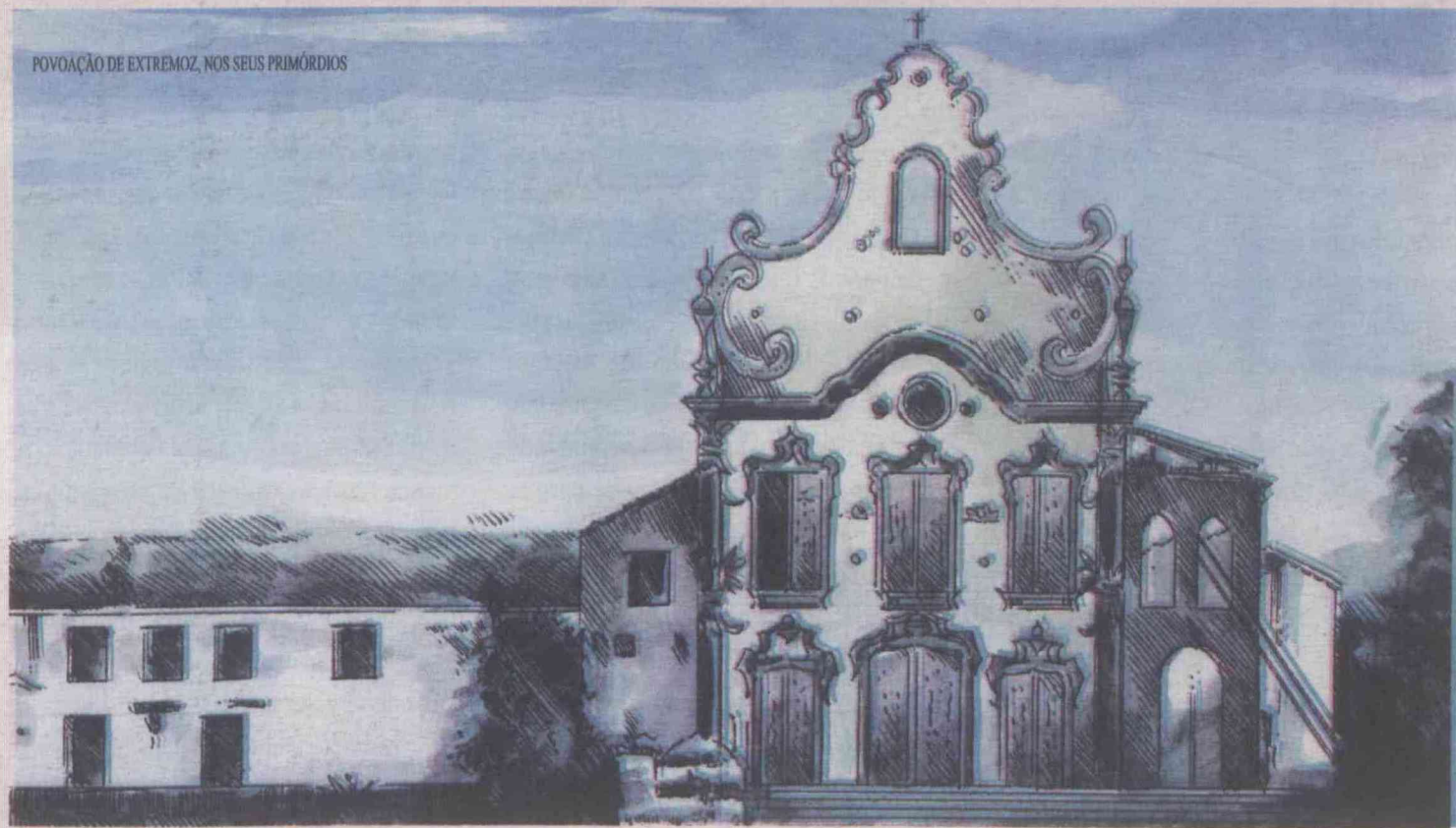
De repente, surgiu neste cenário, a figura abominável de Jacob Rabbí, um alemão que passou à história como um insaciável colecionador de mortes. Homem inteligente, poliglota (Medeiros Filho, Olavo de - 1989: 39), a serviço do mal. Era alemão do condado de Waldeck, e viera para o Brasil trazido pelo Conde Maurício de Nassau. Diz Barléu que "a pedido do rei Janduí e com a permissão do Conde de Nassau, partira para as terras dos tapuias, a fim de servir de intérprete entre os holandeses e aquela nação. Viveu quatro anos com os costumes deles..." (Barléu, Gaspar - 1974: 269). Tudo indica que Jacob Rabbí assimilou muito bem a cultura dos índios tapuias, aprendendo não apenas o seu idioma, mas também a ética da violência, que tudo resolve apelando para a morte e a traição. Outra importante informação sobre este aventureiro quem nos deu foi Joan Nienhof ao dizer: "... Jacob Rabbí, outrora, fora encarregado de estar no meio dos tapuias, comissionado pela Companhia, para manter os tapuias em amizade para com este governo; assim como ele já os tinha, por várias vezes, conduzido das montanhas (onde eles habitavam), em nosso auxílio. Ele morava no Rio Grande, no forte Keulen, e era casado com uma brasileira, embora fosse de ascendência alemã". (1981: 277).

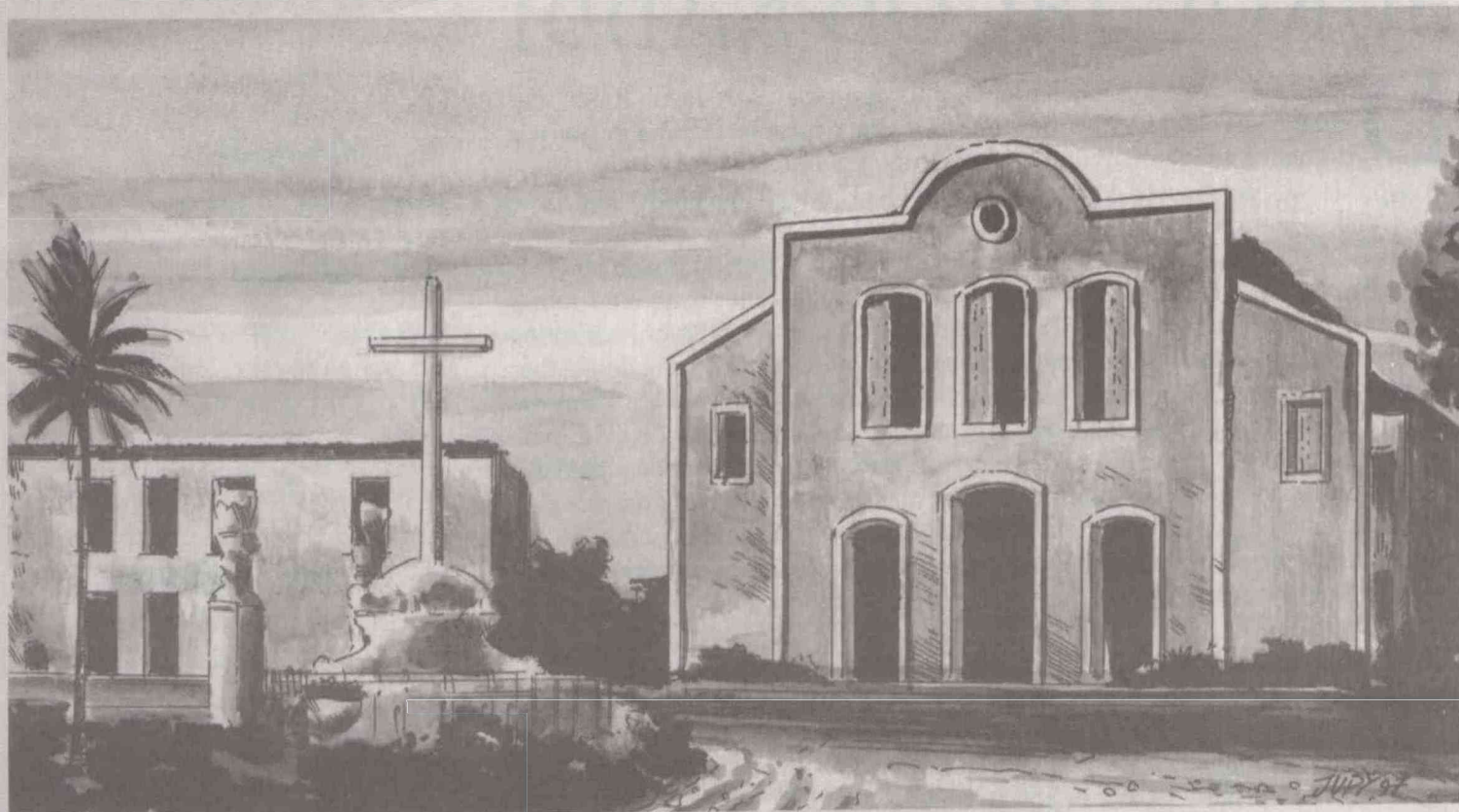
Da Fortaleza, Jacob Rabbí saía, de vez em quando, para saber das novidades e articular, com os seus amigos indígenas, as suas artimanhas.

O massacre que ocorreu em Cunhaú, em 1645, foi uma decorrência da Insurreição Pernambucana, na qual se destacaram, do lado dos luso-brasileiros, as Figuras de Henrique Dias, Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e tantos outros. Observa Hélio Vianna que, "a 13 de junho de 1645, rompeu na Várzea do Capibaribe a gloriosa Insurreição Pernambucana, amplo movimento coletivo de rebeldia contra o "herege" invasor e

contra as espoliações que por toda parte da Companhia das Índias Ocidentais sofriam os moradores das regiões brasileiras por ela indebitamente ocupadas". (1975:156). Graças ao movimento insurrecional, Alagoas, Sergipe e todo o Sul de Pernambuco voltaram ao domínio luso-brasileiro. Mas, como observa Hélio Vianna, "nem só de triunfos constou essa primeira parte da campanha restauradora. Em Itamaracá e na Paraíba falharam as nossas tentativas de apossamento e rebelião. No Rio Grande, os prisioneiros luso-brasileiros foram entregues pelo mercenário alemão Jacó Rabbí aos indígenas, para que estes os massacrassem, em Cunhaú". (1975:157). *Fazemos aqui uma ressalva ao texto citado acima. Enganou-se o ilustre historiador em tachar de prisioneiros os indivíduos que foram massacrados em Cunhaú. Lá estavam pessoas livres, camponeses sobretudo.*

POVOAÇÃO DE EXTREMOZ, NOS SEUS PRIMÓRDIOS





RUÍNAS DA IGREJA DE EXTREMOZ

No dia acertado com os índios tapuias, inimigos mortais dos portugueses, chegou Jacob Rabbí em Cunhaú. Afirmo o Frei Raphael de Jesus que "não foi a vinda nem o intento escolha, senão obediência. Tinham-lhe remetido de Recife os do governo, as ordens e instruções de tudo o que havia de obrar, quando e como". (1844: 163). Diz ainda o citado Frade que Rabbí mandou "fixar nas portas da Igreja um edital assinado pelos do Conselho Supremo, e jurado pelo dito Jacob, ordenando aos vizinhos do lugar que debaixo de seguro se achassem na igreja ao outro dia, que era domingo, para que depois da missa conferissem certo negócio que os senhores Estados lhes mandavam comunicar, desenganando-os de que a pessoa alguma se faria o menor agravo". (1844: 164).

Impelidos pela curiosidade e também pelo cumprimento do preceito dominical, muitas pessoas foram para a capelinha, que ficou cheia. É verdade que alguns ficaram lá fora, distantes. Era domingo, 16 de julho de 1645. Quando o Padre André de Soveral elevou a hóstia consagrada para os fiéis, ajoelhados, adorarem o Santíssimo Sacramento, "os tapuias chefiados por Jererera, filho do cacique Janduí, se abateram sobre os fiéis, matando-os a cacetadas, desferidas com inaudita crueza e violência. Voltou-se para os algozes o oficiante e lhes disse na língua deles, em que era perito, que se tocassem em sua pessoa ou nos paramentos sagrados seriam castigados. Se alguns recuaram, outros nem escutaram a advertência e abateram o ministro celebrante". (Galvão, Hélio - 1979: 86).

Na versão do Frei Raphael de Jesus, "era o sacerdote que celebrava homem de noventa anos, varão de vida exemplar. Temeu que à crueldade se seguisse o desacato, e virado para o gentio lhe disse na sua língua, em que era perito, que toda a pessoa que nele tocassem, ou nas imagens e paramentos do altar, lhe ficaria tolhida a parte com que o fizesse. Temeram os índios Tapuias, e se retiraram reverentes; outra espécie deles, a que chamam Pytiguarés, ou mais assanhados, ou menos respeitosa, com crueldade e desprezo lhe tiraram a vida. Caso maravilhoso! Todas aquelas partes de seus corpos, que serviram ao sacrilégio, lhe ficaram pasmadas e insensíveis, e todos em brevíssimo tempo morreram despedaçados de seus próprios dentes; e para que se não duvidasse da causa do castigo, permitiu

Deus, que na dureza das portas da igreja, como em branda cera, ficassem impressas as mãos do sacerdote, buscando com elas arrimo nos últimos alentos da vida". (1844: 165).

Quanto foram mortos em Cunhaú? Os cronistas divergem: o número varia entre 35 e 69 mortos.

O massacre de Cunhaú "causou profunda comoção entre os portugueses das redondezas, especialmente da Paraíba onde abandonaram suas casas, de maneira que, temendo fossem eles se reunir aos rebeldes, sob pretexto de defesa própria, o Sr. Linge (governador da Paraíba) pediu reforços a fim de ate-morizar os tapuias. Ordenou, por isso, o Conselho, que o Pregador Astetten e o Capitão Willem Lambertsz à frente de sua companhia de infantaria, além de 20 fuzileiros e um destacamento de 50 homens, da guarnição da Paraíba, se encaragassem de conduzir os tapuias para o Recife. Jacob Rabbí, seu comandante, teve ordem de seguir com eles e Roelof Baro foi encarregado de providenciar acomodações no porto". (Nieuhof, Joan - 1981:190-191). Era uma maneira que os holandeses empregaram para atenuar a repercussão negativa do massacre de Cunhaú, e dar a entender que Jacob Rabbí agira por conta própria, sem ordem do governo. Tudo mentira!

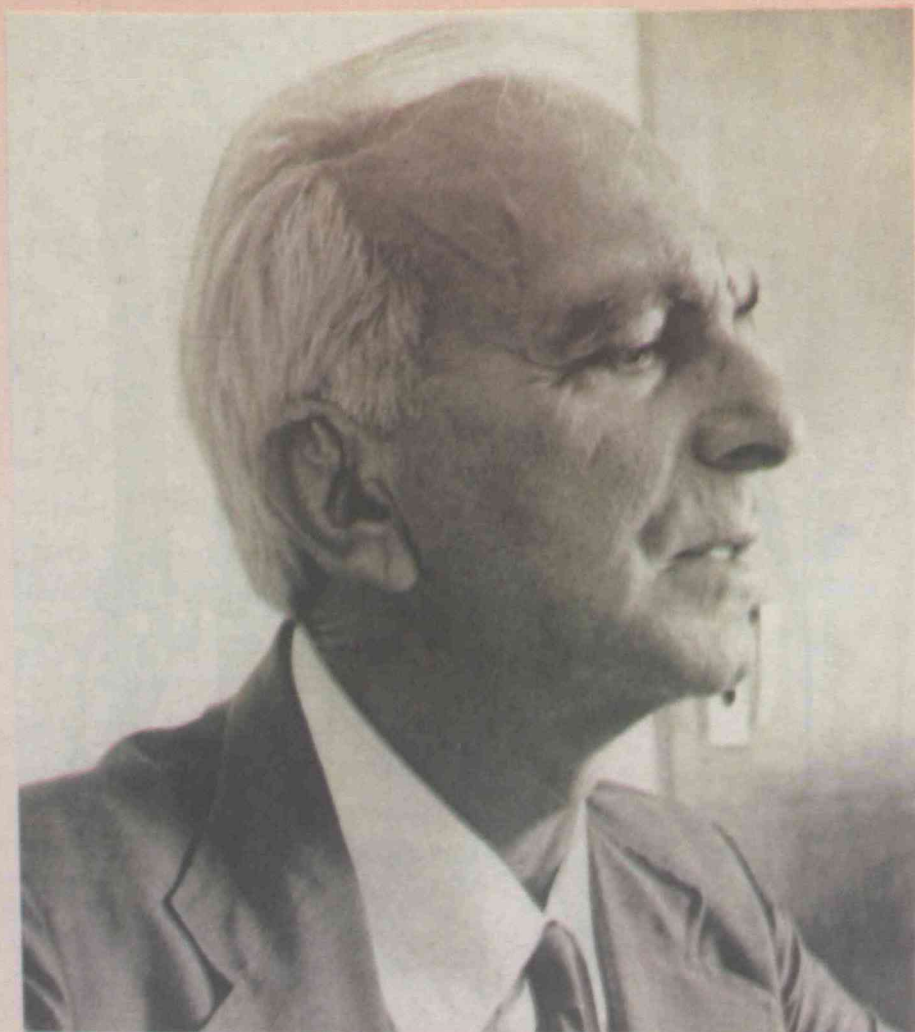
Depois deste massacre, nunca mais os holandeses tiveram paz em Cunhaú. Sucessivos atos de vingança foram realizados àquele engenho pelos portugueses: em 1645, pelo capitão João Barbosa Pinto; em 1646, por Felipe Camarão; em 1647, por André Vidal de Negreiros; em 1648, por Henrique Dias; em 1651, outra vez, o capitão João Barbosa; e em 1652, por Antônio Dias Cardoso. (Cascudo, L. da Câmara - 2ª, 1992: 35).



BANDEIRANTES PAULISTAS EM SEUS UNIFORMES CARACTERÍSTICOS

3. O Massacre na Casa de João Lostão Navarro

Depois da matança no engenho Cunhaú, o pânico tomou conta da população daquela região. Quem não refugiou-se nas fronteiras da Paraíba com o Rio Grande, dirigiu-se para a casa do sesmeiro João Lostão Navarro, situada "no desagradouro da Lagoa de Papari, barra do Camurupim". (Cascudo, L. da Câmara - 1955: 69). Ele tinha uma filha casada com Joris Garstman, primeiro governador holandês do nosso Estado.



HISTORIADOR HÉLIO GALVÃO

Naquele momento, a ordem do Conselho Político holandês era empregar todos os meios para abafar a rebelião nas capitanias sob o domínio flamengo, já que eles estavam sendo fragorosamente derrotados em Pernambuco pelos agentes da Insurreição pernambucana. Por isso, a concentração de moradores na casa de João Lostão foi entendida pelas autoridades do Castelo de Keulen como preparativo para uma rebelião. Mais uma vez foi Jacob Rabbí escalado para reprimir a população. Foi lá várias vezes ameaçá-los e intimidá-los. Eles responderam que "estavam ali para proteger suas vidas, ameaçadas pelos selvagens, e não em atitude de hostilidade às autoridades flamengas". (Galvão, Hélio - 1979: 88).

Jacob Rabbí não aceitou aqueles argumentos. Incontinenti, ordenou o ataque, que foi realizado pelos índios janduí e potiguares. Assassinararam de 15 a 16 pessoas, e trouxeram preso, para a Fortaleza, João Lostão Navarro.



HISTORIADOR LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

4. O Massacre de Uruaçu

A melhor informação histórica existente sobre o massacre de Uruaçu foi escrita por Lopo Curado Garro, em 23 de outubro de 1645, no mesmo mês e ano em que o fato aconteceu, fruto de entrevistas que ele realizou com os sobreviventes daquela triste episódio. Esta memória foi publicada pelo Frei Manuel Calado, no seu livro - O VALEROSO LUCIDENO E TRIUNFO DA LIBERDADE. É no escrito de Curado Garro que vamos fundamentar a nossa narrativa.

Espantados com o que aconteceu em Cunhaú e na casa de João Lostão Navarro, alguns colonos “refugiaram-se nas margens do rio Potengi, três léguas de Natal, erguendo uma defesa murada de madeira rústica”. (Cascudo, L. da Câmara - 1955: 83).

Curado Garro usa o termo “cerca” e diz que “setenta portugueses... havia nela... com quinze armas de fogo”. (Calado, Manuel - 1945: 150). Passaram aí “três meses” padecendo “notáveis misérias”. (Idem - 1945: 149).

Depois de muitas pressões e ameaças feitas pelos holandeses, os portugueses resolveram chegar a um acordo: entregaram como reféns, que foram levados para a Fortaleza, cinco dos seus líderes: Estevão Machado de Miranda, Vicente de Sousa Pereira, Francisco Mendes Pereira, João da Silveira e Simão Correia. Em contrapartida, os holandeses deixaram “dez soldados de guarda da dita cerca, e gente que nela estava; e tomaram todas as armas de fogo, e paus tostados com que os moradores se tinham defendido”. (Calado, Manuel - 1945: 151).

Continua Curado Garro: “Estavam mais recolhidos para segurarem suas vidas na fortaleza o P. Vigário Ambrósio Francisco Ferro, Antônio Vilela, o Moço, Josefe do Porto, Francisco de Bastos e Diogo Pereira. E prisioneiros João Lostão Navarro, Antônio Vilela Cide”.

“Em dois do presente mês de outubro chegou uma lancha de Recife ao Rio Grande, e conforme a execução que se fez, trouxe ordem para matar a todos os moradores de dez anos para cima, como adiante se verá; em três do dito mês, véspera de S. Francisco, mandaram os Flamengos da fortaleza sair a todos os moradores que nela estavam, que foram os acima nomeados, dizendo que já estavam seguros dos Tapuias, porquanto se tinham ido para o sertão, e que fossem em companhia da tropa que ia em sua guarda para a cerca aonde estavam os outros moradores, visto haver lá muitos mantimentos com que se podiam sustentar, e não estando na dita fortaleza passando fome por falta de mantimentos, e que iam seguros, porquanto tinham lá na dita cerca aos ditos dez soldados, que lhes tinham deixado para sua guarda”.

“No mesmo ponto lançaram aos ditos, que estavam na fortaleza, e em batéis os levaram pelo rio acima três léguas, acompanhados dos soldados, e os lançaram fora do porto do dito Rio, chamado Huruauassu, meia légua da dita cerca, na qual acharam passante de duzentos Brasilianos bem armados com Antônio Paraupaba escaramuçando em um cavalo, e tanto que estiveram em terra, os Flamengos despiram nus aos ditos moradores, e os mandaram pôr de joelhos (o que eles receberam com muita paciência, e os olhos em Deus) e logo chamaram aos Brasilianos para os matar, o que se executou logo, fazendo nos corpos destes mártires tais anatomias, que são incríveis; e não contentes com elas, os ditos Flamengos, os ajudaram a matar, assim arrancando os olhos a uns, e tirando as línguas a outros, e cortando as partes vergonhosas, e metendo-lhes nas bocas. No mesmo instante que os acabaram de matar, foram os ditos Flamengos à cerca, deixando os Brasilianos no lugar em que tinham feito os martírios nomeados para a segunda execução; e aos moradores disseram, que os senhores do Conselho do Recife os mandavam chamar, para o que estava um barco logo para partirem, e que fossem em sua companhia para os embarcarem, e vendo os sobreditos que era a viagem tão apertada, sem lhes darem demora alguma, e sem saberem dos que eram mortos, e disseram todos juntos, e cada um por si, que eles



MAURÍCIO DE NASSAU

iam a morrer, porque seus corações lhos diziam; e despedindo-se com lágrimas, e suspiros de mulheres, e filhos, e irmãos, e irmãs, foram todos dando graças a Deus e mui conformes, por morrerem por Deus, por seu Rei, e sua pátria, e dizendo estas mesmas palavras aos tiranos algozes que os levavam; e chegando aonde estavam os sobreditos Brasilianos lhos entregaram, e com a tirania, e desumanidade que em seus corações habita, os mataram, sem ficar nenhum... E acabante as ditas mortes

deixaram os corpos postos ao sol, e sobre a terra, e sem sepultura nenhuma, e os membros tão divididos em partes, que não se conhecia quais eram os de cada um dos ditos mártires. No mesmo instante foram os mesmos tiranos Flamengos, e Brasilianos à cerca, aonde somente ficaram as pobres viúvas, e órfãos, e as acabaram de despojar de todos seus bens, deixando-as a muitas nuas, e com outros opróbrios, que passo em silêncio". (Calado, Manuel - 1945: 151-152).

Entre os mártires, Curado Garro destacou alguns.

ANTÔNIO BARACHO

"Casado o amarraram em um poste, e vivo lhe arrancaram a língua, e depois o coração, e desta maneira morreu, cortando-lhe suas partes secretas, e metendo-lhes na boca ainda vivo". (Idem - 1945: 152).

MATEUS (OU MATIAS) MOREIRA

"... o abriram pelas costas, e lhe tiraram também o coração, e as últimas palavras, estando neste martírio, que disse, foram louvar a Deus, dizendo: "LOUVADO SEJA O SANTÍSSIMO SACRAMENTO". (Idem - 1945: 152-153).

JOÃO MARTINS

"Um mancebo por nome João Martins o levaram para morrer com os mais, e sendo todos mortos à vista do sobre dito, lhe cometeram que lhe dariam a vida se tomasse armas contra sua nação, a que ele respondeu com alegre rosto: NÃO ME DESAMPARA DEUS DESSA MANEIRA, ESSAS TOMEI SEMPRE CONTRA OS TIRANOS, E NÃO CONTRA MINHA FÉ, PÁTRIA, E REI". (Idem - 1945: 152-153).

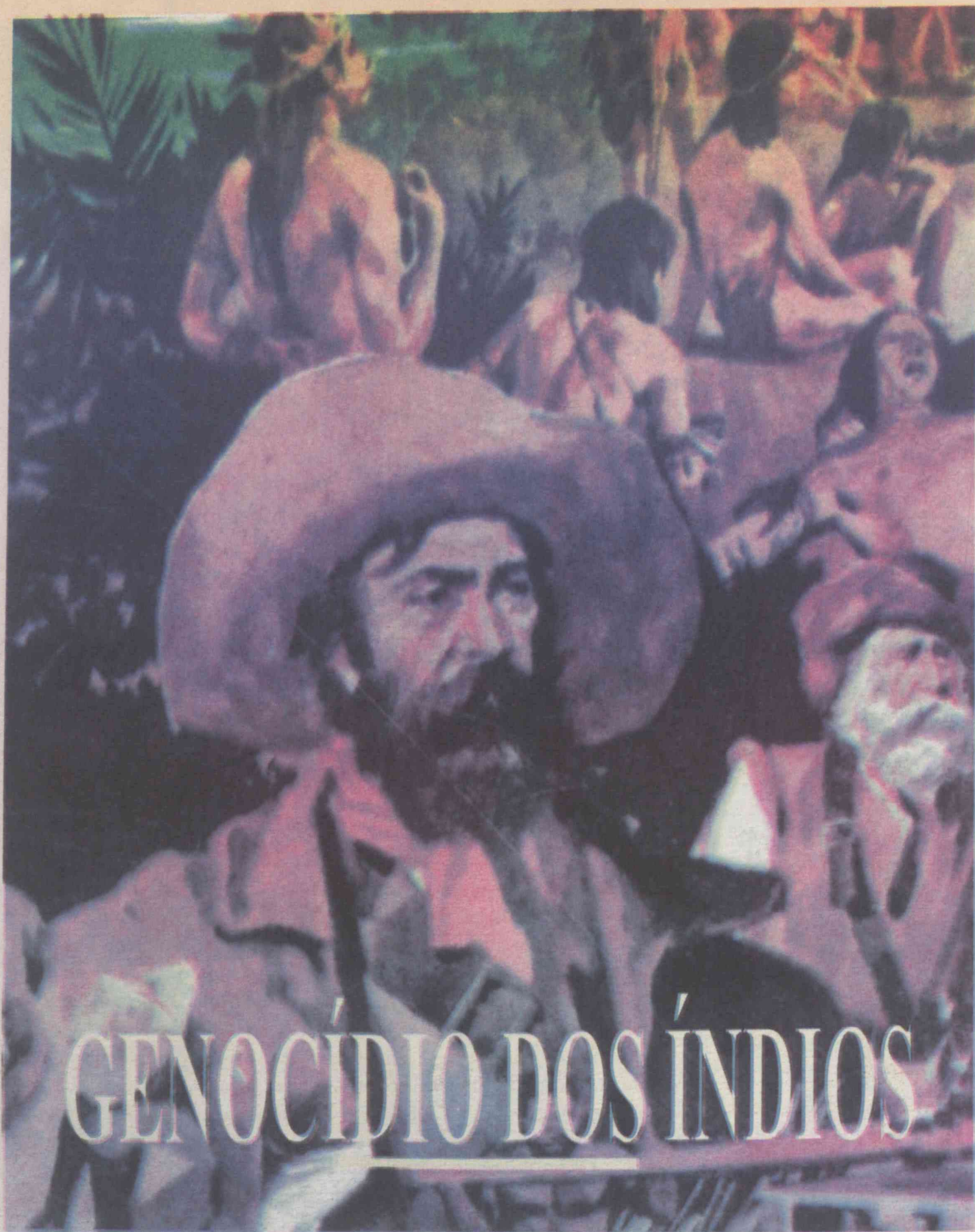
Segundo Câmara Cascudo, o massacre de Uruaçu "foi no lugar PORTO DO FLAMENGO margem direita do rio Cunha-Ari, afluente do rio Potengi. A cerca situava-se na TINGUIJADA. Tudo no município de Macaíba". (2ª, 1992: 49).

Não podemos terminar a descrição destes massacres, sem darmos uma notícia sobre o final da vida do seu principal mentor: Jacob Rabbí. Ele, que colecionou tantas mortes na terra potiguar, morreu assassinado por dois soldados, na madrugada de 5 de abril de 1646, a mando do comandante Joris Garstman, que, desta maneira, vingara a morte de João Lostão Navarro, seu sogro.

O Fim do Domínio Holandês

Com exceção de alguns trabalhos realizados na Fortaleza dos Reis Magos, na Lagoa de Extremoz (provavelmente), a construção de um forte na Lagoa de Guarairas (município de Arês) e de outras possíveis construções militares, o legado holandês no Rio Grande do Norte foi uma página de violência e refinada selvageria. E o braço direito dos flamengos na realização destes massacres foi sempre o cacique Janduí. Em 1639, Maurício de Nassau, já consolidado no governo da "Nova Holanda", distribuiu brasões para as capitanias sob o seu domínio. Naquela ocasião, ele homenageou o cacique Janduí, colocando a figura de uma ema no centro do brasão do Rio Grande do Norte. Afirma Câmara Cascudo que "Janduí é nome tupi, currução de NHANDU-I, ema-pequena, e por antonomásia, o corredor, o que corre muito. Daí o lema, VELOCITER". (2ª, 1992: 58).

Os holandeses governaram o Rio Grande do Norte até fevereiro de 1654, ano em que foram definitivamente expulsos de Pernambuco e de todo o Nordeste brasileiro.



A Reconstrução da Capitania

Vimos, anteriormente, que o legado do domínio holandês no Rio Grande do Norte foi altamente negativo. Enquanto, em Pernambuco, sede do governo holandês, eles deixaram uma marca positiva graças à iniciativa do Conde Maurício de Nassau, no território potiguar, eles se destacaram como promotores de massacres e destruição.

Com a expulsão dos flamengos em 1654, os colonos portugueses tiveram que enfrentar o desafio de reconstruir as capitanias do Nordeste. No Rio Grande do Norte, coube a Antônio Vaz Gondim a tarefa de iniciar a obra restauradora. Pois, foi o primeiro capitão-mor nomeado para governar este quinhão após o domínio holandês. Governou consecutivamente por três triênios, isto é, de 1656 a 1663.

Afirma Câmara Cascudo que "durante suas administrações fez trabalhos de reparação na fortaleza dos Reis Magos, concedeu sesmarias, nomeou auxiliares, ativando por todos os meios a recolonização do território que a guerra havia devastado e fazendo voltar a Natal mais de 150 moradores. Auxiliou efetivamente a reedificação da Matriz, construção de casas na cidade do Natal e manteve uma boa guarnição na fortaleza." (Cascudo, L. da Câmara - 1939: 72-73).

Os capitães-mores que sucederam a Vaz Gondim no governo da capitania, todos procuraram incentivar o povoamento da mesma através da concessão de datas de terra.

Quando explodiu a rebelião dos indígenas, chamada Guerra dos Bárbaros pelo colonizadores (mas, não sabemos quem foi mais bárbaro, se eles, ou os índios), a preocupação dominante destes governantes foi combater a indiada rebelada.

Não dispomos de informações seguras para quantificar a população indígena existente no Nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII.

Foi possível, somente, identificar as grandes famílias dos silvícolas, subdivididas em tribos e sub-tribos com denominações próprias.

A) OS CARIRIS:

Segundo Affonso de E. Taunay, "o interior das terras nordestinas ocupavam-no muitas tribos tapuias designadas sob a denominação genérica de cariris que cobriam enorme área hoje compreendida em territórios da Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Iam os cariris do São Francisco ao Parnaíba". (T. 6º, 1930: 256).

O citado autor descreve os cariris da seguinte forma: "eram de baixa estatura, cor acobreada, nariz grosso, rosto redondo, e cabeça chata, tipo ainda hoje da maioria dos sertanejos dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará... Eram muito velozes no correr; venceriam um cavalo... Atingiam a uma idade muito avançada, que se computava em 150, 160 até 200 anos..." (Taunay, Affonso de E. - T. 6, 1930: 259).

De onde teriam vindo? Assegura Estevão Pinto que "segundo se infere da tradição recolhida pelos missionários, vieram de um lado encantado do setentrião do continente, talvez o Amazonas, como sugere Capistrano de Abreu; descendo o trato costeiro, foram acossados, pelo tupis, para a zona sertaneja (serra da Borborema, dos Cariris-Velhos e dos Cariris-Novos; vales do Acaraju, do Jaguaribe, do Assu, do Apodí, do baixo São Francisco)". (V. I, 1935: 135).

B) OS JANDUÍ:

Os janduís foram, talvez, os índios que mais resistiram aos portugueses na Guerra dos Bárbaros. Uma das descrições mais remotas sobre esta tribo é da autoria de Pedro Carrilho de

Andrade, sem data, intitulada-Memória sobre os Índios no Brasil-escrita em português do século XVI ou XVII.

Segundo Pedro Carrilho, estes índios viviam da seguinte maneira: "Estes bárbaros homens, ou homens bárbaros (...) alegram-se muito quando vêem a lua nova porque são muito amigos de novidades. Contam o tempo pelas luas e tem seus agouros "baseados" no cantar das aves, grunhido dos bichos. Têm muitos feiticeiros, e agoureiros que lhes adivinham os bens, ou males que lhes há de suceder, aos quais dão inteira fé. E não fazem coisa alguma sem que primeiro, os mandem adivinhar. Desde meninos, os machos se martirizam, furando os beijos da parte de baixo, junto à barba, e metem, neste furo, um pedaço de pau ou de pedra da grossura de um dedo.

Quando se tornam homens, fazem outros furos nas faces, nas orelhas, no nariz, e colocam aí pedaços de pau. Exercitam-se desde meninos: correr, saltar, lutar. Levantam grandes pesos aos ombros, e correm três ou quatro léguas sem descansar.

E desta maneira ganham prêmios que, entre os maiores, são moças formosas por mulheres. Finalmente, correm um dia todo sem descansarem; não têm outro exercício, nem ocupação, de lavoura, nem planta.

São mais ferozes do que as próprias feras dos montes, que a muitas levam vantagens na força, na ligeireza do correr. Comem uns aos outros: os parentes aos parentes, pais e mães aos filhos, e estes aos pais e mães. (Andrade, Pedro Carrilho de - 1992: 133-151). Por conseguinte, eles eram antropófagos.

Os janduís ocupavam as terras entre os rios Assu e Jaguaribe (Ceará) "até a parte central de Pernambuco". (Taunay, Affonso de E. T. 6º, 1930: 265).

C) OUTRAS TRIBOS

Borges de Barros, ao descrever a Confederação dos Cariris, realizada por volta de 1670, indica as diversas tribos que participaram daquela reunião: "Sacurus ou sacuriús, panatis, icós, coremas, icozinhos, bulbus ariús, ou areás, pegas, paiaçus, caracós, janduí, caracarás, bruxarás, canindés e cariris," localizadas no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas (Taunay, Affonso de E. T. 6º, 1930: 304).

D) AS TRIBOS DO RN

Como observou Câmara Cascudo, estas tribos, "eram apenas duas raças. Potiguares eram Tupis. Todos os demais eram cariris, apelido dado pelo inimigo tupi, Kiriri, o calado, o silencioso, o taciturno". (Cascudo, L. da Câmara - 1955: 38). Vejamos, agora, as diversas zonas do território potiguar onde vivia nossa população indígena, conforme o estudo feito pelo historiador e professor da UFRN, Tarcísio Medeiros. (1973: 54-55).

Região do Litoral

Os Potiguares habitavam todo o litoral, desde a Paraíba até o Ceará. Foram eles os primeiros nativos que resistiram às tropas de Manuel Mascarenhas Homem. Viviam também no litoral as tribos dos Guaráiras, dos Paiguás e dos Jundiás.

Região do Seridó

Esta região foi povoada por subtribos cariris quase todas procedentes dos sertões da Paraíba: Ariús ou Areias, Panatis, Caicós, Icós e Pebas.

Região da Chapada do Apodi

Foi povoada pelos índios Paiacus, Canindés e Moxorós, todos fugidos do Ceará. Além destes, os Pajeús, os Janduí, os Caborés e os Icozinhos.

Região Serrana

Nesta, predominaram os Pacajus, os Panatis, Paiins e Icós. Segundo Tarcísio Medeiros, "nas Zonas CENTRO - NORTE - SALINEIRA E AGRESTE, a raríssima toponímia indígena marca a presença esporádica dos Cariris apenas naquelas guerras, ou quando necessitados, invadiram as regiões em busca de meios para manutenção, só ou aliados, em missões predatórias". (1973: 55).

A Expansão Pecuária do Nordeste

Ao longo do século XVI, os colonizadores portugueses consolidaram a indústria açucareira, da qual o Nordeste foi a região que mais se adaptou àquele tipo de atividade econômica. Verdade é que, ao terminar aquele século, "a produção de açúcar muito provavelmente superava os dois milhões de arrobas". (Furtado, Celso - 16ª, 1979:42:43). Os engenhos de cana-de-açúcar, assim como a população que vivia à sua volta, eram grandes consumidores de carne bovina. Por conseguinte, a criação de gado era uma atividade indispensável e complementar à cultura açucareira.

No entanto, não podia subtrair terras aos canaviais. Por isso, à medida que os rebanhos de gado cresciam, aumentavam concomitantemente os conflitos entre fazendeiros e senhores de engenho. Faltava o arame farpado para acomodar interesses contrários. Este instrumento (o arame farpado) pacificador veio surgir no século XIX, mais precisamente em 1874, inventado pelo americano Joseph Gilden. (Giscard D'Estaing, Valerie-Anne - 8ª, 1989: 90).

A solução encontrada pelo governo metropolitano foi afastar, cada vez mais, os currais de gado para as vastidões do sertão habitado pela população indígena. Uma Carta Régia de 1701 estabeleceu o limite mínimo de 10 léguas da costa, a partir da qual era permitida a criação de gado (Simonsen, Robert C. - 6ª, 1969: 151). Foi em consequência desta política de penetração dos sertões que se realizou, nos séculos XVII e XVIII, o ciclo do gado e, conseqüentemente, do couro. A partir de Salvador, Recife e Olinda, seguindo o curso dos grandes rios e seus afluentes, os colonizadores portugueses foram assentando currais de gado até alcançar os confins do Piauí e do Maranhão.

Segundo Andreoni (Antonil), nos currais de gado da Bahia havia mais de "meio milhão, e mais de oitocentas mil cabeças hão de ser as da parte de Pernambuco..." (2ª, 1966:308).

Nesta penetração dos sertões nordestinos surgiram grandes latifúndios. Registrou Andreoni (Antonil), cuja obra foi publicada em 1711, que, "sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas". (2ª, 1966: 309).

A resistência dos nativos à penetração dos colonizadores no seu habitat ocorreu desde os primeiros momentos da colonização. Esta resistência aumentou na proporção do avanço dos portugueses nos sertões nordestinos.

Ao ver seus rios, suas matas, seus vales e mananciais serem ocupados pelo homem branco, os indígenas reagiram heroicamente. Com flechas e paus, eles matavam gado e dispersavam as boiadas que se deslocavam dos sertões para os centros compradores do litoral. Tentavam, assim, expulsar os invasores, que os eliminavam, empregando armas de fogo e possantes cavalos.

O exemplo da prolongada resistência dos negros no Quilombo dos Palmares (Alagoas), serviu de estímulo para os índios lutarem contra os brancos, que invadiam as suas terras e os escravizavam. Por isso, observa Taunay, "não tardaria que irrompesse em enorme área do Nordeste brasileiro um movimento generalizado e vastíssimo de todas as agremiações autóctonas no sentido de uma reação violenta contra o avanço branco". (Taunay, Affonso de E. - T. 6º, 1930: 255).

O sinal mais denunciador desta reação generalizada foi a realização, por volta de 1670, da Confederação dos Cariris, semelhante à que fizeram os Tamoyos no século XVI.

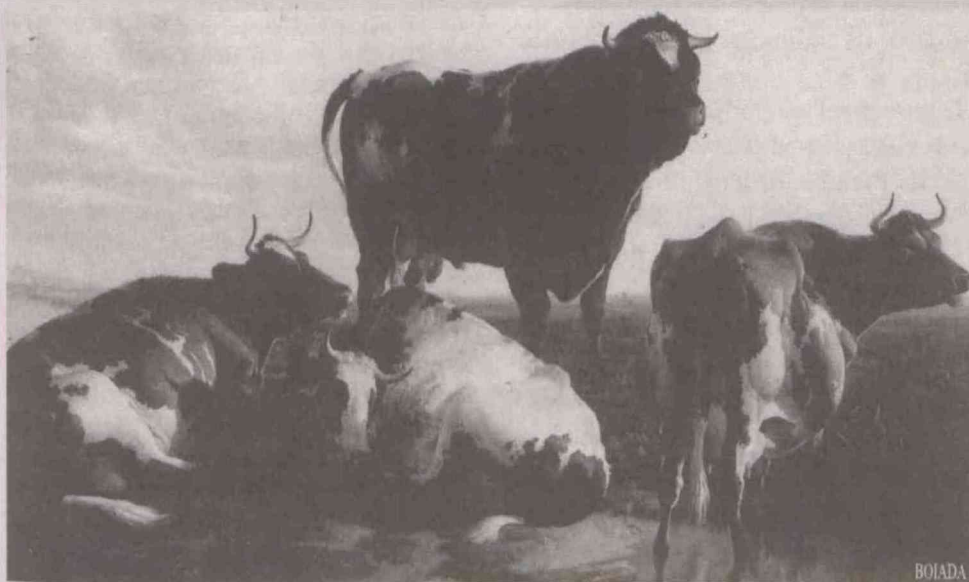
Desta Confederação, participaram representantes de várias tribos indígenas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, conforme vimos anteriormente. Bem antes desta grande reunião, os índios já vinham sendo enxotados das suas terras. Conforme ainda Taunay, "a margem baiana do S. Francisco, à direita, como que fora varrida de bárbaros e os brancos atravessando o rio procuravam rechaçar cada vez mais, para o Norte, os valorosos íncolas daquela vasta região". (Taunay, Affonso de E. - T. 6º, 1930: 255-256).

Por outro lado, no extremo oeste do Nordeste, agia o bandeirante Domingos Jorge Velho, ocupando o interior do Piauí. Naqueles rincões, "aquele paulista, de 1671 a 1674, exterminou os índios, para que, Domingos Afonso, criador e dono de fazendas pastais à margem pernambucana do São Francisco, montasse ali, de parceria com Francisco Dias de Ávila, 39 estâncias..." (Magalhães, Basílio - 4º, 1978: 121).

Estes fatos nos permitem concluir que a chamada "Guerra dos Bárbaros", do Nordeste, estendeu-se dos sertões da Bahia até os confins do Piauí e Maranhão. Nesta vasta região, a pata do boi sepultou milhares de indígenas. Por consêquente, o que aconteceu no território potiguar, não foi um fenômeno isolado. Era parte de um conjunto mais amplo que, há anos, vinha passando por uma ebulição fragmentária e pouco divulgada. Mas, foi, sem dúvida, no Rio Grande do Norte, onde a resistência indígena, sobretudo, dos janduís, amedrontou mais e desafiou mais o poderio do colonizador.

A Guerra dos Bárbaros no Rio Grande do Norte

As primeiras notícias referentes à rebelião indígena no sertão nordestino apareceram numa carta que o capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão (1661-63) escreveu à rainha, D^a Luíza de Gusmão, regente do reino de Portugal. Nesta correspondência, Matias de Albuquerque narrou "como os índios bárbaros Janduís, residentes no distrito e sertão da capitania estavam rebelados e declarados inimigos".



Haviam morto diversos colonos do Rio Grande do Norte e cada vez mais ameaçadores se mostravam. As causas motivadoras destas agressões provinham de violências sofridas pelos índios. Queixavam-se de João Fernandes Vieira sob cujo governo da Paraíba (1655-57) haviam sido muito mal tratados". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 19-20).

Na opinião de Vicente de Lemos, as primeiras manifestações de hostilidades dos índios contra os colonos surgiram no final do governo do capitão-mor Manuel Muniz, que deixou o governo da capitania em agosto de 1685. Mas, foi no governo de Pascoal Gonçalves de Carvalho (1685-1688) que os índios se sublevaram. (Lemos, Vicente de - 1912: 38).

Por sua vez, Affonso Taunay, outro grande estudioso deste conflito armado, acha que esta guerra começou em 1683, e a qualifica de "a maior pugna talvez, havida no Brasil, sem solução de continuidade, entre brancos e índios. Dos primeiros tempos dessa campanha pouco se sabe. De 1687 em diante assume ela aspectos de grande gravidade". (Taunay, Affonso de. - T. 6º, 1930: 31).

Ao tomar conhecimento que “os colonos estavam sendo inquietados pelos gentios que, em assaltos repetidos, destruíam gados e lavouras”, Pascoal Gonçalves nomeou Pedro Souto para exercer o cargo de capitão de infantaria das ordenanças da ribeira do Ceará-Mirim, e nomeou também coronel de cavalaria das ordenanças a Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque. Com estas providências pensava ele que controlaria a situação, avaliada como passageira. (Lemos, Vicente de - 1912: 39). No entanto, não foi assim. A revolta da indiada era de grandes proporções não apenas no Rio Grande do Norte, mas também no vizinho Ceará. Afirma Taunay que os colonos cearenses recorreram ao Governador Geral, Matias da Cunha, “contra as ameaças terríveis dos gentios de seus sertões que haviam em sua fúria devastadora, atingido cercanias de Fortaleza em correrias gravíssimas”. (2ª, 1995: 31).

Em 27 de fevereiro de 1687, o Senador da Câmara de Natal escreveu ao Capitão General de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, pedindo socorro para os colonos nos seguintes termos: “Vimos pedir com toda brevidade socorro pelo risco em que nos achamos, diante da rebelião dos índios tapuios, que no sertão do Assu já tem morto perto de cem pessoas, escalando os moradores, destruindo os gados, de modo que já não são eles senhores daquelas paragens. A fortaleza achasse sem guarnição, não dispõe de recursos necessários para acudir os pontos atacados...” (Lemos, Vicente de - 1912: 39-40).

Com idêntico objetivo dirigiu-se o Senado da Câmara de Natal ao de Olinda, narrando as ocorrências e solicitando ajuda junto ao General de Pernambuco. Outro grito pedindo socorro foi dirigido ao governador da Paraíba. Lembra-va o Senado da Câmara que “se as forças fizessem entrada pelo sertão confinante, encontrariam o capitão-mor Manoel de Abreu Soares, que tinha partido para o Assu, a fazer todo dano ao inimigo, à cuja crueldade não escapavam as próprias crianças”. (Lemos, Vicente de - 1912: 40). Ao mesmo tempo as autoridades nortério-grandenses solicitavam providências ao Governador Geral do Brasil, Matias da Cunha. Em resposta aos apelos recebidos, aquela autoridade “determinou pela Provisão de 6 de setembro do mesmo ano que o coronel da capitania, fidalgo da casa real, Antônio de Albuquerque Câmara, reunindo todo o pessoal disponível das ordenanças e as forças que viessem de Pernambuco e Paraíba, seguisse sem demora a combater as tribos sublevadas”. (Lemos, Vicente de - 1912: 40).

Diante da demora das providências solicitadas, resolveu o Senado da Câmara de Natal enviar a Salvador, então capital do Brasil Colônia, o Sr. Manoel Duarte de Azevedo, para expor pessoalmente ao Governador Geral a situação conflituosa reinante na capitania. Enquanto isso, os índios tomaram conta das ribeiras do Assu dando vazão à sua vingança.

Após ouvir a exposição de Manuel Duarte Azevedo, o Governador Geral ordenou o seguinte: “Que, ao ter ciência da revolta dos bárbaros, dirigira-se ao governador de Pernambuco e ao capitão-mor da Paraíba, ordenando àquele que fizesse seguir da capitania, sem perda strando circunstan-ciadamente as informações da guerra”. (Lemos, Vicente de - 1912: 41). Três meses após a ida do emissário do Senado da Câmara a Salvador, nenhum tropa viera de Pernambuco e da Paraíba para combater os índios rebelados. Por isso, voltou o Senado da Câmara a escrever ao Governador Geral expondo, de novo, o agravamento da situação em que os colonos se encontravam. Entre outras coisas, disseram os vereadores: “...que os gentios, senhores de todo o sertão, tinham assaltado agora os colonos da ribeira do Ceará-Mirim a cinco léguas da capital, os quais mal podiam defender-se de dentro das casas fortes. Que diversas casas fortes tinham sido construídas em Tamatanduba, Cunhaú, Goianinha, Mipibu, Groairas, Potengi, Utinga, Aldeia de São Miguel, assistindo em cada uma delas apenas de cinco e seis

homens, à falta de pessoal capaz, porque o disponível partira para o sertão, sob o comando do coronel Antônio de Albuquerque Câmara e, por isso, insistiam pelos socorros ao menos dos cinquenta pretos de Henrique Dias, como haviam pedido ao capitão general de Per-nambuco, com cinco peças de campanha, cento e cinquenta casais de índios, mantimentos e efeitos da fazenda real, uma vez que os dizimos da capitania, provenientes da criação do gado, não existiam, em das destruições que ocorriam”. (Lemos, Vicente de - 1912: 41-42).

Em 1687, os tapuias já haviam morto “mais de cem civilizados e trinta mil cabeças de gado”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:34). Governador Geral, Matias da Cunha, escreveu ao capitão-mor Pascoal Gonçalves, em 14 de março de 1688, dando-lhe as seguintes ordens: “Com toda a pressa ordeno ao capitão-mor Manoel de Abreu Soares que siga com cento e cinquenta infantes e quatro capitães, e da praça de Olinda vinte e cinco. Ordeno mais ao capitão-mor da marchar do Rio S. Francisco um governador das armas paulistas, com trezentos homens bem municados, e dois capitães-mores da jurisdição de Pernambuco que estavam para ir aos Palmares com seiscentos homens, a fim de guerream cada um por sua vez a esses bárbaros”. (Lemos, Vicente de - 1912: 42).

Paraíba, Amaro Velho, mande o capitão-mor dos índios com quatrocentos homens e dos pretos cem, com armas e munições; e pelo sertão faça marchar do Rio S. Francisco um governador das armas paulistas, com trezentos homens bem municados, e dois capitães-mores da jurisdição de Pernambuco que estavam para ir aos Palmares com seiscentos homens, a fim de guerream cada um por sua vez a esses bárbaros”. (Lemos, Vicente de - 1912: 42).

Finalmente, em 18 de maio de 1688, saiu de Pernambuco, “com cinco companhias, o terço dos pretos de Henrique Dias, do qual fora sucessor, como Mestre de Campo, Jorge Luiz Soares e, atravessando a Paraíba, recebeu um reforço de índios e africanos, se seguiu para o Assu, base das operações”. (Lemos, Vicente de - 1912:44).



ENGENHO DE CANA-DE-AÇÚCAR

Enquanto se concretizava esta providência, a guerra continuava feroz. Os índios atacaram a casa forte no Cuó, sendo rechaçados pelo sargento-mor Manuel da Silveira. Por outro lado, o coronel Antônio de Albuquerque Câmara travou um grande combate com os silvícolas, “indo até às cabeceiras do rio Assu”, sendo, porém, obrigado a recuar para a “casa forte da ribeira de Piranhas, para refazer as forças e pensar os feridos”. (Lemos, Vicente de - 1912:44-45). A situação ficou tão difícil que o Senado da Câmara de Natal comunicou ao Governador Geral (28 de janeiro de 1688) que a capitania estava na iminência de “ser abandonada pelos colonos, ficando de todo entregue aos bárbaros”. (Idem - 1912:45).

Para reforçar as tropas oficiais, o Governador Geral apelou para foragidos, criminosos e degredados das capitanias de Pernambuco e da Bahia, oferecendo-lhes perdão e “anistia plena se caso se incorporassem às forças de Albuquerque Câmara. Em princípio de 1688, avaliavam-se em 600 homens os soldados da resistência branca” (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:32). Procedimento idêntico

teve o capitão-mor do Rio Grande do Norte, em fevereiro de 1688, perdoando aos criminosos que se incorporassem na luta contra os índios. (Lemos, Vicente de - 1912:44). Inconformado com a resistência dos tapuias, o Governador Geral, Matias da Cunha, resolveu apelar, em 10 de março de 1688, à Câmara de S. Paulo, pedindo o seu empenho para mandar ao Rio Grande do Norte os bandeirantes paulistas, especialistas em apresar e escravizar indígenas. Em carta de 14 de março de 1688, dirigida ao coronel Albuquerque da Câmara, o Governador Geral avisava que “mandaria reforçar as guarnições de Natal e Fortaleza. A primeira sobre-tudo estava reduzida a um mínimo de homens. Sabia que às praias cearenses iam ter piratas de várias nações e que estes corsários abasteciam aos bárbaros de armas de fogo e munições”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:36).

Bandeirantes Paulistas no Rio Grande do Norte

Na mesma carta, o Governador Geral comunicava ao coronel Albuquerque Câmara “a boa notícia de que Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente, comandantes de 600 homens, reunidos para atacar os Palmares, iam romper pelo sertão das campanhas do interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará tomando ao revés as nações índias que se diziam serem aliados e sustentáculos principais dos janduis”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 36-37).

Logo que instalou-se às margens do Rio Piranhas, “obtivera Domingos Jorge Velho esplêndida vitória. Após quatro dias de peleja viva terminara o combate pelo desbaratado completo dos tapuias. Haviam eles perdido bastante gente e fugido dispersos. A falta de munições impedira porém que o triunfo dos paulistas fosse completo”. (Idem - 2ª, 1995: 37). Em regozijo pela sua vitória, o Governador Geral do Brasil mandou “expedir patente a Domingos Jorge Velho de “Governador da Gente da Conquista dos Bárbaros do Rio Grande”. Além disso, conferiu-lhe o “assento de Mestre de Campo com o soldo de dezesseis cruzados mensais (...) pagos pela Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 42).

Após a chegada deste bravo bandeirante, surgiu um dado novo na guerra dos bárbaros: os tapuias estavam lutando com armas de fogo. Qual a procedência destas armas? Circulavam duas versões explicando este fato: uma que “fora o comandante de Fortaleza do Ceará quem aos tapuias abastecera de pólvora e balas”. A outra versão: estas armas resultavam dos contatos que “os tapuias mantinham com os navios de piratas. Percorriam estes as costas do Rio Grande do Norte e subiam o rio Assu até o ponto em que deixava de ser navegável, a partir de cinquenta quilômetros da foz”. (Idem - 2ª, 1995: 40).



BANDEIRANTES PAULISTAS

Matias da Cunha faleceu em outubro de 1688. Então, assumiu interinamente a governadoria geral do Brasil, Dom Frei Manuel da Ressurreição, que garantiu ao capitão-mor do Rio Grande do Norte que ia continuar combatendo os índios como fizera o seu antecessor.

Coerente com o propósito manifesto, um dos seus primeiros atos foi solicitar à Câmara de São Paulo que enviasse outra coluna de combatentes para o Assu. Agindo assim, ele procurava atender aos apelos de Domingos Jorge Velho e do coronel Antônio de Albuquerque Câmara que “se achavam faltos de tropa, armas, munições e mantimentos”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 43).

Por outro lado, estes dois comandantes esperavam uma coluna procedente de Penedo, formada de “gente branca e índios num total de seiscentos homens...” (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 43). Na realidade, esta gente não veio devido a uma “pavorosa seca de nove meses”. (Idem - 2ª, 1995: 65). Todas as esperanças se voltavam, agora, para a vinda do bandeirante paulista, Matias Cardoso de Almeida. Enquanto isso, a guerra dos bárbaros se alastrava pelo território potiguar, exigindo a reação de todos os habitantes da capitania. A esta altura dos acontecimentos, não podemos esquecer a façanha realizada pelo capitão Afonso de Albuquerque Maranhão, neto de Jerônimo de Albuquerque. Por contra própria, ele organizou um pequeno exército e conseguiu prender “no sertão o cacique canindé e mais nove dos seus principais. Socorreu durante três meses em campanha ao capitão Antônio Pinto Ferreira que viera de Pernambuco com duzentos homens e com igual número de gentios conseguiu apreender muito gado vacum e cavalos na ribeira do Assu, de que estavam de posse os índios”. (Lemos, Vicente de - 1912:47).



ESCRAVOS TRANSPORTANDO A PATROA NUMA LITEIRA

Em junho de 1688, começou a governar a capitania do Rio Grande do Norte, Agostinho César de Andrade. Ficou no governo até agosto de 1692. Homem inteligente e destemido, participou pessoalmente de várias incursões e combates. À medida que o cerco aos índios apertava no Assu, muitos deles procuravam localizar-se nas vizinhanças de Natal, pedindo paz às autoridades. Aos poucos, foram se aglomerando no rancho Silva, próximo à Aldeia de Guajiru, em Extremoz. “Passado algum tempo sublevaram-se os janduis e o próprio César de Andrade teve de os bater, degolando diversos”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:118). Fez outra investida “a quatro léguas acima do rio Potengi, e pôde (...) matar e aprisionar cento e muitos, sem entrar em linha de conta os muitos feridos que foram morrer pelas selvas”. (Idem - 2ª Lemos, Vicente de - 1912:48-49).

César Andrade deslocou-se até São José de Mipibu, onde organizou uma tropa “e fez uma expedição à serra da Acauã, onde destróçou dois mil índios, fazendo-lhes mil prisioneiros”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 118).

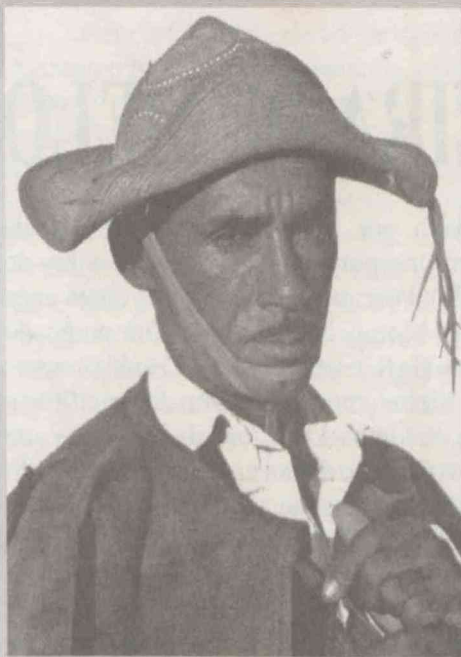
Em julho de 1689, o Senado da Câmara redigiu um documento - INSTRUÇÃO E MEMORIAL - relatando tudo o que estava acontecendo na capitania e pedindo providências para continuar combatendo o inimigo. Entre outras coisas, afirma o documento que são enormes os prejuízos causados pelos índios: “as mortes que fizeram em mais de duzentos homens e em perto de trinta mil cabeças de gado grosso e mais de mil cavalgadas e as ruínas dos mantimentos e lavouras...” (Lemos, Vicente de - 1912:49).

Este memorial foi levado ao Rei de Portugal pelo capitão Gonçalo da Costa Faleiro, designado oficialmente pelo Senado da Câmara de Natal.

Aconteceu também, em 1689, o retorno de Domingos Jorge Velho ao teatro de operações em Assu. Estava em Alagoas combatendo o quilombo dos Palmares. Para fortalecê-lo militarmente, “achou Agostinho César de boa política enquadrar nas suas forças os índios submissos refugiados na Aldeia de Guajiru. Para lá mandou os homens mantendo-lhes as mulheres e filhos como reféns”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:121). Aconselhado pelo Senado da Câmara, Agostinho César ordenou que estes reféns que estavam na Aldeia de Guajiru fossem distribuídos “pelas casas dos colonos que pudessem dar bom trato, não adquirindo estes direito algum sobre a pessoa daqueles”. (Lemos, Vicente de, 1912:55)

Agostinho César foi acusado de ter ficado com a maior parte destes reféns trabalhando em seu benefício. (Idem - 1912: 55).

Indignado com aquela determinação escravagista, o Provedor da Fazenda denunciou o fato ao Rei de Portugal. Ao tomar conhecimento do assunto, o Governador Geral do Brasil, Frei Manuel da Ressurreição, escreveu uma carta (27 de agosto de 1699) repreendendo severamente o capitão-mor Agostinho César. Acusou-o de ter assaltado “com mão armada a Aldeia dos Padres da Companhia onde estavam sujeitos e acoitados os filhos e mulheres dos tais Tapuias perdoados. E levar perto de duzentas almas que mandou repartir por si, e pelos mais moradores que lhe pareceu...” Por fim, ordenou que o capitão-mor mandasse retornar a Aldeia as ditas pessoas, “de qualquer sexo e idade”. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:72)..



VAQUEIRO NORDESTINO EM TRAJES TÍPICOS

A fim de dar melhor consistência às operações bélicas e unir as forças em combate, as locais e as paulistas, Agostinho César mandou fundar dois quartéis na ribeira do Assu. "Ali colocou o velho Manuel de Abreu Soares com 150 soldados diversos, quarenta infantes de linha e índios mansos. Deviam ser abastecidos por Pernambuco, mas ao cabo de seis meses, faltando os víveres, sublevaram-se os comandados de Soares, que abandonaram as posições, enterrando a artilharia". (Taunay, Affonso de - 2ª, 1995:121-122).

Mesmo assim, sem víveres mandados por Pernambuco e sem o pagamento dos soldos, os Terços paulistas de Domingos Jorge Velho e de Matias Cardoso de Almeida permaneceram por mais algum tempo combatendo a indiada revoltada.

Em agosto de 1692, Sebastião Pimentel tomou posse no governo da capitania. Governo curto, inexpressivo, pois, este capitão-mor faleceu em outubro de 1693.

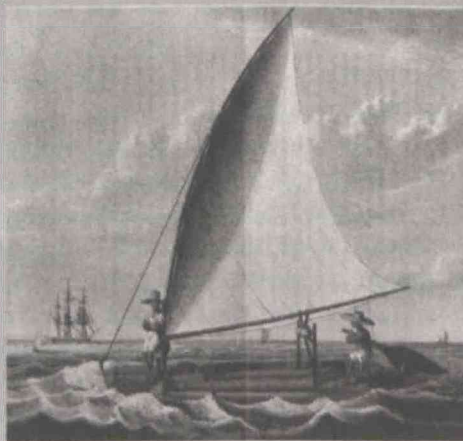
Mas, a guerra continuava mobilizando energias e ceifando vidas.

Em correspondência ao Rei de Portugal, o Senado da Câmara relatava que a 11 de janeiro de 1691, "os bárbaros assaltaram os colonos da ribeira do Ceará-Mirim, onde mataram doze pessoas e destruíram muito gado vacum e cavalos, além dos que puderam conduzir... Que o Governador Geral do Brasil havia mandado assistir na Capitania o Mestre de Campo dos Paulistas, Matias Cardoso, com oitocentos homens, mas destes só restavam duzentos, porque não cumpriram a promessa de se lhes pagar". (Lemos, Vicente de - 1912: 60).

Com o falecimento de Sebastião Pimentel em outubro de 1693, assumiu interinamente o governo da capitania Agostinho César de Andrade. Sua nomeação definitiva saiu em 6 de julho de 1694. Afirma Vicente de Lemos que "já não encontrou Agostinho César no Rio Grande o Terço dos paulistas de Jorge Velho, que se havia retirado para assistir nos Palmares, assim como o de Matias Cardoso que buscou a parte superior do Rio S. Francisco". (1912: 64).

O TERÇO DE LENCASTRO

Osertanista Domingos Jorge Velho firmara contrato, em 1687, com o governador de Pernambuco para combater o quilombo dos Palmares. Viera uma vez, perdeu muitos soldados e, por isso, retornou para o Assu. Agora, já que o citado contrato fora confirmado em abril de 1693, e, por outro lado, ao Assu não chegavam os pagamentos do Governo Geral, ele retirou-se definitivamente da guerra dos bárbaros. Foi combater o quilombo dos Palmares juntamente com outros comandantes. Palmares começou a cair em 1695, resistindo até 97. (Magalhães, Basílio - 4ª, 1978: 122).



JANGADEIROS

Quanto a Matias Cardoso, quando retirou-se do Assu, veio estabelecer-se no sertão do Rio São Francisco onde tinha copiosas fazendas de gados vacunse cavalaes". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 172).

Em 1693, assumiu a Governadoria Geral do Brasil, Dom João de Lencastro, que anteriormente exercera o cargo de governador de Pernambuco. O Rei de Portugal, D. Pedro II, recomendara-lhe atenção especial à capitania do Rio Grande do Norte, visando à sua pacificação. Ordenou que fosse resolvido o caso "dos soldos prometidos aos paulistas e jamais pagos..." (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 141).

Uma das primeiras providências do novo Governador Geral foi organizar o Terço de Lencastro, sob o comando do mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, "constante de cem paulistas brancos e quatrocentos índios, levantados em S. Paulo". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 169).

Todavia, a esta altura dos acontecimentos, o problema da guerra contra os índios não era de recrutar combatentes, mas, sim, de ter dinheiro para pagá-los. A crise financeira do governo era enorme. "Nem ele Governador Geral, nem o seu correspondente de Pernambuco podiam fazer milagres em prol da Fazenda Real". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 181).

Além dos gastos para combater o quilombo dos Palmares, afirma Taunay, que o Rei de Portugal "fazia o maior empenho agora a que se promovesse o progresso da Colônia do Sacramento. O dinheiro a princípio destinado ao socorro do Nordeste, tomara a direção do extremo sul". (2ª, 1995: 183).



VAQUEIROS ENCOURADOS

Foi nesta conjuntura de crise financeira que entrou em cena a figura de Bernardo Vieira de Melo, para suceder a Agostinho César de Andrade no governo da capitania do Rio Grande do Norte. Segundo Tavares de Lira, sua carta patente de nomeação é de 8 de janeiro de 1695. (2ª, 1982: 104).

Na opinião de Câmara Cascudo, Bernardo Vieira de Melo "foi o verdadeiro pacificador da Guerra dos Índios, a confederação dos cariris que ensopara de sangue e cobrira de ruínas toda a capitania. Era geralmente benquisto e os indígenas tinham nele inteira confiança, vendo-o como um defensor de seus direitos violados pelos soldados e sesmeiros ambiciosos e truculentos". (Cascudo, L. da Câmara - 1939: 82).

Bernardo Vieira pediu ao Governador Geral "permissão para poder gastar com a campanha mais do que o seu antecessor fizera, apenas quatrocentos mil réis. D. João de Lencastro a tanto o autorizava fazendo ver, contudo, quanto precisaria ter o maior tento com as despesas, que a situação financeira do Brasil era péssima". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 183).

BERNARDO VIEIRA DE MELO

O "Terço de Lencastro", comandado por Manuel Álvares de Moraes Navarro, chegou, finalmente, ao território potiguar em 18 de novembro de 1698. (Lemos, -Vicente de - 1982: 75). Portanto, cerca de quase cinco anos após a retirada do Terço de Matias Cardoso. Moraes Navarro, que fora nomeado "Governador da Campanha contra os índios do rio S. Francisco até o Ceará" (Lemos, Vicente de - 1912:75), encontrou Bernardo Vieira empenhadíssimo em pacificar a indiada. Por isso, "observou Bernardo Vieira de Melo a Dom João de Lencastro que os índios pareciam inteiramente pacíficos. A colocação de um campo entrincheirado de paulistas no Assu iria inquietá-los extraordinariamente e quiçá levá-los a um levante geral". (Taunay, Affonso de E., 2ª, 1995: 219). Em resposta, o Governador Geral recomendava "união e mais união" entre o capitão-mor do Rio Grande do Norte e o mestre de campo Moraes Navarro.

Visando à pacificação de capitania, Bernardo Vieira tomou muitas medidas importantes. Assim, em 24 de abril de 1696, ele fundou o Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres, hoje cidade do Assu, protegido por 30 soldados, cuja manutenção ficou a cargo dos moradores pelo período de seis meses. (Lemos, Vicente de - 1912: 70). Respalado pelo Rei de Portugal e pelo Governador Geral, ele combateu o absenteísmo de vários sesmeiros, que moravam na Bahia e em Pernambuco. Obrigou-os a virem ocupar e desenvolver as suas propriedades sob pena de perdê-las no prazo de um ano.

Por sua sugestão, lembra o historiador Tarcísio Medeiros "mandou a Metrópole dar a cada Missão uma légua de terra em quadrado, medida e demarcada, e por conveniência de requisição de meios e facilitar a administração, por Carta Régia de 11 de janeiro de 1701, fez passar da jurisdição da Bahia para a de Pernambuco, a Capitania do Rio Grande". (Medeiros, Tarcísio - 1974: 33). Além disso, conseguiu que a Fortaleza dos Reis Magos fosse policiada por soldados nortério-grandenses, pois, os que vinham de Pernambuco prestar este serviço, terminavam abandonando os seus postos.

Ao término do seu segundo governo (fora reconduzido em novembro de 1697), Bernardo Vieira tinha realizado uma grande obra pacificadora. Verdade é que, "os índios paiucus e carateús, da nação do Icós, que habitavam do vale do Catolé do Rocha até às margens do Piranhas, dizimados pela guerra encarniçada que lhe moveram os mestres de campo dos Paulistas, achavam-se agora aldeados nas ribeiras do Jaguaribe e do Apody; e os da nação dos Jandoys permaneciam pacíficos no arraial do Assu, com seus missionários..." (Lemos, Vicente de - 1912: 75).

MORTICÍNIO DOS PAIACUS

Ao mestre de Campo Moraes Navarro, não interessava aquela política de paz desenvolvida por Bernardo Vieira. A fim de justificar a sua permanência no Assu e, por outro lado, mostrar serviço ao Governador Geral que o paparicava muito, Moraes Navarro organizou uma expedição composta de janduis, entre outros elementos, para atacar os paiacus aldeados em Jaguaribe (Ceará). Ele saiu do seu arraial com "130 infantes e duzentos e tantos tapuias por ele pacificados". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 223). Antes, mandara avisar ao cacique Genipapoassu que iria visitá-lo com os seus comandados.

Em carta datada de 25 de agosto de 1699, Manuel Álvares de Morais Navarro contou ao Governador Geral como aconteceu o morticínio dos paiacus, ocorrido em 4 de agosto daquele ano. Quando ele chegou com o seu pessoal à aldeia de Genipapoassu, este "declarou que a sua gente queria festejar a vinda do chefe branco; assim desejava bailar à vista dos expedicionários". Por sua vez, Morais Navarro "ordenou que os seus tapuias fossem executar primeiro um bailado entre os do Ceará. Afirmo Stuart que estes já eram índios de paz e em grande número batizados". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:224). Quando os janduis que vieram com Morais Navarro terminaram a dança foram vítimas de uma cilada armada pelo mestre de campo bandeirante. Na carta que escreveu ao Governador Geral, disse Morais Navarro que armou uma cilada para livrar-se de outra. Eis a sua explicação: "Preparei a infantaria em boa ordem, em título de a ver, tocando-lhe caixa dizendo-lhe ser festejo. Tinham eles ordenado estivesse o Principal junto a mim e quando a dança viesse para minha parte viria o Irmão com escolta abraçar-me e ao tempo do abraço investiriam os da dança, com ordem que só a mim me deixassem vivo para ao depois me martirizarem. E como eu tinha coligido seu intento e via se não apartava das minhas costas, pus-lhe um dos nossos Tapuias a diverti-lo, ordenando-lhe que ao mesmo tempo parasse a caixa, que era a senha que estava dada à infantaria para dar carga e o pegasse. Veio o Irmão, com a sua vinda diante de todos sem arma, e eu assim que vi que era tempo mandei parar a caixa e lhe fazer tiro, do qual caiu morto e ao mesmo tempo o Tapuia a quem tinha entregue o principal lhe quebrou a cabeça".

Afirma Taunay que, "mortos Genipapoassu e seu irmão, ordenou Navarro que cem de seus infantas brancos carregassem sobre os paiacus enquanto vinte e cinco ficavam de prevenção contra os tapuias aliados, pois podia ser que estes se aproveitassem da circunstância para agredirem os bandeirantes. Mas os janduis dominados por aquele ato de tão cruel energia voltaram-se furiosos contra os paiacus, deles fazendo enorme morticínio". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 225).

Segundo o Padre Pedro Fernandes, capelão do Terço dos Paulistas, o massacre aconteceu no "local onde se acha hoje, à margem direita do Jaguaribe, a cidade de Limoeiro". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 233).

Numa das cartas que escreveu em 1700, Morais Navarro revelou: "Matara-lhe perto de 400 homens e tomara-lhe mais de 250 prisioneiros em troca da perda de dois homens, mortos, mas de muitos feridos de sua tropa". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 259).

Aquele massacre provocou o mais veemente protesto dos missionários junto ao Bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, que ameaçou excomungar Morais Navarro. A partir de então, a guerra ficou praticamente paralisada, e estabeleceu-se a polêmica em torno do assunto. Em Salvador e Lisboa chegaram vários relatórios acusando e defendendo o mestre de campo Morais Navarro. Os inimigos de Bernardo Vieira aproveitaram a ocasião para acusá-lo de invejoso e traidor, fornecendo armas de fogo aos tapuias pacificados para estes matarem Morais Navarro. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:243).

Enquanto o Governador Geral defendia Morais Navarro junto à Corte portuguesa, o Bispo de Pernambuco denunciava-o com violência, dizendo que o bandeirante "procedera com verdadeira atrocidade contra míseros índios, vivendo, havia cinco anos, em perfeita paz com os portugueses". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 271). A denúncia do Bispo foi decisiva para a condenação de Morais Navarro. Verdade é que, em 13 de janeiro de 1700, o Rei de Portugal D. Pedro II, ordenou a retirada de Morais Navarro e do seu Terço da Ribeira do Assu. (Idem - 2ª, 1995: 263). Na realidade, por determinação posterior, o referido Terço permaneceu atuando no Assu, sob o comando de um sargento.

No ano seguinte, Sua Majestade mandou o Governador Geral prender Morais Navarro. A prisão foi efetuada pelo Ouvidor da Paraíba, Cristovão Soares Reimão, que se fez acompanhar por quarenta soldados. Aconselhado pelo Governador Geral, Morais Navarro não apresentou resistência ao mandado de prisão. Portou-se como um cordeiro arrependido. Foi recolhido a uma cadeia de Pernambuco. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 273).

Em 1704, ele retornou ao comando do seu Terço, acampado no presídio do Assu. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995: 280). No ano seguinte, com permissão dada pelo Rei de Portugal, ele viajou para São Paulo, sua terra natal, de onde saíra aos 15 anos de idade. De lá, viajou para Minas Gerais, onde demorou certo tempo. Depois, retornou para Pernambuco.

Quando retornou, em 1704, ao comando do seu Terço no Assu, o Rei de Portugal, D. Pedro II, deu uma grande recompensa a Morais Navarro pelos serviços prestados: "doou-lhe o ofício de Escrivão dos órfãos da cidade da Bahia, rendoso como nenhum outro do Brasil em seu tempo". (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:280).

Mesmo na sua ausência, o Terço de Lencastro permaneceu lutando contra os índios até 1720. Naquele ano, era capitão-mor do Rio Grande do Norte, Luiz Ferreira Freire, quando "deu-se o último levante geral dos índios dirigidos contra Natal. Contidos na altura de Ferreiro Torto pela ação enérgica do capitão-mor em companhia do Terço dos Paulistas de Morais Navarro, dispersaram-se pelos sertões da Paraíba e alguns pelo Ceará, o que determinou a dispensa dessa força militar do sul do país..." (Lemos, Vicente de, e Medeiros, Tarcísio - V. 2º, 1980: 35).

Terminada a guerra dos bárbaros, a capitania estava arrasada e a população indígena reduzidíssima. Os que sobreviveram, entraram paulatinamente num processo de miscigenação e de aculturação com a população branca, de origem portuguesa, e com os negros, de origem africana. Do cruzamento destas três raças, proveio a população norte-rio-grandense que conhecemos atualmente. Somente após o esmagamento dos índios no século XVII, pôde a colonização portuguesa consolidar-se no interior ao longo do século XVIII.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1971 - Terrero, José - História da Espanha, Barcelona, Editorial Ramón Sopena.
- 1987 - Koshiba, Luiz e Pereira, Denise Manzi Frayze - História do Brasil, São Paulo. Atual Editora, 5ª edição.
- 1975 - Vianna, Hélio - História do Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos, 12ª edição.
- 1976 - Enciclopédia Mirador Internacional, São Paulo/Rio de Janeiro, Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações, Volume 11.
- 1938 - Watjen, Herman - O Domínio Colonial Holandês do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- 1969 - Simonsen, Robert C. - História Econômica do Brasil (1500/1820), São Paulo, Companhia Editora Nacional. 6ª Edição.
- 1977 - Southey, Robert - História do Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos/MEC, 4ª edição.
- 1970 - Buescu, Mircea - História Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, APEC Editora.
- 1986 - Girão, Raimundo - Evolução Histórica Cearense, Fortaleza, BNB/ETENE.
- 1931 - Azevedo, J. Lúcio - História de Antônio Vieira, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- 1980 - Cascudo, Luís da Câmara - História da Cidade do Natal, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª edição.
- 1981 - Nieuhof, Joan - Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil, Belo Horizonte, Editora Itatiaia.
- 1955 - Cascudo, Luís da Câmara - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- 1979 - Galvão, Hélio - História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura.
- 1915 - Lyra, A. Tavares de - Domínio Hollandes no Brasil Especialmente no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro - Typ. do "Jornal do Comércio" de Rodrigues & C.
- 1992 - Cascudo, Luís da Câmara - Os Holandeses no Rio Grande do Norte, Mossoró, Coleção Mossoroense.
- 1906 - Carvalho, Alfredo de - Os Holandeses no Rio Grande do Norte, Natal, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Vol. IV, Typographia d' O Seculo.
- 1844 - Raphael de Jesus, Fr. - Castrioto Lusitano, Paris, Publicado por J. P. Aillaud.
- 1986 - Moura, Pedro - Fatos da História do Rio Grande do Norte, Natal, Companhia Editora do Rio Grande do Norte.
- 1989 - Medeiros Filho, Olavo de - No Rastro dos Flamengos, Natal, Fundação José Augusto.
- 1974 - Barléu, Gaspar - História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, Belo Horizonte, Editora Itatiaia.
- 1945 - Calado, Fr. Manuel - O Valeroso Lucideno e Triunfo da Libertação, São Paulo, Edições Cultura.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1939 - Cascudo, Luís da Câmara - Governo do Rio Grande do Norte, Natal, Livraria Cosmopolita - F. Aranha.
- 1930 - Taunay, Affonso de E. - História Geral das Bandeiras Paulistas, São Paulo, Typ. Ideal & Heitor L. Canton, Tomo Sexto.
- 1912 - Andrade, Pedro Carrilho de - Memória sobre os Índios no Brazil, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Vol VII, Natal, Typografia do Instituto.
- 1955 - Cascudo, Luís da Câmara - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- 1973 - Medeiros, Tarcísio - Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte, Natal, Imprensa Universitária.
- 1979 - Furtado, Celso - Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 16ª edição.
- 1989 - Giscard D'Estaing, Valerie - Anne (Org.) - Le Livre Mondial des Inventions 1990, Paris, Fixot, 8ª edição.
- 1969 - Simonsen, Robert C. - História Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 6ª edição.
- 1966 - Andreoni, João Antônio (Antonil) - Cultura e Opulência do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª edição.
- 1978 - Magalhães, Basílio - Expansão Geográfica do Brasil Colonial, São Paulo, Editora Nacional / MEC, 4ª edição.
- 1912 - Lemos, Vicente de - Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Tipografia do "Jornal do Comércio".
- 1995 - Taunay, Affonso de E. - A Guerra dos Bárbaros, Mossoró, Fundação Vingt-un Rosado, 2ª edição.
- 1982 - Lira, Tavares de - História do Rio Grande do Norte, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 2ª edição.
- 1974 - Medeiros, Tarcísio - Bernardo Vieira de Melo e a Guerra dos Bárbaros - in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, Editora Universitária, Volumes LIX, LX, LXI.
- 1980 - Lemos, Vicente de, e Medeiros, Tarcísio - Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte (1701-1822), Natal, Tip. CERN, 2º volume.

A REVOLUÇÃO DE 1817
NO RIO GRANDE DO NORTE:

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE E O PADRE MIGUELINHO



A REVOLUÇÃO DE 1817: PERNAMBUCO

As grandes revoluções políticas são semelhantes aos terremotos que, a partir do seu epicentro, projetam a violência da explosão inicial, em ondas sucessivas e contagiantes, até que se esgote a força propulsora que lhes originou. As revoluções políticas, como tudo o que surge na História, nascem, crescem e, depois, morrem. Eclodem num país e se expandem pelas nações vizinhas, atravessam mares e continentes e, depois, com o passar do tempo, perdem a sua força pela incapacidade de arregimentar novos adeptos.

O mundo contemporâneo foi moldado por duas grandes revoluções: a Francesa, de cunho liberal, de 1789; a Russa, de teor socialista, de 1917.

A revolução de 1817, realizada no Nordeste, está ligada às idéias liberais da Revolução Francesa, que influenciaram igualmente todas as revoluções do século XIX na América Latina. Estas idéias liberais, chamadas também de iluminismo, já haviam contagiado anteriormente os líderes da Inconfidência Mineira (1789) e os da Inconfidência Baiana (1798).

O iluminismo francês penetrou na metrópole portuguesa através do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo. Afirmar Gláucio Veiga: "O iluminismo pombalino era alimentado pelos oratoreanos da Congregação de S. Felipe de Neri." (1976:130). Com o apoio do Marquês de Pombal, o padre oratoreano Luís Antônio Verney, autor do livro - VERDADEIRO MÉTODO DE ESTUDAR - contrapôs-se à pedagogia dos jesuítas, e revolucionou o ensino acadêmico da Universidade de Coimbra, onde se formava toda a elite dirigente de Portugal e das colônias. Mas, diferentemente dos franceses, os iluministas portugueses eram partidários do rei (regalistas) e defensores da fé católica. Por isso, observou adequadamente Gláucio Veiga: "Os iluministas lusitanos e espanhóis e os iluministas da América Latina, conciliarão sempre a razão e a fé." (1976:149).

Sem delongas, podemos afirmar que a Revolução de 1817, que eclodiu em Recife e espalhou-se pelo Nordeste, resultou da ação conjugada de três fatores: primeiro, o tratamento desigual dado pelo Rei a portugueses e brasileiros; segundo, a pesada carga tributária que não beneficiava o Nordeste em coisa alguma; e terceiro, o fator mais importante, união do sentimento nativista com as idéias liberais, pregadas sobretudo pelos padres.

Em 1808, antes que as tropas de Napoleão Bonaparte invadissem Portugal, D. João VI zarpou de Lisboa para o Brasil com toda a sua corte. Chegando aqui, aquele monarca decretou a abertura dos portos a todas as nações amigas e, em, 1815, elevou a colônia brasileira à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. No entanto, apesar da aparente igualdade que isto representava, na prática, ao contrário, acentuaram-se as desigualdades. O comércio exterior continuava sendo dominado pelos portugueses e, na burocracia civil e militar, os brasileiros eram discriminados, o que gerou muito descontentamento. Sobre isto, afirma o historiador Boris Fausto que "Dom João chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizou o Exército, reservando os melhores postos para a nobreza lusa". (2ª, 1995:127).

Por sua vez, o luxo e o parasitismo da corte escandalizavam os brasileiros e, ao mesmo tempo, revoltavam-se os proprietários rurais e a elite intelectual, porque sabiam que tudo aquilo era sustentado através de impostos escorchantes. Quase todos os impostos arrecadados eram canalizados para embelezar o Rio de Janeiro. Segundo Amaro Quintas, "o comércio lutava com sérios embaraços, as rendas da capitania haviam consideravelmente decrescido, e o povo gemia oprimido com diversos e pesados impostos, quando se viu sobrecarregado com mais outros; e além de tudo isso declarando Portugal guerra à França, manda ocupar Caiena, e impõe a Pernambuco contribuição de mil homens para aquela expedição." (2ª, 1985:90) Além disso, D. João VI gastava muito dinheiro com as campanhas militares no Rio da Prata. (Fausto, Boris - 2ª, 1995: 128).



BANDEIRA DA REVOLUÇÃO

Desde 1804, que governava Pernambuco o general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, homem prepotente para com os seus subordinados, mas excessivamente submisso às ordens da Corte. Afirmar Amaro Quintas que, por causa desta subserviência, ele "enviava mensalmente 30.000\$000 para os gastos perdulários da entourage de D. João VI. Manifestando-se em um zelo ardentíssimo de encaminhar para a Corte todo o dinheiro da província sem atenção a credores, nem a quaisquer outras conseqüências". (2ª, 1985:91). Por causa deste seu comportamento, o populacho deixou gravado na tradição oral de Recife esta chacota a seu respeito: era Caetano no nome, Pinto na falta de coragem, Monte na altura do físico e Negro nas ações. (Guerra, Flávio - 3ª, 1994:90).

Foi neste ambiente discriminatório e opressivo, que as idéias iluministas da Revolução Francesa agiram como forma aglutinadora, unindo ressentimentos, insatisfações e a vontade de ser independente de Portugal. Não podemos esquecer que estas idéias encontraram, no sentimento nativista dos pernambucanos, um aliado adequado, complementar, imprescindível mesmo, para mobilizar as energias daquele movimento libertador.

Desde os tempos de Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco, que o sentimento nativista já manifestara os seus primeiros sinais. Durante a ocupação holandesa (1630-1654), este nativismo passou pela sua prova de fogo, saindo vitorioso graças ao esforço exclusivo do heroísmo pernambucano. Anos depois, na Guerra dos Mascates (1710), ele foi provado novamente no crisol das lutas entre a aristocracia rural pernambucana e a burguesia mercantil portuguesa aglomerada no Recife. Por conseguinte, lutar mais uma vez para expulsar do território nacional os colonizadores portugueses não era novidade para aquela brava gente.



SEMINÁRIO DE OLINDA

O SEMINÁRIO DE OLINDA

O centro fomentador das idéias liberais foi, sem dúvida, o Seminário de Olinda criado, em 1800, por D. Azeredo Coutinho. Este bispo tomou posse no governo da diocese de Olinda em 1º de janeiro de 1799. Na opinião do escritor Nilo Pereira, "era homem sábio. Sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa, autor do Ensaio Econômico. Estudioso dos problemas da Aviação." (Pereira, Nilo - V.II, 1983:50). No plano das idéias, afirma Riolando Azzi, "ele era um homem esclarecido, liberal, progressista". (T.2,2ª, 1979:279).

A direção e o corpo docente do Seminário de Olinda, D. Azeredo Coutinho confiou-os aos padres Oratorianos de São Felipe de Neri, de reconhecida formação iluminista.

Inspirados nos clássicos da Revolução Francesa e também na pedagogia de seu confrade Luís Antônio Verney, "os Oratorianos fomentavam realmente o espírito crítico e minimizavam o argumento de autoridade. Dessa maneira eles revolucionavam o ensino brasileiro, tentando antes de tudo ensinar a pensar, a formar um pensamento livre, a duvidar das citações, dando maior valor ao método de estudar que ao trabalho físico de consultar os livros." (Carvalho, Gilberto Vilar de - 1980:67).

Segundo Tollenare, um francês que viveu em Recife em 1816 e 17, portanto, nos anos daquela revolução, o Seminário de Olinda era "a única instituição pública para a instrução secundária do sexo masculino." E acrescenta: "Admitem-se leigos, e ali podem-se fazer estudos bem regulares de humanidade, cursos de lógica, de ética e de matemáticas; havia uma cadeira de física e uma aula de desenho..." (Tollenare, L. F. de - 1978:92-93).

Observou ainda Tollenare que, no Recife daquela época, as "obras francesas são as mais procuradas", principalmente as "da filosofia do século XVIII" (1978:94).

Outro centro irradiador das idéias iluministas foi, sem dúvida, o Convento da Madre de Deus, no Recife, dirigido igualmente pelos padres Oratorianos. Segundo Gilberto Vilar de Carvalho, desde os fins do século XVIII, que eles promoviam cursos e debates sobre assuntos filosóficos, teológicos e científicos, dos quais participavam numerosas pessoas de elite intelectual pernambucana. (1980:68). Este Convento abrigava "a maior biblioteca da época: mais de quatro mil volumes, em 1826". (Veiga, Gláucio - 1976:135).

A REVOLUÇÃO DOS PADRES

Quase todos os estudiosos da Revolução de 1817 reconhecem que a liderança do clero naquele movimento foi superior à dos demais grupos participantes. Sem dúvida, naquela época, o clero era intelectualmente o segmento mais preparado do Brasil. Por isso, Oliveira Lima tachou-a de "Revolução dos Padres". Verdade é que, cerca de 70 religiosos, entre padres seculares e frades de várias ordens (Carvalho, Gilberto Vilar de - 1980:63) fizeram a catequese das idéias liberais, não somente nas igrejas, mas também nas Academias e Lojas Maçônicas de Olinda e Recife. Pregavam a independência do Brasil em relação a Portugal e a implantação de um regime republicano inspirado no modelo dos Estados Unidos. (Tollenare, L. F. de - 1978:193).

O líder intelectual, o ideólogo que impôs-se aos demais companheiros foi, sem dúvida, o PADRE JOÃO RIBEIRO PESSOA DE MELO MONTENEGRO. Era um botânico e professor de desenho no Seminário de Olinda. Pobre e idealista, na opinião do seu amigo, Tollenare, "era um eclesiástico de mérito superior". Nascera em Trucunhaém, em 1766. Portanto, quando liderou a Revolução estava com 51 anos de idade. A seu respeito, disse ainda Tollenare: "Nutrido com a leitura dos filósofos antigos e modernos, ele só respirava pela liberdade, e isto mais por amor dela do que por uma ambição". E acrescenta: "Arrastado pela leitura das obras de Condorcet, testemunhava a mais alta confiança no progresso do espírito humano: a sua imaginação ia mais depressa do que o seu século e sobretudo adiantava-se muito à índole dos seus compatriotas". (1978:147-148).



FREI MIGUELINHO SENDO INTERROGADO, NA BAHIA

Numa das reuniões às quais Tollenare costumava estar presente, disse o Padre João Ribeiro: "É em vão que se pretende abafar as idéias liberais; pode-se adormentar por um momento a liberdade; mas, ela terá sempre o seu despertar, não duvideis disto". (1978:157).

O viajante inglês Henry Koster, que foi seu amigo, escreveu sobre o Padre João Ribeiro a seguinte nota: "Ele é o favorito, bem-vindo em toda parte, por grandes e pequenos. Confesso não ter encontrado uma pessoa com maneiras mais agradáveis. É geralmente querido por quantos o conhecem, e todas as classes o adoram. Tive longas relações com ele, antes e depois dessa época em que me refiro, e jamais o ouvi empregar uma palavra áspera para qualquer pessoa. Suas maneiras e a tonalidade da sua voz anunciam que a bondade é a virtude predominante." (1978:271).

Outro líder intelectual da Revolução de 1817 foi o norte-rio-grandense PADRE MIGUEL JOAQUIM D'ALMEIDA E CASTRO, vulgo Padre Miguelinho, por causa da sua baixa estatura. Sobre ele, disse Tollenare: "O Padre Miguel é um homenzinho, cujo espírito mais lento, não é menos vasto nem menos penetrante; os seus juízos são críticos e muito próprios ..." (1978:151).



DOMINGOS JOSÉ MARTINS

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

A tomada do poder pelos revolucionários estava marcada para abril. Mas, foi antecipada devido às iniciativas contra-revolucionárias tomadas pelo Governador Caetano Pinto. Ele “determinou que no dia 6 de março de 1817, pela manhã, em suas próprias residências, fossem detidos os militares e civis nela envolvidos”. (Guerra, Flávio - 1994:90). O primeiro a ser preso foi o líder civil, Domingos José Martins, grande comerciante que, no campo prático, elaborou estratégias e articulações indispensáveis à derrubada do governo. O comandante do Regimento de Artilharia, Brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro, imprudentemente, resolveu prender alguns militares ali mesmo no quartel. Assim, “quando deu voz de prisão ao capitão José Barros Lima, conhecido como o “Leão Coroado”, desembainhou a espada matando-o com o auxílio do seu genro José Mariano e outros oficiais. Tinha explodido inesperadamente a revolução marcada para dali a um mês.” (Idem - 1994:90). De imediato, os oficiais rebelados soltaram o líder Domingos José Martins e partiram logo para tomar o poder.

Os militares portugueses tentaram resistir, mas foram facilmente vencidos. O Governador Caetano Pinto refugiou-se na fortaleza de Brun, onde não havia forças militares suficientes para contra-atacar. De lá, ele negociou com os vitoriosos a sua ida para o Rio de Janeiro.

Os vitoriosos formaram uma Junta Governativa (governo colegiado), com representantes de cinco segmentos da sociedade pernambucana: Domingos José Martins, representante do comércio; Padre João Ribeiro, representante do clero; José Luís de Mendonça pela magistratura; Domingos Teotônio Jorge, pelos militares; e Manuel Correia de Araújo, representante da Agricultura. Para secretariar o governo foi escolhido o Padre Miguelinho.

Ao mesmo tempo, organizou-se um Conselho de Estado composto por elementos da elite pernambucana. Elaborou-se uma Lei Orgânica, espécie de Constituição provisória, que assegurava as liberdades de consciência, de imprensa e de religião. Adotou uma bandeira que, segundo Hélio Vianna, possuía o seguinte traçado: “azul escuro e branca, em faixas horizontais, aparecendo no retângulo superior o arco-íris, com uma estrela em cima e o sol por baixo, dentro de um semicírculo; e no retângulo inferior, branco, uma cruz vermelha”. (Vianna, Hélio - 12ª, 1975:388).

Para fazer propaganda da revolução, eles enviaram emissários para a Inglaterra, Argentina e Estados Unidos. Ao mesmo tempo, foram enviados também representantes para os Estados nordestinos visando à adesão das outras capitanias. Para a Bahia, foi enviado o Padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, vulgo Padre Roma, que, ao desembarcar em Salvador, foi preso e fuzilado.

**Durou apenas 75 dias,
mas, deixou um legado
de inconfundível amor
à democracia.**

Na Paraíba, o movimento revolucionário começou em Itabaiana, liderado pelo Padre Félix. Ao chegar à capital, os revoltosos tomaram o poder e empossaram no governo o Padre Antônio Pereira.

Para conseguir a adesão da capitania do Rio Grande do Norte, foi designado o Padre João Damasceno Xavier Carneiro, que conseguiu o apoio do seu amigo André de Albuquerque Maranhão. Para desempenhar a mesma missão no Ceará, foi escolhido o Padre José Martiniano de Alencar, pai do famoso romancista José de Alencar.

Na opinião do historiador Manoel Correia de Andrade, a Revolução de 1817 foi "o primeiro governo republicano a se instalar e a funcionar por mais de dois meses no Brasil". (Jornal do Comércio, 25 de fevereiro de 1996).

A repressão oficial, ordenada por D. João VI, e executada pelos militares portugueses, foi cruel e avassaladora. Em 20 de maio de 1817 estava restaurada a ordem monárquica. Iniciou-se a demandada de muitos, e a prisão e julgamento dos principais líderes. Em Salvador, para onde tinham sido transferidos, foram julgados e mortos três importantes líderes: Domingos José Martins, José Luís de Mendonça e o Padre Miguelinho.

Qual o destino do Padre João Ribeiro, que foi o mentor daquele movimento? Segundo Tollenare, ele "suicidou-se a três léguas daqui; passeiam a sua cabeça sangrenta pelas ruas da cidade". (1978:176). Foram muitos os líderes militares e eclesiásticos que foram presos, torturados e fuzilados. O sangue destes mártires tornou irreversível a independência do Brasil ocorrida cinco anos mais tarde, às margens do Ipiranga.

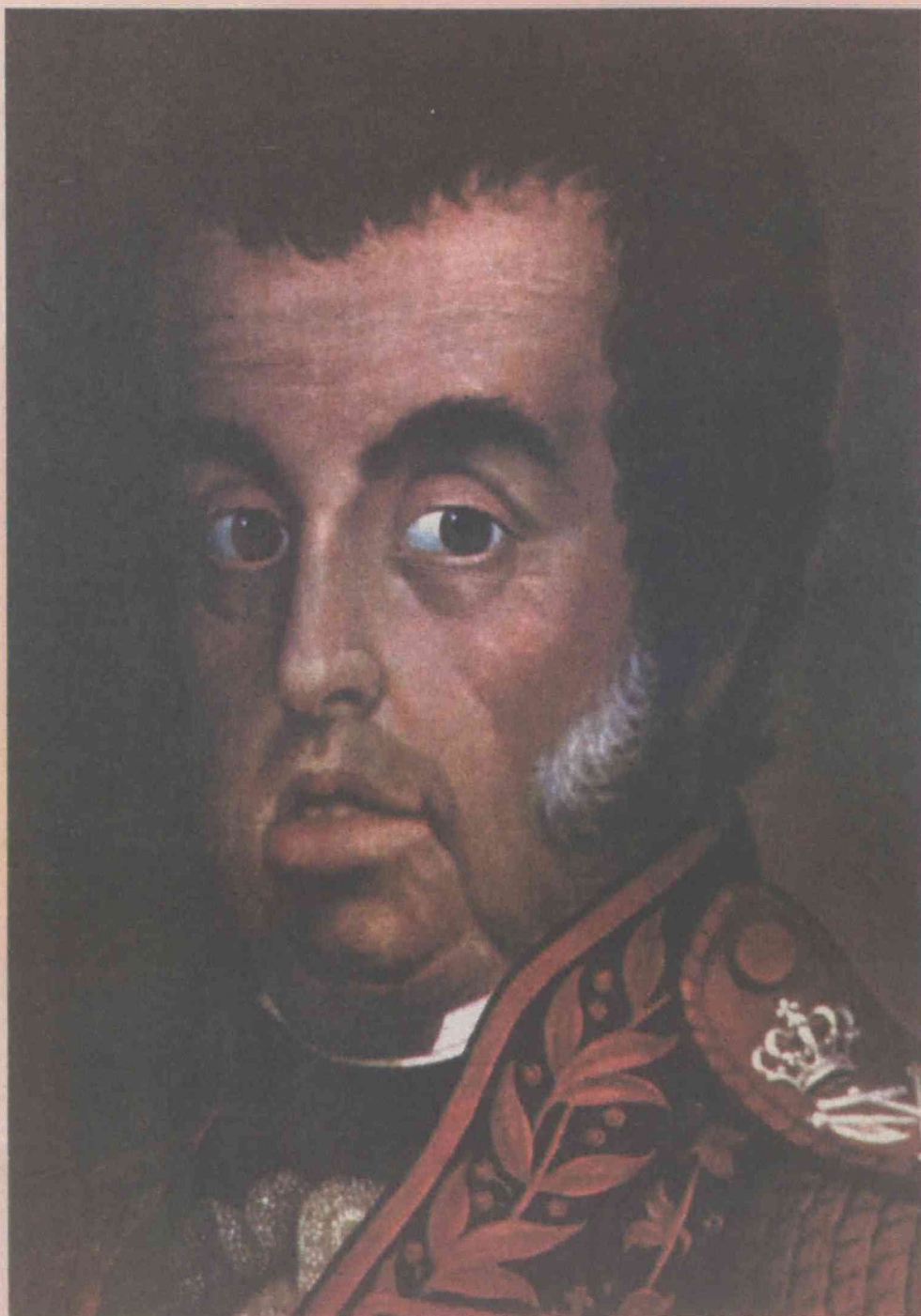


A REVOLUÇÃO DE 1817 NO RIO GRANDE DO NORTE

Se, em Pernambuco, o movimento de 1817 foi chamado de "Revolução dos Padres", no Rio Grande do Norte ele pode ser denominado adequadamente de "Revolução da Família Albuquerque Maranhão". Entre os líderes deste movimento insurrecional, nove eram membros desta família, sem se contar os parentes de menor importância, cujos nomes não apareceram na crônica histórica.

Como os revolucionários norte-rio-grandenses se articularam com os de Pernambuco? Não podemos esquecer que, neste movimento, a Igreja Católica e a Maçonaria trabalharam unidas, perseguindo o mesmo objetivo: a independência do Brasil e a implantação de um regime republicano.

No Rio Grande do Norte, a divulgação das idéias liberais foi realizada através dos maçons, que se reuniam em "pontos afastados de Natal, de preferência nos sítios "Belém", em São José de Mipibu, e "Estivas", em Goianinha, freqüentados, mais das vezes, pelos irmãos da vizinha Capitania do Sul." (Silva, Josué et Alii - 1924:3). O próprio Governador da capitania do Rio Grande do Norte, José Ignácio Borges, "era membro da Loja "Paraíso", fundada na referida capitania especialmente pelos padres João Ribeiro Pessoa e Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho), a cujo quadro pertencia também o coronel André de Albuquerque Maranhão". (Idem-1924:3). Cremos que foi a solidariedade maçônica uma das razões pelas quais o governador José Ignácio Borges foi ao interior conversar longamente com André de Albuquerque e outros maçons residentes naquela região.



D. JOÃO VI, REI DO REINO UNIDO DE PORTUGAL E BRASIL

A PRISÃO DO GOVERNADOR

Logo que o Governador teve a certeza de que a revolução explodira em Pernambuco, no dia 13 de março, ele divulgou uma circular entre as autoridades da capitania com o seguinte teor: "Povos da capitania do Rio Grande do Norte: no dia 9 deste mês apareceu nesta cidade uma notícia confusa de que na vila de Santo Antônio do Recife, de Pernambuco, havia aparecido na tarde do dia 6 um tumulto popular, do qual se tinham seguido algumas mortes, sem contudo assinar-se o motivo que o tinha operado, e na noite do dia 12, por carta que dali tive de pessoa fidedigna, que não

teve parte naquele lamentável acontecimento, nem nas suas conseqüências, fui avisado de que o resultado daquele tumulto e sedição produziu a saída imediata do general daquela capitania para o Rio de Janeiro e que alguns daqueles facciosos, por efeito da mais inaudita rebeldia, haviam assumido e usurpado a jurisdição do governo, permutando deste modo a paz e tranqüilidade de que gozavam os habitantes daquela capitania, pelos horrores de uma espantosa anarquia.

Não me importando averiguar a origem e progresso daquele detestável atentado, e cumprindo-me só ilustrar-vos sobre ele, recordar-vos a vossa inata fidelidade para com o legítimo Soberano, que até agora nos tem regido com direito de Senhor e desvelo de Pai, no augusto nome do Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em África Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, vos declaro que estão acabadas as nossas relações e correspondências com todo e qualquer governo ou autoridade levantada atualmente em Pernambuco, e enquanto não nos constar que um general ou outro legítimo delegado de Sua Majestade restabeleceu ali a sua soberania, e reclamando de vós o solene juramento de fidelidade que lhes tendes prestados e que tem sido sancionado pela nossa Santa Religião, vos convido para que vindos a mim, e debaixo das suas Reais Bandeiras, conservemos pura e sem mácula a nossa nunca interrompida obediência e vassalagem, e possuídos de sagrado entusiasmo gritemos em altas vozes: Viva, viva, viva El-Rei Senhor". (Lira, A. Tavares de - 2ª - 1982:172).

Sabendo que a capitania da Paraíba já estava nas mãos dos revoltosos, José Ignácio Borges comunicava-se com “André de Albuquerque Maranhão, coronel das Ordenanças do Distrito Sul e senhor de Cunhaú, dominador do vale do Capió, que guarnecesse por seu lado as fronteiras, evitando qualquer invasão”. (Lemos, Vicente de, e Medeiros, Tarcísio -1980:77). Enquanto o governador trocava intensa correspondência com André de Albuquerque, sugerindo providências e confiando nos seus préstimos, o Padre João Damasceno Xavier Carneiro, ex-vigário de São José de Mipibu, já estava em Cunhaú, vindo de Recife, convencendo André de Albuquerque a aderir ao movimento revolucionário.

Não sabemos se foi por covardia ou por esperteza, para evitar um confronto entre maçons da mesma loja, o fato é que, na tarde do dia 23 de março, o governador José Ignácio Borges viajou, a cavalo, para Goianinha. Seguiu acompanhado do secretário e de mais seis oficiais de Milícias. Cansado da viagem, resolveu pernoitar no engenho Belém, residência de Luís de Albuquerque Maranhão, também maçom e primo de André. Naquela época, este engenho pertencia ao município de São José de Mipibu. No dia seguinte, o governador encontrou-se à tarde com André de Albuquerque, em Goianinha, onde conversaram longamente sobre vários assuntos e, naturalmente, sobre as ocorrências de Pernambuco e da Paraíba.

Terminados os entendimentos, o governador voltou para pernoitar no engenho Belém. No dia 25, segundo o próprio governador, “às quatro da madrugada fui cercado e preso por mais de quatrocentos homens, incluindo o Regimento de Cavalaria Miliciano que estava na fronteira”. (Borges, José Ignácio -1913:11-12). Prossegue o Governador: “Logo depois apareceu outro primo Capitão-Mor das Ordenanças da Cidade da Paraíba, com um filho, e alguma tropa, que ajuntando-se com os dois parentes nomeados, com o dono da casa, com outro primo que já aí se achava de nome Luiz Manoel d’Albuquerque Maranhão, e com o Padre João Damasceno Xavier Carneiro que também apareceu, alardaram todos a glória de libertadores de sua Pátria.” (Idem - 1913:12).

Três dias depois, trouxeram-lhe a esposa, e ambos foram conduzidos para Recife pelo Capitão-Mor das Ordenanças da Paraíba. Foram entregues ao governo revolucionário, que os mandou para a prisão da Fortaleza das Cinco Pontas.

No dia seguinte, no prédio onde hoje funciona o Memorial Câmara Cascudo, André de Albuquerque instalou o novo governo, por ele presidido. Escolheu como auxiliares o Capitão Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque, o Coronel de Milícias José Joaquim do Rego Barros, Capitão de Milícias Antônio da Rocha Bezerra e o Padre Feliciano José Dornelas, vigário da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação.

**Na tarde do dia
28 de março de 1817,
André de Albuquerque
entrou triunfante
com as suas tropas
em Natal.
O povo viu tudo com
frieza e espanto.
Não houve resistência
militar.**

No dia 30, para dar segurança ao novo governo, vieram da Paraíba 50 soldados sob o comando do capitão José Peregrino Xavier de Carvalho.

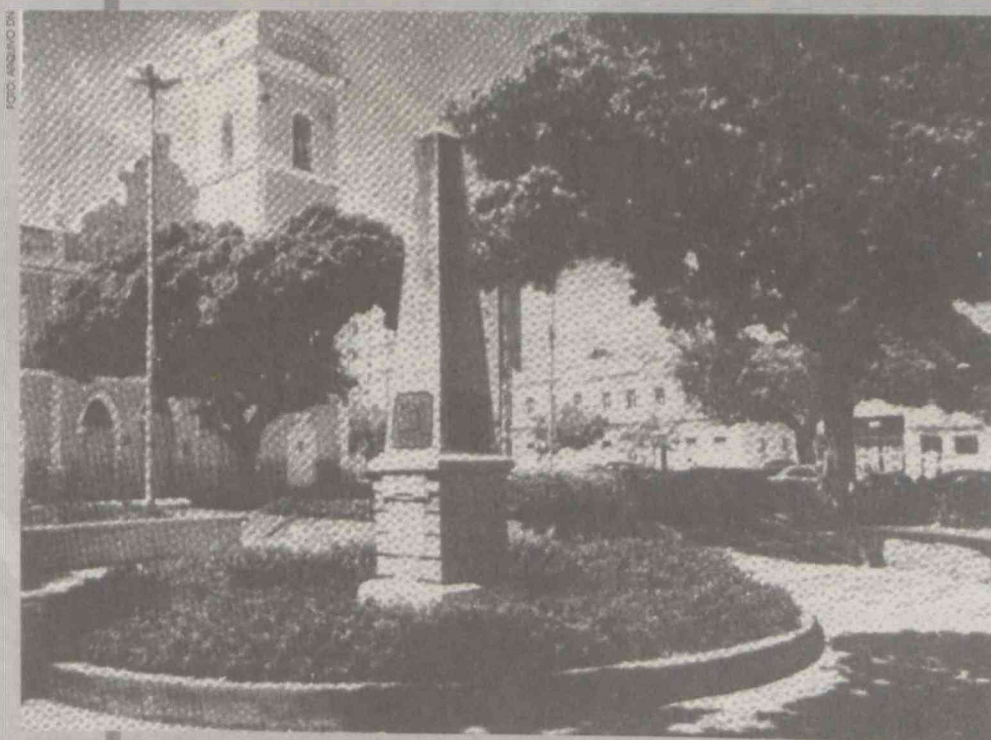
O que realizou André de Albuquerque à frente de um governo que durou menos de um mês, isto é, de 29 de março a 25 de abril?

É difícil saber porque, quando José Ignácio Borges voltou a governar o Rio Grande do Norte, mandou destruir todos os papéis referentes a este período. E foi ameaçador na sua ordem: “se algum dia me fora denunciada a existência de alguns destes papéis nas mãos de qualquer pessoa ficará, por esse só fato, reputada de cúmplice dos rebeldes e como tal punida”. (Lira, A. Tavares de -1982:182). Mesmo assim, Câmara Cascudo resumiu o governo de André de Albuquerque nos seguintes termos: “... promete aumento de soldo aos soldados. Não toma uma só providência útil e lógica. Manda apenas Rego Barros arrancar a coroa real da casa da Câmara de Extremoz e erguer a bandeira da revolução que é branca e simples”. (1955:138).

Enquanto o líder da revolução parecia hesitante, os outros membros do governo oscilavam entre a apatia, ou mesmo a vontade de traí-lo, ajudando a restaurar o regime monarquista, como foi o caso do capitão Antônio Germano, que virou a casaca na hora em que os monarquistas depuseram André de Albuquerque.

O Martírio de André de Albuquerque

Queda do Governo Revolucionário



PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE

O governo revolucionário de Pernambuco caiu no dia 20 de maio de 1817. Mas, aqui no Rio Grande do Norte, André de Albuquerque foi derrubado do poder em 25 de abril.



FOTO: ARQUIVO DN

FÓRTALEZA DOS REIS MAGOS, ONDE ANDRÉ DE ALBUQUERQUE FALECEU

Portanto, bem antes. Sobre este episódio marcante da nossa história, a professora Isabel Gondim, baseada nos depoimentos de pessoas que viveram em anos mais aproximados àquele acontecimento, escreveu uma memória intitulada - Sedição de 1817 na Capitania, ora Estado, do Rio Grande do Norte - que é o texto mais detalhado sobre este episódio. Por isso, vamos reproduzir aqui a sua narrativa: “Amanheceram o dia 25 de abril. O valente José Peregrino e seus bravos companheiros ainda se achavam a pequena distância da nossa capital, quando aí desenvolvera-se a contra-revolução. O povo, instigado por decididos partidários da monarquia, dá alguns gritos, protestando respeito e homenagem ao rei, nas proximidades do quartel da guarnição (esta se compunha de 100 praças e a oficialidade correspondente). Os soldados também industriados correram às armas, aclamando a D. João VI, cuja autoridade se pretendia restabelecer nesta ex-capitania. Antônio Germano, o principal motor deste movimento, assim como a garantia do seu êxito, não obstante ser o mesmo que se havia posto à disposição de Albuquerque quando viera constituir o governo democrático, corre ao quartel, anima a revolta e insubordinação dos soldados que poderia ter contido, e, à frente de sua companhia que fez reunir e à qual se incorporavam alguns populares, põe-se em marcha para a rua denominada “Grande”, em direção ao Palácio do Governo, que era próximo à cadeia. Ao sinal de nove badaladas no sino da matriz, como havia sido previamente convencionado, partira da casa do alfaiate Manuel da Costa Bandeira, um grupo composto dos monarquistas capitão Antônio José Leite de Pinho, capitão-mor José Alexandre Gomes de Melo, capitão de 2ª linha ou política Francisco Felipe da Fonseca Pinto, Alexandre Felício Bandeira, João Alves de Quintal, o referido alfaiate Manuel da Costa e outros. A esse grupo reúne-se Antônio Germano com sua companhia, e assim incorporados dirigem-se ao palácio. Galgam de tropel as escadas e vão surpreender o indefeso Albuquerque sentado à mesa de trabalho. Germano intima-lhe voz de prisão, e o declara deposto no meio do alarma nas ruas e dos gritos sediciosos aí de: Viva o Senhor D. João VI! Morra a liberdade!

“Era grande o alvoroço e a tumultuária vozearia dos que afluíam para dentro do palácio e suas imediações. Nessa confusão André de Albuquerque levanta-se e encaminha-se a uma das janelas do sobrado do palácio, como se quisesse por ela precipitar-se, preferindo talvez a morte desastrosa ao acabar nas mãos de seus encarniçados inimigos. Prevendo sem dúvida sua intenção, o capitão Antônio José Leite, com aparência de cordialidade, estende-lhe o braço sobre os ombros, como para impedir esse desastre e exclama: faça isto, senhor coronel, ao mesmo tempo que o oficial de 2ª linha ou política Francisco F. da Fonseca, à traição, por baixo da mesa, crava-lhe a espada no baixo ventre, região inguinal. Sentindo-se ferido, Albuquerque procura segurar a lâmina da espada que o agressor retirava com força, resultando ferir dois dedos da vítima. Era grave o ferimento, e pela cesura saíra parte do intestino, ficando pendente. Copioso sangue jorrava pela sala, onde afinal, exausto de forças, caiu o mártir dos princípios liberais, assim tendo se sacrificado pela emancipação de sua terra, certo de que o sangue dos patriotas é a seiva mais fecunda da árvore da liberdade”.

“Aí prostrado, e quase moribundo, foi-lhe imposto que desse vivas ao rei. Não conseguiram movê-lo do obstinado silêncio. Velara os lábios o sentimento da própria dignidade. Para cometer o nefando crime, colocara-se o agressor por detrás do alfaiate Costa Bandeira, a quem se atribuiu o atentado, antes de terem vagado outros boatos sobre sua autoria. Embora se considerasse ato de heroísmo o assassinio do suposto autor de tantas desgraças, não disputou essa honra o verdadeiro autor, com medo das conseqüências que vieram, ainda que tarde, a ser funestas a quem, para granjear a consideração da realeza, gabou-se de ter praticado a façanha.

Mesmo assim, mortalmente ferido, o desventurado Albuquerque é posto a ferros, continuando a perder copioso sangue, sem que fosse tratado o ferimento, se procurasse recolher a parte do intestino comprimida na cesura pela tumefação que logo sobreveio, nem se lhe desse alimento algum, assim permanecendo à falta absoluta de qualquer conforto.

Por entre os insultos e apupadas da gentilha, conduzido André de Albuquerque à fortaleza dos Reis Magos, foi encarcerado na mais hedionda e escura prisão solitária, no deplorável estado em que se achava. O soldado da companhia de guarnição ali destacado, Inácio Manuel de Oliveira, irmão de um tal Mirunga, apelido que passou aos outros membros da família, encarregado de vigiar o prisioneiro, revelou-se-lhe ter um coração generoso: ocultamente, ia levar-lhe água, bem como algum alimento, penhorando Albuquerque, que assegurava dar-lhe prova de sua gratidão, se sobrevivesse ao infortúnio. À noite, estando em grande desassossego e quase a expirar no frio, úmido e infecto pavimento de sua tenebrosa prisão, pediu um travesseiro em que repousasse a cabeça. O comandante do destacamento ordenou que levassem-lhe uma pedra, que devia ser o travesseiro do patriota, pedreiro livre etc.”, designações estas que os monarquistas, vulgarmente apelidados corcundas, colunas, davam aos aspirantes à liberdade. O mesmo caridoso soldado Inácio Manuel, apesar do risco de comprometer-se, ousou introduzir na prisão uma pequena e usada esteira, bem como alguma roupa entrouxada, para servirem de cama e travesseiro ao moribundo que depois sucumbiu à mingua de todos os recursos.



VELHA CATEDRAL (CIDADE ALTA) ONDE ANDRÉ DE ALBUQUERQUE ESTÁ SEPULTADO

“Opiniões respeitáveis articulam que o reverendo Feliciano José Dornelas assistira aos últimos momentos de André de Albuquerque; mas não procede a afirmação de ser inverossímil: tendo o reverendo Dornelas feito parte do governo provisório, pesava também sobre ele a execração, e ao desejo natural de consolar seu amigo, levando-lhe o conforto da esperança cristã, deveria opor-se o receio do punhal assassino, que lhe roubasse a vida antes que ele chegasse junto ao correligionário agonizante na prisão”.

“Acresce mais que tendo sido o transpasse de Albuquerque em hora silenciosa da noite, quando cessa toda comunicação, não poderia aquele aí penetrar (a fortaleza é afastada da cidade e situada num recife), ainda que o pretendesse... Ao amanhecer, mandando o oficial comandante da fortaleza observar o estado do prisioneiro, o executor dessa ordem, o praça Bernardo José de Araújo, prendendo o pé da vítima com o gancho de um croque, arrastou-lhe o corpo, em que evidenciou o falecimento. Foi o cadáver logo tirado da prisão no estado de nudez ou quase nudez em que se achava, e depois pendurado a cordas e em grossa vara conduzido à cidade por oito praças, a quem auxiliaram no trajeto dois africanos. Na passagem pela Ribeira (é o bairro baixo da cidade) atraía lastimoso espetáculo às vistas menos curiosas, e provocava os sarcasmos da gentilha, sempre ávida de semelhantes cenas. Surgiu, entretanto, no meio desse vandalismo, a piedade de uma curiosa mulher do povo, vulgo Ritinha Coelho, que de sua porta sacudi sobre o cadáver do morto uma esteira, na qual o envolveram durante o resto do trânsito pelas ruas, continuando não obstante os insultos e vilipêndios ao mesmo desventurado mártir, cujos mortais despojos iam assim conduzidos.” (Lira, A. Tavares de - 2ª, 1982:182-185).

O MARTÍRIO DO PADRE MIGUELINHO



PADRE MIGUELINHO SENDO FUZILADO

Além de André de Albuquerque,

o outro norte-rio-grandense que

teve uma atuação de muito

destaque na Revolução de 1817

foi, sem dúvida, o Padre Miguel

Joaquim de Almeida Castro,

vulgo Padre Miguelinho,

cujas atividades revolucionárias foram

toda desenvolvida em Pernambuco.

Miguelinho, como era chamado por causa da sua baixa estatura, nasceu em Natal, aos 17 de novembro de 1768. Seu pai era o português Manoel Pinto de Castro, proprietário rural, e sua mãe, brasileira, natalense, chamava-se Francisca Antônia Teixeira. O casal teve dez filhos, segundo Câmara Cascudo (V. VI, 1989:137) e oito, segundo Manoel Dantas (1906:180). Destes, além de Miguelinho, três seguiram a carreira eclesiástica e desenvolveram atividades políticas: Padre Ignácio Pinto de Almeida Castro; Padre José Joaquim de Almeida Castro e o Padre Manoel Pinto de Castro.

Segundo Souza Pinto, "não podendo dar aos filhos, em Natal, a educação literária que desejavam, os progenitores do padre Miguelinho viram-se na necessidade de mandá-lo para o Recife, junto com os irmãos Ignácio, José e Clara, e os acompanhou sua mãe, D. Francisca". (Souza Pinto, F. G. de -1919: 53).

Para cumprir uma promessa que sua mãe fizera (Cascudo, L. da Câmara - V.5,1981:20), Miguelinho ingressou na Ordem dos Frades Carmelitas, em Recife, aos 4 de novembro de 1784, com dezesseis anos de idade. Lá, recebeu o nome de Frei Miguel de São Bonifácio. Terminados os seus estudos na capital pernambucana, ele viajou para Portugal, onde conviveu, por algum tempo, com o mundo intelectual da metrópole. Foi durante sua estada em Lisboa que ele conheceu e tornou-se amigo de D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco e criador do Seminário de Olinda. Sentindo-se pouco atraído para a vida do claustro (convento), ele pediu ao Papa a sua secularização, isto é, deixou a Ordem dos Frades Carmelitas e ingressou no clero diocesano, secular, que vive no meio do povo. A partir de então, deixou de ser Frei, para ser chamado Padre Miguelinho. Ao regressar a Pernambuco, em 1800, foi recebido com carinho e entusiasmo pelos seus amigos. Era reconhecido pelos seus colegas do clero pernambucano como "um grande teólogo, profundo filósofo, e o primeiro orador eclesiástico do seu tempo". Por isso, no TE DEUM que o vigário da paróquia de Santo Antônio do Recife, Padre Luiz José de Albuquerque, mandou celebrar em ação de graças pela tomada do poder, o Padre Miguelinho foi o orador oficial daquela solenidade. (Souza Pinto, F.G. de -1919: 55 e 83.). Ademais, no seminário de Olinda, ele era professor da cadeira de Retórica.

Sua atuação no movimento revolucionário de 1817 foi constante, firme, porém, discreta e sem esnobismo. Quando os revoltosos tomaram o poder e organizaram o novo governo, ainda provisório, o Padre Miguelinho foi designado para exercer o cargo de Secretário. No exercício desta função, ele escreveu uma Proclamação ao povo pernambucano, que é um dos poucos escritos que ele deixou.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL - PALÁCIO FREI MIGUELINHO

Quando a contra-revolução tomou o poder aos revolucionários, o Padre Miguelinho não fugiu. Recolheu-se à sua residência em Olinda, onde morava com a sua irmã Clara e preparou-se para o desenlace daquela aventura política. Depois de abraçá-la estremecidamente, disse-lhe estas palavras:

“Mana, nada de choros, estás órfã, tenho enchido os meus dias; logo me vêm buscar para a morte; entrego-me à vontade de Deus, n’Ele te dou um pai que não morre; mas aproveitemos a noite, imita-me, ajuda-me a salvar a vida a milhares de desgraçados!” (Souza Pinto, F. G. de - 1919:89).

Ambos passaram a noite do dia 20 de maio queimando papéis do governo que poderiam comprometer a vida de muitas pessoas. Agindo desta maneira, Miguelinho subtraiu à história informações preciosas, em nome de um valor maior: salvar a vida de numerosos companheiros de jornada.

Permaneceu em casa esperando a hora fatal da sua prisão, ocorrida no dia 21. Recolhido ao navio “Carrasco”, foi levado para a Bahia juntamente com outros companheiros de luta. Por sua vez, Clara, sua irmã, foi igualmente encarcerada por algum tempo, e depois solta pelas autoridades monarquistas.

O silêncio foi a marca dominante dos últimos dias do Padre Miguelinho. Rompeu este silêncio apenas uma vez, quando o Conde dos Arcos, presidente da Comissão Julgadora, insinuou salvá-lo, dizendo-lhe em plena sessão:

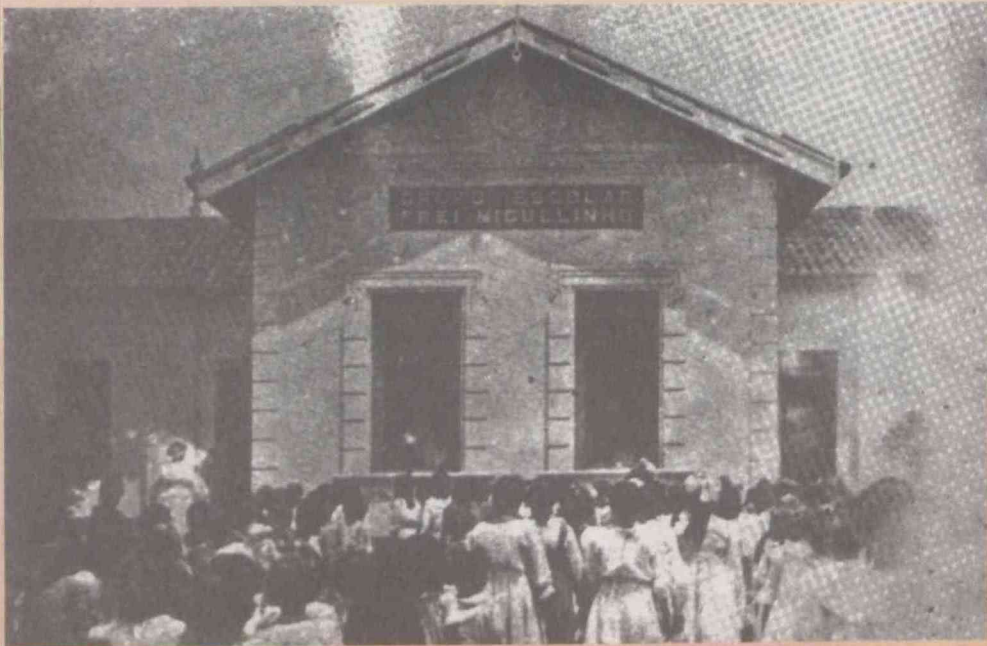
“Padre, não cuide que somos alguns bárbaros e selvagens que somente respiram sangue e vingança; fale, diga alguma coisa em sua defesa”. Prosseguindo ainda mais profundo silêncio, pergunta-lhe o conde, como querendo insinuar a evasiva:

“O padre não tem inimigos? Não seria possível que eles lhe falsificassem a firma, e com ela subscrevessem todos ou parte dos papéis que estão presentes?”

Não se pôde mais conter, falou pela primeira vez, respondendo cheio de indignação e brio:

“Não senhor, não senhor, não são contrafeitas: as minhas firmas nesses papéis são todas autênticas, e por sinal que num deles-o do meu último sobrenome - Castro, ficou metade por acabar, porque faltou papel. (Souza Pinto, F. G. de - 1919:95).

Finalmente, após ter sido declarada a sentença de morte, o Padre Miguelinho procurou consolar José Luiz de Mendonça, seu colega do Governo Provisório que não se conformara com aquela sentença: “Querido amigo, façamos e digamos unicamente aquilo para que temos tempo” e ajoelhado diante do crucifixo, começou, debulhado em lágrimas, a rezar o salmo - Miserere mei Deus”. (Souza Pinto, F. G. de - 1919:98). Miguelinho, mártir da liberdade, foi fuzilado, em Salvador, no Campo da Pólvora, aos 12 de junho de 1817.



GRUPO ESCOLAR FREI MIGUELINHO, HOJE INSTITUTO PADRE MIGUELINHO, ALECRIM

O RECONHECIMENTO AOS NOSSOS HERÓIS

Em reconhecimento ao heroísmo destes mártires da liberdade, as autoridades do Rio Grande do Norte lhes prestaram significativas homenagens.

O primeiro a ser homenageado foi André de Albuquerque.

Em 1888, a Câmara Municipal de Natal mudou o nome da artéria chamada "Rua Grande" para "PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE". (Gazeta do Natal, Nº 40, de 16 de maio de 1888). Por conseguinte, antes da Proclamação da República, se homenageou o líder e mártir da Revolução de 1817 que implantou, ainda que por pouco tempo, o primeiro regime republicano no Brasil.

Em 17 de novembro de 1872, um grupo de rapazes fundou, em Natal, a Sociedade Miguelina. (Azevedo, Aluísio - 1996:177). Outra homenagem ao Padre Miguelinho foi prestada pelo Governador Alberto Maranhão quando criou pelo Decreto Nº 277-B, de 28 de novembro de 1912, o "**Grupo Escolar Frei Miguelinho**", situado no bairro do Alecrim, em Natal, e ainda hoje existente.

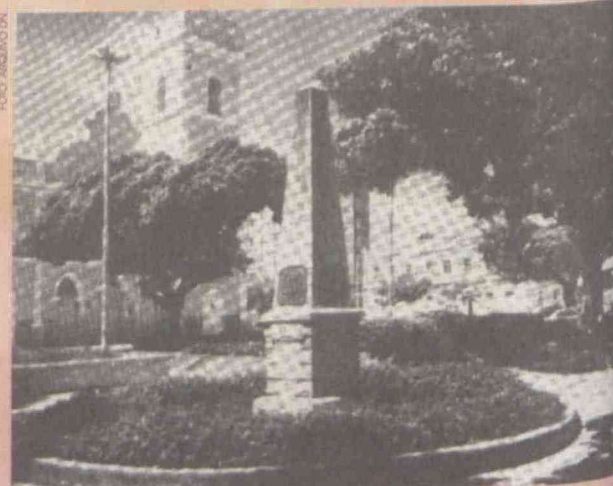
Finalmente, por ocasião do transcurso do centenário da Revolução de 1817, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte celebrou solenemente aquela data. O ponto alto daquelas comemorações foi a inauguração do Monumento aos Heróis, no dia 12 de junho de 1917, erguido na Praça André de Albuquerque, na parte mais próxima à frente da velha Catedral.

O citado monumento tem dois medalhões de bronze, com frases em latim, de autoria do Cônego Estevam Dantas, com o seguinte conteúdo:

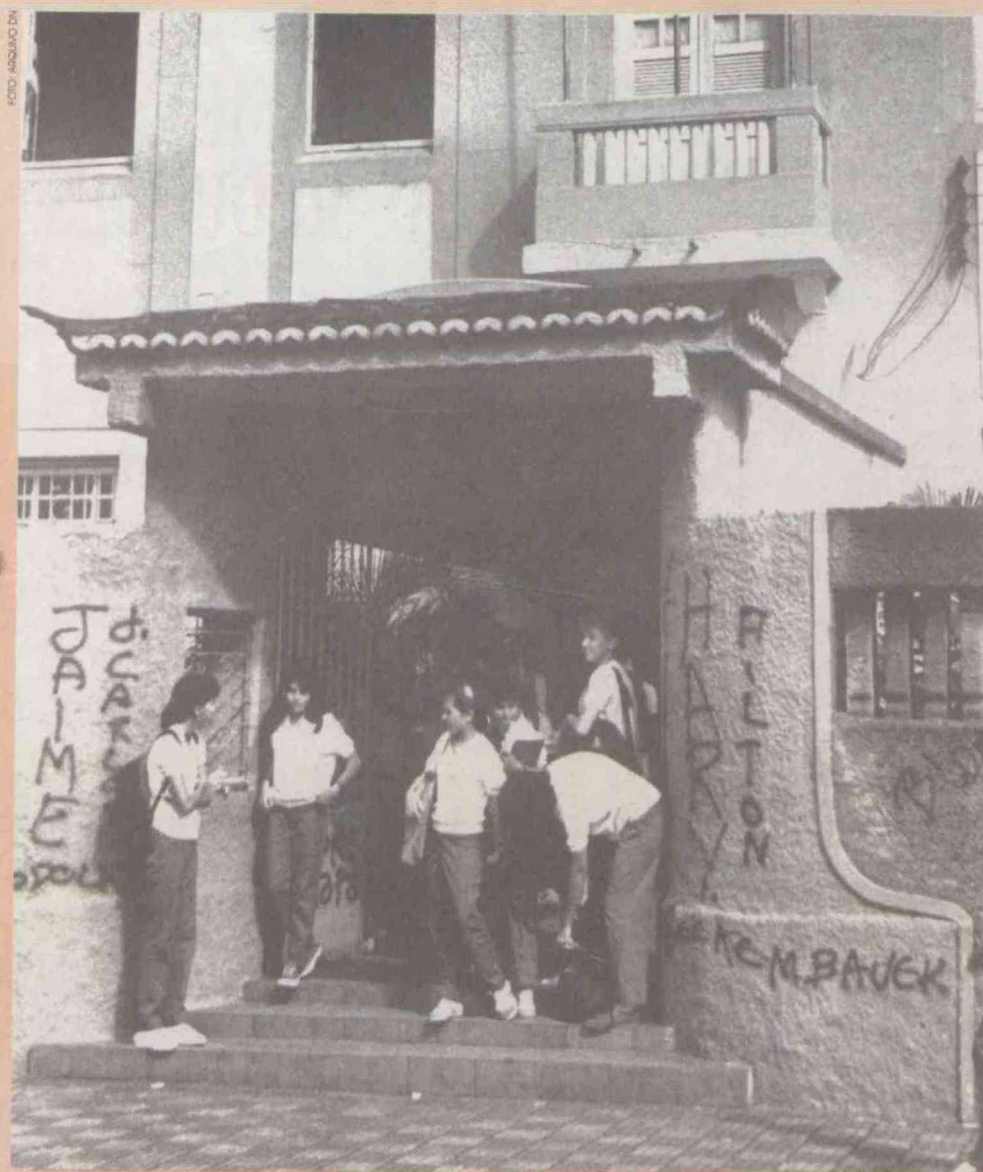
"A MIGUEL J. DE ALMEIDA CASTRO E ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO QUE MUITO SOFRERAM PELA LIBERDADE PÁTRIA A QUAL, MORRENDO VALOROSAMENTE, EXALTARAM.

SEUS CONCIDADÃOS ERIGIRAM ESTE MONUMENTO PARA SER VENERADO PELA POSTERIDADE".

Outra homenagem significativa ao nosso herói Miguel J. de Almeida Castro, foi prestada pela Câmara Municipal de Natal, designando o prédio onde se reúne de "Palácio Frei Miguelinho".



MONUMENTO AOS HERÓIS DE 1817, PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE



O PADROADO

Do século VIII ao XV, verificou-se no Oriente, no Norte da África e Sul da Europa, a expansão do Islamismo. E aonde os muçulmanos, seguidores de Maomé, instalavam o seu domínio, escravizavam os cristãos. Por isso, toda a reconquista dos reinos da Espanha e de Portugal foi resultante de uma luta feroz travada entre cristãos e muçulmanos. A união entre a Igreja e o Estado na península ibérica deita as suas raízes nos séculos XIV e XV, e acentuou-se quando Portugal e Espanha realizaram a sua expansão marítima. Gerações e mais gerações de cristãos portugueses e, sobretudo, espanhóis, foram formadas para lutarem de espada na mão contra os muçulmanos, inimigos da fé cristã. Para se ter uma idéia daquele ambiente, basta lembrar que a reconquista do reino de Granada, último baluarte muçulmano na Espanha, durou dez anos de luta, isto é, de 1482 a 1492. (Terrero, José - 1971:150-155). A vitória final foi obtida em 1492, justamente no ano em que Cristóvão Colombo descobriu a América Central.

A IGREJA CATÓLICA NO RN: CATEQUESE E EDUCAÇÃO

O espírito guerreiro dominante naquela época, assim como a união entre a Igreja e o Estado, projetaram-se nas novas terras descobertas pelos portugueses e espanhóis como se os habitantes deste Novo Mundo fossem também inimigos da fé cristã. É somente dentro deste contexto histórico que podemos entender a instituição do padroado, forma através da qual o governo de Espanha e Portugal exerceram a função de protetores da Igreja católica. Daí a coincidência de objetivos na era dos Descobrimentos: expandir a Fé e o Império. Decorre igualmente desta união a confusão que se verificou posteriormente entre objetivos econômicos, políticos e religiosos. Através do padroado, a Igreja transformou os soberanos portugueses e espanhóis numa espécie de delegados do Papa - "vigariato régio" - para cristianizarem as novas terras descobertas ou a descobrir.

Desta forma, lembra Boxer, "os monarcas ibéricos foram autorizados pelo papado:

a) a erigir ou permitir a construção de todas as catedrais, igrejas, mosteiros, conventos e eremitérios dentro da esfera dos respectivos patronatos;

b) a apresentar à Santa Sé uma curta lista dos candidatos mais convenientes para todos os arcebispados e abadias coloniais e para as dignidades e funções eclesiásticas menores, aos bispos respectivos;

c) a administrar jurisdições e receitas eclesiásticas e a rejeitar às bulas e breves papais que não fossem primeiro aprovados pela respectiva chancelaria da Coroa. Estes privilégios significavam, na prática, que todo sacerdote, da mais alta à mais baixa categoria, só poderia exercer o cargo com a aprovação da respectiva Coroa e que dependia dessa Coroa para o apoio financeiro." (Boxer, C.R. - 1989:100).

Esta união entre a Cruz e a Coroa, a Fé e o Império, estava tão arraigada em Portugal que o Padre Antônio Vieira, já no século XVII, considerava Portugal como um novo Israel, novo povo escolhido para difundir a fé cristã entre os pagãos da África, Ásia e América. O grande orador lusitano manifestou esta sua idéia no sermão da Epifania, pregado na Capela Real, no ano de 1662: "Este é o fim que Deus entre todas as nações escolheu a nossa, com o ilustre nome de pura na Fé, e amada pela piedade; estas são as gentes estranhas e remotas, aonde nos prometeu que havíamos de levar seu Santíssimo Nome: este é o império seu, que por nós quis amplificar e em nós estabelecer; e esta é, foi, e será sempre a maior e melhor glória do valor, do zelo, da religião e cristandade portuguesa." (Vieira, Padre Antônio - T. II, 1959:10).

A preocupação de evangelizar o Novo Mundo aparece bem clara neste trecho da Carta de Pero Vaz Caminha ao Rei de Portugal: "Contudo, o melhor que dela se pode tirar parece-me que será salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar".

No Regime que D. João III entregou ao primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa, aparece claramente o papel religioso que o rei de Portugal desempenhava nas novas terras descobertas:

ALDEAMENTOS OU REDUÇÕES

"Porque a principal causa que me moveu a mandar às ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa santa fé católica, vos recomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais (das capitanias) a melhor maneira que para isso se pode ter; e da minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos; e, para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos que forem de paz, e os favoreçam sempre, e não consintam que lhes seja feita pressão nem agravo algum; e fazendo-se-lhes, lho façam corrigir e emendar, de maneira que fiquem satisfeitos, e as pessoas que lhos fizerem, sejam castigadas como for justiça." (Hoornaert, Eduardo et alii - T. 2, 2ª, - 1979:165).

A fim de livrar os indígenas da escravidão que lhes era imposta pelos colonos, visando com isto suprirem a falta de mão-de-obra existente, os missionários procuravam organizar os índios em aldeamentos ou reduções. Este tipo de organização missionária funcionou como um escudo protetor dos nativos contra a ganância dos colonizadores europeus. Estes aldeamentos ou reduções foram implantados em todos os países americanos colonizados por Espanha e Portugal. Inspirado nas reduções feitas nas Antilhas (América Central), o Padre Manuel da Nóbrega, apoiado pelo governador geral Mem de Sá, começou a fazer aldeamentos em 1553. (Hoornaert, Eduardo - T. 2, 2a, 1970:50). Sobre o valor deste tipo de organização social, o antropólogo Darcy Ribeiro afirma o seguinte: "Através dos dois primeiros séculos de contato com os europeus, estes índios encontraram guarida e alguma proteção contra os colonos nas missões religiosas, principalmente jesuíticas" (1979:50).

Segundo Enrique Dussel, para evangelizar a população nativa, os missionários tinham duas alternativas: uma - era considerar o índio como uma criança, a quem se devia ensinar tudo, fazendo da sua cultura uma "tábua Rasa"; a outra seria construir uma "comunidade de crentes", do tipo das comunidades cristãs do início do cristianismo, onde havia até comunidade de "bens materiais", tão ressaltadas pelos Atos dos Apóstolos. Afirma ainda o citado autor que "as reduções estiveram entre ambos os modelos. Não foi um modelo de "tábua Rasa", mas também não foi de igreja popular. Foi antes um modelo viável de adaptação à situação da vida colonial, da cristandade hispano-americana da época, nos estreitos limites que lhes permitia o "Estado das Índias", que por certo era um padroado autoritário que não deixava fissuras". (Hoornaert, Eduardo (Org.) - 1982:13).

Mesmo subordinadas ao Estado em decorrência do Padroado, as ordens religiosas trabalhavam de maneira diferente na organização destes aldeamentos. Verdade é que, nos aldeamentos do Paraguai, sob responsabilidade dos padres jesuítas, havia estruturas anticoloniais, onde elementos socializantes mais adequados às culturas indígenas, foram tão acentuados que alguns autores chegaram a falar em República Socialista do Paraguai.

Para evangelizar estes índios aldeados, os padres aprendiam a falar os seus idiomas, procuravam compreender os seus costumes, e através do contato diário, iam transmitindo-lhes os valores da civilização ocidental de que eram inevitavelmente portadores. Processava-se, assim, um longo processo de aculturação, ou de superposição da cultura do homem branco sobre a cultura indígena, sem apelo à violência tão comum nas atitudes dos sesmeiros ou curraleiros. Estes só viam no índio algo que deve ser eliminado ou reduzido à condição de escravo. Por isso, a luta dos missionários contra a escravidão dos índios foi uma permanente fonte de conflito com os colonizadores europeus. Em toda a história do Brasil encontramos os padres jesuítas e de outras ordens religiosas defendendo os índios contra a violência dos colonos. Por isso, para diminuir os conflitos entre os índios e os colonos, o Rei D. Pedro IV, em 23 de novembro de 1700, baixou um Alvará em forma de Lei determinando a demarcação de terra para as missões (aldeamentos): "Eu El Rey faço saber aos que este meu Alvará em forma de Lei virem, que por ser justo ... Hei por bem e mando que a cada uma missão se dê uma légua de terras, em quadra para sustentação dos índios e Missionários, com declaração, que cada aldeia se há de compor ao menos de cem casais, e ...23 de novembro de 1700".(Barbalho, Gilberto Guerreiro - 1960:39).



PADRE ANTÔNIO VIEIRA (1608-1697), SACERDOTE JESUÍTA, PREGANDO ENTRE OS ÍNDIOS

OS ALDEAMENTOS NO RIO GRANDE DO NORTE

OS PRIMEIROS PADRES

Os primeiros religiosos católicos que chegaram no Rio Grande do Norte foram os jesuítas Gaspar de Samperes e Francisco Lemos, e os franciscanos João de São Miguel e Bernadino das Neves, todos integrantes da expedição de Manuel Mascarenhas Homem. (Galvão, Hélio - 1979:18). O Padre Gaspar de Samperes, por ser arquiteto-engenheiro, deixou o seu nome gravado na história da Fortaleza dos Reis Magos, por ser o autor da sua planta. Além destes, devemos acrescentar o padre jesuíta Francisco Pinto, "dos melhores línguas desta Província, e por tal conhecido e respeitado dos índios". (Leite, Serafim - T.I, 1938:520).

Dois acontecimentos marcaram inicialmente a presença destes missionários na capitania do Rio Grande do Norte: a celebração da primeira Semana Santa na terra potiguar, em março de 1598, e o acordo de paz que eles conseguiram fazer com os índios.

Depois de receberem de Mascarenhas Homem a garantia necessária para a realização dos ofícios divinos, pois temiam um assalto dos indígenas, os missionários resolveram celebrar a Semana Santa. Conta o padre Pero Rodrigues que "o Capitão meteu de guarda, enquanto o Santíssimo Sacramento esteve encerrado, duzentos arcabuzeiros, vindo todos os Capitães com seus oficiais, arrastando as bandeiras pelo chão, botando-as diante do Senhor, até que se desencerrou, o que causou muita devoção. E houve pessoas, que choraram, por ver tudo isto em terra de inimigos. Não faltaram, neste tempo, pregações e seu mandato e os ofícios de trevas, procissão, e tudo o mais." Acrescenta o citado autor que na quaresma, eles "confessaram e deram o Santíssimo Sacramento àquela gente toda, que ali se achou..." (Leite, Serafim - T.I, 1938:517-518).



D. MARCOLINO ESMERALDO DE SOUZA DANTAS, GRANDE EDUCADOR

A outra atividade marcante destes padres na manhã da colonização foi a paz que eles celebraram com os índios, cujo ponto culminante foi a reunião realizada, em João Pessoa, (antiga Paraíba) no dia 11 de junho de 1599. (Vide o Fascículo Nº 01).

Daqueles jesuítas que trabalharam para fazer as pazes com os índios, o Padre Francisco Pinto tornou-se o mais querido entre eles, que chamavam-no de “**Amanaiara**” que significa “Senhor da chuva”. Num ano de muita seca, vieram os índios pedir-lhe chuva para amenizar o sofrimento. O padre respondeu que somente Deus, criador do Universo, é quem pode mandar chuva para nós. Todavia, quando eles retornavam para as suas aldeias, eis que chovia copiosamente. Por isso, achando que aquela chuva era obra do padre, eles passaram a chamá-lo de “**Amanaiara**”.

Depois que realizou as pazes com os nativos, estes vieram pedir-lhe para colocar cruzes nas suas aldeias. Em carta dirigida ao Provincial, o Padre Francisco Pinto contou que: “Depois de tornarmos ao Forte do Rio Grande, por assim o querer um grande principal, que foi princípio das pazes, lhes fomos a pôr uma **Cruz** em lugar onde queria ajuntar sua gente, que estava espalhada por causa das guerras passadas. Com muito gosto nosso, alevantamos a **Cruz** por ser a **primeira** que naquele sertão deste gentio se alevantava.” Segundo Serafim Leite, o Padre Francisco Pinto ergueu “**oito cru- zes**” ao Sul do Forte, e outras tantas nas aldeias situadas ao Norte. (T.V., 1945:505-506).

MISSÕES VOLANTES

Antes de organizarem aldeamentos no Rio Grande do Norte, os jesuítas faziam missões periódicas, volantes, visitando os índios e administrando-lhes os sacramentos. Apesar de a Igreja ter feito missões volantes desde os primeiros séculos da sua existência, das quais resultou a expansão do Cristianismo na Europa e no Oriente (Lemaître, Nicole et Alii - 1994:197), com a realização do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja revaloriza as missões volantes para catequizar os habitantes das novas terras descobertas pelos portugueses e espanhóis na África, América e Ásia. E toda a doutrina a ser divulgada estava resumida no Catecismo do Concílio de Trento publicado pelo Papa Pio V, em 1566. (Levillain, Philippe 1994:1116-1117).

Segundo Serafim Leite, “a primeira missão em regra, partida do Colégio de Olinda, ao Rio Grande do Norte foi em 1605, e por mar no ano seguinte repetiu-se a missão, por terra com os Padres Diogo Nunes e André de Soveral”. (T. V - 1945: 507). Para realizar estas missões, os jesuítas possuíam uma casa, simples, construída numa data de terra que o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque lhes concedera no dia 8 de agosto de 1603, localizada no “sítio demarcado da cidade”. (Lemos, Vicente de - 1912:7). Os jesuítas receberam também terras na Várzea do Ceará-Mirim e no rio Jundiá. (Leite, Serafim - T. V., 1945:6).

A memória destas missões periódicas, que se sucederam até a invasão holandesa, é riquíssima de pormenores, contando os conflitos entre colonos e índios, assim como os costumes e as fugas dos nativos.

Na primeira missão volante, realizada em 1605, os padres jesuítas visitaram a Aldeia Antônia, que ficava próximo à Lagoa das Guaraíras (Município de Arês). Era dirigida por uma índia cristã, chamada Antônia Potiguar. Sentiu-se tão alegre com a visita dos padres” que mandou abrir um caminho em linha reta, à força de braços e de ferro, e veio recebê-los a “15.000” passos da Aldeia, com os seus presentes”. Aproveitou aquela visita para regularizar” o seu estado matrimonial, com o homem que tinha escolhido, e com quem já vivia”. (Leite, Serafim - T.V., 1945:507).

Em 1611, vieram de Pernambuco para o Rio Grande do Norte os Padres Diogo Nunes e Gaspar de Samperes. Uma das aldeias que eles visitaram foi a do índio Camarão, que, não sendo ainda cristão, demonstrava grande interesse pela formação religiosa dos seus parentes e companheiros da aldeia. Por iniciativa própria, construiu uma igreja na sua aldeia, que ficava em Igapó, à margem do Rio Potengi. “Ele era o primeiro que de manhãzinha ia de casa em casa, chamando os índios para se reunirem e aprenderem. E se via algum atrasado, ele o levava a Igreja, com a mulher e filhos, vinha assistir à catequese... E enquanto os Padres andavam por outras aldeias, era ele que fazia as vezes de pregador da doutrina, corrigindo os defeitos dos seus índios. Consistia nisto a sua preparação e dos seus para o próprio batismo.” (Leite, Serafim - T.V., 1945:508). Em 1612, Camarão, a mulher e os filhos se batizaram. E no mesmo dia, ele casou-se festivamente na Igreja. (Idem T.V., 1945:509).

Durante o período do domínio holandês no Rio Grande do Norte (1633-1654), os jesuítas não fizeram missões volantes. Mas, quando os flamengos foram embora, eles sentiram que as missões periódicas não eram capazes de produzir os frutos desejados porque os índios se dispersavam facilmente e retomavam à vida selvagem do passado. Começará, então, a fase da organização dos Aldeamentos ou Reduções.



COLÉGIO DIOCESANO SERIDOENSE - CAICÓ (RN)

A ALDEIA DE SÃO JOÃO BATISTA DAS GUARAÍRAS

(Município de Arês)

Em 1683, esta aldeia é mencionada, pela primeira vez, no Catálogo da Companhia de Jesus. Nesta época, esta aldeia era dirigida pelos Padres Luiz Pinto, Superior, e José Reis. Era habitada por índios tupis, que falavam a língua geral. Segundo Câmara Cascudo, “os índios aldeados em Arês, informa João Pegado, foram os mesmos da antiga aldeia Jacumaúma, que existia, à margem do rio Jacu, uma légua acima de sua embocadura, no lugar denominado Estivas”. (V. 2 - 1976:73).

Apesar de não serem inteiramente obedientes às leis do Padroado, como eram outros religiosos, os jesuítas estavam muito prestigiados no final do século XVII. Verdade é que, naquela época, o Rei de Portugal ordenou que “todos os índios” que por paz ou por guerra chegassem a estar entre os Portugueses, se entregassem a jurisdição dos Religiosos da Companhia”. (Leite, Serafim - T.V.- 1945:526). Em decorrência desta determinação, o Governador Geral do Brasil, Dom João de Lencastro, mandou que o capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, transferisse para a Aldeia das Guaraíras, os 250 índios que o seu antecessor, Agostinho César de Andrade, havia aldeado no sítio Jundiá. Eram índios janduí que, temendo a ferocidade do Terço dos paulistas, fugiram do sertão e vieram solicitar a paz.

Verdade é que, “nas Guaraíras havia em 1702, 300 índios de catequese. Aumentou com o tempo e tinha 800 de língua geral quando em 1758 a deixaram os Jesuítas”. (Leite, Serafim - T.V. - 1945:528).

Quando, em 1703, o juiz Cristóvão Soares Reymão mediu as terras de Munim, refere-se à Igreja e ao Convento de Arês. (Cascudo, L. da Câmara-V.2. - 1976:73).

Quando o Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas do Brasil, em 1758, logo depois, em 15 de junho de 1760, a Aldeia de São João Batista das Guaraíras passou a se chamar Vila Nova de Arês, “repetindo o nome de uma vila do Alentejo, distrito de Portalegre, em Portugal.” (Cascudo, L. da Câmara - 1968:162). A substituição de nomes indígenas por denominações portuguesas era uma exigência da legislação colonizadora daquela época, que deixou uma tradição muito ruim para a posteridade.

A ALDEIA DE SÃO MIGUEL DE GUAJIRU (MUNICÍPIO DE EXTREMOZ)

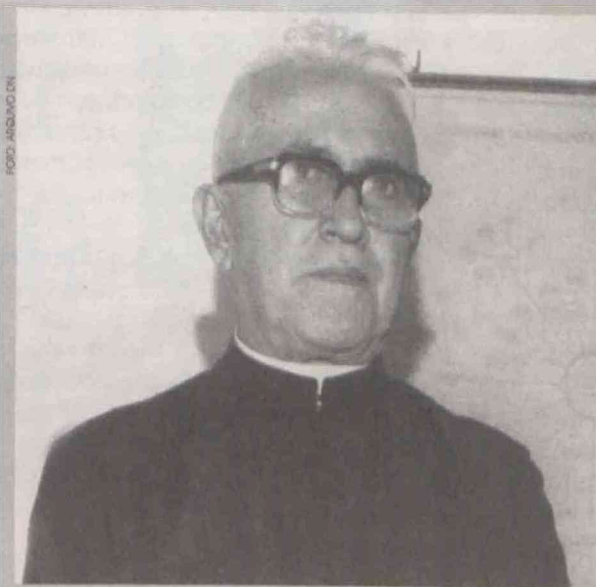
Os jesuítas começaram a administrar esta aldeia em 1683, no mesmo ano em que iniciaram as atividades na de Guaraíras. Foi seu primeiro diretor o Padre Antônio Cardoso, auxiliado pelo seu colega de ordem Padre Francisco de Albuquerque. (Leite, Serafim - T. V. - 1945:528). O trabalho destes sacerdotes foi muito perturbado pela "Guerra dos Bárbaros", sobretudo, depois de 1689, ano em que o bandeirante Domingos Jorge Velho retornou de Palmares para vir combater os índios no Assu. Visando ao fortalecimento militar do Terço de Domingos Jorge Velho, o capitão-mor do Rio Grande do Norte, Agostinho César de Andrade, achou por bem autorizar a incorporação dos índios que estavam na Aldeia de Guajiru sendo catequizados pelos jesuítas.

Anteriormente, estes sacerdotes tinham trazido para esta aldeia alguns indígenas tapuias que estavam arredios no sertão. Apesar do protesto dos missionários, os índios foram levados à força para a Guerra, enquanto suas mulheres e seus filhos ficaram como reféns. (Taunay, Affonso de E. - 2ª, 1995:121).

Aconselhado pelo Senado da Câmara de Natal, Agostinho César ordenou que estes reféns fossem distribuídos "pelas casas dos colonos que pudessem dar bom trato, não adquirindo estes direito algum sobre a pessoa daqueles." (Lemos, Vicente de - 1912:55). Agostinho César foi então acusado de ter ficado com a maior parte destes reféns trabalhando em seu benefício. (Idem - 1912:55).

Indignado com aquela determinação escravagista, o Provedor da Fazenda denunciou o fato ao rei de Portugal. Ao tomar conhecimento do assunto, o Governador Geral do Brasil, Frei Manuel da Ressurreição, escreveu uma carta, em 27 de agosto de 1699, repreendendo severamente o capitão-mor Agostinho César. Acusou-o de ter assaltado "com mão armada a Aldeia dos Padres da Companhia onde estavam sujeitos e acoitados os filhos e mulheres dos tais Tapuias perdoados e levar perto de duzentas almas que mandou repartir por si, e pelos mais moradores que lhe pareceu...". Por fim, ordenou que o capitão-mor mandasse retornar a Aldeia as ditas pessoas, "de qualquer sexo e idade". (Taunay, Affonso de E. 251, 1995: 72). De fato, registra o historiador Serafim Leite, os jesuítas conseguiram "a restituição de todas as mulheres e meninos, filhos dos Tapuias que de presente assistem na Aldeia, ensinando os já batizados e catequizando os pagãos." (T. V. - 1945:532). Além deste episódio de graves consequências, a Aldeia de Guajiru era, ao mesmo tempo, cercada constantemente pelos colonos portugueses que, armados, queriam vingar-se da morte dos seus parentes assassinados pelos nativos.

Passada a "Guerra dos Bárbaros", a paz voltou à Aldeia de Guajiru. Os jesuítas edificaram aí uma igreja, cuja construção foi concluída em 1755. (Cascudo, L. da Câmara - 1968:180). Quando tiveram que abandonar esta aldeia, por causa da perseguição que o marquês de Pombal moveu contra a Companhia de Jesus, ela possuía, em 1759, "mais de 1.000 índios: parte de caboclos de língua geral, parte de nação dos paiaçus". (Leite, Serafim - T. V. - 1945:534). Quando os padres foram obrigados a se retirar, houve um verdadeiro clamor do povo, que se sentia jogado na orfandade. Para abafar o protesto dos índios, o novo administrador da aldeia prendeu "muitos índios, sete dos quais mandou presos para Pernambuco". (Leite, Serafim - T. V. - 1945:535). No lugar da aldeia foi instalada a Vila Nova de Extremoz do Norte, em 3 de maio de 1760. Foi a primeira vila do Rio Grande do Norte por ordem cronológica.



MONS. WALFREDO GURGEL, EDUCADOR E POLÍTICO

A ALDEIA DE SÃO JOÃO BATISTA DO APODI

Quando o Governador Geral do Brasil, D. João de Lencastro, solicitou à Câmara Municipal de São Paulo a vinda do bandeirante Manuel Álvares de Moraes Navarro para guerrear contra os tapuias no Assu, aquele bandeirante exigiu que viessem com ele Padres da Companhia de Jesus. Atendendo a este pedido, o Superior mandou para o Assu os padres João Guincel e Felipe Bourel. (Leite, Serafim T.V.- 1945:537).

O Padre Felipe Bourel começou a trabalhar na Aldeia de São João Batista do Apodi aos 10 de janeiro de 1700, habitada pelos índios paiacus. Em carta dirigida ao Provincial da Companhia, datada de 10 de abril de 1700, ele conta as dificuldades iniciais do seu trabalho: "era um verdadeiro exílio, à proporção que se afastava das vilas e colônias habitadas pelos brancos. O recurso dela estava unicamente em Pernambuco, e os índios, de que tinha cuidado, se eram dotados de razão, não faziam grande uso dela... No dia 16 de março, os Janduis, inimigos dos Paiacus e Brancos, assaltaram ferozmente a Aldeia. Houve 73 mortos e 80 cativos, na maior parte crianças. A Aldeia tem mais de 600 armas." (Leite, Serafim - T. V. - 1945:539). Além destes conflitos, que eram permanentes, dificultava o trabalho missionário os constantes atritos entre os índios e os curraleiros. Estes "impediam aos índios, quer bravos quer mansos, a aproximação dos currais, obrigando-os injustamente a sair muitas léguas à roda das terras onde nasceram, e que eles ocupavam e cultivavam". (Leite, Serafim - T.V. - 1945:540).

Em 1701, esta aldeia ganhou o reforço de mais dois missionários jesuítas: Padres Vicente Vieira e Manuel Dinis. A fim de evitar os conflitos entre os curraleiros (criadores de gado) e os indígenas, os religiosos resolveram mudar o local da Aldeia para longe dos currais. Levaram os índios para um "sítio suficientemente amplo e fecundo na capitania do Ceará, a que pertenciam os Paiacus". Esta Aldeia tinha o nome de "Nossa Senhora da Anunciação do Jaguaribe" e ficava à margem direita do rio que tem este nome. (Leite, Serafim - T. V. - 1945:537 e 543). Mesmo assim, os problemas continuaram: desta feita, os conflitos eram mais freqüentes entre os soldados que matavam os paiacus na Guerra dos Bárbaros. Por isso, os missionários resolveram, de novo, transferi-los para outro lugar. Levaram-nos para a Capitania da Paraíba, onde foram alojados "ao pé da Aldeia de Urutagui" administrada também pelos jesuítas." (Leite, Serafim - T. V. - 1945:545-546). Mas, foram para a Paraíba, apenas, 200 índios, conduzidos pelo padre Vicente Vieira. Os demais ficaram com o padre Manuel Dinis em Apodi. (Idem - T. V. - 1945:546). O padre Felipe Bourel continuou na Aldeia de Apodi até o seu falecimento aos 15 de maio de 1709. Apesar da continuação da Guerra dos Bárbaros, os trabalhos missionários prosseguiram graças ao esforço do padre Bonifácio Teixeira, recém-ordenado. Numa das vezes que os paiacus se rebelaram, ele veio a Olinda, com medo de ser morto. Retornou em companhia de uma tropa mandada para submetê-los às autoridades coloniais. O padre Bonifácio Teixeira morreu em 1712, vítima dos combates travados entre as forças do governo e os paiacus. Com a sua morte, os jesuítas encerraram as suas atividades na Aldeia de São João Batista do Apodi.

Vinte e dois anos depois, em 1734, a obra missionária desta Aldeia foi recomeçada pelos frades Capuchinhos, de Pernambuco. Por causa da continuidade dos conflitos entre os indígenas e os curraleiros, o Governador de Pernambuco resolveu transferir os nativos para a Serra de Santana, em 12 de junho de 1761. Neste mesmo ano, a Aldeia de São João Batista do Apodi foi elevada à categoria de vila com o nome de VILA DE PORTALEGRE, aos 8 de dezembro de 1761. Segundo Câmara Cascudo, "Portalegre era uma vila do Alentejo, em Portugal, denominando um distrito, de onde vieram muitos nomes para povoações no Nordeste do Brasil, **Crato**, no Ceará, **Campo-Maior**, no Piauí, **Extremoz** e **Arez** no Rio Grande do Norte, além da própria **Portalegre**, recém- instalada". (1968:235-236).



PÁTIO INTERNO DO COLÉGIO SANTA ÁGUEDA, EM CEARÁ-MIRIM (RN)

A ALDEIA DE NOSSA SENHORA DO Ó DE MOPEBU

Uma das notícias mais remotas sobre esta aldeia foi deixada por Adrian Verdonk no relatório que apresentou, em 20 de maio de 1630, ao Conselho Político Holandês do Recife. Entre outras coisas, ele disse o seguinte: “Nesta jurisdição do Rio Grande pode haver ao todo 5 ou 6 aldeias de brasilienses, que juntos devem contar 750 a 800 freixeiros, e a principal destas aldeias é chamada MOPPOBU e está situada a 7 milhas ao sul do Rio Grande e a 4 ou 5 milhas para o interior...” (Barbalho, Gilberto Guerreiro - 1960:28).

No período das missões volantes, isto é, do início da colonização até a invasão holandesa, os jesuítas deram assistência religiosa a esta aldeia, como fizeram em outras, em caráter particular. Em correspondência dirigida ao Bispo de Pernambuco, o Senado da Câmara de Natal. afirmava: “Nesta Capitania há uma paragem em o meio dela a que chamaram MEPEBU donde há uma Capela em que se administram os Sacramentos aos moradores desta Ribeira.” (Casculo, L. da Câmara 1968:249).



COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES, NO ALECRIM (NATAL)

Através da Carta Régia de 7 de março de 1681, o rei de Portugal criou a Junta das Missões e submeteu todas as aldeias à autoridade religiosa dos jesuítas. Uma das primeiras deliberações desta Junta foi ordenar que a “Aldeia de Mopibu se unisse à das Guaraíras, para melhor assistência dos índios”. (Leite, Serafim-T.V. - 1945:525). Uma vez que o capitão-mor do Rio Grande do Norte, Antônio da Silva Barbosa, não cumpriu esta determinação, então, “deu lugar a que o Padre Antônio Limeira, Superior da Companhia no Brasil, representasse ao Governador Geral que, por Alvará de 10 de agosto de 1682, dirigido àquele delegado, mandou cumpri-la sem réplica”. (Lemos, Vicente de - 1912:35). Tudo indica que a ordem de transferir os índios tupis, que habitavam a Aldeia de MOPEBU, para a de Guaraíras, não foi obedecida. Verdade é que, entre os dias 20 de junho e 12 de julho de 1703, o juiz sesmeiro, Cristóvão Soares Reymão fez a demarcação das terras da Aldeia de Mopebu, assegurando-lhe uma légua quadrada. Era o que estabeleceu o Alvará em forma de Lei, de 23 de novembro de 1700, baixado por D. Pedro IV, rei de Portugal, ao qual nos referimos anteriormente. Na área demarcada “foram colocados, em diferentes pontos, nove marcos de pedra, cada um com a seguinte inscrição voltada para a terra medida: ÍNDIOS DE N. S. DO Ó DE MOPEBV - A - MDCCIII, ou seja, índios de Nossa Senhora do Ó de Mopebu, ano de 1703.” (Barbalho, Gilberto Guerreiro - 1960:41).

Geograficamente, a Aldeia estava situada próxima à “Lagoa do Puxi e do Papeba, o alagadiço do Capió, e a nascente do rio Mipibu”. (Barbalho, Gilberto G. - 1960:42). Há uma tradição que diz que a Lagoa do Puxi é a atual Lagoa do Bonfim.

Em 1725, os frades capuchinhos italianos substituíram os jesuítas na assistência religiosa desta aldeia. O primeiro capuchinho que chegou aí em 1726, era o Frei Próspero de Milão. Uma das suas primeiras iniciativas foi requerer (e conseguiu) demarcar novamente as terras da citada aldeia, em setembro de 1736, por entender que a medição feita anteriormente subtraía 860 braças à légua quadrada determinada pelo rei para as aldeias indígenas. (Casculo, L. da Câmara - 1955:243). Outra demarcação foi realizada em 1762, pelo juiz de Fora, de Olinda, Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, quando veio instalar a vila de São José de Mipibu. No ano anterior (1761), este mesmo magistrado tinha transferido para a aldeia de Mipibu alguns índios Pegas da Fazenda Campo Grande (atual município de Augusto Severo).

Segundo Gilberto Barbalho, a cidade de São José de Mipibu, outrora aldeia, “ocupa, mais ou menos, o ponto central dessa área, que faz hoje parte do patrimônio municipal”. (1960:59).

Os frades capuchinhos construíram a Igreja, a partir de 1740, provavelmente no mesmo local da capela primitiva. Frei Mauro de Lessano começou a construção da referida Igreja, cuja obra foi concluída, em 1744, por Frei Juvenal dos Santos Albano. O orago é Nossa Senhora Sant’Ana. É importante deixar bem claro que estes frades ajudaram também na construção da Igreja de Nísia Floresta (antiga Papari), cujo orago é Nossa Senhora do Ó. A construção deste templo foi concluída em 1755. (Casculo, L. da Câmara - 1968:220). Por conseguinte, quando a Aldeia Mipibu foi elevada à categoria de Vila São José de Mipibu, em 1762, tinha duas matrizes: uma, na própria vila, dedicada à invocação de Nossa Senhora Santana; e outra, em Papari, distante meia légua, cujo orago é Nossa Senhora do Ó. (Barbalho, Gilberto Guerreiro 1960:69). É bom lembrar que Papari passou a ser vila somente em 1890.

O último capuchinho que deu assistência à Aldeia de Mipibu foi Frei Aníbal de Gênova. Na memória que ele escreveu sobre este aldeamento, afirma que ali moravam “250 famílias de índios”. (Barbalho, Gilberto Guerreiro - 1960:53).

A lei que expulsou do Brasil os jesuítas, atingiu indiretamente os capuchinhos. Por isso, quando a aldeia Mipibu foi elevada a Vila, eles foram obrigados a sair, e entregar a aldeia a administradores civis.



COLÉGIO MARISTA DE NATAL

A ALDEIA GRAMACIÓ (VILA FLOR)

As notícias mais remotas sobre esta aldeia de índios tupis são do século XVI. Mas, é somente a partir de 1740, que ela passou a ser administrada pelos missionários carmelitas, de Recife. De 1743 a 45, estes religiosos construíram aí uma Igreja dedicada à invocação de Nossa Senhora do Desterro.

Em 1769, a aldeia de Gramació foi elevada à categoria de vila com o nome de Vila Flor, passando a ser administrada por funcionários do governo.

DIOCESES E AÇÃO EDUCACIONAL

A atuação da Igreja Católica no Rio Grande do Norte através de colégios dirigidos por religiosos, concretizou-se somente a partir do momento em que o nosso Estado passou a integrar a Diocese de Paraíba. Anteriormente, registra-se a presença de alguns sacerdotes dando aulas particulares, ou ministrando-as em escolas do governo. Este foi o caso do padre Francisco de Brito Guerra, professor de Latim em Caicó, e de tantos outros por estes sertões afora. (Melquíades, José - 2ª, 1968:39-48).

Em 1892, o Papa Leão XIII criou quatro dioceses no Brasil, entre as quais a da Paraíba, que compreendia na sua jurisdição todo o território potiguar. (Casculo, L. da Câmara - 1955:238).

D. ADAUTO AURÉLIO DE MIRANDA HENRIQUES

No ano de 1895, chegou a Natal o pastor protestante William C. Porter, acompanhado da sua esposa, D^a.

Catarina Hull. Em pouco tempo, realizou um trabalho profícuo. Fundou o jornal "O Século" para divulgar a sua doutrina, cujo primeiro número circulou aos 10 de maio de 1895. Para educar os filhos dos recém-convertidos, ele criou o Colégio Americano em janeiro de 1896, que funcionou até 1909 ou 1910, instalado num prédio da rua Ulisses Caldas. Por último, para reunir os seus adeptos, ele construiu uma igreja, ainda hoje existente, situada na Av. Junqueira Aires, bem próximo ao Palácio Felipe Camarão. Este templo presbiteriano foi inaugurado aos 3 de fevereiro de 1896. Portanto, um jornal, um colégio e uma igreja.

A reação católica veio incontinenti. D. Adauto veio fazer uma visita pastoral, chegando a Natal em 13 de novembro de 1895. O entusiasmo dos católicos era incontável, e a rivalidade religiosa manifestava-se de todas as maneiras. Assim, puseram logo um apelido nos protestantes: "Capa-verde". Temendo pela sua segurança, o pastor William Porter ausentou-se da cidade enquanto durou a visita pastoral do D. Adauto. Mesmo assim, a sua casa foi apedrejada. Era o clima de intolerância reinante naquela época.

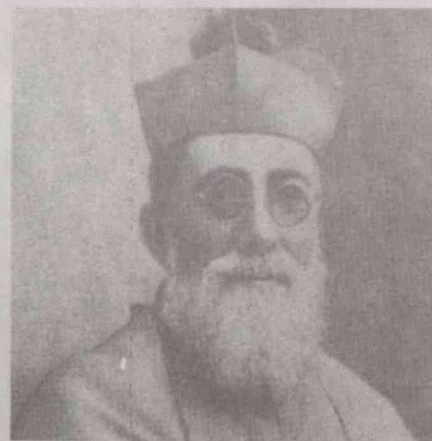
Diante da estrutura armada por aquele pastor, surgiram várias iniciativas do lado católico para contrabalançar. O Padre João Maria lançou o "8 de Setembro" jornal através do qual ele divulgava a doutrina católica. O primeiro número circulou no dia 8 de setembro de 1897.

Por iniciativa de D. Adauto foram fundados dois colégios católicos em Natal: o Colégio da Imaculada Conceição e o Colégio Diocesano Santo Antônio.

O Colégio da Imaculada Conceição foi fundado em 1902, e dirigido, desde o início até hoje, pelas Irmãs Dorotéias. No livro de crônica deste educandário, aparece com toda clareza o porquê da sua fundação: "A seita protestante, ávida de sequazes e adeptos para sua doutrina, vendo que a colheita em um terreno inculto como é o Rio Grande do Norte, seria a mais abundante, para ali deitou seus lances, a fim de apanhar almas e almas, as quais iludidas com suas insinuações afluíssem a seus cultos a fim de abandonarem a Religião de Cristo e receberem o batismo segundo o seu rito. O coração do nosso benemérito D. Adauto de Miranda Henriques afligia-se sobremodo pela dificuldade que encontrava para deter esta corrente de males em sua diocese, vendo que o único meio de ir contra ela seria a educação da infância em colégios católicos..." (História da Casa do Rio Grande do Norte - Pasta 37).

O outro educandário foi o Colégio Diocesano Santo Antônio, fundado em 1903, cuja direção foi entregue ao Mons. Alfredo Pegado Cortez. Funcionou durante alguns anos no prédio anexo ao Convento Santo Antônio, mas, depois fechou as suas portas. Foi reaberto em fevereiro de 1930.

Além destes dois colégios abertos na Capital do Estado, D. Adauto fundou o Ginásio Diocesano "SANTA LUZIA" em Mossoró, no dia 2 de março de 1901. Dois anos depois, este educandário fechou por falta de condições financeiras. Foi reaberto em 1912, por iniciativa do primeiro bispo do Rio Grande do Norte, D. Joaquim Antônio de Almeida.



D. JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA, 1º BISPO DE NATAL

D. JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA

Atendendo aos apelos de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, o Papa Pio X criou a diocese de Natal aos 19 de outubro de 1910, cujo primeiro bispo foi D. JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA que governou de 15 de junho de 1911 até 15 de junho de 1915. Nasceu em Goianinha, e era filho da tradicional família Melo Azevedo, do vizinho Estado da Paraíba. (Fagundes, Antônio - 1955:13). Era bispo do Piauí quando foi transferido para cá. Durante o seu episcopado à frente da diocese de Natal, que compreendia o território de todo o Estado, D. Joaquim Antônio de Almeida tomou importantes iniciativas no campo educacional. Assim, fundou o Seminário Diocesano em 1911, cuja direção foi confiada ao Mons. Pegado. Como não possuía prédio próprio, D. Joaquim instalou este educandário para formar sacerdotes numa chácara do Tirol, onde hoje está edificado o Cine Rio Grande. Em 2 de agosto de 1912, ele fundou o Colégio Sagrado Coração de Maria, em Mossoró e entregou a sua direção às Religiosas Terceiras de São Francisco. Ainda em Mossoró, D. Joaquim, apoiado pela elite local, reabriu o Colégio "Santa Luzia", cuja direção foi entregue aos franciscanos Frei Rolim, Frei Ernesto e Frei André, que passaram apenas um ano. Em 1913, o Padre Manuel Barreto substituiu os frades na direção deste colégio, ficando aí até 1918. (Fagundes, Antônio - 1955:87).

Em maio de 1915, quando fazia uma visita pastoral em Canguaretama, teve uma congestão cerebral que o imobilizou no leito por muito tempo. Aconselhado por seu amigo, D. Adauto, ele renunciou ao governo da diocese de Natal em 15 de junho de 1915. Ato precipitado. Anos depois, D. Joaquim de Almeida, já recuperado, tornou-se um Bispo Missionário nos sertões do Nordeste. Faleceu em Macaíba, aos 79 anos de idade. (Melquiadés, José - 1978:38).



D. JOSÉ PEREIRA ALVES, 3º BISPO DE NATAL (RN)

D. ANTÔNIO DOS SANTOS CABRAL

Este foi o segundo Bispo de Natal, que governou a diocese de 30 de maio de 1918 a 21 de novembro de 1921. Realizou muito pouco no campo educacional. Procurou dar assistência ao que já existia e comprou um grande terreno no Tirol, na Av. Campos Sales para construir o prédio do Seminário São Pedro. Mas, não o fez. Coube a D. Marcolino Dantas concretizar esta importante obra.

D. JOSÉ PEREIRA ALVES

Este foi o 3º Bispo da Diocese de Natal. Deixou fama de ser um prelado filósofo. Governou a Diocese de 1923 a 1928. No campo educacional, tomou duas importantes iniciativas. Primeiro, solicitou ao Bispo de Uruguaiana algumas Irmãs Filhas do Amor Divino para dirigirem o Ginásio Santa Teresinha, destinado à educação feminina. A solicitação foi atendida, e no dia 11 de outubro de 1925, nove Irmãs Filhas do Amor Divino chega-

ram a Caicó para educar a sua juventude feminina. (Souza, Itamar de (Coord.) - 1982:61). No dia 10 de fevereiro de 1926, iniciavam-se as aulas daquele educandário. (Monteiro, Eymard L'Eraistre - 1945:112).

Outro educandário instalado durante o seu episcopado, aos 9 de março de 1927, foi o Colégio Nossa Senhora das Vitórias na cidade de Assu, dirigido pelas Irmãs do Amor Divino. (Paz, Reynaldo de la - A Diocese de Mossoró e Suas Marcas).

D. MARCOLINO ESMERALDO DE SOUZA DANTAS

Foi o 4º Bispo a governar a Diocese de Natal, a partir de 29 de junho de 1929 até 1967. No campo educacional, ele foi admirável na sua habilidade para atrair congregações religiosas para virem instalar seus colégios em Natal e no interior. Logo que chegou a Natal, D. Marcolino criou, em 21 de novembro de 1929, a Liga dos Cooperadores Diocesanos para auxiliar as obras da diocese. Verdade é que, com a colaboração desta entidade, no período de 1930 a 32, ele construiu o grandioso prédio do Seminário São Pedro situado no bairro do Tirol, na Av. Campos Sales, nos terrenos comprados anteriormente por D. Antônio dos Santos Cabral. Ali estudaram centenas de jovens candidatos à vida sacerdotal, cursando o ginásio e clássico.

Outra iniciativa importante no campo educacional foi ter trazido para Natal os Irmãos Maristas a quem ele entregou a administração do Colégio Diocesano Santo Antônio, em dezembro de 1929. (Cascudo, L. da Câmara - 1955:270). Em fevereiro de 1930, os Maristas reabriram os cursos daquele colégio. Em 1937, eles iniciaram a construção do seu majestoso prédio localizado no cruzamento da rua Apodi com a Av. Deodoro.

Em 1932, ano de seca terrível, as Irmãs do Amor Divino que dirigiam o colégio Santa Teresinha, em Caicó, pediram socorro a D. Marcolino. Queriam trabalhar num campo mais amplo e mais seguro. D. Marcolino, sensível aos seus apelos, acolheu-as em Natal onde elas instalaram o Colégio Nossa Senhora das Neves, no bairro do Alecrim. A pedra fundamental do prédio que conhecemos hoje foi lançada no dia 17 de janeiro de 1935.

No Livro de Crônica do Colégio N. S. das Neves, no ano de 1935, está escrito o seguinte: "a Dom Marcolino, as irmãs devem uma imorredoura gratidão em vista de sua incalculável dedicação ao trabalho da construção. Em segundo lugar estão os padres da Sagrada Família a quem muito se deve." Outro grande benemérito deste educandário católico foi o Desembargador Tomás Salustino que, como registra o livro de Crônica, ele emprestou às Irmãs mais de Cr\$ 1.000.000,00 para a construção do colégio.

Foi também durante o seu episcopado que os Padres Salesianos vieram trabalhar em Natal. Na chácara que D. Inês Barreto, viúva do industrial Jovino Paes Barreto, lhes doou, no bairro da Ribeira, próximo à Praça Augusto Severo, eles se instalaram em 1936. A pedido de D. Marcolino Dantas, os Salesianos transferiram o "Instituto Filosófico São João Bosco" para Natal, em 27 de dezembro de 1941. Este Instituto funcionava só para a formação dos clérigos salesianos. Em 1959, foi transferido para Lorena (SP).

Para educar a juventude do interior, D. Marcolino atraiu as freiras da Congregação Franciscana de N. S. do Bom Conselho. Em 14 de abril de 1937, estas religiosas instalaram, em Ceará-Mirim, o Colégio Santa Águeda. E, em 19 de abril de 1941, elas instalaram em Nova Cruz, com o apoio do Padre Pedro Moura, então vigário da Paróquia, o Colégio N. S. do Carmo.

Em 1952, foi a vez de chegarem as Irmãs Salesianas. Procedentes de Manaus, elas desembarcaram em Natal em fevereiro de 1951. No ano seguinte, foi iniciado o curso primário do Instituto Maria Auxiliadora. O colégio foi construído na Av. Hermes da Fonseca, em amplo terreno doado às irmãs salesianas pelo Dr. Aderbal de Figueiredo e sua esposa, D. Dulce Meira e Sá. Esta fez uma única exigência: que as crianças pobres também fossem educadas no colégio, o que vem sendo feito à tarde ou à noite.

Além das ordens religiosas que fundaram colégios no Rio Grande do Norte, dois sacerdotes tomaram iniciativas semelhantes no campo educacional. Primeiro, foi o então Padre Manoel Tavares de Araújo, Vigário de Angicos, que construiu, naquela cidade, o Colégio Padre Félix, que foi inaugurado no dia 02 de março de 1942.

O segundo, o Mons. Eymard L'Eraistre Monteiro que, em 1946, abriu o Externato São Luís, em Natal, na rua General Osório. Anos depois, este educandário instalou-se, em 1952, na rua José de Alencar, onde funcionou com o nome de Colégio São Luís até 1978, quando o seu fundador resolveu vendê-lo.

Em 1952, as Irmãs Franciscanas do Bom Conselho vieram de Pernambuco e instalaram o Externato Nossa Senhora de Fátima na Av. Rodrigues Alves, no bairro do Tirol, em Natal.

Outro educandário católico que surgiu durante o episcopado de D. Marcolino Dantas foi o Instituto Infantil Sagrada Família, criado aos 11 de janeiro de 1941, pelos padres da Congregação da Sagrada Família, cujo primeiro diretor foi o padre Martinho Stenzel. De início, começou este colégio funcionando na própria casa paroquial dos padres, ao lado da Igreja de São Pedro, no Alecrim. Em 1954, passou a funcionar num amplo prédio localizado na rua Coronel Estevam.

A fim de atender melhor às necessidades religiosas da população norte-riograndense, D. Marcolino Dantas propôs à Santa Sé (e foi atendido) a criação de duas dioceses: a de Mossoró, criada em 1934, e a de Caicó, criada em 1939.

Durante o seu episcopado, a imprensa católica viveu a sua fase áurea. De 1935 a 55, circulou o jornal "A ORDEM" fundado pelo líder católico, Prof. Ulisses de Góis.

Em resumo: durante o episcopado de D. Marcolino, instalaram-se no Rio Grande do Norte oito estabelecimentos de ensino administrados por Congregações Religiosas, sendo seis na capital do Estado e dois no interior.



D. ANTÔNIO DOS SANTOS CABRAL, 2º BISPO DE NATAL(RN)

D. JOSÉ DE MEDEIROS DELGADO (CAICÓ)

Foi ele o primeiro Bispo de Caicó. Graças ao seu trabalho surgiram vários educandários no Seridó. Em 1º de março de 1942, criou o Ginásio Diocesano de Caicó, cujo prédio foi concluído por D. José Adelino Dantas, seu sucessor. (Azevedo Aluizio - 1930:115). Depois vieram o Ginásio Jesus Menino, em Currais Novos, a Escola Rural de Jardim do Seridó; e em Caicó, a Escola Pré-Vocacional, a Escola Doméstica Popular Darcy Vargas e o Seminário Diocesano Santo Cura D'Ars. (Souza, Itamar de - 1982:62).



D. EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES (DE NATAL PARA O BRASIL)

D. Eugênio Sales, hoje Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, passou 10 anos à frente da Diocese de Natal. Quando a saúde de D. Marcolino Dantas começou a declinar, D. Eugênio foi nomeado Bispo Auxiliar em 1954. Em 1962, foi nomeado Administrador Apostólico com plenos poderes, cargo que exerceu até 1964, quando foi transferido para Salvador.

Este foi o mais criativo e o mais dinâmico dos Bispos que governaram a Diocese de Natal. Não fundou colégios nem atraiu ordens religiosas para trabalhar em Natal. No entanto, desenvolveu uma extraordinária ação educadora valendo-se de instrumentos mais modernos: o rádio, a imprensa e o sindicato.

Escolas Radiofônicas - Sua preocupação com o homem do campo institucionalizou-se na criação do Serviço de Assistência Rural (SAR), em 1949. Em 1958, D. Eugênio conseguiu do Governo Federal a concessão para instalar a Rádio Rural de Natal. Naquele mesmo ano, ele viajou à Colômbia, particularmente a Sutatenza, onde observou a experiência que o Mons. Salcedo realizava, alfabetizando, pelo rádio, milhares de camponeses.



D. JAIME DE BARROS CÂMARA, 1º BISPO DE MOSSORÓ

D. JAIME DE BARROS CÂMARA (MOSSORÓ)

Na qualidade de 1º Bispo da Diocese de Mossoró, D. Jaime preocupou-se logo com a formação dos seus seminaristas. Por isso, fundou o Seminário de Santa Teresinha, cuja inauguração aconteceu em 2 de fevereiro de 1937.

Resolveu, então, implantar aqui uma experiência semelhante. Para isto, contou com o apoio da Philips, que fabricou para estas futuras escolas rádios cativos, isto é, aparelhos que só sintonizavam a Rádio Rural. Em torno destes aparelhos, espalhados nas escolas do interior, os nossos trabalhadores rurais ouviam as aulas que eram proferidas pelos professores a partir Rádio instalada em Natal. Verdade é que, em 1960, havia no Rio Grande do Norte 300 escolas radiofônicas e 5.000 alunos; em junho de 1962, as escolas tinham aumentado para 927 e o número de alunos, para 22.000. (Souza, Itamar de - 1982:40-41).

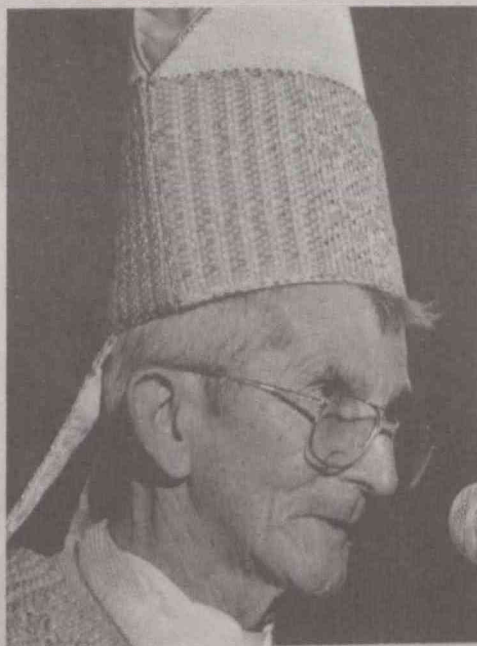
Numa audiência com o Papa no Vaticano, João XXIII manifestou a sua satisfação com a experiência de alfabetização pelo rádio que D. Eugênio realizava em Natal. (Brasil, Raimundo de Meneses - 1996:60). No governo Jônio Quadros, foi criado o Movimento de Educação de Base (Dec, Nº 50.370/61) inspirado nas Escolas Radiônicas de D. Eugênio Sales.

Sindicalismo Rural - Para conter o avanço das Ligas Camponesas, de Francisco Julião, D. Eugênio Sales, através do SAR, implantou o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte, no período de 1960 a 64. Até junho de 1962, havia no nosso Estado 30 sindicatos de trabalhadores rurais, com 35.000 filiados. Em todo o Nordeste, havia, naquele mesmo ano, 139 sindicatos e 106.000 filiados. (Souza, Itamar - de 1982:85).

Com a vitória do Movimento Militar de 64, as Escolas Radiofônicas foram brecadas e, para os sindicatos rurais, aumentaram as dificuldades. De tudo isto resultaram três coisas: o povo despertou para a sua cidadania, o trabalhador rural conquistou o direito à aposentadoria após 60 anos de idade, e D. Eugênio, mentor desta ação educadora, ganhou o cardinalato como reconhecimento do Papa ao seu trabalho.

Campanha da Fraternidade - A fim de educar o povo cristão para a solidariedade, D. Eugênio Sales trouxe da Alemanha a experiência da Campanha da Fraternidade. Depois, através da CNBB, esta experiência foi implantada em âmbito nacional, e vem se realizando todos os anos.

A Imprensa - Além da Rádio Rural, D. Eugênio Sales reabriu o jornal católico - A ORDEM - que funcionou sob a sua direção de 1958 a 1967.



D. NIVALDO MONTE, GRANDE EDUCADOR

D. NIVALDO MONTE

No campo da educação formal, D. Nivaldo Monte teve duas grandes iniciativas: a primeira - quando era padre, foi o principal idealizador da criação da Escola de Serviço Social, inaugurada aos 2 de junho de 1945. (Gouveia, Eliezer Camilo et Alii - 1993:63). E a segunda iniciativa, quando já era arcebispo de Natal, foi a criação do Instituto de Teologia Pastoral de Natal (ITEPAN), aos 18 de março de 1971.

É desnecessário dizer que, em todos estes educandários, a formação católica vem sendo dada juntamente com a transmissão dos conhecimentos científicos necessários à profissionalização do cidadão.

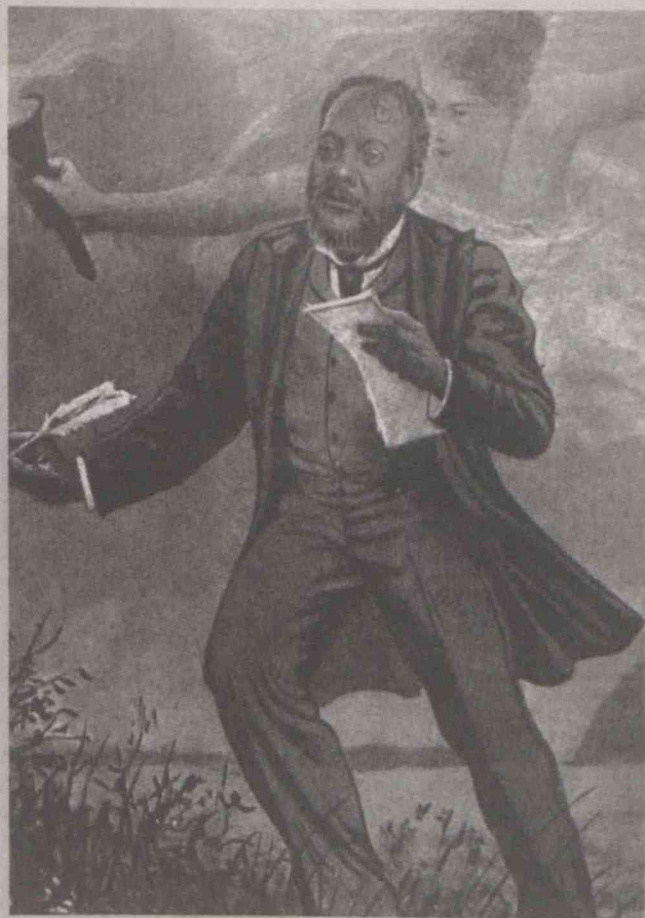
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1976 - Veiga, Gláucio - "O Iluminismo em Pernambuco" - in Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, Volume XLVIII.
- 1995 - Fausto, Boris - História do Brasil, São Paulo, Edusp.
- 1983 - Pereira, Nilo - Pernambucanidade, Recife, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Volume II.
- 1978 - Tollenare, L. F. de - Notas Dominicais, Recife, Secretaria de Educação e Cultura.
- 1980 - Carvalho, Gilberto Vilar de - A Liderança do Clero nas Revoluções Republicanas (1817-1824), Petrópolis, Editora Vozes.
- 1975 - Vianna, Hélio - História do Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos, 12ª edição.
- 1924 - Silva, Josué et alii - A Maçonaria no Rio Grande do Norte, Natal, Off. Graf. d'A Imprensa.
- 1982 - Lira, A. Tavares de - História do Rio Grande do Norte, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 2ª edição.
- 1980 - Lemos, Vicente de, e Medeiros, Tarcísio - Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte, Natal, Tip. CERN, 2ª Volume.
- 1913 - Borges, José Ignácio - "Revolução de 1817" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, Typographia do Instituto Histórico, Volume VIII, Nº 1 e 2.
- 1955 - Cascudo, Luís da Câmara - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- 1989 - Idem - O Livro das Velhas Figuras, Natal, Cooperativa dos Jornalistas de Natal, Volume 6. 1906 - Dantas, Manoel - "Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho) - Traços Biográficos" - in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, Typografia d'O Século, Volume IV, Nº 1.
- 1919 - Souza Pinto, F. G. de - "Biografia do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, Volume XVI.
- 1981 - Cascudo, Luís da Câmara - O Livro das Velhas Figuras, Natal, Gráfica Manimbu, Volume 5.
- 1996 - Azevedo, Aluísio - Cronologia do Rio Grande do Norte, Natal.
- 1984 - Guerra, Flávio - História de Pernambuco, Recife, Editora Raiz Ltda., 3ª edição.
- 1985 - Quintas, Amaro - A Revolução de 1817, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2ª edição.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1971 - Terrero, José - Historia de Espanã, Barcelona, Editorial Ramon Sopena.
- 1989 - Boxer, C. R. - A Igreja e a Expansão Ibérica (1440 - 1770), Lisboa, Edições 70.
- 1959 - Vieira, Padre Antônio - Sermões, Porto, Lello & Irmão Editores, Tomo II.
- 1979 - Hoornaert, Eduardo et Alii - História da Igreja no Brasil, Petrópolis, Tomo 2, 2ª Edição.
- 1979 - Ribeiro, Darcy - Os Índios e a Civilização, Petrópolis, Editora Vozes.
- 1982 - Hoornaert, Eduardo (Org.) - Das Reduções Latino - Americanas às Lutas Indígenas Atuais, São Paulo, Edições Paulinas.
- 1960 - Barbalho, Gilberto Guerreiro - História do Município de São José de Mipibu, Rio de Janeiro.
- 1979 - Galvão, Hélio - História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura.
- 1938 - Leite, Serafim - História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Tomo I.
- 1945 - Idem - História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Tomo V.
- 1994 - Lemaitre, Nicole et alii - Dictionnaire Culturel du Christianisme, Paris, Cerf Nathan.
- 1994 - Levillain, Philippe (Org.) - Dictionnaire Historique de la Papauté, Paris, Fayard.
- 1912 - Lemos, Vicente de - Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte.
- 1976 - Cascudo, L. da Câmara - O Livro das Velhas Figuras, Natal, Edição do IHGRN Vol. 2.
- 1968 - Cascudo, L. da Câmara - Nomes da Terra, Natal, Fundação José Augusto.
- 1995 - Taunay, Afonso de E. - A Guerra dos Bárbaros, Mossoró, Fundação Vingt-um Rosado, 2ª edição.
- 1955 - Cascudo, L. da Câmara - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura.
- 1987 - Melquides, José - Padre Francisco de Brito Guerra, Um Senador do Império, Natal, Fundação José Augusto, 2ª edição.
- 1955 - Fagundes, Antônio - Vida e Apostolado de Dom Joaquim Antônio de Almeida, Natal, Tip. Galhardo.
- 1978 - Melquides, José - Centenários, Natal, Gráfica Manimbu.
- 1945 - Monteiro, Eymard L'Eraistre - Caicó, Recife, Escola Salesiana de Artes Gráficas.
- 1939 - Paz, Reynaldo de la - A Diocese de Mossoró e Suas Marcantes Realizações, Fortaleza, Ramos & Pouchain.
- 1990 - Azevedo, Aluísio - Dom José Adelino Dantas, Brasília, CEGRAP.
- 1982 - Souza, Itamar de (Coord.) - Caicó, Natal, Fundação José Augusto.
- 1996 - Brasil, Mons. Raimundo Menezes - Homenagem ao Pastor, Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense.
- 1982 - Souza, Itamar de - A Luta da Igreja Contra os Coronéis, Petrópolis, Editora Vozes.
- 1993 - Gouveia, Eliezer Camilo de et Alii - Memória da Escola de Serviço Social de Natal (1945-1955), Natal, Editora Universitária.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO RN



A ESCRAVIDÃO NO MUNDO E NO BRASIL

A escravidão é uma instituição na qual a pessoa humana é objeto de propriedade de outra pessoa. Por isso, o escravo é considerado como uma coisa qualquer. A escravidão é antiqüíssima, pois, foi encontrada nos tempos do Velho Testamento. O povo de Israel herdou esta instituição dos seus antepassados caldeus. Entre os antigos, era costume bem arraigado transformar prisioneiros políticos em escravos. Em Atenas, na Antiguidade, calcula-se que, ao lado de 20 mil cidadãos livres, havia 400 mil escravos. Na mesma época, Roma vivia abarrotada de escravos, fruto das derrotas impostas pelos seus generais aos povos conquistados.

Com o surgimento do Cristianismo, os cristãos fizeram, durante séculos, um trabalho para atenuar os terríveis castigos que os senhores impunham aos seus escravos. No âmbito da instituição eclesiástica, não havia distinção entre homens livres e escravos. Todos eram considerados iguais perante Cristo, nos assegura São Paulo. Além disso, uma vez libertos, os escravos podiam ingressar nas fileiras do clero. Verdade que, ex-escravos foram padres, bispos, e até Papa, como foi o caso do Papa Calixto I (217-222), que foi escravo de um cristão chamado Carpóforo. (Levillain, Philippe (Org.) - 1994:261).

No final da Idade Média, a escravidão já estava bastante atenuada em toda a Europa. Porém, com a descoberta do Novo Mundo nos séculos XV e XVI, portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses, enfim, todos os colonizadores, começaram a fazer o tráfico de escravos da África para o Continente Americano. Estima-se que cerca de 12 milhões de seres humanos foram transplantados das costas da África para o Novo Mundo (Ferro, Marc - 1993:36). A necessidade de mão-de-obra para desenvolver a economia das novas colônias determinou a retomada da escravidão no século XVI. O índio brasileiro, encontrado pelos portugueses, vivia em estado nômade, alimentando-se de caça, de pesca e da coleta de frutos. Tinha, portanto, dificuldade de adaptar-se ao trabalho agrícola, que é uma atividade restrita a uma área, que exige a fixação num determinado espaço.

Segundo o historiador Júlio José Chiavenato, o tráfico de escravos africanos para as Américas Central, do Norte e do Sul, no período de 1502 a 1870, totalizou 9.385.315 pessoas. O Brasil foi o país que recebeu o maior número de escravos africanos - 3.532.315 - isto é, 37,6% do total acima citado. A cultura da cana-de-açúcar no litoral do Nordeste, no Recôncavo baiano e no litoral fluminense, foi a atividade econômica que absorveu grandes contingentes desta população. Atração semelhante exerceu a exploração do ouro no século XVIII, em Minas Gerais, assim como os cafezais de São Paulo e do Rio de Janeiro no século XIX.

Os escravos não aceitaram pacificamente os sofrimentos que lhes foram impostos pelos colonizadores. Eles reagiram através de fugas individuais ou em grupos, assim como formando quilombos em todos os Estados do Brasil. O quilombo mais famoso e de maior duração foi o de Palmares, no Estado de Alagoas, ao qual está ligado a figura do negro Zumbi, que liderou aquele quilombo muitos anos antes da sua destruição total.

No Rio Grande do Norte, segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, teria havido dois quilombos: um em Goianinha e outro em Nísia Floresta. A documentação sobre estes fatos é bastante rara, vaga, insuficiente. (1955:193). Todavia, podem ser consideradas como resquícios de pequenos quilombos as comunidades - "Negros do Rosário", em Caicó; "Boa Vista", em Parelhas; "Riacho", em Currais Novos; "Capoeiras" entre Macaíba e Bom Jesus; e "Pegas" em Portalegre.

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

1 - O Papel Desempenhado pela Inglaterra

O século XIX passou para a História da civilização ocidental como o século abolicionista por excelência. Foi no seu curso que, a partir da Europa, milhões de escravos adquiriram a sua liberdade. Inegavelmente, quem liderou este movimento humanitário foi a Inglaterra que, naquela época, era a maior potência industrial e militar do mundo ocidental. Ao promover o movimento abolicionista, a Inglaterra visava à formação de enormes mercados nas Américas, na África e na Ásia. Transformando o trabalho escravo em trabalho assalariado, ela teria onde vender os produtos da sua indústria em constante expansão. Além de ser uma potência colonizadora, a Inglaterra ganhou muito dinheiro fornecendo escravos para as colônias espanholas da América do Sul e Central. Desde 1713, que ela conquistara da Espanha o monopólio deste comércio abominável. (Goulart, Maurício - 3ª, 1975:234). Por volta de 1800, a Inglaterra possuía cerca de 770 mil escravos nas suas colônias. (Idem - 3ª, 1975:236).

Sob a aparência de uma ação humanitária (no fundo, a razão era de ordem econômica), o Parlamento inglês baixou o ato de 6 de fevereiro de 1807, para ser posto em execução no ano seguinte, abolindo o tráfico de escravos. Em 1815, por razões semelhantes, a França libertou os seus escravos.

A) Pressão sobre Portugal e Espanha

A pressão da Inglaterra sobre Portugal e Espanha para abolirem o tráfico de escravos começou no início do século XIX. Com esta finalidade, Portugal foi obrigado a assinar com a Inglaterra os tratados de 1810 e de 1815. Para assinar o primeiro tratado Portugal recebeu um empréstimo de 600 mil libras, que terminou não pagando integralmente, mas, sendo perdoado pelos ingleses. Para assinar o segundo, exigiu "um pagamento de 300.000 libras como indenização pelos seus navios apreendidos". (Goulart, Maurício - 3ª, 1975:242). Portugal adiou o quanto pôde para colocar em prática estes tratados, pois, como observou Leslie Bethell, "no começo do século XIX, quando a Grã-Bretanha lançou a sua cruzada contra o tráfico de escravos através do Atlântico, não havia nação mais profundamente envolvida na exportação, no transporte e na importação de escravos africanos, do que Portugal." (1976:15).

Pressão idêntica exerceu a Inglaterra sobre a Espanha, que assumiu o compromisso de extinguir o tráfico de escravos em maio de 1820. Mas, exigiu também dos ingleses "400.000 libras de indenização pelas perdas sofridas pelos seus armadores". (Goulart, Maurício - 3ª, 1975:242).



PRINCESA ISABEL, QUE ASSINOU A LEI ÁUREA

B) A Pressão sobre o Brasil

Com a Independência do Brasil em 1822, D. João VI regressou para Portugal sem resolver o problema da abolição do tráfico de escravos exigido pelos ingleses. Por sua vez, D. Pedro I, Imperador do Brasil, quis negar-se a estabelecer um prazo para extinguir este comércio. No entanto, ao saber que a Inglaterra ameaçava "empregar a força", caso não fosse atendida, ele resolveu assinar o Tratado de 23 de novembro de 1826. É importante assinalar que não havia prazo para este Tratado terminar. Neste Tratado, ficou estabelecido que, a partir de 1829, "não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na Costa d'África debaixo de qualquer pretexto, ou maneira qualquer que seja. E a continuação desse comércio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa súdita de Sua Majestade Imperial, será considerada e tratada de pirataria". (Chiavenato, Júlio José - 1980:67).

Portanto, depois da assinatura deste Tratado, traficar escravos ficou sendo considerado como um ato de pirataria. Na realidade, este acordo não foi cumprido; permaneceu letra morta, dando origem à expressão lei "para inglês ver". É que traficantes residentes no Brasil e em Portugal encontravam sempre uma maneira de burlar a legislação, além de contarem com a displicência do governo. Verdade é que, segundo Leslie Bethell, entre dezembro de 1835 e abril de 1839, "quando os navios de guerra britânicos capturaram onze negreiros ao largo das costas brasileiras(.....), os navios negreiros fizeram pelo menos 300 viagens bem sucedidas a partir do Congo, Angola e Moçambique além de muitas mais a partir da Costa da Mina, desembarcando pelo menos 125 mil escravos no Brasil" (1976:150). A expansão da economia cafeeira, ao absorver um número cada vez maior de escravos, tornou este comércio altamente lucrativo. Por outro lado, a burguesia cafeeira pressionava o Governo Imperial para que não se empenhasse no cumprimento daquela legislação.

A medida que o policiamento da marinha britânica aumentava a sua eficiência nas costas da África, apresando navios portugueses e brasileiros, os traficantes passaram a fretar navios com bandeira norte-americana. Segundo Chiavenato, "os norte-americanos estavam tão envolvidos no tráfico, que o Cônsul Gordham Parks afirmou em documento que, de 1º de julho de 1846 a 1º de outubro de 1849, 88 navios dos EUA - disfarçados em mercadores de outros artigos - deixavam o Rio de Janeiro para buscarem negros na costa da África." (Chiavenato, Júlio José - 1980:69).



ENGENHO DE CANA-DE-AÇÚCAR

Pelo fato de não ter a Inglaterra assinado nenhum tratado anti-tráfico de escravos com os Estados Unidos, não podia atacar nenhum dos seus navios. Mesmo assim, a pressão da Inglaterra sobre o Brasil continuava cada vez mais forte e provocadora de atritos diplomáticos.

A LEI ABERDEEN (08 DE AGOSTO DE 1845)

A fim de tornar mais eficiente o combate ao tráfico de escravos para o Brasil, o Parlamento inglês, depois de muita discussão, aprovou a Lei Aberdeen ("Bill Aberdeen") aos 8 de agosto de 1845. Esta lei, aprovada unilateralmente, como se o Brasil fosse uma colônia da Inglaterra, era o ato perfeito de uma nação imperialista que se achava no direito de mandar nos assuntos internos e no próprio território de um país politicamente independente. Pela Lei Aberdeen, os navios brasileiros, ou sem nacionalidade explícita, podiam ser capturados em qualquer etapa da sua viagem. Uma vez apresados, seriam colocados a serviço da Inglaterra, ou demolidos e vendidos publicamente. Além disso, sua carga e sua tripulação seriam submetidas à justiça inglesa, assim como premiava os oficiais da marinha britânica que cumprissem rigorosamente com as suas determinações. (Bethell, Leslie - 1976:247).

A partir da aprovação desta Lei pelo Parlamento da Inglaterra, travou-se uma enorme batalha diplomática entre o Brasil e aquele país. Mas, enquanto ambos discutiam, a marinha britânica capturou quase 400 navios negreiros, "só entre os que se dedicavam ao tráfico brasileiro", no curto período de 1845 a 1850. Estes navios apresados foram "enviados para julgamento nos tribunais do Vice-Almirantado Britânico", de Santa Helena, Serra Leoa e Cabo da Boa Esperança. (Bethell, Leslie - 1976:269).

Não obstante a captura de tantos navios negreiros, o tráfico de escravos para o Brasil continuou elevado. Senão, vejamos:

Ano	Nº de Escravos
1845	19.453
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.287
Total	325.615
(Goulart, Maurício - 3ª, 1975:270).	

A expansão da cafeicultura absorvia quase toda esta mão-de-obra.

Utilizando-se de veleiros americanos, bastante velozes, e, a partir de 1846, empregando navios a vapor, os traficantes escapavam ao patrulhamento que os ingleses faziam nas costas da África. Por outro lado, até 1849, a marinha britânica não patrulhava o imenso litoral brasileiro.

O tráfico de escravos da África para o Brasil só se extinguiu por volta de 1850-1851, graças à vigilância concomitante da marinha britânica no litoral da África e no litoral do Brasil. Os tiros de canhão da esquadra britânica não apenas afundaram os nossos navios negreiros, mas, serviram também para despertar a consciência da elite brasileira para colocar um ponto final neste comércio tão desumano.

A LEI EUSÉBIO DE QUEIROZ

(04 de setembro de 1850)

Sabendo que os ingleses ameaçavam agir com mais energia no combate ao tráfico de escravos, o governo imperial do Brasil resolveu tomar a iniciativa de extinguir este comércio abjeto. Até porque, a maioria dos traficantes era composta de elementos estrangeiros. (Vianna, Hélio - 12ª, 1975:491).



JOSÉ DO PATROCÍNIO

Por estas razões foi que o projeto de lei do Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, propondo a extinção do tráfico de escravos foi rapidamente aprovado e transformado na Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850. Em 14 de outubro do mesmo ano, foi baixado o Decreto Nº 708, regulamentando a referida Lei. (A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Lutas - V. 1, 1988:154-167).

A Lei Eusébio de Queiroz reproduzia, em parte, a Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831, que não era cumprida.

Com o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), guerra esta feita, na maior parte, por escravos brasileiros, o movimento abolicionista cresceu aceleradamente, tornando-se irreversível. Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Silva Jardim, Luís Gama e outros, colocaram todo o seu talento e energia em prol deste movimento libertador.

A Lei do Ventre Livre

(28 de setembro de 1871)

Pressionado por diversos segmentos da sociedade brasileira que aderiram ao movimento abolicionista, o governo brasileiro baixou a Lei do Ventre Livre, isto é, a Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, de autoria do Primeiro-Ministro, Visconde do Rio Branco. O Art. 1º dizia o seguinte: "Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre". (A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Lutas - V.1, 1988:486-491).

Depois desta lei, o movimento abolicionista espalhou-se por todo o país. Até mesmo a Igreja Católica que ensinara aos escravos as virtudes da paciência, da obediência e da resignação, aderiu ao movimento abolicionista.

Os Religiosos Libertam Seus Escravos

Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, as Ordens Religiosas começaram a emancipar os seus escravos. Verdade é que, em 3 de outubro de 1871, os Franciscanos resolveram emancipar os escravos dos seus conventos da seguinte maneira: "os maiores de 20 anos terão a data de alforria no dia 4 de outubro de 1876, e os menores de vinte anos, quando completarem vinte e um anos, podendo, porém, uns e outros remir-se antes com a quantia que o provincial estipular." Gesto idêntico tiveram os Beneditinos que, um dia após a promulgação da Lei do Ventre Livre, libertaram, "sem indenização de espécie alguma, todos os seus escravos, em número de 4.000." Em 1887, os Mercedários libertaram todos os escravos da Ordem. (Beozzo, José Oscar - 3ª, T.II/2, 1980:275-276).

Além destas iniciativas dos religiosos, D. Pedro Maria de Lacerda, Bispo do Rio de Janeiro, lançou aos fiéis da sua diocese uma Carta Pastoral em apoio à Lei do Ventre Livre.

A Lei dos Sexagenários-1885

Diante da pressão cada vez mais forte do movimento abolicionista, os escravagistas tentam aliviar a tensão fazendo mais uma concessão, concedendo liberdade aos escravos que tivessem mais de 60 anos de idade. Isto não passava de uma enganação, pois, a maior parte dos nossos escravos não alcançava esta idade. Mesmo assim, os abolicionistas, agindo com mais agressividade, provocavam a fuga em massa dos escravos. Para conter estas fugas, os donos de escravos pediram o apoio do Exército, que se negou a atendê-los.



PADRE JOÃO MARIA, ABOLICIONISTA

1887-BISPOS LANÇAM PASTORAIS

Em 1887, portanto, um ano antes da Lei Áurea, vários Bispos lançaram Cartas Pastorais condenando a escravidão e incentivando os fiéis e o Governo a libertarem os escravos. Agiram desta maneira o Arcebispo da Bahia, o Bispo do Maranhão, D. Antônio de Alvarenga, D. Carlos d'Amour, Bispo de Cuiabá, D. José da Silva Barros, de Recife, e D. Antônio Benevides, Bispo de Mariana (Minas Gerais).

É digna de destaque a ação abolicionista de D. João Antônio dos Santos, Bispo da Diocese de Diamantina. Em 1846, publicou na *Selecta Católica*, de Mariana, artigos pregando a libertação dos escravos. Este Bispo é, portanto, um dos pioneiros do movimento abolicionista. Em 1862, no jornal, *O Jequitinhonha*, de Diamantina, ele defendeu novamente a libertação dos escravos, e percorreu a "sua cidade episcopal, suplicando a manumissão dos escravos".

Na Carta Pastoral que lançou em 28 de setembro de 1887, ele sugeriu ao Imperador D. Pedro II que o maior presente que ele poderia oferecer ao Papa Leão XIII, por ocasião do transcurso do seu jubileu de ordenação sacerdotal, seria decretar a abolição da escravatura a partir de dezembro de 1887. (Beozzo, José Oscar - 3ª, T.II/2, 1980:279-280).

Por sua vez, D. Lino, Bispo de São Paulo, desde 1867 que se pronunciara a favor da libertação dos escravos. Em 1887, ele criou na sua diocese uma Caixa denominada Caixa Auxiliadora da Redenção dos Cativos, cujos recursos eram formados por 5% das rendas da mitra diocesana, pela terça parte do seu salário e pelos donativos arranjados pelo clero. A finalidade desta caixa era libertar escravos e educar profissionalmente menores desamparados. (Idem - 3ª, T.II/2, 1980:280).

O Papa Leão XIII e a Lei Áurea

Em 14 de janeiro de 1888, o Papa Leão XIII recebeu em audiência o Dr. João Artur de Souza Correia, que era o enviado extraordinário do Brasil às festas do seu jubileu de ordenação sacerdotal. Respondendo à sua saudação, o Santo Padre dirigiu-se à Princesa Isabel nestes termos: "...Também por ocasião de nosso jubileu e quando de todas as partes nós recebemos as maiores demonstrações de amor e de veneração dos povos, desejamos dar ao Brasil um testemunho todo particular de nossa paternal afeição a respeito da emancipação dos escravos. A princesa imperial regente cumpre uma grande e nobre tarefa durante a ausência tão lamentável de seu augusto genitor, pelo restabelecimento do qual fazemos os nossos votos; mas ela pode contar com a nossa solicitude que nunca lhe faltará". (Beozzo, José Oscar - 3ª T.II/2 1980:284).

Naquela audiência, o Embaixador brasileiro sugeriu ao Papa que escrevesse ao episcopado brasileiro a respeito dos infelizes escravos e apelasse para que os Bispos apoiassem o movimento abolicionista. Ao escrever a Carta Encíclica *IN PLURIMIS* (Sobre a Abolição da Escravatura), dirigida aos Bispos do Brasil, datada de 5 de maio de 1888, o Papa Leão XIII recordou a visita do enviado extraordinário do Brasil ao Vaticano. (Leão XIII - 2ª, 1987:3).

No dia 10 de fevereiro de 1888, Leão XIII recebeu em audiência o grande líder abolicionista, Joaquim Nabuco. Ele encontrou no Pontífice um aliado intransigente da causa da libertação dos escravos. A certa altura da audiência, disse Joaquim Nabuco a Leão XIII: "Eu ia aos Estados Unidos onde está a maior parte da raça negra da América; mas quando os nossos bispos começaram a falar com deliberação e de comum acordo a propósito do jubileu de Vossa Santidade e a pedir a emancipação dos escravos como o melhor e mais alto modo de o solenizar no Brasil, pensei que devia antes de tudo vir a Roma, pedir a Vossa Santidade que completasse a obra daqueles prelados, condenando em nome da Igreja, a escravidão..."

Sua Santidade respondeu: "Isto que tendes no coração, a Igreja também o tem. A escravidão está condenada pela Igreja e já devia há muito tempo ter acabado... Senti-me vivamente tocado pela ação dos Bispos, que aprovo completamente, por terem de acordo com os católicos do Brasil escolhido o meu jubileu sacerdotal para essa grande iniciativa.... É preciso agora aproveitar a iniciativa dos Bispos para apressar a emancipação. Vou falar nesse sentido. Se a encíclica aparecerá no mês que vem ou depois da Páscoa, não posso ainda dizer..."

Retomando a palavra, Nabuco disse: "O que nós quiséramos... era que Vossa Santidade falasse de modo que a sua voz chegasse ao Brasil antes da abertura do Parlamento, que tem lugar em maio. - "Esta palavra eu o direi, vós podeis estar certo, respondeu o Papa, e quando o Papa tiver falado, todos os católicos terão que obedecer." (Nabuco, Joaquim - 1963:226-235).

Em cumprimento à sua palavra, Leão XIII escreveu a Encíclica *IN PLURIMIS* (Sobre a Abolição da Escravatura), dirigida aos Bispos do Brasil, com data de 5 de maio de 1888. Por razões burocráticas, este documento só chegou ao nosso país após a assinatura da Lei Áurea.



ENGENHO DE CANA-DE-AÇÚCAR

A LEI ÁUREA (13 DE MAIO DE 1888)

Sensível ao movimento abolicionista e aos apelos que vinham de toda parte, a Princesa Isabel, que ocupava o trono imperial em substituição ao pai, que estava doente, resolveu a assinar a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, extinguindo oficialmente a escravidão no Brasil. Em reconhecimento à grandeza do seu gesto, o Papa Leão XIII enviou-lhe a rosa de ouro. A aristocracia rural, partidária da monarquia, mas, descontente com o gesto da Princesa Isabel, aliou-se aos republicanos que, no ano seguinte, derrubaram o trono e proclamaram a República.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO RIO GRANDE DO NORTE

O Rio Grande do Norte nunca possuiu grandes contingentes de escravos como aconteceu com a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sendo a pecuária a base da nossa economia nos séculos XVII e XVIII, a absorção de mão-de-obra era bem menor do que nas regiões onde se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar. Com poucos empregados, os proprietários cuidavam dos seus rebanhos de gado.

A partir de 1880, o movimento abolicionista espalhou-se por todo o território nacional. Em todas as províncias do Império, numerosas organizações foram surgindo em adesão a este movimento. Incentivados pelos abolicionistas, até mesmo proprietários de escravos tomavam a iniciativa de libertá-los.

Desta e de outras maneiras, a manumissão dos escravos tornou-se irreversível.

Em junho de 1884, o Rio Grande do Norte possuía 7.623 escravos. Este número decaiu rapidamente. Verdade é que, o nº 8 do "Boletim da Sociedade Libertadora Norte-rio-grandense, de 15 - 4 - 1888, registra apenas 482 escravos em toda a província". (Cascudo, Luís da Câmara - 1955:189).

Segundo Câmara Cascudo, no Rio Grande do Norte, o clero teve grande participação no movimento abolicionista. "Em Natal, o presidente da Libertadora era o Padre João Maria Cavalcanti de Brito, vigário da Matriz e única freguesia da capital.

Em Mossoró foi o vigário Antônio Joaquim Rodrigues, confessadamente abolicionista. No Caicó o padre Theot Castor Brasil, veterano do Paraguai, era desabusado na pregação contra os escravocratas. No Assu a sociedade tinha como presidente, o pároco Antônio Germano Barbalho Bezerra. Em Macaíba a "Libertadora" intitulava-se "Padre Dantas" (Estevão José Dantas). No Ceará-Mirim, o vigário Frederico Augusto Ferreira Lustosa. Essa foi a atitude do clero Norte-rio-grandense em sua maioria." (1955:189-190).

MOSSORÓ A PIONEIRA

Em 1882, o movimento abolicionista tomou grande impulso em Mossoró graças à pregação ardorosa e constante feita pelo comerciante cearense, Joaquim Bezerra da Costa Mendes. O resultado mais evidente da sua pregação foi a criação, em 6 de janeiro de 1883, da Sociedade Libertadora Mossoroense, da qual foi o seu primeiro presidente.

Segundo o historiador Francisco Fausto de Souza, "em pouco tempo conseguiu a Libertadora redimir muitos escravizados, de maneira que a 10 de junho do mesmo ano, proclamara ela a libertação da metade dos cativos da localidade e a 30 de setembro de 1883, a libertação total no município". (1979:107).

Naquela data, observa adequadamente o escritor Raimundo Nonato, "a cidade era um centro cívico". (1983:150). A abolição da escravatura foi comemorada, em Mossoró, durante sete dias de festa, e imortalizada em praças e monumentos. A comemoração do "30 de Setembro" tornou-se uma tradição cívica na vida da cidade de Mossoró. Verdade é que todos os anos, os mossoroenses relembram festivamente a grande data.



NEGROS FAZENDO EXIBIÇÃO NO PÁTIO DA IGREJA DO ROSÁRIO

EM NATAL

Num domingo, 1º de janeiro de 1888, um grupo de cidadãos, proveniente de todos os partidos políticos e segmentos da sociedade, reuniu-se no Teatro Santa Cruz (num prédio onde fica hoje o cinema Nordeste) para fundar a "Libertadora Norte-rio-grandense". Sua finalidade era acabar com a escravidão no Rio Grande do Norte dentro de um ano.

Abriu os trabalhos o Dr. Pedro Velho, líder republicano, que em brilhante oração, expôs a finalidade da reunião e leu um projeto de estatuto que foi logo aprovado. A ele seguiram-se outros oradores: Moreira Brandão, Oliveira Santos, Nascimento Castro e o Capitão João Varela.

A Diretoria aprovada por unanimidade, pelos 54 sócios, ficou assim constituída:

Presidente - Vigário João Maria
1º Secretário - Dr. Manuel Porfírio Oliveira Santos
2º Secretário - Major Antônio Pinheiro da Câmara
Tesoureiro - Capitão Urbano Barata

Além disso, foram organizadas duas comissões para os dois bairros da cidade

Comissão da Cidade Alta:

Dr. Pedro Velho, Capitão José Antônio, Capitão José Gabriel, Ângelo Roseli, Virgílio Uzeda, Dr. Zacarias Monteiro, Antônio Caldas, João Lindolfo e James O' Grady.

Comissão da Ribeira:

Padre Francisco Constâncio, Nicolau Bigols, Olympio Tavares, Dr. Belmiro Milanez, Capitão João Avelino, Jovino Barreto, Capitão Odilon de Amorim Garcia, Dr. Luís Antônio Ferreira Souto e Joaquim Honório.

Uma vez constituídas a diretoria e as Comissões, o secretário leu oito cartas de liberdade que foram concedidas naquele dia. Naquela época, os jornais publicavam os nomes dos passageiros de cada navio ou barco que aportasse em Natal. Na primeira semana de janeiro de 1888,

chegara a Natal, na barcaça "Jaguarary", um grupo de onze escravos, procedentes de Pernambuco. Eram fugitivos. Ao tomar conhecimento do fato, o chefe de Polícia, Dr. Jerônimo Américo, mandou prendê-los. Sabendo do ocorrido, a Libertadora impetrou um "habeas corpus", que foi negado pelo Dr. Amintas Barros, Juiz da Capital, alegando que as leis do Império estavam em vigor.

Inconformada com esta decisão, a Libertadora apelou para o Tribunal da Relação, Distrito de Natal, que concedeu o "habeas corpus" impetrado. Em regozijo por esta vitória, os abolicionistas fizeram uma grande passeata no noite do dia 3 de janeiro de 1888. Dias depois, o comerciante Antônio Marques da Silva, que já libertara anteriormente cinco escravos, alforriou a escrava Mônica, a única que possuía.

Vale salientar que todos os membros da Libertadora, uns mais, outros menos, trabalharam intensamente em favor da libertação dos escravos, destacando-se, nesta missão humanitária, os abolicionistas João Avelino, Odilon Garcia e Joaquim Honório. Eles roubavam escravos aqui e mandavam para o Ceará, como se fossem "abacaxis".

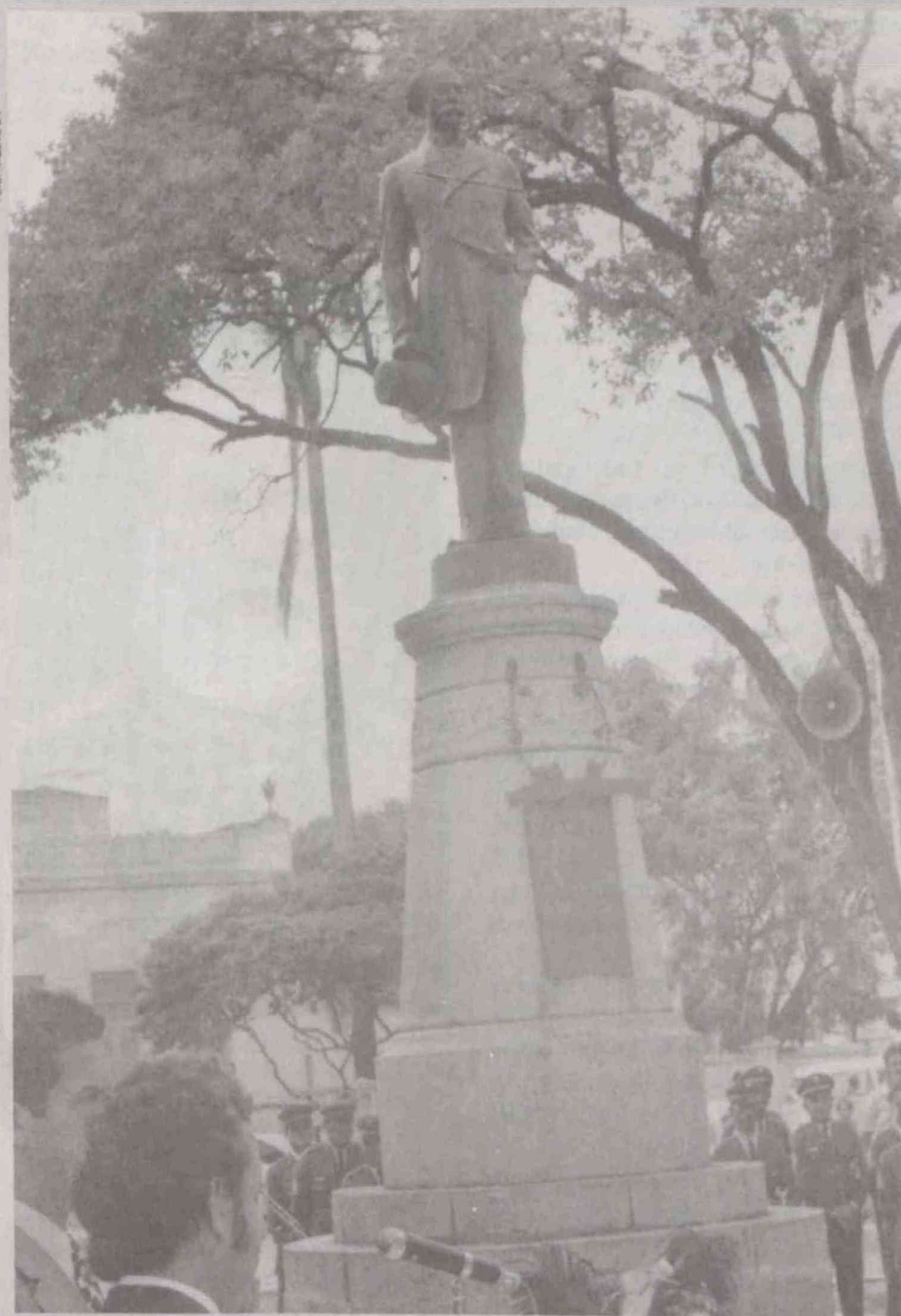
Em 1884, Natal possuía cerca de 246 escravos. (Cascudo, Luís da Câmara - 1955: 189).

A Festa da Abolição

A festa da Abolição da escravatura realizou-se, em Natal, nos dias 19 e 20 de maio de 1888. Foram momentos de muita euforia e empolgação! No Teatro Santa Cruz, a Sociedade Dramática "União Natalense" apresentou a peça "Honra e Glória". No dia seguinte foi celebrado um TE DEUM de ação de graças. A catedral ficou repleta de fiéis. As autoridades todas presentes, a começar pelo presidente da Província e seus auxiliares mais próximos. Oficiou a cerimônia o Padre Francisco Constâncio da Costa, membro ativo da Libertadora, o qual fez um brilhante sermão alusivo ao "13 de Maio".

Após o ato religioso, quase ao meio-dia, o povo saiu da Igreja em passeata pelas ruas e praças da cidade, dando vivas aos abolicionistas e à Princesa Isabel. À noite, nova passeata ao som das bandas de música, dos vivas e do estrugir dos foguetes. Enquanto isso, os oradores se revezavam, enaltecendo os líderes da Abolição no plano nacional e local.

PEDRO VELHO: REPÚBLICA E OLIGARQUIA



A QUEDA DA MONARQUIA E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A começar pela França, a Revolução Francesa de 1789 provocou a queda de várias monarquias em toda a Europa. A forma democrática de governo, proposta pela Revolução, suplantou o absolutismo dos governos monárquicos. Algumas monarquias sobreviveram porque tornaram-se monarquias constitucionais onde o rei reina, mas, quem governa o país é um Primeiro-Ministro escolhido pelo Congresso Nacional.

As idéias democráticas trazidas por aquela Revolução entraram de cheio no cenário político latino-americano desde o século XVIII e, sobretudo, no século XIX, influenciando os movimentos de Independência política destes países.

O Brasil não ficou imune à influência destas idéias. Ao contrário, elas atuaram em todos os nossos movimentos políticos no Primeiro e no Segundo Império.

CAUSAS DA QUEDA DO IMPÉRIO

O Imperador D. Pedro II governou o Brasil durante 49 anos ininterruptamente, isto é, de 1840 a 1889. Verdade é que, ao final do século XIX, o Imperador já estava velho e cansado de tanto governar. Por outro lado, a elite política brasileira, em grande parte influenciada pelas idéias democráticas vindas da Europa, já não suportava mais ser governada por um regime monárquico. Era chegada a hora de nós mesmos governarmos o nosso país. Até porque o regime democrático estava vitorioso na maioria dos países ocidentais. Para se compreender as razões desta mudança tão significativa para a nossa História, é necessário se analisar os fatores que determinaram diretamente a queda do Império e a conseqüente ascensão do regime republicano no Brasil. Três fatores concorreram, ao mesmo tempo, para que houvesse esta mudança: a Questão Religiosa, a Questão Militar e a Abolição da Escravatura

A QUESTÃO RELIGIOSA (1872-75)

Embora permitisse a existência de outros cultos, a Constituição de 1824 estabeleceu que a religião oficial do Brasil era a religião católica apostólica romana. Além disso, a instituição do Padroado; herdado do período colonial, continuava em vigor. Por causa do Padroado, competia ao Imperador indicar sacerdotes e Bispos para preencher paróquias e dioceses no Brasil, e o clero era pago pelo Estado como se fosse integrante dos quadros do funcionalismo público. Ademais, os atos oficiais do Papa, tais como Bulas e Breves, só teriam aplicação no Brasil, se o Imperador os aceitasse. Por conseguinte, através do Padroado, a Igreja Católica vivia subordinada ao poder civil.

Em 1864, o Papa Pio IX publicou o Syllabus, isto é, uma lista dos erros modernistas condenados pela Igreja. Um destes erros era a Maçonaria, rejeitada pela Igreja por ser uma Sociedade Secreta. Naquela época, até os padres pertenciam à Maçonaria, e os maçons pertenciam igualmente às Irmandades Religiosas.

Então, diante da nova orientação vinda do Vaticano, os Bispos brasileiros começaram a exigir que os padres se desligassem da Maçonaria. Aqueles sacerdotes que não quiseram obedecer, foram punidos severamente com a suspensão de suas ordens sacras. Ao mesmo tempo, os Bispos mandaram excluir das Irmandades Religiosas todos os maçons, independente de grau ou categoria social. Dois Bispos se destacaram nesta luta para aplicar com rigor a nova orientação do Papa: foram eles D. Frei Vital, Bispo de Olinda, e D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará.

Diante da nova realidade, as Irmandades recorreram ao Imperador contra a proibição dos Bispos. Considerando que este assunto fugia à alçada do Padroado, D. Vital e D. Antônio de Macedo Costa recusaram-se a atender às determinações do Imperador que mandava revogar as de Janeiro. Lá, recusaram-se a apresentar defesa. Mesmo assim, contra a sua vontade, eles foram defendidos por quatro advogados católicos, que perderam a questão. Baseado no julgamento do Supremo Tribunal de Justiça, o Imperador D. Pedro II condenou os dois Bispos a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. Depois, atendendo a vários apelos, Sua Majestade mudou as penas para prisão simples. Em 1875, o Duque de Caxias, então Presidente do Conselho de Ministros, propôs a anistia dos Bispos, com a qual o Imperador concordou, dizendo-se "vencido, mas não convencido". (Vianna, Hélio - 1975:547).



D. PEDRO II

A QUESTÃO MILITAR

Terminada a Guerra do Paraguai, em 1870, o Exército brasileiro tomou consciência da sua importância e do papel político que poderia desempenhar. Ora, contrastando com esta perspectiva, ao invés de tratar bem os militares vitoriosos na guerra, a Monarquia quis aprovar um projeto sobre o montepio dos militares, considerado prejudicial aos seus interesses. Interpretando o descontentamento dos seus comandados, o Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira criticou, pela imprensa, o referido projeto do governo. Então, para calar os militares, determinou-se que oficiais não poderiam manifestar o seu pensamento através da imprensa, sem o prévio consentimento do Ministro da Guerra. Ora, os militares sabiam que, na prática, isto não funcionava. Era uma maneira de reduzi-los ao silêncio. Em 1885, apareceu outro caso que contribuiu para a detonação da crise. Naquele ano, constatou-se o extravio de fardamento, no Piauí. Por comentar o fato na imprensa do Rio Grande do Sul, o Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira foi novamente alvo de medidas disciplinares. A oficialidade aquartelada no Rio Grande do Sul solidarizou-se com o colega, "protestando contra a vigência da proibição das discussões pela imprensa." (Vianna, Hélio - 1975:553). Neste episódio, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, então comandante da Guarnição, apoiou a atitude dos oficiais a ele subordinados. Por isso, foi convocado a vir ao Rio de Janeiro para dar explicações da rebeldia da oficialidade gaúcha. Então, o Marechal Deodoro aproveitou o ensejo para fazer articulações entre os militares sediados na capital federal. Promoveu uma reunião com a oficialidade do Rio de Janeiro, da qual saiu a decisão de se solicitar ao Imperador a revogação da legislação que proibia a manifestação dos militares pela imprensa. Em consequência desta sua atitude, foram demitidos dos seus postos de comando o Ministro do Exército e o Marechal Deodoro da Fonseca.

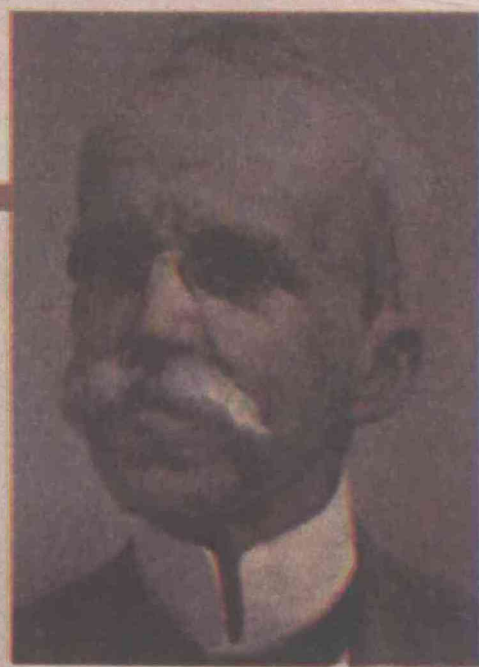
Não resta dúvida que estas punições aumentaram ainda mais a onda de insatisfação dentro do Exército. Portanto, as duas instituições que davam sólido apoio à Monarquia, estavam agora feridas no seu brio: a Igreja Católica e o Exército.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

A abolição da escravidão no Brasil resultou da conjugação de fatores externos e internos. No século XIX, a Inglaterra era a maior potência industrial do mundo. Por isso, visando ampliar os mercados para neles, colocar os seus produtos industrializados, ela pressionou os governos da América Latina, particularmente o Brasil, para abolir o trabalho escravo, substituindo-o pelo trabalho assalariado. Internamente, o movimento abolicionista cresceu e adquiriu solidez na década de 80. Era uma bandeira sustentada pelas camadas médias urbanas e pela facção mais evoluída do empresariado industrial e cafeicultor.

Desde o início, que a Monarquia era favorável a uma abolição lenta e gradual, como, de fato, aconteceu, através de uma legislação que culminou com a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

Conforme observou Boris Fausto, "as iniciativas do imperador no sentido de extinguir gradualmente o sistema escravista provocaram fortes ressentimentos entre os proprietários rurais, e não só entre eles. Os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desiludiram-se do Império, de quem esperavam uma atitude de defesa de seus interesses. Com isso, o regime perdeu sua principal base social de apoio..." (1995:236).



RUI BARBOSA

A PROPAGANDA REPUBLICANA

Os ideais republicanos, herdados da Revolução Francesa, influenciaram profundamente os líderes políticos latino-americanos desde o início do século XIX, quando eles promoveram a Independência política destes países. No Brasil, não foi diferente, e quanto à influência da Revolução Francesa, podemos retroagir ao século XVIII. Como observou o historiador Nelson Werneck Sodré, "a idéia republicana esteve presente em todos os movimentos de que a colônia foi cenário, e o país depois: na Conjuração Mineira, na Conjuração Baiana, no movimento pernambucano de 1817, na Confederação do Equador, na Sabinada, na Balaiada, na Cabanagem, na Revolução Farroupilha, na Revolução Praieira." (3ª, 1979:153- Se, anteriormente, estes ideais não passavam de uma longínqua utopia, agora, no final do século XIX, eles encontraram a conjuntura adequada para se transformar em realidade. O movimento abolicionista e o movimento republicano eram passageiros do mesmo comboio no trem da História.

Estavam intrinsecamente ligados; eram etapas de um mesmo processo de mudança. 154). Quais os agentes destas mudanças? Sem dúvida, foram as camadas médias urbanas, associadas a setores da grande burguesia nacional, que organizaram clubes, associações, jornais e partidos políticos republicanos. Segundo Hélio Vianna, "até 15 de novembro de 1889 haviam-se fundado 74 jornais e 237 Clubes Republicanos em todo o Brasil. Localizavam-se, predominantemente, no Sul do país". (1975:55).

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Diante da efervescência nacional, e sentindo-se isolado no seu conservadorismo, o Imperador D. Pedro II tentou salvar o seu trono designando, em julho de 1889, um ministério reformista, chefiado por Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto. O objetivo das reformas era absorver as idéias liberais em circulação no país.

Quando o projeto chegou à Câmara foi rejeitado pelos conservadores por considerá-lo muito avançado. Então, diante deste impasse, o Ministro Ouro Preto dissolveu a Câmara em 17 de julho de 1889, prometendo reconvocá-la em 20 de novembro.

Aproveitando a crise entre o Gabinete e o poder legislativo, os republicanos arregimentaram as suas forças para tomar o poder. Assim, "a 11 de novembro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Bocaiúva, Aristides Lobo, Glicério e o coronel Sólton reuniram-se na casa de Deodoro, com o fito de convencê-lo a tomar partido." (Costa, Emília Viottida - 1ª, 1977:326).

A fim de instigar o Marechal Deodoro a entrar na luta e revoltar as tropas, o Coronel Sólton soltou o boato, no dia 14 de novembro, que o Visconde de Ouro Preto determinara a prisão do Marechal Deodoro e de Benjamin Constant, ambos queridíssimos pela soldadesca. Sem dúvida, o boato surtiu o efeito esperado pelo seu autor: dois regimentos aquartelados no bairro de São Cristóvão, rebelaram-se contra o governo constituído. Embora bastante doente, o Marechal Deodoro assumiu o comando das tropas na madrugada do dia 15 de novembro de 1889 e proclamou a República. À tarde, José do Patrocínio e Lopes Trovão redigiram a Ata da Proclamação da República. Sem apoio militar para reverter aquela situação, D. Pedro II rendeu-se à nova realidade política do Brasil.



PEDRO VELHO

A INSTALAÇÃO DO REGIME REPUBLICANO NO RIO GRANDE DO NORTE

A Proclamação da República, ocorrida aos 15 de novembro de 1889 na capital federal, provocou em todos os Estados uma cadeia de atos semelhantes. Os partidários do regime republicano, envolvidos num misto de incerteza e euforia, tomavam o poder das mãos dos monarquistas decadentes.

Desde meados do século XIX que as idéias republicanas vinham se espalhando pela Província através de políticos liberais e de intelectuais não comprometidos com a monarquia. Pedro Velho e seus parentes, continuando os ideais republicanos de André de Albuquerque, mártir da Revolução de 1817, organizaram o Partido Republicano em janeiro de 1889. Assim, quando o Marechal Deodoro proclamou a República, o novo regime já contava com grupos suficientemente organizados para se impor. Não havia condições para um retrocesso político, como acontecera em tentativas anteriores.

Ciente da Proclamação da República através de um telegrama que recebera, no dia 15, de José Leão, norte-rio-grandense, republicano histórico, que vivia no Rio de Janeiro, Pedro Velho redigiu e mandou distribuir o seguinte boletim:

"Brasileiros!

Está proclamada a República!

Povo, Exército e Armada, na mais patriótica e sublime confraternização, sacodem o jugo vergonhoso do Império e firmam os seus foros de cidadãos. Purificou-se, enfim, o Continente Novo!

Hoje, de um a outro pólo, do Atlântico ao Pacífico, há uma só crença: a soberania popular é a lei americana. A alma nacional, inundada de júbilo, destitui o Império e firma-se na capital brasileira um governo provisório composto do grande Quintino Bocaiúva, do invicto General Deodoro e do ilustre publicista Aristides Lobo. A República é a paz, a ordem, a tranqüilidade interna, a harmonia internacional, a civilização e o progresso. Os ódios e rancores partidários não cabem em corações cheios da luz redentora da Liberdade. O Brasil em pouco tempo deu ao mundo dois grandes exemplos de civismo, que lhe conquistaram na história um lugar de honra, uma glória imortal: 13 de maio e 15 de novembro!

São na vida nacional os dois pontos de apoio da nossa futura evolução política, social e econômica.

Viva a República!

Viva a Pátria Brasileira!

Viva o povo norte-rio-grandense!

Viva o governo provisório!"

Natal, 15 de novembro. Dr. Pedro Velho. (Cascudo, Luís da Câmara - 1965:127-128).

Apesar do entusiasmo contido neste boletim, prevaleceu entre os republicanos um clima de expectativa. Com o suceder das horas, a situação começou a clarear. Induzido por José Leão, Aristides Lobo passou um telegrama que foi decisivo: "Dr. Pedro Velho - assumo o Governo, proclame a República.(a). -Aristides Lobo." (Idem - 1965:130).

Este telegrama foi recebido aqui entre 16 e 17 de novembro. Governava a Província, desde 23 de outubro de 1889, o Tenente-Coronel Antônio Basílio Ribeiro Dantas, 1º Vice-Presidente. Consciente da mudança histórica que se processava no país, Antônio Basílio só esperava a hora de saber a quem deveria transmitir o governo. Na manhã do dia 17 de novembro, mandou o Dr. Heráclito de Araújo Vilar convidar Pedro Velho para assumir o governo do Estado. Este, receoso de ser acusado de usurpador pelos adversários ou mesmo pelos correligionários, resolveu consultar alguns líderes. Para surpresa de muitos, dirigiu-se preferencialmente aos conservadores decaídos e aos liberais, deixando de lado vários republicanos históricos.

A idéia da mudança do governo corria veloz pelas artérias da capital. Na hora aprazada, às 15 horas do dia 17 de novembro, Pedro Velho foi ao palácio do governo, que, naquela época, funcionava na rua Tarquínio de Souza, hoje rua Chile. Lá, perante uma multidão de cerca de trezentas pessoas e das autoridades militares aqui sediadas, o Dr. Pedro Velho foi proclamado Presidente, pelo Comandante Leôncio Rosa, Capitão dos Portos.

Passados os momentos de assinatura da ata e dos abraços, o Dr. Pedro Velho começou a governar o Rio Grande do Norte. Era o coroamento de um trabalho arriscado e penoso, iniciado há mais de um ano. Enquanto isso, Antônio Basílio, conformado e aliviado, viajou para São José de Mipibu para cuidar da sua propriedade "Sapé".

O PRIMEIRO GOVERNO DE PEDRO VELHO

Uma vez empossado, o grande líder republicano tomou as primeiras providências para organizar o governo. Para Comissário de Polícia, ele nomeou Jerônimo Américo Raposo da Câmara; para a Instrução Pública, foi designado Manoel do Nascimento Castro e Silva; para Delegado de Polícia da capital, o Tenente do Exército, Francisco de Paula Moreira; e para Secretário do Governo, o nome escolhido foi Manuel de Carvalho e Souza.

Além disso, Pedro Velho nomeou uma Comissão Executiva, verdadeiro ministério, expressão legítima do entusiasmo da hora, formada por elementos da mais alta expressão política e cultural:

Relações Exteriores

Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco;

Interior

Coronel José Bernardo de Medeiros;

Justiça

Dr. Francisco Amintas da Costa Barros;

Agricultura, Comércio e Obras Públicas

João Avelino Pereira de Vasconcelos;

Fazenda

Luís Emídio Pinheiro da Câmara;

Guerra

Capitão Felipe Bezerra Cavalcanti;

Marinha

Capitão-Tenente Leôncio Rosa.

Estas nomeações foram altamente criticadas pelos republicanos históricos que não foram lembrados para nenhum posto. Ao contrário do que eles esperavam, Pedro Velho cercou-se dos seus antigos adversários políticos, esquecendo as convicções anti-republicanas de vários deles. Estas nomeações denunciavam a personalidade ambiciosa e centralizadora de Pedro Velho, e ensejaram a formação de grupos oposicionistas à sua liderança.



MONUMENTO EM HOMENAGEM A AUGUSTO SEVERO - NATAL, BAIRRO DA RIBEIRA.

No dia 21 de novembro de 1889, Pedro Velho lançou um "Manifesto" ao povo, que foi um verdadeiro recado aos oposicionistas e um apelo à confraternização de todos em torno dos ideais republicanos. Ei-lo:

"Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

O governo deste Estado, legítimo e imediato representante do povo, cujos direitos saberá respeitar e fazer respeitar em sua plenitude, tendo por norma e guia de seus passos manter a ordem e assegurar a felicidade de seus concidadãos, certo de que a moralidade, justiça e energia de seu procedimento administrativo constituem a garantia mais perfeita do respeito à lei e à autoridade extraordinária de que se acha investido por aclamação do povo e das classes militares, faz saber:

- Que conspira, sem patriotismo e abnegação, quem pretender insinuar no ânimo generoso deste bom povo rio-grandense que o Governo não seja a encarnação firme e honrada do amor à causa pública e decidido mantenedor da tranqüilidade pátria. - Que será crime de lesapatriotismo tentar perturbar o estabelecimento do governo republicano deste Estado, pacífica e entusiasticamente organizado. Fato grandioso e sublime, que encheu de júbilo santo o grande coração dos filhos desta terra, cujas tradições de heroísmo já a história tem registrado em mais de um período solene e difícil de nossa existência política. - Que o advento da República dos Estados Unidos do Brasil é hoje um fato brilhantemente consumado e irrevogável. - Que a generosidade e o patriotismo dos beneméritos filhos da heróica revolução de 15 de novembro, assombro das nações cultas da velha Europa, e de nossas irmãs das duas Américas, estabelecendo por toda parte a confiança nas relações econômicas, patrióticas e sociais, internas e externas, é ainda a prova mais segura de que a harmonia se estabelece, não só nos Estados confederados da grande união brasileira, como também entre os briosos, leais, altivos e abnegados habitantes deste Estado, que afinal conquista a sua autonomia, afirmando-se como um povo digno dos melhores destinos, no seio da pátria. - Que os erros e desmandos do passado, a desigualdade e os privilégios, que traziam a vergonha pública e o rebaixamento da dignidade cívica, cederam o passo a uma vida nova, de horizontes largos, de abundâncias e glórias, livres todos e todos iguais. Assim, garantidos por um sagrado compromisso, contraído perante a imagem sagrada da pátria, asselado pela manifestação mais solene da soberania popular, cuja expressão é o atual Governo Provisório, sem cair no ânimo sincero do governo o pensamento estreito e detestável de represálias e ódios, sem constituir a nova situação um assalto interesseiro às posições, mas um desejo ardente de consolidar, sob a bandeira branca da paz e da concórdia, o conagração augusto de todos aqueles que neste mesmo torrão tiveram o seu berço, o de seus pais e de seus filhos, o governo promete sob sua honra o cumprimento de seus deveres, a energia que a situação reclama, a generosidade que impõe o patriotismo, em uma palavra, que, em todo momento, será forte e justo, divisa do Governo no momento supremo em que nos achamos.

Cidadãos, o Governo atual é do povo e pelo povo! A aurora da liberdade não pode ser toldada pela nuvem parda da discórdia e da desconfiança. Paz e prosperidade! Viva a República! Viva o Chefe do Estado, Exmo Marechal Deodoro da Fonseca! Viva o Ministério Republicano de 15 de Novembro! Viva a pátria brasileira! Viva o povo rio-grandense do norte! Viva a Armada Nacional! Viva o Exército brasileiro! (Cascudo, Luís da Câmara - 1965:278-279)".

Quando estava em pleno trabalho de substituir os elementos liberais por republicanos da sua confiança, Pedro Velho foi surpreendido com a nomeação do Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo, um paulista de Piracicaba, que não tinha nada a haver com o Rio Grande do Norte. Para os correligionários de Pedro Velho, foi duro aceitar aquele golpe. Por isso, Pedro Velho passou, apenas, 19 dias à frente do governo do Estado, ou seja, de 17 de novembro a 06 de dezembro de 1889.

PERÍODO DE INSTABILIDADE

Após a demissão do Dr. Pedro Velho da chefia do governo do Estado, seguiu-se um período de muita instabilidade política, muito prejudicial ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Verdade é que, no curto período de 2 anos e 3 meses, isto é de novembro de 1889 a fevereiro de 1892, o Rio Grande do Norte teve nove governadores à frente do seu comando. Assim, Adolfo Afonso da Silva Gordo governou o Estado de 30/11/1889 a 08/02/1890, isto é, 64 dias; Joaquim Xavier da Silveira Júnior, de 10/03/1890 a 19/09/1890 = 6 meses e 9 dias; João Gomes Ribeiro, de 08/11/1890 a 06/12/1890 = 28 dias; Manoel do Nascimento Castro e Silva, de 07/12/1890 a 03/03/1891 = 2 meses e 26 dias; Francisco Amintas da Costa Barros, de 03/03/1891 a 13/06/1891 = 3 meses e 10 dias; José Inácio Fernandes Barros de 13/06/1891 a 06/08/1891 = 1 mês e 23 dias; Cel. Francisco de Oliveira, 06/08/1891 a 09/09/1891 = 1 mês e 3 dias; Miguel Joaquim de Almeida Castro, de 09/09/1891 a 28/11/1891 = 2 meses e 19 dias; e a Junta Governativa de, 28/11/1891 a 21/02/1892 = 2 meses e 24 dias.

SEGUNDO GOVERNO DE PEDRO VELHO

Mesmo fora do governo do Estado, Pedro Velho ficou manobrando os cordões da política estadual, indicando e derrubando governadores nomeados que não se curvavam às suas ordens. A derrubada do governador Miguel Castro foi obra sua, assim como a Junta Governativa que assumiu o poder logo depois do golpe.

A fim de retornar o Estado à normalidade constitucional, o Congresso Legislativo (hoje, chama-se Assembléia Legislativa) elegeu Pedro Velho para o cargo de governador no dia 22 de fevereiro de 1892. A sua posse ocorreu aos 28 de fevereiro de 1892 e ele governou o Rio Grande do Norte até 31 de outubro de 1895. Cumpru todo o seu mandato. Foi durante este período que ele lançou as bases da sua oligarquia.

Não resta dúvida, que este segundo governo de Pedro Velho representou o fim da instabilidade política do Estado e, por outro lado, a consolidação do regime republicano no território norte-rio-grandense.

A nomeação do seu irmão, Alberto Maranhão, para o cargo de Secretário do Estado, marcou o início da oligarquia Albuquerque /Maranhão, fundada por ele, e continuada por Alberto Maranhão e Tavares de Lira. Pedro Velho notabilizou-se mais como político do que como administrador de obras materiais. Ao longo do seu segundo governo, ele não construiu nem um quilômetro de estrada e nem um prédio escolar.

Preocupou-se fundamentalmente com a organização jurídica do Estado em todos os setores da sua atividade. Assim, baixou uma série de decretos regulamentando o Corpo Militar de Segurança e da Guarda Republicana (Decreto Nº 12, de 18 de junho de 1892); regularizou o processo eleitoral através do Decreto Nº 13, de 4 de agosto de 1892; a instrução pública primária e secundária do Rio Grande do Norte, mediante o Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892. No ano seguinte, continuou a sua ação organizadora regulamentando o Serviço Sanitário do Estado, criado no ano anterior. Para aumentar a arrecadação, baixou o Decreto Nº 28, de 14 de outubro de 1893, sobre o imposto de giro comercial. Autorizou o Tesouro a emitir até 300 contos de réis em apólices da dívida pública estadual para não atrasar compromissos financeiros do governo (Decreto Nº 41, de 28 de janeiro de 1895). Regulamentou o Batalhão de Segurança e a Secretaria do Governo. Consolidou a legislação sobre o governo e a divisão dos municípios, assim como as leis judiciárias. Por fim, baixou uma legislação sobre a posse e o uso das terras. Em 1º de julho de 1892, instalou o Superior Tribunal de Justiça do Estado.

Decreto Nº 28, de 14 de outubro de 1893, sobre o imposto de giro comercial. Autorizou o Tesouro a emitir até 300 contos de réis em apólices da dívida pública estadual para não atrasar compromissos financeiros do governo (Decreto Nº 41, de 28 de janeiro de 1895). Regulamentou o Batalhão de Segurança e a Secretaria do Governo. Consolidou a legislação sobre o governo e a divisão dos municípios, assim como as leis judiciárias. Por fim, baixou uma legislação sobre a posse e o uso das terras. Em 1º de julho de 1892, instalou o Superior Tribunal de Justiça do Estado.

No campo da legislação social, seu ato de maior repercussão foi a Lei Nº 52 de 21 de setembro de 1894, que instituiu o montepio dos funcionários estaduais. Esta lei representou o início da previdência social no Rio Grande do Norte. Apesar de ser médico, Pedro Velho administrou o Estado como se fosse um jurista. Por isso, ficou consagrado na opinião pública como o "Organizador do Estado Republicano". (Cascudo, Luís da Câmara - 1955:227).

PRESTIGIOU OS PERNAMBUCANOS

Vale salientar que, na organização das atividades do Estado, nem sempre foram prestigiados os elementos da terra. Verdade é que, para controlar com mais segurança o processo político, Pedro Velho trouxe para o Estado vários bacharéis pernambucanos a quem dava apoio político e os melhores cargos. Assim, no dia 8 de julho de 1892, o jornal "O Nortista" chamava a atenção dos leitores para este fato: "dos 14 Juizes de Direito, apenas seis são filhos do Estado". Enquanto isso, muitos bacharéis norte-rio-grandenses ficavam marginalizados.

O DESEMBARGADOR "PAPA-OVO"

Entre os pernambucanos que vieram trabalhar no Estado, alguns deles, como Joaquim Ferreira Chaves, Pinto de Abreu e José Clímaco do Espírito Santo, ocuparam posições de elevado status na nossa sociedade. Este último, José Clímaco do Espírito Santo, foi trazido do interior, por Pedro Velho, para ser desembargador em Natal e professor no Atheneu, em 1893. Apesar de ser um bom professor, os alunos não gostavam das suas aulas, passando a dar vaias e a chamá-lo de "Desembargador Papa-Ovo". Não suportando a zombaria da estudantada irreverente, ele levou o assunto ao Governador, dizendo que só voltaria a dar aulas, se ele garantisse manter a ordem. Ora, Pedro Velho era autoritário e costumava dizer aos seus amigos: "Façam o progresso, que eu mantenho a ordem". Posto diante do desafio, ele não tardou em tomar as providências. No dia 11 de outubro de 1893, ordenou que quarenta praças, sob o comando de um oficial, cercassem o prédio do Atheneu pela Avenida Junqueira Aires e pela praça Tomás de Araújo, a fim de impedir que o Desembargador Espírito Santo fosse vaiado pela 3ª vez e chamado de "Papa-Ovo".

Diante de tamanha repressão, os estudantes recuaram, mas, publicaram no jornal "Rio Grande do Norte", da oposição, o seguinte manifesto:

"Estudantes do Atheneu desta capital, viemos à imprensa protestar contra o ato atentatório e deprimente do Sr. Governador, Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que mandou hoje, às 10 horas da manhã, pôr em uma espécie de sítio o edifício do mesmo Atheneu, colocando grande parte do Corpo de Segurança ao mando do capitão Caldas Sobrinho, na calçada do mesmo e nas suas imediações, com o sinistro plano de coagir-nos e de intimidar-nos a fim de que não pudéssemos palestrar, ou ter liberdade para qualquer outro ato, ou ação inofensiva, próprio de moços em suas livres e expansivas reuniões. Serviu de pretexto a esse escândalo, nunca aliás observado nesta capital, a suposição de que a classe de estudantes ia vaiar o repudiado desembargador, Dr. José Clímaco do Espírito Santo, a quem S. Exª quer, a todo transe, entregar os destinos da mocidade desta infeliz terra, quando é certo que um colega nosso, ontem, garantia e afirmara ao Dr. Chefe de Polícia que o referido desembargador não seria vaiado. Ora, quando o Dr. Chefe de Polícia ficou assim certo e satisfeito, não tinha de modo algum cabimento uma medida odiosa, desrespeitadora e ofensiva aos nossos brios, pejando-se a calçada do

Atheneu, e nas ruas próximas, de uma grande soldadesca de sabre à cintura, oficiais de espada ao lado, como se tratasse de conter desordeiros, ou capoeiros, que não estão entre a mocidade que estuda, e sim no próprio palácio de S. Exª, no seu Corpo de Segurança e na sua Relação, e com os quais convive S. Exª e por quem manda desacatar e praticar atos de selvageria nas ruas desta cidade contra respeitáveis cidadãos inermes.

Esse ato do Governador Dr. Pedro Velho, contra a mocidade, é mais um atentado de violência e revela a baixaza dos sentimentos de S. Exª e do descrédito a que tem arrastado esta Pátria, presa de uma malha de aventureiros que aviltaram entre nós o governo republicano e o ensino público. O Sr. Dr. Governador engana-se. A mocidade ergueu-se mesmo entre as baionetas e as espadas do seu Corpo de Segurança para pugnar pela dignidade de sua classe e pelo brios desta terra que S. Exª tem conspurcado e sevandijado. Evitaremos a ponta dos sabres, porque não somos capangas, nem andamos armados como seus desembargadores, mas saberemos protestar, como protestamos, contra esses atos de canibalismo que ainda mais atiram S. Exª !. Para as profundezas

do descrédito onde se acha abismado.

Nós, os estudantes, não somos políticos e nem servimos a plano algum de politicagem; condenamos, sim, em nome do pundonor norte-riograndense, o predomínio dos aventureiros que prejudicam nossos direitos, rebaixam a instrução pública do Estado e desmoralizam a nossa terra. Contra esses, a mocidade digna há de protestar sempre, aconteça o que acontecer.

O despotismo da força há de ruir por terra, para erguer-se o poder da ciência que a mocidade estudiosa defenderá sempre. Natal, 11 de outubro de 1893".

Diante desta atitude dos estudantes, a resposta do Dr. Pedro Velho não ficou por menos: mandou suspender as aulas do Atheneu por tempo indeterminado, ficando os alunos sem fazerem os exames do final do ano letivo.

Em 31 de outubro de 1895, Pedro Velho deixou o governo do Estado, conseguindo eleger, pelo voto popular, seu sucessor, o pernambucano Dr. Joaquim Ferreira Chaves, que era um pedrovelhista de fé e ofício naquela época.

PEDRO VELHO E A OLIGARQUIA ALBUQUERQUE MARANHÃO

Etimologicamente, o termo oligarquia vem do grego: óligos = pouco, número reduzido; e arco = comandar. Portanto, oligarquia significa o governo exercido por um número reduzido de pessoas. Contrapõe-se à monarquia, que é o governo de uma só pessoa. Desde a antiguidade que a história tem registrado a existência de governos oligarcas em vários Estados gregos, e mesmo em Roma. No seu livro *Política* - Aristóteles analisou longamente a oligarquia como uma deturpação do governo democrático.

Na formação política da sociedade brasileira, observou adequadamente Edgar Carone, a oligarquia adquiriu um conceito mais específico: "o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal". (1975:269). No Brasil, a oligarquia é o governo exercido pela parentela, mesmo que o chefe do governo tenha sido eleito diretamente pelo povo. Os cargos mais importantes da burocracia governamental são entregues, pelo chefe do governo, aos seus parentes mais próximos: esposa, irmãos, cunhados, primos, sobrinhos, tios, e até mesmo aos futuros genros e noras. Esta inserção da parentela na hierarquia do poder, faz-se desde a cúpula até a base. Ligados intrinsecamente ao fenômeno oligarca estão o nepotismo, o clientelismo, o tráfico de influências, a corrupção e o costume brasileiro de tratar a "res" (coisa) pública como sendo uma "res" privada. Tudo isto nos veio da Europa do século XVI, através da colonização luso-espanhola.

Se durante a Monarquia, o Brasil foi governado por uma só família, a Família Real, com a Proclamação da República o poder passou a ser exercido por um conjunto de famílias espalhadas em cada Estado brasileiro. Por causa desta deturpação e também por outras razões, Saldanha Marinho, republicano histórico, desabafou: "Esta não era a República dos meus sonhos". (Chacon, Vamireh - 1985:54).

Na República Velha (1889-1930), os partidos políticos, ao invés de serem a expressão política da nação organizada, não passavam de uma ampliação do clã parental. Manipulando a legislação eleitoral, os oligarcas se perpetuavam no poder através de eleições a bico-de-pena. Mediante as célebres revisões eleitorais, eram feitos verdadeiros expurgos. Os eleitores mais qualificados da oposição eram postos à margem do processo eleitoral naqueles municípios onde a oposição dava sinais de vitória. Nestas condições, a rotatividade das elites no poder, elemento básico do regime democrático, tornava-se inviável. Para os parentes e os correligionários todas as benesses do poder, mesmo contrariando as leis vigentes; mas, para os adversários, os rigores da lei e a força do arbítrio.

Proclamada a República no Brasil, em cada Estado surgiram as oligarquias que se eternizaram no poder, contrariando os ideais democráticos. No Rio Grande do Norte, imperou a oligarquia Albuquerque Maranhão, que mandou no Estado durante 28 anos ininterruptos (1890-1918).

A ORIGEM DA FAMÍLIA ALBUQUERQUE MARANHÃO

A história da sociedade nordestina e, particularmente do Rio Grande do Norte, está marcada pela presença desta família desde o início da colonização. Só atentamos para o peso desta afirmação, quando tomamos conhecimento das ramificações que a família Albuquerque teve, ao longo de quatro séculos, com as famílias Cavalcanti, Melo, Arcoverde, Lins, Siqueira Cavalcanti, Olanda Cavalcanti, Lacerda, Rêgo, Barros, Pais Barreto, Pires e outras de elevado status na região.

Segundo João d'Albuquerque Maranhão, "a família Albuquerque origina-se de D. Afonso Sanches, filho natural del-rei D. Diniz - 1299/1325 - VI monarca de Portugal e de D. Aldonça Roiz Telha, o qual casou com D. Tereza Liz, filha de D. Joan Afonso Menezes, Conde de Barcelos, senhor de Albuquerque e de sua primeira mulher D. Teresa Sanches, filha do Rei de Castela, D. Sancho IV". (1956:IV).

Os Albuquerque chegaram ao Nordeste brasileiro através de Jerônimo de Albuquerque e de sua irmã, D. Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco. Ao lado do ilustre cunhado, Jerônimo participou intensamente das lutas armadas para dominar o gentio e, nas horas vagas, exercitou de tal maneira a sua capacidade genitora com índias e mulheres brancas, que os seus coevos deram-lhe a alcunha de "Adão Pernambucano". Faleceu em Olinda, em fevereiro de 1594, contando 80 anos de idade.

Sua descendência chegou ao Rio Grande do Norte através do seu filho Jerônimo de Albuquerque, que nasceu em Olinda, em 1548. Do seu enlace matrimonial com D. Catarina Pinheiro Feio, nasceram dois filhos: Antônio e Matias. Em 1603, Jerônimo de Albuquerque foi nomeado Capitão-Mor do Rio Grande do Norte. No intuito de incentivar o povoamento da Capitania e assegurar um grande patrimônio para os seus descendentes, ele doou aos seus filhos, Antônio e Matias, em 1604, cinco mil braças quadradas de terra na várzea do Cunhaú e em Canguaretama. Eram as melhores terras da Capitania. Nesta sesmaria, Jerônimo fundou a Casa de Cunhaú, de onde saiu com os seus filhos para conquistar o Maranhão. Afirma Vicente de Lemos que, "por causa desta conquista que realizou a 2 de novembro de 1615, foi Jerônimo de Albuquerque escolhido para Governador do Maranhão, por Alexandre Moura, recebendo mais tarde, por mercê régia de Felipe IV, o sobrenome Maranhão pelo qual ficaram também conhecidos os seus descendentes." (1912:8).

Jerônimo faleceu no Maranhão, em 1618, aos 70 anos de idade. Foi seu sucessor no governo daquela Província por apenas 14 meses, o seu filho Antônio de Albuquerque Maranhão.

Quando os holandeses invadiram a Paraiba em 1634, Antônio de Albuquerque governava aquela Província há 12 anos, isto é, de 1622 a 34. Resistiu ao invasor o quanto pôde. Vencido pelos holandeses, ele fugiu para Pernambuco e, dali, seguiu para Portugal, onde foi governador de Mazagão. Faleceu em 1667. (Maranhão, João d'Albuquerque - 1956: cap.II).

Matias, que morava em Cunhaú, foi também com o pai lutar contra os franceses no Maranhão. Em 1619, ele governou o Pará, substituindo o seu primo Jerônimo Fragoso de Albuquerque. Durou poucos dias o seu governo, pois, foi logo destituído das suas prerrogativas governamentais. Quando os holandeses invadiram o Nordeste, lá estava Matias de Albuquerque combatendo-os tenazmente na Paraiba, em Itamaracá e noutras localidades. Uma vez consolidado o domínio holandês, ele retirou-se para Portugal e depois veio para o Rio de Janeiro, onde viveu de 1643 a 1656. De lá, veio governar a Província da Paraiba após a expulsão dos holandeses (de 1657 a 1663). Terminou os seus dias de vida no engenho Cunhaú.

Do casamento de Matias de Albuquerque Maranhão com D^a Isabel da Câmara, nasceram dez filhos: Antônio, Lopo, Catarina, Joana, Mariana, Apolônia, Jerônimo, Pedro, Ana Maria e Afonso. Por sua vez, da união matrimonial entre Afonso de Albuquerque Maranhão e a D^a Isabel de Barros Pacheco, nasceu André de Albuquerque Maranhão, que seria o pai de André de Albuquerque, líder e mártir do Movimento Republicano de 1817, no Rio Grande do Norte. Não seria exagero afirmar que a Revolução Pernambucana de 1817 foi realizada, no Rio Grande do Norte, predominantemente, pela família Albuquerque Maranhão, espalhada pelos engenhos Bom Pastor, Torres, Maranhão, Antônia Freire, Mangueira, Cruzeiro, Estrela, Belém e Estivas situados todos entre Natal e Canguaretama. Na opinião do historiador Tavares de Lira, André de Albuquerque, chefe deste movimento de 1817, atraiu para junto de si cerca de oito parentes, que desempenharam papel decisivo na organização do mesmo. (1982:190-204).



PRAÇA 07 DE SETEMBRO.

O SURGIMENTO DE PEDRO VELHO

Através do casamento de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão com D^a Feliciano Maria, filha de Fabrício Gomes Pedroza, senhor de engenho e grande comerciante em Macaíba, a família Albuquerque voltou a desempenhar papel de destaque na política do Rio Grande do Norte. Amaro Barreto constituiu uma família numerosa composta dos seguintes filhos: Fabrício Gomes Albuquerque Maranhão, Maria da Silva, Pedro Velho, Inês Augusta, Adeline, Amaro, Sérgio Pantaleão, Augusto Severo, Isabel Cândida, Luís Carlos e Joaquim Scipião (gêmeos), Amélia Augusta, Alberto Maranhão e Áurea Justa.

Esta família foi, no final do século passado e primeiras décadas do atual, a mais representativa da burguesia agrocomercial-exportadora do Rio Grande do

Norte. Amaro, burguês bem sucedido, proporcionou aos filhos a melhor educação daquela época. Assim vejamos: Pedro Velho formou-se em Medicina pela Faculdade de Salvador; Augusto Severo, que estudou Engenharia no Rio de Janeiro, era o gênio da família, imortalizando-se como o inventor do balão "PAX"; Amaro e Scipião dedicaram-se à música; Alberto bacharelou-se em Direito, governou o Estado duas vezes e sucedeu a Pedro Velho no comando da política. Entre as mulheres, destacou-se Inês Augusta que casou-se com o industrial Juvino Barreto, dono da fábrica de tecidos. (Cascudo, Luís da Câmara - 1956:15-19). Foi esta família, comandada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que liderou o movimento republicano e dominou o Rio Grande do Norte por 28 anos.

Não obstante o insucesso da Revolução de 1817, as idéias republicanas foram se espalhando por vários Estados, desde meados do século passado. No Rio Grande do Norte, os descendentes do Padre Miguelinho e vários próceres políticos, tais como Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque, Dr. Afonso Barata, Francisco Pinheiro de Almeida Castro, José Leão Ferreira Souto, Antônio Felipe Cabral de Melo, Janúncio Nóbrega e vários outros propagaram os ideais republicanos, antes que o movimento se unificasse. Verdade é que, em 1888, já era grande o número de republicanos nas listas em poder de João Avelino Pereira de Vasconcelos. Este procurava alguém que reunisse todas as qualidades de um grande líder para levar adiante as idéias do Partido Republicano em formação. Depois de muitas consultas e hesitações, a escolha recaiu sobre o Dr. Pedro Velho de

PEDRO VELHO E A OLIGARQUIA ALBUQUERQUE MARANHÃO

Albuquerque Maranhão, que com audácia e força de vontade, procurou desincumbir-se da sua missão política. Vale ressaltar que ele era primo de João Avelino.

De imediato, Pedro Velho mobilizou a sua capacidade aglutinadora, reunindo em torno dos ideais republicanos amigos, parentes e admiradores tímidos. Vencidos os obstáculos iniciais, ele convocou todos os seus correligionários para fundar o Partido Republicano no Rio Grande do Norte. A reunião ocorreu a 27 de janeiro de 1889 na residência de João Avelino, onde hoje está situado o prédio do antigo Grande Hotel, no bairro da Ribeira. Presidiu a sessão inaugural do Partido o seu parente, Dr. João de Albuquerque Maranhão, vulgo "João das Botas", sobrinho de André de Albuquerque. Ninguém melhor do que ele para simbolizar a identificação da família Albuquerque Maranhão

com os ideais republicanos. Entre os fundadores do referido Partido, destacaram-se Pedro Velho, o líder, e os seus irmãos Augusto Severo, Alberto, Fabrício, Adelino e Joaquim Scipião. O Doutor "João das Estivas" trouxe para as fileiras da nova agremiação política os filhos André Júlio e Luís Afonso. A Comissão Executiva do Partido Republicano compunha-se de dez elementos, dos quais quatro eram da família Albuquerque Maranhão: Pedro Velho, João Avelino, João das Estivas e Fabrício Maranhão. (Cascudo, Luís da Câmara 1965:41-50).

(Cascudo, Luís da Câmara 1965:41-50).

Para divulgar o ideário republicano, Pedro Velho empenhou-se em editar um jornal, chamado - A REPÚBLICA - cujo primeiro número circulou no dia 1º de julho de 1889.



PEDRO VELHO, FUNDADOR DO REGIME REPUBLICANO NO RN

PEDRO VELHO IMPLANTA A SUA OLIGARQUIA

Em todo o país, os republicanos ocupavam cada vez maior espaço político e avançavam celeremente na organização de suas agremiações. No Rio Grande do Norte, a atividade dos republicanos era igualmente intensa. As expectativas da queda da monarquia eram cada vez maiores. A qualquer momento poderia surgir a hora fatal. Finalmente, ao anoitecer do dia 16 de novembro, já proclamada a República na capital federal, o Ministro da Justiça, Aristides Lobo, telegrafou a Pedro Velho mandando que ele proclamasse a República no Rio Grande do Norte e assumisse o poder. No dia seguinte, em presença das autoridades, o Dr. Pedro Velho foi aclamado Governador do Estado. De imediato, organizou um ministério à semelhança do que aconteceu nos outros Estados. Como vimos anteriormente, o seu primeiro governo durou, apenas, 19 dias, isto é, de 17 de novembro a 06 de dezembro de 1889.

No dia 30 de novembro de 1889, o Governo Federal Provisório nomeou o Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo, paulista, para governar os destinos do Rio Grande do Norte. Apesar de meio desorientado e amargando uma certa frustração, Pedro Velho recebeu festivamente o novo governador. A esta altura, vários republicanos históricos, postos à margem do

processo político estadual, consideravam Pedro Velho como um usurpador. Liderados por Hermógenes Tinoco, eles fundaram o "Clube Republicano 15 de Novembro" para fazer oposição ao "pedrovelhismo" nascente.

Agarrado ao poder como um molusco ao casco de um navio, Pedro Velho foi aos poucos conquistando espaço no governo Adolfo Gordo.

Verdade é que, conseguiu que este contratasse, sem concorrência e sem fiscalização, a abertura da estrada Natal-Macaíba com o seu pai, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, em 1890. Esta obra foi a maneira encontrada pelo governador para dar trabalho a cerca de três mil flagelados que se encontravam em Natal. Na sua

execução foram gastos cerca de oitenta contos de réis, mas, o trabalho ficou mal feito e incompleto. A estrada não passava de uma vereda que, partindo de Natal, terminava em Guarapes, onde Fabrício Gomes Pedroza, sogro de Amaro Barreto e avô de Pedro Velho, erguera o seu empório comercial.

A fim de adaptar o Estado à realidade republicana, Adolfo Gordo baixou o Decreto Nº 8, de 16 de janeiro de 1890, que dissolveu a Câmara Municipal de Natal e, ao mesmo tempo, criou um Conselho de Intendentes composto de cinco membros eleitos pela comunidade. Os primeiros intendentes foram nomeados pelo Governador do Estado. Figurava entre eles, Fabrício Gomes Pedroza, avô de Pedro Velho. Fabrício Gomes foi escolhido pelos demais intendentes para presidir a Intendência Municipal de Natal, permanecendo neste cargo de fevereiro de 1890 até dezembro de 1895. Foi sucedido por João Avelino, primo de Pedro Velho, e o Vice-Presidente da Intendência de Natal era Juvino Barreto, cunhado de Pedro Velho.

Por que tanto interesse pela Intendência de Natal? A razão é simples: naquela época, o Presidente da Intendência da Capital era também presidente da junta apuradora de todas as eleições. Isto era fundamental para a sustentação política da oligarquia.

Quando o jornal - A REPÚBLICA - era ainda empresa privada de Pedro Velho, ele conseguiu que o Governo do Estado contratasse com este periódico, por 1:200\$ réis, a publicação de todos os atos oficiais. Elias Souto, jornalista de oposição, criticou este contrato, pois, anteriormente, os atos oficiais eram publicados por outros jornais a preço bem inferior.

A instabilidade política do novo regime transformou cada Província num carrossel de governadores nomeados e, logo depois, substituídos. Dentro deste contexto, Pedro Velho procurou exercer a sua influência. Verdade é que, com o apoio de Amaro Cavalcanti, ele conseguiu a nomeação de um novo Governador para o Estado, o Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior, jovem paulista, que tomou posse no cargo a 10 de março de 1890. Ao mesmo tempo, Pedro Velho conseguiu ser nomeado Vice-Governador.



BONDE - ANOS 50 NO BALDO

Sob sua influência, Xavier da Silveira baixou o Decreto Nº 26, de 19 de maio de 1890, isentando do pagamento de direitos de exportação os produtos da Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, pertencente a Juvino Barreto, cunhado de Pedro Velho.

Naquela época, a dominação inglesa tomara conta do país. Implantar ferrovias era a maneira mais prática de resolver o grave problema dos transportes de pessoas e mercadorias. Assim, obter o privilégio de implantar e explorar uma ferrovia era um grande negócio. Pois bem, no curto período em que foi Vice-Governador (de 19 de setembro de 1890 a 7 de novembro do mesmo ano), Pedro Velho assumiu interinamente o Governo do Estado e baixou o Decreto Nº 51, concedendo ao seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (e a outros amigos), o privilégio, por 50 anos, para construir uma estrada de ferro de Areia Branca a Luiz Gomes.

Para proteger a indústria açucareira do seu irmão Fabrício, proprietário da usina "Ilha do Maranhão" em Canguaretama, baixou o Decreto Nº 71, de 06 de novembro de 1890, elevando a 10% o imposto que pagam os açúcares refinados que tenham entrado no Rio Grande do Norte, vindos quer de outros Estados quer do estrangeiro.

Nesse ínterim, vieram as eleições de 15 de novembro de 1890, nas quais cada Estado deveria eleger os seus representantes para a Constituinte Federal. Pedro Velho aproveitou o ensejo para integrar num só grupo, sob a sua

liderança, os diversos núcleos republicanos do Rio Grande do Norte. Naquela época, só 37 municípios do Estado estavam subordinados a dois distritos eleitorais. Um compreendia Natal e mais dez municípios da região litorânea, onde predominava a liderança da oligarquia Albuquerque Maranhão; o outro distrito agrupava o restante dos municípios espalhados pelo interior potiguar. Neste segundo distrito, destacavam-se duas grandes lideranças: no Seridó, a do Cel. José Bernardo de Medeiros, vulgo "Bispo do Seridó" que, com os seus amigos e compadres, dominava politicamente aquela região; no Oeste, era inconfundível a liderança política do Cel. Francisco Gurgel de Oliveira que, de Mossoró, irradiava a sua influência sobre os demais municípios oestanos.

Num trabalho bem conduzido e de aguda estratégia aglutinadora, Pedro Velho atraiu para a chapa do Partido Republicano todas as grandes lideranças do segundo distrito. Assim, foram para o Senado: José Bernardo de Medeiros. José Pedro de Oliveira Galvão (parente de Pedro Velho) e o jurista Amaro Cavalcanti. Para a Câmara Federal, foram eleitos Pedro Velho, Dr. Antônio de Amorim Garcia, Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e o Dr. Almino Álvares Affonso. Todos estes foram eleitos com expressiva votação, destacando-se, em primeiro lugar, o Dr. Almino A. Affonso. A oposição, fragmentada em várias chapas, foi impiedosamente derrotada.

Finalmente, tendo sido eleito pelo

Congresso Estadual, Pedro Velho assumiu o Governo do Estado pela segunda vez, no dia 28 de fevereiro de 1892, e terminou o seu mandato a 25 de março de 1896.

Ao assumir o Governo do Estado, Pedro Velho foi obrigado a deixar a Câmara Federal. Esta vaga foi ambicionada por Nascimento Castro e por Janúncio da Nóbrega, republicano histórico, que naquele momento era deputado estadual. O senador José Bernardo defendeu a sua candidatura junto a Pedro Velho, que comprometeu-se em atender à reivindicação do velho líder do Seridó. Na realidade, isto não aconteceu. Acima dos interesses do Partido, pairavam os imperativos oligárquicos de Pedro Velho. Enfim, o candidato indicado, por ele, foi o seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, que era deputado estadual. Disputou duas eleições, porque a primeira foi anulada pelo tribunal. Mesmo assim, foi eleito em 23 de abril de 1893 e, em junho do mesmo ano, reconhecido pelo Congresso Nacional.

Enquanto a oposição crescia ao seu redor, Pedro Velho foi se protegendo com a família. Assim, em julho de 1893, nomeou Alberto Maranhão, seu irmão, Secretário de Estado. Por ocasião da eleição de 31 de março de 1894, Pedro Velho saiu amplamente vitorioso, dando 10.606 votos ao Dr. Prudente de Moraes, candidato à Presidência da República. Para o Senado, foi eleito o Dr. Almino Affonso. Os quatro deputados federais eleitos eram também seus candidatos: Augusto Severo (seu irmão, reeleito), Augusto Tavares de Lira (seu primo e, depois, genro); Francisco Gurgel e o Dr. Junqueira Aires.

Em decorrência do seu prestígio junto ao Presidente Prudente de Moraes, Pedro Velho conseguiu a nomeação do Sr. João Lira Tavares, seu primo e funcionário da casa comercial de Fabrício Pedroza, para o cargo de administrador dos Correios no Rio Grande do Norte. Numa sociedade sem rádio e sem televisão, controlar o Correio postal significava controlar quase todas as comunicações.

Em julho de 1895, Pedro Velho nomeou o Bel. Affonso de Albuquerque Maranhão para o cargo de promotor público da Comarca de São José de Mipibu.

Outro irmão de Pedro Velho, que ingressou cedo na política, foi Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão. Durante vinte anos, isto é, de 1893 a 1913, ele foi presidente da Intendência de Canguaretama. Quando saiu, passou o governo daquela cidade para o seu parente, José de Albuquerque Maranhão (1814-1922). (Barreto, José Jácome-1985:55).

Na eleição de 15 de novembro de 1894, Fabrício elegeu-se deputado estadual, fato este que repetiu-se seis vezes, isto é, de 1894 a 1912. Durante 16 anos (1897-1913) ele foi o presidente do Congresso Estadual (hoje, Assembléia Legislativa), acumulando este cargo com o de presidente da Intendência de Canguaretama.

Infere-se do que já foi dito anteriormente que, no final do século passado, a oligarquia Albuquerque Maranhão já dominava a Intendência de Natal, a de Canguaretama, o Correio Central, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara Federal. Faltava, apenas, dominar mais diretamente o Governo do Estado.

Em 15 de novembro de 1895, procedeu-se a eleição para deputados estaduais, juizes distritais e intendentes municipais. O Partido Republicano elegeu todos os Intendentes da Capital, entre tal em homenagem aos serviços prestados ao regime republicano. Todavia, por não suportar as constantes interferências de Pedro Velho nos assuntos da Intendência, ele passou pouco tempo no cargo, renunciando em favor de Olympio Tavares, que fora eleito vice-presidente. Este ficou no cargo até 1898, quando elegeu-se deputado estadual.

Antes de entregar o governo do Estado ao seu sucessor, Pedro Velho ajeitou a situação de mais um membro da oligarquia: Affonso Maranhão Filho, sem ser engenheiro, foi nomeado pelo Governo Federal para o cargo de engenheiro da Comissão de Melhoramento do Porto. Vale salientar que esta Comissão funcionou durante muitos anos como um cabide de emprego nas mãos dos políticos. Ali, dizia a oposição, havia mais protegidos da oligarquia Albuquerque Maranhão do que grãos de areia nas dunas da Redinha.



GOVERNADOR FERREIRA CHAVES

O "ATTACHÉ"

Para continuar a política oligárquica de Pedro Velho, ninguém melhor do que o Desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Pernambucano, radicado no Rio Grande do Norte há alguns anos, possuidor de uma personalidade autoritária, já governara o Estado quando, após a deposição do Dr. Almeida Castro, uma Junta assumiu o governo no curto período de 28 de novembro de 1891 a 22 de fevereiro de 1892. Se Ferreira Chaves não era da estirpe Maranhão, era um "attaché" (ligado pela amizade e confiança) do corrilho dominante, com inconfundíveis provas de fidelidade ao Dr. Pedro Velho. A oposição entrou na disputa com a candidatura do Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, nascido em Goianinha, e ligado tradicionalmente ao jurista Amaro Cavalcanti.

A eleição realizou-se a 14 de junho de 1895, saindo eleito Ferreira Chaves, que obteve 10.342 votos, enquanto Moreira Brandão recebeu apenas 705 votos. Foi a primeira vez que, no regime republicano, o povo escolheu diretamente um governador no Rio Grande do Norte.

Ferreira Chaves assumiu o governo do Estado no dia 25 de março de 1896, permanecendo no cargo até 25 de março de 1900.

Com o falecimento prematuro do Deputado Federal Junqueira Ayres, em 10 de maio de 1896, o Dr. Pedro Velho foi eleito para a sua vaga na eleição realizada em 28 de junho de 1896. É importante ressaltar que, com a sua eleição, dos quatro representantes do Rio Grande do Norte na Câmara Federal, três eram da família Albuquerque Maranhão: Augusto Severo, Tavares de Lira e, agora, Pedro Velho.

Em 30 de dezembro de 1896, houve eleição para preencher uma vaga no Senado da República, Pedro Velho foi eleito senador com grande votação. Estava no auge da sua liderança.

Como prova da sua fidelidade a Pedro Velho, o governador Ferreira Chaves, logo no início da sua administração. Depois, em julho de 1898, nomeou-o Procurador do Estado. Por outro lado, Fabrício Maranhão assumiu a presidência do Congresso Legislativo, em 1897. Por sua vez, Joaquim Scipião, seu irmão, foi nomeado para a Promotoria Pública de Canguaretama, onde, segundo a oposição, passava a maior parte do tempo tocando violoncelo. Enquanto isso, Joaquim Felismino de Albuquerque Maranhão, que era juiz distrital em Nísia Floresta, foi transferido para Arês a fim de controlar melhor a política daquele município. Com o Sr. Adelino Maranhão, outro irmão de Pedro Velho, o governador Ferreira Chaves contratou a cobrança do imposto do sal, operação altamente vantajosa para o contratante. Para fiscalizar a estrada de ferro Great Western, no trecho entre Natal e Nova Cruz, ele nomeou outro parente de Pedro Velho, o Dr. Affonso d'Oliveira Maranhão.

O favoritismo da oligarquia Maranhão não parou aí. Já preparando a eleição de Alberto Maranhão para o governo do Estado, Pedro Velho mandou que Ferreira Chaves reunisse o Congresso Legislativo Estadual para reformar a Constituição do Rio Grande do Norte, promulgada em 7 de abril de 1892.

REFORME-SE A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Aquela Constituição, conforme o art. 28, item 3º, § 4º, determinava que uma das condições essenciais para um cidadão ser eleito governador ou vice era “ser maior de 35 anos”. Pois bem, transformado em Constituinte, o Congresso Legislativo reduziu esta idade para vinte e cinco (25) anos. Este fato ocorreu em julho de 1898. Desta maneira, pôde o Dr. Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, ser eleito governador do Estado, em 14 de junho de 1899, contando apenas 26 anos de idade.

Como se tudo isso não bastasse, Ferreira Chaves perseguiu a imprensa de oposição e a justiça, tentando, assim, reduzir ao silêncio as vozes discordantes do cenário político norte-rio-grandense. Elias Souto, o maior jornalista de oposição que o Rio Grande do Norte já possuiu, sentindo-se coagido pela Polícia, que viera interpelá-lo no seu jornal - **Diário do Natal** -, requereu um habeas-corpus, o qual lhe foi concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado. Revoltado com esta decisão, o governador Ferreira Chaves aproveitou o ensejo para refirmar a Magistratura do Estado. Com isto, ele livrou-se de cinco desembargadores e cinco juizes de Direito, em julho de 1898. Inconformados com aquela atitude do governador, eles protestaram contra a aposentadoria que lhes foi imposta, que, na maior parte dos casos, não passava de uma perseguição política.

Para substituí-los, Ferreira Chaves nomeou vários bacharéis sem experiência, mas, todos capazes de atender, sem tergiversar, aos apelos da oligarquia reinante, da qual ele era um fidelíssimo “attaché”.

Em novembro de 1898, realizou-se a eleição dos novos Intendentes de Natal para o período de 1899-1901. Olympio Tavares elegeu-se Presidente da Intendência, a qual continuou sob o domínio da oligarquia. Em julho de 1899, ele renunciou ao cargo para assumir uma cadeira de deputado no Congresso Legislativo. Por isso, a Presidência da Intendência de Natal passou a ser exercida pelo Vice, o Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, um “attaché” incondicional da oligarquia reinante, que só saiu do cargo em 1914.

Em fevereiro de 1899, faleceu, em Fortaleza, o Senador Almino Álvares Affonso. Surgiu, então, uma vaga no Senado. Para preenchê-la, Pedro Velho e Ferreira Chaves armaram a seguinte estratégia: candidataram Francisco Gomes da Rocha Fagundes, vulgo “Chico Gordo”. Tratava-se de um velho funcionário com 72 anos de idade, cuja palavra “valia um fio de barba”. A oposição denunciou a manobra política dizendo que “Chico Gordo” ia, se eleito, apenas guardar a cadeira do Senado por alguns meses, enquanto o Desembargador Ferreira Chaves se desincompatibilizava do governo. A eleição para o Senado realizou-se em 2 de julho de 1899, saindo vitorioso o Sr. “Chico Gordo” com grande margem de votos. A oposição alegou fraude eleitoral praticada em vários municípios, mas, a Comissão do Senado, da qual fazia parte Pedro Velho, homologou o resultado da eleição apresentado pela Junta Apuradora de Natal.

Em julho de 1900, aconteceu o que o **Diário do Natal** previra: o Senador “Chico Gordo” renunciou ao mandato. Para o seu lugar foi eleito o Desembargador Ferreira Chaves, que, em março, deixara o governo. O pleito foi realizado no dia 26 de agosto de 1900.

GOVERNADOR AOS 26 ANOS

Alberto Maranhão, beneficiado por aquela emenda da Constituição, foi eleito governador do Estado com apenas 26 anos de idade, a 14 de junho de 1899. Tomou posse em 25 de março de 1900 e governou o Rio Grande do Norte até março de 1904.

No início do seu governo, a família Albuquerque Maranhão já estava tão bem arrumada nos melhores e nos mais importantes cargos, que era chamada pela oposição de - A FAMÍLIA DO TESOIRO. Mesmo assim, havia ainda lugar para colocar outros parentes próximos. Assim, em julho de 1900, ele contratou com Domingos de Barros, genro de Fabrício Maranhão, a iluminação da capital a gás acetileno. Na construção do Teatro Carlos Gomes (hoje, Alberto Maranhão), ele encarregou Fabrício Maranhão, seu irmão, de fornecer o material para a construção do referido prédio.

Durante o seu governo foram numerosas as reclamações da população de Natal e de Macaíba em relação à estrada que liga estas duas cidades, por estar completamente deteriorada. As providências eram prometidas, mas não vinham. Entretanto, logo que o Dr. Sérgio Barreto, casado com a Sra. Dalila Maranhão, filha de Pedro Velho, começou a instalar em Carnaúba de Guarapes um maquinário para fabricação de óleo, o Dr. Alberto Maranhão contratou o reparo da estrada e da ponte de Guarapes com José Francisco de Brito, pela importância de 433\$00 contos de réis.

FOTO: ARQUIVO DN



AUGUSTO SEVERO

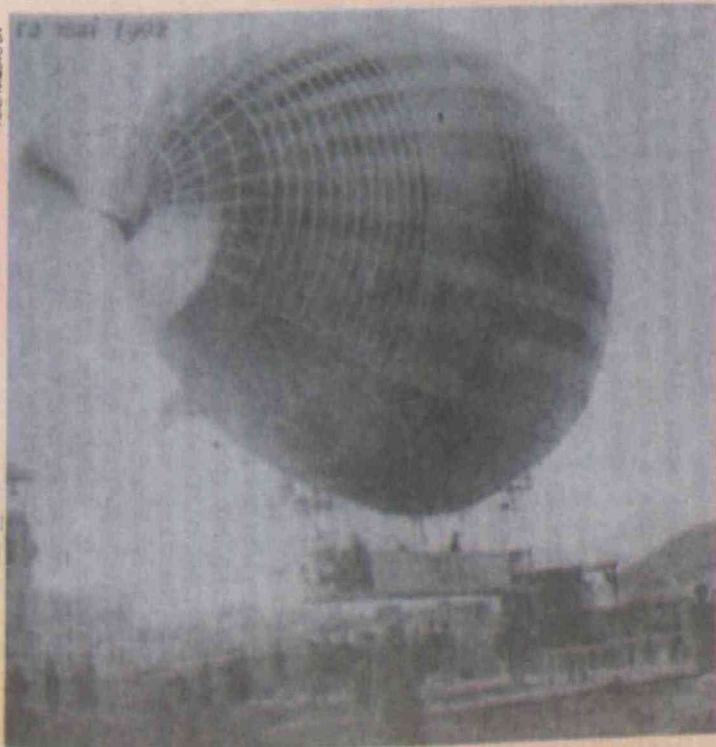
IMORTALIZANDO A OLIGARQUIA

Durante o seu governo, o Dr. Alberto Maranhão começou a immortalizar os membros ilustres da oligarquia e seus aliados. Esta tarefa atingiu a sua plenitude no seu segundo governo. Verdade é que, em abril de 1901, faleceu o Cel. Juvino César Paes Barreto, sogro de Alberto Maranhão. Para perpetuar o seu nome, a Intendência Municipal de Natal baixou a Resolução nº 70, de 16 de setembro de 1902, denominando de "Rua do Coronel Juvino", a artéria que, partindo da Av. Deodoro termina na Av. Junqueira Aires.

Augusto Severo, o maior talento da oligarquia, falecera em Paris, a 12 de maio de 1902, quando sobrevoava aquela cidade no seu aeroplano o Balão PAX. Para lembrar esta data, Alberto Maranhão declarou feriado o dia 12 de maio, conforme a Lei Nº 175, de 26 de agosto de 1902. Além disso, ele baixou a Lei Nº 197, de 28 de agosto de 1903, a qual determina o seguinte: "Art. Único - A Vila Triunfo, município e distrito judiciário do mesmo nome denominar-se-ão de ora em diante AUGUSTO SEVERO, revogadas as disposições em contrário".

Já no final do seu governo, ele nomeou o irmão, Joaquim Scipião, para o cargo de Secretário da Junta Comercial, lugar vago com a morte do seu irmão. Adelino Maranhão. Outro beneficiado foi o Dr. Luís Lira, seu parente, que foi nomeado Promotor Público de Natal.

FOTO: ARQUIVO DN



BALÃO "PAX", NO QUAL AUGUSTO SEVERO SOBREVÔU PARIS, EM 1902

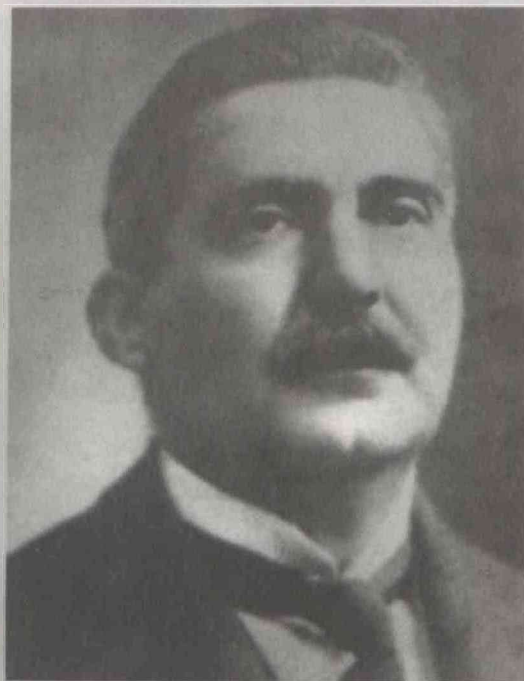


FOTO: ARQUIVO DCA

GOVERNADOR AUGUSTO TAVARES DE LIRA

TAVARES DE LIRA

(1904 - 1906)

No rodízio da oligarquia, Alberto Maranhão passou o governo do Estado para o Dr. Augusto Tavares de Lira, primo e genro de Pedro Velho. Enquanto isso, Alberto foi eleito deputado federal, preenchendo a vaga deixada por Tavares de Lira.

Vale salientar que o Dr. Tavares de Lira só conseguiu ser governador em 1904, quando contava apenas 32 anos, porque fora também beneficiado com a reforma da Constituição de 1892, que reduziu a idade mínima de 35 para 25 anos, como pré-requisito para o cidadão potiguar ser candidato ao governo do Estado.

Durante o seu governo (1904-1906), a dominação da oligarquia Albuquerque Maranhão continuou inabalável. Para sufocar a oposição, dois jornais foram empastelados e a polícia surrou dezesseis adversários políticos durante o seu governo.

O ano de 1904 foi seco em todo o Rio Grande do Norte. Por isso, a capital, que segundo o censo de 1900, possuía 16.056 habitantes, foi invadida por cerca de 15 mil flagelados à procura de trabalho, comida e transporte para emigrar.

Tavares de Lira, que recebeu dinheiro do Governo Federal, ao invés de mandar recursos para socorrer os flagelados que ficaram no interior, aplicou tudo na construção e no ajardinamento da

Praça da República que, através de uma resolução da Intendência de Natal, passou a chamar-se Praça Augusto Severo, em maio de 1902. Toda aquela área era um verdadeiro charco, por causa das marés altas que lançavam na planície as águas do rio Potengi. Para construir a Praça Augusto Severo e ajardiná-la, Tavares de Lira contratou o arquiteto Herculano Ramos, que executava todas as obras do governo sem nenhuma concorrência. A referida praça foi inaugurada no dia 15 de novembro de 1905. No aterro e na construção do citado logradouro foram gastos cerca de 62:446\$861 contos de réis. Executaram os trabalhos centenas de flagelados da seca de 1904.

Em setembro de 1905, Tavares de Lira criou o **Banco do Natal** (o ex-Bandern) e, ao instalá-lo, em janeiro de 1906, colocou na presidência o Cel. Olympio Tavares, seu parente bem próximo. É importante ressaltar que este cidadão, por ser Deputado Estadual, estava proibido de exercer qualquer cargo de confiança no serviço público, conforme preceituava a Constituição em vigor naquela época. Mesmo assim, Olympio Tavares presidiu o Banco do Natal, de 1906 até 1909. Além disso, entre os 113 primeiros acionistas deste banco, 22 eram da família Albuquerque Maranhão e Lira, os quais detinham 31,7% das ações. Portanto, nos seus primeiros anos de existência, o Banco do Natal foi o banco da oligarquia. Depois, com o passar dos anos, passou a ser o "banco" dos políticos. (Souza, Itamar de - 1985:57-60).

O Presidente da República, Dr. Affonso Pena, excursionou aos Estados do Norte e Nordeste em 1906. Ao passar pelo Rio Grande do Norte, convidou o Dr. Tavares de Lira para ser Ministro da Justiça e Negócios Interiores do seu governo. Por insistência de Pedro Velho, ele aceitou o honroso convite, assumindo o Ministério a 15 de novembro de 1906. Para completar o seu mandato de governador do Estado, foi eleito o Dr. Antônio José de Melo e Souza, outro "attaché" da oligarquia reinante. Por ter nascido no município de Nísia Floresta, era chamado pela oposição de "Estadista do Capió", uma referência desdenhosa ao vale que domina aquela região. No seu curto governo (de 23/02/1907 a 25/03/1908) foi feita uma nova Constituição, que ampliou o mandato do governador de 4 para 6 anos.

Ainda no governo de Antônio de Souza, faleceu inesperadamente, em Recife, o Senador Pedro Velho, a 9 de dezembro de 1907. De imediato, Alberto Maranhão, seu irmão, assumiu o comando da oligarquia. Em março de 1908, mais amadurecido, ele tomou posse no Governo do Estado para exercer um segundo mandato.

O 2º GOVERNO DE ALBERTO MARANHÃO (1908-1913)

Este segundo governo de Alberto Maranhão teve três características básicas: primeiro, procurou imortalizar os membros ilustres da oligarquia apondo seus nomes em municípios, repartições públicas, monumentos e praças; segundo, monopolizou importantes setores da economia estadual; terceiro, realizou uma grande e inovadora administração com o dinheiro tomado emprestado no estrangeiro.

Nenhum membro do corrilho dominante foi mais obstinado na arte de procurar imortalizar a oligarquia reinante do que Alberto Maranhão. O primeiro a ser aureolado foi, naturalmente, o Dr. Pedro Velho, chefe supremo da oligarquia, de 1890 até a sua morte em 1907. Através da Lei Nº 261, de 26 de novembro de 1908, Alberto Maranhão mudou o nome de Vila Nova, município do agreste potiguar, para "PEDRO VELHO". Além disso, encomendou ao Sr. Corbiniano Vilaça um busto do ilustre irmão, cujo projeto foi executado por Edmond Badoche, famoso escultor francês. Este monumento foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1909, e colocado numa praça chamada "Square Pedro Velho" situada na Av. Junqueira Aires, onde atualmente se encontra a Praça das Mães. Desde o início dos anos 60 que este busto, com o pedestal que o eleva, está na Praça Pedro Velho, no Tirol.



SEDE DO JORNAL - A REPÚBLICA, FUNDADO POR PEDRO VELHO

Para homenagear o sogro, que já era nome de rua, ele colocou o seu nome no maior hospital da cidade - Hospital Juvino Barreto - e ainda denominou as duas enfermarias com os nomes de "Santo Alberto" e "Santa Inês". Inês era o nome da sua sogra, e Alberto, era o seu próprio nome.

Para homenagear o pai, mandou que o Presidente da Intendência de Natal, Joaquim Manoel Teixeira de Moura, baixasse a Resolução Nº 132, de 16 de agosto de 1909, que diz o seguinte: "Art. único - A Estrada que, partindo da Avenida Alexandrino de Alencar, se dirige à vizinha cidade de Macaíba, denominar-se-á até o limite deste município, Avenida Amaro Barreto".

Para lembrar o seu mano Fabrício Maranhão, pôs o seu nome no grupo escolar da cidade de Pedro Velho, conforme o Decreto Nº 224, de 8 de julho de 1910.



FOTO: ARQUIVO DN

PRAÇA PEDRO VELHO, CONSTRUÍDA PELO PREFEITO GENTIL FERREIRA DE SOUZA

A fim de imortalizar novamente o chefe da oligarquia, ele criou um grupo Escolar "Pedro Velho" na cidade de Canguaretama, conforme o Decreto Nº 286, de 10 de julho de 1913. No final do seu governo, Alberto atingira o paroxismo da vaidade: mediante o Decreto Nº 263, de 8 de janeiro de 1912, ele criou o Grupo Escolar "Alberto Maranhão", em Nova Cruz.

Além de já existir, em Natal, uma avenida com o seu nome no bairro do Tirol, ele instituiu medalha de bronze, de prata e de ouro "Alberto Maranhão". Desta maneira, o velho oligarca procurava ocupar todos os espaços emocionais no coração dos seus correligionários.

Com a morte do Presidente Afonso Pena, o Dr. Tavares de Lira deixou o Ministério da Justiça e Negócios Exteriores em 1909, voltando, assim, a viver da iniciativa privada. Urgia, por conseguinte, arranjar um cargo relevante para o ilustre membro da oligarquia reinante.

Na sucessão presidencial, Tavares de Lira apoiou a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, que ganhou as eleições contra a candidatura de Rui Barbosa. Uma vez fortalecido, Tavares de Lira conseguiu com o Presidente Hermes da Fonseca a nomeação do Senador potiguar Francisco de Sales Meira e Sá para o cargo de Juiz Federal no nosso Estado. Ele assumiu o cargo em janeiro de 1910.

Para preencher esta vaga no Senado, foram realizadas eleições em 20 de fevereiro de 1910, das quais Tavares de Lira saiu eleito Senador da República. No Senado, ele foi líder do Governo Hermes da Fonseca (Lira, Carlos Tavares de - 1973:25) e membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Conservador. (Silva, Ciro - 1982:100).

FIM DA OLIGARQUIA

Quando chegou o tempo de se escolher o sucessor de Alberto Maranhão, em 1913, o país já estava dominado pelo movimento de "Salvação Nacional". O que era isto? Era um movimento para derrubar, pelas armas, as oligarquias reinantes que vinham deturpando o espírito republicano desde o início do novo regime político.

Tavares de Lira quis ser o candidato ao governo do Estado. Entretanto, a onda de "Salvação", trazida para o Rio Grande do Norte pelo Capitão José da Penha, era um sério obstáculo à eleição de mais um membro da oligarquia Albuquerque Maranhão. A hora era de camuflar, lançando a candidatura de um "attaché". Por esta razão foi que Alberto Maranhão mandou que as lideranças municipais da sua inteira confiança lançassem a candidatura do Senador Ferreira Chaves ao governo do Estado, para dar a impressão de que ela nascera do povo. Mesmo assim, nos bastidores, Tavares de Lira sugeriu a Ferreira Chaves que, se eleito, renunciasse ao cargo seis meses após a posse, quando já tivesse passado a onda da "Salvação", para que ele pudesse ser eleito governador do Estado. Pensava que Ferreira Chaves fosse um novo "Chico Gordo"!

Ferreira Chaves foi eleito sem concorrente, pois, o candidato de José da Penha, Leônidas Hermes, filho do Presidente da República Hermes da Fonseca, cá não veio. Ferreira Chaves governou o Estado durante todo o seu mandato (1914-1918). Desde o início de sua administração, ele começou a dismantlar a máquina da oligarquia, como se tivesse sido eleito pela oposição. Verdade é que, ele preparou uma legislação arquitetada para prejudicar os candidatos da oligarquia, da qual, até pouco tempo, ele fora um fiel "attaché".

Não suportando mais o desprestígio, Tavares de Lira, então Ministro da Viação e Obras Públicas (1914-1918) do governo Wenceslau Braz, rompeu formalmente com Ferreira Chaves. Assim, em dezembro de 1918, ele escreveu uma "Carta Aberta" aos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte explicando as razões do seu gesto. Para combater Ferreira Chaves, ele e Alberto Maranhão fundaram o jornal - OPINIÃO -, em 1919. O jogo das acusações recíprocas trouxe à tona a podridão dos bastidores da oligarquia.

Em 5 de outubro de 1919, realizaram-se as eleições. Utilizando os mesmos métodos da oligarquia, Ferreira Chaves elegeu o seu sucessor, isto é, o Dr. Antônio José de Melo e Souza com 8.088 votos, enquanto o opositor, Desembargador João Filgueira, obteve apenas 1.752 votos. Esta derrota selou definitivamente o fim da oligarquia Albuquerque Maranhão, que dominou o Rio Grande do Norte durante 28 anos, isto é, de 1890 a 1918. Isto não significa o desaparecimento do fenômeno oligárquico na vida política do Rio Grande do Norte. Novas oligarquias surgiram de lá para cá, não somente a nível da cúpula do Estado, mas, também e sobretudo, no conjunto dos municípios. Infelizmente, o Rio Grande do Norte é um Estado oligárquico e assim permanecerá por muito tempo. É um traço medieval da nossa cultura, que vem desafiando todos os instrumentos da modernidade política.



PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE EM 1950.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1994 - Levillain, Philippe(Org.) - Dictionnaire de la Papauté, Paris, Fayard.
- 1993 - Ferro, Marc - Chronologie Universelle du Monde Contemporain: 1801-1992, Paris, Nathan.
- 1980 - Chiavenato, Júlio José - O Negro no Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense.
- 1975 - Goulart, Maurício - A Escravidão Africana no Brasil, São Paulo, Editora Alfaômega, 3ª edição.
- 1976 - Bethell, Leslie - A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil, São Paulo, Edusp e Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura.
- 1975 - Vianna, Hélio - História do Brasil, São Paulo, Editora Melhoramentos, 12ª edição.
- 1988 - Senado Federal - A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Lutas, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, Vol. I.
- 1980 - Beozzo, José Oscar - in História Geral da Igreja na América Latina - História da Igreja no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, e São Paulo, Edições Paulinas, 1992, Tomo II/2, 3ª edição.
- 1987 - Leão XIII - Sobre a Abolição da Escravatura (Carta Encíclica "In Plurimis") Petrópolis, Editora Vozes, 2ª edição.
- 1985 - Carvalho, José Geraldo Vidigal de - A Igreja e a Escravidão: Uma Análise Documental, Rio de Janeiro, Presença Edições/INL(Brasília).
- 1979 - Souza, Francisco Fausto de - História de Mossoró, João Pessoa, Editora Universitária.
- 1983 - Nonato, Raimundo - História Social da Abolição em Mossoró, Coleção Mossoroense CCLXXXV, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- 1955 - Cascudo, Luís da Câmara - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- 1963 - Nabuco, Joaquim - Minha Formação, Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- 1977 - Idem - O Abolicionismo, Petrópolis, Editora Vozes/INL.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1975 - Vianna, Hélio - História do Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos, 12ª edição.
- 1995 - Fausto, Boris - História do Brasil, São Paulo, Edusp.
- 1979 - Sodré, Nelson Werneck - A História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 3ª edição.
- 1965 - Cascudo, Luís da Câmara - História da República no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Edições do Val.
- 1989 - Souza, Itamar de - A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930), Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- 1955 - Cascudo, Luís da Câmara - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- 1956 - Maranhão, João D'Albuquerque - História da Casa de Cunhaú, Recife, Arquivo Público Estadual.
- 1912 - Lemos, Vicente de - Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio.
- 1982 - Lira, Augusto Tavares de - História do Rio Grande do Norte, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 2ª edição.
- 1985 - Barreto, José Jácome - Canguaretama Centenária, Natal, Fundação José Augusto.
- 1985 - Souza, Itamar de - Bandern: Origem e Evolução, Natal, Fundação José Augusto.
- 1982 - Silva, Ciro - Pinheiro Machado, Brasília, Editora Universitária.
- 1985 - Chacon, Vamireh - História dos Partidos Brasileiros, Brasília, Editora da UNB.
- 1975 - Carone, Edgard - República Velha (I - Instituições e Classes Sociais), São Difel, 3ª edição.
- 1977 - Costa, Emília Viottida - Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1ª edição.

AS RAZÕES DA REVOLUÇÃO DE 30

Durante o Império, o Brasil era governado pela Família Real, na pessoa do Imperador. Com a implantação do regime republicano, ao invés da democratização do poder, o país passou a ser governado pelas oligarquias de cada Estado. Através de eleições corruptas, chamadas de - eleições a bico de pena - grupos de famílias se apoderaram do poder e aí se eternizaram. Vimos, anteriormente, que no Rio Grande do Norte, a oligarquia Albuquerque Maranhão mandou durante 28 anos.

O primeiro segmento da sociedade brasileira a opôr-se ao poder das oligarquias foi, sem dúvida, os militares. Verdade é que, entre 1911 e 1913, eles desencadearam o movimento "salvacionista", visando à derrubada das oligarquias, obtendo êxito, em alguns Estados. Neste aspecto, o "Tenentismo" foi, em parte, a continuação do movimento "salvacionista".

Após a Primeira Guerra Mundial, o cenário político brasileiro começou a mudar. O desenvolvimento industrial do Sudeste trouxe como consequência o surgimento da classe média urbana como ator político e, por outro lado, o fortalecimento numérico e organizacional da classe trabalhadora. Esta, desde o início do século que vinha se organizando e lutando para conquistar melhores condições de vida e de trabalho. Assim, no final dos anos 20, todos os segmentos sociais urbanos que detestavam a deturpação dos ideais democráticos, queriam a transformação da República oligárquica por uma República Liberal. (Fausto, Boris - 1995:305).



GENERAL JUAREZ TÁVORA

Dentro do Exército, os tenentes reagiram, naquela época, contra a subserviência da cúpula militar ao poder oligárquico, e lutavam também contra a estrutura interna do Exército, que obstaculizava a ascensão dos militares jovens. Por conseguinte, o tenentismo procurou o aperfeiçoamento da instituição militar e o da própria sociedade em que estava inserido. A Revolta do Forte de Copacabana, 1922, a Rebelião de 1924, assim como A Coluna Prestes (1925-27), foram episódios característicos da insatisfação dos Tenentes, que culminaram com a realização da Revolução de 30.

Entretanto, é bom lembrar que a Revolução de 30 não foi obra, apenas, dos tenentes. Foi um acontecimento mais complexo. Por ocasião da sua sucessão, o presidente da República, Washington Luís, impôs a candidatura do governador de São Paulo, Dr. Júlio Prestes. Revoltados, os políticos mineiros e gaúchos apresentaram a candidatura do Dr. Getúlio Vargas, que saiu der-

rotado da eleição realizada no dia 10 de março de 1930. Inconformados com o resultado de mais uma eleição "fraudulenta", os tenentes e os demais grupos de oposição resolveram tomar o poder pelas armas. Para se ter uma idéia das fraudes praticadas naquela eleição, basta citar o caso do Rio Grande do Norte: Júlio Prestes teve 17.516 votos, enquanto Getúlio Vargas obteve, apenas, 470 votos. (A República, 06 de março de 1930).

O estopim da Revolução de 30 foi o assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba, candidato a vice, na chapa de Getúlio Vargas. No dia 3 de outubro explodiu a Revolução.

REVOLUÇÃO DE 30 NO RN

No Rio Grande do Norte, nada se perde, nada se cria, tudo se compadria. Claro que estamos aqui parodiando o cientista francês, Lavoisier, quando afirmou: "Na Natureza, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma."

Quem estuda, em profundidade, a Revolução de 30, no nosso Estado, concluirá que, aqui, aquele movimento revolucionário se acomodou aos imperativos do jogo político local. O poder foi dividido entre os vitoriosos de 30 e os decaídos da República Velha.



JOÃO CAFÉ FILHO E O PRESIDENTE DE PORTUGAL

O AMBIENTE POLÍTICO ANTES DA REVOLUÇÃO

O último governo do Rio Grande do Norte, antes da Revolução de 30, foi o de Juvenal Lamartine de Faria, que governou de 1º de janeiro de 1928 até o dia 5 de outubro de 1930. Ele fez um governo criativo, inovador, porém, muito violento. Apesar de ser formado em Direito, tinha um temperamento muito forte, intransigente, personalidade autoritária, forjada no cadinho das lutas entre coronéis e cangaceiros, tão comuns nas primeiras décadas do nosso século. No seu governo, Lamartine seguiu à risca esta sentença: para os amigos, as benesses do poder; para os adversários, os rigores da lei e a violência do arbítrio. Os seus adversários políticos eram tratados como inimigos contra os quais ele usava a força do aparelho policial. Comunicava-se diretamente com os delegados de polícia, passando, muitas vezes, por cima do Secretário de Segurança e do comandante da polícia. Agia desta maneira mesmo sabendo que o Chefe de Polícia, o Dr. Adaauto da Câmara, era um homem muito obediente às suas ordens.

Fato curioso: o diretor do jornal "A República", era o Dr. Adaauto da Câmara, Chefe de Polícia, que dava aos fatos a versão que interessava ao governo.

Na década de 20, circulavam em Natal os seguintes jornais: O Estado, o Diário do Natal, fundado em 1924, por D. José Pereira Alves, Bispo da Diocese, e que não se envolvia com assuntos da política local. Os jornais de oposição eram a Opinião, fundado por Tavares de Lira e o Jornal do Norte, de Café Filho.

Em 1923, quando o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros chegou a Natal como candidato ao governo do Estado, apoiado pelo Governo Federal, o então Ministro da Justiça, Dr. Augusto Tavares de Lira, determinou "a suspensão dos dois jornais de oposição e abstenção no pleito". (Wanderley, Sandoval - 1954:10). Os jornais de oposição eram A Opinião e O Combate.

No mesmo ano, o jornalista Sandoval Wanderley, decepcionado com Tavares de Lira, fundou o jornal "Folha do Povo", órgão sem ligação partidária. Diz ele: "Após três anos de circulação, encetei uma forte campanha contra a administração Omar O'Grady, em face da desabusada majoração de impostos com que a Prefeitura vinha sobrecarregando o combalido comércio de Natal. Escrevi uma série de artigos, mostrando a monstruosidade da medida, que visava reduzir à miséria

uma classe laboriosa e honrada." (Wanderley, Sandoval - 1954:17). Por ter feito algumas afirmações graves, foi processado por crime de injúria. Condenado a 105 dias de reclusão, ele recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, que o absolveu. Mas, o prefeito de Natal, Omar O'Grady, continuou perseguindo o jornalista. A "Folha do Povo" promoveu um concurso de Miss para se eleger a "senhorita mais bela de Natal".

Quando saiu o resultado, os partidários da jovem eleita soltaram muitos foguetões em frente à redação do jornal. Foi o "quanto bastou para que o guarda municipal, Félix Falcão, subisse as escadas do edifício e me impusesse, em nome do Prefeito, a multa de cinquenta mil réis. Furtei-me a pagar, por achar absurda." (Wanderley, Sandoval - 1954:20). A partir de então, acionada pelo Prefeito Omar O'Grady, a Justiça penhorou os bens pertencentes a Sandoval. (Idem - 1954:21-22). Mesmo assim, o jornalista continuou combatendo a administração municipal de Natal. Trabalhando sozinho no seu jornal, Sandoval sentiu-se fisicamente esgotado. Por isso, a conselho médico, foi morar na praia da Montagem (hoje, Santos Reis). Na noite de 12 de outubro de 1927, na sua casa, na presença da esposa, da sogra e de uma criança de 8 anos, ele foi surrado por três capangas da Prefeitura. Um deles era Jeromito Moura, contratante da Limpeza pública. (Idem - 1954:24-27). Depois, sentindo-se ameaçado de morte, atendeu aos conselhos dos amigos: fechou O Combate.

Num ambiente de repressão deste tipo, nenhum jornal de oposição poderia sobreviver. Para poder criticar o governo, os oposicionistas publicavam algumas matérias fora do Estado, particularmente no "Diário da Manhã", de Recife, e na "A União", de João Pessoa, que, naquela época, chamava-se ainda Paraíba. (Câmara, Adaauto 1992:36).

Em 1928, começou em todo o país a campanha eleitoral visando à eleição do sucessor do presidente da República, Washington Luís. A Aliança Liberal resolveu enviar a todos os Estados caravanas para divulgarem o nome dos seus candidatos. Assim, em 30 de julho de 1928, chegou a Natal a primeira caravana chefiada por Assis Brasil, que vinha acompanhado por Nereu Ramos, Maurício de Lacerda e de outras figuras. Discursaram à vontade, criticaram o governo Lamartine, mas, não sofreram represálias. No entanto, quando o caravana foi embora, Café Filho, que havia penhorado um terreno que recebera de herança do seu pai (V. 1. -1966:52) para hospedar os integrantes daquela agremiação política, começou a ser perseguido por "cabras" que procuravam matá-lo. Então, Café Filho passou a andar armado de revólver. Depois de escapar de um atentado, ele acusou o governo Lamartine, com provas e fatos, e foi embora para fora do Estado. (V. 1. -1966:53).

Em 1928, realizou-se a eleição para o Conselho Municipal de Natal (hoje Câmara Municipal), da qual a oposição saiu vitoriosa. O cafeísta Sandoval Wanderley, que disputou um cargo

naquela eleição, narrou o episódio no seu livro de memórias: "Chega o dia da eleição. Apesar dos esforços empregados pelos "cabos eleitorais" do situacionismo, o comparecimento de eleitores ao edifício da Prefeitura, da parte do governo, não chegou a trezentos, o que deu ensejo a que os três candidatos do rodízio fossem derrotados pelos da oposição.... E no dia seguinte, ao chegarmos pela manhã ao Cartório, (...), um filho do Tabelião, aliás nosso simpaticante, nos recebia com essa dura sentença: "Vocês ganharam, mas não levam"! É que havia sido ordenada a alteração do resultado do pleito, na transcrição da ata!" (Wanderley, Sandoval - 1954:29). Continua Sandoval: "Ao Juiz Federal, Dr. Teotônio Freire, denunciemos o esbulho que acabamos de sofrer. Inicia-se o processo. Depõem testemunhas. Comparecem advogados. A "encrenca" estava formada.... Tudo corria normalmente, falhando as probabilidades de êxito para o governo. Por isso mesmo o processo tinha de parar... E parou com a prisão das duas últimas testemunhas a serem ouvidas. Era uma demonstração de força política que nos deixava basbaques e impressionados... O prenúncio de fatos que se deveriam

sucedem logo mais... Aconteceu, então, a explosão! "Jaguarari, residência de Café Filho, é invadida por policiais armados de fuzil, na madrugada de 23 de novembro de 1928, registrando-se espancamentos em pessoas de sua família. Café, a essa altura, encontrava-se em Recife, fugindo à fúria dos seus perseguidores. Na mesma madrugada, o Sindicato Geral dos Trabalhadores de Natal, onde funcionavam sob minha direção, cinco escolas para operários e seus filhos e mantínhamos uma charanga, um teatrinho ao ar livre, uma tipografia de minha propriedade e os nossos escritórios de advocacia, recebia também a visita dos ferozes policiais que entraram a quebrar tudo, não deixando "pedra sobre pedra", surrando alguns operários que dormiam no edifício. Logo pela manhã, muito cedo, já sabedor do que se passara durante a madrugada, recebo um bilhete de Jessé Café, irmão de Café Filho, e ainda de menor idade, nos seguintes termos: "Sandoval, sofri ontem que só couro de pisar fumo! não saia de casa. A polícia está procurando você." Esperei a minha vez. Mais de cem operários já haviam sido espancados." (Idem - 1954:30-31).



JOÃO CAFÉ FILHO DESFILANDO EM CARRO ABERTO, EM LISBOA.

Além de tratar os adversários como inimigos, o que acarretava muito desgaste para o seu governo, Juvenal Lamartine atrasou, em oito meses, o pagamento dos salários do funcionalismo estadual. (Câmara, Adauto da - 1992:43). Este fato correu ainda mais para aumentar a sua impopularidade. Segundo disse Café Filho numa entrevista, "a Revolução encontrou o Estado do Rio Grande do Norte em situação de verdadeira insolvabilidade, da qual dificilmente poderá sair. Basta dizer que, tendo uma arrecadação, em 1930, de sete mil contos, apurou-se uma dívida de vinte e seis mil. O governo gastava 60% da arrecadação com o funcionalismo." (A República - 19/05/1931).

O testemunho do Dr. Adauto da Câmara, Chefe de Polícia do governo Lamartine, corrobora a entrevista de Café Filho: "O Sr. Lamartine vinha fazendo no Estado uma administração progressista... Sua paixão pelo progresso material que, afinal de contas, prejudicou enormemente seu programa administrativo, que não levava em consideração as precárias condições financeiras do Estado. Obras construídas sem unidade de plano, sem subordinação às possibilidades do Tesouro, sem estudos detidos e orçamentos exatos. (Estes, por via de regra, excediam duas vezes o primitivo)." (Câmara, Adauto da - 1992:42).

A EXPLOÇÃO DA REVOLUÇÃO

Na Revolução de 30, o Rio Grande do Norte foi, apenas, uma caixa de ressonância do que se passava nos outros Estados. Os revolucionários potiguaros não ultrapassavam meia dúzia. Os mais atuantes - Café Filho e Sandoval Wanderley - estavam exilados na Paraíba, onde fizeram a campanha da Aliança Liberal. Restavam aqui, supervigiados, o farmacêutico Pedro Dias Guimarães, proprietário da Farmácia Popular, e o dentista Omar Lopes Cardoso, cuja atuação era discreta, porém temível pelo governo. No entanto, era enorme o número dos descontentes, dos injustiçados que não podiam nem tossir nem mugir.

Com a chegada das primeiras notícias, no dia 4 de outubro, do estouro da Revolução no Sul, o Governador Juvenal Lamartine começou a avaliar a situação, vivendo um grande dilema: resistir ou fugir. Ninguém melhor para contar o que se passou nos bastidores do governo local, entre os dias 3 e 5 de outubro, do que o Dr. Adauto da Câmara, chefe de Polícia. Diz ele: "A revolução apanhou o governo do Rio Grande do Norte numa situação excelente para ela: inerte, simplesmente indefeso. Nenhum elemento com que se faz a guerra: nem munição, nem dinheiro, nem soldados. E todos os com que se estimulam as insurreições: penúria, indiferença do povo pela sorte dos dirigentes, opinião pública minada pela propaganda revolucionária." (1992:103).

Pensando ainda em resistir, Lamartine convocou a palácio o tenente Dante Toscano de Brito, que respondia interinamente pelo comando do 29º

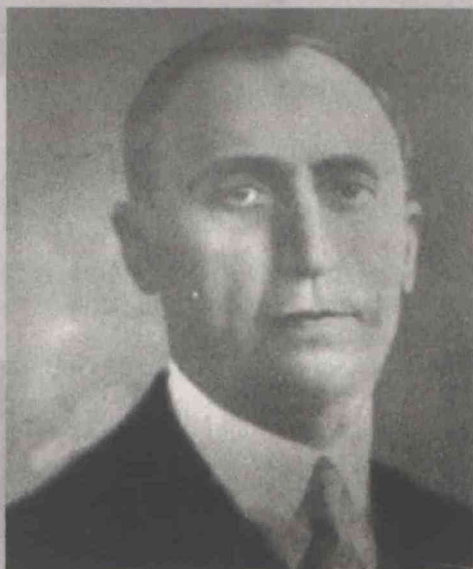
Batalhão de Caçadores (força federal). O coronel titular deste batalhão, Delfino Moreira Lima, estava em Santa Luzia do Sabugi, na Paraíba, tentando manter a ordem pública naquela região por causa do conflito armado de Princesa. Por isso, no dia 4 de outubro de 1930, no quartel do 29º BC, em Natal, "estavam ali apenas dezesseis praças, aquele oficial e mais o 2º tenente contador Roberto de Souza". (Idem - 1992:115). A munição existente naquela guarnição federal era "165.000 tiros e duas metralhadoras, não podendo, porém, estas ser utilizadas, por lhes faltarem os carregadores." (Idem - 1992:99). O governador Lamartine solicitou este material bélico ao Ministro da Guerra, no que foi devidamente atendido.

Para a defesa de Natal, o governo do Estado contava, apenas, "com 170 policiais, 45.000 cartuchos e uma metralhadora Maxim, tipo 1895 ..." (Idem - 1992:99). Mesmo assim, foi traçado um plano estratégico. Uma força de 90 homens "comandada pelo 1º tenente Joaquim Teixeira de Moura, foi localizada em Guarapes, distante dez quilômetros de Natal e cuja topografia parecia excelente para a defesa... Essa tropa levou a metralhadora Maxim. Os destacamentos dos municípios mais próximos da capital tinham tido ordem, desde o dia 3, para se recolherem à Capital, onde ainda tiveram tempo de da Great-Western, primeiro, em Nova Cruz, e segundo, em Parnamirim, caso falhasse a primeira interrupção.

Enquanto isso, Lamartine retirava do palácio papéis velhos, que ele considerava importantes. Ao mesmo

tempo, mandou a sua família para Macau. Sua residência, no bairro do Tirol, tornou-se ponto de romaria de políticos, de amigos e de pseudo-correligionários, todos fazendo juras de amor e de fidelidade ao grande chefe, que duraram até o momento em que passou o cavalo vitorioso da Revolução. Diz Adauto da Câmara: "Muitos dos que foram tomar-lhe a benção naquele dia, ostentavam, no outro, inúmeros laçarotes vermelhos pelas ruas de Natal. O tamanho do laçarote era proporcional à sujidade do caráter do portador. Se lhes citássemos os nomes, quanta surpresa!" (1992:102).

Para complicar ainda mais a situação do governo, "pelas dez e meia do dia 5, um radiograma de bordo do ITANAGÉ anunciava que neste paquete viajava uma tropa do Exército, que desembarcaria em Natal." (1992:109). Instalou-se, então, nos bastidores do governo, uma dúvida atroz: esta tropa era contra ou a favor do governo constituído? Finalmente, foi dissipada a dúvida, para alívio dos governistas: "eram apenas duzentos e três homens do 21º BC, sob o comando do major Henrique Gomes. Traziam simplesmente fuzis com 6.000 tiros". (Idem - 1992:110). Vinham de Recife, batendo em retirada. De início, Lamartine esperava contar com esta tropa do Exército. Mas após conferenciar com os seus comandantes, sentiu que seria uma temeridade contar com apoio. É que "o coronel Dantas teve conhecimento de que os soldados do 21º BC andavam dizendo que, se fosse o 29º BC que viesse marchando contra Natal, eles não atirariam! Ora, nós não tínhamos dúvida de que o 29º é que vinha mesmo!..." (Idem - 1992:111).



GOVERNADOR JUVENAL LAMARTINE

A FUGA DE JUVENAL LAMARTINE

Não tendo como resistir, Lamartine resolveu ir embora. Já prevendo esta decisão, o chefe de Polícia reteve o ITANAGÉ no porto de Natal. Às 23 horas do dia 5 de outubro, Lamartine "transmite o governo ao vice-presidente. À meia-noite estávamos todos a bordo do ITANAGÉ" (Idem - 1992:113). "Pelas três horas do dia 6 de outubro" este navio, que conduzia também os soldados do 21º BC, tomou o rumo de Fortaleza. Acompanharam Lamartine, nesta retirada, os seus filhos, Olavo e Otávio, que ficaram em Macau; o Dr. Adauto da Câmara e o Prefeito de Natal, Omar O'Grady. O resto que se diz sobre este embarque fica por conta do folclore.

No dia 14 de outubro, a bordo do ARATIMBÓ, Lamartine e os seus companheiros de infortúnio desembarcaram no Rio de Janeiro. Começou, então, a luta de Lamartine para permanecer no anonimato, pois, a polícia procurava-o por toda parte. Diz Adauto da Câmara: "Chegando ao Rio, o sr. Lamartine, guardando o incógnito tanto quanto o possível, hospedou-se no Hotel Tijuca, distante da cidade,

com o senhor. Omar O'Grady. Dois dias depois passou-se para o Colégio dos Padres Maristas cuja comunidade pertencia aquele Hotel. Foi o vice-diretor do colégio que, compreendendo a situação do sr. Lamartine, lhe ofereceu acolhida. No colégio, o presidente potiguar não tomou o hábito religioso mas, oficialmente, era irmão Antônio Felipe." (1992:129-130).

Lamartine ficou mudando de endereço até que o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, seu parente e amigo, "conseguiu que o ex-chanceler Otávio Mangabeira obtivesse para ele um asilo diplomático, na delegação do Peru, à Av. Pasteur..." (Idem - 1992:130). Finalmente, Lamartine foi refugiar-se em Paris, viajando com vinte contos de réis que seu amigo, Vicente Sabóia, lhe emprestou. (Idem - 1992:130).

A TOMADA DO PODER PELOS REVOLUCIONÁRIOS

Obedecendo às ordens de Juarez Távora, o 29º BC, que estava estacionado em Santa Luzia(PB), partiu em direção a Natal, com a missão de depor o governador do Estado. Penetrou no território potiguar através do Seridó, passando por Parelhas, Acari, Santa Cruz ... A única via de comunicação rápida, existente naquela época, era o telégrafo. Nas cidades do Seridó, segundo Sandoval Wanderley, todas as estações telegráficas estavam sem funcionar, "em virtude de haver sido cortados todos os fios". (1954:50). Em Santa Cruz, o 29º BC foi recebido pelo coronel Ezequiel Mergelino, "cuja residência se transformara em Q. G. das forças revolucionárias." (Idem - 1954:49).

Sem comunicação, o 29º BC avançava no escuro. Por isso, pela madrugada, os oficiais prenderam um motorista que viajava de Natal para Jardim do Seridó visando obter notícias. Conta Sandoval que "o chauffer começou, então, a desfiar um rosário de coisas assombrosas; - que calculava em oitocentos ou mil, o número de soldados que defendiam a capital; que o capitão Moura estava com duzentos e cinquenta homens entrincheirados nos morros de Guarapes; que a ponte estava toda cheia de dinamite; que de Recife chegara um batalhão do Exército comandado pelo major Negreiros. Por isso, achava difícil a entrada do 29º, em Natal ..." (1954:50).

Diante destas informações, os oficiais resolveram se comunicar com Juarez Távora, que estava na Paraíba, solicitando-lhe que enviasse um reforço por trem da Great-Western. Somente em Moreno, cidade da Paraíba, foi que Sandoval Wanderley conseguiu transmitir a mensagem para Juarez Távora. Sem saber o que estava acontecendo com o avanço do 29º BC em direção a Natal, Sandoval Wanderley organizou, em Moreno, uma Coluna de Voluntários. Ao chegar em Santa Cruz com estes homens, o 29º BC já entrara em Natal, "sem ter necessidade de gastar um tiro! O governo estava acéfalo. As principais autoridades não se encontravam mais nos seus postos e nem mesmo na cidade". (1954:51). O 29º BC entrou em Natal no dia 6 de outubro de 1930. Conta Sandoval: "Quando entrei em Natal, na manhã do dia sete, tive a impressão de que o Dr. Lamartine não tinha amigos... Os seus correligionários da véspera, com exceção de alguns, ostentavam lenço vermelho ao pescoço ..." (1954:52).

E Café Filho? Por onde andava? Passemos-lhe a palavra: "Precedendo as forças revolucionárias, e para aguardá-las em território do meu Estado, entrei no Rio Grande do Norte em 2 de outubro de 1930. Viajamos em um velho Ford, aos solavancos da estrada, conduzindo uma carga de dinamite, Omar Lopes Cardoso, eu e os irmãos Dantas de Guarabira. Ocultei-me nas imediações do campo de aviação em Natal, a fim de observar o movimento ali e saber se algum aparelho levantaria vôo". Quando o 29º BC chegou à Capital, juntou-se "ao contingente de quarenta e quatro homens, que eu comandava," afirma Café Filho (V. I. - 1966:63).

Começa, então, a agitação. O povo, antes reprimido, dá evasão às suas mágoas. Populares invadiram a residência de Juvenal Lamartine, roubando, depredando, arrebatando tudo o que encontravam. Observa o escritor José de Anchieta Ferreira que "nada escapou da depredação e do saque, inclusive o piano cujo peso e volume não o livraram de ser rebentado e arremessado do primeiro andar." (Tribuna do Norte, 13 de fevereiro de 1994).

As casas do chefe de Polícia, Adauto Câmara, assim como a de outros auxiliares do governo foram igualmente invadidas e depredadas. Vandalismo igual tomou conta do Palácio do Governo, até o momento em que apareceram soldados do Exército para restaurar a ordem naquele edifício. (Aguar, José Nazareno M. de - A República, suplemento "Jornal da Cultura", 12 de outubro de 1985).

Boletins, passeatas, boataria e comícios relâmpagos se sucediam com a velocidade de um raio nos pontos principais da cidade. O número de adesões à Revolução crescia como enchente de rio após uma chuva torrencial. E assim foram muitos os que mamaram nas tetas da Velha República, e logo que a Revolução consolidou-se, aderiram aos novos donos do poder.

Diz Café Filho que "após a vitória da Revolução de 1930, o Hino de João Pessoa passou a ser cantado, além da Paraíba, em todo o Nordeste, e o povo se ajoelhava automaticamente aos primeiros acordes". (V. 1. 1996:63). Entretanto, o ato de se ajoelhar no meio da rua nem sempre era tão automático assim. Segundo o historiador Tarcísio Medeiros, "tropas de desocupados, aventureiros, atemorizavam as famílias natalenses, obrigando os incautos, nos comícios das praças, a ajoelhar quando era cantado o hino de João Pessoa: João Pessoa, João Pessoa, bravo filho do sertão; toda a pátria espera um dia a sua ressurreição.... Ai daquele que não obedecesse! Levava cachaça, até ajoelhar, à força...." (1973:154).

A JUNTA GOVERNATIVA

Para preencher o vazio do poder, os revolucionários tiveram dificuldade para escolher o novo governante. Por recomendação do Dr. José Américo de Almeida, Interventor Federal na Paraíba, o homem certo para governar o Rio Grande do Norte era o Desembargador Silvino Bezerra. Homem íntegro, equilibrado, e que fora o seu companheiro na Faculdade de Direito de Recife. Uma comitiva, formada pelo Cel. Luiz Tavares Guerreiro, Tenente-Coronel Abelardo Torres da Silva de Castro e o Tenente-Coronel Júlio Perouse Pontes, dirigiu-se à residência do Des. Silvino, na Av. Junqueira Aires, para lhe formular o convite.

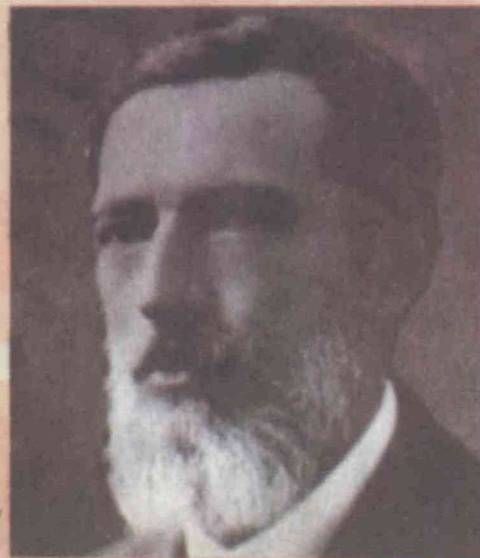
Este cidadão, por ser irmão do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, "líder dos políticos decaídos, não aceitou aquela honrosa proposta. Depois de alguns minutos de conversa, os militares trouxeram o Des. Silvino para o palácio, na praça 7 de Setembro, onde, numa sala fechada, procuravam convencê-lo a aceitar o convite. Nesse ínterim, chega Café Filho acompanhado por uma multidão, que vinha das Rocas, trazendo nos ombros de um popular o seu líder maior. A multidão penetrou no palácio, e Café Filho, num gesto quixotesco, subiu numa mesa e bradou: "Em nome do povo, assumo o governo do Rio Grande do Norte!". Incontinenti, um oficial foi avisar aos seus chefes, que estavam reunidos com o Des. Silvino, o episódio quixotesco que acabara de presenciar. De repente, veio o Tenente-Coronel Perouse Pontes e dirigiu-se a Café Filho. E quando este líder, "tentou repetir a proclamação, recebeu um empurrão, que quase o desequilibrrou, obrigando-o a descer." (Ferreira, José de Anchieta - 1985:12). E qual foi a reação de Café? Diz ele: "No mesmo dia, rompi com as forças da Revolução, que queriam formar um governo à minha revelia. Ameaçaram até fuzilar-me, mas a manifestação dos soldados e sargentos, em todos os quartéis, dissuadiu os oficiais... Propuseram-me, então, uma fórmula, que foi aceita, formando-se um governo provisório - a Junta Governativa Militar - que esperaria pela chegada a Natal de Juarez Távora." (V. 1. - 1966:63-64).

Ajunta Governativa foi formada pelos três militares que conferenciaram anteriormente com o Des. Silvino Bezerra. Eram eles: Coronel Luiz Tavares Guerreiro, o Tenente-Coronel Abelardo Torres da Silva de Castro e o Tenente-Coronel Júlio Perouse Pontes.

Esta Junta governou o Estado pelo curto período de 6 a 12 de outubro de 1930. Baixou dois atos importantes. O Decreto Nº 1, de 6 de outubro, cujo Art. 1º dizia o seguinte: "É mantida a forma republicana federativa neste Estado, com a suspensão provisória do Poder Legislativo". Pelo Decreto Nº 2, de 8 de outubro, extinguiu o "mandato dos Prefeitos e Intendentes de todos os municípios". (Decretos do Governo Revolucionário - 1930).

O jornal "A República", antes chamado de Órgão Oficial dos Poderes do Estado, passou a chamar-se Órgão Oficial da Revolução.

A Junta Militar, sabendo que a Revolução era carente de quadros administrativos no Estado, nomeou vários elementos ligados ao regime derrubado. Para contentar Café Filho, a Junta nomeou-o **Secretário de Segurança por indicação de Juarez Távora**. Por outro lado, os militares precisavam de Café Filho, pois ele era a única pessoa da cúpula revolucionária que possuía prestígio popular na capital, indispensável para manter a ordem pública.



INTERVENTOR IRINEO JOFFILI

Esta foi também uma das razões pelas quais o Interventor Irineo Joffili o manteve neste cargo. De imediato, Café Filho partiu para vingar-se dos seus desafetos. Reabriu processos adormecidos, que estavam engavetados, visando apurar as responsabilidades dos mandantes e executores por crimes praticados no governo Lamartine.

No dia 7 de outubro, a Junta nomeou o farmacêutico Pedro Dias Guimarães, revolucionário autêntico, para exercer o cargo de Prefeito de Natal. Tomou posse no dia seguinte, e governou a capital até o dia 16 de junho de 1931.

Enquanto na Paraíba, o herói reverenciado pelo povo era João Pessoa, aqui, no Rio Grande do Norte, os revolucionários reverenciaram a figura do capitão José da Penha, vítima, em 1913, da oligarquia Maranhão da qual a oligarquia de José Augusto Bezerra -Lamartine era a continuação. Por isso, um dos primeiros atos do prefeito Pedro Dias Guimarães foi mudar o nome da praça Leão XIII, em frente à Igreja do Bom Jesus, na Ribeira, para PRAÇA JOSÉ DA PENHA. Neste aspecto, ele foi imitado por vários prefeitos do interior, que passaram a denominar praças, avenidas e ruas com os nomes de Capitão José da Penha, Getúlio Vargas, João Pessoa e Juarez Távora.

No final de outubro de 30, Deolindo Lima, Jacob Caldas e outros jovens fundaram o Centro Revolucionário "Capitão Penha", cuja finalidade era defender a revolução. Aqueles jovens lançaram um movimento para erigir uma estátua em homenagem ao capitão José da Penha (A República - 07/11/1930). Na realidade, esta estátua nunca foi erguida em Natal. O entusiasmo não chegou a tanto!

Outro ato do prefeito Pedro Dias Guimarães, que merece ser lembrado, foi o Ato 38, de 4 de maio de 1931, através do qual doou à família do garoto Indaleto de Freitas, morto no tiroteio de 7 de fevereiro de 1930, quando passou por aqui a caravana de Batista Luzardo, um aforamento perpétuo no cemitério do Alecrim, para a construção do seu túmulo.

O PRIMEIRO INTERVENTOR: IRINEO JOFFILI

Para superar o impasse pela não-aceitação de Café Filho na chefia do governo, Juarez Távora veio a Natal no dia 12 de outubro, acompanhado do Dr. José Américo, Interventor da Paraíba, de Antenor Navarro, que foi o seu sucessor, e do próprio Irineo Joffili, chefe de Polícia da Paraíba.

Na reunião com a Junta Militar, da qual Café Filho participou, foram analisados vários nomes. Antes desta reunião, Café Filho já articulava o nome de Irineo Joffili junto às massas. Por que Irineo? Por três razões: primeiro - não tinha ligações com a política local; segundo - era casado com uma norte-rio-grandense; e terceiro - estava atritado com o Dr. José Américo na Paraíba. (Filho, Café V. I - 1966:64). Mas, a pessoa escolhida por Juarez Távora foi o Dr. Lindolfo da Câmara, residente no Rio de Janeiro, onde trabalhava no Ministério da Fazenda. Todavia, enquanto não se obtivesse a sua palavra de aceitação ou não, o Dr. Irineo Joffili governaria interinamente o Rio Grande do Norte.

A indicação de Joffili, mesmo em caráter interino, foi uma vitória de Café Filho. No entanto, foi uma vitória reduzida pela nomeação, imposta por Juarez Távora, de elementos ligados ao regime anterior. O caso mais ilustrativo desta marcha-ré foi a nomeação do Dr. Nestor dos

Santos Lima, pessoa ligada a Juvenal Lamartine, para ocupar o cargo mais importante do Estado, depois do de governador, que era o de Secretário Geral do Estado.

A interinidade de Irineo Joffili acabou no dia 11 de novembro de 1931, quando foi publicado o Decreto Nº 19.398, nomeando-o Interventor Federal do Rio Grande do Norte. Investiu-se oficialmente das funções no dia 23 do mesmo mês.

Desde o tempo em que era Interventor interino, que Irineo Joffili vinha prestigiando os cafeístas, colocando-os nos pontos-chave da administração. Por solicitação de Juarez Távora, Café Filho foi nomeado Diretor do Departamento de Segurança Pública. Joffili procurou sanear as finanças do Estado, muito desequilibradas, herança do regime passado. Para conseguir este objetivo, ele suprimiu cargos, cortou gratificações e procurou arrecadar mais impostos. Sem melhorar as finanças do Estado, seria impossível pôr em dia o pagamento do funcionalismo estadual, cujos vencimentos Lamartine deixara atrasar em oito meses.

Naquela época, um dos grandes sonegadores de imposto do Estado era a firma M. F. do Monte, de Mossoró, que devia ao erário estadual a importância de 1.758:102\$571 (Mil

Setecentos e cinquenta e oito contos, cento e dois réis e quinhentos e setenta e hum centavos). (A República, 17 de maio de 1931).

Juvenal Lamartine considerou esta dívida prescrita. No entanto, Joffili reabriu o processo para receber o dinheiro sonegado. Então, baixou o Decreto Nº 9, de 7 de novembro de 1930, suspendendo os arts. 578 a 586 do Código do Processo Civil e Comercial. Encaminhou o processo à Justiça.

Após examiná-lo detalhadamente, o Dr. Manoel Sinval Moreira Dias, Juiz da 2ª Vara da Capital, condenou a citada firma a pagar ao Estado a referida importância. A M. F. do Monte tinha no Rio de Janeiro, como seu advogado, o Dr. João Neves da Fontoura, gaúcho, amigo de Getúlio Vargas e que exercia tráfico de influência em vários setores do governo federal (Furtado, João Maria -1976:74). Quando o assunto chegou ao conhecimento do Presidente Getúlio Vargas, este admitiu que o Decreto Nº 9, baixado pelo Interventor Joffili, "contrariou as normas fixadas na Lei Orgânica, no que diz respeito à defesa dos direitos patrimoniais". (A República, 6 de fevereiro de 1931).

Sentindo-se desprestigiado, Joffili pediu exoneração do cargo de interventor. Retirou-se da cena política norte-rio-grandense tão irado, que não esperou que o seu sucessor fosse nomeado. Quando era

interventor interino, Joffili baixou o Decreto Nº 10, de 7 de novembro de 1930, criando o município e o distrito judiciário de João Pessoa, na zona Oeste do Estado, fronteira com a Paraíba. Antes, esta povoação chamava-se Vila de Alexandria. Era uma maneira de homenagear JOÃO PESSOA, mártir da Revolução de 30. Em 1936, o município de João Pessoa voltou ao seu nome primitivo: Alexandria.

Os adversários da Revolução acusaram Irineo Joffili de ter montado no Rio Grande do Norte a sua oligarquiazinha. Diziam que ele estava ligado à antiga oligarquia dos Liras e Maranhões. A parentela em cargos de confiança era a seguinte: 1- No Asilo de Alienados - o Dr. Ricardo Barreto, cunhado de Joffili; 2 - Consultor Jurídico - Dr. Luiz Bahia, concunhado do Interventor; 3 - Advogado da Força e Luz, o Sr. Alberto Roselli, concunhado de Irineo; 4 - Professor do Atheneu e do Liceu de Artífices, ambos subvencionados, Abel Jovino Barreto, cunhado do Interventor; 5 - Contratante de estradas de rodagem, desde o tempo de Lamartine, o Sr. Pio Barreto de Albuquerque Maranhão, cunhado do Sr. Irineo Joffili; 6 - Fiscalização do Sal, Martha Paes Barreto, sobrinha do Dr. Joffili." (A República, 13 de janeiro de 1931). Qualquer semelhança com o Rio Grande do Norte atual é mera coincidência!

SEGUNDO INTERVENTOR: TENENTE ALUÍZIO DE ANDRADE MOURA



INTERVENTOR TENENTE ALUÍZIO MOURA

Para os objetivos da Revolução, foi a pior escolha feita por Juarez Távora. Aluízio Moura nasceu em Macaíba e mantinha laços de amizade com políticos do regime decaído. Casou-se no início de março de 1931, com a senhorita Sofia Pinto, filha de José Mariano Pinto, alto comerciante em Natal.

A fim de vigiá-lo no exercício do poder, Juarez Távora mandou para o Rio Grande do Norte dois militares da sua confiança e inteiramente identificados com os ideais da Revolução. O Tenente Ernesto Geisel, que foi nomeado para o cargo de Secretário Geral do Estado e Diretor do

Departamento de Segurança Pública. Ele assumiu estes dois cargos em 19 de março de 1931. O outro militar era o Tenente Paulo Cordeiro de Melo, que assumiu o comando da Polícia. Desta forma, o Interventor ficou quase como a rainha da Inglaterra: reinava, mas não governava.

O Tenente Aluízio Moura tomou posse no dia 28 de janeiro de 1931 e governou até 31 de julho do mesmo ano. Na sua administração começaram a ser feitas as investigações para apurar o enriquecimento ilícito dos ocupantes de cargos públicos do governo passado. A iniciativa não era sua. Apenas, estava obrigado por lei, a tomar estas providências, em decorrência do Decreto Federal nº 19.811, de 28 de março de 1931, baixado por Getúlio Vargas. Para aplicá-lo ao Estado, o Interventor Aluízio Moura baixou o Decreto nº 85, de 7 de maio de 1931, que instituiu uma Junta de Sanções formada pelo Interventor, como presidente, pelo Procurador Geral e pelo Secretário Geral do Estado. No dia 19 de abril de 1931, a Comissão de Sindicância publicou uma "Nota Oficial", na qual dizia que já estava investigando o enriquecimento ilícito do ex-governador Juvenal Lamartine, do ex-prefeito de Natal, Omar O'Grady, e de vários secretários de Estado do governo passado.

Por sua vez, no dia 25 de abril de 1931, o Prefeito de Natal, Pedro Dias Guimarães, enviou o ofício nº 92 à Comissão de Sindicância, comunicando

que o ex-prefeito Omar O'Grady tinha comprado para a Prefeitura de Natal o imóvel denominado LAGOA DE MANOEL FELIPE pela quantia de 125:000\$000 (cento e vinte e cinco contos de réis). A comissão municipal de investigação apurou que o terreno só valia 80:000\$000 (oitenta contos de réis). Na parte final do Ofício 92, Pedro Dias Guimarães diz o seguinte: "Isso posto, entrego ao alto critério e espírito de justiça da honrada Comissão de Sindicância o estudo deste caso para, de acordo com o estatuto nas leis moralizadoras da Neo-República, impor ao culpado a obrigação de restituir aos cofres da Fazenda Municipal a quantia de 45:000\$000, na mesma espécie em que foi efetuado o pagamento da aludida propriedade, acrescida dos juros de 7% ao ano." (A República - 26 de abril de 1931).

Contra esta acusação, Omar O'Grady apresentou a sua defesa. No dia 28 de maio de 1931, o Prefeito Pedro Dias Guimarães publicou matéria n'A República, mostrando que a comissão formada pelos engenheiros Lucas Sigaud e Isac Moura, e o construtor Bernardo Justino, constatou superfaturamento nas obras de calçamento das avenidas Rio Branco e Atlântica, realizadas pelo seu antecessor.

Várias outras prefeituras foram igualmente investigadas pela Comissão de Sindicância. Esta investida contra a corrupção irritou profundamente os grupos

políticos tradicionais. Atribuíram tudo aquilo aos cafeístas, e que era preciso encontrar um jeito de arrancá-los do governo. Inventaram, então, que os cafeístas estavam conspirando contra o governo constituído. Temendo, talvez, ser derrubado, o Interventor Aluizio Moura mandou prender Café Filho, Pedro Dias Guimarães (prefeito da capital), Sandoval Wanderley, que era diretor dos Correios, Edgar Siqueira, Delegado da Ordem Social, José Anselmo e outros cafeístas.

No dia seguinte, o Tenente Geisel, Secretário de Segurança Pública, mandou chamar Café Filho, e lhe disse: "Não mandei buscá-lo para o interrogar, mas para pedir desculpas. Apurei que toda a acusação feita contra o senhor é inteiramente improcedente e o Governo está no dever de dar-lhe uma reparação, restabelecendo a verdade. Entregou-me uma nota, perguntando-me se eu estava de acordo com os seus termos. Era uma retratação humilhante do Governo". (Filho, Café - V.I. - 1966:70). A Nota Oficial do Governo, retratando-se das prisões feitas, foi publicada n'A República, em 31 de março daquele ano.

Por estar em desacordo com as diretrizes que o Interventor vinha aplicando à sua administração, os Tenentes Geisel e Paulo Cordeiro pediram demissão dos seus respectivos cargos. Atitude semelhante tomou Pedro Dias Guimarães que deixou a Prefeitura de Natal em 16 de junho de 1931. Fez o mesmo Sandoval Wanderley, demitindo-se da direção dos Correios e Telégrafos.

Com a saída dos cafeístas, o Interventor nomeou elementos pertencentes ao conservadorismo do regime passado: Luís da Câmara Cascudo, para a diretoria da Imprensa Oficial; Nestor dos Santos Lima, para o cargo de Secretário Geral do Estado e para a Prefeitura de Natal, o engenheiro Gentil Ferreira de Souza, que governou a capital de 18 de junho de 1931 até 13 de junho de 1932. Abalado no seu conceito pelas informações que o Ten. Geisel passou para Getúlio Vargas e Juarez Távora, Aluizio Moura entregou o cargo aos 31 de julho de 1931.

O TERCEIRO INTERVENTOR: HERCOLINO CASCARDO

Este interventor era a personificação do tenentismo e dos ideais da Revolução de 30. Por isso, impôs-se às facções políticas locais, e acercou-se de auxiliares competentes e de elevada reputação moral. Cascardo era oficial da Marinha, nascido no Rio de Janeiro. Governou o Rio Grande do Norte no período de 11 de julho de 1931 até 5 de fevereiro de 1932.

Antes de viajar para assumir o governo do Estado, traçou o seu plano de trabalho, tendo antes de viajar para Natal, mantido contatos com a cúpula do governo central, visando à garantia de apoio aos seus planos de trabalho.

Em agosto de 1931, o presidente Getúlio Vargas baixou o Código dos Interventores, que consistia num conjunto de normas estabelecendo diretrizes para os interventores e, ao mesmo tempo, ordenando a criação de Conselhos Consultivos em todo os Estados, no Distrito Federal, assim como nos municípios que possuíssem renda igual ou superior a 50 contos de réis. Cada Conselho Consultivo deveria ter cinco membros escolhidos pelo Interventor. Não podiam ser membros destes conselhos funcionários públicos, assim como os parentes até o terceiro grau. A função destes conselhos era, em parte, suprir a inexistência das câmaras municipais. Em obediência a esta determinação do poder central, Cascardo implantou Conselhos municipais em várias cidades do interior potiguar.



INTERVENTOR TENENTE HERCOLINO CASCARDO

Logo que começou a governar, Cascardo fez uma pesquisa, pelo telégrafo, junto aos prefeitos, para colher informações sobre o desemprego no interior do Estado, as obras em fase de execução nos municípios, a situação de conservação das estradas, a colheita do algodão, a situação da cultura da cana-de-açúcar etc...

Em agosto, viajou para Macau, Mossoró e Areia Branca visando conhecer, de perto, os problemas do sal e quais as soluções que poderiam ser tomadas. Idêntica viagem fez ao Seridó para estudar os problemas do algodão.

Para promover a expansão da nossa indústria salineira, ele baixou o Decreto nº 138, de 31 de agosto de 1931, isentando do imposto de exportação estadual e municipal todo o sal que se destinasse a portos estrangeiros.

Visando ao desenvolvimento da sericicultura (bicho da seda), ele baixou o Decreto nº 185, de 29 de dezembro de 1931, concedendo "o prêmio de 500\$000 por cada mil pés de amoreira plantados no seu território, conforme a técnica dessa cultura, desde que os arbustos tenham um ano e atinjam pelos menos um metro de altura". (Art. 1º).

Colocou em dia o pagamento dos salários do funcionalismo estadual. Com o objetivo de conseguir recursos financeiros para investir na solução dos problemas sócio-econômicos do Estado. Cascardo baixou o Decreto nº 183, de 23 de dezembro de 1931, estabelecendo novos dispositivos para a cobrança do imposto territorial progressivo. Anteriormente, pela legislação de 1927, que foi revogada por este decreto, o imposto territorial era de 0,25 centésimos, por cento, sobre o valor das terras. Agora, com este decreto baixado por ele, o imposto territorial passou a ser progressivo: até 100 hectares - 0,50%; de 100 a 500 hectares - 0,60%; de 500 a 1.000 hectares - 0,70%. As propriedades rurais não cultivadas passariam a pagar em dobro, o imposto territorial. (Decretos do Governo - 1931).

Além disso, ele reorganizou a Justiça do Estado (Dec. nº 154, de 24 de outubro de 1931) dando-lhe mais autonomia.

Na área política, a condenação que Cascardo impôs ao ex-governador Juvenal Lamartine terminou tomando outro rumo, o que motivou a sua renúncia ao cargo de interventor. Desde a administração do Interventor Aluizio Moura que a Comissão de Sindicância vinha investigando as contas do governo Lamartine. ... Agora, tinha o processo chegado à Junta de Sanções, presidida pelo Interventor Hercolino Cascardo. A Comissão pediu a condenação de Lamartine. Em nome da moralidade pública, um dos imperativos da Revolução, ele baixou, então, o Decreto nº 190, de 31 de dezembro de 1931, condenando Juvenal Lamartine a restituir aos cofres do Estado a importância de 213:000\$000 (duzentos e treze contos de réis) e proibindo-o de exercer qualquer função administrativa de direção ou que tenha relação com dinheiro ou haveres públicos pelo prazo de dez anos". (Art. Lº).

O processo foi encaminhado para a Justiça Federal executar a sentença. Começou, então, o jogo de influência nos bastidores da Justiça, chegando a reduzir para 140 contos a quantia a ser restituída pelo penalizado. (Mariz, Marlene da Silva - 1982:98). Sentindo-se desrespeitado nos seus atos, Cascardo resolveu renunciar ao cargo de Interventor aos 30 de janeiro de 1931. Comunicou a sua decisão ao Presidente Getúlio Vargas, que, no dia 2 de fevereiro, passou-lhe o seguinte telegrama:

"Tomando conhecimento da sindicância feita nesse Estado, aprovei o parecer da Comissão de Correição. Suponho assim haver desaparecido o motivo da insistência de vosso pedido de afastamento do cargo em que estais em exercício, na integral confiança do Governo Provisório e a contentamento do povo norte-rio-grandense. Cordiais Saudações. (a) Getúlio Vargas." (A República, 03/02/1932).

Um abaixo-assinado, encabeçado por D. Marcolino Dantas, Bispo de Natal, foi entregue a Cascardo pedindo a sua volta ao governo do Estado. Ruidosas manifestações de apoio e solidariedade lhe foram prestadas. Ele, um pouco sensibilizado com o carinho do povo, reassumiu a interventoria às 14 horas do dia 4 de fevereiro. Entretanto, no íntimo, não era mais aquele idealista capaz de morrer pela causa revolucionária. Percebeu que, na prática, o jogo das acomodações começava a falar mais alto do que os ideais da Revolução. Por isso, decepcionado, abatido no seu idealismo, resolveu viajar para o Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 1932. E lá, agradeceu ao Presidente Getúlio Vargas a confiança que lhe fora depositada, e pediu demissão do cargo de interventor do Rio Grande do Norte.

Quanto à condenação de Lamartine, afirma João Maria Furtado, "jamais foi essa condenação efetivada na prática." (1976:88).

O QUARTO INTERVENTOR: BERTINO DUTRA DA SILVA

Quando Hercolino Cascardo viajou para o Rio de Janeiro para pedir exoneração do cargo, passou o poder para o Secretário Geral do Estado, Dr. Antônio José de Melo e Souza, que governou o Estado interinamente até à posse de Bertino Dutra, ocorrida em 11 de junho de 1932. O novo interventor era baiano, oficial da Marinha que, antes, comandava a Escola de Aprendizes Marinheiros, em Natal, no bairro do Alecrim.

Prestigiu a ala cafeísta nomeando Café Filho para exercer o cargo de Chefe de Polícia. Seu governo coincidiu com o surgimento do movimento constitucionista de São Paulo, que obrigou os governos dos outros Estados a enviarem tropas para combaterem os paulistas. Verdade é que, em setembro de 1932, já haviam embarcado para São Paulo 2.020 soldados do nosso Estado para aquele conflito armado. (A República, 16/09/1932).



INTERVENTOR BERTINO DUTRA

Por outro lado, Bertino Dutra teve que enfrentar a seca de 1932, uma das piores que já sofremos. Para dar assistência aos flagelados, ele criou a Diretoria Geral das Secas (Decreto nº 307, de 13 de julho de 1932).

No campo administrativo, ele tomou duas medidas dignas de destaque: estabeleceu concurso público para o preenchimento de cargos (Decreto nº 311, de 26 de julho de 1932). Coisa, até então, inédita no nosso Estado. E, segundo, pelo Decreto nº 318, ele baixou um Código de Organização Municipal visando, sobretudo, extirpar a praga do nepotismo na burocracia pública.

Sabendo que muitos policiais eram fiéis ao governo passado, Bertino Dutra baixou o Decreto nº 367, de 11 de novembro de 1932, extinguindo o Quadro Suplementar do Batalhão Policial Militar. Logo depois, criou a Guarda Civil e a Guarda Noturna. Aos poucos, Café Filho preencheu os quadros destas duas organizações com os seus partidários.

Em janeiro de 1933, Bertino Dutra baixou quatro decretos importantes, criando: o Departamento de Agricultura, Viação e Obras Públicas; o Serviço de Profilaxia Rural; Hospitais Regionais e, por último, o Instituto de Música do Rio Grande do Norte.

No setor educacional, ele subvencionou 41 escolas rudimentares particulares, que funcionavam em povoados e fazendas do interior potiguar (Decreto nº 459, de 27 de maio de 1933). Além disso, criou algumas escolas rudimentares.

Em sintonia com o movimento constitucionalista do Rio Grande do Sul, o Mons. João da Mata Paiva, o Dr. Gentil Ferreira de Souza e outros elementos contrários à Revolução fundaram, em Natal, em junho de 1932, a União Norte-riograndense para lutar pela constitucionalização do país. Este grupo se reunia freqüentemente na casa do Desembargador Silvino Bezerra, para trocar idéias e analisar o momento político nacional. Então, para desmoralizá-los e intimidá-los, o Chefe de Polícia, Café Filho, sintonizado com o Interventor Bertino Dutra, prendeu o Desembargador Silvino, o Mons. João da Mata, os Drs. Alberto Roselli e Gentil Ferreira, e outros elementos contrários à Revolução. Indagado sobre aquelas prisões, o Interventor declarou à imprensa que Café Filho agiu autorizado, pois, estes elementos estavam conspirando contra a Revolução. (A República, 03/09/1932). Hoje, passados tantos anos, e depois de muita pesquisa, chegamos à conclusão que aquelas prisões foram só perseguição de Café Filho aos seus adversários políticos. Não havia nada de conspiração!

O movimento constitucionalista culminou com a convocação de uma Constituinte para 1934. Por isso, os grupos políticos de cada Estado tiveram que organizar as suas agremiações partidárias. No Rio Grande do Norte, formaram-se dois partidos: O PARTIDO POPULAR (PP), chefiado pelo Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, que congregava todos os elementos do regime passado e os descontentes com a Revolução. De popular, este partido não tinha nada; era o ninho dos coronéis decaídos. Seu órgão de divulgação era o jornal A RAZÃO, que começou a circular em janeiro de 1933.

O partido da Revolução, chefiado por Café Filho, chamava-se PARTIDO SOCIAL NACIONALISTA (PSN), fundado aos 4 de abril de 1933. Seu órgão de divulgação era O JORNAL, dirigido por Sandoval Wanderley. Desta maneira, o circo estava armado para a campanha política, que foi bastante radical.

Temendo as represálias de Café Filho, que era Chefe de Polícia, o Dr. José Augusto conseguiu, através de um irmão do General Juarez Távora, que Getúlio Vargas o afastasse daquele cargo dias antes da eleição, embora Café Filho fosse reintegrado depois do pleito, como, de fato, aconteceu.

As eleições foram realizadas no dia 3 de maio de 1933. A oposição demonstrou que possuía força eleitoral: elegeu três deputados: Alberto Roselli, Francisco Martins Veras e José Ferreira de Souza. O partido de Café só elegeu um constituinte, que foi o Dr. Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque.

Terminada a apuração dos votos, Café Filho foi agredido logo depois, à queima-roupa, pelo capitão do Exército Everaldo de Vasconcelos, que lhe deu três tiros de revólver num dos cafés de Natal. Era acerto de contas da campanha! Segundo João

Maria Furtado, o inquérito policial militar aberto contra o agressor foi rasgado pelo General Góes Monteiro quando este, no governo Mário Câmara, esteve em Natal, acompanhando Getúlio Vargas na sua excursão ao Norte e Nordeste.

Inconformado com a derrota, o Interventor expulsou do Estado três líderes oposicionistas: Dinarte Mariz e Gentil Ferreira, para o Rio de Janeiro; e o jornalista Eloy de Souza, diretor de "A RAZÃO", foi deportado para Recife. De lá, retornou em agosto de 1933. (A Razão, 12 de agosto de 1933).

A derrota do governo na eleição de maio de 1933 significou o término da interventoria de Bertino Dutra. Verdade é que, no dia 6 de junho daquele ano, ele entregou o governo do Estado ao Tenente Sérgio Bezerra Marinho.

O QUINTO INTERVENTOR: MÁRIO CÂMARA



INTERVENTOR MÁRIO CÂMARA

Após a guerra constitucionalista de São Paulo (1932), mesmo saindo vitorioso, Getúlio Vargas percebeu que o país não suportava mais a ditadura do governo provisório. A volta à democracia pela liturgia das urnas era inevitável. Por isso, ele começou a libertar-se da influência do tenentismo. A nomeação do Dr. Mário Câmara para a interventoria do Rio Grande do Norte era um dos numerosos sinais desta mudança. Ao invés de fuzis, Getúlio já precisava de votos para manter-se no poder. Por isso, recomendou ao Dr. Mário Câmara harmonizar politicamente o Rio Grande do Norte, unindo-se de preferência à ala conservadora do Dr. José Augusto Bezerra, do Partido Popular, pois, este é que tinha votos. Se não conseguisse esta aproximação, tentasse, então, formar um novo partido, trilhando um caminho próprio. O Dr. Mário Leopoldo Pereira da Câmara nasceu em Natal, em 1891, e era funcionário de alto nível do Ministério da Fazenda. Conhecia profundamente de finanças públicas e de administração. Quando foi nomeado interventor, tinha 42 anos, e estava servindo no gabinete do Presidente Getúlio Vargas. Era, portanto, homem da sua confiança e amizade.

O novo interventor tomou posse no dia 2 de agosto de 1933, sem imaginar que

iria se colocar no meio de uma briga tribal entre cafeístas e zéaugustistas. O radicalismo destas duas facções políticas já manifestara a sua brutalidade nas eleições de 3 de maio de 1933.

Até hoje alguns intelectuais que escreveram sobre esta quadra da história potiguar, só mostraram o lado violento do governo Mário Câmara. Mostraremos, agora, o grande administrador que foi ele. Mário Câmara elegeu como prioridade do seu governo o desenvolvimento da educação. Numa entrevista concedida ao Diário da Noite, do Rio de Janeiro, aos 6 de fevereiro de 1934, ele disse que, "cerca de 20% das suas rendas, o Estado destina à instrução... Estão sendo construídos 20 prédios para escolas em diversos povoados e passando por certas remodelações alguns edifícios de grupos escolares". Estes prédios escolares eram grandes e de construção sólida, que ainda hoje estão de pé, servindo às novas gerações. Em Natal, Mário Câmara criou três grupos escolares e construiu os seus respectivos prédios: o "ALBERTO TORRES", em Petrópolis; o "ISABEL GONDIM", no bairro das Rocas; e o "JOÃO TIBÚRCIO", no bairro do Alecrim. Pelas contas de João Maria Furtado, ele "criou cerca de 40 novas escolas e grupos escolares". (1976:100). Além disso, subvencionou dezenas de escolas particulares.

Sabendo que o prédio do velho Atheneu tinha se tornado inadequado para abrigar o grande número de alunos, ele baixou o Decreto nº 832, de 10 de maio de 1935, abrindo um crédito especial de 370:000\$000 (trezentos e setenta contos de réis) destinado a comprar terrenos, inclusive o do futuro edifício do Atheneu. Depois, aos 11 de junho de 1935, baixou o Decreto nº 853, autorizando o Departamento da Fazenda a comprar, à viúva M. Machado, um terreno no bairro de Petrópolis, medindo 8.228 m² pelo preço de 35:000\$000 (trinta e cinco contos de réis) destinado à construção de um Edifício para o Atheneu Norte-riograndense. A despesa correu pelo crédito especial aberto pelo Dec. nº 832, de 10 de maio, supracitado. (Decretos do Governo - 1935).

Ajudou com 15 contos de réis às Irmãs do Amor Divino que estavam construindo o prédio do colégio N. S. das Neves, no Alecrim. Além disso, para viabilizar a construção do Colégio Marista, no local em que ele se encontra (Av. Deodoro com a Rua Apodi), com aquela área imensa, Mário Câmara baixou o Decreto nº 930, de 7 de outubro de 1935, desapropriando, por utilidade pública, os terrenos pertencentes a Heitor Marenga, Francisco Teixeira e Joaquim Cândido. Os Irmãos Maristas ficaram na obrigação de pagar os terrenos ao Estado.

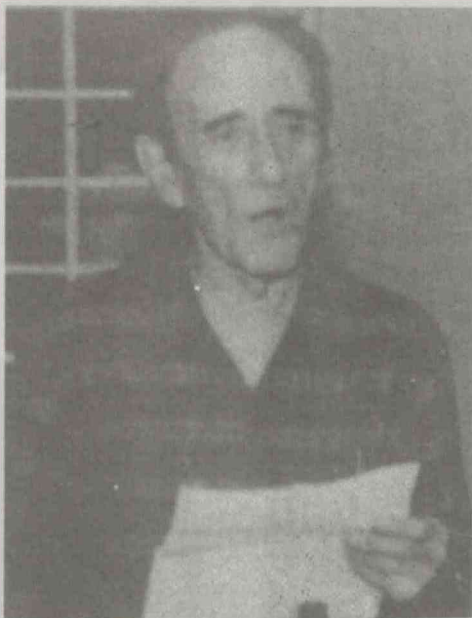
Comprou, por 100 contos de réis, uma Caterpillar Diesel Auto Patrol, a primeira do Estado, para os serviços de conservação das estradas de rodagem.

Para dotar Natal de um hotel de grande porte, ele comprou, por 170 contos de réis, uma área de 4.694,70 m² em frente à Praça José da Penha, para construir aí um hotel. (Decreto nº 936, de 15 de outubro de 1935). Neste terreno foi construído o prédio do Grande Hotel no governo Rafael Fernandes.

No bairro da Ribeira, na rua Sul, Mário Câmara comprou outro terreno, de 444 m², destinado à construção do edifício da Comissão de Saneamento de Natal e futura Repartição de Águas e Esgotos. (Decreto nº 963, de 25 de outubro de 1935).

Concedeu um crédito especial de 100 contos de réis para ajudar na conclusão das obras do Hospital "Miguel Couto". Do mesmo modo, ajudou à construção do Hospital Operário, com 20 contos de réis, que se erguia na Av. Moreira Brandão, no Tirol, graças à iniciativa de Sandoval Wanderley. (Decreto nº 975, de 26 de outubro de 1935).

Pelo Decreto nº 844, de 24 de maio de 1935, Mário Câmara autorizou o Secretário Geral do Estado a contratar o Escritório F. Saturnino Rodrigues de Brito para elaborar os projetos de abastecimento d'água e de serviços de esgotos de Natal. Estas obras foram realizadas no governo seguinte. Do relato destas iniciativas, podemos inferir como era grande a visão administrativa do Interventor Mário Câmara.



REVOLUCIONÁRIO E JORNALISTA SANDOVAL WANDERLEY

Mas, foi na condução da política que ele mostrou que não estava preparado para o complicado jogo do poder, onde, quase sempre, o interesse pessoal está acima das amizades e das convicções ideológicas.

Ao mandar o seu amigo para a interventoria do Rio Grande do Norte, o Presidente Getúlio Vargas já estava se preparando para ser eleito presidente constitucional do Brasil em 1934, como, de fato, o conseguiu. Em cada Estado, ele buscava o apoio dos mais fortes eleitoralmente. Por isso, recomendou ao seu protegido que procurasse o apoio de José Augusto Bezerra, do Partido Popular, pois, era ele quem tinha voto no Rio Grande do Norte. Se não conseguisse, tentasse, então criar uma terceira via, uma terceira força, já que a segunda era representada por Café Filho.

Mário Câmara, obediente aos conselhos do seu grande chefe, procurou ter um entendimento com os líderes do Partido Popular. Mas, as exigências destes eram tão grandes que restaria ao interventor, apenas, a função decorativa de assinar leis e decretos. Desiludido, Mário Câmara, que já estava sendo atacado violentamente pelos cafeístas, procurou formar ousadamente a terceira força política do Estado. Para concretizar este objetivo, fundou a sua agremiação partidária: PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO DO RIO GRANDE DO NORTE..

Em agosto, começou a campanha política num clima de radicalismo como nunca se viu na história política do Estado. Como observou o jornalista Afonso Laurentino, "naquela campanha, a lei da selva foi empregada pelas duas facções em luta". Desordem nos comícios, provocações de todo tipo, surras em chefes políticos adversários, assassinatos de outros, piquetes, prisões de eleitores no dia da eleição, empastelamento de jornal, tudo isso foi praticado ao longo daquela campanha política de 1934. A Polícia, que recebera vários benefícios do Interventor Mário Câmara, estava minada de elementos cafeístas. Enquanto isso, por outro lado, o Exército, que não gostava de Café Filho, procurava abertamente favorecer os partidários de José Augusto Bezerra. A violência foi uma marca inconfundível e inesquecível daquela campanha política. Verdadeira selvageria! O Dr. Otto Guerra, de saudosa memória, que era o chefe de gabinete do Interventor, jurava que Mário Câmara nunca mandou a polícia praticar tanta violência. Mas, o fato é que aconteceu. Se o Dr. Mário Câmara não mandou a polícia militar praticar violência, que culminou com o assassinato do Dr. Otávio Lamartine, irmão de Juvenal Lamartine, na Fazenda Ingá (Acari), ele era cúmplice.

Fazia vista grossa. Não reagiu com força suficiente para controlar os seus subordinados. O objetivo de Mário Câmara era ganhar as eleições a qualquer custo, pois, tinha a pretensão de se eleger governador pela Assembléia Constituinte, tanto é assim que foi candidato a este cargo pela Aliança Social.

Mas, a violência não foi apenas dos partidários de Mário Câmara. Segundo João Maria Furtado, que viveu aquela campanha, "houve diversas tentativas de morte partidas de dirigentes do Partido Popular contra o Interventor Mário Câmara". Nestas tentativas, havia a flagrante participação de militares do 21º B. C. (1976:107).

Faltando um mês para as eleições, Mário Câmara uniu-se politicamente a Café Filho, fazendo uma fusão dos dois partidos em torno de uma nova sigla partidária - ALIANÇA SOCIAL.

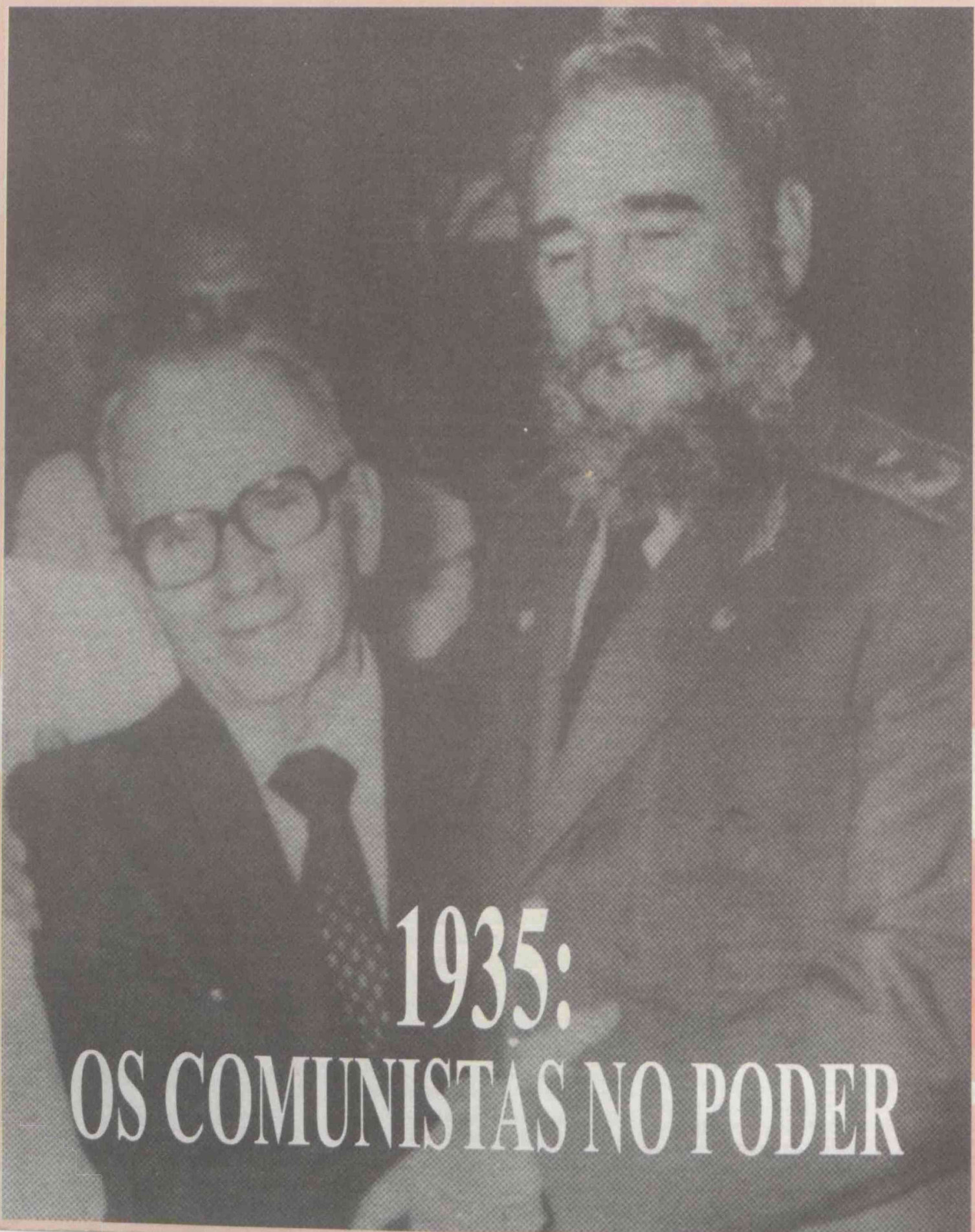
Em 14 de outubro de 1934, foram realizadas as eleições para escolher deputados para a Assembléia Constituinte

Estadual e Federal. Depois de eleitos, os constituintes iam eleger, por via indireta, os novos governadores dos Estados. Naquela época, o Rio Grande do Norte possuía 47.702 eleitores. (Mariz, Marlene da Silva -1982:125). Em fevereiro de 1935, houve eleição complementar ao pleito de outubro do ano anterior.

Concluídas as apurações das urnas, saiu vitorioso o Partido Popular, que elegeu 14 deputados Estaduais, contra 11 da Aliança Social. Vitória idêntica obteve o Partido Popular para a Câmara Federal: elegeu 3 contra 2 da Aliança Social. O clima político era tão tenso, que os deputados do Partido Popular se refugiaram na Paraíba, de onde só retornaram, sob a proteção do Exército, no dia da instalação da Assembléia Constituinte Estadual, isto é, no dia 28 de outubro de 1935. Neste mesmo dia, ela elegeu o Dr. Rafael Fernandes Gurjão governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Antes, no dia 27 de outubro, o Dr. Mário Câmara, candidato derrotado ao governo do Estado, passou o poder ao capitão Liberato Barroso.

Para recompensá-lo da derrota política, o presidente Getúlio Vargas nomeou o Dr. Mário Câmara, Delegado do Tesouro Nacional, em Londres. Encerrou-se, deste modo, o ciclo revolucionário de 30 no Rio Grande do Norte.



1935: OS COMUNISTAS NO PODER



JOÃO BATISTA FIGUEREDO E DINARTE MARIZ

RIO GRANDE DO NORTE: OS COMUNISTAS NO PODER

Para se compreender a insurreição comunista que ocorreu em 1935, no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Norte, é preciso voltar o nosso pensamento para a Revolução Russa de 1917.

Do ponto de vista político e social, o mundo moderno foi modelado por duas grandes revoluções: a Revolução Francesa, de 1789, que implantou no mundo ocidental a sociedade democrático-burguesa; e a Revolução Russa, de 1917, que encarnou os ideais socialistas de Marx, Engels, Lênin e Stálin. São duas concepções sociais opostas, antagônicas, de se organizar a sociedade para realizar a felicidade do homem.

Quer aceitemos ou não o seu ideário, não podemos negar que a Revolução Russa de 1917 foi o acontecimento político de maior significação no século XX. Ela não apenas quebrou a ordem burguesa, que dominava o mundo inteiro, mas também trouxe uma nova forma de organização posta em prática por Lênin e Stálin. O seu objetivo fundamental era libertar o homem de todas as formas de exploração e criar o "homem novo" numa sociedade sem classes, sem Estado, sem dominação de uns poucos sobre a maioria. No arcabouço desta utopia, Marx atribuiu ao proletariado, classe oprimida, o papel revolucionário de destruir a sociedade capitalista burguesa e, em seu lugar, construir a sociedade comunista. Era a promessa de implantar o Paraíso na terra!

O INTERNACIONALISMO

O comunismo foi, desde as suas origens, um movimento internacional destinado a conquistar todos os povos. Verdade é que, em plena efervescência da tomada do poder em outubro de 1917, Lênin ressaltou o caráter internacional daquela revolução, ao dizer: "Marcharemos firme e inabalavelmente para a vitória do socialismo, que será selada pelos operários avançados dos países mais civilizados..." (Carr E. H. - V. I. - 1977:127). Em janeiro de 1918, ao elaborar a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, Lênin reiterou que "a vitória do socialismo em todos os países" é tarefa fundamental da nova ordem soviética. (Idem - V.I. 1977:127).

Para organizar a revolução em todos os países, Lênin fundou, em 2 de março de 1919, a Terceira Internacional, conhecida também por Komintern. A Internacional apareceu na história do movimento proletário "como a forma suprema de organização do poder operário em escala mundial." (Labica, Georges et alii - 1982:609). Antes desta, fundada por Lênin, houve a Primeira Internacional, que teve em Marx um dos seus fundadores, em Londres, em 1864. A Segunda Internacional originou-se em Paris, em 1889, e era de caráter social-democrata. A Terceira Internacional ou Komintern, era de caráter comunista, radical, que exigia a obediência de todos os partidos comunistas do mundo inteiro ao Partido Comunista Soviético. Lembramos ao leitor que "o termo Komintern, com que se costuma designar a III Internacional Comunista, provém da abreviatura de Internacional, em russo". (Claudin, Fernando V.I. - 1971:589).

Antes da criação da III Internacional, fora da Rússia, só havia praticamente o Partido Comunista da Polônia, fundado em 1918. A maioria dos partidos de esquerda se dizia socialista. É, por conseguinte, com a criação do Komintern em março de 1919, que surgiu no mundo inteiro uma rede de PCs. Verdade é que, em 1919, foram fundados os PCs da Finlândia., Holanda, Bulgária e Alemanha. Portanto, países próximos à fronteira soviética. Em 1920, surgiram os PCs da Inglaterra, Espanha, Iugoslávia, França e Indonésia. Em 1921, foi a vez de surgirem os PCs. da Itália, Ex-Tchecoslováquia, Suíça, Romênia, Bélgica e China. Em 1922, foi organizado, no Brasil, o PCB. O mesmo aconteceu em outros países da América Latina, África e Ásia. (Galli, Giorgio - 1990:190-276).

Acreditando na força do internacionalismo proletário, os comunistas tentaram tomar o poder em três países da Europa durante os anos de 1918 e 19. A primeira investida aconteceu na Polônia, mais especificamente "nas bacias hulfíferas de Dombrowa, onde os soviets locais se impuseram". Ao mesmo tempo, o Partido Comunista "controlava o movimento operário de Varsóvia e Lodz". Mesmo assim, no início de 1919, com o apoio dos Aliados Ocidentais, o governo polonês reverteu a situação, conseguindo impor a sua autoridade a todo o país. A partir de então, o PC polonês viveu na clandestinidade por um quarto de século. (Carr, E. H. - V.3. - 1984:162-163).



ANNO I **A Liberdade** NUM. I

ÓRGÃO OFICIAL DO GOVERNO POPULAR REVOLUCIONÁRIO

Rio Grande do Norte - Natal, Quarta-feira, 11 de Novembro de 1937.

Então, pelo esforço inventivo dos oprimidos de ontem, pela colaboração decidida e unânime do povo, legitimamente representado por soldados, marinheiros, operários e camponeses, inaugurou-se no Brasil a era da Liberdade, sonhada por tantos mártires, centralizada e corporificada na figura legendária — onipresente no amor e na confiança divinatória dos humildes — de LUIZ CARLOS PRESTES, o "Cavaleiro da Lanterna".

SOB A ALLELUIA NACIONAL DA LIBERCADE Delenda fascismo!

[illegible][illegible]

debe de ser, al contrario, por el análisis de elementos de estudio, personas, grupos, cosas, lugares, etc., para ser capaces de dar sentido a lo que vemos, oír lo que se dice, leer lo que se escribe, etc. En suma, el aprendizaje debe ser un proceso activo, en el que el alumno participa y se involucra, y no un proceso pasivo, en el que el profesor transmite conocimientos y el alumno los recibe pasivamente.

[illegible][illegible][illegible][illegible]

1985. País em que homens por qualquer coisa perseguidos, submeter a outros por qualquer coisa no da Grande de Norte, aguardando as coisas mudarem de nome. Não, não temos de acreditar. M. B. C. no mundo	1986. <i>Argentino</i> - <i>Brasil</i> João Baptista Góes - <i>João</i> Góes José Francisco - <i>Manoel</i> Araújo José Maria - <i>Francisco</i>	O país todo - <i>Brasil</i> todo - Brasil todo - <i>Brasil</i> todo - Brasil todo - <i>Brasil</i> todo - Brasil todo - <i>Brasil</i> todo - Brasil todo - <i>Brasil</i> todo
--	--	---

(continua na 2.ª página)

NOTÍCIA de última hora, hontem, captada no rádio, dá-nos a certeza de haver 8. D.M. adherido.

no movimento. S. PAULO, em peso, com todo o seu elenco militar e popular, desceram nas ruas, ao detumbar da metralha, um dos mais demélicos bastiões do absolutismo capitalista, representado por Armando de Salles e sua comitiva.

ALEMANHA

Por sua vez, os spartakistas, liderados por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, fizeram uma insurreição em Berlim, entre os dias 6 e 13 de janeiro de 1919. Apoiado pelo exército e por grupos voluntários, o governo social-democrata de Gustav Noske esmagou a insurreição.

Esta repressão ficou conhecida com o nome de "Semana Sangrenta". No dia 15 de janeiro, Rosa Luxemburgo e Liebknecht foram assassinados. Em 3 de maio daquele mesmo ano, foi igualmente liquidada "A República dos Conselhos" da Baviera. (Bernstein, Serge et alii - V.I. - 1986:86).

HUNGRIA

A terceira investida acontece na Hungria. Em 21 de março de 1919, Bela Kun, comunista que lutou nas fileiras do Exército Vermelho durante a Revolução Russa de 1917, aproveitando-se da crise política húngara, proclamou a "República Soviética de Budapeste", que durou apenas 133 dias. Em 4 de agosto, as tropas da Romênia derrubaram o governo de Bela Kun.

O fracasso destas três insurreições arrefeceu o ímpeto revolucionário dos leninistas. Então, para dar mais coesão e uniformidade ao movimento comunista internacional, Lênin realizou o Segundo Congresso da III Internacional, em julho de 1920, do qual participaram "217 delegados, provenientes de 41 países, 169 com direito de voto. Destes, 136 representavam os partidos comunistas". (Pinheiro, Paulo Sérgio - 1991:36). Naquela ocasião, Lênin impôs aos participantes do congresso as famosas 21 condições para um partido ser admitido no Komintern. Considerando que estas condições são pouco reproduzidas pelos livros de História, achamos por bem transcrevê-las a seguir.



COMBATENTE COMUNISTA DA HUNGRIA

AS 21 CONDIÇÕES - 1920

- 1 - Toda propaganda deve ser de caráter genuinamente comunista, e em favor da Revolução Proletária e da Ditadura do Proletariado.
- 2 - Cada organização comunista deve colocar membros do partido em todos os postos do movimento operário, eliminando os elementos reformistas e centristas.
- 3 - Em cada país, os comunistas devem desenvolver atividades legais e ilegais, e criar uma organização clandestina para preparar a guerra civil.
- 4 - Divulgar as idéias comunistas nas Forças Armadas.
- 5 - Divulgar as idéias comunistas entre os camponeses a fim de conquistá-los para a causa revolucionária.
- 6 - Denunciar a hipocrisia dos social-patriotas e social-pacifistas.
- 7 - Romper radicalmente com todos os reformistas.
- 8 - Denunciar a exploração colonial, especialmente a do seu país.
- 9 - Constituir células comunistas nos sindicatos, cooperativas etc...
- 10 - Combater a Internacional Sindical "Amarela", de Amsterdã, e apoiar a Internacional dos Sindicatos Vermelhos, em formação.
- 11 - Dirigir a atuação dos parlamentares comunistas no Congresso Nacional.
- 12 - Os partidos integrantes da Internacional Comunista devem se organizar de acordo com o princípio do "Centralismo Democrático".
- 13 - Cada partido deve promover, periodicamente, expurgos para expulsar os elementos pequeno-burgueses e oportunistas.
- 14 - Cada partido membro da Internacional está obrigado a dar apoio incondicional à República Soviética na sua luta contra as forças contra-revolucionárias.
- 15 - Os partidos que, até então, tinham programas social-democráticos, são obrigados agora a substituí-los por programas revolucionários e submetê-los ao Komintern para ratificá-los.
- 16 - Todas as decisões tomadas pela Internacional devem ser seguidas pelos partidos a ela filiados.
- 17 - Cada partido da Internacional deve adotar o nome de comunista.
- 18 - A imprensa dos partidos comunistas está obrigada a publicar os documentos oficiais importantes da Internacional.
- 19 - Cada partido deve convocar um congresso para ratificar estas condições.
- 20 - Para pertencer à Internacional, cada partido deve contar com o apoio de, no mínimo, dois terços do seu Comitê Central.
- 21 - Todos os membros do partido que, em princípio, rejeitarem as condições e teses da Internacional, serão expulsos do partido.

(Carr, E.H. - V.3. - 1984:210-211) e Hobday, Charles (Org.) - 1986:433-436).

O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, nasceu e viveu atrelado a estas 21 condições impostas por Moscou. (Pinheiro, Paulo Sérgio - 1991:51-62).

GETÚLIO VARGAS E PRESTES

Quando a Coluna Prestes dissolveu-se em 1927, após ter percorrido grande parte do território nacional, seus líderes refugiaram-se na Bolívia e nos países vizinhos. Luís Carlos Prestes terminou se fixando na Argentina.

Quando Getúlio Vargas estava organizando a Revolução de 1930, procurou o apoio de Prestes, pois, era conhecedor do seu talento político e da sua capacidade de liderança. Encontrou-se com ele, secretamente, duas vezes, em Porto Alegre (dezembro de 29 e janeiro de 30). Prometeu-lhe que, se ele participasse daquele movimento revolucionário seria recompensado com um elevado posto na hierarquia militar. Afirmo William Waack que, "Getúlio e Oswaldo Aranha prometeram a Prestes liberdade de ação para os tenentes no Rio

Grande do Sul e dinheiro para que seu chefe, Prestes, pudesse comprar armas. Prestes recebeu oitocentos contos de réis (cerca de 80 mil dólares), uma pequena fortuna para a época, depositada num banco na Argentina". (1993:29). Prestes não interessou-se pelo movimento liderado por Getúlio, mas também não devolveu o dinheiro. "Ele o guardaria para financiar sua própria, a verdadeira revolução." (Idem - 1993:29).

Conta o historiador José Joffily que, após a vitória da Revolução de 30, dos 800 contos só restavam 600 contos de réis. "Tinham sido despendidos 200 contos na França. É que Orlando Leite Ribeiro fora destacado por Luís Carlos Prestes e seus companheiros de exílio para comprar como efetivamente o fez" material bélico do último tipo, "que,

aliás, nunca chegou ao seu destino." (1979:371). Quanto ao dinheiro restante, diz José Joffily: "Em relação aos 600 contos restantes, sabe-se que foram depositados em banco até as vésperas de Luís Carlos Prestes ser detido pela polícia de Buenos Aires, a pedido do Governo Washington Luís, em 2/10/30".

"Pressentindo a prisão e o consequente bloqueio do depósito bancário, o dinheiro foi sacado e escondido "numa lata de querosene" pelo seu companheiro da Coluna, capitão Emídio da Costa Miranda. Poucos poderiam imaginar que tão avultada importância (seria hoje quase 150 milhões de cruzeiros) viesse a financiar a Intentona Comunista de 1935, conforme ficou provado com a palavra da irmã de Prestes..." (1979:372).

PRESTES SE SUBMETE À III INTERNACIONAL

Em 1925, o Komintern ou III Internacional, instalou em Buenos Aires, um Secretariado para a América do Sul, e mandou para dirigi-lo o agente conhecido por Abraham Guralski. Naqueles dias, Prestes conheceu o chefe do partido comunista da Argentina, Vitorio Codovilla e, por seu intermédio, Prestes entrou em contato com o agente Guralski. Este referia-se ao líder brasileiro com esta expressão: "minha maior aquisição". (Waack, William - 1993:33).

Já se preparando para ingressar na III Internacional, em maio de 1930, Prestes lançou um Manifesto rompendo com os seus colegas com quem realizara a Coluna Prestes.

Em 1931, mais precisamente aos 22 de março, ele pediu ao representante do Komintern para ir para a União Soviética. Submeteu-se a todas as exigências impostas pelo Komintern, inclusive a de entregar aquele dinheiro que Getúlio Vargas lhe dera. Um telegrama de Arthur Ernst Ewert, militante alemão enviado para atuar na América do Sul, para Jossip Piatnitski, chefe do Serviço de Ligações Internacionais, é uma das provas documentais do dinheiro que Prestes pagou para filiar-se ao Komintern. O conteúdo do telegrama foi o seguinte: "De Ewert para Piatnitski. Prestes vai chegar no final de outubro em Moscou com mãe e irmãs. Ele aceitou totalmente todas as condições. Ele entregará todos os recursos ao Bureau. Entre eles estão também 20 mil dólares. Está diante da decisão de pedir(...) utilização da soma para movimento revolucionário na América do Sul, especialmente Brasil. Nossa proposta, não utilizar essa soma para nosso aparato, tememos consequências negativas disso. Parte da soma para trabalho de imprensa ilegal, e guardar um terço como fundo de reserva." (Waack, William - 1993:44). Este telegrama foi passado em 31 de agosto de 1931.

Prestes embarcou em Montevideu num navio, em 28 de setembro de 1931, e chegou a Moscou em 7 de novembro do mesmo ano. Passado o período de adaptação inicial, providenciaram para ele um "professor para o Capital e outro sobre tática". Além disso, estudou questões relativas ao campo no Instituto Agrário. Como convidado especial, participou de reuniões plenárias do Comitê, em 1932 e 33. (Waack, William - 1993:57). No dia 8 de junho de 1934, Prestes foi admitido como membro do Comitê Executivo do Komintern. Naquele mesmo ano, de Moscou veio a ordem para ele ser admitido nos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).



LUÍS CARLOS PRESTES



GETÚLIO VARGAS E LUÍS CARLOS PRESTES, EM 1945

PREPARANDO O LEVANTE DE 35



COMUNISTAS EMBARCANDO NUM TREM

A partir de então, em Moscou, Prestes e os seus colegas do Komintern começaram a planejar a insurreição comunista de 1935. Assim, em setembro de 1934, a cúpula dirigente do Partido Comunista Brasileiro viajou para Moscou, com o objetivo de participar da III Conferência dos partidos comunistas latino-americanos. Lá "os delegados brasileiros foram sabatinados exaustivamente pelos dirigentes do Komintern..." (Waack, William - 1993:70).

Retornando ao Brasil, a grande iniciativa do PCB foi o lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935. Esta agremiação política era uma frente ampla que agregava os comunistas, os "tenentes" de esquerda e os grupos contrários à ditadura getulista. Por ocasião do seu lançamento, "um jovem estudante de Direito - Carlos Lacerda - leu o manifesto do movimento e indicou para ser seu presidente de honra Luís Carlos Prestes, escolhido por aclamação". (Fausto, Boris - 1995:359). A presidência efetiva, oficial, da ANL, foi assumida pelo capitão Hercolino Cascardo, ex-interventor federal no Rio Grande do Norte. O crescimento da ANL foi rápido, chegando a alcançar, em julho de 1935, cerca de 100 mil filiados. A ANL tinha um programa contra o fascismo, que estava em ascensão na Itália e no Brasil; combatia o "imperialismo e o latifúndio". Mas, era a favor da reforma agrária, da nacionalização das empresas estrangeiras e das liberdades democráticas. Com base na Lei de Segurança Nacional, que fora sancionada por Getúlio Vargas em 4 de abril de 1935, o governo fechou a ANL.

Johan de Graaf, conhecido por "Jonny", foi encarregado de treinar as forças locais em técnicas de terrorismo, sabotagem e luta de rua. Esta era a sua missão específica. Mas, a missão geral era a seguinte: "Tendo em vista as condições políticas e econômicas do Nordeste do país, organizar em um prazo de nove meses a um ano o levante. Mais tarde avançar do Nordeste para o Sul. Em todas as outras partes do país deveriam ter lugar apenas levantes parciais, greves e atos de sabotagem para fixar ali as forças do governo Vargas." (Waack, William - 1993:83).

No início, Prestes queria fazer um levante apenas no Nordeste. Depois, foi convencido pelos estrategistas russos a fazer um levante de âmbito nacional.

Arthur Ernst Ewert era um militante alemão que veio, com Prestes, com a missão de dirigir o levante.

Olga Benário, que veio acompanhando Prestes, era uma agente do serviço secreto militar soviético. Sua missão era servir de guarda-costa ao líder brasileiro da Insurreição de 35. "Grávida de Prestes quando foram presos em março de 1936, no Rio de Janeiro, após o fracasso do levante, Olga foi deportada em agosto do mesmo ano para a Alemanha pelo governo de Getúlio Vargas, que sabia estar entregando uma comunista judia a um regime que já havia adotado bárbaras leis racistas e anti-semitas." (Waack, William - 1993:92). Olga morreu num campo de concentração, na Alemanha.

Os Agentes de Moscou

Para auxiliar os comunistas brasileiros a fazerem a Insurreição de 1935, o Komintern mandou para o Brasil vários elementos da sua confiança, que se instalaram no Rio de Janeiro. Verdade é que, em maio de 1935, já eram dez os agentes enviados por Moscou: os casais Graaf, Stuchevski, Ewert, Ghioldi e Prestes. Depois vieram alguns outros.

O casal Pavel V. Stuchevski veio com a missão de fundar, no Rio de Janeiro, o primeiro posto fixo de serviços secretos soviéticos. Além disso, controlava toda a operação do Komintern na Capital federal. Pavel era conhecido por Prestes e demais brasileiros pelo pseudônimo "Léon-Jules Vallée". Aliás, todos estes agentes soviéticos se escondiam por trás de um ou mais pseudônimos.

Para comandar o levante no Nordeste, foi escolhido um comunista brasileiro, Silo Meirelles, treinado em Moscou e homem da confiança de Prestes. (Waack, William - 1993:107).

O dinheiro que vinha de Moscou caía na conta do empresário Celestino Paraventi, amigo de Prestes, e proprietário da Café Paraventi, situado na rua Barão de Itapetininga, centro de São Paulo, freqüentado por intelectuais e elementos da elite paulista. (Idem - 1993:109).

Viajando num avião da Latécoère, empresa francesa, Prestes e Olga desembarcaram em Florianópolis, em abril de 1935. Vivendo sempre na clandestinidade, Prestes veio para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro fazendo as devidas articulações para detonar a Insurreição, cuja data prevista era dezembro de 35 ou janeiro do ano seguinte.

À medida que crescia a efervescência política, se intensificava a troca de telegramas entre os agentes comunistas instalados no Rio de Janeiro e a sede do movimento em Moscou.

“DECIDAM VOCÊS MESMOS”

A ordem de detonar o movimento insurrecional deveria ser dada pelos chefões de Moscou. Mas, diante da precariedade das comunicações e da incerteza de como estava realmente o cenário político brasileiro naquele momento, o Secretariado Político do Comitê Executivo do Komintern passou o seguinte telegrama:

“Questão da ação (o levante) geral decidam vocês mesmos quando acharem necessário. Assegurem apoio à ação do Exército pelo movimento operário e camponês. Tomem todas as medidas contra prisão de Prestes. Enviamos 25 mil por telégrafo. Mantenham-nos informados do rumo dos acontecimentos.” (Waack, William - 1993:203).



GOV. RAFAEL FERNANDES GURJÃO

É importante salientar duas coisas: primeiro, desde julho que os agentes de Moscou solicitavam o envio de 50 mil dólares para custear a Insurreição; segundo, este telegrama chegou no dia 27 de novembro, quando o levante já estava derrotado.

Para realizar o movimento insurrecional de 1935, Prestes e os seus comandados do Partido Comunista puseram em prática a 4ª condição ditada pelo Komintern: "Divulgar as idéias comunistas nas Forças Armadas". Por isso foram criadas células comunistas em quase todos os quartéis federais espalhados pelas capitais dos Estados. No caso do 21º BC, sediado em Natal, a célula do Partido Comunista era forte e atuante.

O movimento insurrecional de 1935 foi planejado para acontecer em todo o país, mas, Natal, ao sair na frente, pegou o resto do país de surpresa, o que certamente contribuiu muito para o seu fracasso.

NATAL ÀS VÉSPERAS DO LEVANTE

Quando o Dr. Rafael Fernandes começou a governar o Estado do Rio Grande do Norte, aos 29 de outubro de 1935, a situação política era muito tensa. Cafeístas e maristas (isto é, partidários de Café Filho e de Mário Câmara) continuavam inconformados com a decisão da Justiça, que dera vitória eleitoral ao Partido Popular, do Dr. Rafael Fernandes. Este, sem medir as consequências, baixou o Decreto nº 19, de 20 de novembro de 1935, extinguindo a Guarda Civil e, ao mesmo tempo, criou a Inspetoria de Polícia para fazer o policiamento da capital. Esta reforma administrativa foi uma verdadeira troca de afilhados. A Guarda Civil, que fora criada por Café Filho em 1932, estava cheia de cafeístas. E a Inspetoria de Polícia, criada para substituí-la, encheu-se de partidários do governador. Aquele decreto jogou no desemprego cerca de 300 homens. Naturalmente, os militantes comunistas souberam explorar, em proveito de sua causa, aquele clima de insatisfação.

Quanto ao 21º BC, sediado em Natal, que deu início à Insurreição de 35, registra na sua história uma série de sublevações, desde 1930, quando ele estava estacionado em Recife. (Costa, Homero de Oliveira - 1995:138-139). Não devemos esquecer de uma coisa: de 1930 até 37, imperou a indisciplina nas Forças Armadas Federais do Brasil, herança do movimento tenentista da década anterior.



STÁLIN, DITADOR DA URSS,
EM CUJO GOVERNO FOI DEFLAGRADA
A INSURREIÇÃO DE 1935, NO BRASIL

O 21º BC, responsável pelo Levante de 35 em Natal, vinha sendo preparado por elementos comunistas. Afirmo Homero de Oliveira Costa que, “nos meses de março a julho de 1935, esteve na guarnição o capitão Otacílio Alves de Lima, que servia no 29º BC de Pernambuco.” Era elemento “muito ligado a Luís Carlos Prestes” (1995:140). Por outro lado, em agosto de 1935, esteve “em Natal, o comunista Silo Meirelles”, que fora designado por Prestes para dirigir a Insurreição no Nordeste, conforme vimos anteriormente. Apesar da repressão policial, o PCB conseguiu formar algumas células em Natal e em Mossoró. Na capital, os comunistas dominavam o Sindicato dos Estivadores, com avultado número de filiados, assim como, implantaram no seio do 21º BC uma célula bastante decidida, forte e atuante. Em Mossoró, o PCB dominava o Sindicato dos Salineiros, o mais expressivo entre os demais existentes naquela cidade. (Costa, Homero de Oliveira - 1995: 56-57). No ano de 1935, a história sindical norte-rio-grandense registrou várias greves em setores importantes da atividade econômica.

Além disso, em meados de 1935, irrompeu na Várzea do Açú um movimento armado, liderado pelos comunistas Manoel Torquato e Miguel Moreira, invadindo fazendas, realizando pequenos comícios para mobilizar os camponeses e fazendo reféns. Apesar de ter sido reprimido pela Polícia, este movimento prolongou-se até 1936, mesmo após a derrocada da Insurreição iniciada em Natal. No auge, este movimento guerrilheiro chegou a reunir cerca de 200 homens, que agiam em pequenos grupos. (Idem - 1995:69-71).

Mas, o fato que determinou a eclosão da Insurreição Comunista de 35, em Natal, foi a ordem do General Manoel Rabelo, comandante da 7ª Região Militar, determinando o desligamento de vários militares do 21º BC em virtude de sua indisciplina. Este é o ponto de vista sustentado pelo sociólogo Homero de Oliveira Costa, e que parece ser o mais plausível.

Então, em cumprimento a esta ordem, no sábado, 22 de novembro de 1935, o Comandante do 21º BC, Tenente-Coronel José Otaviano Pinto Soares, já havia desligado daquela guarnição 28 militares. O Partido Comunista temia que, na segunda-feira, fossem desincorporados os seus militantes - cabos, soldados e sargentos - que atuavam lá dentro do 21º

BC. Por isso, após algumas reuniões, venceu a facção mais radical do Partido Comunista, que resolveu começar a Insurreição no domingo, 23 de novembro. Esta decisão pegou de surpresa as outras unidades militares sediadas nas outras capitais. (Costa, Homero de Oliveira - 1995:141-148).

No dia 23 de novembro de 1935, os militantes comunistas, que integravam as fileiras do 21º Batalhão de Caçadores, começaram, à noite, o movimento insurrecional. Aquele dia transcorreu tranquilo, rotineiro, sem anormalidade na vida da cidade. As autoridades - governador e secretários de Estado - estavam no Teatro Alberto Maranhão, assistindo à festa de formatura dos alunos de contabilidade do Colégio Marista.

A EXPLOSÃO DA INSURREIÇÃO

O ponto inicial do Levante de 35 aconteceu dentro do Quartel do 21º BC, cujo prédio estava localizado na Av. Rio Branco, onde o Governo Walfredo Gurgel construiu, nos anos 60, o colégio Winston Churchill. Naquele dia, por volta da 19 horas, o cabo Giocondo Dias, o sargento-músico Quintino Clementino Barros, o soldado Francisco Lima, o sargento Eliziel Henrique Diniz e outros militares, por eles instruídos, prenderam o Oficial de Dia e outros oficiais e subalternos que estavam naquele quartel. É desnecessário dizer que os insurrectos estavam bem armados e, sem perda de tempo, executavam o plano estratégico traçado anteriormente, por eles, para a tomada daquela unidade militar.

Pegos de surpresa, os Oficiais e demais militares que não aderiram àquele movimento, ficaram presos dentro do próprio quartel. Em seguida, o cabo Giocondo Dias tomou duas iniciativas: soltou os presos que estavam naquela unidade militar e, ao mesmo tempo, mandou tocar, várias vezes, o toque de recolher para chamar os soldados do 21º BC, que estavam nas proximidades do prédio. Segundo Homero de Oliveira Costa, naquele momento, “um grupo de civis, incluindo algumas mulheres, invade o quartel, se fardando e se armando. O maior número era constituído de estivadores, tendo à frente o presidente do Sindicato da União dos Estivadores, João Francisco Gregório. A todos eram dadas orientações para dar vivas a Prestes e à ANL.” (1995:86).

Posto o quartel sob o seu controle, os militares rebelados destacaram tropas para conquistar outros pontos estratégicos da cidade. Um destes grupos armados, chefiado pelo cabo Giocondo Dias, marchou em direção ao Teatro Alberto Maranhão com o objetivo de prender o Governador e demais autoridades que lá se encontravam. Quando este grupo descia pela rua São Tomé, onde existia uma delegacia policial, houve troca de tiros. O cabo Giocondo saiu ferido gravemente, sendo obrigado a se internar no Hospital Miguel Couto.



DINARTE MARIZ, LIDEROU A LUTA CONTRA OS COMUNISTAS

No Teatro Alberto Maranhão, logo que se ouviu a voz sinistra dos fuzis, a platéia começou a se retirar. Em vão, o governador Rafael Fernandes pedia calma aos presentes. Mas, logo que foi avisado de que se tratava de um levante do 21º BC, o governador e alguns dos seus auxiliares refugiaram-se, de início, na residência do Sr. Xavier de Miranda, que ficava na Av. Duque de Caxias. Momentos depois, estas autoridades estaduais se transferiram para o Consulado da Itália, cujo agente era o Sr. Guilherme Lettieri. Permaneceram aí até o final da insurreição comunista.

As outras autoridades se refugiaram no Consulado do Chile. Conta o Dr. João Medeiros Filho, Chefe de Polícia do Governo Rafael Fernandes, que "Carlos Lamas, tendo conhecimento de que na residência de Amador Lamas, seu irmão, estavam aquelas autoridades, providenciou para que Francisco Lamas, também seu irmão, com 15 anos de idade, fosse até a residência dele, Carlos, na rua das Virgens, hoje Câmara Cascudo, e de lá trouxesse a placa, a bandeira, o diploma e tudo mais que o credenciava como Agente Consular do Chile. Não obstante existir guarda de soldados comunistas na casa de Amador, conseguiu Chico Lamas ali penetrar, sobraçando a "encomenda" e fazer, depois, a aposição da placa no "hall" de entrada. Assim, intimados os Lamas a entregar os refugiados, disse-lhes o Carlos que, somente com ordem do

Embaixador do seu país poderia atendê-los. Fora disso, só com a invasão do Consulado e retirada à força dos mesmos refugiados, pois só estes reconhecia como autoridade legítima naquela conjuntura. Desse modo puderam todos no Consulado ficar tranqüilos, sem receber outra visita importuna." (1980:15).

E no meio de tanta bala, correrias, agressões e medo, onde estava o Chefe de Polícia, Dr. João Medeiros Filho? É melhor reproduzir a narrativa que ele escreveu sobre o seu zigue-zague, naquela noite até cair, de graça, nas mãos dos comunistas: "Pelas dezenove e meia hora, aproximadamente, estava na Av. Rio Branco, em companhia do Capitão Genésio Lopes, Delegado Auxiliar, quando se ouviram os primeiros disparos. Dirigimo-nos imediatamente ao local de onde partiram os tiros e lá nos deparamos com forças do Exército. Ato contínuo, fomos ao quartel da Polícia Militar e, depois de breve entendimento com o Capitão Joaquim de Moura, ficou a unidade de prontidão. Dali seguimos até a Inspetoria de Polícia, antiga Guarda Civil, transmitindo ordens no mesmo sentido. No trajeto, nosso automóvel foi alvejado. Entramos no Teatro Carlos Gomes, hoje Alberto Maranhão, e nos avistamos com o Governador e o Secretário Geral, narrando as ocorrências, sem poder explicar o seu significado".



DR. JOÃO MEDEIROS FILHO, CHEFE DE POLÍCIA DO GOVERNO, EM 1935



MONSENHOR WALFREDO GURGEL ARREGIMENTOU CIVIS PARA LUTAREM CONTRA OS COMUNISTAS NA SERRA DO DOUTOR

Fui diversas vezes, pessoalmente, ao Colégio Pedro II, vizinho ao Teatro, tentar uma ligação telefônica, e nada consegui. À notícia de que havia soldados do Exército nas imediações da sede do Banco do Brasil, na Avenida Tavares de Lira, esquina com a rua Dr. Barata, resolvi observar as coisas de perto. Depois de fazer recomendações ao Cabo que os comandava, ainda imbuído da idéia de que tudo era legal, entrei no escritório da Cia. Força e Luz, na mesma Avenida, e pedi uma ligação para o Batalhão policial, sendo informado de que estavam sendo atacados. Deveria ter compreendido no momento, confesso, que as anormalidades tinham um caráter subversivo. Liguei para o "21", sendo cortada a ligação. Mais um motivo para desconfiar. Devia estar cego e surdo, para não reconhecer a verdade. Telefonei para a Detenção, renovando as ordens de prontidão dadas à Polícia Militar e à Inspetoria de Polícia. Ainda no Teatro, ponto de convergência, pois ali estava o Governador, sugeri a este afastar-se para um local seguro nas imediações, e, em seguida, tomei a deliberação de ir à rua João Pessoa, na Cidade Alta, onde se dizia estar o Major Jacinto Tavares à frente de um contingente policial. Embora estranha a informação, agi automaticamente como se a prudência não me aconselhasse outra atitude. Nessa ocasião, prontificou-se Daniel Serquiz Farkat a sair comigo no seu automóvel, o que fiz juntamente com José Seabra de Melo, em demanda daque-

la artéria da cidade. Lá chegando, avistei, não o Major Jacinto Tavares, mas o Sargento Amaro Pereira, meu conhecido, com forças do Exército. Perguntando-lhe sobre a natureza dos acontecimentos, disse-me que estava cumprindo ordens, e, se quisesse uma confirmação, poderia encontrar-me com o Capitão Cordeiro, meu amigo, que estava no quartel do "21". Aí então esqueci as advertências que a mim mesmo fazia e me metia na boca do lobo. Ao transpor o portão do "21", cercaram-me, ansiosos, sendo desarmado e recolhido ao xadrez dos praças." (1980:14).

O ATAQUE AO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

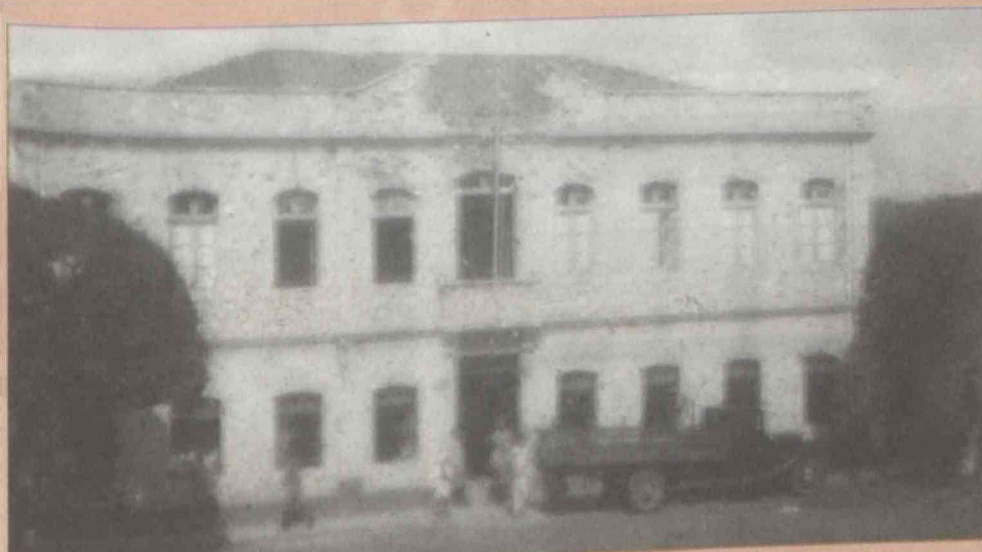
Outro episódio digno de destaque naquele movimento insurrecional foi o ataque dos comunistas ao quartel da Polícia Militar, que, na época, era localizado na Cidade Alta, no prédio onde funciona hoje a Casa do Estudante, à Praça Lins Caldas.

Não apenas o Governador do Estado, mas também o seu aparelho policial foi tomado de surpresa quando explodiu a insurreição. Por isso, quando o Chefe de Polícia ordenou que o quartel ficasse de prontidão, a soldadesca estava dispersa, restando no prédio um pequeno número de militares. Aos poucos, com o toque de recolher, os soldados foram se aglomerando no quartel até formar um contingente de 42 homens. E qual a munição de que dispunham? Segundo um informe do Cel. Luiz Júlio, então comandante do Batalhão da Polícia Militar, enviado ao

Governador, a munição e o armamento existentes no quartel eram os seguintes: "No começo da ação tínhamos neste quartel 300 (trezentos) fuzis ordinários, 4 (quatro) metralhadoras, 2 (duas) pistolas metralhadoras "Royal", cerca de 7.500 (sete mil e quinhentos) tiros para pistolas metralhadoras "Royal". Havia ainda no almoxarifado 52 (cinquenta e dois) revólveres e 2.500 (dois mil e quinhentos) cartuchos e ainda 4 (quatro) PISTOLAS "parabelum", estas sem munição. Toda a munição foi gasta no combate, mas todas as armas acima referidas foram conduzidas pelos rebeldes quando tomaram conta do quartel." (Filho, João Medeiros - 1980:21). Enquanto isso, os comunistas dispunham "de 130 mil tiros e armas automáticas consideradas então moderníssimas." (Idem - 1980:21).

O ataque ao quartel da Polícia

militar foi intenso, tendo durado, no mínimo, 17 horas de tiroteio. Segundo Costa, começou por volta das 21 horas do dia 23 de novembro e só terminou às 14 horas do dia seguinte, quando esgotou-se toda a munição existente ali. (Costa, Homero de Oliveira - 1995:90). Além de possuírem mais munição e melhor armamento, como vimos antes, os comunistas desfrutavam de uma excelente posição estratégica: ocupavam a parte mais alta do bairro de onde atiravam para o quartel que ficava na parte baixa, à margem do rio Potengi. Segundo João Maria Furtado, "os revoltosos assestaram metralhadoras contra esse quartel dentre outros pontos de cima da torre da matriz e da rua hoje João da Mata, arrombando o muro da casa n°. 606 da esquina e tirotearam o quartel desde às 21 horas até a manhã seguinte, quando se esgotou a munição da Polícia." (1976:126)



QUARTEL DA POLÍCIA (BOMBARDEADO) EM 1935

Em razão da função que ele exercia, o ódio dos insurretos era grande contra o Dr. João Medeiros Filho. Por isso, os comunistas mais radicais, por três vezes, tentaram fuzilá-lo fora do quartel. Só não o fizeram porque os elementos mais moderados, que na hierarquia do PC local ocupavam posições mais elevadas, sempre adiavam aquela decisão para depois. E assim escapou da morte o chefe de Polícia de Natal.

Esgotada a munição, os combatentes que estavam dentro do quartel procuraram escapar por trás do prédio metendo-se uns no matalagal à beira do rio e outros, como o Tenente Bilac de Farias que, sobrevivendo à chuva de balas, atravessou a nado o rio Potengi até chegar do outro lado, na praia da Redinha.

O Cel. Luiz Júlio, comandante da Polícia, assim como o Cel. José Otaviano Pinto Soares, comandante do 21º BC, foram presos quando tentavam fugir em direção à Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Refoles (Alecrim). O único que saiu pela frente do quartel foi o Tenente José Paulino de Medeiros, vulgo Ten. Zuza, que recebeu um tiro no braço, o qual foi amputado pelo Dr. José Tavares ao chegar ao Hospital. (Furtado, João Maria - 1976:126). Saíram do combate com ferimentos leves os sargentos Celso Anselmo Pinheiro e

Celso Dantas Neto, o cabo Severino Mendes e os soldados Antônio Jósimo e Antônio Gervásio Medeiros. (Costa, Homero de Oliveira - 1995:91).

No ataque ao quartel da Polícia Militar, morreu Luiz Gonzaga, vulgo "Doidinho", em torno do qual há uma grande polêmica a respeito de sua pertença ou não aos quadros da Polícia, antes daquele episódio. A Polícia o reverencia como seu mártir, enquanto a esquerda radical procura negar a legitimidade deste culto. Soldado ou não, ele foi o único que morreu dentre os que resistiram ao ataque dos comunistas ao quartel da Polícia Militar.

Os comunistas investiram também contra a cadeia pública (hoje, Centro de Turismo) soltando os presos que lá se encontravam; contra o quartel de Cavalaria da Polícia, onde houve tiroteio até o esgotamento da munição; contra a Inspetoria de Polícia assim como contra a Escola de Aprendizes de Marinheiro.

Para concluir o controle sobre a cidade, o sargento Quintino Clementino ordenou ao presidente do Sindicato dos Estivadores que controlasse o porto de Natal, não permitindo a entrada nem a saída de navios. Antes de os estivadores controlarem a situação portuária, algumas famílias natalenses se refugiaram nos navios que estavam atracados no porto. Havia no cais seis navios mexicanos, um brasileiro, o vapor Santos e dois outros vapores com nomes ingleses: Harriion Line e Both S. S. (Costa, Homero de Oliveira - 1995:94).

O COMITÊ POPULAR REVOLUCIONÁRIO

Controlada a cidade, os comunistas resolveram constituir uma Junta Governativa autodenominada **COMITÊ POPULAR REVOLUCIONÁRIO**, composto dos seguintes membros:

Membros	Cargos
1) Quintino Clementino de Barros (Sargento músico do 21º BC)	Secretário de Defesa
2) Lauro Cortês Lago (Funcionário da Polícia Civil)	Secretário de Interior e Justiça
3) João Batista Galvão (Secretário do Atheneu)	Secretário de Viação
4) José Macedo (Tesoureiro dos Correios)	Secretário de Finanças
5) José Praxedes (Sapateiro)	Secretário de Abastecimento

Esta Junta instalou-se na residência oficial dos governadores do Estado, chamada Vila Cincinato, localizada na Praça Pedro Velho. No dia 25 de novembro, a Junta baixou um decreto dissolvendo a Assembléia Legislativa e destituindo do cargo de governador, o Dr. Rafael Fernandes Gurjão, eleito recentemente. Além disso, lembrou-se do povo, mandando baixar o preço da passagem dos bondes, de 50 para 20 réis. (Costa, Homero de Oliveira - 1995:99).

O secretário de Abastecimento, o sapateiro José Praxedes, ordenou que o comércio e os bancos voltassem a funcionar normalmente. Como isto não aconteceu, os revolucionários começaram a fazer arrombamentos. O cofre do Banco do Brasil foi aberto com um maçarico pelo mecânico Manoel Severino. De lá, foi sacada a importância de 2.944:140\$500 (dois mil, novecentos e quarenta e quatro contos, cento e quarenta mil e quinhentos réis). Este dinheiro foi transportado para a Vila Cincinato.

No cofre da Recebedoria de Rendas foi realizado outro arrombamento, de onde levaram 93:873\$797 (noventa e três contos, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e noventa e sete réis). Segundo Costa, "na Vila Cincinato chega ainda dinheiro arrecadado, sob a forma de "requisição", da prefeitura de São José de Mipibu (3:200\$000) e da Agência de Renda Estadual (4:376\$000), esta por intermédio do sapateiro Jaime de Brito, do motorista Francisco Braz Leopoldo e do engenheiro Renato Peixoto. É arrombado o cofre da Recebedoria de Rendas de Natal, sendo retirados 154:178\$140". (Costa, Homero de Oliveira - 1995:100).

Estas quantias totalizaram cerca de 3 mil e 200 contos de réis.

Segundo o Relatório do Delegado de Ordem Social, Dr. Enock Garcia, elaborado em 18 de abril de 1936, "entre outras foram assaltadas e roubadas as seguintes casas comerciais: "A CHILENITA, M. MARTINS & CIA., (Agência Ford com um prejuízo de cerca de 200 contos), SEVERINO ALVES BILLA (Agente Chevrolet com cerca de 170 contos), VIÚVA MACHADO (Armazém de gêneros alimentícios), CIA. SUL AMERICA, VIANNA & CIA (Ferragens), CIA. SOUZA CRUZ, M. ALVES AFONSO (Joalheria), ARMAZÉM COPACABANA, MERCADO PÚBLICO e KIOSQUES adjacentes." No interior, segundo ainda o Dr. Enock Garcia, houve saques e depredações em Macaíba, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Vila Nova, Lagoa de Montanhas, Nova Cruz, Arês e

outras localidades tiveram muitos de seus estabelecimentos saqueados e depredados pelos amotinados, que, numa fúria tresloucada, iam implantando o terror e a desolação por toda a parte.” (Filho, João Medeiros - 1980:98-99).

Em meio à agitação daquele momento, o Comitê Popular Revolucionário resolveu editar um jornal, que recebeu o nome sugestivo de - A LIBERDADE. Soldados e civis armados invadiram as instalações da Imprensa Oficial, outra patrulha trouxe à força os tipógrafos que, sob a vigilância dos insurretos, compuseram a primeira e única edição do jornal A LIBERDADE. O poeta Otoniel Meneses e Gastão Correia, foram encarregados de dar uma forma jornalística ao material trazido da Vila Cincinato por Raimundo Reginaldo da Rocha, membro da direção do Partido Comunista. Foram rodados mais de mil exemplares deste jornal. No entanto, antes de serem distribuídos à população, os membros do Comitê Popular Revolucionário abandonaram o poder ante as notícias da derrota do movimento insurrecional em Recife e da vinda de tropas da Paraíba e do Ceará (23° BC) para retomarem o poder no Rio Grande do Norte.

A MARCHA PARA O INTERIOR

Inspirados na Coluna Prestes, os dirigentes comunistas organizaram três colunas para conquistarem o interior potiguar. Reforçados com os armamentos capturados no quartel da Polícia Militar, eles lotaram caminhões com militares e civis armados. Assim, nas primeiras horas do dia 25 de novembro de 1935, com lenços e bandeiras vermelhas, os caravaneiros revolucionários partiram para o interior dando vivas a Luís Carlos Prestes e aos ideais comunistas.



DA ESQUERDA PARA A DIREITA: OS COMUNISTAS ESTEVAM MACEDO, GIOCONDO DIAS, LUIS CARLOS PRESTES, CARLOS MARIGHELA E JOÃO DA COSTA FALCÃO

Uma coluna, comandada pelo poeta Benilde Dantas, tomou o rumo de Ceará-Mirim e Baixa Verde (hoje, João Câmara). Outra coluna partiu em direção ao Agreste chegando até a cidade de Nova Cruz, próximo à fronteira com a Paraíba. E uma terceira coluna seguiu em direção ao Seridó.

Em todas as cidades onde chegaram, os comunistas destituíam o prefeito, empossavam elementos da sua confiança; retiravam o dinheiro que, porventura, existisse no cofre da Prefeitura municipal; soltavam os presos que se encontravam na cadeia local e requisitavam do comércio comida para distribuírem com a pobreza. E nesta operação, muitos “espertos” metiam a mão no alheio, arrombando casas comerciais.

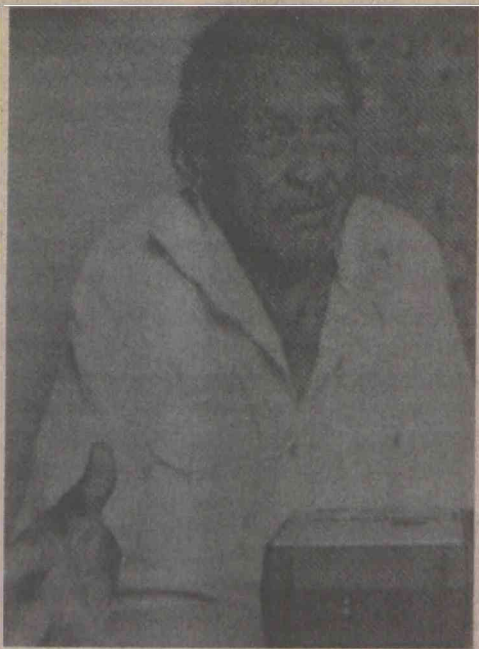
Este procedimento revolucionário repetiu-se, com pequenas nuances, nas seguintes cidades: Ceará-Mirim, Baixa Verde, Nova Cruz, Bom Jesus, Serra Caiada, Santa Cruz, São José de Mipibu, Arês, Goianinha, Canguaretama, Pedro Velho, Montanhas e São Gonçalo.

Só a coluna que dirigiu-se para o Seridó foi a que recebeu maior resistência. Os seus integrantes tiveram que enfrentar dois tiroteios: um em Serra Caiada e outro na Serra do Doutor, entre Santa Cruz e Currais Novos.

SERRA CAIADA E SERRA DO DOUTOR

Segundo o Dr. Enock Garcia, que, naquela ocasião, articulou-se com Dinarte Mariz para combater a coluna que tentava penetrar no Seridó, quando ambos se aproximaram de Serra Caiada, ouviram o tiroteio. Chegando mais perto, “estava Ivo Trindade, com nove presos e um morto.... O trabalho que ele fez foi extraordinário. Ele pegou um caminhão de revolucionários, um caminhão e mais um automóvel, ou dois. Reagiu contra esse povo todo, inesperadamente, todo mundo com arma besos, arma curta.” (Memória Viva - 1987:151). O restante da caravana chegou em Santa Cruz, onde impôs o seu poder revolucionário.

A essa altura dos acontecimentos, o Dr. Enock Garcia recebeu um bilhete do seu cunhado, nos seguintes termos: “Enock ou Dinarte: venham urgente. Macaíba tem mais de cem homens em armas, com metralhadoras, com tudo, esperando por vocês, no Sítio Oitizeiro, de Euclides Ribeiro.” (Memória Viva - 1987:154). Eles constataram que, naquele local, havia muita gente, muito entusiasmo, mas, pouquíssima munição. Foi quando, então, Dinarte Mariz resolveu ir à Paraíba, “pedir socorro ao governador Argemiro de Figueiredo (para quem já havia telegrafado, quando saímos de Caicó).” (Idem - 1987:155).



JOSÉ PRAXEDES, SAPATEIRO, SECRETÁRIO DE ABASTECIMENTO DO COMITÊ POPULAR REVOLUCIONÁRIO

Chegando em Campina Grande, Dinarte Mariz telefonou para o governador, o qual mandou que ele viesse a João Pessoa para conversarem melhor sobre o assunto. Ao mesmo tempo, em Campina Grande, Dinarte disse a um amigo: "Eu preciso, no mínimo, de cem mil cruzeiros de armas. Armas boas". O governador da Paraíba, "pôs tudo à nossa disposição, e mandou logo acordar os irmãos Chaves (dois oficiais da polícia paraibana da confiança dele) para descerem para o Rio Grande do Norte. Argemiro foi uma figura decisiva de nossa luta. E daí regressamos por Santa Luzia. Apanhamos as armas, lá, em Campina Grande." (Idem - 1987:156).

Enquanto Dinarte Mariz estava na Paraíba arregimentando homens e comprando armas e munições, numerosos seridoenses, liderados pelo então Padre Walfredo Gurgel, entrincheiraram-se na Serra do Doutor. Quando os comunistas iam passando naquele local, foram atingidos por centenas de balas, que destroçaram os caminhões impedindo que os comunistas avançassem. Até hoje não se sabe, ao certo, quantos morreram naquele tiroteio.

O depoimento do Dr. Enock Garcia foi importante para colocar um ponto final na polêmica existente entre os "intelectuais" sobre a presença ou não de Dinarte Mariz no tiroteio da Serra do Doutor. Diz o Dr. Enock: "Todo mundo queria que Dinarte tivesse tomado parte na Serra do Doutor. Ele não tomou parte na Serra do Doutor, como eu não tomei, como Humberto Gama não tomou. Lá, tomaram parte, esses oficiais que eu falei: Pedro Ciciliano, José Epaminondas, Genésio Cabral, Antônio Castro...e, inclusive muitos civis." (1987:155). Ora, o fato de Dinarte Mariz e o Padre Walfredo Gurgel não estarem presentes, apertando o gatilho de uma arma na Serra do Doutor, não desmerece o trabalho que eles realizaram. Na guerra, o papel desempenhado pelos generais é de inteligência e de liderança, e

não de executar operações no "front" do conflito.

Segundo ainda o Dr. Enock Garcia, "... esses batalhões que vieram da Paraíba, uns chegaram até Natal, outros ficaram em Nova Cruz, e foi se normalizando a situação, e eles foram voltando." (1987:156).

É oportuno lembrar, à esta altura da nossa narrativa, que do Estado do Ceará o governo também mandou socorro. No dia 25 de novembro, o 23º BC, estacionado em Fortaleza, deslocou-se para a cidade de Mossoró. (Costa, Homero de Oliveira - 1995:122).

A DEBANDADA

Com a chegada da notícia do fracasso do Levante em Recife, da vinda das tropas federais da Paraíba e do Ceará, assim como, da derrota dos insurretos na Serra do Doutor, tudo isso concorreu para que se dissolvesse o Comitê Popular Revolucionário. Na verdade, tinha chegado a hora de Murici: cada um cuide de si! Na madrugada do dia 27 de novembro, deixaram a Vila Cincinato: Lauro Lago, José Macedo e João Galvão. Queriam alcançar a Paraíba, mas, resolveram pernoitar em Canguaretama, na casa do Dr. Nizário Gurgel. No dia seguinte, prosseguiram a viagem, mas, foram identificados e presos pelo Batalhão Militar que vinha da Paraíba. Levavam consigo 210:180\$000 (duzentos e dez contos e cento e oitenta mil réis). Policiais da Paraíba prenderam também, em Pedra Preta, o sargento Quintino Clementino, um dos mais ativos na Insurreição, e Eliziel. Ambos

levavam consigo a importância de 8:000\$000 (oito contos de réis). (Costa, Homero de Oliveira - 1995:106). Por sua vez, o cabo Giocondo Dias tratou também de fugir. João Falcão, seu biógrafo, conta, em detalhes, o seu itinerário: "Primeiramente homiziou-se na casa de um tio de Lourdes, Antônio Tavares de Souza, que residia à Rua Marechal Floriano, no bairro de Petrópolis, defronte da cadeia pública. Ali permaneceu uma semana. Depois, D. Alzira Soriano, viúva, ex-prefeita de Lages - a primeira mulher no Rio Grande do Norte a assumir esse cargo - levou-o para a Vila Jardim do Angico, situada naquele município. Fazendo uma mudança arriscada - escondendo-o na carga de um caminhão - D. Alzira deixou-o na fazenda Primavera, de propriedade do advogado Paulo Teixeira, seu irmão. Nesse refúgio, Dias permaneceu mais de quatro meses..." (Falcão, João - 1993:77).



PRESTES FEZ, DE MEMÓRIA, UM DISCURSO PARA DEZ MIL PESSOAS

Entretanto, ele saiu deste esconderijo quase morto devido a sérios desentendimentos com o seu anfitrião. Preso, foi conduzido para a Detenção de Natal em abril de 1936. Graças à ordem do Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, todos os presos políticos foram postos em liberdade em 27 de junho de 1937. Uma vez solto, Giocondo Dias viajou para a Bahia, onde levou vida clandestina de 1937 a 1945. (Falcão, João - 1993:78-81). E o sapateiro José Praxedes, ex-secretário de Abastecimento, sumiu no meio do mundo, tendo mudado de nome e de identidade. Reapareceu, no final da vida, dando uma entrevista a um jornalista.

Dos 3:200.000\$000 (três mil e duzentos contos de réis) sacados pelos comunistas em Natal, a Polícia conseguiu recolher "menos da terça parte", afirma o Dr. João Medeiros Filho. E acrescenta: "Além de inúmeros comunistas terem fugido conduzindo dinheiro que foi dividido a mancheas na Vila Cincinato, alguns ficaram sonhando com o tesouro escondido, restam os que o povo na sua ironia atroz batizou de - "Achadores de dinheiro". (Furtado, João Maria - 1976:130).

A REPRESSÃO

Com a volta do Dr. Rafael Fernandes ao comando do Estado, começou a fase da repressão e, conseqüentemente, da abertura de inquéritos para se apurar a responsabilidade dos que participaram daquela insurreição. Naquele momento houve muitas injustiças. Verdade é que, muitos cafeístas e maristas, isto é partidários de Café Filho e de Mário Câmara, participaram daquele movimento pensando que o seu objetivo fosse a derrubada do governo de Rafael Fernandes. Mesmo assim foram alvo de perseguições atroz, presos e processados. Entre os civis, segundo levantamento feito por Homero de Oliveira Costa, foram indiciadas 471 pessoas, das quais foram condenadas 129, isto é 27,38%. Quanto aos militares, foram indiciados 238, dos quais foram condenados apenas, 39, ou seja, apenas 16,38%.

No entanto, é importante chamar a atenção para este fato: dos militares indiciados, 202 pertenciam ao 21º BC e, apenas 16 à Polícia Militar do Estado. Este fato é bastante revelador: vem comprovar o papel decisivo desempenhado pelos integrantes do 21º BC naquele episódio da nossa história política. (Costa, Homero de Oliveira - 1995: 162-163).

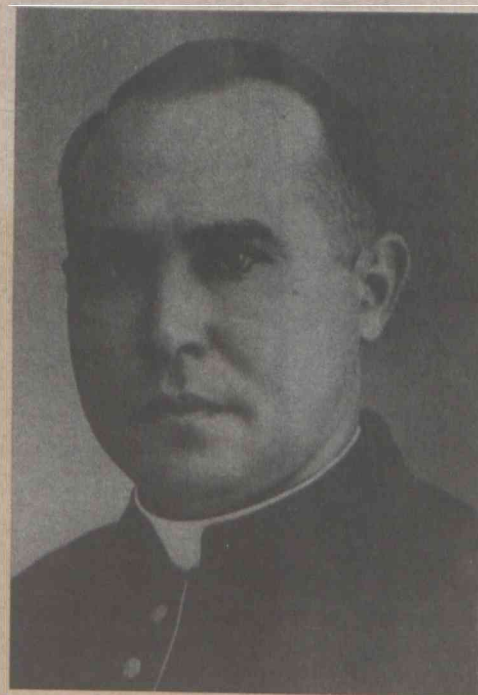
A REAÇÃO CATÓLICA

Com a volta à normalidade, a Igreja Católica promoveu, em Natal e no interior, atos públicos "em desagravo ao atentado comunista à civilização cristã, e em ação de graças a Deus pela vitória da legalidade". (A Ordem - 07 de dezembro de 1935).

Assim, no dia 7 de dezembro daquele ano, fez-se uma procissão que saiu da Igreja do Bom Jesus, na Ribeira, e foi terminar na Igreja de São Pedro, no Alecrim. Uma grande multidão participou daquele ato público e religioso, conduzindo a imagem do Bom Jesus das Dores. No dia seguinte, logo cedo, D. Marcolino Dantas, Bispo de Natal, celebrou uma missa campal em frente à Praça Pedro II, no Alecrim.

No dia 15 de dezembro de 1935, houve outra missa campal, às 7:30 horas, na Praça Sete de Setembro, mandada celebrar pelo governo do Estado, em ação de graças "por ter sido jugulado o movimento comunista rebentado no Rio Grande do Norte". O celebrante foi o Mons. João da Mata, que era, naquele tempo, o Presidente da Assembléia Legislativa. No seu sermão, ele salientou "as nossas tradições históricas, para provar que o Brasil repele o comunismo materialista e anti-cristão." (A Ordem - 17/12/35).

Com a promulgação da nova Constituição do Estado, em 22 de fevereiro de 1936, foi introduzido o ensino religioso nas escolas públicas. No dia 04 de novembro de 1936, o Diário Oficial do Estado publicou a lei nº 27, através da qual o Presidente da Assembléia, Mons. João da Mata, regulamentou a matéria.



MONS. JOÃO DA MATA PAIVA

Em setembro de 1937, por iniciativa de D. Sebastião Leme, Cardeal do Rio de Janeiro, o episcopado brasileiro lançou uma Carta Pastoral. Ao clero foi recomendado a divulgação daquele documento em todas as paróquias e associações religiosas. Entre outras coisas, afirmavam os Bispos: "Não é sobre um ou outro de nossos dogmas que se lança a dúvida; é sobre a existência do Cristianismo ou a sua negação radical que se trava a luta gigantesca. Já se não discute sobre esta ou aquela religião; o que se pretende, num esforço de imenso orgulho, é eliminar a Deus da vida humana e construir o futuro sobre o ateísmo mais intratável..." (A Ordem - 03/09/1937).

Para levar ao operariado brasileiro os princípios da Doutrina Social da Igreja, espalharam-se por todo o Brasil os Círculos Operários Católicos. Este movimento tinha sido fundado no início dos anos 30, pelo Padre Brentano, no Rio Grande do Sul. Em Natal, o primeiro Círculo Operário Católico foi fundado no bairro das Rocas pelo, então, Padre José Adelino Dantas, em outubro de 1936.

Fez parte, igualmente, desta reação católica, a colocação de crucifixos nas escolas e repartições públicas.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1995 - Fausto, Boris - História do Brasil, São Paulo, Edusp.
- 1954 - Wanderley, Sandoval - Minha Luta Política, Natal - RN.
- 1992 - Câmara Adauto da - O Ocaso da República Velha no Rio Grande do Norte (memórias), Rio de Janeiro, Editoração Vida.
- 1966 - Filho, Café - Do Sindicato ao Catete, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1º volume.
- 1973 - Medeiros, Tarcísio - Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte, Natal, Imprensa Universitária.
- 1985 - Ferreira, José de Anchieta - Histórias que não estão na História, Natal, Editora Clima.
- 1976 - Furtado, João Maria - Vertentes, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Ltda.
- 1982 - Mariz, Marlene da Silva - A Revolução de 30 no Rio Grande do Norte, Brasília, Cegraf.
- 1930 - Decretos do Governo Revolucionário, Natal, Imprensa Oficial.
- 1931 - Decretos do Governo, Natal, Imprensa Oficial.
- 1932 - Decretos do Governo, Natal, Imprensa Oficial.
- 1933 - Decretos do Governo, Natal, Imprensa Oficial.
- 1935 - Decretos do Governo, Natal, Imprensa Oficial.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1977 - Carr, E. H. - A Revolução Bolchevique, Porto, Edições Afrontamento, Volume I.
- 1982 - Labica, Georges et Alii - Dictionnaire Critique du Marxisme, Paris, Presses Universitaires de France.
- 1978 - Claudín, Fernando - La Crisis del Movimiento Comunista, Barcelona, Ibérica de Ediciones y Publicaciones, Tomo I.
- 1990 - Galli, Giorgio - Storia dei Partiti Politici Europei, Milano, Rizzoli- Libri.
- 1993 - Waack, William - Camaradas: nos Arquivos de Moscou: A História da Revolução Brasileira de 1935, São Paulo, Companhia das Letras.
- 1984 - Carr, E. H. - A Revolução Bolchevique, Porto, Edições Afrontamento, Volume 3.
- 1986 - Bernstein, Serge et Alii - Histoire du Vingtième Siècle, Paris, Hatier, volume I
- 1991 - Pinheiro, Paulo Sérgio - Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935, São Paulo, Companhia das Letras.
- 1986 - Hobday, Charles (Org.) - Communist and Marxist Parties of The World, London, Longman House.
- 1979 - Joffily, José - Revolta e Revolução, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- 1995 - Boris, Fausto - História do Brasil, São Paulo, Edusp/FDE.
- 1995 - Costa, Homero de Oliveira - A Insurreição Comunista de 1935, São Paulo Editora Ensaio/Cooperativa Cultural da UFRN.
- 1980 - Filho, João Medeiros - 82 Horas de Subversão, Brasília, CEGRAF do Senado Federal.
- 1976 - Furtado, João Maria - Vertentes (Memórias), Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Ltda., 1ª Edição.
- 1987 - Garcia, Enock, - in Memória Viva, Natal, Nossa Editora.
- 1935 - Jornal A Ordem - 07 de dezembro,
- 1935 - Idem - 17 de dezembro
- 1937 - Idem - 03 de setembro.
- 1993 - Falcão, João - Giocondo Dias, a Vida de um Revolucionário, Rio de Janeiro, Editora AGIR.

NATAL ANTES DA II GUERRA MUNDIAL

Para se ter uma idéia do impacto social, econômico e cultural causado pela II Guerra em Natal, é necessário se conhecer alguns indicadores da cidade e do Estado durante a década de 30.

Naquela época, Natal era uma cidade pequena, de hábitos provincianos, usando chapéu e palestrando nas calçadas após o jantar. Venerava o Padre João Maria e tinha na festa da padroeira, Nossa Senhora da Apresentação, a sua maior festa social. Sua população, estimada em 50 mil habitantes, dividia-se entre os bairros da Ribeira, centro comercial, político e cultural da cidade, do Tirol, Petrópolis, Cidade Alta, Rocas e Alecrim, considerado o "cais do sertão". Em direção ao Sul, Natal terminava naquele cruzamento da Av. Salgado Filho, na altura do Estádio do Machadinho, com o conjunto D. Jaime Câmara, na Potilândia. Ali foi colocado um Posto Fiscal, para cobrança de impostos sobre as mercadorias trazidas para a capital.

POSTES SINALEIROS

Para controlar o trânsito dos automóveis, foram inaugurados em 24 de outubro de 1932, no grande ponto, dois semáforos que, na época, eram chamados de "Postos Sinaleiros" ou "Sinais Iluminativos-", (A República - 26/10/32). A instalação destes semáforos resultou de uma iniciativa de Café Filho, quando foi chefe de Polícia em 1932, e os considerava como "sinais da civilização".

Quantos veículos a cidade possuía? De acordo com levantamento feito pelo Departamento Estadual de Estatística, a situação era a seguinte, em 1938:

VEÍCULOS	NATAL	ESTADO
Automóveis	256	503
Caminhões	86	526
Motocicletas	22	81
Bicicletas	71	306

A República - "Página Estatística" - 02/08/1938.

Não havia um sistema de ônibus, transporte coletivo que surgiu na década de 40. Assim, quem não tinha um destes veículos acima relacionados, deslocava-se a pé, ou a cavalo, ou então nos velhos bondes da empresa Força e Luz Nordeste do Brasil. Os bondes circulavam da Esplanada Silva Jardim, na Ribeira, até à Praça Gentil Ferreira, no Alecrim. De lá seguiam até ao Aero Clube (em frente ao 16º R.I.), de onde desciam em direção a Petrópolis, até chegar à Av. Getúlio Vargas.

ESTRADAS

No que se refere às estradas, a situação era precaríssima. O prefeito Gentil Ferreira de Souza, que governou Natal, a segunda vez, de outubro de 1935 até o início de janeiro de 1942, abriu uma estrada carroçável para a praia de Ponta Negra, em 1936; em janeiro de 1938, ele inaugurou uma estrada carroçável para Pirangi do Sul (A República - 01/01/1938). Além destas, fez estradas carroçáveis para os povoados de Pium, Cajupiranga, Pitimbu e Jiqui.

Em direção a Macaíba, o tráfego era feito pela estrada de barro, aberta entre a margem do rio Potengi e o sopé das dunas. Durante o inverno, os atoleiros eram freqüentes e insuportáveis. Para Ceará-Mirim, não havia estrada para automóveis nem caminhão, tudo era transportado pela Estrada de Ferro, via Igapó.

BANCOS

Do ponto de vista econômico, o Rio Grande do Norte tinha no algodão, no sal e na cera de carnaúba, o suporte maior da sua economia. A indústria era embrionária. Natal, cidade mais adiantada, possuía de 10 a 12 pequenas indústrias, todas ligadas ao setor tradicional. Natal possuía os seguintes bancos: Banco do Brasil, Banco do Rio Grande do Norte, Banco dos Auxiliares do Comércio e o Banco Comércio e Indústria, este último fundado em março de 1940, com capital da terra. Em janeiro de 1939, o Interventor Rafael Fernandes inaugurou o edifício-sede do Banco do Rio Grande do Norte, no cruzamento da Av. Tavares de Lira com a rua Nísia Floresta.

SAÚDE

Quanto à saúde pública, a cidade contava com os seguintes estabelecimentos: a Maternidade Januário Cicco, em fase de construção; o Hospital Miguel Couto (hoje, Onofre Lopes), a Policlínica do Alecrim, em fase de expansão; o Asilo de Alienados, no Alecrim; o Hospital São João para atendimento de tuberculosos, doença com grande incidência naquela época; a Colônia São Francisco de Assis, para tratamento de leprosos. Nesta reconstituição, não podemos olvidar o trabalho benemérito do Dr. Varela Santiago, que fundou, em 1917, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância que, em 1936, transformou-se em Hospital Infantil. Mesmo assim, a mortalidade infantil alcançava cifras alarmantes em Natal. Verdade é que, em 1941, ela ficou em torno de 48,60%, isto é, de 1.473 crianças nascidas vivas naquele ano, sobreviveram ao 1º ano de vida, apenas 757. (A República - 11/08/1942).

O GRANDE HOTEL

Para atender à demanda da aviação comercial, cujos escritórios já estavam instalados em Natal, o Interventor Rafael Fernandes Gurjão construiu o Grande Hotel, no bairro da Ribeira. Quem construiu foi o Engenheiro Gentil Ferreira de Souza, que era também o Prefeito da capital. Este edifício foi inaugurado solenemente na noite do dia 13 de maio de 1939, comum baile promovido pela Associação Feminina de Atletismo, realizado no salão nobre.

TELEFONES À MANIVELA

Desde 1928 que instalou-se, em Natal, a empresa Força e Luz Nordeste do Brasil, subsidiária de capital inglês, que era a concessionária dos serviços de bonde, telefonia e energia elétrica. No final dos anos 30, a cidade dispunha de 378 aparelhos telefônicos, acionados à manivela, sendo 271 instalados em casas residenciais e comerciais, 91 em repartições públicas e 16 a serviço da empresa mantenedora. (A República - 21/07/1938).

A WESTERN TELEGRAPH

Para integrar Natal aos grandes centros populacionais do país, o Rotary Club de Natal liderou um movimento para trazer para a capital potiguar uma estação da Western Telegraph, empresa inglesa que atuava neste setor em várias capitais brasileiras. No dia 25 de fevereiro de 1939, foi inaugurada em Natal a sua 14ª estação, num prédio onde, hoje está a DUMBO Publicidade. Sua agência funcionava na Av. Nísia Floresta, no bairro da Ribeira. Ali, o jornalista Luiz Maria Alves recebeu os primeiros telegramas de Londres noticiando o início da II Guerra Mundial na Europa.

A DIFUSORA DE LUIZ ROMÃO

Sem uma emissora de rádio, Natal assemelhava-se a uma cidade do interior. Deliciava-se com os programas da difusora do Sr. Luiz Romão, chamada Indicador da Agência Pernambucana. A partir de 1938, ele começou a instalar os seus auto-falantes distribuídos em quase todos os bairros da cidade. Chegou a ter 22 auto-falantes. Três grandes programas, misturando músicas com os noticiários da guerra, eram transmitidos diariamente para os quatro cantos da cidade. Os artistas locais tinham amplo acesso aos microfones do Indicador da Agência Pernambucana. Mesmo após a inauguração da REN, a difusora do Sr. Luiz Romão continuou prestando importantes serviços à população natalense até o final dos anos 40.

Em 1936, foi realizada, em Natal, a primeira tentativa para se instalar aqui uma emissora da rádio à semelhança do que vinha acontecendo nas outras capitais. A Rádio Sociedade do Rio Grande do Norte chegou a funcionar em fase experimental. Mas, por falta de 200 contos de réis, ela deixou de ser legalizada.

A RÁDIO EDUCADORA DE NATAL (REN)

A pesar de ter fracassado a primeira tentativa para se criar aqui, uma emissora de rádio, a idéia não morrera. Verdade é que, em janeiro de 1939, surgiu outro movimento para levar aquela idéia avante. As primeiras reuniões foram realizadas no Aero Clube para se organizar a Rádio Educadora de Natal (REN). Confessava Filgueira Filho, um dos entusiastas, que, "os eternos descrentes riram perdidamente diante do disparate: Natal com estação de rádio? Era lá possível o que! ... E seguiu a clássica campanha do ridículo".

Em fevereiro de 1939, já estavam prontos os Estatutos e a primeira diretoria eleita: Presidente - João Galvão Filho; Vice - Dr. Januário Cicco; 1º Secretário; Sílvio de Souza; Orador - Dr. Paulo Viveiros; Procurador - Dr. Francisco Ivo Cavalcante; Diretor de Rádio - Dr. Luís da Câmara Cascudo; Diretor Artístico - Valdemar de Almeida; Diretor de Publicidade - Aderbal de França.

A primeira providência tomada por esta diretoria foi vender ações aos sócios proprietários, que totalizaram mais de 50:000\$00 e, em março do mesmo ano, as prefeituras municipais do interior do Estado começaram a enviar as suas contribuições para a REN, alcançando o montante de 15:600\$000.

Em abril de 1939, realizou-se o lançamento da pedra fundamental do prédio da REN, na Avenida Deodoro, em terreno doado pelo Governador do Estado, Dr. Rafael Fernandes. A planta do referido prédio foi traçada por Carlos Lamas e a construção ficou a cargo do Dr. Gentil Ferreira de Souza. No mês seguinte, a diretoria fez junto ao comércio a campanha do cimento para a construção do edifício. O Dr. Dioclécio Duarte, num gesto de entusiasmo e grandeza, doou toda a pedra necessária aos alicerces do prédio.

Enquanto a construção se erguia, eram promovidas as Festas do Microfone (foram três), realizadas no Cine Rex e no Teatro Alberto Maranhão. Os artistas da terra - Protásio Melo, Paulo Lyra, Pedro Duarte, Dulcinha Pinto, Elza Dantas e outros - participavam daquelas programações para concorrer aos prêmios oferecidos pela Ford. Naquelas festinhas, o Dr. Josué Silva era apresentado como o futuro locutor da REN, título invejado por muita gente.

Aos 22 de janeiro de 1941, foi inaugurada a torre da REN, medindo 52 metros de altura, trabalho de montagem realizado pelo técnico Ramon Ziemkiewicz. No final de março de 1941, chegaram ao porto de Natal os demais equipamentos desta emissora. Em outubro daquele ano, o Governo Federal autorizou o funcionamento da REN, em caráter experimental. Em novembro do mesmo ano, a Diretoria Geral dos Correios e Telégrafos deu a autorização definitiva para o seu funcionamento.

Com a benção de D. Marcolino Dantas, realizou-se a solene inauguração da Rádio Educadora de Natal (REN), aos 30 de novembro de 1941. Foi a primeira emissora de rádio do Rio Grande do Norte. Em fevereiro de 1944, a REN foi incorporada aos Diários e Rádios Associados, do Dr. Assis Chateaubriand, passando a chamar-se Rádio Poti.



SEGUNDA SEDE DO DIÁRIO NA RUA DE BARATA
(BAIRRO DA RIBEIRA)

A VIDA CULTURAL

Na década de 30, a vida intelectual da cidade girava em torno do velho Atheneu Norte-rio-grandense, que reunia no seu corpo docente, a fina flor da intelectualidade. A Academia Norte-rio-grandense de Letras surgiu em novembro de 1936, mas, até 1940, ela foi ofuscada pela Academia de Letras do Atheneu. O Instituto Histórico vivia a sua fase áurea sob a direção do historiador Nestor dos Santos Lima.

Preenchendo uma lacuna na vida intelectual da cidade, o Sr. João Nicodemos de Lima instalou o 1º SEBO DE NATAL, em janeiro de 1939. Funcionava na Av. Tavares de Lira, nº 70, na Ribeira.

Em julho ou início de agosto de 1939, surgiu, na esquina do Natal-Club, a 1ª Banca de Jornal da cidade. (A República - Sociais -05/08/1939).

Ainda em 1939, Sandoval Wanderley e o decorador Gim instalaram na Av. Tavares de Lira, a 1ª Agência de Publicidade de Natal. (A República - 18/07/1939).

Na Música Clássica, o pianista Oriane de Almeida encantava Natal e já se projetava no Sul do país, fazendo recitais em São Paulo. (A República - 02/12/1939).

Manoel Rodrigues de Melo, Edmundo de Melo Lima e Antônio Soares Filho publicavam, em agosto de 1939, o 5º número da revista NORDESTE, circulação mensal. (A República - 17/08/1939).

Por sua vez, Aluísio Alves e Vingt-un Rosado lideravam, em 1940, um movimento para a criação de uma BIBLIOTECA HISTÓRICA NORTE-RIO-GRANDENSE chegando a instituir uma rede de agentes em quase todos os municípios do Estado. Vários livros sobre fatos e pessoas do Rio Grande do Norte foram publicados em consequência deste movimento. ANGICOS, de autoria de Aluísio Alves, foi o primeiro a ser publicado.

Para finalizar a reconstituição cultural desta época, é importante ressaltar o surgimento do Movimento Esperantista, em Natal, no segundo semestre de 1940. Lideraram este movimento Moacir S. Cunha, Arlindo Castor de Lima, Luiz Maria Alves, Prof. Paulo de Oliveira, José Gurgel Filho e outros. No dia 10 de novembro de 1940, tomou posse a primeira diretoria da Associação Potiguar de Esperanto, presidida por Moacir S. Cunha. Este movimento ainda hoje existe em Natal.

A AVIAÇÃO COMERCIAL OS FRANCESES

Desde 1920, que Natal começou a receber as atenções das empresas aéreas da Europa. Naquela época, elas estavam interessadas em expandir os seus vôos comerciais para a América do Sul. Linhas aéreas intercontinentais, ligando Paris a Buenos Aires, ou Roma à capital portenha, foram instaladas tomando Natal como escala imprescindível. Por isso, a partir de 1922, convergiram para a capital potiguar as de várias nacionalidades: franceses, alemães, americanos, italianos e, por último, os espanhóis. (Para maiores detalhes, consultar - Medeiros, Tarcísio - 1973:160-186).

Em decorrência desta expansão comercial, os primeiros que chegaram ao Brasil foram os franceses. Segundo Paulo Pinheiro de Viveiros, "em 1925, uma missão francesa visitou o Brasil com o encargo de reconhecer e estudar o percurso Natal-Buenos Aires; prepararam-se, deste modo, e a partir de então, 37 campos de pouso, na longa faixa oriental do Atlântico Sul, enquanto nove outros eram feitos por iniciativa de outros países interessados." (1974:19). Na qualidade de piloto da Compagnie Générale Aéropostale (CGA), empresa que substituiu a Latecoère, Paul Vachet, procedente de Maceió, aterrissou na praia da Redinha, em 17 de julho de 1927. Veio com a missão de descobrir um local adequado para construir um campo de pouso. Depois de conversar com algumas pessoas, ele resolveu seguir a orientação do Sr. Luís Tavares Guerreiro, Coronel do Exército, que era profundo conhecedor dos tabuleiros que circundam Natal. Então, Paul Vachet, Luís Tavares Guerreiro e outras pessoas foram até a propriedade do comerciante português, Manoel Machado, nos tabuleiros de Parnamirim. A penetração no terreno se fez através da linha do trem. Lá encontraram o local ideal para a atividade aviatória. Percebendo a importância daquele empreendimento, o Sr. Manoel Machado fez doação de um terreno medindo 1.000 metros por 1.000 metros. (Viveiros, Paulo Pinheiro de - 1974:20). De imediato foram iniciados os trabalhos de desmatamento daquela área e passada a escritura. Assim surgiu o campo de aterrissagem de Parnamirim. Inaugurou-o o avião "Nungesser-et-Coll", pilotado por Le Brix e Costes, em outubro de 1927, procedente de São Luís do Senegal.

Naquela época, a comunicação terrestre, entre Natal e o Campo de Pouso de Parnamirim, era feita por uma estrada carroçável, que partindo de Natal em direção a Macaíba, na altura de Guarapes, dobrava à esquerda para alcançar Parnamirim, passando antes, pelo engenho Pitimbu. Em agosto de 1928, a Aéropostale inaugurou a estação telegráfica no Campo de Pouso de Parnamirim. Em setembro daquele ano, começou a ser feito o transporte aéreo de cartas do Brasil para a Europa. Em dezembro daquele mesmo ano, esta empresa inaugurou o seu escritório na Av. Tavares de Lira. (Viveiros, Paulo Pinheiro de - 1974:21). Em 1936, a Compagnie Générale Aéropostale foi comprada pela Air France.

OS ALEMÃES

Quase ao mesmo tempo dos franceses, vieram os alemães. Assim, em 1927, eles fundaram, no Rio de Janeiro, a Empresa Sindicato Condor Ltda., que atuava na linha Rio de Janeiro - Porto Alegre. Em fevereiro de 1930, a CONDOR ampliou a sua linha de Porto Alegre até Natal. Aqui, "a CONDOR tinha suas instalações na praia da Limpa (Montagem), próxima à foz do rio Potengi, na sua margem direita; dispunha de hangares, hotel, casa de aviadores. Os nomes de seus aparelhos em tráfego pelo Brasil, eram tirados da terminologia indígena.... Nada menos de 17 Estados brasileiros e 5 países sul-americanos eram ligados pelas suas linhas e serviços." (Viveiros, Paulo Pinheiro de - 1974:30). Segundo Aldo Pereira, a CONDOR representava os interesses da Deutsche Lufthansa na América do Sul (1987:41).

OS AMERICANOS

Em primeiro lugar, chegaram em novembro de 1929, os aviões da NYRBA LINE, que pousaram no rio Potengi e em Parnamirim. No ano seguinte, 1930, apareceu o 1º aparelho da PAN AMERICAN AIRWAYS em Natal. A PANAIR DO BRASIL tornou-se subsidiária da PAN- AMERICAN. Logo que começaram a fazer escala em Natal, os aparelhos da PANAIR "atracavam num flutuador, preso a uma bóia, em frente do lugar denominado Passo da Pátria à margem direita do rio Potengi; durante muito tempo, foi aquele o porto da companhia. Quando, porém, o movimento aumentou, a empresa obteve aforamento de um terreno da Marinha, à margem direita do rio Potengi, no lugar denominado Montagem, e ali construiu seu aeroporto. Até o ano de 1941, explorou a linha que passava sobre Natal, utilizando-se sempre de hidroaviões". (Viveiros, Paulo Pinheiro de - 1974:33).

OS ITALIANOS

No dia 5 de julho de 1928, dois aviadores italianos - Carlos Del Preste e Arturo Ferrarin - realizaram o voo Roma-Natal, sendo que foram pousar na praia de Touros. Em Janeiro de 1931, o General Ítalo Balbo chegou aqui com uma esquadrilha de dez aviões, trazendo a coluna Capitolina. A partir de 1924, os italianos começaram a estudar a instalação de uma linha aérea interligando Roma - Buenos Aires, com escalas em Natal e Rio de Janeiro. Os estudos prosseguiram até o final da década de 30. Finalmente, aos "11 de janeiro de 1940, instalou a ALA LITTORIA sua agência em Natal, sendo seu representante o Sr. G. Lettieri... Construíram os italianos um campo ao lado do da AIR FRANCE, em Parnamirim; levantaram junto a ele hangares, casa de pilotos e fizeram outros melhoramentos de vulto". (Viveiros, Paulo Pinheiro de - 1974:41).

Quando começou a II Guerra Mundial, retiraram-se do espaço aéreo norte-rio-grandense os aviões da AIR FRANCE, da CONDOR e da LATI. Ficaram, apenas, os aparelhos da PANAIR DO BRASIL por ser uma subsidiária da PAN-AMERICAN. (Idem - 1974:33).

II-A MOBILIZAÇÃO MILITAR

Com a eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945), o Rio Grande do Norte e, particularmente Natal, foi alvo, pela terceira vez, de estratégias internacionais. A primeira foi no século XVII, quando ocorreu a invasão holandesa; a segunda, em 1935, com a Insurreição Comunista; e a terceira, no período de 1941-45, com o advento dos americanos que, aqui, se instalaram para combater os alemães a partir do Norte da África. Por conseguinte, a nossa posição estratégica no continente americano nos tornou vulneráveis às estratégias internacionais.

Por isso, logo que a II Guerra Mundial foi deflagrada na Europa, em setembro de 1939, as autoridades norte-americanas começaram a se aproximar do Presidente Getúlio Vargas buscando a sua adesão ao bloco das Potências Aliadas na luta contra as nações do Eixo: Alemanha, Itália e Japão.

Oscilando entre a dúvida e a esperteza, Getúlio Vargas, foi caminhando até vencer a sua fase de simpatia pelos alemães, em 1941, quando abriu as portas do nosso território para os norte-americanos construírem aqui as suas bases militares. No ano seguinte, 1942, o Brasil entrou oficialmente na guerra, comprometendo-se a enviar tropas para a Europa. Em troca, recebeu dos norte-americanos - mediante os Acordos assinados em 1942 - o compromisso de comprar as nossas matérias-primas, sobretudo minérios e borracha, o fornecimento de armamentos e munições, assim como a implantação da siderurgia nacional configurada na Usina de Volta Redonda (RJ).

A partir de 1941, contingentes de militares brasileiros e norte-americanos se transferiram para Natal, e outras localidades do Nordeste, com o objetivo de instalarem as suas bases e quartéis.

Vejamos, agora, o impacto que esta mobilização causou à estrutura de Natal.

OS QUARTÉIS DO EXÉRCITO

A) O QUARTEL DO 16º R. I.

Segundo o Tenente-Coronel José Otaviano Pinto Soares, Comandante do 21º Batalhão de Caçadores (força federal), uma das razões da Insurreição Comunista de 1935, em Natal, foi a precariedade do velho prédio que abrigava aquela unidade militar. Verdade é que, no seu relatório ao Tribunal de Segurança Nacional, dizia ele: "enquanto o 22º BC da Paraíba se achava confortavelmente instalado, o 29º de Recife luxuosamente instalado, o 21º BC jazia num pardieiro velho, sem higiene, sem conforto. Os materiais de instrução eram tão precários que os soldados não tinham munição, nem alvos para atirar." (Costa, Homero de Oliveira - 1995:137).

Naturalmente, esta observação do citado comandante repercutiu junto ao Governo Federal. Por isso, no dia 1º de dezembro de 1937, o Interventor Federal, Dr. Rafael Fernandes, recebeu o seguinte telegrama: "Recife, 29 - Tendo ordens iniciar quartel Natal, peço fineza responder urgente se posso contar colaboração Prefeitura ou Estado, sentido levantamento urgente detalhe topográfico terreno doado, objetivo distribuições pavilhões terreno. Caso afirmativo, farei embarcar urgente um oficial necessárias instruções. Cordiais Sds. Luiz Felipe, Major-Chefe 7ª Região Militar." (A República - 01/12/1937).

Ao receber a resposta positiva do Interventor Federal, as autoridades da 7ª Região Militar enviaram para Natal o Capitão-Engenheiro Domingos Moreira para construir o quartel do 16º R. I. (16º Regimento de Infantaria) na Avenida Hermes da Fonseca, no bairro do Tirol. Em julho de 1939, foi lançada a pedra fundamental daquela construção. Portanto, a decisão de se construir aquele enorme quartel foi anterior ao início da Segunda Guerra Mundial. É claro que, com a explosão daquela conflagração na Europa, e, por outro lado, a probabilidade de ser o Brasil nela envolvido, como de fato aconteceu, tudo isto contribuiu para se acelerar a sua construção.

O 16º R.I., sigla pela qual aquele quartel passou a ser conhecido pelo público, foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto Nº 3.344, de 12 de junho de 1941. De início, ele instalou-se no antigo quartel da Praça Tomaz Pereira (onde, hoje, está o Colégio Estadual Winston Churchill), sob o comando do Tenente-Coronel Liberato da Cruz Barroso. A transferência para o prédio do Tirol aconteceu em fevereiro de 1942.

A construção do quartel do 16º R.I., no Tirol, foi dirigida pelo Capitão-Engenheiro Domingos Moreira. Sua inauguração ocorreu aos 26 de fevereiro de 1942. A solenidade de inauguração foi aberta com um discurso do General João Mascarenhas de Moraes, comandante da 7ª Região Militar, que veio de Recife para presidir aquele ato. No dia da inauguração, dos nove pavilhões projetados, só estavam prontos seis, sendo um para o comando, um para o rancho, e quatro para abrigar as Companhias. Do portão de entrada até o pavilhão do comando, foi construída uma avenida de 28 metros de largura, pavimentada a paralelepípedo, numa extensão de cerca de 300 metros.

O projeto compreendia também a construção de duas baias, cada uma para cinquenta cavalos; uma subestação elétrica; uma caixa d'água subterrânea com capacidade para 100 mil litros, outra caixa elevada, de trinta mil litros, um estádio para diferentes esportes e jogos, além de casas para oficiais e sargentos. O conjunto destas construções estava orçado em cinco mil contos de réis. Na construção do quartel do 16º R.I., até o dia da inauguração, trabalhavam, em média, 200 operários por mês. (A República - 10/10/1939). Este quartel ocupa uma área aproximada de 99,84 hectares, segundo a economista Maria do Livramento M. Clementino. (1990:188). O terreno foi doado pelo Interventor Federal, Dr. Rafael Fernandes,

No dia da inauguração, foi anunciado que o Ministério da Guerra já assegurara uma verba de 5.000.000\$000 para concluir as demais obras projetadas. (A República - 25 e 27 de fevereiro de 1942).

As Vilas dos Oficiais e dos Sargentos

Ao lado do referido quartel, ocupando a Avenida Hermes da Fonseca, esquina com a Av. Alexandrino de Alencar, foram construídas casas confortáveis para os oficiais.

A Vila dos Sargentos, cujo padroeiro é São José, foi construída pelo General Bina Machado, então Comandante do Destacamento Misto de Natal. Está localizada no final da Av. Alexandrino de Alencar, defronte ao Hospital Colônia, no Tirol.

No dia da inauguração, realizada em 1º de janeiro de 1949, foram entregues 12 casas, das 60 projetadas, uma capela, uma maternidade e uma escola. Na presença do General Bina Machado, e de outros oficiais e convidados, o Padre Eymard L'Eraistre Monteiro, capelão do Exército, deu a benção à capela, e D. Marcolino Dantas, Bispo de Natal, celebrou a missa de inauguração. (A Ordem - 03/01/1949).

B) O QUARTEL DE MÃE LUÍZA

A informação mais segura que conhecemos sobre este quartel é o ofício nº 877 A/I, datado de 23 de novembro de 1950, dirigido pelo General Fernandes Távora, Comandante da Guarnição de Natal, ao Prefeito da cidade, solicitando que este designasse um funcionário da Prefeitura para receber as benfeitorias remanescentes ali existentes. O Exército designou o Capitão Rolandino Maciel para entregar aquelas benfeitorias e as recebeu, em nome da Prefeitura, o Dr. Heitor Varela, Procurador Fiscal da mesma.

No citado Ofício, o General Fernandes Távora enumerou as obras feitas naquela área pelo Exército. Reproduzimos aqui, na íntegra, a parte deste ofício sobre as obras:

1- Em terreno municipal e durante a última Conflagração - foi feita uma instalação de Emergência, naquele local - para aquartelamento da 2ª Bateria do 2º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada.

2- Em 1946, com a retirada das Forças Norte-americanas de seus quartéis na "Praia da Limpa" foi abandonado o estacionamento da "Praia de Mãe Luíza", que as injúrias do tempo, a rapina particular e mesmo certa recuperação de materiais operada pelo próprio Exército - reduziram aos seguintes remanescentes:

I - Pavilhão de Alvenaria, com piso de ladrilho e telha francesa, embora já sem as esquadrias e instalações internas (luz e água);

II - Um poço tubular de água potável, com casinha para o motor-bomba (retirados);

III - Uma cacimba de água para uso corrente, com telheiro;

IV - Um Dique para viaturas automóveis;

V - Fossa e rede subterrânea de esgotos (as caixas de inspeção estão desmontadas);

VI - Quatro plataformas metálicas (na praia) para embasamento dos canhões pesados da costa.

3 - Outrossim - da antiga "Estrada de Areia Preta" (prolongamento da Rua Potengi) fez o Ministro da Guerra, ao tempo em que mantinha, sob regime de desapropriação, a sua propriedade hoje revertida aos herdeiros do Dr. Aderbal de Figueredo - uma rodovia pública para aquele aquartelamento; atualmente constituindo SERVIDÃO, na parte que corta a extremidade NE daquele imóvel que foi público e voltou a ser privado. Pela comunidade são interessados essa Municipalidade e o Ministério da Marinha (novo Farol de Natal). E disto fizemos cientes aos herdeiros do Dr. Aderbal de Figueredo, quando o Exército o ocupou de agosto de 1942 a julho de 1950. " (A República - "A Guarnição de Natal fez Entrega do Quartel de "Mãe Luíza" à Prefeitura de Natal" - 30 de novembro de 1950).

Na área que foi ocupada pela 2ª Bateria do 2º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada na Praia de Mãe Luíza encontra-se atualmente um Posto de Gasolina, no início da Via Costeira. E a rodovia aberta pelo Exército por cima do morro de Mãe Luíza, começando na Rua Potengi e prolongando-se até chegar àquele Aquartelamento, é atualmente a Av. João XXIII, que atravessa o bairro de Mãe Luíza no sentido Norte-Sul.

C) O QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO (TIROL)

O comando do Exército em Natal, durante a II Guerra, instalou o seu Quartel General num prédio que existia na Av. Hermes da Fonseca, no terreno ocupado atualmente pelo Colégio Maria Auxiliadora, das Irmãs Salesianas. Dali, o General Gustavo Cordeiro de Farias, Comandante da Guarnição de Natal, dava as ordens para todas as unidades do Exército sob o seu comando.

De início, segundo Lenine Pinto, o QG da Guarnição funcionou no prédio da Maternidade Januário Cicco, que, na época, se transformara em Hospital Militar.(1995:99).

D) O QUARTEL DO 2º G. M. A. C. (SANTOS REIS)

O 2º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (2º G.M.A.C.) foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas em 1942, e veio imediatamente para Natal. Instalou-se na então chamada Praia da Limpa, entre o bairro de Santos Reis e a Fortaleza dos Reis Magos. Segundo a professora Maria do Livramento M. Clementino, esta unidade militar ocupa atualmente uma área aproximada de 113,88 hectares.(1990:188).

Aos 06 de agosto de 1944, o Comandante do 2º G.M.A.C., o Tenente-Coronel Milton de Souza Daemon, inaugurou ali um estádio poliesportivo que trazia o seu próprio nome. Com a colaboração dos militares norte-americanos, que emprestaram-lhe máquinas caterpillar para aplanar as dunas, ele construiu, no pátio interno daquele quartel, um campo de futebol com dimensões internacionais; uma pista olímpica, com 400 metros de perí-

metro; pórtico para a prática de educação física; dois modernos campos de voleybol; pista para lançamento de dardos; caixas para saltos em altura; círculos para lançamento de peso, disco e martelo; pista para aplicações militares; "stand" para tiro de pistola e fuzil até 300 metros. Tudo isto foi construído em cinco meses.

Como já dissemos, a inauguração deste estádio foi realizada no dia 06 de agosto de 1944, para comemorar a passagem do segundo aniversário de criação daquela unidade militar. À festa de inauguração compareceram muitas famílias convidadas, assim como autoridades militares americanas e brasileiras. Perante toda a guarnição e os atletas perfilados, o Mons. João da Matha, vigário geral da Diocese, celebrou missa campal. Ao longo do dia foram disputadas várias modalidades esportivas com a participação de atletas brasileiros e americanos. (A República - 05/08/1944).

E) O QUARTEL DE NOVA DESCOBERTA

Com o objetivo de acomodar as tropas do Exército, o Interventor Federal, Dr. Rafael Fernandes, através do Decreto Nº 1.097, de 8 de setembro de 1942, desapropriou dez terrenos, totalizando 1.106 hectares, "encravados nas adjacências do lugar "Lagoa Nova", município de Natal, destinados a campo de manobras para a guarnição militar desta capital. "(Decretos do Governo-Natal, D.E.I.P., 1943:65).

Estes terrenos localizam-se entre a margem esquerda da Av. Salgado Filho, de quem sai de Natal em direção a Parnamirim, e as dunas, a partir do bairro de Nova Descoberta. Prolongavam-se pela margem esquerda da estrada de Ponta Negra (hoje, Av. Roberto Freire) até o início da Via Costeira.

Durante a II Guerra, foi iniciada a construção do Quartel de Nova Descoberta na área situada entre o Campus Universitário e o bairro de Nova Descoberta. Este quartel era destinado a alojar o 2º Batalhão de Canhões Anti-Carros. No entanto, a construção foi interrompida em virtude da saída desta unidade militar da Guarnição de Natal. Mas, em 1946, o Coronel Álvaro de Souza Bezerra, Comandante do Destacamento de Natal, propôs, e foi atendido, ao comando da 7ª Região Militar, com sede em Recife, o prosseguimento da construção daquele quartel, que ocupa uma área de 73,32 hectares. (Clementino, Maria do Livramento M. - 1990:188). Verdade é que as obras foram reiniciadas em janeiro/fevereiro de 1946, sob a responsabilidade do Major-Engenheiro Ari Saldanha da Costa. (A República - 07/02/1946).

Atualmente, está instalado, neste quartel, o 7º Batalhão de Engenharia de Combate, mais conhecido como Batalhão de Engenharia Visconde de Taunay, que transferiu-se do Rio de Janeiro para Natal, em 1971.

É importante salientar que todos estes quartéis do Exército foram, durante a II Guerra Mundial, ocupados por militares que foram transferidos de Minas Gerais e de outros Estados para cá. Não sabemos quantos soldados brasileiros foram transferidos para Natal durante aquela conflagração.

No dia 16 de março de 1941, chegou a Natal o Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhen. Numa entrevista que concedeu à imprensa local, destacou a posição estratégica que o Rio Grande do Norte ocupa no continente Sul-americano. Revelou que, desde 1907, que existe a idéia de se construir, em Natal, uma base naval, e que, agora, o governo federal quer construí-la o mais rápido possível. Para iniciar os trabalhos de escolha da localização desta base, ele trouxe, em sua comitiva, os capitães de fragata Augusto Pereira Muniz Barreto e Oscar Vasconcelos, que já estão trabalhando no cumprimento da sua missão. (A República - 18/03/1941).

A área escolhida pelos citados engenheiros foi um local chamado tradicionalmente de Refole, situado no Alecrim, na margem direita do rio Potengi, onde, desde 1908, funcionava a Escola de Aprendizes Marinheiros.

Em maio de 1941, o Almirante Henrique Aristides Guilhen designou o Almirante Ary Parreiras para chefiar a Comissão encarregada de construir a Base Naval de Natal. Para que tudo fosse feito com rapidez e eficiência, o Ministro da Marinha deu-lhe plenos poderes para tocar a obra para frente. Chegando à capital potiguar, o Almirante Ary Parreiras "alugou casa bem modesta para sua moradia, próxima do seu local de trabalho... Adotou uma rotina de trabalho intensa, o que iria ser uma constante em todos os dias de sua permanência em Natal, e restringiu suas atividades sociais ao mínimo exigido pelas suas obrigações oficiais. Era o seu estilo de vida: modesto, simples, retraído, devotado totalmente aos seus deveres profissionais". (Oliveira, Israel de - 1986).

BASE NAVAL DE NATAL - ALECRIM

A construção desta base naval foi iniciada aos 07 de julho de 1941.(A República - 21/03/1945).

A melhor descrição das obras ali realizadas, em tempo recorde, encontra-se no artigo escrito pelo Capitão de Mar-e-Guerra, Israel de Oliveira, brilhante aluno da última turma da Escola de Aprendizes Marinheiros. Ele extraiu do relatório final que o Almirante Ary Parreiras enviou ao Ministro da Marinha, os dados mais importantes. Ei-los:

“Terreno - Iniciou com uma área disponível de 246.108,00 m² e terminou com uma área de 629.935,00 m² perfeitamente legalizada. Isto é, com mais do dobro da que encontrou”.

Obras realizadas:

- 1 - Dragagem da bacia de manobra, em frente à Base e do Canal de acesso entre a Base e o porto comercial;
- 2 - Cais de enrocamento com 150,00 m de extensão;
- 3 - Ponte de atracação em L, de concreto armado, com um vão de acesso de 80,00 m e cais acostável de 264,00 m de extensão;
- 4 - Aterro da área ganha ao mar com o enrocamento;
- 5 - Aterro e pavimentação do antigo hangar da Air France;
- 6 - Montagem dos três hangares, vindo do Rio de Janeiro, com área coberta de 3.000,00 m² ;
- 7 - Edifício do Depósito Naval, com 1.882,00 m² de área coberta;
- 8 - Edifício para Casa de Força, com área coberta de 460,00 m²;
- 9 - Adaptação do antigo galpão da Standard Oil, para depósito de material pesado, com a área útil de 383,00 m².;
- 10 - Linhas adutoras para óleo de caldeira;
- 11 - Linhas adutoras para óleo Diesel;
- 12 - Linhas para drenagem de águas pluviais;
- 13 - Reconstrução e ampliação do prédio da antiga Escola de Aprendizes para servir de quartel para a 3ª Cia. Regional de Fuzileiros Navais;
- 14 - Alojamento para Oficiais, (área coberta de 731,00 m²);
- 15 - Edifício para o Comando (área coberta de 924,00 m²);
- 16 - Alojamento para Sub-oficiais (área coberta de 731,00 m²);
- 17 - Quartel de Marinheiros (área coberta de 1.285,00 m²);
- 18 - Paiol de Mantimentos, Câmara Frigorífica e Cantina (383,00m²);
- 19 - Pavilhão para armazenamento de material de armamento;
- 20 - Edifício para a Escola de tática Anti-submarina (1.016,00 m²);
- 21 - Estação de Rádio (243,00 m²);
- 22 - Hospital Naval (área de 717,00 m²);
- 23 - Poço tubular para abastecimento d'água e dois reservatórios subterrâneos com capacidade de 240.000 litros;
- 24 - Quatro tanques para combustíveis, com capacidade de 3.200.000 litros cada, sendo 2 na Base e 2 nos terrenos do Rádio Farol;
- 25 - Centro de Treinamento, com quatro pavilhões, com área útil de 2.555 m², posto de sinais, campo de esportes, com arruamento, pavimentação e ajardinamento;
- 26 - Oficinas de Ferro e Aço, Eletricidade, Mecânica, Carpintaria, Rádio e Sonar, devidamente equipados;
- 27 - 17 casas para Oficiais e Sub-oficiais.
- 28 - Rebocador de alto-mar para socorro marítimo e 5 lanchas.



BASE NAVAL DE NATAL.

"Na execução dessas obras e aquisição de equipamentos, o Almirante Ary Parreiras dispendeu cerca de Cr\$ 22.252.000,00 e recebeu da Comissão Naval em Washington, alguns itens no valor de US\$ 319.000,00." (Oliveira, Israel de - 1986).

Ainda hoje causa admiração a realização de tantas obras, a custo tão baixo e em tempo tão reduzido. Podemos afirmar, sem exagero, que o Almirante Ary Parreiras imolou-se pela Pátria na realização desta obra. Tanto foi assim que, ele deixou a Direção Geral desta Base em 28 de abril de 1945, e logo depois, aos nove de julho do mesmo ano, faleceu no Rio de Janeiro, com 55 anos de idade.

Seu trabalho realizado em Natal foi reconhecido por todos, inclusive pelo Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, que lhe concedeu a Comenda da Legião do Mérito nos seguintes termos: "Legião do Mérito, Grau de Comandante, conferida ao Contra-Almirante Ary Parreiras, da Marinha Brasileira, por conduta excepcionalmente meritória no desempenho de serviços extraordinários, prestados ao Governo dos Estados Unidos, como Chefe da Comissão de instalação da Base Naval de Natal de 8 de maio de 1941 a 16 de março de 1944, e, subsequentemente como Comandante dessa atividade. Empregando um julgamento seguro, acentuada visão e conhecimento técnico superiores, o Contra-Almirante Ary Parreiras, planejou e dirigiu com eficiência a construção da Base Naval de Natal, para a manutenção de todos os navios combatentes do Brasil e dos Estados Unidos, em operações nesse porto. Com sua energia infatigável, sua direção inspiradora e cooperação total, ele contribuiu em grande escala para os feitos das Forças do Atlântico Sul e para a consecução bem sucedida da guerra em uma área altamente estratégica." (Oliveira, Israel de - 1986).

A VILA NAVAL

Com a continuação das atividades da Base Naval após o término da II Guerra, o Ministro da Marinha mandou construir a Vila Naval, programada para ter 116 habitações destinadas aos inferiores da Marinha. No dia 29 de outubro de 1948, foram inauguradas vinte e quatro casas construídas nos terrenos do "Cemitério Novo", ex-propriedade do Sr. Ney Chalita, que os vendeu à Marinha. A empresa construtora do Sr. Joaquim Victor de Holanda levantou este primeiro bloco de casas, e o Comandante da Base Naval, Almirante Batista Coelho, fez a entrega solene das chaves aos respectivos contemplados.

Outro grupo de residências para os subalternos da Marinha foi construído na Rua Olinto Meira, num terreno de 24.633 m² desapropriado pelo Presidente da República, em janeiro de 1946. (A República - 26/01/46).

A MARINHA AMERICANA - NA RAMPA

Quando o Almirante Ary Parreiras tinha começado a construção da Base Naval, chegou à capital potiguar o Esquadrão de Patrulhamento da Marinha dos Estados Unidos, aos 11 de dezembro de 1941. Eram "nove aeronaves do tipo PBY Catalinas e o avião auxiliar Clemson. Essa esquadrilha começou imediatamente a trabalhar em tarefas anti-submarinas, fazendo patrulhamentos diários de até 200 milhas da costa e usando uma base no rio Potengi, próximo à rampa da Pan-American, até que a base da Marinha fosse concluída." (Smith Júnior, Clyde - 1993:31).

Segundo Lenine Pinto, "a Marinha norte-americana demoliu as instalações antes pertencentes à Lufthansa, inclusive o hangar de nariz (porquanto os aviões germânicos, apesar de quadrimotores, eram menores que os Catalinas e Mariners, tanto em altura como em envergadura das asas), e construíram então um novo, com oficina de manutenção, mais prédio de comando, nove outros prédios para alojamentos (2 para oficiais, 7 para sargentos e praças), três "cassinos" (na verdade, lounges para repouso), Piécs, paiol de munição, depósitos etc. Os aviões eram retirados do rio por meio de berço de estrutura de ferro e o lastro de pranchas de madeira, com rodas de aço, revestidas de borracha. A Naval Air Facility custou aos cofres de Tio Sam US\$ 842.397,00 dólares..." (1995:83). Durante a Guerra, esta base naval americana trabalhou em perfeita sintonia com a Base Naval brasileira, onde eram feitos os reparos de todos os navios avariados.

A BASE AEREA AMERICANA DE PARNAMIRIM

Quando a Alemanha estava se preparando para invadir a Polônia, fato que aconteceu em 1º de setembro de 1939, os americanos já estavam preocupados com a defesa do continente americano. Verdade é que, em maio de 1939, o General Marshall veio ao Brasil manifestar ao governo brasileiro a sua preocupação com a defesa desta parte do mundo. Naquela ocasião, ele afirmou que "a região do Nordeste era de capital importância para a segurança dos Estados Unidos, no caso de entrarem na conflagração que ameaçava o mundo. Era indispensável à sua segurança uma grande base aérea naquela região". (Duarte, Paulo de Queiroz - 1971:139).

A invasão da França pelo exército de Hitler, em junho de 1940, acelerou as conversações entre os Estados Unidos e o Brasil quanto à defesa do continente sul-americano. As autoridades norte-americanas temiam que, com a França dominada pelos nazistas, os alemães atacassem o Nordeste brasileiro, a partir de Dakar, capital do Senegal, situada no oeste da África. Apenas dez horas de vôo separavam Natal daquela cidade africana. Segundo Clyde, "as tensões cresceram entre os oficiais americanos quando uma carta de um brasileiro, o Major Elias Belmonte, para seus amigos da Alemanha, foi interceptada e nela revelava-se que seria feita uma tentativa de derrubar o governo brasileiro e estabelecer um estado nazista no país, enquanto se aguardava a chegada dos alemães." (Smith Júnior, Clyde - 1992:26).

Diante da iminência deste perigo, e atendendo à solicitação do Embaixador americano no Brasil, o Presidente Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei Nº 3.462, de 25 de julho de 1941, autorizando os americanos construírem ou melhorarem aeroportos no Norte e Nordeste do Brasil, incluindo aí o de Natal.

O projeto da Base Aérea de Natal já estava pronto desde dezembro de 1940. (Idem - 1992:25). Para executá-lo, o governo americano contratou a Pan American Airport Corporation que, por sua vez, encarregou a sua subsidiária, a Panair do Brasil, para construir a base aérea de Parnamirim. Segundo Clyde, três empresas natalenses foram, de início, selecionadas para construir aquela obra: a Construções Gerais; a Júlio César de Andrade; e a Armando Campelo e Gentil. (1992:34).

Com a chegada do primeiro oficial do Exército norte-americano a Natal, em 19 de dezembro de 1941, o 2º Tenente Marshall V. Jamison, começou o fluxo regular e crescente de militares americanos para Parnamirim.

Durante o ano de 1942, milhares de operários trabalharam de dia e de noite na construção dos prédios e das pistas do aeroporto. O escritor Lenine Pinto resumiu desta maneira as dimensões do empreendimento realizado pelos norte-americanos em Parnamirim: "o enclave norte-americano de Parnamirim Field significava, em si mesmo, um mundo: área de 13.500.000 m², perímetro de 24 km, fechado por cerca de arame farpado, suas instalações representando uma área coberta de 245.000 m², e a superfície asfaltada, referente às pistas e pátios de estacionamento e manobras de aviões, correspondendo a uma estrada com 160 km de extensão e 7 m de largura". (1995:67).

De acordo com a observação do escritor Fernando Hippolyto da Costa, "a Base Americana dispunha de 700 edificações, a grande totalidade no estilo simples que ficou conhecido como "barroco". Acrescenta o citado especialista em história da aviação que "o custo total da obra realizada atingiu a elevada cifra de 9.403.461 dólares, sem incluir os materiais e equipamentos que foram embarcados dos Estados Unidos. (1980:78-79).

Além disso, em apenas 22 dias, os americanos construíram um oleoduto interligando o Campo de Parnamirim e as docas do rio Potengi. Cerca de 6.000 operários trabalharam, de dia e de noite, na realização desta obra subterrânea, que custou aos cofres americanos a importância de 60 milhões de cruzeiros na moeda da época. Com esta providência ficou garantido o abastecimento de combustível de sete organizações militares, aéreas e marítimas, que operavam em Natal. (Smith Júnior, Clyde - 1992:67).

Outra obra complementar à Base Aérea de Parnamirim foi a pista asfaltada que os americanos construíram para facilitar o intercâmbio entre a Base e a capital do Estado, onde moravam as autoridades militares americanas e brasileiras. Esta pista vinha da Base até à "intersecção da Rua Potengi com a Praça Pedro Velho, e deixaram de estendê-la ao Cais do Porto(.....), porque o Prefeito Joaquim Inácio de Carvalho Filho recusou-se a conceder uma subvenção simbólica, apenas para justificar a ampliação do projeto, no valor irrisório de 100 contos-de-réis". (Pinto, Lenine - 1995:77).

A importância da Base Aérea Americana de Parnamirim foi decisiva para a vitória dos Aliados na Europa. Em 1942, era o "aeroporto mais movimentado do mundo, com aviões aterrissando numa proporção de um a cada três minutos." (Smith Júnior, Clyde - 1992:73). Na opinião de Fernando Hippolyto, diaramente, de 400 a 600 aeronaves, transitavam por Parnamirim em demanda da África. (1980:78-79). Cerca de 2.500 a 2.700 americanos permanentes, residindo na Base Aérea, movimentavam aquela máquina de guerra. Parnamirim tornou-se a passarela de celebridades nacionais e estrangeiras, em cujas decisões estava se delineando o futuro do Brasil e do mundo.

A BASE AÉREA BRASILEIRA

Em março de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.142, o Presidente Getúlio Vargas criou a Base Aérea de Natal, chamada popularmente de "Base Brasileira", cujo primeiro comandante foi o Major-Aviador Carlos Alberto de Figueira Souto. Instalou-se igualmente no Campo de Parnamirim, ao lado da Base Americana.

A VILA DE PARNAMIRIM

Desde que os americanos começaram a construir a Base Aérea, que milhares de trabalhadores brasileiros se deslocaram para participar da construção daquela obra. Sem ter onde se abrigar, eles foram construindo barracos perto da Base, à margem da linha do trem. Na opinião de Antônio Barroso Pontes, um dos primeiros habitantes de Parnamirim: "quarenta mil pessoas, entre civis e militares de vários países, trabalhavam na construção do aeroporto, ao mesmo tempo em que grande parte dessa população construía suas casas no lugar-jo que logo passou à categoria de vila, sem nenhuma obediência a planos urbanísticos ou sistema de higiene." (1973:75). Em dezembro de 1944, o jornalista Rivaldo Pinheiro calculava em 2.500 pessoas a população da Vila de Parnamirim. (A República - "A Outra Cidade de Parnamirim" - 05 de dezembro de 1944).

III-O IMPACTO DA GUERRA

AS CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÃO

Visando manter a população natalense em permanente estado de mobilização, de 1941 até 1945, as autoridades promoveram muitas campanhas, justificadas como ajuda à causa dos Exércitos Aliados, particularmente, do brasileiro. Assim foram feitas as campanhas do alumínio, do estanho, do racionamento de combustível, da lancha torpedeira, do agasalho para o soldado brasileiro que estava lutando na Itália, da defesa passiva e, por fim, do bônus de guerra. O 16º R.I. fez em, 1943, a campanha do cavalo, obtendo mais de 20 doações. Tudo isso, sem falar na grande campanha em favor dos flagelados da seca de 1942.

PREPARANDO-SE PARA O PIOR

Correndo o risco de receber um ataque do inimigo, a cidade preparou-se para o pior. As Forças Armadas promoveram vários cursos de enfermagem preparando mão-de-obra para prestar os primeiros socorros.

A Cruz Vermelha Internacional fundou aqui uma filial, em 05 de março de 1942, e planejou a construção de um hospital, mas, não concretizou esta idéia.

A Maternidade de Natal (hoje, Januário Cicco) foi transformada em hospital militar. Por sua vez, o Hospital Miguel Couto (hoje, Onofre Lopes) foi ampliado e reequipado. A Policlínica do Alecrim (hoje, Hospital Prof. Luiz Soares), fundada em 1939 pela Associação dos Escoteiros do Alecrim, recebeu ajuda financeira suficiente ao ponto de, em 1942, já estar em pleno funcionamento. O Sanatório Getúlio Vargas, para tuberculosos, o Educandário Oswaldo Cruz, destinado aos filhos sadios dos leprosos, assim como outras instituições congêneres, receberam todo apoio financeiro para funcionarem do melhor modo possível.

BLACK-OUTS E ABRIGOS

A partir da declaração de guerra do Brasil às nações do Eixo, em 1942, cresceu a possibilidade de ataques aéreos a Natal. Então, as autoridades resolveram preparar a cidade para o pior, exercitando a população para os black-outs. O ano de 1942 pode ser considerado a fase inicial deste tipo de exercício. Diante de qualquer notícia de um ataque aéreo, apagavam-se todas as luzes da cidade e as sirenes percorriam as ruas, anunciando a iminência do perigo. Todos tinham que se recolher imediatamente. Médicos, escoteiros e voluntários ficavam de prontidão nos seus respectivos postos de socorro. Passado o perigo, vinha a descontração, o anedotário e mil histórias contadas pelos que viveram aquela época.

Ainda como mecanismos de defesa, as autoridades e alguns particulares construíram abrigos anti-aéreos nos pontos mais movimentados da cidade. Eram chamados de "sapa", e construídos de cimento armado, com capacidade suficiente para resistir aos estilhaços das bombas. No entanto, logo a população começou a deturpar a sua finalidade. Naqueles abrigos mais afastados e nas horas mais oportunas, certas pessoas atendiam, nas "sapas", às suas necessidades físicas e sexuais. Verdade é que, em novembro de 1942, a imprensa começou a publicar o seguinte alerta: "Não esqueçais: a qualquer hora do dia ou da noite podeis vir a ser hóspedes do abrigo público mais próximo. Que será de vós, da vossa família, se o mesmo estiver em ruins condições de asseio e higiene?"

Nas residências particulares das pessoas abastadas ou ricas, foram construídos vários abrigos. O Sr. Ismael Pereira construiu um em sua casa, de aço e cimento armado, dotado de iluminação elétrica e ventilação natural. Amaro Mesquita construiu um na sua residência e inaugurou-o com muita festa. A Companhia ARMCO, cujo agente em Natal, era Martins & Cia., fabricava abrigos metálicos com tubos de armco. A montagem ficava a cargo do engenheiro Gentil Ferreira de Souza.

A RADIONAL - MELHORAMENTO DAS COMUNICAÇÕES

Na guerra, a comunicação é tão importante quanto a munição para alimentar as armas. Por isso, as autoridades brasileiras e americanas se empenharam para superar rapidamente as deficiências de Natal, neste setor. Verdade é que, em agosto de 1943, começaram a funcionar em Natal os telefones internacionais da Rádio Internacional do Brasil (Radional). Para realizar este empreendimento, esta empresa investiu aqui mais de um milhão de cruzeiros, conforme declarou à imprensa o diretor da filial, o Dr. Sá Roriz. Quando veio para a capital potiguar, a Radional já possuía estações funcionando em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. De início, os transmissores e os receptores da Radional foram instalados, provisoriamente, no Edifício Mossoró, no Centro da cidade. Logo depois, a empresa comprou um terreno em Lagoa Nova, nas proximidades do Posto Fiscal que existia na Av. Salgado, na altura aproximada do local onde está hoje o conjunto D. Jaime Câmara, na Potilândia. Era um terreno medindo 27.000 metros quadrados. Neste local, distante dos ruídos dos automóveis, o Dr. Sá Roriz instalou as antenas de recepção e de transmissão. No Edifício Mossoró ficaram, apenas, as cabines para se fazer as ligações e os escritórios da empresa. (A República - 11/02/1941).

OS TELEFONES AUTOMÁTICOS

Pressionada pelas autoridades civis e militares, a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil que, desde 1928, tornara-se concessionária dos serviços de energia elétrica, bondes e telefonia de Natal, instalou aqui 500 aparelhos de telefones automáticos. A inauguração deste melhoramento na telefonia da cidade ocorreu no dia 31 de agosto de 1943. É importante ressaltar que esta empresa levou um ano para realizar este trabalho.

MELHORAMENTO E ABERTURA DE ESTRADAS NATAL - PIRANGI DO SUL

Com o intuito de facilitar o abastecimento da Capital e a mobilização das tropas, algumas estradas foram melhoradas, e outras, abertas.

No início de agosto de 1936, o Prefeito de Natal, Dr. Gentil Ferreira de Souza, inaugurou a estrada para a praia de Ponta Negra. Naquela época, a elite natalense começava a ir veranejar naquela belíssima praia. Os jornais anunciavam a venda de casas e de terrenos em Ponta Negra como a grande novidade para quem queria desfrutar de um lazer tranquilo. (A República - 04/08/1936).

Em janeiro de 1938, o Dr. Gentil Ferreira inaugurou a estrada de rodagem de Ponta Negra para Pirangi do Sul. (A República - 01/01/1938). Ao noticiar que o Sr. Plínio Saraiva colocou um ônibus para transportar veranistas, aos domingos, para Ponta Negra, o jornalista acrescentava: "Ponta Negra, Pirangi e outros recôncavos mais distantes têm boas estradas". (A República - 10/10/1941).

Por estas estradas de rodagem, atravessando dunas e tabuleiros, trafegavam durante a II Guerra os carros do Exército, levando e trazendo os nossos soldados que trabalhavam na vigilância do nosso litoral sul.

CALÇAMENTO DA ESTRADA NATAL-MACAÍBA

A estrada Natal-Macaíba sempre foi de vital importância para a comunicação entre a capital e o interior. Antes da sua abertura, Natal era abastecida pelos barcos que navegavam o rio Potengi ou então, por cima dos morros. Para facilitar este intercâmbio entre as duas cidades, o governador Adolfo da Silva Gordo (1889-1890) mandou abrir uma estrada pela margem esquerda do rio Potengi, acompanhando a sinuosidade das dunas. O Sr. Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, pai do Dr. Pedro Velho, foi contratado para realizar aquela obra, na qual trabalharam cerca de três mil flagelados da seca. Posteriormente, outros governos vieram fazendo os necessários reparos para a sua conservação. Em 1942, o Interventor Federal, Dr. Rafael Fernandes, iniciou o calçamento a paralelepípedo desta estrada. Inicialmente, o trabalho ficou a cargo da Inspetoria de Obras Contra as Secas, hoje DNOCS. Mas, o referido calçamento ficou pronto somente no começo dos anos 50, no governo do Dr. Sylvio Pedroza. (Souza, Itamar de (Coord.) - 1983:33-35). A morosidade desta obra virou objeto de gozação nacional. Os humoristas cariocas - Ratinho e Jararaca - diziam no rádio o seguinte: "Vocês sabem qual é a maior estrada do mundo? É a de Natal - Macaíba. Tem dez quilômetros de extensão, mas já faz um século que estão construindo".

A PISTA PARNAMIRIM-NATAL

Usando máquinas pesadas, em tempo recorde, os americanos romperam várias dunas e construíram a pista asfaltada de Parnamirim a Natal para facilitar o intercâmbio entre a Base Aérea e a capital. Segundo Clyde Smith Júnior, no final de 1942, esta "nova estrada pavimentada estava quase concluída..." (1992:79).

ESTRADA PARA CEARÁ-MIRIM

Atendendo à reivindicação dos comerciantes e industriais de Natal, o governo federal liberou recursos para se fazer um novo lastreamento da Ponte de Igapó. Além disso, abriu um crédito de 6.400 contos de réis para custear as despesas da conclusão do ramal ferroviário de Mossoró e, ao mesmo tempo, a "construção da rodovia que dará acesso ao vale do Ceará-Mirim". (A República - 07/12/1941). Anteriormente, a ligação terrestre entre Natal e Ceará-Mirim era feita somente através dos trens da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, o que dificultara enormemente o intercâmbio comercial entre a capital e esta importante cidade.

A PRESENÇA DOS AMERICANOS EM NATAL

Apesar de terem instalado a sua Base Aérea em Parnamirim, os americanos mantiveram um profundo relacionamento com Natal, até porque aqui funcionava, na praia da Limpa (ou Montagem), a sua base de hidroaviões e estava o porto onde os navios descarregavam o combustível, que, através do oleoduto ("pipeline"), era bombeado até a Base de Parnamirim.

Várias autoridades norte-americanas moravam em Natal. Na Av. Hermes da Fonseca, onde hoje se encontra a sede do comando do III Distrito Naval, instalou-se o Consulado Americano. Mas, segundo Lenine Pinto, "o cônsul residia na Av. Afonso Pena, 755; o General Walsh, na Av. Getúlio Vargas, 690 (ex-sede do Tribunal de Contas do Estado); e o Observador Naval, Cmte. A. Douglas Cook, no sobrado da Av. Rio Branco, 237 (onde morou o Dr. José Tavares, atual Hotel Bom Jesus)." (1995: 78).

Além disso, eles instalaram na cidade armazéns, escritórios e outros serviços.

Enquanto a sociedade natalense se divertia no Natal-Club e, principalmente, no Aero Club, os americanos possuíam suas próprias casas de diversão: os U.S.O. (United Service Organizations). Um funcionava no prédio do cinema Politeama, 252, na praça Augusto Severo. Outro U.S.O. Além disso, semanalmente, grupos de soldados americanos vinham "transar" nos cabarés de Natal, em cujos ambientes aconteceram muitas brigas. Funcionou na Av. Getúlio Vargas, 796. (Idem - 1995:80).

A convivência dos americanos com a população natalense provocou mudanças nos nossos padrões comportamentais e, ao mesmo tempo, impulsionou fortemente o comércio da cidade. A vontade de comunicar-se com os "gringos" despertou, em muitos, o interesse de aprender a falar Inglês. Para facilitar o aprendizado deste idioma, a Coordenação de Assuntos Inter-Americanos firmou convênio com a Rádio Educadora de Natal para transmitir aulas de Inglês. O Professor Claude L. Hulet ministrava aulas de Inglês todas as 3ª e 5ª, a começar das 18:15 minutos. (A República - 01/01/ 1944). Os Professores Protásio Melo e Paulo de Souza também davam aulas de Inglês.

Outra forma de interação entre americanos e brasileiros foi o esporte, principalmente, o Basquet-Ball e o Voleibol.

GETÚLIO VARGAS E ROOSEVELT EM NATAL

Desde 1942, quando o Brasil assinou os Acordos de Washington, que o Presidente Getúlio Vargas manifestara o desejo de encontrar-se pessoalmente com o Presidente dos Estados Unidos. O nosso embaixador em Washington vinha trabalhando para viabilizar a realização deste encontro.

Em meados de janeiro de 1943, o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, encontrava-se em Casablanca (Marrocos), na África, onde reuniu-se com Winston Churchill e a cúpula militar dos Exércitos Aliados. Terminada aquela conferência, ele aproveitou a viagem de retorno ao seu país para encontrar-se com o Presidente Getúlio Vargas em Natal.

Enquanto a imprensa pensava que Getúlio Vargas estava em São Paulo, assistindo a um filho que estava muito doente, no dia 27 de janeiro de 1943, debaixo do mais absoluto segredo, ele embarcou num avião, chegando, à noite, em Natal. Vieram com ele, o Almirante Augustin Beaugard, Adido Naval norte-americano, o Embaixador Caffery e o Almirante Jonas Ingram. Assim que chegaram, foram pernoitar a bordo do destróier JOUETT, da Marinha americana. (Silva, Hélio - 1974:54).

No dia 28, por volta das 8 horas da manhã, desembarcou, em Natal, o Presidente Roosevelt que, logo, foi transferido do avião para o destróier HUMBOLD. Segundo o historiador Hélio Silva, "Getúlio chega ao Humboldt ao meio-dia. Roosevelt preparara um almoço em sua homenagem. Logo depois, os dois Presidentes foram visitar as instalações das bases aéreas, naval e militar, brasileira e americana.... Os dois Presidentes, num jipe, acompanhados pelo Alm. Ingram, foram reconhecidos pela população nas ruas de Natal e por muitos oficiais que lá se encontravam". (1974:55).

Retornando ao Hum-boldt, os dois presidentes conversaram longamente sobre a guerra e as relações do Brasil com os Estados Unidos. No final das conversações, assinaram uma declaração conjunta, na qual, entre outras coisas, afirmavam: "Tivemos ocasião de estudar a segurança das Américas. Estamos convencidos de que cada uma das Repúblicas Americanas está nela igualmente atingida e interessada. A força está na unidade. O Brasil e os Estados Unidos procuram tornar o Oceano Atlântico livre de perigo para todas as demais nações. Agradecemos sinceramente a cooperação que os nossos vizinhos, quase unanimemente, estão prestando à grande causa da democracia em todo o mundo." (Silva, Hélio - 1974 : 57).

A BATALHA DA PRODUÇÃO

A fim de assegurar o abastecimento dos quartéis e da população civil residente na capital, as autoridades federais e estaduais envidaram todos os esforços para aumentar a produção de alimentos. Neste aspecto, Natal era uma cidade bastante atrasada. Importava, semanalmente, por trem, cinco toneladas de hortaliças, vindas de Recife. A seca de 1942, que assolou todo o Nordeste, agravou ainda mais a situação.



ENCONTRO DOS PRESIDENTES ROOSEVELT (EUA) E GETÚLIO VARGAS (BRASIL), EM 28/01/1943, EM NATAL(RN).

A fim de financiar o pequeno produtor, a Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios concebeu, a título de ajuda, a importância de CR\$ 1.000.000,00 às Cooperativas existentes no Estado, que eram cerca de 50. (A República - 18-04-1943).

Foram tomadas iniciativas concretas para desenvolver, mediante a aplicação de técnicas modernas, a criação de galinhas em larga escala. Isto foi uma grande novidade trazida pela II Guerra, pois, até então, a população natalense criava galinha à moda antiga, solta no terreiro e comendo tudo que estivesse ao alcance do seu bico.

Foram organizados três aviários: um na Lagoa Manuel Felipe, chamado "Aviário Apolônio Sales", numa homenagem ao Ministro da Agricultura. Este aviário, com capacidade para criar 03 mil frangos, foi inaugurado festivamente no dia 07 de abril de 1943. O outro foi construído no Posto Agrícola do Jiqui, com capacidade para 5 mil aves. (A República - 03/05/1944). E o terceiro aviário foi instalado em Jundiá.

O governo preocupou-se também com o melhoramento da pesca. Em Recife, o Professor Ulisses de Góis, Delegado da Comissão Estadual da Pesca, comprou um barco para a Cooperativa de Pescadores de Natal. Outro barco foi adquirido pela Empresa de Pesca Ltda., de Natal, cujo diretor era o Sr. Adamastor Pinto.

Os vales úmidos foram desobstruídos para produzirem alimentos em larga escala. Verdade é que, em junho de 1943, já tinham sido plantadas quase 200 mil mudas de bananeiras. (A República - 13/06/1943).

Para melhorar o desempenho da pecuária nordestina, a Comissão Brasileiro-Americana distribuiu, em grande quantidade, sementes de capim nos sertões da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. (A República - Notas Avulsas - 04/08/1943). Além disso, esta Comissão providenciou a compra e a distribuição de milhares de enxadas para os trabalhadores, assim como a distribuição de inseticidas para combater a saúva. Naquela época, se dizia em toda parte: "Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil".

Na guerra, um dos grandes problemas é a conservação de alimentos para o sustento das tropas. Natal não possuía um frigorífico. Este problema foi resolvido pela iniciativa privada. Verdade é que, em março de 1942, a imprensa noticiava que a Casa M. Machado instalara um frigorífico na rua Chile, com capacidade para armazenar grandes quantidades de alimentos. (A República - 21/03/1942).

Quanto ao abastecimento de Natal há um aspecto que não podemos olvidar: é o controle dos preços. Os exploradores do povo eram punidos severamente.

A EXPLORAÇÃO DOS MINÉRIOS E DOS VEGETAIS

As notícias sobre a riqueza mineral do subsolo norte-rio-grandense são bem anteriores à Segunda Guerra Mundial. Verdade é que o Rio Grande do Norte participou da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, de 1922 a 23. Naquela ocasião, quatro minérios potiguares foram premiados com medalhas de prata: turmalina preta, caolim, marcassita e concreções silicosas. (Câmara, Anfíloquio - 1948:133). No entanto, não havia uma exploração comercial.

Na verdade, foi com o envolvimento do Brasil naquela grande conflagração que se desenvolveu a efetiva exploração desta nossa riqueza. Em outubro de 1941, o Dr. Jerônimo, Diretor interino do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Norte, publicou no jornal "A República", de 05 de outubro daquele ano, o resultado de um levantamento que aquele órgão do Estado fizera sobre a nossa riqueza mineral. Citou vários minérios tais como berilo, ouro, mica, rútilo, cassiterita, columbita, turmalina, águas-marinhas, tantalita, cristal de rocha, caolim, diatomita e amianto. É importante salientar que ele não se referiu à existência de scheelita.

Em novembro de 1941, os Srs. Philip Brothers Inc., de Nova York, comunicaram-se com o Departamento Estadual de Estatística solicitando o endereço dos proprietários de jazidas de berilo, tantalita e cassiterita, a fim de entrarem em contato com eles.

É importante lembrar que, em 1941, com a Europa em plena guerra, a exploração de vários minérios já era feita na Paraíba, no Ceará e no nosso Estado. Verdade é que a Recebedoria de Rendas de Natal registrou, em setembro de 1941, "a exploração de 14.000 quilos de berilo, e 2.296 de columbita." Ademais, em Parelhas, havia "um movimento semanal de cerca de sessenta contos de réis desses e de outros minérios". (A República - 20/09/1941).

PADRE MONTE:DESCOBRIDOR DA SCHEELITA

O Padre Luiz Gonzaga do Monte era um homem genial. Com a sua brilhantíssima inteligência, ele penetrou em quase todos os ramos da ciência do seu tempo. Da Matemática à Teologia, da Biologia à Botânica, da Medicina à Mineralogia, ele era respeitado em todos estes ramos do conhecimento. Foi o único gênio que o Rio Grande do Norte conheceu até hoje. No que diz respeito aos minérios do nosso Estado diz o seu biógrafo, o Cônego Jorge O'Grady de Paiva: "Monte conhecia, a palmo, todo o Rio Grande do Norte. Percorreu-o várias vezes. Pretendia, mesmo, fazer o levantamento de um mapa geológico do Estado, com a indicação de todas as riquezas minerais. Numa de suas incursões, achando-se em Caicó, a convite do Pe. Dr. Walfredo Gurgel, constatou ali a existência da scheelita. Em carta ao autor deste livro, datada de 21-4-42, fez Monte esta revelação: Em novembro do ano passado, tive ocasião de caracterizar a scheelita em Caicó, onde estão explorando com ótimos resultados. Aqui no Norte era desconhecida. Até agora só foi encontrada em Caicó". (1948:130).

Acrescenta o seu biógrafo: "Tal fama granjeou como mineralogista que de toda parte do Estado e até dos Estados vizinhos, chegavam-lhe amostras para exame. Em seu laboratório do Seminário fez mais de duas mil análises de minérios, qualitativas e quantitativas. Certa vez foi procurado no Seminário por um técnico norte-americano, vindo dos E.U.A. para estudar a riqueza mineralógica do Estado. Conversaram longamente. Soube-o pelo Cônego José Adelino, que acrescentou haver o aludido técnico mostrado a sua surpresa, por encontrar em Natal tão profundo conhecedor da mineralogia e em particular das riquezas do subsolo da região nordestina." (1948:131).

OS ACORDOS DE WASHINGTON

Entre março e outubro de 1942, o governo brasileiro assinou acordos com o governo dos Estados Unidos através dos quais a Grande Nação do Norte se comprometia a comprar as nossas matérias-primas, inclusive os nossos minérios. Ressaltando a importância destes acordos para a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, o US War Production Board afirmava que "os Estados Unidos não teriam levado a um bom fim sua tarefa sem o auxílio da produção brasileira de matérias-primas estratégicas." O valor total dos acordos era de US\$ 234 milhões. (Buescu, Mircea - 1976:29).

Com a assinatura destes acordos, intensificou-se a pesquisa mineralógica no interior do Nordeste e a sua imediata exploração. Técnicos norte-americanos, munidos com detectores de metal, embrenharam-se nos nossos sertões à procura de minérios estratégicos, sobretudo, a scheelita, que é importante componente na fabricação de armamento. Nesta epopéia, não podemos esquecer as iniciativas de Joel Dantas, em Acari; Sérvulo Pereira, em Cerro Corá; José Floripes Ginane, em Jardim do Seridó; Aristófanes Fernandes, em Santana do Matos; Desembargador Tomaz Salustino, em Currais Novos.

COMISSÃO AMERICANA

Uma comissão de técnicos norte-americanos percorreu vários municípios do Seridó, colhendo amostras de minério e orientando a sua exploração. Em palestra com o Sr. Osman da Silva Matos, então Diretor do Banco do Brasil no Rio Grande do Norte, esta Comissão que se encontrava em Santana do Matos, declarou: "O Rio Grande do Norte é riquíssimo e que o teor dos nossos minérios é dos mais elevados do mundo". (A República - 17/10/1943).

A MINA CAFUCA

Esta mina de scheelita, em Santana do Matos, pertencia a Aristófanes Fernandes. Em outubro de 1944, ela produzia, diariamente, de 1.000 a 1.500 quilos de scheelita, e ocupava uma mão-de-obra em torno de 700 operários. (A República - 17/10/1943).

A MINA BODÓ

Situada em Cerro Corá, esta mina de scheelita foi descoberta em 11 de agosto de 1943. Sérvulo Pereira, apesar de não ser proprietário de terra naquela área, conseguiu registrar a mina no seu nome junto ao Ministério de Minas e Energia. Este registro lhe assegurou o direito de explorá-la, uma vez que o código de Minas separava a propriedade do solo, da do subsolo. Na primeira semana de exploração da Mina Bodó foram recolhidos 5 mil quilos de scheelita. Durante vários anos, as três minas - Bodó, Malhada Vermelha e Baixinhos - produziam, em média, de 18 a 20 toneladas de scheelita por semana. (Souza, Itamar de (Org.) - 1981:34). Em setembro de 1944, trabalhavam em Bodó cerca de 400 operários. (A República - 21/09/1944).

A MINA BREJUI

Em Currais Novos, a Mina Brejuí, de scheelita, pertencente ao Desembargador Tomaz Salustino, começou a produzir em 1943. Com a continuação da pesquisa foram descobertas e exploradas várias outras minas de scheelita na região do Seridó, assim como de outros minérios.

Segundo Magnólia Galvão, em 1943, a produção de tungstênio contido da região do Seridó foi de 700 toneladas; em 1944, 1.110 toneladas; 1945, 1.115 toneladas. Em 1946, a produção caiu para 850 toneladas. (1982:34).

A INDÚSTRIA DA MANIÇOBA

Aproveitando a abundância da maniçoba existente nas serras de Santana, da Formiga, do Cajueiro, de João do Vale, Negra e Martins, Aristófanes Fernandes e o seu irmão instalaram, em Santana do Matos, uma indústria para beneficiar a borracha extraída desta árvore. Verdade é que, em 1943, a produção foi de 300 toneladas e, em 1944, foi estimada em 400 toneladas. Após o seu beneficiamento, esta borracha era exportada para os Estados Unidos. (O Diário - 16/01/1945).

OS "SOLDADOS DA BORRACHA"

Em decorrência dos Acordos assinados, em 1942, pelo Brasil com o governo norte-americano, foi ativada a exploração da borracha no Amazonas. Em julho de 1942, o governo brasileiro criou o Banco de Crédito da Borracha com capitais americanos e nacionais. A mão-de-obra para acelerar a produção da borracha nos seringais amazonenses deveria totalizar 500 mil nordestinos, chamados eufemisticamente de "soldados da borracha". Para transportá-los, o Conselho

Nacional de Imigração e Colonização (INIC) instalou hospedarias em João Pessoa, Natal, Fortaleza, Belém, Porto Velho e Boca do Acre. Nos portos de Natal, Cabedelo e Fortaleza, estes nordestinos embarcavam para trabalhar nos seringais do Amazonas. Estima-se em 100 mil os nordestinos que foram para lá. Uma verdadeira tragédia que não foi ainda devidamente contada. (Souza, Itamar de - 1980:56-57).

A CRISE HABITACIONAL

A guerra atraiu para Natal milhares de pessoas procedentes do interior do Estado e dos Estados vizinhos. Os investimentos feitos aqui transformaram a capital potiguar num grande pólo de atração. Na realidade, o censo demográfico de 1940 acusou uma população de 54.836 habitantes em Natal, mas, o de 1950, já indicou uma população de 103.215 pessoas. Portanto, praticamente, a população de Natal dobrou no espaço de dez anos. (Souza, Itamar de - 1976:18).

Durante os anos da guerra, os hotéis e as pensões viviam superlotados de gente de toda parte e de todas as profissões. Em 1942, afirmava um observador da cena urbana "ser mais fácil um burro cantar como galo, do que o cidadão encontrar uma casa para arrendar em Natal. E quando encontra, Santo Deus! - ele desiste, o preço é de arrear os cabelos". (A República - 03/09/1942).

Em janeiro de 1945, o cronista Aderbal França observava da sua coluna:

"Antigas casas da cidade, vinte vezes consertadas, prosaicas, sem conforto," eram alugadas como se fossem modernas. Acrescentou que os aluguéis destas casas "de oitenta ou cem mil réis por mês subiram a quinhentos ou oitocentos ou mil cruzeiros". (A República - 10/01/1945).

É verdade que o ritmo de construção aumentou. Mas, a demanda era muito superior. Não havia uma política habitacional agressiva para acomodar tanta gente.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para amparar menores e velhos abandonados, o governo do Estado criou o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS), que tinha como órgãos operacionais o Abrigo "Melo Matos", o "Instituto Padre João Maria" e o Abrigo "Juvino Barreto". Este último órgão, localizado na Av. Alexandrino de Alencar, foi inaugurado em abril de 1944 e custou aos cofres municipais, na administração do prefeito José Varela, cerca de Cr\$ 700.000,00.

Para atuar nesta área, instalou-se em Natal aos 27 de setembro de 1942, a Legião Brasileira de Assistência, que durante e depois da guerra desempenhou um serviço de assistência social de inestimável valor.

Visando preparar profissionais para a assistência social, foi criada a Escola de Serviço Social, fruto da iniciativa conjunta do então Padre Nivaldo Monte e do jornalista Aluizio Alves.

SURGIMENTO DE UMA IMPRENSA LIVRE

Uma das melhores consequências da guerra foi, sem dúvida, o surgimento de uma imprensa livre, consubstanciada no jornal O DIÁRIO. Naquela época, Natal dispunha de apenas, dois jornais: A República, de maior circulação, comprometido com o governo do Estado; e o outro era A Ordem, jornal católico, comprometido com a Igreja.

O DIÁRIO, hoje DIÁRIO DE NATAL, foi fundado aos 18 de setembro de 1939 para divulgar as notícias da II Guerra e também as coisas que aconteciam no Brasil e no Rio Grande do Norte. Foram seus organizadores Romualdo Carvalho, Valdemar Araújo, Rivaldo Pinheiro Borges, Aderbal França e Djalma Maranhão.

A CELEBRAÇÃO DA VITÓRIA

Quando chegou a Natal a confirmação da notícia da rendição das tropas nazistas, a cidade delirou de alegria. Silvos das sirenes, os estrondos de foguetões, o buzinar dos automóveis, as salvas de tiros e o repicar dos sinos, tudo manifestava a alegria da vitória e do fim da guerra. O pesadelo da guerra cederia lugar à paz tão almejada por todos.

O presidente da República decretou feriado nacional. Aqui, o General Antônio Fernandes Dantas, Interventor Federal, convocou as autoridades para planejar, com ele, a festa da vitória. Foi elaborada uma longa programação que compreendia missa, baile, sessão solene e concentração popular.

No dia 5 de maio, o Mons. João da Matha Paiva celebrou uma missa campal na praça Pio X (onde fica hoje a nova Catedral). Uma multidão incalculável estava presente. Em seguida, foi realizada uma romaria aos túmulos dos soldados americanos sepultados no cemitério do Alecrim. Ainda pela manhã, aviões do Aero Club sobrevoaram a cidade, lançando boletins alusivos ao heroísmo dos aviadores brasileiros nos céus da Europa. À noite, a sessão solene no Teatro Carlos Gomes (hoje, Alberto Maranhão), na qual discursaram o Mons. João da Matha, o Dr. José Siqueira, o estudante Murilo Melo Filho, o operário Francisco Camilo e o Dr. Alvarado Furtado de Mendonça.

As comemorações se prolongaram até o dia 10, quando houve, pela manhã, concentração das Forças Armadas na praça Pedro Velho e, à noite, outra sessão solene no Teatro Carlos Gomes.

Poucos dias depois, os militares americanos e brasileiros retornaram aos seus lugares de origem. O dólar americano, que fez a alegria e a prosperidade de tantos potiguares, dava também o seu adeus. Natal voltou à sua vida rotineira, amargando ver o fim de uma época de progresso e de integração internacional.

JOÃO CAFÉ FILHO



JOÃO CAFÉ FILHO

João Café Filho nasceu no dia 03 de fevereiro de 1899, na rua do Triunfo, Nº 22, no bairro da Ribeira, em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Atualmente, esta rua denomina-se 15 de Novembro.

Eram seus pais: João Fernandes Campos Café e Florência Amélia Campos Café. Seu pai era funcionário público e protestante, do ramo presbiteriano. O casal teve seis filhos: Maria e Luiz (falecidos antes de completarem um ano de vida), Alice, Alzira, Jessé e João.

João Bosco Campos, seu parente, ao fazer um levantamento sobre os seus ancestrais, afirma um fato curioso: em 1933, quando Café Filho já contava 34 anos de idade, solicitou formalmente ao Juiz da 2ª Vara de Natal, que queria adotar o nome do seu pai, todavia, mandou, suprimir o "Fernandes Campos". A partir de então, ele passou a chamar-se - JOÃO CAFÉ FILHO. (Campos, João Bosco - 1989:09).

Segundo ainda o citado autor, os "Fernandes Campos Café" deitaram suas raízes no século XVIII, na Freguesia do Campo, da cidade de Vizeu, em Portugal. (Idem - 1989:4)

João Café Filho fez seus primeiros estudos nas escolas particulares de Natal e, depois, no Colégio Americano, no Grupo Escolar Augusto Severo, Escola Normal e Atheneu Norte-rio-grandense. Encerrada essa etapa, foi ele para Recife cursar a Faculdade de Ciências Jurídicas, onde não chegou a concluir o curso de Direito. Retornando a Natal, vivia advogando, como rábula, no interior e na capital. Mas, o gosto pela política estava no seu sangue. Seu avô paterno, Lourenço Fernandes Campos, foi vereador em Natal pelo Partido Liberal, nos idos de 1861. (Campos, João Bosco - 1989:7).

De tanto advogar causas trabalhistas e criminais de pessoas pobres, Café Filho tornou-se conhecido como o "Advogado dos pobres". Ao mesmo tempo, desenvolveu uma militância política junto aos diversos sindicatos de Natal e através da imprensa.

Ele foi um jornalista vocacionado: fundou jornais e escreveu para eles a vida inteira. Em Natal, ele fundou e dirigiu o - JORNAL DO NORTE, - verdadeira tribuna política de oposição às oligarquias reinantes.

A ESTRÉIA POLÍTICA

Café Filho lançou-se na política em 1922, com apenas vinte e três anos de idade, apoiando a candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República. (1º V. 1966:43). Em 1923, ele comandou a greve dos estivadores, que reivindicavam melhoria salarial. Perseguido pela polícia, que cercou a sua casa, ele escapou usando uma farda do Tiro de Guerra, disfarçando-se como policial. Foi refugiar-se no interior de Pernambuco, em Bezerros, onde fundou o CORREIO DE BEZERROS. Serenados os ânimos, ele retornou a Natal para continuar a sua luta.



JOÃO CAFÉ FILHO DESFILANDO EM LISBOA

Veio a sucessão presidencial de Washington Luís. Café Filho fez a campanha da Aliança Liberal, em 1928. Para receber a caravana chefiada por Assis Brasil, ele hipotecou junto a um comerciante da cidade, um terreno que herdara do seu pai. Sobre a passagem desta caravana por Natal, lembra Café Filho: "A permanência dos libertadores durou uma semana de comícios exaltados, em termos de demolição verbal da autoridade do Governo Lamartine". (1º V. - 1966:52). Logo que os caravaneiros foram embora, capangas e policiais começaram a perseguir Café Filho. Vendo que o cerco se estreitava cada vez mais, relembra ele, "lancei, em folha avulsa, uma proclamação ao povo de Natal e do Rio Grande do Norte, em que denunciei e documentei os propósitos sinistros do Governador Juvenal Lamartine. Acusei o oficialismo com provas e fatos. O ódio dos poderosos despencou, então, com a máxima violência, sobre a banda de música e as escolas do sindicato por mim organizado. Uma investida predatória reduziu a escombros os móveis da entidade e os instrumentos do conjunto operário, que ali ensaiava. Minha casa foi novamente cercada pela polícia, e outra vez precisei fugir do Estado" (1º V. - 1966:53).

Quando a polícia do governo Juvenal Lamartine invadiu a sua casa, no sítio "Jaguarari" (Barro Vermelho), no dia 23 de novembro de 1928, Café Filho já estava em Recife. Além de quebrarem tudo que encontraram, os policiais surraram o seu irmão, Jessé Café e cerca de 100 operários. (Wanderley, Sandoval - 1954:30-31).

De Recife, Café Filho viajou para a Paraíba, onde fez a campanha da Aliança Liberal.

Quando explodiu a Revolução de 30, ele retornou ao Rio Grande do Norte em companhia dos vitoriosos. Tentou ser Interventor do Estado, mas os militares rejeitaram-no, preferindo o paraibano Irineo Joffili que o encontrou à frente da Secretaria de Segurança, nomeado pela Junta Militar. Irineo manteve Café Filho neste cargo e prestigiou as suas ações. Por razões políticas, deixou este cargo. Mas, no governo do Interventor Bertino Dutra, ele foi nomeado novamente para o cargo de Secretário de Segurança do Estado.

Para disputar as eleições de 1935, Café Filho tinha fundado o Partido Social Progressista que, depois, uniu-se ao Partido Social Democrático do Rio Grande do Norte, do Interventor Mário Câmara, formando a Aliança Social. Foi por esta coligação que Café Filho elegeu-se Deputado Federal, em 1935.

CAFÉ FILHO NO CONGRESSO NACIONAL

O Primeiro Mandato: 1935 - 1937

Referindo-se ao seu primeiro mandato, confessou ele no seu livro de memórias: "Deputado Federal, pela primeira vez, em 1935, experimentaria, de início, os desajustes de qualquer estreante, inibições e incertezas". (1º V. - 1966:80). Todavia, foi no exercício do seu segundo mandato (1946-50), que ele revelou-se como um grande líder nacional.

Destacaremos, a seguir, os momentos mais importantes do seu primeiro mandato.

No discurso que pronunciou no dia 20 de maio de 1935, ele autodefiniu-se politicamente: "Ingressei na vida partidária, como elemento de oposição, desde 1922, quando acudi ao chamamento cívico de Nilo Peçanha e J.J. Seabra, na memorável campanha da Reação Republicana; mais tarde, acompanhei com a minha admiração e solidariedade o movimento militar revolucionário que rebentou em S. Paulo; mais adiante solidarizei-me com o Partido Democrático fundado na capital paulista pelo Conselheiro Antônio Prado, e em 1930, formei ainda, nas fileiras da Aliança Liberal. Estive, assim, em todas as fases da minha vida política, ao lado daqueles que desfraldavam a bandeira da liberdade e regeneração dos costumes políticos". (Anais da Câmara dos Deputados, 1935, p.492).

Neste mesmo discurso, ele manifestou o seu apoio político partidário ao governo de Getúlio Vargas. Justificou a sua atitude dizendo que a Revolução de 30 estava equacionando (ou atenuando) os efeitos da Seca no Nordeste.

No entanto, com a evolução dos fatos políticos, Café Filho negou o seu apoio a Getúlio Vargas por causa da maneira discriminatória com que vinha governando o país.

No combate aos extremistas de esquerda (comunistas) e de direita (integralistas), Getúlio Vargas prendeu parlamentares e cometeu muitas injustiças. Visando à defesa da Constituição de 34, Café Filho liderou deputados da Maioria e da Minoria que, juntos, fundaram, no dia 11 de novembro de 1935, o "Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares", que nesta data lançou à nação um manifesto. (Filho, Café- 1º V. 1966:85).

Declara Café Filho no seu livro de memórias que, "sem desvinculação das correntes políticas a que pertencíamos, decidimos organizar esse Grupo Parlamentar objetivando defender intransigentemente as liberdades constitucionais e populares e em consequência, combater o integralismo, arremedo do fascismo e inimigo ostensivo daquelas liberdades." (Idem-1º V.- 1966:86).

Convidado pelo Comandante Hercolino Cascardo, ex-interventor do Rio Grande do Norte, a ingressar nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora, Café Filho rejeitou o convite alegando que esta agremiação política, verdadeira frente ampla, terminaria sendo dominada pelo Partido Comunista, como, de fato, aconteceu.

Mesmo assim, quando aconteceu a Insurreição Comunista de novembro de 1935, Café Filho combateu, da tribuna da Câmara, os erros e os excessos cometidos na reação contra o comunismo, não só no Rio Grande do Norte, como em todo o país." (1º V. - 1966:90). Adiante, afirma o líder potiguar: "Além de combater o integralismo, criticava o Governo de Getúlio, sobretudo em face das violências cometidas contra os presos políticos". (Idem - 1º V. - 1966:96).

Por outro lado, com habilidade, Getúlio Vargas manejava os atores do golpe, fiéis aos planos; e, ao mesmo tempo, coagia a oposição a se calar, mobilizando a polícia para intimidá-la, vigiá-la, e até prender elementos da oposição, quer fossem parlamentares ou não. Café Filho, por ser um opositor exaltado contra a ditadura de Vargas, foi alvo de muitas perseguições.

Durante este primeiro mandato, ele preocupou-se também com as coisas do Rio Grande do Norte. Em certa ocasião, o Deputado José Augusto Bezerra de Medeiros, seu grande adversário político, numa atitude de revanche, fez um discurso narrando toda a violência do governo Mário Câmara. Café Filho saiu em defesa do seu amigo, procurando inocentá-lo.

Referindo-se a um projeto de um deputado, que pretendia regulamentar o trabalho nas empresas que exploram serviços públicos, Café Filho disse: "Sou dos que pensam ser o melhor combate que se pode oferecer, no momento, aos extremistas quer da direita, quer da esquerda, uma boa legislação, reguladora das condições de trabalho no Brasil, reveladora da nossa simpatia pelas classes humildes, esgotadas nas suas energias pelo trabalho sem descanso e sem salário justo". (Anais da Câmara dos Deputados, 18/07/1935, p.221).



CAFÉ FILHO E GETÚLIO VARGAS APÓS A POSSE NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Uma das suas maiores preocupações foi o melhoramento dos portos do nosso Estado. Por isso, em 1935, ele apresentou o Projeto de Lei Nº 169, que foi o mais importante deste seu primeiro mandato: "Destina 50% da receita do imposto federal sobre sal, produzido no Rio Grande do Norte, para as obras dos portos do mesmo Estado, criando para isso um Fundo Especial". É lamentável que as Comissões de Justiça e de Finanças deram pareceres contrários a este projeto. (Anais da Câmara dos Deputados - 26/09/1935, p. 85).

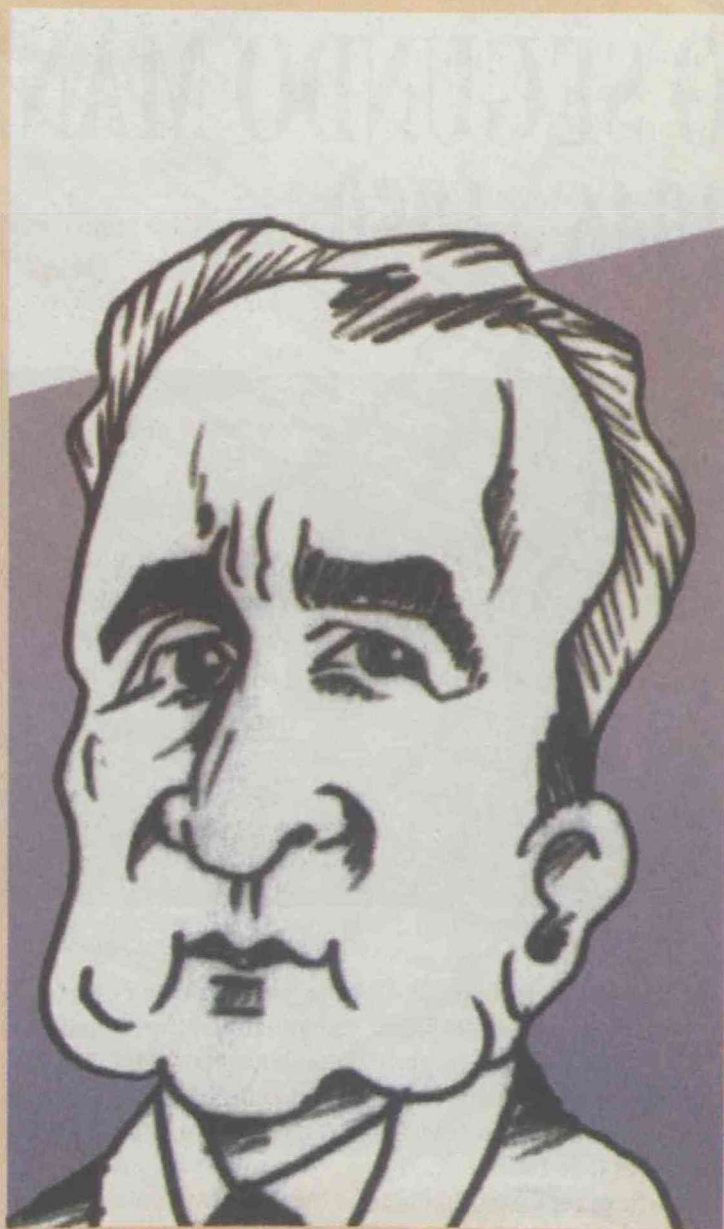
Para convencer os deputados a aprovarem suas emendas no Orçamento de 1936, demonstrou que o "Rio Grande do Norte não é um peso morto" na Federação. Aqui, o Governo Federal arrecadava mais dinheiro do que o que mandava. (Anais da Câmara dos Deputados - 22/07/1935, p.59-69).

Outro assunto no qual ele mostrou-se um grande defensor do nosso Estado foi quando, em 1935, as sociedades rurais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo queriam importar o sal de Cadiz (Espanha). Café Filho fez vários pronunciamentos em defesa da nossa indústria salinera, mesmo sabendo que o sal espanhol chegava muito mais barato àqueles Estados.

Preocupado com a extinção das carnaubeiras, Café Filho solicitou ao Ministro da Agricultura que mandasse "estudar as condições de plantio da carnaubeira no Vale do Assu, no Rio Grande do Norte e em outras regiões do país, no sentido de desenvolvê-lo amparando, ainda, os carnaubais, com medidas proibitivas contra o corte para uso em construções, estacamento ou outro mister, apresentando, após esses estudos, à Câmara dos Deputados, se preciso se fizer, sugestões, dentro das quais possa a Comissão de Agricultura e Comércio, elaborar um projeto de lei de modo a amparar os carnaubais existentes e assegurar o seu desenvolvimento, tudo de acordo com os interesses nacionais". (Anais da Câmara dos Deputados, 28/06/1935, p.122).

1937: A SUCESSÃO PRESIDENCIAL E O EXÍLIO

Pelas regras do jogo político, o Brasil deveria eleger um presidente da República em 1937. A oposição lançou a candidatura do governador de São Paulo, Dr. Armando de Sales Oliveira. Por sua vez, Getúlio Vargas lançou a candidatura do Dr. José Américo de Almeida, ex-interventor da Paraíba. Enquanto os comunistas apoiaram o candidato de Getúlio (sic!), Café Filho veio ao Rio Grande do Norte, reuniu os seus correligionários, e formalizou o seu apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira.



GETÚLIO VARGAS

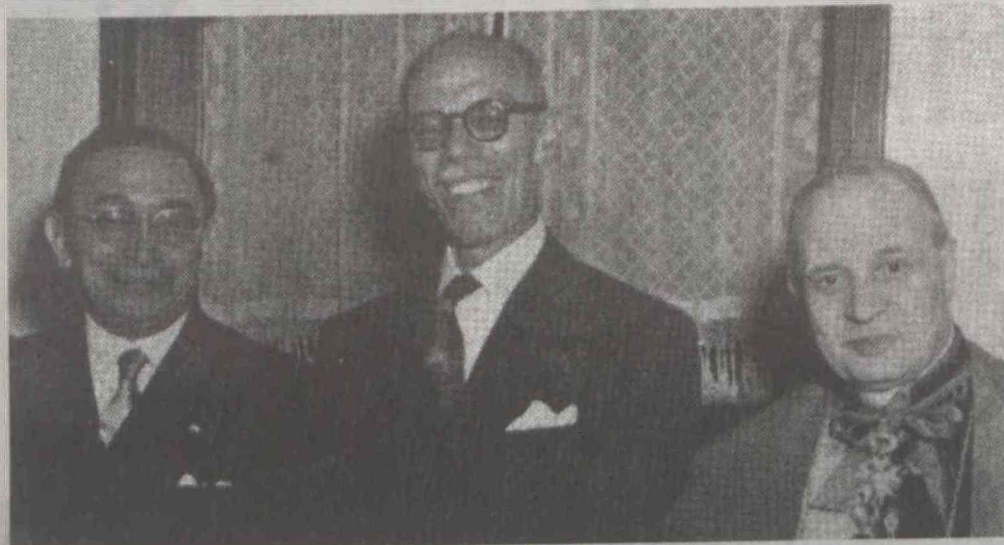
A medida que se aproximava o dia da eleição, Getúlio Vargas ia intensificando os preparativos do golpe de 1937.

Consumado o Golpe de Estado de novembro de 1937, pelo qual Getúlio Vargas implantava o Estado Novo, Café Filho passou a ser alvo das perseguições da Polícia do Rio de Janeiro, que tinha a ordem para prendê-lo. A partir do Golpe, o arbítrio suplantou a lei. Para não ser preso, ele conseguiu refugiar-se na Embaixada da Argentina, cujo Embaixador, Ramón Cárcano, o acolheu com muita hospitalidade e fineza de trato. Depois de muitas gestões diplomáticas, Café Filho conseguiu exilar-se na Argentina. De início, ficou em Buenos Aires, onde se sentia perseguido pela polícia. Por isso, o próprio governo argentino, solidário com o Golpe de Getúlio Vargas, mandou-o para Córdoba, onde o nosso parlamentar continental ficou confinado. Naquela cidade, Café Filho gozava de liberdade, o que não aconteceu nos dias que passou na capital da Argentina.

Naquele país, ele viveu os piores dias da sua vida: longe da pátria, dos

amigos, da política nacional e, sobretudo, com pouquíssimo dinheiro, pois, com o fechamento do Congresso Nacional, o salário de deputado, que era a sua única fonte de renda, deixou de existir. Para ir visitá-lo, Dona Jandira, sua esposa e fiel companheira de todas as horas, teve que vender objetos pessoais para arranjar o dinheiro da passagem. Seu exílio durou até 3 de maio de 1938, data em que pôde legalmente retornar ao Brasil. Desta data, isto é, maio de 1938 até 1945, ele sobreviveu economicamente "dirigindo uma empresa de transporte rodoviário". (1º V. - 1966: 112).

O SEGUNDO MANDATO: 1946 - 1950



CAFÉ FILHO COM O MINISTRO DA JUSTIÇA DE PORTUGAL E O CARDEAL DE LISBOA

Com a derrubada de Getúlio Vargas pelas Forças Armadas, em outubro de 1945 e a conseqüente redemocratização do país, foram convocadas eleições para se eleger o Presidente da República, o Vice-Presidente, e um Congresso Nacional Constituinte. Os novos representantes do povo tinham por missão elaborar uma nova Constituição para o Brasil. Foi a Constituição democrático-liberal de 1946.

Sem recursos financeiros, nem mesmo para se deslocar do Rio de Janeiro para Natal, mesmo assim, Café Filho veio ao encontro dos seus amigos e correligionários.

Acontece que a legislação eleitoral era mais exigente do que a anterior: ao determinar que os partidos políticos tivessem núcleos em, pelo menos, cinco Estados, aquela legislação acabara com os partidos políticos regionais. Ora, o Partido Social Progressista, pelo qual Café Filho se elegeu deputado federal a primeira vez em 1935, só possuía representação no Rio Grande do Norte. Como, então, expandi-lo agora para outros Estados para preencher as exigências da nova legislação eleitoral? Em situação idêntica encontrava-se Ademar de Barros, Governador de São Paulo, cuja agremiação política que ele liderava - o Partido Republicano Paulista - era restrito a São Paulo. Então, para resolver este impasse criado pela nova legislação, foi que Café Filho procurou entendimentos com Ademar de Barros, em São Paulo. Depois de muitas conversações, os dois líderes criaram o Partido Republicano Progressista (PRP). Conta Café Filho nas suas memórias: "Vieram as eleições de 2 de dezembro de 1945. Dos dez deputados que Ademar prometia eleger em São Paulo, elegeu apenas um, Campos Vergal. O outro representante eleito fui eu, no Rio Grande do Norte. Seguramente, nem Campos Vergal nem eu, devemos a Ademar as nossas eleições. Campos Vergal foi eleito pelos espíritas. E eu, no Rio Grande do Norte, possuía meu próprio contingente de votos, podendo eleger-me sob qualquer legenda.

Não tendo dado a sigla PRP qualquer contribuição eleitoral ao partido, voltamos a denominá-lo Social Progressista" (1º V. - 1966: 117).

Eleito deputado federal, Café Filho exerceu o seu segundo mandato de 1946 a 1950. Este foi o período áureo da sua vida parlamentar. Quase diariamente, ele ocupava a tribuna da Câmara dos Deputados para apresentar projetos, fazer requerimentos, tecer comentários sobre fatos políticos, analisar projetos econômicos ou financeiros do governo. Além disso, não perdia ocasião para denunciar as arbitrariedades do governo, a violência policial, a censura à imprensa, e avaliar o desempenho das repartições públicas e os assuntos pertinentes ao Rio Grande do Norte. Como se isto não bastasse, aproveitava os finais de semana para, em companhia de outros parlamentares e de jornalistas, visitar, de surpresa, as repartições públicas federais com o objetivo de verificar, pessoalmente, o seu funcionamento. Na semana seguinte, ocupava a tribuna da Câmara para relatar o que viu no serviço público. Não apenas as repartições públicas federais da Capital da República foram alvo das suas visitas. Apoiado pelo Ministério da Aeronáutica, e por outros meios, Café Filho estendeu estas suas visitas de inspeção voluntária a São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Com este trabalho, ele tornou-se conhecido em grande parte do Brasil.

Certa vez, censurado por um deputado porque agia desta maneira, ele respondeu: "Vou, de surpresa, às repartições, para verificar como trabalham. Tenho para mim e já o disse mais de uma vez, realizo um serviço de contribuição ao próprio governo". (Diário do Congresso Nacional - 11/07/1950, p.5304).

No exercício deste seu segundo mandato, ele caracterizou-se como um político de esquerda, nacionalista, defensor intransigente da liberdade de imprensa e profundamente sensível às injustiças e à exploração praticadas contra as camadas sociais mais pobres da população brasileira.

NA CONSTITUINTE DE 1946

Sabedor da tragédia que foi a Batalha da Borracha, durante a II Guerra Mundial, que acarretou o deslocamento de milhares de nordestinos para os seringais da Amazônia, Café Filho apresentou o requerimento Nº 268, solicitando que fosse nomeada uma Comissão Parlamentar com a finalidade de apurar a situação dos "soldados da Borracha". (Diário da Assembléia- 04/07/1946, p.3312). Até hoje nenhum historiador brasileiro fez um estudo profundo sobre a tragédia nordestina nas selvas amazônicas.

Naquela Constituinte, foi ele o Deputado escolhido para ler o Manifesto dos Revolucionários de 1922 e 1924 pedindo que a Assembléia Nacional Constituinte desse ao Brasil uma Constituição democrática. (Diário da Assembléia, 06/07/1946, p. 3359).

Outro requerimento seu foi dirigido ao Ministro da Fazenda para saber quais as despesas de guerra que o Brasil realizou no período de 1942-1945. Sem apresentar argumentos convincentes, o Ministro da Fazenda respondeu que "as despesas (...) da guerra devem ser, ainda, mantidas em reserva". No mesmo dia, Café Filho apresentou à Mesa da Câmara outro requerimento (Nº 302) convocando o Ministro da Fazenda a vir à Assembléia Nacional Constituinte expor as razões do segredo em torno das despesas do Brasil durante a II Guerra Mundial. (Diário da Assembléia - 25/07/1946, p.3676).

Finalmente, o Ministro da Fazenda não atendeu à convocação, mas, enviou ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte os dados requeridos pelo representante do Rio Grande do Norte. Café Filho tomou conhecimento das despesas, mas, antes, assumiu o compromisso de não divulgar aqueles dados.

Outro fato que marcou a sua atuação na Constituinte, foi ele manifestar-se contrariamente à colocação do nome de Deus no preâmbulo da Carta Magna. Argumentava ele que, se o Estado brasileiro é leigo, é separado da Igreja desde a primeira Constituição republicana, não havia razão para se colocar o nome de Deus no preâmbulo da Constituição de 1946. (Diário da Assembléia, 14/08/1946, p.4068). Neste ponto, ele foi derrotado pela força da tradição católica brasileira. O nome de Deus foi colocado no preâmbulo da Constituição de 46, do mesmo modo como existiu nas constituições anteriores. A partir de então, ele começou a ser visto como um elemento, no mínimo, agnóstico.

“DEPUTADO DA NAÇÃO” (DE 1947 A 1950)

Foi, neste período, que Café Filho consagrou-se como um dos parlamentares mais atuantes no cenário político nacional. Quase diariamente, estava ele no noticiário da imprensa nacional. Pelo fato de ser jornalista e identificado com os anseios populares, ele conquistou o respeito e o carinho de amplos setores da opinião pública nacional. Assim, num discurso que proferiu na tribuna da Câmara Federal, ele disse: ...sou, antes de tudo, repórter e, no exercício do mandato de Deputado, talvez tenha criado um tipo novo de Parlamentar, permitam-me a imodéstia”. Aparteando-o, disse o Deputado Aureliano Leite: “Certa ocasião chamei V. Exa de Deputado da Nação que, para mim, diz muito mais do que Deputado itinerante, porque V. Exa. está em toda parte do interior nacional e os seus projetos não beneficiam só o Rio Grande do Norte, mas todo o país”. (Diário do Congresso Nacional, 29/04/1950, p.2070).

Ocupou a tribuna da Câmara Federal para defender, diversas vezes, a liberdade de imprensa contra a crescente onda da censura governamental. Certa vez, procurado por um grupo de senhoras que editava o jornal - "Movimento Feminino" - e que vinha solicitar o seu apoio contra a censura a este jornal, Café Filho disse: "Não me negarei de ser veículo das reclamações de todos aqueles que fazem a pequena ou grande imprensa, a fim de que haja liberdade de circulação, e com esta, a liberdade de dizer".

"Sem isso, podemos afirmar tudo, menos que vivemos no regime democrático. Aproximamo-nos de uma semana característica, a de Carnaval. Arranquemos as máscaras: isto não é democracia. Só é democracia a que assegura a legítima, a verdadeira, a real liberdade de imprensa." (Diário do Congresso Nacional - 30/01/1948, p.1079).

Por causa da amplitude da sua ação, ele foi acusado de ser um político demagogo. Respondendo ao insulto, Café Filho disse: "Cabe-me muito bem a acusação de demagogo. Consintam, porém, que reivindique o qualificativo de demagogo do povo, enquanto os que me acusam são só demagogos do governo, da polícia, da violência, do não fazer nada, deixando como está para ver como acaba!" (Diário do Congresso Nacional - 07/08/1948, p. 6574).

No ano de 1947, destacamos alguns fatos da sua atividade parlamentar: denunciou as irregularidades eleitorais ocorridas no Rio Grande do Norte, nas eleições de 19 de janeiro de 1946; e encaminhou requerimento à Mesa da Câmara para saber quanto o Poder Executivo tinha despendido com a exploração do petróleo. Além disso, apresentou dois importantes projetos: um que propunha elevar o piso salarial dos jornalistas profissionais e outro criando o Conselho Nacional de Tuberculose. Naquela época, a tuberculose era a mais grave de todas as epidemias que assolavam o Brasil. (Diário da Assembléia - 31/05/ e 11/06/1947).

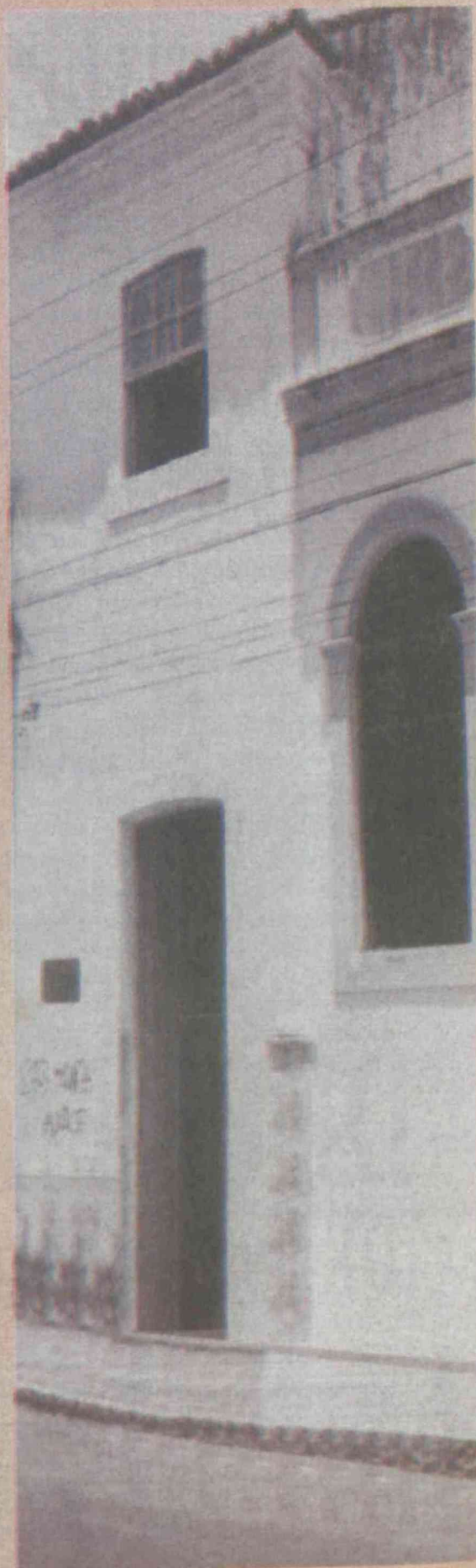
Por causa do projeto propondo melhoria salarial para os jornalistas, ele foi acusado de ser comunista pela imprensa integralista. Por fim, o presidente da República vetou este projeto e o Congresso Nacional homologou o veto presidencial. (Diário do Congresso Nacional - 28/01/1948, p.967).

O ano de 1948 foi o ponto alto da sua carreira parlamentar. Ele apresentou 27 projetos de lei, 51 requerimentos de informações, 2 indicações e 3 projetos de resolução. (Diário do Congresso Nacional - 16/12/1948, p.13741). Além disso, fez um longo discurso condenando a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (Diário do Congresso Nacional - 10/12/1948, p.13232-34).

Ainda no ano de 1948, Café Filho apresentou o Projeto Nº 1005 criando a Frota Nacional de Pesca. Com isto, visava incentivar a indústria pesqueira no país. Lamentavelmente, somente 30 anos depois foi que os nossos governantes despertaram para incentivar este setor da nossa economia.

Durante o ano de 1949, ele já estava preocupado com a sucessão presidencial. Por isso, fez vários discursos analisando o processo sucessório. Mesmo assim, apresentou o Projeto Nº 256, propondo a criação de uma Assistência Social Supletiva para amparar pessoas inválidas. (Diário do Congresso Nacional - 21/05 p.4183).

O ano de 1950 foi dedicado às visitas às repartições públicas federais, feitas de surpresa. Como dissemos anteriormente, não apenas na Capital da República fez ele estas visitas, mas também em São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Sem dúvida, isto lhe deu popularidade e lhe abriu os caminhos para a sua candidatura à Vice-Presidência da República.



MUSEU CAFÉ FILHO

A CANDIDATURA À VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

De início, o projeto político de Café Filho para as eleições de 1950 era ser candidato ao governo do Rio Grande do Norte. O seu partido - Partido Social Progressista - chegou a homologar a sua candidatura. No entanto, com a evolução dos acontecimentos, preferiu fazer um acordo com o Senador Georgino Avelino, do PSD: ambos renunciaram às suas candidaturas ao governo do Estado e passaram a apoiar o nome de Dix-sept Rosado Maia, que teve como vice, na sua chapa, o Dr. Sylvio Piza Pedroza. Esta chapa saiu vitoriosa nas eleições de 3 do outubro de 1950.

Enquanto Café Filho conversava com as lideranças políticas do Rio Grande do Norte em torno da sucessão estadual, a grande imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo lançou a sua candidatura à Vice-Presidência da República. Recordando no seu livro de memórias como nasceu esta sua candidatura, ele diz: "Em inquérito de imprensa, que teve repercussão em todo o país, fora apontado como o representante que mais trabalhara na legislatura que se encontrava em sua última sessão. Os jornalistas credenciados na Câmara indicaram-me como o melhor Deputado; contribuíram com as suas opiniões para esse resultado generoso, os repórteres destacados no plenário e os que seguiam os trabalhos das comissões técnicas. Pouco tempo antes, em declaração ao jornalista Antônio Viana, numa entrevista que ele nunca contestou, Getúlio Vargas fizera-me um elogio no mesmo sentido..." (1º V. - 1966:185). Por conseguinte, Café Filho popularizou-se em todo o Brasil através da sua atuação na tribuna da Câmara Federal. Sua candidatura à Vice-Presidência da República foi lançada e alimentada pela imprensa nacional. O resto foi obra do seu talento e da sorte!

Uma conjugação positiva de fatores políticos contribuiu para a consolidação da sua candidatura. Verdade é que, quando Getúlio Vargas manifestou a sua preferência pela candidatura do General Góis Monteiro a vice-presidente, a secção carioca do PTB não a aceitou, pois, fora este militar o autor do golpe de outubro de 1945, que derubou Getúlio Vargas. Dias depois, o PTB formalizou o seu apoio a Café Filho. Por outro lado, o fato de Ademar de Barros desistir de ser candidato à Presidência da República por considerar Getúlio Vargas imbatível, favoreceu a candidatura de Café Filho a Vice-Presidente. Seu nome sensibilizava o Nordeste, e, ao mesmo tempo, penetrava muito bem nos setores trabalhistas dos grandes centros urbanos do Sudeste, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo.

A esta altura é importante ressaltar que, naquela época, o candidato a Vice-Presidente tinha que obter uma votação própria, independente dos votos dados ao candidato a Presidente.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1973 - Medeiros, Tarcísio - Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte, Natal, Imprensa Universitária.
- 1974 - Viveiros, Paulo Pinheiro de - História da Aviação no Rio Grande do Norte, Natal, Editora Universitária.
- 1995 - Costa, Homero de Oliveira - A Insurreição de 1935, São Paulo, Editora Ensaio/ Cooperativa Cultural da UFRN.
- 1990 - Clementino, Maria do Livramento M. - Complexidade de uma Urbanização Periférica, Campinas (mimeo).
- 1943 - Decretos do Governo, Natal, D.E.I.P.
- 1986 - Oliveira, Israel de - Ary Parreiras e a Base Naval Natal, Rio de Janeiro, Revista Marítima Brasileira, Ano CVI, Nº 10, 11 e 12, Out/Nov./Dez., 1986.
- 1992 - Smith Júnior, Clyde - Trampolim da Vitória, Natal, Editora Universitária.
- 1971 - Duarte, Paulo de Queiroz - O Nordeste na II Guerra Mundial, Rio de Janeiro, Editora Record.
- 1980 - Costa, Fernando Hippolyto da - História da Base Aérea de Natal, Editora Universitária.
- 1995 - Pinto, Lenine - Natal, USA, Natal, RN/Econômico.
- 1974 - Silva, Hélio - 1944: O Brasil na Guerra, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- 1948 - Paiva, Cônego Jorge O'Grady de - Verdade e Vida, Rio de Janeiro, Gráfica Tupy.
- 1976 - Buescu, Mircea - Guerra e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, APEC.
- 1982 - Galvão, Magnólia - Principais Recursos Minerais do Seridó, Destacando-se a Scheelita como Principal Fator da Economia, Natal, Editora da Universidade.
- 1980 - Souza, Itamar de - Migrações Internas no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes.
- 1976 - Idem - Migrações Para Natal, Natal, Editora Universitária.
- 1983 - Idem - Macaíba, Natal, Gráfica Manimbu.
- 1981 - Idem (Coord.) - Cerro Corá, Natal, Gráfica Manimbu.
- 1948 - Câmara, Anfilóquio - Cenários Municipais, Natal, Oficinas do D.E.I.P.
- 1950 - Diário do Congresso Nacional
- 1955 - Diário de uma Viagem de Amizade
- 1951 - 1955 - Diário de Natal, Natal/RN
- 1956 - Folha da Tarde
- 1951 - Diário do Município
- 1979 - A República

PROJETO LER

ASCENSÃO E QUEDA DE JOÃO CAFÉ FILHO

Aproveitando uma excursão ao Norte do país, Ademar de Barros, ao retornar, passou por Natal, onde lançou a candidatura de Café Filho em praça pública.

Este foi um passo muito importante para a sua candidatura. No entanto, o líder norte-rio-grandense enfrentava grandes obstáculos: primeiro, a campanha da Liga Eleitoral Católica (LEC). Para os católicos conservadores, Café Filho era, no mínimo, agnóstico e comunista. Segundo, a frieza de Getúlio Vargas. Este temia que a campanha da LEC contra Café Filho prejudicasse a sua própria candidatura à Presidência. Além disso, não havia entre ambos profundos laços de amizade. Até porque o líder gaúcho estava lembrado de que Café Filho fora exilado, por ele, em 1937. Por isso, Getúlio Vargas só fazia referência ao líder potiguar quando este estava presente no palanque, o que aconteceu poucas vezes.

Havia mais dois fortes candidatos à Vice-Presidência da República: Odilon Braga e Altino Arantes.

Realizado o pleito, no dia 03 de outubro de 1950, o resultado foi o seguinte:

Café Filho	2.520.790	Votos
Odilon Braga	2.344.841	Votos
Altino Arante	1.649.309	Votos

Portanto, a maioria de Café Filho sobre o segundo colocado foi de 175.949 votos. Ele venceu as eleições nos "Estados do Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, no Distrito Federal nos Territórios do Guaporé e Rio Branco". (Filho, Café - 1º V. - 1966:198).

A maioria de Getúlio Vargas sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes foi de 1.506.566 votos. (Idem 1º V. - 1966: 197).

Naquele pleito de 3 de outubro de 1950, Café Filho saiu duplamente vitorioso no Rio Grande do Norte: Dix-sept Rosado, apoiado por ele, elegeu-se governador do Estado, com ampla maioria; e ele mesmo recebeu a maior votação para Deputado Federal. Por isso, ele foi obrigado a optar: assumir a Vice-Presidência da República ou, então, a Câmara Federal, para exercer mais um mandato de deputado. É claro que ele optou pelo cargo mais importante.

Lembra o líder potiguar: "No espaço de vinte anos de vida republicana, fui o primeiro Vice-Presidente eleito por sufrágio popular e, historicamente, o primeiro a ser escolhido através do voto secreto." (1º V. - 1966:197).

Pela Constituição de 1946, o Vice-Presidente da República exercia também a presidência do Senado Federal. Por isso, Café Filho assumiu aquele cargo no dia 16 de março de 1951, o que implicava também presidir o Congresso Nacional. Assumiu a Vice-Presidência da República no dia 31 de janeiro de 1951.



CAFÉ FILHO

SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951 - 54) foi pontilhado de sucessivas crises, culminando com a de agosto de 1954. O atentado da rua Toneleiros, dirigido por membros da Guarda Pessoal do Presidente da República contra o jornalista Carlos Lacerda, resultou na morte do Major Rubens Vaz, oficial da Aeronáutica. Getúlio não soubera controlar o poder dos porões do Palácio do Catete, centralizando tudo na pessoa de Gregório, homem da sua absoluta confiança.

A morte do Major Rubens Vaz tornou a crise incontrolável. As Forças Armadas exigiam a renúncia do Presidente da República. A Aeronáutica, por sua vez, exigia que Getúlio fosse depor numa base aérea, num inquérito aberto para apurar as responsabilidades criminais daquele assassinato. Seria a suprema humilhação para o presidente!

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1973 - Medeiros, Tarcísio - Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte, Natal, Imprensa Universitária.
- 1974 - Viveiros, Paulo Pinheiro de - História da Aviação no Rio Grande do Norte, Natal, Editora Universitária.
- 1995 - Costa, Homero de Oliveira - A Insurreição de 1935, São Paulo, Editora Ensaio/ Cooperativa Cultural da UFRN.
- 1990 - Clementino, Maria do Livramento M. - Complexidade de uma Urbanização Periférica, Campinas (mimeo).
- 1943 - Decretos do Governo, Natal, D.E.I.P.
- 1986 - Oliveira, Israel de - Ary Parreiras e a Base Naval Natal, Rio de Janeiro, Revista Marítima Brasileira, Ano CVI, Nº 10, 11 e 12, Out/Nov./Dez., 1986.
- 1992 - Smith Júnior, Clyde - Trampolim da Vitória, Natal, Editora Universitária.
- 1971 - Duarte, Paulo de Queiroz - O Nordeste na II Guerra Mundial, Rio de Janeiro, Editora Record.
- 1980 - Costa, Fernando Hippolyto da - História da Base Aérea de Natal, Editora Universitária.
- 1995 - Pinto, Lenine - Natal, USA, Natal, RN/Econômico.
- 1974 - Silva, Hélio - 1944: O Brasil na Guerra, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- 1948 - Paiva, Cônego Jorge O'Grady de - Verdade e Vida, Rio de Janeiro, Gráfica Tupy.
- 1976 - Buescu, Mircea - Guerra e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, APEC.
- 1982 - Galvão, Magnólia - Principais Recursos Minerais do Seridó, Destacando-se a Scheelita como Principal Fator da Economia, Natal, Editora da Universidade.
- 1980 - Souza, Itamar de - Migrações Internas no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes.
- 1976 - Idem - Migrações Para Natal, Natal, Editora Universitária.
- 1983 - Idem - Macaíba, Natal, Gráfica Manimbu.
- 1981 - Idem (Coord.) - Cerro Corá, Natal, Gráfica Manimbu.
- 1948 - Câmara, Anfilóquio - Cenários Municipais, Natal, Oficinas do D.E.I.P.
- 1950 - Diário do Congresso Nacional
- 1955 - Diário de uma Viagem de Amizade
- 1951 - 1955 - Diário de Natal, Natal/RN
- 1956 - Folha da Tarde
- 1951 - Diário do Município
- 1979 - A República

PROJETO LER

O Vice-presidente Café Filho propôs a Getúlio que ambos renunciassem aos seus cargos. O Presidente rejeitou a idéia. (1º V. - 1966:327 - 335). Entre renunciar ou humilhar-se perante uma comissão de inquérito, Getúlio preferiu o suicídio, ocorrido no dia 24 de agosto de 1954.

CAFÉ FILHO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Com a morte de Getúlio Vargas, assumiu a Presidência da República João Café Filho, que era o Vice. O ilustre norte-rio-grandense governou o Brasil ao longo de um ano e cinquenta dias, isto é, de 24 de agosto de 1954 até 11 de novembro de 1955.

Visando à pacificação do país, ele organizou um governo de coalisão, inter-partidário, escolhendo homens que reuniam as qualidades de competência e de dignidade para o cargo. Foi um governo de transição, cheio de dificuldades econômicas, sociais e políticas. Mesmo assim, ele conseguiu conduzir o Brasil dentro de um equilíbrio precário até 11 de novembro de 1955, quando foi vítima de um golpe militar.

VISITA A PORTUGAL

Enquanto estava na presidência da República, o momento de maior emoção e satisfação pessoal foi, sem dúvida, a sua visita de retribuição a Portugal, em abril de 1955. Fazia 35 anos que um presidente brasileiro não visitava Portugal. Governava aquele país o General Francisco Higinio Craveiro Lopes.

Naquela visita de tanta cordialidade, parecendo o retorno de um neto à terra dos seus avôs, o ponto de maior distinção aconteceu na Universidade de Coimbra, que lhe conferiu o título de doutor "Honoris Causa". Agradecendo tão honrosa distinção, disse o Presidente Café Filho:

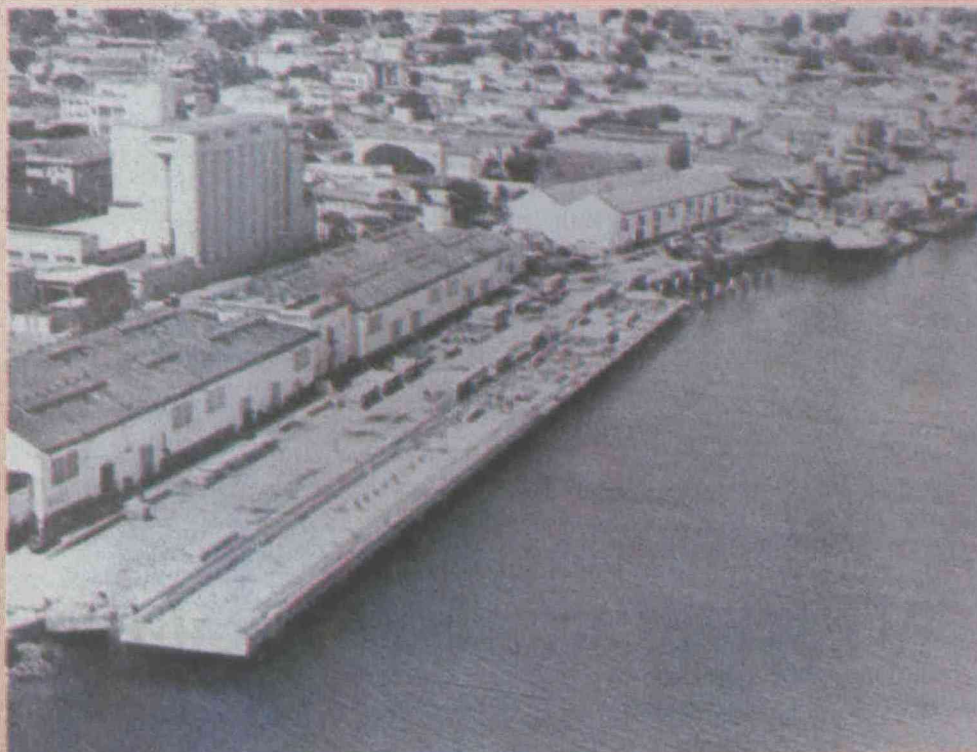
"Há em Coimbra um sentido de eternidade, que desafia o tempo. O deslizar das águas do Mondego, que o gênio de Camões celebrou, avulta como um símbolo, a compor a imagem de um ideal que permanece, em meio dos anos que vão seguindo o seu curso. Quero referir-me à mística da inteligência, que acabou por transformar esta Universidade numa cidadela imperecível. Em Coimbra tudo pode passar, menos essa mística, mais sólida do que os venerandos monumentos que a emolduram". (Diário de Uma Viagem de Amizade - Abril de 1955, p.177).



CAFÉ FILHO, EM LISBOA, OSTENTANDO A BANDEIRA DE PORTUGAL.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL E O GOLPE DE NOVEMBRO DE 1955

Antes que os partidos políticos abrissem o processo sucessório para eleger o novo presidente da República, os chefes militares das três Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica - entregaram ao Presidente Café Filho um Memorial, em que manifestavam o seu pensamento sobre as eleições vindouras. Antevendo uma disputa muito violenta, eles apelavam ao Presidente que agisse como um magistrado e fizesse tudo para encontrar um candidato de conciliação, pois, a nação estava conturbada com as crises econômica, social e política. Deixavam claro, também, que não queriam que houvesse candidatura militar. (Filho, Café - 1º V. - 1966:484-486).



PORTO DE NATAL. ALVO DAS ATENÇÕES DO PRESIDENTE CAFÉ FILHO

A QUEDA DE CAFÉ FILHO

A pressão dos Ministros Militares acarretou um distúrbio cardiovascular no Presidente Café Filho, que, logo, foi levado para o Hospital dos Servidores Públicos e, dias depois, transferido para a Clínica São Vicente. O seu internamento aconteceu no dia 2 de novembro de 1955. Os médicos Raimundo de Brito, Aarão Benchimol e Teobaldo Viana cuidaram do tratamento do presidente, recomendando-lhe repouso absoluto.

Então, Café Filho, orientado pelo Ministro da Justiça, Prado Kelly, enviou uma carta ao Presidente da Câmara, Deputado Carlos Luz, dizendo que ele assumisse a Presidência da República, enquanto ele se recuperava da sua doença.

O Deputado Carlos Luz, por imaturidade ou em obediência a algum plano secreto, exonerou o General Henrique Teixeira Lott, que era o todo poderoso Ministro da Guerra.

Considerando que a sua demissão foi uma provocação, o General Lott rebelou-se: destituiu o Deputado Carlos Luz, da Presidência da República, e empossou em seu lugar, o Deputado Nereu Ramos. Uma vez deposto, Carlos Luz fugiu com alguns Ministros no navio Tamandaré. Este foi, em síntese, o golpe de 11 de novembro de 1955.

Enquanto aconteciam estes fatos, Café Filho continuava sob intenso tratamento médico. No dia 20 de novembro de 1955, o General Lott veio visitá-lo no hospital. Naquela ocasião, ele disse o seguinte: "Presidente, os generais consideram inconveniente a sua volta ao governo". Insinuou, portanto, que ele deveria renunciar. Café Filho resistiu intransigentemente à idéia de renúncia ao seu mandato. Disse com veemência ao General: "Se os médicos me autorizarem, reassumirei o cargo". (2º V. - 1966: 570 - 574).

Oito cardiologistas atestaram que estava em condições de saúde para reassumir o governo da República. Então, quando ele tomou as primeiras providências

Ora, encontrar um candidato de conciliação num ambiente de tanto radicalismo era uma missão quase impossível de se realizar.

Verdade é que, quando o Presidente retornou de Portugal, em abril de 1955, a campanha sucessória já estava nas ruas. As correntes partidárias não atenderam ao apelo dos militares.

Realizado o pleito em 3 de outubro de 1955, saiu vitorioso o candidato do PSD/PTB, o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. O candidato da UDN, General Juarez Távora, apesar da grande votação recebida, saiu derrotado das urnas.

Recorda Café Filho nas suas memórias: "A surpreendente votação recebida pelo General Juarez Távora e as alegações feitas contra Juscelino Kubitschek, não só no tocante a fraudes mas também com relação ao apoio recebido dos comunistas, considerado como decisivo, pareciam haver criado em alguns setores um receio do exame das eleições por parte dos órgãos competentes do Poder Judiciário." (2º V. - 1966:537).

Surgiu, então, uma onda de boatos dizendo que os eleitos não seriam empossados. A esta boataria, o Presidente Café Filho respondeu várias vezes, quando consultado pelas autoridades, que empossaria os eleitos, respeitando o veredicto da Justiça Eleitoral. Por outro lado, não podemos esquecer que era grande, entre a oficialidade das três Armas, principalmente, a do Exército, a simpatia pela União Democrática Nacional (UDN), cujo candidato, General Juarez Távora, fora derrotado nas urnas.

Enquanto isso, gozando de plena liberdade, a imprensa debatia o resultado da eleição, levantava teses, fazia conjecturas e criticava o governo. A "Última Hora", jornal sensacionalista e vibrante, criticava sistematicamente o governo, e a imprensa comunista atacava, com veemência, as Forças Armadas. A irritação dos militares era cada vez maior. Considerando que a imprensa já ultrapassara os limites da tolerância, os Ministros Militares pressionavam o Presidente Café Filho para que mandasse fechar aqueles jornais. Fiel à liberdade de imprensa, princípio básico do regime democrático, e pela qual ele tanto lutou na Câmara dos Deputados, ele resistiu aos militares. Para ele, censurar a imprensa ou empastelar jornais, violava os princípios da Constituição vigente. Isto ele não fazia.

para deixar a Clínica São Vicente, onde estava internado, e voltar às suas atividades governamentais, o General Lott cercou o Palácio do Catete com soldados e tanques de guerra, assim como, cercou a área de Copacabana, onde Café Filho residia num apartamento. Era o dia 21 de novembro de 1955.

Para concluir, quais as razões deste golpe de Estado perpetrado pelo General Lott?

As versões variam de acordo com a cor partidária dos intérpretes. Mas, segundo Café Filho, vítima e ator envolvido no problema, os motivos foram estes:

"As verdadeiras razões dos dois golpes de Estado eram o medo que tinham as forças juscelistas e janguistas do livre exame das eleições pelo Tribunal Superior Eleitoral.... As forças juscelistas e janguistas, apoiadas pelos comunistas, receavam a apuração judicial do pleito num clima de liberdade, preferindo criar, desde logo, um ambiente de sítio e coação material, para dentro dele empossar, de qualquer maneira, os seus candidatos". (2º V. - 1966: 582).

Com o Estado de sítio, o Poder Judiciário ficou inibido "de exercer as suas atribuições, por ausência de liberdade e de ordem constitucional." (Idem - 2º V. 1966:563).

Quando, em 1958, foi realizada a revisão eleitoral referente ao alistamento de 1955, ficou constatado que milhões de defuntos tinham votado na eleição presidencial de 3 de outubro de 1955. Mais uma vez ficou comprovado que os mortos governam a sociedade dos vivos!

A MENSAGEM DE CAFÉ FILHO ÀS NOVAS GERAÇÕES

"A minha mensagem será esta: ninguém se detenha, no limiar do destino, desencorajado pelos fatores negativos da pobreza, da origem modesta em uma província politicamente pouco influente, da falta de oportunidade ou de condições para formalizar um curso superior e da inaptidão pessoal para fazer fortuna. O importante, quando se tem um destino a cumprir, é não fugir ao seu apelo, e segui-lo sem indagar aonde ele nos pode levar, pois, na pior das hipóteses, a imprudência paga melhor que a frustração". (2º V. - 1966: 637).

O QUE CAFÉ FILHO REALIZOU PELO RIO GRANDE DO NORTE QUANDO ESTAVA NA VICE-PRESIDÊNCIA E NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A pesar de estar exercendo elevados cargos na Capital Federal, ele não esqueceu o Rio Grande do Norte. Ao contrário, utilizou-se da sua autoridade na esfera federal para trazer benefícios para a sua terra natal. Até porque, ele tinha sido um dos responsáveis pela vitória eleitoral de Dix-sept Rosado Maia ao governo do Estado, em 1950. Com a morte deste, vítima de um desastre de avião em Sergipe, logo no início do seu mandato, Café Filho continuou sintonizado com o Dr. Sylvio Piza Pedroza, então vice-governador, que assumiu o governo do Estado.

Quando ele assumiu a Vice-Presidência da República, em 31 de janeiro de 1951, o Rio Grande do Norte vivia uma fase de estagnação econômica. Péssimas estradas, sem energia elétrica, os minérios sem preço, principalmente a scheelita; o Brasil importando sal estrangeiro, porque era mais barato do que o nosso, e Natal era uma cidade que precisava de amplos investimentos em calçamento, energia elétrica, telefonia, transporte urbano e várias obras federais em construção na cidade, estavam paralisadas. Diante deste quadro, Café Filho começou a tomar algumas providências.

Após uma homenagem que a classe política lhe prestou, em junho de 1951, ele reuniu-se com o Governador Sylvio Pedroza e, juntos, fizeram um levantamento das obras que o Rio Grande do Norte estava precisando. O Vice-Presidente comprometeu-se em arranjar recursos financeiros para as seguintes obras: 1 - Drenagem do porto de Natal; 2 - Prosseguimento das obras da Escola Industrial; 3 - Construção do edifício do Banco do Brasil, na Ribeira, cuja obra estava paralisada; 4 - Auxílio de quatro milhões para o Hospital Colônia de Psicopatas; 5 - Construção do Dique Seco da Base Naval; 6 - Calçamento com paralelepípedo da estrada que ligava o bairro da Ribeira ao bairro das Rocas, até chegar ao Clube da Aeronáutica (na Rampa); 7 - Recursos para calçar com paralelepípedo diversas ruas do Tirol e de Petrópolis (Natal).

Vale salientar que esta pauta foi quase toda cumprida, além de outras obras que foram realizadas por mercê da influência de Café Filho na Capital da República.

MOBILIZOU A CIDADE PARA A ENERGIA DE PAULO AFONSO



CAFÉ FILHO TOMANDO POSSE NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Uma das suas primeiras iniciativas foi mobilizar a sociedade potiguar para trazer a energia de Paulo Afonso para o Rio Grande do Norte. Aliás, diga-se de passagem, desde que o governo federal começou a construção daquela hidrelétrica, que o **Diário de Natal** vinha alertando a sociedade norte-rio-grandense para se mobilizar com este objetivo.

Verdade é que, no dia 18 de junho de 1951, Café Filho desencadeou um movimento para trazer a energia de Paulo Afonso para o nosso Estado. Nesta data, ele reuniu, no Palácio do governo, as autoridades e lideranças empresariais do Estado. Disse-lhes que a vinda deste benefício exigia um investimento, aproximadamente, de cem milhões de cruzeiros. Na ocasião, o Prof. Ulisses Celestino de Góis sugeriu que fosse criada uma comissão para coordenar as primeiras iniciativas, angariar recursos e estudar a questão nos seus múltiplos aspectos. O fato é que, por razões inaceitáveis, o Rio Grande do Norte fora excluído do plano de expansão da hidrelétrica de Paulo Afonso. Naquela reunião foi deliberada a criação de uma empresa de Sociedade Anônima para capitalizar os recursos necessários àquele empreendimento. O Prof. Ulisses de Góis foi aclamado Secretário Geral daquela entidade, que recebeu a denominação de Companhia Eletrificadora do Nordeste. De início instalou-se na sala Nº 103, do 1º andar do prédio da Caixa Econômica Federal, na Av. Duque de Caxias, Nº 124, na Ribeira. (*Diário de Natal* - 03/08/1951).

Terminada a reunião, os presentes já tinham feito subscrições num montante de CR\$ 6.291.000,00 (seis milhões, duzentos e noventa e um mil cruzeiros). (*Diário de Natal* - 19/06/1951).

Enquanto a sociedade potiguar se mobilizava, Café Filho agia na esfera federal e o **Diário de Natal** promovia entrevistas com pessoas de destaque da sociedade sobre a importância econômica da vinda da energia de Paulo Afonso para o nosso Estado.

É importante deixar bem claro que esta iniciativa de Café Filho não prosperou mesmo quando ele assumiu a Presidência da República, após o suicídio de Getúlio Vargas. Por razões que não conhecemos profundamente, a energia de Paulo Afonso só chegou ao Rio Grande do Norte no início dos anos 60, trazida pelo Governador Aluizio Alves.

EMPRÉSTIMO DE 30 MILHÕES AO ESTADO

Junto ao Banco do Brasil, Café Filho agilizou um empréstimo de 30 milhões de cruzeiros, solicitado, ainda, pelo Governador Dix-sept Rosado. O dinheiro foi liberado em agosto de 1951, quando já governava o Estado o Dr. Sylvio Pedroza. Estes recursos se destinavam à "ampliação do serviço de água e saneamento de Natal e para a instalação das redes de água nas sedes dos Municípios de Mossoró e Caicó". (*Diário de Natal* - 21/08/1951).

CRIAÇÃO DO 5º DISTRITO DO DNOCS

A seca castigou terrivelmente a população norte-rio-grandense durante o ano de 1951. Para aliviar o sofrimento do povo, o governo tinha que agir com mais rapidez. Por isso, atendendo à solicitação de Café Filho, o Presidente Getúlio Vargas criou, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o 5º DISTRITO, cuja ação abrangia todo o Rio Grande do Norte e tinha sede em Natal. (*Diário de Natal* - 06/07/1951).

Todavia, antes que esta providência se concretizasse, e isto dependia da aprovação pelo Congresso Nacional, da mensagem que o Presidente Getúlio Vargas enviara, foi instalada, em Natal, a Comissão Autônoma de Estudos de Obras Contra as Secas, chefiada pelo Engenheiro José D'Ávila Lins. (*Diário de Natal* - 31/07/1951).

Ao mesmo tempo, o Engº. Henrique Novais veio ao Rio Grande do Norte, analisou os problemas decorrentes da seca e, em agosto, apresentou o seu Relatório sugerindo as providências necessárias a serem tomadas imediatamente. (*Diário de Natal* - 16/20/1951).

CRIAÇÃO DO 14º DISTRITO DO DNER

Dissemos, anteriormente, que no início dos anos 50, era péssima a situação das nossas estradas. A fim de melhorá-las, o Vice-Presidente Café Filho conseguiu que se criasse o 14º Distrito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, com sede em Natal, servindo exclusivamente ao Rio Grande do Norte. Antes, o nosso Estado era subordinado ao 13º Distrito do DNER, que cuidava da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Ao assinar a Portaria tomando esta providência, o Ministro José Américo de Almeida telegrafou ao Governador Sylvio Pedroza, nos seguintes termos: "A criação do 14º Distrito do DNER, agora concretizada sobre ser uma antiga aspiração dos norte-rio-grandenses, representa um dos resultados dos entendimentos levados a efeito no Rio de Janeiro entre o vice-presidente Café Filho que muito se esforçou para a medida, o Governador Sylvio Pedroza e os Ministros José Américo e Tancredo Neves.

Vale salientar que, enquanto, praticamente, todas as sedes distritais do DNER têm jurisdição em mais de um Estado, a de Natal abrange apenas o território do Rio Grande do Norte, o que representa inegavelmente um fator do prestígio do Estado na atual situação federal e, em consequência, verbas de maior alcance para serem utilizadas em nosso Estado". (Diário de Natal - 01/08/1953).

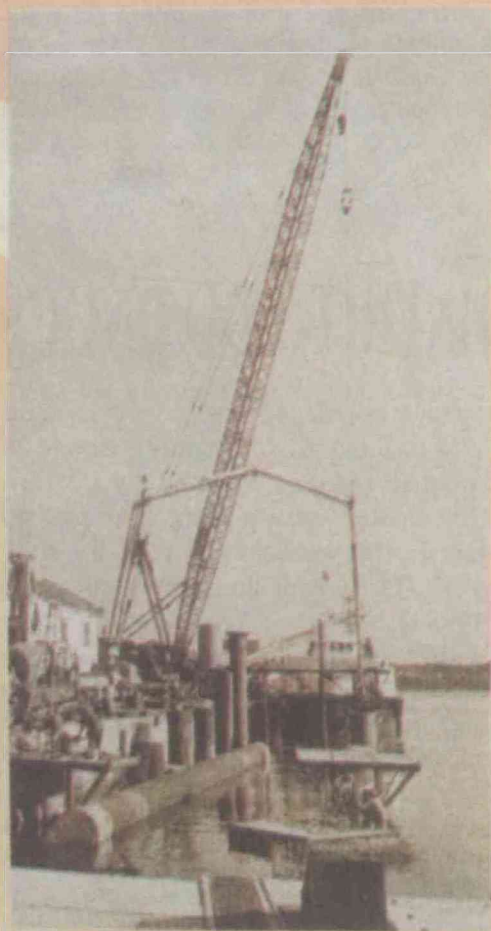
Veio chefiar o 14º Distrito do DNER o Engº. Jesi Luna Freire, cuja posse ocorreu no Rio de Janeiro. (Diário de Natal - 27/09/1953).



CAFÉ ENTRE AMIGOS

EMPRÉSTIMO DE 15 MILHÕES PARA A PREFEITURA DE NATAL

Para calçar com paralelepípedo várias ruas de Natal, principalmente, as avenidas dos bairros de Tirol e de Petrópolis, Café Filho fez gestões junto ao Banco do Brasil que, de imediato, liberou um empréstimo de 15 milhões de cruzeiros. Naquela época, o prefeito de Natal era o Sr. João Olavo Galvão, ardoroso cafeísta.



VISTA DO PORTO DE NATAL

MELHORAMENTOS PARA O PORTO DE NATAL

No início do seu segundo governo (1951-54), o Presidente Getúlio Vargas deu prioridade à indústria de base e à renovação da frota e dos portos nacionais. Dentro desta estratégia, agiu o Chanceler João Neves da Fontoura ao propor ao governo dos Estados Unidos a elaboração de um plano conjunto-Americano-Brasileiro - de longo prazo. Em consequência deste Plano, a Comissão Brasil-Estados Unidos destinou, em novembro de 1953, recursos para serem gastos no porto de Natal. No entanto, a sua liberação só veio acontecer um ano depois.

Verdade é que, ao visitar o Rio Grande do Norte em dezembro de 1954, já na condição de Presidente da República, Café Filho firmou contrato com a empresa carioca "Pedreiras Reunidas Ltda" para fazer a total desobstrução da barra e o calçamento das áreas próximas ao porto, num total de 18 mil metros quadrados.

Quanto ao porto propriamente dito, ele autorizou a desobstrução da barra; o derrocamento da parte submersa do Picão e a drenagem do mesmo; construção de um molhe nos arrecifes da ponta do Picão; a continuação da construção de um guia corrente ao espigão Nº 09, situado na praia da Redinha; derrocagem da pedra da Limpa e drenagem de um baixio na entrada do porto. Em maio de 1956, grande parte destas obras contratadas pelo Presidente Café Filho estava realizada.

Foram calçadas a paralelepípedo as imediações da rua Chile, a área entre o porto e o MOBRASA, toda a Avenida Hildebrando de Góis, desde o edifício Fernando Costa até

o restaurante da Limpa (antigo Clube da Aeronáutica, nas Rocas). O Canto do Mangue, região doentia, foi calçado também a paralelepípedo, e algumas casas de palha foram substituídas por casas de alvenaria. Enfim, foi construída uma balaustrada que, a partir do Restaurante da Limpa, se "alonga por alguns metros à margem do rio Potengi". (Folha da Tarde - 27/11/1956).

Com os melhoramentos feitos na barra, navios com um calado de 24 pés conseguiam entrar na barra "quase em linha reta, sem antigas e perigosas curvas". (Diário de Natal - 15/05/1956).

Além destas obras, foram adquiridos dois grandes guindastes elétricos e uma usina elétrica, composta de dois grupos diesel de 120 Kwa e 150 HP, comprados, mediante concorrência pública à firma Representações Arapongas Ltda. A usina foi instalada entre os Armazéns 02 e 03.

É importante ressaltar que contribuiu para o êxito de todos estes melhoramentos, o Engenheiro José Gonçalves que, naquela época, era o Chefe do 5º Distrito do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, com sede em Natal.

O EDIFÍCIO CAFÉ FILHO

A fim de proporcionar melhores condições de trabalho aos funcionários do IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado), o então Presidente da República, Café Filho, determinou a construção de um edifício de 7 (sete) andares, na Rua Almino Afonso, quase na divisa entre o bairro da Ribeira e o das Rocas.

No dia 24 de maio de 1955, foi instalada a comissão encarregada de construir aquele prédio. A referida comissão era formada pelos seguintes elementos: Dr. Cromwell Tinoco, Deputado João Galvão de Medeiros e o Dr. Moacir Maia.

Ao inaugurar o escritório de trabalho, o Dr. Cromwell Tinoco "discursou traduzindo os propósitos do Presidente da República em dotar a sua terra de um prédio de grandes proporções, condizente com o progresso da cidade". O prédio foi orçado em 18 milhões de cruzeiros. (Diário de Natal - 25/05/1955).

Seis meses depois, Café Filho foi deposto da Presidência da República. Mesmo assim, a obra foi concluída e, em sua homenagem, aquele prédio do IPASE chama-se EDIFÍCIO CAFÉ FILHO.

OUTRAS OBRAS FEDERAIS

Graças à sua influência, primeiro, como Vice-Presidente da República, e depois, como Presidente, todos os órgãos do governo federal foram, por ele, mobilizados para trabalharem com maior intensidade no Rio Grande do Norte. Referindo-se a este fato, o Governador Sylvio Pedroza, na Mensagem que dirigiu à Assembléia Legislativa do Estado, em agosto de 1953, afirmou: a ação do Governo Federal trouxe para o Rio Grande do Norte benefícios incalculáveis, "já sendo lícito dizer, a esta altura, que o vulto de obras federais, em execução no território nordestino-grandense supera, sob certos aspectos, o que já havia sido feito neste século. No setor rodoviário, principalmente, progredimos de maneira extraordinária, bastando acentuar que, até 1951, existiam no Estado apenas cerca de 600 quilômetros de rodovias centrais". De janeiro de 1951 até agosto de 1953, o Governo Federal construiu 325 quilômetros de estradas no Rio Grande do Norte, assim distribuídos:

Mossoró - Luiz Gomes	250	Kms
Caicó - Jucurutu	20	Kms
Currais Novos - Florânia	19	Kms
Santana do Matos - Residência	26	Kms
Mossoró - Areia Branca	10	Kms
T o t a l	325	Kms

Além disso, até agosto de 1953, haviam sido realizadas pelo Governo Federal outras obras rodoviárias de emergência, de pequeno porte, em outros trechos do território potiguar. (Diário de Natal - 07/08/1953).

Várias obras federais, que estavam paralisadas, foram reiniciadas, tais como a Escola Técnica Industrial, o Hospital Colônia (hoje, Hospital João Machado), o prédio da agência do Banco do Brasil, na Ribeira, e o prédio da Delegacia Fiscal, construído também na Ribeira, foi concluído.

Em junho de 1954, foi realizado o lançamento da pedra fundamental de novo Sanatório, com capacidade para 200 leitos, orçado em 12 milhões de cruzeiros. (Diário de Natal - 01/06/1954).

Graças à sua interferência, o Ministério da Marinha pôde assinar, em abril de 1953, o contrato para ampliação da Base Naval de Natal, iniciando obras que estavam programadas desde o término da II Guerra Mundial, tais como: drenagem do canal de acesso à Base Naval; construção de 2.500 metros de cais de atracação nas margens do rio Potengi e outras obras igualmente importantes e caras.

Além disso, ele conseguiu influenciar positivamente para trazer para o nosso Estado os seguintes órgãos: a Delegacia do Instituto do Açúcar; a Delegacia do Instituto do Sal; as agências do Banco do Estado de São Paulo e do Banco da Lavoura.

Quando, no dia 17 de abril de 1954, ao instalar um escritório de campanha política para o seu partido, visando às eleições de 3 de outubro do ano seguinte, Café Filho disse no seu discurso o seguinte: no triênio de 1948-49-50, o Governo Federal investiu no Rio Grande do Norte apenas CR\$ 115 milhões de cruzeiros. No triênio seguinte - 1951-52-53 -, depois que ele assumiu a Vice-Presidência, juntando as verbas do orçamento com as de outras fontes, os investimentos federais no nosso Estado se elevaram para cerca de meio bilhão de cruzeiros. (Diário de Natal - 20/04/1954, p.3).

O ATERRO E O CANAL DAS ROCAS

O bairro das Rocas, até o início da década de 50, era um verdadeiro charco. Seus moradores eram obrigados a conviver diariamente com a lama e a fedentina das marés. Foi, exatamente, nesta área da cidade de Natal, que o jovem Café Filho desenvolveu a sua militância política e sindical. Seus eleitores e correligionários eram portuários, ferroviários, operários da construção civil e outras categorias de trabalhadores.

Além de cuidar do calçamento a paralelepípedo das ruas mais próximas aos cais do porto de Natal, ele mobilizou, em meados de 1954, o 5º Distrito do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais para que fizesse o aterro de toda a parte baixa do bairro das Rocas. Ao mesmo tempo, determinou que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que fizesse o canal das Rocas, numa extensão de 500 metros, começando na margem direita do rio Potengi e terminando na Avenida Januário Cicco. Ganhou a concorrência para realizar esta obra uma firma local - Porfirio Fernandes & Cia. O valor inicial da obra foi de CR\$ 4.569.040,00, isto é, quase cinco milhões de cruzeiros. (Diário de Natal - 29/07/1954).

O RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE

Naturalmente, o reconhecimento da sociedade norte-rio-grandense à figura de Café Filho veio somente depois que ele conquistou a Vice-Presidência da República e, depois, a Presidência.

PRAÇA CAFÉ FILHO

No dia 19 de abril de 1951, o Prefeito de Natal, Olavo João Galvão, cafeísta ardoroso, baixou a Lei Nº 46, cujo Art. 1º diz o seguinte: "É denominada 'Café Filho' a área ou largo em que funciona, atualmente, a feira livre, no bairro das Rocas, desta Capital". (Diário do Município, Ano I, 20/04/1951).

A idéia desta homenagem nasceu de um projeto apresentado à Câmara Municipal de Natal pelo vereador Caubi Barroca.

AVENIDA CAFÉ FILHO

No dia 09 de dezembro de 1954, para homenagear o primeiro norte-rio-grandense que chegou ao posto mais importante do Brasil, o Prefeito de Natal, Engº. Wilson de Oliveira Miranda, baixou a Lei Nº 324, que denomina de AVENIDA PRESIDENTE CAFÉ FILHO à antiga Av. Atlântica, popularmente - chamada de Av. Circular. (Diário Oficial do Município - 11/12/1954).



VILA FERROVIÁRIA-ROCAS

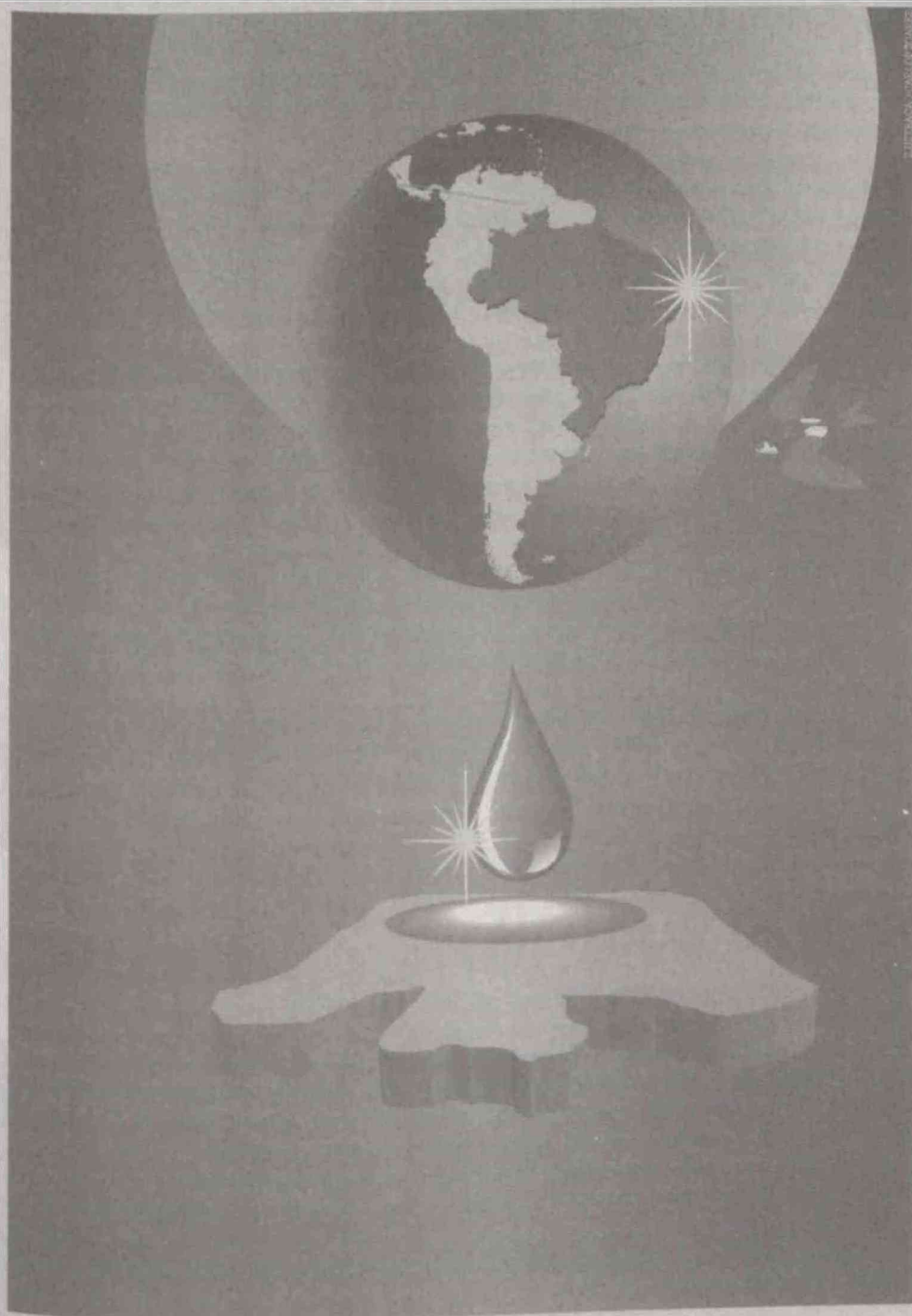
A VILA FERROVIÁRIA

Estimulado por ele, o Dr. João Galvão de Medeiros, Diretor local da Estrada de Ferro Sampaio Correia, construiu no bairro das Rocas, a Vila dos Ferroviários, com 55 residências para os operários da citada ferrovia. Além disso, outra parte deste projeto, isto é, cerca de vinte casas, foi programada para o bairro do Alecrim. Verdade é que, no dia 7 de janeiro de 1954, o Vice-Presidente Café Filho fez o lançamento da pedra fundamental daquela obra. No ano seguinte, a Vila Ferroviária foi inaugurada. O orçamento inicial daquela obra ficou em torno de CR\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil cruzeiros). Atualmente, a Vila possui 113 casas.

MUSEU CAFÉ FILHO

Para homenagear o amigo de muitos anos, o Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia teve a feliz iniciativa de criar, em Natal, o Museu Café Filho, que funciona no antigo Sobradinho da Rua da Conceição. Para este museu foram trazidos do Rio de Janeiro cerca de 200 livros e parte do mobiliário que pertenceu ao ilustre homenageado. O referido Museu foi inaugurado solenemente no dia 12 de março de 1979. Naquela solenidade discursou o Governador Tarcísio Maia, que, entre outras coisas, disse: "Homem sério; homem de ilibada probidade. Homem que morreu pobre. Não é conhecido que na vida pública tenha passado um homem de honestidade pessoal maior do que João Café Filho... Pois é este homem que chegou à Presidência da República. E como se comportou dignamente como Presidente: um homem sério, um homem digno. Que homem bravo; que homem corajoso. Que homem digno de ter a sua memória cultivada pelos potiguares!" (A República - 14/03/1979).

A SECA: TRAGÉDIA E A POLÍTICA DAS ÁGUAS



Não podemos compreender a história do Rio Grande do Norte, sem nos reportarmos ao fenômeno das secas que periodicamente castiga a nossa população sertaneja. A seca no Nordeste tem a idade do descobrimento do Brasil. Apesar de ser um fenômeno climático, apresenta-se também como um fato social que tem marcado profundamente a vida de milhões de nordestinos. Quando vem uma seca, desencadeia-se o seguinte processo desagregador da sociedade: 1- Interrupção da produção rural; 2- Desemprego, em massa, no setor agrícola; 3- Falta de água para a população humana e animal; 4- Migração forçada de milhares de pessoas à procura de trabalho e de alimentação. Por isso, ela não é apenas algo de natureza climática, mas, é também e sobretudo, um fenômeno social desagregador da sociedade rural. Entretanto, é preciso que fique bem claro, desde já, que a seca não penaliza igualmente a todas as camadas da população.

Os que sofrem mais os seus efeitos perversos são os trabalhadores assalariados e aqueles pequenos produtores rurais que desenvolvem, nas suas pequenas propriedades, uma agricultura de subsistência. Os proprietários ricos ficam mais fortes com este fenômeno climático, pois, recebem financiamentos do governo a juros baixos, prazo longo e carência de quatro ou cinco anos para começar a pagar. Para socorrer a população pobre, o governo abre frentes de trabalho, onde são pagos salários tão baixos, que só prestam para aliviar a fome e reproduzir a miséria de milhões de nordestinos.

A HISTÓRIA DAS SECAS

SECAS DO SÉCULO XVI SECAS DO SÉCULO XVIII

Naquela época, os registros eram raros e dispersos. Segundo o Padre Serafim Leite, na sua obra - História da Companhia de Jesus no Brasil - houve seca na Bahia e em Pernambuco nos anos de 1559, 1564 e 1592. Presume-se que ela tenha atingido outros Estados do Nordeste.

Sobre a seca de 1587, que castigou Pernambuco, Fernão Cardim se expressa assim: "Houve uma grande seca e esterilidade na província e que desceram do sertão, apertados pela fome socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios". (1953:29).

SECAS DO SÉCULO XVII

Durante este século registraram-se secas em 1603, 1609, 1614, 1645, 1652 e 1692. Esta última, que afetou principalmente a província de Pernambuco, estendeu-se a outras áreas do sertão.

O século XIX registrou, logo na sua primeira década, duas secas: uma em 1803-1804 na Paraíba e no Ceará, e a outra em 1808-1810, castigando o território do Rio Grande do Norte e do Ceará. Causou a morte de muitas cabeças de gado.

Com o assentamento de currais de gado no sertão nordestino ao longo deste século, cresceu o volume de informações sobre a ocorrência das secas. Verdade é que na primeira década, ocorreu em toda a região a seca de 1710-1711, a qual, em Pernambuco, começou em 1709. Segundo o historiador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, sobre esta seca "resta vaga tradição, quase nada se encontra nos arquivos do Ceará desse tempo. A seca estendeu-se até o Maranhão. O povo sofria fome e penúria por falta de chuvas". (1909:30).

A esta seguiu-se a prolongada seca de 1722 a 28 castigando todo o Nordeste, sendo que seu ponto culminante foi entre 1723 e 1728. Repetiram-se as mesmas cenas: muita fome, morrinha de gado e muita miséria no sertão.

Passaram-se os anos e os invernos vinham se pronunciando com regularidade, até que surgiu a seca de 1744-46. Referindo-se ao Rio Grande do Norte daquela época, Manoel Antônio Dantas Correia assim se expressou: "Na era de 44 houve segunda seca; nesta morreram os gados a acabar e a fome no povo foi considerável, de sorte que meninos que já andavam tornaram ao estado de engatinhar, e que os moradores do rio Piranhas se viram na precisão de desmanchar as redes de dormir para a pesca de peixe, sendo este tão magro que só tinha a escama e a espinha, e sem outra mistura que a água e o sal." (Guerra, Felipe - 1951:9).

Veio em seguida a seca de 1766 provocando fome e morte de gado no Ceará e Rio Grande do Norte. Treze anos depois, sobreveio outra de dois anos consecutivos: 1777-78. Atingiu profundamente os rebanhos de gado. No Rio Grande do Norte, afirma Felipe Guerra, "fazendeiros que no Seridó recolhiam quinhentos e mais bezerros, vindo o ano seguinte só recolhem quatro". (1951:9).

Finalmente, apareceu a última do século XVIII, chamada de "Seca Grande" sendo de quatro anos em Pernambuco, (1790-1793) e de três anos nos demais Estados (1791-1793). Segundo Thomaz Pompeu, "os rios e fontes secaram, pereceram à fome e sede os animais domésticos e as feras silvestres dos sertões, além de muitas pessoas. A seca matou quase todo o gado da capitania (Ceará), de sorte que, quando choveu em 1793, os que puderam, foram ao Piauí ver semente de gado para recomençar a criação" (Brasil, Thomaz Pompeu de Souza - Publicação Nº 10 do DNOCS).

SECAS DO SÉCULO XIX

Em 1814, houve uma, apenas, no Rio Grande do Norte e, em 1817, ela restringiu-se ao Ceará. Depois, veio a de 1824-1825 que assolou impiedosamente o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Pernambuco. Conforme o depoimento de Dantas Correia, citado por Felipe Guerra, a população se dispersou, indo "uns para cima buscando os Cariris Novos e Agrestes do Piauí, outros para os Brejos e a beira-mar. Os gados foram retirados, vendidos, e algum entrou logo em trato de xique-xique, o qual tendo servido para sustento do povo na seca de 1792, nesta serviu também para o gado vacum e ovelhum". (Guerra, Felipe - 1951:12).

Em 1833 houve seca no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Neste Estado, ela prolongou-se até 1835.

Por volta de 1844, começou outra no Ceará, que prolongou-se até 1846 nos outros Estados da região. Diz Felipe Guerra, que "a população pobre retirou-se pela fome, e era lastimável morrerem pessoas, nas viagens, à falta de tudo, à fome, à nudez, à sede. Os abastados viram-se em grandes apuros, e passaram pelos dissabores da indigência muitos deles". (1951:14).

Seguiram-se bons anos de inverno até que, em 1860, o Rio Grande do Norte e a Bahia foram castigados novamente por este fenômeno climático.

O ano de 1869 foi seco no Rio Grande do Norte. O abastecimento do sertão foi realizado com alimentos procedentes do Ceará e Pernambuco.

Enfim, a célebre seca de 1877-79! Os rebanhos de gado haviam crescido e a densidade populacional do interior nordestino se elevava impulsionada pela expansão da cotonicultura (cultura do algodão). Em cada Estado da região, as cenas foram trágicas e os prejuízos, incalculáveis.

No Rio Grande do Norte, os dados mais reveladores referem-se a Mossoró, que, naquela época, possuía uma população em torno de quatro mil habitantes. Em dezembro de 1877, existiam nesta cidade cerca de 25.000 pessoas, cuja "ocupação única era terem fome, e morrerem de miséria ou de peste". (Guerra, Felipe e Guerra, Theophilo - 3ª, 1980:38). Acrescentam Felipe e Theophilo que "dessa população adventícia, rara era a pessoa que vestia uma camisa sã, ou vestido sem remendos, muitos, que antes eram possuidores de média abastança, estavam agora ali esmolando de porta em porta, por haverem atingido a máxima miséria e vão caindo mortos em seus casebres improvisados, ou pelas ruas e calçadas, donde são levados para o cemitério, para a vala comum, por homens pagos para o transporte, que com o cadáver atado a uma vara, sobre o ombro de dois carregadores, seguem a cantarolar, no desempenho da lúgubre missão". (Idem - 3ª, 1980:38-39).

Conforme relatório do então presidente da Província, Dr. Rodrigo Lobato, "de janeiro de 1878 até agora (27 de outubro de 1879) foram sepultados no cemitério público daquela cidade, conforme a relação de óbitos organizada pelo respectivo e muito digno vigário, 31 mil vidas, podendo, sem perigo de erro, calcular-se em 5 mil o número dos que foram enterrados fora do cemitério..". (Guerra, Felipe - 1951:17-18).

Felipe e Theophilo afirmam que, "quem de outros pontos ia a Mossoró, ao do perímetro urbano, tinha o olfato vivamente impressionado pelo mau hálito que da população pesteada e imunda exalava-se." (3ª, 1980:40).

Herbert Smith, jornalista inglês que percorria naquela época as Províncias do Brasil, foi testemunha ocular desta seca. Quanto ao Ceará, ele sintetizou a situação da seguinte forma: "Em Fortaleza, amontoaram-se aproximadamente 150 mil pessoas; em Aracati, cerca de 80 mil; em Granja Baturité, aglomerações menores; todos com a eloquência da miséria, gritavam, mostrando seus corpos definhados, chorando e blasfemando perante as portas das autoridades". Acrescenta o referido autor que "durante 1877 e 1878, a mortandade no Ceará foi provavelmente perto de 500 mil, ou mais do que a metade da população". (1879:416).

A esta tragédia seguiram-se nove anos de invernos regulares, interrompidos pela seca de 1888 e 89, que flagelou as populações do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Surgiram multidões de miseráveis esmolando pão e comida para sobreviver.

Nove anos depois, veio a de 1898, que seria a última do século XIX. Repetiu-se o mesmo drama: falta d'água, de alimento, morrinha de gado, elevado custo de vida, invasão de cidades e emigração forçada.

SECAS DO SÉCULO XX

O Nordeste iniciou sua trajetória neste século amargando a seca de 1900, que abrangeu todos os Estados. As suas conseqüências não foram maiores por causa da abundância de água e de pastos resultantes do inverno anterior.

De 1903 a 1904, outra seca castigou a população sertaneja. Segundo dois estudiosos deste fenômeno, a crise foi grande: "tudo e todos sofrem; o proletário, aquele que nada possui a não ser dois braços para o trabalho, não encontra com que se manter, está reduzido a comer uma ou duas bolachas por dia, raras vezes acompanhadas por um oitavo de uma rapadura". (Guerra, Felipe e Guerra, Theophilo - 3ª, 1980:70).

Entre invernos bons e sofríveis, a população continuava trabalhando, até que, em 1915, surgiu outra devastadora. Todavia, menos violenta do que as do século passado. A população emigrou em larga escala. No Rio Grande do Norte, "os primeiros serviços que o Governo Federal encetou para socorro das vítimas da seca de 1915, foram iniciados em 1916". (Guerra, Felipe - 1951:25). No Ceará, morreu muito gado: "Calcula-se em mais de um milhão e meio de reses, prejuízo, em parte, devido aos criadores. O Ceará já não comportava tanto gado". (Boletim do DNOCS, Nº 6, Vol. XX, novembro de 1959, p.77).

Em 1919, outra tragédia. Segundo Rodolfo Theophilo, a seca de 1919 foi semelhante à de 1915, com algumas variantes. "O êxodo rural foi quase o mesmo, e a gente que nos veio do sertão, semelhante em tudo. Os retirantes, não tendo sido abarracados, enchiam as ruas pedindo esmolas, com o mesmo desdém de sempre. O mesmo espetáculo deprimente de homens e mulheres válidos esmolando de porta em porta. Mães, mas que só eram mães porque tinham procriado, com o filho escanchado no quadril a esmolar pela cidade inteira! As que tinham mais de um filho pequeno alugavam às outras que com eles fossem mendigar e dividiam depois o ganho" (Theophilo, Rodolfo - 1959:81).

A década de 30 começou com chuvas escassas, até que delineou-se uma seca de dois anos: 1931-32. Da Bahia ao Piauí, a falta de chuvas dizimou rebanhos e afugentou as populações rurais, que emigraram em massa para o litoral e para outras regiões. Naquela ocasião, era Ministro da Viação e Obras Públicas, o paraibano José Américo de Almeida. Sua ação foi pronta, enérgica e eficiente. O povo foi assistido através de trinta obras de açudagem, nas quais foram empregados cerca de 220 mil operários.

Passaram-se dez anos, e veio, em plena II Guerra Mundial, a seca de 1942, atingindo particularmente o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Ceará. Novamente, o mesmo drama: fome, emigração em massa e medidas paliativas do Governo.

A década de 50 foi madrasta para com o Nordeste. Começou com uma seca de três anos: 1951-1953. A demora do poder público em abrir frentes de trabalho provocou a revolta dos flagelados que passaram a invadir várias cidades, saquear as feiras e as casas de comércio. A partir de então, iniciou-se o transporte de nordestinos no caminhão "pau-de-arara". Milhares de flagelados foram transportados, como gado, para as fazendas de Goiás e de Mato Grosso, onde eram vendidos aos fazendeiros. Mas, a grande seca desta década foi a de 1958. Num raio de 500 mil km² imperava a fome e o desemprego em massa. A fuga dos campos e a viagem para o Sul em caminhões "pau-de-arara" tornou-se uma indústria rotineira, não obstante o governo federal dar assistência a cerca de 500 mil homens. (Souza, João Gonçalves de - 1979:74).

Após a criação da SUDENE (1959), a primeira seca foi a de 1966. Com todo o seu poder de ação, este órgão veio ao encontro dos flagelados criando numerosas frentes de trabalho em todo o Nordeste. As despesas da SUDENE totalizaram Cr\$ 27,7 bilhões. Mesmo assim, houve fome e emigração. (Vários - 1979:42)

Quatro anos depois, veio a de 1970. Novamente, a SUDENE entrou em ação com carros-pipa, caminhões, gêneros alimentícios e remédios para evitar as epidemias. Conforme relatório da SUDENE, esta seca de 1970 "atingiu uma população ativa de 500 mil pessoas, alcançando outros dois milhões de indivíduos. O fenômeno climático afetou a vida de oito Estados, correspondendo a um total de 605 municípios, numa extensão territorial de aproximadamente 570 mil km², ou seja, 62% da área do Polígono das Secas". (Vários - 1979:44).

Em 1976, o Nordeste recebeu a visita indesejável de mais uma seca. Outra vez, a SUDENE mobilizou seus recursos humanos e financeiros para assistir às populações famintas. Foram assistidos cerca de 280 mil homens.

Em 1979, iniciou-se uma de cinco anos: 1979-83. Foi a mais longa do nosso século. No ano de 1979, a seca afetou 241 municípios compreendidos numa área de 231.506 km². Para atender à população flagelada, a SUDENE adquiriu 900 caminhões, 500 mil carrinhos de mão e mais de 400 mil picaretas, além de outros instrumentos de trabalho. Para pagar salários aos 366.879 homens alistados nas frentes de trabalho, foram gastos Cr\$ 359.400.000,00. (Vários - 1979:60). Ao todo, ela atingiu 9 milhões de pessoas.



OS REBANHOS MORREM À FALTA DE ALIMENTO



A CAATINGA NORDESTINA EM ÉPOCA DE SECA.

Ela continuou a sua devastação nos anos 1980 e 81. Apesar de o ano ter começado com boas chuvas, em março de 80, a seca estava configurada. Em 1981, repetiu-se a mesma situação: chuva no primeiro trimestre e seca a partir de abril. Este flagelo espalhou-se por todos os Estados do Nordeste, afetando a vida de mais de mil municípios, compreendidos numa área de 1.404.478 km². A assistência do Governo Federal continuou em todos os Estados através dos Planos de Emergência.

O ano de 1982 pode ser computado como de seca, tanto é assim que o Governo Federal só suspendeu a Emergência no final de maio de 1982. Em seu lugar foi criado o programa "Bolsões da Seca" restrito a 183 municípios, isto é, 10% da extensão do Nordeste. A fim de evitar a politicagem que tanto caracterizou a emergência de 1981 e 82, a execução do programa "Bolsão da Seca" ficou a cargo do Exército, do DNOCS e da CODEVASP (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

RESUMO DAS SECAS OCORRIDAS NO NORDESTE

Anos de Secas (em cada Século)	Duração das Secas (em Anos)	Total de Secas no Século
1.Século XVI		
1559	01	04
1564	01	
1587	01	
1592	01	
2.Século XVII		
1603	01	06
1609	01	
1614	01	
1645	01	
1652	01	
1692	01	
3.Século XVIII		
1710-1711	02	07
1722	01	
1723-1728	06	
1744-1746	03	
1766	01	
1777-1778	02	
1790-1793	04	
4.Século XIX		
1803-1804	02	12
1808-1810	03	
1814	01	
1817	01	
1824-1825	02	
1833	01	
1844-1846	03	
1860	01	
1869	01	
1877-1879	03	
1888-1889	02	
1898	01	
5.Século XX		
1900	01	17
1903-1904	02	
1915	01	
1919	01	
1931-1932	02	
1942	01	
1951-1953	03	
1958	01	
1966	01	
1970	01	
1976	01	
1979-1983	05	
1984	01	
1986	01	
1987	01	
1992	01	
1993	01	

A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Quando cessam todas as esperanças e a seca, já configurada, estende sua mão destruidora sobre a população sertaneja, os camponeses começam a sofrer privações de toda ordem. Acostumados a cultivar a terra com uma tecnologia tradicional que lhes proporciona baixos índices de produtividade, eles quase sempre não conseguem estocar alimentos em grande quantidade para suportar as adversidades de uma seca. Por isso, quando ela se manifesta, provoca o colapso de sua frágil economia de subsistência, forçando-os a enfrentar situações imprevisíveis. Para enfrentar a nova realidade, os camponeses redobram seus esforços e aguçam a imaginação criadora a fim de encontrar na terra ressequida novas maneiras de sobreviver. Verdade é que, em todas as grandes secas ocorridas nesta região, encontramos relatos que nos mostram as mais variadas facetas desta luta.

Assim, na seca de 1898, um cronista do Acari (RN) se expressa desta maneira: "A calamidade não tem sido até agora mais desastrosa por causa da coragem heróica do sertanejo que, por assim dizer, inventa recursos e não se abate diante da desgraça. Há fome entre a classe pobre que se alimenta só de raízes de pau, maniçoba, pau-pedra, miolo de xique-xique etc". (A República, 18 de setembro de 1898).

Um cronista de Apodi (RN) informou que, na seca de 1904, raro foi o pobre que não se alimentou com a macambira e o pau-de-mocó, e estas raízes estão quase extintas porque há 5 anos que são o único alimento da pobreza. (Diário de Natal, 09 de junho de 1904).

Fato semelhante ocorreu em São Miguel de Pau dos Ferros durante a seca de 1932. A crise manifestou-se tão violenta que, segundo o prefeito daquela localidade "nem mais encontraram os flagelados as raízes da mucunã e da maniçoba, aliás, plantas nocivas de que muitos famintos se alimentam". (A República, 3 de maio de 1932).

Segundo informações colhidas no sertão de Pernambuco, em 1953, pelo Senador Nilo Coelho, "a maioria da população sertaneja se alimentava de palma com sal, quando existe palma; e de raiz de umbuzeiro". (A Ordem, 27 de fevereiro de 1953). Este tipo de alimentação provocava inchações, beriberi e outras doenças que causavam a morte de centenas e centenas de trabalhadores rurais.

Durante a seca de 1980-82, Rezilda Azevedo, nutricionista da EMATER-RN, constatou que, nas microrregiões do Seridó e Trairi elevou-se muito o consumo de farinha extraída do xique-xique. Numa entrevista à imprensa, ela afirmou: "Temos depoimentos de mães e de extencionistas de que houve um grande aumento da mortalidade infantil em Santana do Matos e em vários municípios do Rio Grande do Norte. Comprovou-se que a mortalidade infantil foi aumentada pelo consumo do xique-xique como alimento. Crianças menores de 7 meses foram vítimas". E acrescentou: "Eu soube que fazendeiros proibiram que o povo tirasse xique-xique porque estava faltando para o gado. Os fazendeiros preferiam alimentar primeiro o gado e não a criatura humana. Não sei como se faz um negócio desse". (Diário de Natal, 6 de abril de 1982).

A POLÍTICA DAS ÁGUAS

Nesta luta pela sobrevivência, além de o homem flagelado pela seca disputar com os animais os próprios alimentos silvestres, ele revolta-se contra a estrutura social vigente e sai invadindo cidades, saqueando fazendas de gado e armazéns. É importante ressaltar que, ao praticar estes assaltos contra a propriedade privada, os camponeses não estão movidos por nenhuma ideologia revolucionária. Impele-os tão somente o instinto de preservar a sua vida e a da sua família.



IMPERADOR PEDRO II

AS PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS

A pesar de o Nordeste ser calcinado pelas secas desde o século XVI, é somente no século XVIII, quando a pecuária desenvolvida no sertão exercia importante papel nas exportações da Colônia, que os governantes portugueses vieram a tomar as primeiras providências. Mas, como observou acertadamente Joaquim Alves, "as secas não impressionavam os governantes coloniais pelos danos que causavam às populações, mas pelos prejuízos que traziam à Coroa". (1953:34).

A mais remota destas providências é a Carta Régia de 24 de maio de 1725, enviada por D João V, Rei de Portugal, ao Capitão-Mor da Paraíba que solicitara a S. Majestade socorros para as populações que estavam sendo castigadas pela seca de 1721, que se prolongou até 1727. Neste documento, o Rei determinou que a autoridade local estimulasse o povo a cultivar mandioca e se ocupasse nalgum ofício, pois, somente assim a população venceria a preguiça e a fome.

Por ocasião da seca de 1736-1737, o Vice-Rei do Brasil, Conde de Galveias, enviou uma carta a D. João V dando-lhe ciência do sofrimento pelo qual a população baiana estava passando. Sua Majestade mandou que o Vice-Rei obrigasse "todos os senhores de engenho a que plantem o que se julgar necessário para sustentação da sua escravatura e família naquelas terras que lhes sobram e que não forem próprias para a produção e cultura das canas" (Guerra, Otto - "Triste Fadário", Tribuna do Norte, 29 de agosto de 1982).

Quando veio a seca de 1766, outra Carta Régia menos simplista determinava "que os flagelados fossem reunidos em povoações de mais de 50 fogos, nas margens dos rios, repartindo-se entre eles as terras adjacentes". Afirmava João Gonçalves de Souza que "algumas cidades cearenses, como Sobral e Russas, resultaram dessa providência. Em consequência desta seca, as autoridades realizaram um censo demográfico com o objetivo de identificar a população atingida pela seca." (1979:76).

Já no final do século XVIII, temendo que a seca de 1790-93 se prolongasse ainda mais, o governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro, criou uma sociedade denominada "Pia Sociedade Agrícola, com o fim de promover a agricultura, dar ocupação aos emigrados e socorrer com os lucros da lavoura os necessitados. A idéia do governador foi bem aceita, os cidadãos mais abastados da capital e seus arredores reuniram-se em dia determinado no palácio do governo, e a sociedade foi criada sem dificuldade." (Machado, Maximiano Lopes - 1977:522).

A CONSTRUÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS NO IMPÉRIO

A seca de 1877-79 marcou o início efetivo da política das águas para combater os seus efeitos mediante a construção de reservatórios d'água no Nordeste semi-árido. O total arrasamento da região, por esta seca terrível, chegou ao conhecimento do Imperador através dos representantes do Nordeste na Corte. Após ouvir o relato da tragédia, D. Pedro II, emocionado, inaugurou a retórica governamental em relação ao Nordeste: "Não restará uma única joia na Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome". (Versão da Revista Veja nº 654, de 18 de março de 1981, p.57).

Enquanto os engenheiros da Corte defendiam a construção de grandes açudes, os engenheiros do Nordeste sustentavam a tese da pequena açudagem.

Em outubro de 1877, o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro promoveu várias reuniões para os engenheiros debaterem a crise e encontrarem soluções. O Conde D'Eu, que presidia às reuniões, apresentou as seguintes sugestões ao final do encontro: a) Construir, o quanto antes, no interior da Província do Ceará e de outras assoladas pela seca, represas nos rios e açudes nas localidades que para tal fossem mais apropriadas ao abastecimento d'água no mesmo interior e prolongar a estrada de Baturité; b) Ativar ou executar, para dar trabalho e salários à população que se tem retirado para os centros mais favorecidos, a construção das vias férreas já estudadas na região flagelada pela seca; as obras de melhoramento dos portos marítimos e fluviais; a construção de linhas telegráficas gerais; a desapropriação dos terrenos marginais dessas vias férreas para serem divididos pelos retirantes ou colonos nacionais; c) Estudar as medidas indicadas pelo Dr. Raja Gabaglia em relação ao Ceará." (Pinheiro, Luiz Carlos Martins - 1959:66).

Para pôr em prática estas sugestões, o Governo Imperial nomeou uma comissão da qual faziam parte o conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan e os engenheiros Antônio Paulino Limpo de Abreu, Alfredo José Nabuco de Araújo Freitas, Ernesto Antônio Lassance da Cunha, Julius Pinkas, Henrique Foglare, Adolfo Schwartz e Leopoldo Schriner. Coube a esta comissão percorrer o Ceará e estudar os meios práticos de abastecimento durante as estiagens, da quantidade d'água suficiente para as necessidades da população, manutenção do gado e estabelecimento de um sistema de irrigação que tornasse sempre possível a cultura das terras. (Idem - 1959:66).

NA REPÚBLICA VELHA

Se a política de combate às secas durante o Império ficou, apenas, no plano dos estudos e das boas intenções, na República Velha caracterizou-se pela morosidade na implementação das obras sugeridas. Cada seca deste período era vista como uma oportunidade para o Governo Central fazer um ato de caridade para com os nordestinos. Encontramos a primeira prova desta morosidade no ano de 1900. Desde março daquele ano que os camponeses famintos sofriam os horrores da crise climática, mas os dez mil contos de réis que o Governo Federal liberou para o Nordeste só chegaram em outubro daquele ano. Daquela verba aprovada pelo Governo, foram liberados e aplicados apenas 812 contos, dos quais 522, isto é, dois terços, foram aplicados na construção da grande açudagem do Ceará. (Guerra, Paulo de Brito - 1981:40). A crise financeira enfrentada pelo Governo Campos Sales obstaculizou o prosseguimento das demais obras com este crédito.

Somente no Governo Rodrigues Alves foi que a lei orçamentária destinou uma parcela ao combate às secas. Em decorrência disso, o Ministro Lauro Müller criou três comissões: a de "Açudes e Irrigação" com sede no Ceará, chefiada pelo engenheiro Piquet Carneiro; a de "Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas", comandada pelo engenheiro Sampaio Correia; e finalmente, a "Comissão de Perfuração de Poços", que funcionou sob a responsabilidade do Dr. Pereira Reis. Estas últimas comissões foram sediadas no Rio Grande do Norte. O Dr. Pereira Reis importou dos Estados Unidos uma perfuratriz "Pierce", que veio acompanhada pelo técnico Guilherme Mooney.

Em fevereiro de 1878, a Comissão iniciou a sua viagem de estudos pelo interior do Ceará, da qual fez um minucioso relatório propondo as seguintes medidas: a) A construção de três ferrovias: a de Baturité; uma entre Camocim e Sobral; e outra do Aracati a Icó; b) A construção de 30 açudes, tendo cada um a capacidade de acumular um milhão de metros cúbicos de água; c) Instalação de estações meteorológicas; d) A construção de um canal para ligar os rios Jaguaribe e São Francisco.

Não obstante o trabalho desenvolvido pela Comissão, o Governo Imperial a dissolveu em junho de 1878.

Estudos sobre novos açudes voltaram a ser feitos em 1880, quando o Governo Imperial comissionou o engenheiro Jules J. Revy, que propôs a construção dos seguintes açudes no Ceará: Itacolomi, Lavras e Quixadá.

Em 1884, Jules J. Revy recebeu autorização do Governo Imperial para iniciar a construção do açude Cedro I (antigo Quixadá). Entretanto, dois anos depois, a obra foi paralisada por ordem do Governo. A ocorrência da seca de 1888-89 determinou a retomada das obras para dar trabalho à população flagelada, desta vez sob a direção do engenheiro Urico Mursa, que alterou o projeto inicial. Através de paralisações e avanços, este açude foi concluído em 1906, doze anos após o seu início. (Idem - 1959:67).

Em 1906, no Governo Afonso Pena, as três referidas Comissões foram reduzidas a uma denominada "Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas". Este órgão teve vida efêmera, pois, o Ministro Miguel Calmon o suprimiu, restaurando a Comissão de Açudes e Irrigação. Este órgão realizou, na prática, muito pouco, restringindo-se a estudar açudes na Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Neste último Estado, os técnicos estudaram também a drenagem de alguns vales úmidos.

Verdade é que foi somente no Governo Nilo Peçanha que o poder público federal saiu do marasmo em que vinha se arrastando. Nilo Peçanha criou a "Inspetoria de Obras Contra as Secas" (IOCS), pelo decreto Nº 7.619, de 21 de outubro de 1909. O decreto atribuiu à IOCS finalidades bastante amplas: 1-Estudar sistematicamente as condições meteorológicas, geológicas, topográficas e hidrológicas das zonas semi-áridas; 2-Estudar a pluviometria da região; 3-Promover a conservação das florestas; 4-Construir estradas de rodagem e ferrovias; 5-Perfurar poços tubulares e artesianos; 6-Estudar a pequena açudagem e incentivar, mediante prêmios, a sua proliferação; 7-Construir açudes públicos com dinheiro da União, assim como barragens submersas; 8-Realizar a drenagem dos vales úmidos; 9-Desenvolver a piscicultura etc...

O Decreto Nº 9.256, de 28 de dezembro de 1911, determinou que a IOCS fosse um órgão de atividade permanente. Desta maneira, a política de combate às secas perdia o seu caráter emergencial para se tornar uma atividade ininterrupta.

De início, este órgão foi dirigido pelo engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa que, com inteligência, arrojo administrativo e competência incontestável, liderou uma grande equipe de técnicos até 1912, quando deixou a direção da IOCS. Outros diretores de igual valor, tais como Aarão Reis, José Aires de Souza, José Luiz Mendes Diniz, realizaram um trabalho profícuo.

Sabedor da nossa pouca experiência no combate às secas, Arrojado Lisboa conseguiu trazer da Leland Stanford Junior University (Califórnia), Ralf H. Sopper, Gerald A. Warring, Horace L. Small e Roderic Crandall, todos muito jovens e altamente competentes. Além destes engenheiros vieram também para cá Zelburg, Ribeiro de Castro, Zehntner e Luciano Jacques de Moraes. Estes homens vararam os sertões do Nordeste, quais novos bandeirantes, não para descobrir minerais preciosos, mas para estudar a flora e descobrir boqueirões, gargantas de serra, onde a implantação de açudes e de barragens represariam as águas caídas nos anos de bons invernos. Todos eles realizaram excelentes trabalhos de campo, que ainda hoje repercutem pela seriedade dos dados levantados, assim como pelas sugestões apresentadas. Entretanto, por melhores que fossem as intenções dos técnicos da IOCS, os recursos liberados para executar os planos ficavam muito aquém das necessidades. Isto era o reflexo da estrutura do poder nacional, cuja hegemonia estava nas mãos dos políticos do Sudeste. A "república do café com leite", como foi designada a República Velha, onde a um paulista sucedia um mineiro na Presidência da República, não via como problema nacional a problemática das secas no Nordeste.

Verdade é que, durante toda a República Velha (1889 a 1930), somente no Governo Epitácio Pessoa, único nordestino que naquela época chegou à Presidência da República, foi que a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) contou com grandes recursos, quando os comparamos com as dotações de outros presidentes. Para termos uma idéia bem clara da atenção que o Presidente Epitácio Pessoa deu à IOCS, vejamos as despesas deste órgão no período de 1912 a 1930:

O Governo Epitácio Pessoa (1919 - 1922) é o que registra as maiores despesas efetuadas pela IOCS, conforme se pode ver no quadro ao lado. Logo no início do seu mandato, ele baixou o Decreto Nº 13.687, de 9 de julho de 1919, dando novo nome à Inspetoria, que passou a chamar-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). No mesmo ano, veio a chamada Lei Epitácio Pessoa - Lei Nº 3.965 - que regulamentou a construção de obras para irrigação, mediante uma Caixa Especial. Por lei, ficava o Governo Federal autorizado a contrair empréstimos no exterior até o máximo de 200 mil contos de réis. Com isto, ele pretendia construir grandes barragens seguidas por canais de irrigação.

O plano geral - diz Otto Guerra - visava à construção mais ou menos simultânea de onze grandes açudes de alvenaria ciclópica; de vinte açudes de pequeno porte; de três docas de desembarques (Natal, João Pessoa e Fortaleza); de centenas de quilômetros de estradas de ferro e de rodagem, perfuração de poços tubulares e outras obras de menor valor. (Guerra, Otto - "O Plano de Epitácio Pessoa" - in A Ordem, 20 de janeiro de 1950).

Para executar este plano foi preciso importar máquinas e matéria-prima, pois, naquela época, o Brasil não fabricava ainda cimento. Para construir os grandes açudes, ele firmou contrato com a Northon Griffiths e a C. H. Walker & C. Ltda., ambas inglesas, e com a empresa norte-americana Dwight P. Robinson Inc. (Guerra, Paulo de Brito - 1981:62). Estas empresas trabalharam nos açudes Acarape, Quixeramobim, Poço dos Paus e Orós, no Ceará; no Rio Grande do Norte, trabalharam nos açudes Gargalheiras e Parelhas; e na Paraíba, ficaram com a incumbência de construir os açudes São Gonçalo, Pilões e Piranhas.

Anos	Despesas da IOCS (Em contos de Réis)
1912	6.686
1913	6.935
1914	2.009
1915	9.127
1916	3.123
1917	4.536
1918	2.323
1919	6.135
1920	17.613
1921	89.501
1922	95.166
1923	43.882
1924	7.620
1925	3.827
1926	4.348
1927	5.996
1928	8.469
1929	11.101
1930	9.544

Fonte: Guerra, Otto - A Ordem,
18 e 19 de janeiro de 1950

Estas empresas, além de trazerem "know-how", dotaram a IFOCS de quadros técnicos de que ela necessitava.

Durante o governo Epitácio Pessoa foram também construídos 212 km de ferrovias e 227 km de rodovias. Assim, o interior do Nordeste começava a sair do secular isolamento em que se encontrava com relação às capitais da região.

Conforme observou Hirshman, durante o Governo Epitácio Pessoa, "os dispendios, quase todos vinculados a obras, atingiram em 1921-1922, 15% da receita federal do país. Aplicou-se no Nordeste, entre 1919 e 1923, o equivalente a US\$ 150 milhões, a preços de 1963". (Hirshman, Albert - 1º, 1965:43-45).

Após este "rush" de investimento em obras de capital importância para a região, veio o período das verbas reduzidas para a IFOCS, tão característico dos Governos Arthur Bernardes e Washington Luís. É que voltara ao comando do Governo Federal o grupo da "república do café com leite" que não via nas secas do Nordeste um problema nacional.

A partir de 1924, o governo Arthur Bernardes reduziu drasticamente as verbas federais para a IFOCS, sob a alegação de que era imperiosa a contenção de despesas para contornar a crise financeira do país. No entanto, observou o Senador Elói de Souza, norte-rio-grandense, ao mesmo tempo em que negava dinheiro ao Nordeste, o Sul era contemplado com 118 mil contos de réis para construir ferrovias e outras obras importantes para a economia cafeeira. (1980:182).



SECA: A ÁGUA SOME E O SOLO RACHA

DA REVOLUÇÃO DE 30 ATÉ A CRIAÇÃO DA SUDENE

A participação de Juarez Távora e de José Américo de Almeida, ambos nordestinos, na cúpula da Revolução de 30, foi muito benéfica para o Nordeste. Verdade é que, quando veio a seca de 1932, José Américo de Almeida, então Ministro da Viação e Obras Públicas, revitalizou a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS). Se, em 1930 a despesa deste órgão foi de apenas 9.544 contos, em 1932, ela subiu para 125.342 contos de réis.

Atendendo aos apelos destes líderes nordestinos, o Governo Provisório de Getúlio Vargas redefiniu as atribuições da IFOCS mediante o Decreto Nº 19.726, de 20 de fevereiro de 1931. Além disso, este referido decreto priorizou, para a construção da grande açudagem, as quatro principais bacias do Nordeste semi-árido:

- I ~ Sistema do Acaraú, no Ceará;
- II ~ Sistema do Jaguaribe, no Ceará;
- III ~ Sistema do Alto Piranhas, na Paraíba;
- IV ~ Sistema do Baixo-Açu ou Baixo-Piranhas, no Rio Grande do Norte.

Posteriormente, já em 1936, foi aprovado o Sistema Apodi no Rio Grande do Norte.

Por outro lado, a reforma de fevereiro de 1931 concentrou as atribuições da IFOCS nos programas de açudagem e de irrigação e, ao mesmo tempo, retirou da sua alçada a obrigação de construir ferrovias e rodovias. Estas últimas atribuições seriam exercidas pela IFOCS somente quando servissem para a implementação dos programas de açudagem e irrigação.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1934, o combate às secas deixou de ser um favor do governo federal ao Nordeste, para ser uma obrigação.

O Art 5º determinava o seguinte: "Compete privativamente à União:

XV - Organizar defesa permanente contra os efeitos da seca nos Estados do Norte.

Art. 177 - A defesa contra os efeitos da seca nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que despenderá com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributária sem aplicação especial". (Souza, Itamar de - 2ª, 1983:74).

Dois anos depois, mediante a Lei Nº 175, de 7 de janeiro de 1936, o Governo Getúlio Vargas criou o Polígono das Secas, cuja área compreende 936.993 km², ou seja, 51,99% da área total do Nordeste.

Não obstante a falta de ferramentas, de projetos, de pessoal habilitado e de material de construção, ao terminar a seca de 1932, estavam em construção os seguintes açudes: cinco, no Ceará; quatro, no Rio Grande do Norte; sete, na Bahia; e trinta e quatro açudes particulares e centenas de quilômetros de estradas construídas. (Pinheiro, Luiz Carlos Martins - 1959:88).

É importante ressaltar, que a "ênfase dada à irrigação como política pública em terras do governo, se deparava com o problema da desapropriação das terras. Daí porque a irrigação não avançou; só progrediu a construção de açudes para acumular o precioso líquido nos sertões do Nordeste.

Com o advento da seca de 1942, o Governo Federal assistiu à população flagelada dentro dos padrões anteriores: frentes de trabalho, construção de açudes, de estradas etc... Durante a década de 40, a Inspetoria de Obras Contra as Secas passou a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), através do Decreto-Lei Nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945. Apesar de chamar-se Departamento Nacional, o DNOCS continuou com sua atividade restrita ao Nordeste.

A Constituição Federal de 1946 restaurou o dispositivo da Carta Magna de 1934, isto é, assegurou a dotação de 3% da renda tributária da União para as obras de combate às secas. Mesmo assim, o atraso no pagamento das obras do DNOCS continuou como anteriormente. O Ministro José Américo de Almeida afirmou que "as secas sempre foram responsáveis pela tradição de impontualidade nos pagamentos". Conta-se mesmo que, encontrando o engenheiro Arrojado Lisboa em inspeção ao açude Orós, perguntou-lhe um matuto: "Dr, e esse açudão também vai ser construído no fiado?" "Só no 1º Distrito, no ano passado, houve um atraso de 11 meses no pagamento". (Almeida, José Américo de - 1953:7-8).

A década de 50 foi pontilhada de novas secas: 1951, 1953 e, sobretudo, 1958. Na obstante o Nordeste já possuir, nesta última seca, 6,7 milhões de metros cúbicos de água reunidos em mais de 200 açudes e barragens públicas, o que se viu, foi a repetição das tragédias anteriores: fome, miséria, morte dos rebanhos, invasão de cidades e emigração em massa. Tudo isto suscitou o questionamento da política de combate às secas implantada pela IFOCS, atual DNOCS. Em mãos de quem esta água fora acumulada? Para responder a esta indagação, é importante assinalar que, desde a criação da IFOCS até 1968, os açudes públicos do Nordeste eram construídos predominantemente dentro das fazendas dos coronéis. A água acumulada nestes reservatórios atendia, em primeiro lugar, aos rebanhos dos coronéis, e, só depois, por um ato de benevolência, é que água ficava ao alcance dos camponeses necessitados. Por isso, é, que, até hoje, a irrigação tem caminhado tão lentamente em toda a

região nordestina. Se ao Governo Federal pertenciam as bacias hidráulicas dos açudes públicos, as áreas adjacentes, próprias para a irrigação, pertenciam aos coronéis e não eram desapropriadas. Afirma João Gonçalves de Souza que, em 1952, quando a Comissão Nacional de Política Agrária, da qual era o secretário-executivo, elaborou um anteprojeto de lei prevendo a desapropriação das terras beneficiadas pelos açudes públicos para fins de exploração familiar, o Governo vetou a referida proposta. (1979:87).

Segundo cálculos feitos pelo agrônomo Paulo de Brito Guerra, o Nordeste poderia ter de dois a três milhões de hectares de terras irrigadas, e no entanto, só possuía, até junho de 1980, 43.487 hectares de terras irrigadas, atendendo a 2.930 famílias. (1981:121 e 225).



SEDE DO DNOCS EM NATAL



BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES



PRES. EPITÁCIO PESSOA

Outro aspecto da política das águas que não podemos esquecer é a excessiva interferência dos políticos no DNOCS, órgão executor desta política. Até 1968, era praxe os líderes políticos do partido majoritário - deputados federais, senadores etc... requererem a construção de açudes públicos e exigirem que fossem construídos dentro dos seus latifúndios, em locais por eles indicados. O DNOCS, ao invés de estudar o local e a sua viabilidade, curvava-se às ordens dos políticos poderosos da região. Além disso, em cada Estado, a direção do DNOCS era entregue a um político, cujo partido estava no poder, que indicava para dirigir o órgão um engenheiro da sua confiança. Assim, a armadilha da corrupção ficava montada à espera da liberação das verbas.

Esta situação perdurou até 1968, quando, no regime militar, os critérios técnicos suplantaram a influência dos políticos na condução do DNOCS. Mesmo após a criação da SUDENE, o DNOCS continuou executando a política das águas. No Rio Grande do Norte, a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em Assu, nos anos 1979-82, foi a sua última grande realização.

Para termos uma idéia do que realizou esta política das águas no Nordeste, vejamos os seguintes quadros:

ACUDES CONSTRUÍDOS SÓ PELO DNOCS EM CADA ESTADO DO NORDESTE, DESDE ANTES DE 1910 ATÉ 1981

DÉCADAS	ESTADOS DO NORDESTE										
	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	MA	PI	MG	TOTAL
Antes de 1910	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	02
De 1910 a 20	05	01	-	01	03	22	19	-	07	-	58
De 1921 a 30	05	-	-	02	08	03	16	-	01	-	35
De 1931 a 40	04	01	01	06	08	06	06	-	-	-	32
De 1941 a 50	-	-	01	01	01	-	01	-	01	-	05
De 1951 a 60	08	06	12	12	11	09	07	-	01	03	69
De 1961 a 70	07	03	10	10	07	05	07	-	02	01	52
De 1971 a 81	03	-	-	-	-	05	04	-	-	-	12
TOTAL	32	11	24	32	38	50	62	-	12	04	265

Fonte: Barragens no Nordeste do Brasil, Fortaleza, DNOCS, 1982

UFRN: A MAIOR OBRA DO SÉCULO XX NO RN



À semelhança do que vinha acontecendo nos outros

Estados, a elite cultural e administrativa de Natal procurou dotar a cidade de um estabelecimento de ensino superior.

VISTA PARCIAL DO PRÉDIO DA REITORIA

A PRIMEIRA FACULDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

Assim, desde 1920 que o Congresso Legislativo (nome da instituição que hoje conhecemos por Assembleia Legislativa), por iniciativa do Farmacêutico e Deputado Joaquim Inácio Torres, autorizara o Governo do Estado a criar uma Escola de Farmácia em Natal (Lei Nº 497, de 2 de dezembro de 1920). Governava o Rio Grande do Norte o Dr. Antônio José de Melo e Souza, político e literato que se ocultava sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa. Dando seqüência àquela iniciativa do Poder Legislativo, criou a primeira faculdade, que foi a ESCOLA DE FARMÁCIA, através do Decreto Nº 192, de 8 de janeiro de 1923.

O Art. 2º do referido Decreto estabeleceu as seguintes matérias que deveriam compor o currículo daquela faculdade:

- I- Física - Dr. Leonel Freire
- II- História Natural - Dr. Jaime dos G. Wanderley
- III- Microbiologia
- IV- Higiene
- V- Química Mineral e Orgânica - Dr. João Cirineu de Vasconcelos, vulgo Babois
- VI- Química Analítica - Dr. Valle de Miranda
- VII- Toxicologia e Legislação Farmacêutica
- VIII- Farmacologia
- IX- Bromatologia. (A República - 16/01/1923)

foi sobre História Natural, ministrada pelo oftalmologista Dr. Adolfo Ramires. (A República, 08/11/23).

Em dezembro de 1923, o Governador do Estado sancionou a Lei Nº 570, baixada pelo Congresso Legislativo, criando um curso de Odontologia anexo à Escola de Farmácia. Desde então, ela, "constituindo um só estabelecimento de ensino superior, passou a denominar-se Escola de Farmácia e Odontologia de Natal". (Atos Legislativos e Decretos do Governo, 1923-Natal, Typ. d'A República, 1924, p.4).

A Escola contou no primeiro ano, com quatro alunos aprovados regularmente e com mais 22 admitidos pela Congregação na qualidade de ouvintes. A Escola de Farmácia e Odontologia de Natal funcionava no prédio do Atheneu Norte-rio-grandense. O primeiro diretor foi o Dr. Januário Cicco. A primeira turma foi diplomada em dezembro de 1925, cujo orador foi o farmacolando José de Almeida Barreto. Dos 26 que entraram no primeiro ano, concluíram apenas dois: o citado orador e Álvaro Torres Navarro. Por razões políticas, a nossa primeira faculdade morreu no governo do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, tido e havido como paladino da Educação. Ironia da História!

Conforme estabelecia o Art. 4º da Lei Nº 497, "os professores da Escola serão, escolhidos, a título provisório, entre os médicos e farmacêuticos que forem funcionários do Estado, os quais serão gratificados com os produtos das rendas das taxas nela cobradas". Todavia, na prática não foi assim. Conforme nos assegurou o Dr. Jaime dos G. Wanderley, que foi professor de História Natural da referida Escola, todos ensinavam só por amor à causa. Ninguém recebia dinheiro pelas aulas dadas. O ano letivo começava no dia 1º de abril e se encerrava no dia 14 de novembro.

A idade mínima exigida para se entrar na Escola de Farmácia era 16 anos. Além disso, o candidato deveria apresentar certificado de aprovação em Português, Francês, Geografia, Aritmética, Física, Química e História Natural, disciplinas constantes no currículo dos ginásios equiparados. Apesar de o vestibular existir no Brasil desde 1911, não era ainda obrigatório para o ingresso em todos cursos superiores.

O programa de cada matéria deveria conter, pelo menos, oitenta lições. As aulas foram iniciadas no dia 16 de abril de 1923. A aula inaugural

AS FACULDADES DAS DÉCADAS DE 40 E 50

Nenhuma região brasileira foi mais envolvida pela II Guerra Mundial do que o Nordeste. Dentro dele, destacou-se Natal por causa da sua posição estratégica. A presença de oficiais brasileiros e norte-americanos, especializados em diversos ramos da ciência e da tecnologia, possibilitou que as elites de Natal percebessem o atraso intelectual em que vivíamos. Além disso, a implantação de modernos meios de comunicação em Natal contribuiu igualmente para alargar os horizontes culturais da elite dirigente norte-rio-grandense. Numa palavra: a guerra desprovincializou a sociedade natalense! Além disso, o clima de mobilização da população para fazer diversas campanhas em prol do Brasil deixou na consciência de todos a certeza de que, através da solidariedade comunitária, as lideranças locais poderiam realizar muita coisa. Somente a partir destas premissas é que podemos compreender melhor o surgimento de algumas faculdades após a II Guerra.

A ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (1945)

A corrente migratória que se dirigiu para Natal durante a II Guerra Mundial, formada predominantemente por trabalhadores rurais e pessoas desqualificadas procedentes do interior potiguar, contribuiu para o surgimento de uma população marginal na periferia da cidade. Aleijados, cegos, menores abandonados e desempregados formavam um numeroso exército de pedintes, esmolando a caridade pública para sobreviver. É importante ressaltar que a seca de 1942, expulsando as populações do interior, muito concorreu para o agravamento desta situação social.

Para aliviar a dor e o sofrimento desta gente, o poder público foi obrigado a criar instituições sociais. O Abrigo de velhos "Juvino Barreto" e os institutos para cuidarem de menores abandonados-"Instituto Padre João Maria" e o "Instituto Melo Matos" - foram as primeiras iniciativas.

UFRN: A MAIOR OBRA DO SÉCULO XX NO RN



A semelhança do que vinha acontecendo nos outros Estados, a elite cultural e administrativa de Natal procurou dotar a cidade de um estabelecimento de ensino superior.

VISTA PARCIAL DO PRÉDIO DA REITORIA

A PRIMEIRA FACULDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

Assim, desde 1920 que o Congresso Legislativo (nome da instituição que hoje conhecemos por Assembleia Legislativa), por iniciativa do Farmacêutico e Deputado Joaquim Inácio Torres, autorizara o Governo do Estado a criar uma Escola de Farmácia em Natal (Lei Nº 497, de 2 de dezembro de 1920). Governava o Rio Grande do Norte o Dr. Antônio José de Melo e Souza, político e literato que se ocultava sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa. Dando seqüência àquela iniciativa do Poder Legislativo, criou a primeira faculdade, que foi a ESCOLA DE FARMÁCIA, através do Decreto Nº 192, de 8 de janeiro de 1923.

O Art. 2º do referido Decreto estabeleceu as seguintes matérias que deveriam compor o currículo daquela faculdade:

- I- Física - Dr. Leonel Freire
- II- História Natural - Dr. Jaime dos G. Wanderley
- III- Microbiologia
- IV- Higiene
- V- Química Mineral e Orgânica - Dr. João Cirineu de Vasconcelos, vulgo Babois
- VI- Química Analítica - Dr. Valle de Miranda
- VII- Toxicologia e Legislação Farmacêutica
- VIII- Farmacologia
- IX- Bromatologia. (A República - 16/01/1923)

foi sobre História Natural, ministrada pelo oftalmologista Dr. Adolfo Ramires. (A República, 08/11/23).

Em dezembro de 1923, o Governador do Estado sancionou a Lei Nº 570, baixada pelo Congresso Legislativo, criando um curso de Odontologia anexo à Escola de Farmácia. Desde então, ela, "constituindo um só estabelecimento de ensino superior, passou a denominar-se Escola de Farmácia e Odontologia de Natal". (Atos Legislativos e Decretos do Governo, 1923-Natal, Typ. d'A República, 1924, p.4).

A Escola contou no primeiro ano, com quatro alunos aprovados regularmente e com mais 22 admitidos pela Congregação na qualidade de ouvintes. A Escola de Farmácia e Odontologia de Natal funcionava no prédio do Atheneu Norte-rio-grandense. O primeiro diretor foi o Dr. Januário Cicco. A primeira turma foi diplomada em dezembro de 1925, cujo orador foi o farmacólogo José de Almeida Barreto. Dos 26 que entraram no primeiro ano, concluíram apenas dois: o citado orador e Álvaro Torres Navarro. Por razões políticas, a nossa primeira faculdade morreu no governo do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, tido e havido como paladino da Educação. Ironia da História!

Conforme estabelecia o Art. 4º da Lei Nº 497, "os professores da Escola serão, escolhidos, a título provisório, entre os médicos e farmacêuticos que forem funcionários do Estado, os quais serão gratificados com os produtos das rendas das taxas nela cobradas". Todavia, na prática não foi assim. Conforme nos assegurou o Dr. Jaime dos G. Wanderley, que foi professor de História Natural da referida Escola, todos ensinavam só por amor à causa. Ninguém recebia dinheiro pelas aulas dadas. O ano letivo começava no dia 1º de abril e se encerrava no dia 14 de novembro.

A idade mínima exigida para se entrar na Escola de Farmácia era 16 anos. Além disso, o candidato deveria apresentar certificado de aprovação em Português, Francês, Geografia, Aritmética, Física, Química e História Natural, disciplinas constantes no currículo dos ginásios equiparados. Apesar de o vestibular existir no Brasil desde 1911, não era ainda obrigatório para o ingresso em todos cursos superiores.

O programa de cada matéria deveria conter, pelo menos, oitenta lições. As aulas foram iniciadas no dia 16 de abril de 1923. A aula inaugural

AS FACULDADES DAS DÉCADAS DE 40 E 50

Nenhuma região brasileira foi mais envolvida pela II Guerra Mundial do que o Nordeste. Dentro dele, destacou-se Natal por causa da sua posição estratégica. A presença de oficiais brasileiros e norte-americanos, especializados em diversos ramos da ciência e da tecnologia, possibilitou que as elites de Natal percebessem o atraso intelectual em que vivíamos. Além disso, a implantação de modernos meios de comunicação em Natal contribuiu igualmente para alargar os horizontes culturais da elite dirigente norte-rio-grandense. Numa palavra: a guerra desprovincianizou a sociedade natalense! Além disso, o clima de mobilização da população para fazer diversas campanhas em prol do Brasil deixou na consciência de todos a certeza de que, através da solidariedade comunitária, as lideranças locais poderiam realizar muita coisa. Somente a partir destas premissas é que podemos compreender melhor o surgimento de algumas faculdades após a II Guerra.

A ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (1945)

A corrente migratória que se dirigiu para Natal durante a II Guerra Mundial, formada predominantemente por trabalhadores rurais e pessoas desqualificadas procedentes do interior potiguar, contribuiu para o surgimento de uma população marginal na periferia da cidade. Aleijados, cegos, menores abandonados e desempregados formavam um numeroso exército de pedintes, esmolando a caridade pública para sobreviver. É importante ressaltar que a seca de 1942, expulsando as populações do interior, muito concorreu para o agravamento desta situação social.

Para aliviar a dor e o sofrimento desta gente, o poder público foi obrigado a criar instituições sociais. O Abrigo de velhos "Juvino Barreto" e os institutos para cuidarem de menores abandonados - "Instituto Padre João Maria" e o "Instituto Melo Matos" - foram as primeiras iniciativas.

As campanhas da Legião Brasileira de Assistência, assim como o trabalho realizado pela filial da Cruz Vermelha, constituíam outra frente de ação social em benefício destas camadas sociais marginalizadas. Tudo isto culminou na organização do Departamento Estadual de Reeducação e Assistência Social, instalado em 25 de março de 1943, do qual foi fundador e, depois, superintendente, o Dr. Aluizio Alves. Tempos depois este órgão foi transformado em Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS).

Uma das grandes iniciativas do SERAS, para despertar o interesse da comunidade em torno do problema assistencial, foi a realização, de 5 a 11 de novembro de 1944, da I Semana de Estudos Sociais promovida pelo Centro de Estudos Sociais. Além de visitas a instituições sociais e exibição cinematográfica, foram proferidas várias palestras no auditório da Confederação Católica e no Instituto Histórico e Geográfico. O programa desta semana de estudos terminava assim: "A Escola de Serviço Social será a próxima grande realização do Centro de Estudos Sociais".

Em 1945, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.), o SERAS promoveu um curso destinado a preparar auxiliares de Serviço Social. Vieram a Natal ministrá-lo, alguns assistentes sociais, entre eles Carlos Mancine e Lígia Loureiro. Mesmo assim, Aluizio Alves continuava insistindo na necessidade de se criar uma Escola de Serviço Social, pois, não podíamos continuar improvisando a assistência social à população necessitada. Por outro lado, o então Padre Nivaldo Monte, Assistente Eclesiástico da Juventude Feminina Católica de Natal, comprometeu-se a criar a Escola de Serviço Social, desde que a Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.) a subvencionasse. Foi, por conseguinte, da iniciativa do Dr. Aluizio Alves e do Padre Nivaldo Monte, agindo conjuntamente, que surgiu a Escola de Serviço Social, inaugurada no dia 2 de junho de 1945, no salão da Confederação Católica, em sessão presidida por D. José de Medeiros Delgado. (Gouveia, Eliezer Camilo et Alii - 1993:63).

A Escola começou a funcionar numa casa da rua Jundiaí. Tempos depois, transferiu-se para a Av. Campos Sales, no prédio ocupado atualmente pela Câmara Municipal de Natal.

AS FACULDADES DE FARMÁCIA E DE ODONTOLOGIA (1947)



FACULDADE DE FARMÁCIA

A II Guerra forçou o desenvolvimento dos serviços de saúde de Natal. A possibilidade de um ataque iminente à cidade determinou cuidados especiais com a saúde pública, tanto em termos de infra-estrutura quanto em relação à preparação de pessoal qualificado. Por estas razões é que reiniciaram a construção do Sanatório Getúlio Vargas, melhoraram o Centro de Saúde de Natal, o Leprosário São Francisco de Assis e o Hospital Miguel Couto (hoje, Onofre Lopes); aceleraram a construção da Policlínica do Alecrim; transformaram o prédio da Maternidade Januário Cicco em Hospital Militar e inauguraram o Hospital Evandro Chagas. Em todas estas realizações, as autoridades locais contaram com a ajuda financeira do Governo Federal, uma vez que Natal era ponto estratégico dentro do plano de defesa nacional. Foi dentro deste contexto que surgiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada pelo Decreto-Lei Estadual Nº 682, de 3 de fevereiro de 1947, baixado pelo General Orestes da Rocha Lima, Interventor Federal do Rio Grande do Norte. A autorização para funcionamento ocorreu em dezembro de 1948. Através da Lei Nº 849, de 18 de dezembro de 1960, houve o desmembramento dos cursos de Farmácia e de Odontologia. Este último curso conquistou a autonomia almejada tornando-se a Faculdade de Odontologia.

A FACULDADE DE DIREITO (1949)

A necessidade de formar bacharéis em Direito, para suprir os quadros da nossa magistratura, motivou a elite jurídica de Natal a criar uma Faculdade de Direito, em 1949. Naquele ano transcorreu o centenário de nascimento do jurista norte-rio-grandense, Dr. Amaro Cavalcanti. Em comemoração ao evento, o Governador do Estado, Dr. José Augusto Varela, sancionou a Lei Nº 149, que criou o referido estabelecimento de ensino superior. O projeto de criação desta faculdade fora apresentado à Assembléia Legislativa pelo então Deputado, Dr. Antônio Soares Filho.

O descaso das primeiras diretorias, assim como a rejeição do Ministério da Educação à pretensão de alguns intelectuais da terra, sem cultura jurídica, que procuravam integrar o corpo docente da referida Faculdade, retardaram o início definitivo de suas atividades. Por isso, é que o primeiro vestibular só veio a ser realizado em fevereiro de 1955. Em 1958, a Faculdade de Direito foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto Nº 43.142, de 3 de fevereiro de 1958.

A FACULDADE DE MEDICINA (1955)

Na gênese histórica da Faculdade de Medicina há dois fatores fundamentais: o 1º trabalho do Dr. Januário Cicco, que nos idos de 1928 iniciou a construção da Maternidade de Natal, inaugurada definitivamente em 1950, e que hoje, traz o seu nome; e o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Assistência Hospitalar, fundada em 1927.

Por sugestão do Dr. Onofre Lopes, o Governador Sylvio Pedroza fez doação do Hospital Miguel Couto à Sociedade de Assistência Hospitalar (Lei Nº 693, de 7 de novembro de 1952). Esta Sociedade mantinha um Centro de Estudos, que realizava, periodicamente, palestras, simpósios e debates sob a liderança do Dr. Onofre Lopes, sucessor de Januário Cicco na presidência da Sociedade da Assistência Hospitalar. O ponto culminante desta entidade foi a realização, em janeiro de 1955, da "Semana de Estudos Médico-Cirúrgicos" da qual participaram vários médicos de Pernambuco e locais. No final desta jornada de estudos, a Sociedade de Assistência Hospitalar, na pessoa do seu presidente, baixou a seguinte resolução criando, assim, a Faculdade de Medicina de Natal:

"É criada, nesta cidade de Natal, a Faculdade de Medicina de Natal, com foro e sede nesta mesma capital, sob os auspícios, direção e responsabilidade da Sociedade de Assistência Hospitalar e de inteiro acordo e em obediência à legislação federal que rege o assunto.

Ao Presidente da Sociedade são outorgados os poderes necessários ao fiel cumprimento desta resolução, devendo as medidas que forem precisas para, a organização e funcionamento da Faculdade, serem nos moldes e de acordo com as exigências ditadas pela legislação federal do Ensino Superior do País". (Souza. Itamar de - 1984:39).

O apoio do Governo do Estado e, sobretudo, do Presidente da República, João Café Filho, foi decisivo para a sua consolidação através do Decreto Nº 37.931, de 02 de setembro de 1955. Ele autorizou o funcionamento da Faculdade de Medicina de Natal. Em dezembro do mesmo ano, ocorreu a sua instalação. Para as aulas práticas de Medicina, os alunos contaram, desde o início, com a Maternidade Januário Cicco e o Hospital das Clínicas, hoje, Hospital Onofre Lopes.



PRÉDIO DA FACULDADE DE DIREITO, QUANDO FUNCIONAVA NA PRAÇA AUGUSTO SEVERO (RIBEIRA), HOJE SECRETARIA DE SEGURANÇA.

A ESCOLA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM (1955)

Surgiu da iniciativa do Dr. Januário Cicco, em 1950. No início, as dificuldades impediram o seu adequado funcionamento. Após ter modificado o projeto inicial, o Presidente da Sociedade de Assistência Hospitalar, Dr. Onofre Lopes, conseguiu autorização do Ministério da Educação para colocar em funcionamento a referida Escola, mediante a Portaria ministerial Nº 381, de 17 de dezembro de 1955.

A FACULDADE DE FILOSOFIA (1955)

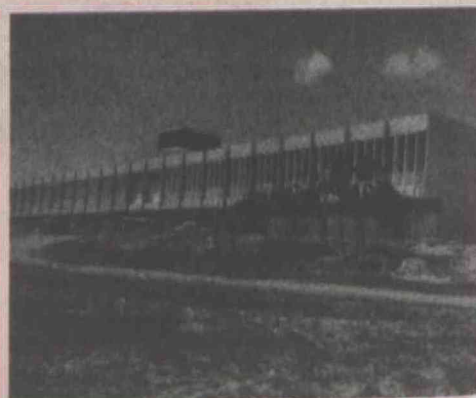
A necessidade de preparar docentes para o magistério norte-rio-grandense, bem como elevar a qualidade do ensino básico do Estado, determinaram a criação desta Faculdade, fruto da iniciativa da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, em 12 de março de 1955. Entre seus idealizadores, não se pode omitir os nomes dos professores Severino Bezerra de Melo, que, na época, era Secretário de Educação do Estado, Luís da Câmara Cascudo, Edgar Barbosa, Joaquim de Farias Coutinho, Esmeraldo Siqueira, Hélio Galvão e outros.

Após ter sido reconhecida pelo Decreto Federal Nº 40.573, de 18 de dezembro de 1956, foi instalada solenemente ainda naquele ano. Até 1958, esta Faculdade funcionou no prédio do Grupo Escolar "Antônio de Souza", hoje ocupado pela Fundação José Augusto, na rua Jundiá, no bairro do Tirol. Os cursos ali ministrados eram de História, Geografia, Antropologia e Línguas Neolatinas, isto é, Espanhol, Francês e Italiano.

Depois de ter passado grandes crises financeiras, este estabelecimento de ensino superior foi incorporado à Faculdade de Educação e Institutos de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN, mediante o Decreto Federal Nº 62.380, de 11 de março de 1968.

A ESCOLA DE ENGENHARIA (1957)

O crescimento de Natal no pós Guerra, assim como os planos rodoviários do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), motivaram os engenheiros de Natal a pensar numa faculdade de Engenharia destinada a formar mão-de-obra qualificada para enfrentar o desafio do desenvolvimento regional. Esta foi uma iniciativa do Clube de Engenharia do Rio Grande do Norte, reorganizado desde 1949. Atendendo à solicitação desta entidade de classe, o Governador, Dinarte Mariz criou a Escola de Engenharia através da Lei Nº 2.045, de 11 de setembro de 1957. Em dezembro de 1959, ocorreu a sua solene instalação no auditório da Maternidade Januário Cicco e começou a funcionar num prédio da Av. Junqueira Aires, sob a direção do Professor Fernando Cysneiros.



FACULDADE DE ENGENHARIA, NO CAMPOS UNIVERSITÁRIO

A FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E ATUARIAIS (1957)

A Sociedade Norte-rio-grandense de Ensino, presidida pelo Prof. Ulisses Celestino de Góis, de há muito que vinha formando Contadores pela Escola de Comércio de Natal, fundada em 1919.

Na segunda metade da década de 50, o Brasil vivia com entusiasmo a ideologia desenvolvimentista do governo Kubitschek. Foi neste contexto histórico que o Prof. Ulisses Celestino de Góis teve a idéia de fundar a referida Faculdade destinada à formação de profissionais de nível superior, capazes de enfrentar os desafios do desenvolvimento nacional e regional, que exige homens capacitados para administrar numerosas empresas. Foi para atender a esta nova realidade econômica que surgiu a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, em 30 de setembro de 1957, sendo o prof. Hélio Galvão o seu primeiro diretor. A instalação deste estabelecimento de ensino superior ocorreu em maio de 1962, no prédio da sociedade mantenedora, sito à rua Junqueira Aires. Depois, transferiu-se para um prédio da Arquidiocese de Natal, situado à rua Apodi, esquina com a Av. Prudente de Moraes.

A UNIVERSIDADE DO RN (1958) E A SUA FEDERALIZAÇÃO (1960)



DR. ONOFRE LOPES, 1º REITOR DA UFRN

O idealismo das elites profissionais de Natal, criando faculdades e escolas de ensino superior nos diversos ramos da ciência e da cultura, necessitava de um suporte financeiro capaz de assegurar a continuidade destas iniciativas. Sem isto, todos estes empreendimentos, nascidos do idealismo e da força de vontade de cada grupo, estariam fadados a perecer, pois, o patrimônio de que dispunha cada estabelecimento de ensino não gerava receita suficiente para cobrir todas as despesas. Então, compreendendo o alcance histórico destas iniciativas e sensível aos apelos que lhe eram dirigidos, o Governador Dinarte de Medeiros Mariz criou a Universidade do Rio Grande do Norte através da Lei Nº 2.307, de 25 de junho de 1958. O primeiro Reitor, escolhido mediante uma lista tríplice, foi o médico ONOFRE LOPES DA SILVA, que dedicou mais de doze anos de sua vida à Universidade.

Através de um esforço enorme, apelando para todas as lideranças políticas e empresariais do Rio Grande do Norte, o Dr. Onofre Lopes conseguia a FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE, através da Lei Nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, assinada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Desta maneira, a iniciativa das elites locais foi assumida pelo Governo Federal, como aconteceu em vários outros Estados. Sem dúvida, a federalização foi um passo decisivo para a consolidação da instituição universitária no Rio Grande do Norte.

Órgãos Suplementares

SEPA - Serviço de Psicologia Aplicada, idealizado pelo Dr. Francisco Quinho Chaves Filho, destinado ao treinamento dos alunos do Curso de Pedagogia da então Faculdade de Filosofia. Em 1967, o SEPA foi incorporado à administração da UFRN e, em 1968, transformou-se em órgão suplementar.

CRUTAC-Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

Ao criá-lo, o Reitor Onofre Lopes tencionava levar ao interior potiguar os benefícios que a UFRN poderia oferecer em várias áreas, e, ao mesmo tempo, proporcionar aos alunos um campo de treinamento profissional, antes de concluírem os seus respectivos cursos.

O sucesso do CRUTAC foi tão grande que o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, transformou-o em programa prioritário. Para implantar esta experiência em outros Estados da Federação, o Ministério da Educação criou a Comissão Incentivadora do Crutac, chamada CINCRUTAC, cujo primeiro presidente foi o Dr. Onofre Lopes.

Incorporações de Entidades Educacionais

Por causa das suas dificuldades financeiras, foram incorporados à UFRN a Escola de Música (1962) e o Colégio Agrícola de Jundiá (1967).

Assistência aos Estudantes

Durante a administração do Reitor Onofre Lopes, foram concedidas numerosas bolsas de estudo aos universitários, mediante a prestação de serviço, bolsas de residência e de alimentação. Além disso, foi concedida igualmente aos estudantes universitários assistência médica e social.

MUDANÇA NA POLÍTICA EDUCACIONAL

A crise política do início dos anos 60 foi benéfica para o sistema educacional brasileiro. No governo do Presidente João Goulart, travou-se no Brasil um grande debate em torno da eficiência ou não das nossas instituições. Todas as políticas públicas foram questionadas e, conseqüentemente, o clamor por reformas era generalizado. Contestadores e conservadores foram obrigados a pensar nas melhores soluções para resolver os problemas do país. Naquele contexto histórico, ficou sobejamente comprovado que, sociologicamente, o desenvolvimento nasce da crise de valores que norteiam a vida de uma comunidade. Com a tomada do poder pelos militares, em março de 1964, as mudanças que vieram, foram realizadas dentro dos padrões capitalistas-desenvolvimentistas de então.

Para o país retomar o ritmo de desenvolvimento, era preciso adotar outro modelo econômico. Este seguiu basicamente a seguinte estratégia: reorientou o processo de concentração da riqueza e de renda, mediante a produção de bens de consumo. Isto implicava em dar prioridade ao setor moderno da indústria, em detrimento do setor tradicional. Esta opção compreendeu inevitavelmente a adoção de tecnologia intensiva de capital exigida pelas grandes empresas nacionais e, sobretudo, estrangeiras. Outra linha básica de ação foi a criação de subsídios para incrementar a exportação de produtos industriais, uma vez que a tecnologia avançada realiza uma produtividade superior à demanda do mercado interno. Outro aspecto econômico de grande evidência, neste modelo econômico, foi o combate à inflação mediante a redução dos meios de pagamento, a contenção dos gastos públicos e a política de arrocho salarial.

Como observou o economista Celso Furtado, a vigência deste modelo compreendeu duas fases: a primeira começou em 1964, e caracterizou-se pela preocupação do governo em acumular recursos financeiros. Foi a fase de "recuperação econômica"; a segunda fase, iniciada em 1967/68, configurou-se como período de expansão, sobretudo, do setor industrial. (Furtado, Celso - 1972:32-40).

A execução deste modelo acarretou sérias conseqüências para o sistema educacional do país. Verdade é que, na fase de recuperação econômica (1964), já se fazia sentir uma acelerada demanda educacional, sobretudo, no ensino superior. Este fato era resultante, por um lado, do emprego de tecnologia poupadora de mão-de-obra no setor industrial que eliminava, por um lado, o trabalhador desqualificado, mas por outro lado, abria amplas oportunidades para o trabalhador mais qualificado. Além disso, a concentração de renda levou à falência numerosas pequenas empresas. Nesta conjuntura, as camadas sociais médias foram obrigadas a procurar outros mecanismos para ascender socialmente. E o mecanismo mais procurado foi, sem dúvida, a educação superior.



ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL, HOJE CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL

Na primeira fase do modelo econômico, o atendimento da demanda educacional efetuou-se de maneira precária. Como observou a historiadora Romanelli, o crescimento percentual de candidatos ao vestibular, no período 1964-68, cresceu 120%, enquanto que a oferta de vagas nas Universidades atingira, apenas, 52% no mesmo período. (Romanelli, Otaíza de Oliveira - 1978:207). O governo estava mais preocupado em recuperar a economia, e a contenção de gastos públicos era um dos componentes de sua estratégia econômica.

A consequência do desequilíbrio entre a demanda e a oferta educacional foi o protesto estudantil, ocorrido em todos os grandes centros urbanos do Brasil, em 1968. Enquanto isso, o modelo de desenvolvimento entrava na sua fase de expansão industrial. A penetração cada vez maior das multinacionais neste setor exigia a presença de uma mão-de-obra altamente qualificada. Conjugou-se, desta maneira, naquela fase de 1967/68, uma demanda educacional, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, à qual o sistema educacional vigente não tinha condições de acender.

ACORDO MEC/USAID

Para superar o impasse, o Governo Federal resolveu reformular a política educacional mediante acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a USAID.

Como se não tivéssemos nenhuma experiência universitária, transplantou-se para o Brasil o modelo universitário dos Estados Unidos, cuja característica fundamental é a educação voltada para a empresa. Além disso, a introdução do sistema de créditos que substituiu o sistema de série, cortou pela raiz a solidariedade estudantil, pois, num semestre o aluno pagava créditos com determinados colegas, porém, no outro semestre, a sua convivência já era feita com colegas diferentes, desconhecidos. Sociologicamente, este mecanismo quebrou, em grande parte, a força do movimento estudantil.

Foi a partir deste momento que a educação brasileira incorporou-se ao planejamento global do país. Comprova esta afirmação a concepção econômica da educação consignada no plano decenal de 1967/76: "A educação brasileira precisa... levar à consolidação a estrutura do capital humano no país para acelerar o processo de desenvolvimento econômico". (Ministério do Planejamento - Plano Decenal- 1967:15).

A partir deste plano, a educação é vista como um investimento na qualificação dos recursos humanos do país. Portanto, a educação deixou de ser vista como um bem de consumo, componente de status social, para ser considerada como peça indispensável ao desenvolvimento do país. Esta nova ideologia educacional, trazida pelos norte-americanos, impregnou todo o sistema educacional brasileiro nos anos 70. A criação do MOBRL, o caráter profissionalizante do 2º Grau, o ensino supletivo e a reforma universitária, tudo isto foi reordenado e criado sob o impulso desta nova concepção da educação como fator de desenvolvimento.

PRIORIDADE PARA UNIVERSIDADE

A nova política educacional brasileira, implantada durante o regime militar, deu prioridade ao ensino superior, até porque é neste nível do sistema educacional, onde se forma a mão-de-obra qualificada exigida pelo novo modelo econômico.

Verdade é que, para o período 1972/74, foi elaborado o Plano Setorial que, entre outros objetivos, visava à expansão da oferta de vagas nas universidades, particularmente, nos setores de saúde, educação e tecnologia. No Plano Quinquenal para o período de 1975/79, o governo federal continuou dando prioridade ao ensino superior, desta vez se comprometendo a implantar os campus universitários naqueles Estados onde as instalações universitárias eram precárias. A partir de então, o governo federal começou a construir o campi universitário de Alagoas, Sergipe, João Pessoa, Natal e outras cidades do Nordeste e do Norte do país.

Mas, o governo federal não ficou apenas na construção de prédios, o que já representava um grande investimento. Foi mais além. Em 1975, foi aprovado o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), elaborado pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação e incorporado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O instrumento operacional para executar o Plano Nacional de Pós-Graduação foi o PICD, isto é, Programa Institucional de Capacitação de Docentes, cujo objetivo geral era "qualificar docentes ou futuros docentes das instituições de ensino superior através da formação acadêmica, a nível de Mestrado e Doutorado". (Souza, Itamar de - 1984:60).



DR. ONOFRE LOPES

O "Boom" Universitário

Para se ter uma idéia deste "Boom" (crescimento) universitário, é preciso saber que, em 1960, o Brasil possuía apenas 93 mil alunos matriculados no ensino superior; em 1967, esta cifra se elevava para 213 mil; em 1971, registrou-se uma matrícula de 602 mil e, em 1976, o Brasil possuía 1 milhão de estudantes universitários. (Sousa, Edson Machado de - 1980:130-131). Por conseguinte, em menos de dez anos, o Brasil aumentou dez vezes o seu contingente de estudantes universitários.

Este "boom" universitário repercutiu igualmente no Rio Grande do Norte. Ampliou-se a oferta de vagas nos diversos cursos superiores da UFRN e foram implantados campi avançados em Caicó, Macau, Nova Cruz, Santa Cruz e Currais Novos. A corrida para universidade tornou-se a coqueluche da juventude, que via na conquista de um diploma universitário uma garantia de bons empregos. Somente a partir deste contexto é que se pode compreender melhor as administrações dos reitores Genário Fonseca e Domingos Gomes de Lima.

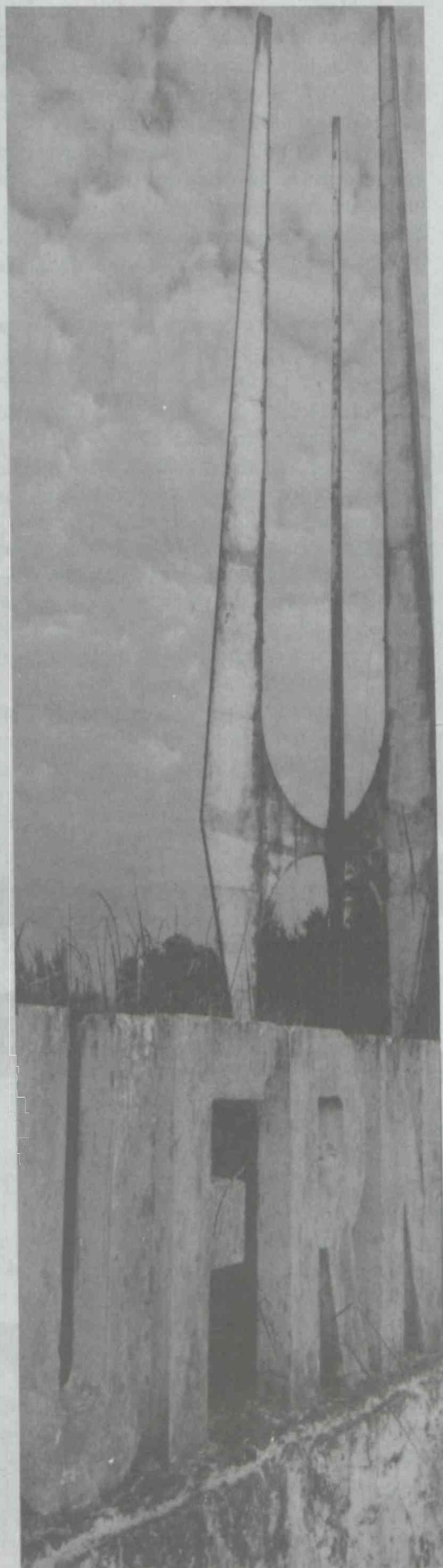
A Administração Genário Alves Fonseca (1971/75)

Para que a UFRN funcionasse de acordo com os imperativos da nova política educacional foi necessário, de início, implantar um "sistema integrado de planejamento e administração" (Perfil de Uma Universidade, Natal, 1975). Isto acarretou uma série de mudanças administrativas redefinindo funções de determinados órgãos, assim como suscitando o surgimento de novos. Esta modernização institucional teve seu ponto alto na criação das Pró-Reitorias: as Faculdades foram substituídas por cinco Centros; e além disso, em cada Centro, foi organizado um colegiado de cursos. Toda esta reestruturação visava, imprimir à UFRN maior produtividade e racionalidade no seu funcionamento. Para tanto foi mister elaborar um novo Estatuto, o qual foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 05 de dezembro de 1974.

Início da Construção do Campus de Lagoa Nova

Em terreno que pertencia ao Exército, ao lado do quartel do 7º Batalhão de Engenharia e Combate, foi iniciada a construção do Campus Universitário, em 1972. As primeiras unidades edificadas foram o Centro de Esportes, o Restaurante para os estudantes e o setor de Aulas Teóricas. Em 1974, a comunidade universitária das áreas humanística e tecnológica transferiu-se para o Campus. O deslocamento diário de professores, alunos e funcionários para Lagoa Nova imprimiu à cidade uma nova movimentação.

Ainda referente a esta parte física, realizou-se, em 1973, a ampliação do complexo médico-hospitalar, em torno do Hospital Miguel Couto (hoje, Onofre Lopes), cujas obras e equipamentos totalizaram Cr\$ 3.292.361,44 de investimento.



TV Universitária

Em 1972, entrou em funcionamento definitivo a TV-Universitária. Desde essa época que este veículo de comunicação vem projetando filmes educativos, prestando apoio a programas educativos e informando à população sobre o dia-a-dia da Universidade, do país e do mundo, através do seu noticiário.

Criação de novos Cursos de Graduação

No período de 1970/74, foram instalados os seguintes cursos: Arquitetura, Engenharia Elétrica, Química, Educação Física, Enfermagem, Estatística e Jornalismo (este último foi transferido da Fundação José Augusto). Com esta ampliação, a UFRN passou de 13 para 20 cursos.

Implantou-se, neste mesmo período, a licenciatura de Curta Duração destinada à formação de professores do 2º Grau.

Além disso, em 1973, foi instalado o Núcleo Avançado de Caicó, oferecendo disciplinas do Ciclo Básico da Área Humanística.

A Administração Domingos Gomes de Lima (1976/79)

Este foi o quadriênio de maior dinamismo da UFRN. A capacidade de trabalho do Prof. Domingos Gomes de Lima transformou a vida universitária em todos os setores. Comprovam esta afirmação a total implantação do Campus Universitário, o grande número de docentes fazendo cursos de Pós-Graduação no país e no estrangeiro, o intercâmbio cultural com

outras universidades, a expansão da oferta de vagas, e a promoção e assistência aos estudantes. Tudo isto só foi possível ser realizado, graças ao esforço conjugado de eficientes assessores, liderados pelo magnífico Reitor.

Consolidação do Campus Universitário

Com exceção de 21.720 m² de área construída pela administração anterior, o restante das edificações do Campus Universitário foi realizado pelo Reitor Domingos Gomes de Lima. Isto representou, no biênio 76/77, um total de 104.000 m² de área construída destinados às aulas teóricas, à administração e aos laboratórios. (Lima, Domingos Gomes de - 1977:15). Nas edificações realizadas, destacaram-se o belo prédio da Reitoria, a Praça Cívica do Campus e a Capela, cuja arquitetura lembra as casas de fazenda do sertão. Além disso, foi planejado o Campus Biomédico e iniciada a sua edificação. A construção do Campus, concentrando todas as atividades universitárias no mesmo espaço físico, possibilitou uma melhor integração entre professores, estudantes e o quadro administrativo.

Política de Pós-Graduação

A fim de integrar-se ao Programa Nacional de Pós-Graduação, a UFRN programou, para o período de 1976/79, a capacitação - Mestrado e Doutorado - de 50% seu corpo docente. Para coordenar e executar esta política, foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. No biênio 1976/77, foram concedidas aos docentes 340 bolsas de estudo, que representaram um investimento da ordem de Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros).

Além disso, foram criados cinco cursos de Mestrado: Em Educação, Patologia Oral, Odontologia Preventiva e Social, Ciências Sociais e Administração.

Ainda nesta área de pós-graduação foram realizados 28 cursos de Especialização e 10 de Atualização.

Apesar de, no quadriênio anterior, a UFRN já contar com 20 cursos de graduação, apenas oito tinham sido reconhecidos pelo MEC. Em 1977, a UFRN possuía 26 cursos reconhecidos.

Profissionalização do Corpo Docente

Este é um ponto de importância fundamental para a Universidade atingir a sua finalidade, pois, permite a dedicação exclusiva da maior parte dos professores às atividades de ensino e pesquisa. Em 1975, a UFRN possuía apenas 159 professores em regime de tempo integral. Já, em 1977, este montante totalizava 486, ou seja, 50% do total do corpo docente.

Pesquisa Científica e Tecnológica

Neste setor, a UFRN desenvolveu, neste quadriênio, cerca de 46 programas de pesquisas. Para isto firmou convênios com diversas instituições nacionais e estrangeiras, entre as quais se destacaram as seguintes: a UNICAMP - projeto de pesquisa sobre Física do Estado Sólido; a Força Aérea dos Estados Unidos - Projeto de pesquisa sobre a Física da Ionosfera; o Centro Tecnológico da Aeronáutica e Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Projeto para estudo das Águas-Mães.

Para divulgar os resultados das pesquisas realizadas aqui e estabelecer intercâmbio com outras universidades, foi criada a REVISTA CIÊNCIA, cujo primeiro número foi publicado em dezembro de 1978.

Crescimento do Corpo Discente

A consolidação do Campus Universitário, a política de pós-graduação e a criação de novos cursos, tudo isto representou um esforço planejado em função do corpo discente. O alunado cresceu rapidamente neste período, passando de 7.441, em 1975, para 13.000, em 1979. Ocorreu, por conseguinte, um crescimento de 42,76% neste período.

Para facilitar a aquisição de livros pelos estudantes, foi criada a COOPERATIVA CULTURAL, ainda hoje existente e muito atuante.

A fim de facilitar o deslocamento dos estudantes no Campus foi colocado em circulação um Trenzinho, amarelo, totalmente aberto nas laterais, puxado por um trator.

Valorização do Servidor

Neste item, destacaram-se duas iniciativas: 1-A Carteira de Saúde para todos os servidores e estudantes; 2-A Cooperativa Habitacional que, através do INOCOOP, construiu um conjunto habitacional para professores e funcionários, nas proximidades do Campus.

A Biblioteca Central

Além de ser instalada no seu prédio próprio, a Biblioteca Central teve o seu acervo bibliográfico elevado de 50 mil volumes para 150 mil.

Reequipamento da Editora Universitária

A fim de atender à demanda das publicações dos professores e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade da impressão, foram compradas máquinas OFF-SETT, que eram as melhores daquela época.

Os reitores que administraram posteriormente, a UFRN, não realizaram grandes obras, até porque o país enfrentou sérias crises econômicas, com grandes repercussões negativas sobre a educação e a saúde.

Apesar da crise que atravessa, a UFRN está consolidada, cabendo aos atuais dirigentes e integrantes (alunos, professores e funcionários) fazerem um esforço gigantesco para vencer a fúria dos neoliberais no poder.

Elementos Tradicionais da Economia Potiguar

Toda população, em qualquer parte do mundo, precisa desenvolver as formas produtivas do seu ambiente para sobreviver. É deste diálogo inteligente do homem com a natureza que nasce a economia de um país ou de uma região. É claro que as condições de clima e de solo condicionam bastante o desenvolvimento das atividades econômicas de uma população.

Desde o início da nossa colonização, que os elementos tradicionais da nossa economia são estes: sal, açúcar, cera de carnaúba, algodão, mandioca, maniçoba, criação de bovinos, caprinos, ovinos, muares etc... Por limitações estatísticas, abordaremos somente aqueles produtos de maior importância e de maior rentabilidade. Por isso, escolhemos cinco elementos tradicionais da economia potiguar: algodão, açúcar, cera de carnaúba, sal e a pecuária.



PLANTAÇÃO DE ALGODÃO NO VALE DO ASSU/RN

O Algodão

Não obstante ser cultivado desde os primórdios da nossa colonização, o algodão encontrou na Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, a conjuntura favorável que permitiu a sua valorização e conseqüente expansão. Segundo Stein, embora a Inglaterra preferisse, desde meados do século XVIII até a metade do século XIX, o algodão produzido pela Índia, pelo Egito e pelos Estados Unidos, o algodão brasileiro ocupava lugar de destaque nas suas importações. (Stein, Stanley J. - 1979:57).

Com a eclosão da Guerra de Secessão (1860-1865) nos Estados Unidos, a Inglaterra aumentou a demanda do algodão brasileiro provocando aqui o fenômeno de alta demanda chamado "Cotton Hunger" (fome de algodão). Naquela conjuntura, como observou Stein, por três vezes, as exportações brasileiras superaram cem milhões de libras entre 1867 e 1873. (Idem - 1979:57).

A repercussão daquela conjuntura econômica foi altamente positiva para o Rio Grande do Norte. Verdade é que, se em 1851 foram exportadas, pelo porto de Natal, cerca de 13.528 arrobas de algodão, em 1866 registrou-se uma saída de 140.000 arrobas. Salientou o historiador Rocha Pombo que o algodão "tornou-se desde então o elemento econômico mais extenso e de maior importância na província." (Pombo, Rocha-1922: 363). Para aqui vieram capitalistas estrangeiros incentivar a produção e fazer a sua comercialização. A firma John Ulrich Graff & Cia., de suíços e ingleses, instalou-se em Natal, na Rua algodoeira e fazer a sua comercialização. Entre os capitalistas locais, destacou-se Fabrício Gomes Pedroza, cujo empório do Comércio, e mantinha uma filial em Mossoró. Para ali convergia, em lombo de animal, grande parte da produção algodoeira e açucareira do rio ficava no porto de Guarapes. Para ali convergia, em lombo de animal, grande parte da produção algodoeira e açucareira do interior potiguar.

Após o término da guerra de secessão, os Estados Unidos voltaram ao mercado europeu, abastecendo seus antigos compradores com algodão de qualidade superior ao nosso. Este fato reduziu bastante, a partir de 1872, as exportações brasileiras, provocando uma enorme crise em todo o país. Se, em 1873-74, o Brasil exportava 56.228 toneladas métricas de algodão bruto, dez anos depois, isto é, em 1884, a nossa exportação deste produto caíra para 24.305 toneladas métricas. (Stein, Stanley J. - 1979:198). Esta crise repercutiu igualmente no Rio Grande do Norte, provocando o fechamento, em Guarapes, da firma comercial de Fabrício Gomes Pedroza. O Governo do Estado, que auferia do algodão exportado a maior parte dos recursos financeiros para manter a burocracia estatal, foi obrigado a contrair empréstimos no Banco do Brasil para cobrir seus déficits orçamentários. O primeiro, de 100:000\$000, foi realizado em 1871, e o segundo, de 60:000\$000, em dezembro de 1876. (Casado, Luís da Câmara - 1955: 383).



CASA DE FARINHA

Ao mesmo tempo que a conjuntura internacional era desfavorável às exportações brasileiras, as nossas fábricas de tecido aumentaram a demanda do algodão nacional em proporção muito superior à sua capacidade produtiva. Assim, como observou Stein, enquanto as fábricas do Sul aumentavam o consumo de algodão nacional em mais de 300% entre 1872-1893, a produção de algodão em rama cresceu apenas 61% no mesmo período. (Stein, Stanley J. - 1979:61). Para se ter uma idéia do parque nacional da indústria têxtil, é suficiente lembrar que, em 1885, havia no Brasil 48 indústrias e, em 1905, já eram 110. (Idem - 1979:191). No Rio Grande do Norte havia apenas a fábrica de Juvino Barreto, inaugurada em 1888, no bairro da Ribeira.

Diante da demanda do mercado nacional, os agricultores do Nordeste foram dedicando maior espaço à cotonicultura. Esta foi também a alternativa encontrada, por eles, para recuperar os prejuízos causados aos seus rebanhos de gado pelas secas, principalmente, a de 1877-79, de triste memória.

Do final do século XIX até 1928, o Brasil passou por uma série de mudanças políticas, sociais e econômicas que permitiu um elevado crescimento da sua cotonicultura. A consolidação do regime republicano; a imigração de milhares de trabalhadores estrangeiros para substituir o braço escravo nos cafezais do Centro-Sul; a transferência de capitais da cafeicultura para a indústria; o acelerado crescimento demográfico de São Paulo e do Rio de Janeiro, tudo isto possibilitou o crescimento da indústria têxtil durante quase três décadas. O número de fábricas instaladas no Brasil passou de 110, em 1905, para 242, em 1921. No mesmo período, aumentou o número de fusos de 34.928 para 1.521.300. E o número de trabalhadores cresceu de 39.159 para 108.690, em 1921. (Stein, Stanley J. - 1979:110).

Além dos fatores internos a que nos referimos anteriormente, a I Guerra Mundial (1914-1918) foi o fator externo que contribuiu significativamente para o desenvolvimento do setor têxtil nacional. A dificuldade de intercâmbio comercial com os países beligerantes criou as condições necessárias à superação de uma pequena recessão iniciada em 1913 e que se prolongou até 1915. Ao término daquela conflagração, a nossa indústria "fornecia de 75 a 85% dos tecidos de algodão consumidos no país. Em 1920, ao contrário do que ocorria em outros países latino-americanos, os tecidos importados de consumo corrente já haviam sido praticamente excluídos do mercado brasileiro, e "só os produtos de melhor qualidade" podiam competir com tecidos de fabricação nacional." (Stein, Stanley J. - 1979:109). Esta euforia prolongar-se-á até 1926-27, quando surgiram no cenário econômico nacional os primeiros sinais da Grande Depressão de 29, caracterizada pelo declínio dos preços em decorrência da superprodução.

No Rio Grande do Norte, a produção algodoeira do século XX refletiu todos os momentos de favorabilidade ou não das conjunturas. Por isso, confiantes na crescente demanda do produto e na consequente elevação dos preços, os grandes e pequenos proprietários rurais do Seridó, Oeste e Trairi encheram suas terras com a lucrativa malvácea. Por causa do seu alto valor monetário, o algodão passou a ser chamado de "ouro branco". Um município seridense recebeu esta denominação, em 1918, para homenagear a planta tão valorosa. Enquanto em 1896, o Tesouro do Estado arrecadara 72:413\$010 de impostos sobre a exportação de algodão, em 1905 a arrecadação deste imposto atingira 106:906\$010. (Lyra, Augusto Tavares de - 1906:27).

Com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), no Governo de Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto Nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, os produtores de algodão do Nordeste ganharam um forte apoio para desenvolver suas atividades produtivas no semi-árido. Quase ao mesmo tempo,

começaram a surgir no Rio Grande do Norte as primeiras medidas de uma política agrícola com vistas à expansão da cotonicultura, bem como o seu escoamento.

A fim de incentivar o plantio de algodão, o Governador Alberto Maranhão, aos 10 de setembro de 1910, assinou um contrato com o Sr. Ernst Ludwig Voss, de Rostock, (Alemanha). A cláusula primeira do referido contrato dizia o seguinte: "O Governo do Estado concede ao contratante mil e oitenta quilômetros quadrados, trinta quilômetros de frente e trinta e seis de fundo, de terras devolutas estaduais, nas regiões denominadas - Baixa Verde e Serra Verde - por aforamento perpétuo, à razão de mil réis por quilômetro quadrado, pagos a contar da data de aprovação da planta do terreno, pelo Governo do Estado, para o plantio de algodão, de mandioca, e outros vegetais, em larga escala, e estabelecimento de colônias agrícolas, e o direito exclusivo de construção, uso e gozo de qualquer via de comunicação, nas terras aforadas" (A República - 17 de setembro de 1910), p. 2 (parte oficial). Este contrato foi aprovado pela Lei Nº 294, de 1º de dezembro de 1910. Dois anos depois, exatamente no dia 9 de setembro de 1912, o mesmo Governador resolveu declarar caduco o referido contrato por não ter sido cumprido o estabelecido na cláusula IX.

O Governador Ferreira Chaves (1914-1919), mais prático do que o seu antecessor, construiu a estrada de automóveis do Seridó, destinada a facilitar o escoamento da produção algodoeira. Começando em Macaíba, ela se prolongou até a cidade de Acari. Em julho de 1915, foi inaugurado o primeiro trecho, e em 1919, esta estrada chegara à cidade de Santa Cruz.

Além disso, ele baixou a Lei Nº 428, de 3 de dezembro de 1917, concedendo "a qualquer empresa ou particular que dentro de dez anos se propuser a fundar em qualquer município do Estado uma fábrica de fiação, tecelagem, tinturaria, estampanaria e cordoaria, a isenção por cinquenta anos dos impostos estaduais de incorporação para o material necessário à sua montagem e conservação". (Estado do Rio Grande do Norte - Atos Legislativos e Decretos do Governo, Natal, Tipografia d'A República, 1918, p.26). No ano seguinte, através da Lei 431, de 27 de novembro de 1918, o Governador Ferreira Chaves abriu um crédito extraordinário de 20:000\$000 (vinte contos de réis) para auxiliar o serviço de combate à lagarta, que devorava os algodões. (Idem - 1919:03).

Durante o governo do Dr. Antônio José de Melo e Souza, foram proporcionados novos incentivos à cotonicultura, objetivando a melhoria de sua qualidade e a sua comercialização. Neste sentido, o primeiro passo foi dado pela Lei Nº 506, de 28 de novembro de 1921, que autorizou o Governador do Estado a abrir o necessário crédito para adquirir sementes selecionadas do algodão mocó e distribuí-las com os pequenos, e a estabelecer multas de 100\$ a 1:000\$000 contra quem misturasse o algodão mocó com outras variedades de qualidade inferior na hora da comercialização.

Referindo-se à importância do algodão para a economia potiguar, o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, cujo governo decorreu no período de 1924 a 1927, afirmou que ele "é o principal ramo de produção do Rio Grande do Norte. A nossa economia pública e privada baseia-se principalmente no algodão". Por isso, acrescentou o ilustre governante: "Cumprir defender a todo custo o nosso algodão, estabelecendo uma estação experimental em que se faça a seleção das sementes e a fixação do seu verdadeiro tipo". (Medeiros, José Augusto Bezerra de - 1924:52).

Em consonância com o Decreto Federal Nº 16.122, de 11 de agosto de 1923, o Governador José Augusto criou o Serviço do Algodão no Rio Grande do Norte através do Decreto Nº 228, de 18 de março de 1924. A finalidade deste órgão do Governo Estadual era executar serviços concernentes à produção, ao beneficiamento e à comercialização do algodão no Estado do Rio Grande do Norte. Uma das medidas práticas decorrente desse Decreto foi a criação da Estação Experimental de Acari, administrada pela União e depois transferida para Cruzeta.

Em dezembro de 1926, o Governador José Augusto firmou um acordo com o Governo Federal objetivando novos apoios à cotonicultura. Conforme a cláusula segunda do referido acordo, o Governo da União assumiu os seguintes encargos com o Rio Grande do Norte:

- a) Instalação e custeio de, pelo menos, três fazendas de algodão;
- b) O serviço de combate à lagarta rosada;
- c) A fiscalização dos descaroçadores, usinas e prensas de algodão;
- d) Repressão às fazendas na comercialização do algodão;
- e) A organização da Estatística da produção, comércio e indústria algodoeira do Estado. (Medeiros, José Augusto Bezerra de - 1927:39-42).

Estas fazendas de sementes foram instaladas no Estado do Rio Grande do Norte, em Macaíba, demonstração agrícola de Jundiá e em Sacramento, visando a melhorar a qualidade do produto. Além disso, começou a funcionar o serviço de classificação do algodão para aperfeiçoar a sua comercialização. Esta intervenção do Estado na produção, criando uma superestrutura burocrática em apoio à cotonicultura foi, sem dúvida, muito benéfica aos produtores.

O Governo do Dr. Juvenal Lamartine (1928-1930) deu continuidade a esta política de apoio à cotonicultura, além de criar outros incentivos. Assim, através do Decreto Nº 457, de 10 de janeiro de 1930, ele reduziu de 8 para 6, e 1% respectivamente, o imposto de exportação consignado na lei orçamentária vigente naquele ano sobre farelo de caroço de algodão e óleo.

Para se ter uma idéia sobre a importância do algodão para a economia do Rio Grande do Norte, apresentamos os dados a seguir, sobre o algodão exportado pelo Estado desde 1896 até 1929.

Algodão Exportado pelo Rio Grande do Norte

Anos	Quantidade em Quilos	Valor Oficial em Contos de Réis
1896	1.609.178	1.206:883\$500
1897	2.657.314	2.058:921\$986
1898	1.459.615	988:736\$431
1899	2.247.092	1.565:428\$120
1900	1.787.192	1.420:679\$291
1901	1.557.374	1.090:161\$887
1902	2.291.135	1.882:908\$500
1903	3.167.359	2.131:652\$093
1904	784.387	568:509\$575
1905	2.161.880	1.214:841\$030
1907	5.024.716	3.735:409\$107
1908	3.628.632	2.556:337\$769
1909	6.898.841	5.526:165\$493
1910	10.866.114	8.502:690\$605
1911	14.197.682	10.367:980\$112
1912	12.226.807	8.477:872\$829
1913	9.711.107	7.747:100\$762
1914	5.381.266	3.286:404\$665
1915	5.460.624	4.318:663\$900
1916	4.350.489	8.220:716\$610
1917	8.674.848	20.131:260\$897
1918	9.137.714	29.897:298\$100
1919	5.367.093	13.760:979\$648
1920	5.283.017	12.309:067\$950
1921	10.568.805	17.026:504\$964
1922	12.367.811	31.584:672\$229
1923	9.434.373	49.631:372\$591
1924	6.890.450	32.637:572\$444
1925	9.924.815	32.143:827\$379
1926	11.246.561	23.514:414\$026
1927	12.664.265	56.422:466\$430
1928	9.685.671	32.413:803\$502
1929	16.120.997	44.085:930\$304

Fonte: Souza, Itamar de - 1989:54.

Analiseemos, agora, alguns aspectos destes dados estatísticos. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para a queda das exportações de algodão em 1904, consequência da grande seca ocorrida naquele ano. A seca de 1915 repercutiu negativamente nas exportações de 1916, e a seca de 1919 reduziu praticamente à metade a exportação deste produto.

Em 1924, aconteceu o inverso: a queda da exportação resultou do excesso de chuvas caídas naquele ano.

Chamamos a atenção do leitor para 1910, 1911 e 12 que foram anos de grandes exportações, assim como 1921, 1922, 1926 e 1927 e, finalmente, 1929.

Todavia, é importante lembrar que nem tudo apresenta um ritmo ascensional. Como observou o Governador José Augusto, "passados os dias de 1921 a 1923, de preços crescentemente mais altos, entraram a declinar, chegando às baixas cotações do momento atual, situação que certamente tende a agravar-se de dia para dia, em face, entre outros fatores ponderáveis, da alta do câmbio, cujas repercussões na vida industrial, sobretudo na indústria de tecidos, vão-se fazendo sentir de maneira a mais desorganizadora e funesta." (Medeiros, José Augusto Bezerra de - 1925:44)

No que diz respeito ao valor oficial do algodão exportado, chamamos a atenção para alguns casos de altas e baixas de preços. Em 1923, o Estado exportou menos do que em 1922 e, no entanto, ganhou muito mais divisas devido à alta dos preços do algodão. Enquanto isso, a exportação de 1926 foi quase o dobro da exportação de 1924 e, no entanto, o valor do algodão vendido foi bastante inferior.

Nos anos de 1927 e 29, os preços voltaram a subir assim como o volume exportado. Eufórico com esta recuperação, o Dr. Juvenal Lamartine a atribuiu aos trabalhos de seleção de sementes e de experimentação iniciados no governo do seu antecessor. Ao término de 1930, ele lembrava ao Congresso Legislativo (hoje, Assembleia Legislativa) que, com exceção da Paraíba, "nenhum outro Estado brasileiro nos sobrepujou, nesse terreno, sendo de notar que, não só per capita, como em relação à área, o primeiro lugar, em volume de produção, ainda cabe ao Rio Grande do Norte." (Faria, Juvenal Lamartine de - 1930:9-10). Com a depressão de 1929, que abalou todo o sistema capitalista, o quadro da cotonicultura do Rio Grande do Norte passou a ser outro.



PÉ DE ALGODÃO

Embora a crise do sistema capitalista mundial, chamada de - A Grande Depressão de 29 - tenha refletido negativamente sobre a cafeicultura do Brasil, o mesmo não aconteceu com o algodão. Em parte, foi benéfica. Os Estados Unidos, com superprodução de várias matérias-primas, entre elas o algodão, reduziu a sua produção e, ao mesmo tempo, manteve em níveis elevados os preços do algodão. Esta política "propiciou uma elevação da rentabilidade do algodão em diversos países", inclusive o Brasil. (Silva, Marconi Gomes da - 1986:48).

À medida que os preços do café iam declinando no mercado internacional, por causa da superprodução, os cafeicultores do Estado de São Paulo foram substituindo os cafezais pelo plantio de algodão. Com o apoio de uma infra-estrutura adequada a esta atividade econômica, e adotando modernas tecnologias, a produção de algodão, em São Paulo, "passou de 10 milhões de quilos em 1930, para 300 milhões", na safra de 1942. (A República - 04 de abril de 1943).

Entretanto, esta expansão não prejudicou a produção nordestina de algodão, porque o paulista era de fibra curta. A excelente qualidade do nosso algodão, chamado de - fibra longa - tinha mercado certo no Brasil e no exterior, porque era empregado na fabricação de tecidos finos. A parte da produção nordestina que não era consumida no mercado nacional, era exportada com grandes vantagens monetárias. Marconi Gomes da Silva calcula que, na década de 30, "35% da produção nordestina foram exportados para o exterior". (1986:73).

O ALGODÃO POTIGUAR NAS DÉCADAS DE 30 E 40

A produção algodoeira do Rio Grande do Norte, com exceção do curto período de 1930 a 32, continuou a expansão registrada ao longo da década de 20. A "Depressão de 29" repercutiu negativamente no território potiguar, nos anos 30 e 31. Em 1932, a seca prejudicou terrivelmente a nossa produção. Mas, no ano seguinte (1933), a recuperação foi estupenda e prolongou-se até o final da década de 30. O Rio Grande do Norte ajudou a matar a "fome de algodão" do mercado mundial, principalmente, da Inglaterra, nosso grande comprador, que usava o nosso produto para fabricar tecidos finos. (Silva, Marconi Gomes da - 1986:83).

Para se ter uma idéia desta expansão da produção algodoeira nordestino-grandense na década de 30, vemos alguns dados a seguir.

Safras Algodoeiras do Rio Grande do Norte

Anos	Área Cultivada em Hectare	Produção de Algodão em Caroço (Tonelada)	Produção de Algodão em Pluma (Tonelada)	Rendimento Médio, Por Hectare de Alg. Caroço (Quilos)	Rendimento Médio Por Hectare Alg. Pluma (Quilos)
1930-31	56.604	38.583	11.575	682	204
1931-32	80.835	49.953	14.986	618	185
1932-33	55.000	17.713	4.314	322	97
1933-34	100.000	59.423	17.827	594	179
1934-35	140.145	96.840	29.052	691	207
1935-36	150.000	101.920	30.570	679	204

Fonte: A República - 07 de julho de 1937, p.5

Em 1940, a produção de algodão, em pluma, do Rio Grande do Norte foi de 30.250.000 quilos, superior à de Pernambuco, 20.000.000; Ceará - 25.142.000; e a Paraíba - 25.000.000. (A República - 22 de agosto de 1941). Segundo o Dr. Artur Torres Filho, Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, em 1940, o algodão exportado pelo Rio Grande do Norte representou 55,67% do total das suas exportações. (A Ordem - 28 de agosto de 1940).

AS MULTINACIONAIS

A pesar dos protestos dos industriais brasileiros, foi na década de 30 que entraram, no Brasil, as multinacionais do algodão: a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro); a ANDERSON CLAYTON; a LOUIS DRAYFUS; a MACHINE COTTON e a COOK. Estas empresas instalaram-se no Rio Grande do Norte e em outros Estados do Nordeste. Além de fornecer sementes selecionadas aos agricultores, elas financiavam os atravessadores para que eles comprassem a safra de algodão aos produtores. A entrada destas usinas modernas revolucionou a indústria algodoeira, levando à ruína os equipamentos tradicionais utilizados no beneficiamento do algodão.

Como observou a economista Maria do Livramento Miranda Clementino, “até a década de 1950, não era generalizado entre os beneficiadores de algodão, no Rio Grande, o tratamento ao caroço do algodão, ou seja, nem sempre estavam atreladas em uma mesma unidade produtiva a usina de beneficiamento e a fábrica de óleo de algodão. Até então, também era comum que o gado comesse caroço de algodão “in natura”. Somente depois que as usinas completas chegaram ao interior é que o uso da torta foi difundido para alimentação animal, evidenciando-se que estava definitivamente encerrada a presença dos pequenos descaroçadores nas fazendas.” (1987:139).

Durante as décadas de 50 e 60, as usinas de algodão se espalharam pelo interior do Rio Grande do Norte. Segundo Maria do Livramento M. Clementino, “na safra 1959/60, das 39 Usinas em funcionamento no Rio Grande do Norte, 10 pertenciam às empresas multinacionais que controlavam 34,2% da produção de algodão em pluma. A outra fatia do mercado local estava nas mãos de três grupos locais (Nóbrega & Dantas, Alfredo Fernandes e Tertuliano Fernandes) que, juntos, controlavam 15 usinas e 47,7% da produção de fibras de algodão.” (1987:144).

A crise da nossa cotonicultura começou no final dos anos 50, quando a indústria têxtil do Primeiro Mundo começou a usar fibras sintéticas na fabricação dos tecidos. Mas, internamente, o que arruinou completamente o nossa cotonicultura foi o surgimento da terrível praga do Bicudo em 1984. Sem poder produzir o algodão, milhares de agricultores foram jogados no desemprego. Calcula-se que, só no Rio Grande do Norte, a praga do Bicudo desempregou cerca de 500 mil pessoas. Apesar das tentativas já feitas pelos nossos técnicos, o renascimento da cotonicultura nordestina vai demorar muito tempo. O Bicudo é a AIDS do algodão. Somente um coquetel de muita vontade política, misturado com tecnologia específica, poderá erradicá-lo dos nossos campos. Vamos aguardar!

A INDÚSTRIA DO AÇÚCAR

O Brasil-Colônia incorporou-se ao mercado europeu num momento histórico em que o capitalismo mercantilista buscava novas áreas de expansão. A idéia de poder, que caracterizou o mercantilismo na sua evolução, estava ligada à posse de grande quantidade de metais preciosos. A busca destes metais constituiu o objetivo fundamental dos mercadores europeus no Novo Mundo.

Diferentemente do que aconteceu nas colônias espanholas da América Central e do Sul, no Brasil não foram encontradas imediatamente, na faixa litorânea do seu território, as jazidas tão almejadas. Somente no século XVIII é que elas vão ser encontradas em Minas Gerais. A falta de minérios determinou a criação de uma vasta empresa agrícola, cuja produção se destinaria ao abastecimento do mercado europeu, e através desta empresa ficava assegurada a posse efetiva das terras brasileiras. Para desenvolver a cultura da cana-de-açúcar, o governo português reuniu a sua capacidade técnica, já comprovada na ilha da Madeira, o capital holandês e, de início, a mão-de-obra indígena e, logo depois, a africana. Além disso, contou com excelentes condições ecológicas no Nordeste do Brasil.



CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR

A conjuntura internacional, que permitiu a formação do ciclo do açúcar no Brasil, caracterizou-se pela expansão demográfica da Europa Ocidental após a Guerra dos Cem Anos (1340 - 1453), assim como pela concomitante Revolução Comercial. Esta resultou na elevação das rendas e na conseqüente ampliação do consumo de vastos setores da população europeia. (Buescu, Mircea - 1974:37). Além disso, foi durante o século XVI que o açúcar deixou de ser um produto raro, tido como medicinal, para se tornar um produto de consumo generalizado na Europa. Lembra Roberto C. Simonsen que, "na Idade Média, o açúcar era um artigo caríssimo, escolhido para presentes régios e como tal figurava nos próprios inventários monárquicos". (6ª, 1969: 95).

Do ponto de vista interno, só restava encontrar a região adequada. Apesar de Martim Afonso de Souza ter introduzido a cana-de-açúcar na capitania de São Vicente (São Paulo) em 1531, foi no litoral nordestino, inicialmente em Pernambuco, onde os colonizadores encontraram as melhores condições para o seu cultivo. Segundo Paul Singer, "explica-se o fato não somente pelas condições ecológicas favoráveis à cultura em Pernambuco - clima quente com uma estação seca e outra chuvosa e solo argiloso de massapê - mas, sobretudo porque a distância ao mercado europeu é muito menor do que a que separava as capitânicas do Sul daquele mercado." (1968:271).

Além destes fatores, Gilberto Freyre ressalta a experiência agrícola do colonizador europeu - Duarte Coelho e sua parentela - e a do escravo africano. (2ª, 1951:40).

A conjugação de todos estes fatores internos e externos permitiu uma rápida expansão da economia açucareira no Brasil. Verdade é que, se o número de engenhos era de 60 em 1570, atingiu o número de 350 em 1650. O valor das exportações foi de 27,5 milhões de gramas de ouro em 1650. (Singer, Paul - 1968:274-275).

O AÇÚCAR NO RIO GRANDE DO NORTE

A cana-de-açúcar chegou ao Rio Grande do Norte através dos colonizadores pernambucanos. O primeiro engenho construído foi o de Cunhaú, na sesmaria que o Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão concedeu aos seus dois filhos Antônio e Matias. Em meados de 1625, procedente da Baía da Traição (hoje, território da Paraíba), o capitão holandês Uzeel desembarcou no engenho Cunhaú, onde encontrou umas "trezentas caixas de açúcar, e mui numeroso gado, mas não pôde trazer este nem aquelas..." (Casculo, Luís da Câmara - 1955:61).

O segundo engenho construído na Capitania do Rio Grande foi o Ferreiro Torto, situado nas proximidades de Macaíba. Provavelmente, teria surgido na segunda década do século XVII, depois de 1614. No relatório que Maurício de Nassau escreveu em 1638, dirigido ao Conselho dos 19, afirma que a Capitania do Rio Grande tinha dois engenhos: o Cunhaú e o Potengi (Ferreiro Torto). (Moura, Pedro Rebouças de - 1986:108-109).

No século XIX é que vamos encontrar registros mais abundantes sobre a cultura canavieira no Rio Grande do Norte. Na primeira metade deste século, verificou-se uma grande expansão desta atividade econômica no nosso Estado. Verdade é que, lembra o historiador Rocha Pombo, em 1845, o Rio Grande do Norte contava com 43 engenhos e 93 engenhocas; em 1859, existiam 156, e em 1861, havia 173 engenhos produzindo açúcar, rapadura e outros produtos derivados. (Pombo, Rocha - 1922:361).

Segundo Câmara Casculo, estes engenhos localizavam-se nos seguintes municípios potiguares: São José de Mipibu - 33; Nísia Floresta - 27; Goianinha - 18; Canguaretama - 12; Touros - 6; Natal - 7; São Gonçalo do Amarante - 27; Ceará-Mirim - 44 engenhos. (1955:379-380).



ENGENHO DE AÇÚCAR EM CEARÁ-MIRIM

O açúcar exportado, pelo Rio Grande do Norte, na primeira metade do século XIX, apresentou o seguinte quadro:

Anos	Arrobas (de 15 quilos)
1847	11.304
1851	35.511
1854	80.749
1859	350.000
1861	700.000
(Pombo, Rocha - 1922:361).	

Se durante a primeira metade do século XIX, os senhores de engenho do Nordeste tiveram um longo período de expansão da cultura canavieira, a partir da segunda metade do referido século e início do século XX tiveram que lutar para vencer duas grandes dificuldades: a queda dos preços e a concorrência do açúcar de beterraba. Para se ter uma idéia desta concorrência, basta lembrar que "os produtores de açúcar de cana, que antes tinham mais de 90% do mercado mundial (ao redor de 1840), ficaram reduzidos a menos de 50% da demanda universal, pelo início do século XX". (Eisemberg, Peter L.-1977:46). Por causa desta concorrência, de 1865 em diante, os senhores de engenho do Rio Grande do Norte começaram a abandonar a cultura da cana-de-açúcar em favor da cultura do algodão.

A fim de enfrentar as adversidades criadas pela concorrência do açúcar de beterraba e pela queda dos preços, os produtores de açúcar de cana procederam a uma modernização da produção brasileira, com o apoio do capital estrangeiro. Com a Proclamação da República (1889), surgiram as primeiras usinas.

Foram organizados engenhos centrais e construídas ferrovias para escoar a produção açucareira. Com a Proclamação da República em 1889, surgiram as primeiras usinas de açúcar para compensar o fracasso dos engenhos centrais. Para se ter uma idéia da sua proliferação é interessante verificar que, em 1910, o Brasil já possuía 187 usinas, assim distribuídas: 46 em Pernambuco; 31 no Rio de Janeiro; 62 em Sergipe; 12 em São Paulo; 7 na Bahia; 6 em Alagoas etc... (Singer, Paul - 1974:312).

A produção açucareira do Rio Grande do Norte sofreu igualmente o impacto destas transformações, com o agravante de ter reagido tardiamente aos efeitos da crise provocada pela concorrência internacional. Assim, enquanto Pernambuco começou a implantar os seus engenhos centrais a partir de 1870, e as suas usinas a começar em 1890, aproveitando deste modo os incentivos proporcionados pelo Governo Provincial e do Império, no Rio Grande do Norte estas iniciativas só se concretizaram várias décadas depois, não obstante os incentivos criados anteriormente.

Para se ter uma idéia da queda da produção açucareira norte-rio-grandense, é bastante observar os seguintes dados referentes à exportação de açúcar no período de 1888 a 1905. Conforme se pode analisar no Quadro sobre o açúcar exportado, no espaço de dezoito anos, a exportação do açúcar potiguar caiu de 13.760.534 quilos (em 1888), para, apenas, 1.244.525 quilos, em 1905. Queda semelhante ocorreu no valor oficial deste produto.



PORTO DE NATAL

Açúcar Exportado pelo Rio Grande do Norte: 1888-1905

Ano	Quantidade em Quilos	Valor Oficial (Em contos de réis)
1888	13.760.534	851.301\$000
1889	13.289.705	660.111\$000
1890	13.974.017	765.969\$632
1891	14.323.320	1.314.902\$607
1892	8.012.728	925.424\$617
1893	8.434.499	966.582\$033
1894	5.149.392	540.165\$167
1895	4.292.809	535.213\$000
1896	7.069.505	914.372\$761
1897	9.557.251	1.234.392\$954
1898	2.758.833	557.796\$552
1899	4.455.457	829.984\$161
1900	5.751.938	772.246\$236
1901	4.170.497	322.100\$993
1902	6.719.713	395.666\$088
1903	2.238.920	155.036\$637
1904	2.178.235	202.904\$833
1905	1.244.525	94.158\$425

FONTE: Lyra, Augusto Tavares de o Rio Grande do Norte-1911.
Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia. 1912 p.246.

A fim de soerguer a cultura canavieira do Rio Grande do Norte, o Governador Alberto Maranhão (1908-1913) tomou algumas providências realmente importantes, fruto das pressões exercidas pelos senhores de engenho. A primeira iniciativa governamental ficou consubstanciada na Lei. Nº 275, de 24 de novembro de 1909, através da qual o Congresso Legislativo (hoje, Assembléia Legislativa) autorizava o Governo do Estado a "contratar com quem melhores vantagens oferecer, o estabelecimento de fábrica no Estado para exploração sistemática das indústrias do açúcar, da pesca, dos laticínios e de doces, podendo conceder aos contratantes favores comuns em concessões desta natureza. (Atos Legislativos e Decretos do Governo - 1909, Natal, Tipografia d'A República, 1910, p.9). É importante se observar que este ato do Governador do Estado pode ser visto também como uma primeira consequência da criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906, cuja instalação ocorreu em junho de 1909.

O Governador Alberto Maranhão sabia que, para desenvolver a indústria açucareira do Rio Grande do Norte e, principalmente, a agricultura em geral, urgia a mudança de mentalidade dos nossos proprietários rurais. Norteado por esta intenção foi que ele assinou um contrato com o Dr. Ernst Ludwig Voss de Rostock (Alemanha), em palácio, no dia 10 de setembro de 1910. A cláusula quarta do contrato rezava o seguinte: "O contratante obriga-se a fundar no vale do Ceará-Mirim, em terreno adquirido pelo Governo do Estado, e cedido aos contratantes, uma fazenda-modelo com escola anexa de aplicação prática e noções teóricas de agricultura, pecuária, e indústrias elementares de laticínios e conservas de carnes. A escola terá pelo menos vinte alunos internos e trinta externos..." (A República - 17 de setembro de 1910). Na realidade, este contrato não foi avante. A escola de agricultura sonhada por Alberto Maranhão concretizou-se por outras mãos.

Em 1911, o Dr. Alberto Maranhão voltou a assinar um contrato com os Srs. Romualdo Lopes Galvão e Horácio Papert, objetivando a implantação de usinas centrais nos vales Ceará-Mirim e Curimataú (Canguaretama). Mais uma vez o contrato não saiu do papel. Ciente da desistência destes contratantes, o citado Governador assinou outro contrato, no dia 22 de agosto de 1912, com o Sr. Julius Von Sohsten que era importador e exportador de algodão, açúcar, mamona, cera de carnaúba e mangaba, e de outros produtos. Era também agente do London Brazilian Bank e financiava os senhores de engenho. Seu armazém ficava na Rua do Comércio, no bairro da Ribeira, em Natal. O contrato objetivava a instalação de uma usina no vale Ceará-Mirim com capacidade "para esmagar, pelo menos, 1.200 toneladas de cana por dia". (Souza, Itamar de - 1989:42).

No dia 21 de outubro de 1912, o Dr. Alberto Maranhão firmou contrato com o Sr. J. J. Valentim de Almeida, comerciante e industrial na praça de Natal, visando ao estabelecimento de uma usina central, em Canguaretama, para fabricar açúcar do tipo demerara, com capacidade para produzir, pelo menos, 20 mil toneladas de cana por safra. (A República - 14 de novembro de 1912).

As vantagens oferecidas aos Srs. Julius Von Sohsten e Valentim de Almeida eram imensas e, portanto, irrecusáveis. Por razões que não conseguimos detectar suficientemente, estes contratos não foram adiante. Entretanto, é provável que uma das razões fundamentais deste fracasso foi a recusa dos produtores de cana às imposições dos contratantes.

Tentando resolver a crise da cultura canavieira, o Governador Ferreira Chaves (1914-1919) baixou a Lei Nº 439, de 29 de novembro de 1918, cujo Art. 1º estabelecia o seguinte: "É o Governador autorizado a conceder à empresa ou a particular que construir usinas para fabrico de tipos de açúcar, destinado ao consumo interno e à exportação, a isenção de todos os impostos, durante o prazo de cinco anos, a contar da data da inauguração das usinas". (Atos Legislativos e Decretos do Governo-1918, Natal, Tipografia d'A República, 1919, p.15). Por razões que também não conhecemos, ninguém apareceu para aproveitar estas vantagens oferecidas pelo



USINA SÃO FRANCISCO, EM CEARÁ-MIRIM

Governador Ferreira Chaves. O seu sucessor, o Dr. Antônio José de Mello e Souza (1920-1923) nada fez para resolver a crise da cana-de-açúcar. Os governadores José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927) e Juvenal Lamartine de Faria (1928-1930), por serem homens da região do Seridó, onde o algodão era abundante, demonstraram pouco interesse para resolver a prolongada crise da produção açucareira. Juvenal Lamartine fez alguma coisa em favor do açúcar. Verdade é que, em abril de 1929 baixou o Decreto Nº 432, cedendo à Inspetoria Agrícola Federal, secção do Rio Grande do Norte, a propriedade do Estado, denominada "Jaçanã", em Ceará-Mirim, para a instalação de uma estação experimental. Em janeiro de 1930, ele baixou o Decreto Nº 459, que reduziu em 50% o imposto de indústria e profissão a que estavam obrigados os exportadores de açúcar. Outra medida foi o contrato celebrado entre o Governo do Estado e o Sr. J. Elysio, proprietário da refinação de açúcar "São José", isentando-o de imposto pelo período de cinco anos.

Por estas razões foi que as nossas usinas de açúcar surgiram tardiamente, quando as comparamos com as de Pernambuco. Somente no final da década de 30, mais precisamente em 1929, é que se organizaram, no município de Ceará-Mirim, as usinas São Francisco, Ilha Bela e Guanabara. (Lima, Nestor - 1º V., 1941:35). Em 1938, a usina Guanabara fechou as suas portas. Mais tarde, em 1947, Ubaldo Bezerra de Melo inaugurou a usina Santa Terezinha, também no município de Ceará-Mirim. (Senna, Júlio Gomes de - V. II, 1974:159).

Apesar da crise do açúcar provocada pela concorrência do açúcar de beterraba e pela conseqüente queda dos preços, desde o final do século XIX, mesmo assim o consumo de açúcar de cana "absorvia mais de 70% da produção nacional" (Andrade, Manoel Correia de - 1963:99). Foi este consumo nacional que motivou o surgimento das usinas de açúcar em todo o Nordeste, exceto no Rio Grande do Norte, onde a cultura canavieira continuou praticamente abandonada pelo poder público.

Pressionado pela burguesia açucareira do Nordeste, que estava em grande desvantagem no mercado interno devido à competição crescente da produção paulista de açúcar, o Presidente Getúlio Vargas criou, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool. Uma das suas atribuições mais importantes era fixar quotas de produção para as usinas e os engenhos. Comentando esta iniciativa do governo federal, o sociólogo Octávio Ianni diz o seguinte: "Como a produção açucareira do território nacional excedia às necessidades do consumo interno e no plano mundial também se verifica superprodução, o governo é solicitado a assegurar o equilíbrio dos fatores no mercado, formulando instrumentos para conciliar os interesses de produtores e consumidores, ou seja, destinados a preservar o fluxo da renda". (Ianni, Octávio - 1965:45-46).

OS ENGENHOS BANGUÊS ERAM PRIMITIVOS, ANTECEDERAM AS USINAS.

Municípios	Nº de Engenhos Banguês	Produção Média Anual em Sacos de 60 Quilos
Ceará - Mirim	35	65.350
Touros	04	
Arês	06	4.800
Canguaretama	13	13.300
São Gonçalo	11	5.900
Cajupiranga	01	1.500
São José de Mipibu	09	11.300
Nísia Floresta	09	10.400
Goianinha	15	19.500
TOTAL	103	132.050

Fonte: A República - 17 de agosto de 1935

Mesmo com o surgimento das usinas no Rio Grande do Norte, a nossa produção de açúcar continuou declinante. Verdade é que, em junho de 1942, o jornalista Rivaldo Pinheiro nos deixou a seguinte notícia: "De um dos principais produtores que fomos de açúcar, estamos hoje colocados em 12º lugar no país e em 9º lugar na zona norte do país, conforme estatística levantada em 31 de março deste ano pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, relativa à safra atual." (A República - 11 de junho de 1942).

As enchentes dos vales úmidos, a falta de drenagem dos mesmos, assim como o atraso tecnológico no cultivo da cana-de-açúcar, são fatores responsáveis por este declínio.

Apesar da criação deste órgão para equilibrar a produção, a crise da cultura canavieira no Rio Grande do Norte continuou na década de 30. O Memorial apresentado em 1935, pelo Sr. Milton Varella, representante dos "bangueseiros" potiguares, ao Instituto do Açúcar e do Alcool, espelha bem a situação desta atividade econômica. Entre outras coisas, disse ele: "O financiamento da sua lavoura é todo ele feito às expensas particulares, a juros que partem de dezoito por cento ao ano, ao sabor dos ricos..." (A República - 17 de agosto de 1935). Considerando que era baixa a quota de produção determinada pelo Instituto do Açúcar, ele reivindicava uma elevação desta quota. Para justificar o seu pedido, ele apresentou a relação completa dos engenhos banguês existentes no Rio Grande do Norte, com as suas respectivas produções. É importante ressaltar que todos estes engenhos produziam açúcar mascavo, conhecido também como açúcar "bruto" e rapadura.

A CERA DA CARNAÚBA

Outro produto tradicional de grande importância nas exportações do Rio Grande do Norte é a cera extraída da carnaúba. Esta palmácea, cuja altura varia entre 10 e 12 metros, é nativa dos vales do Assu e do Apodi/Mossoró, no Rio Grande do Norte, e do vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará. O Estado do Piauí é também possuidor de grandes carnaubais. Segundo Orígenes Monte, "desde 1648 que a carnaubeira é conhecida cientificamente, quando foi citada por Marcgray e Piso, na sua "Historia Naturalis Brasiliæ". Ao conhecê-la, o sábio alemão Humboldt chamou-a de "Árvore da Vida" por causa das suas múltiplas utilidades que vão, desde a raiz até as folhas. (A República - "A Carnaubeira" - 03 de setembro de 1941).

Os habitantes dos municípios de Assu e Apodi usam as carnaubeiras para diversas finalidades. Com elas, fazem currais de gado, cercas, linhas para cobrir as casas das fazendas, assim como ripas, caibros e bancos para se assentarem nos alpendres das casas. Da sua palha seca, eles fabricam cestos, esteiras, chapéus, bolsas, peneiras, urupemas e vassouras. Sua raiz é medicinal. Mas, o mais importante da carnaúba é a cera que se extrai desta palmácea, que tinha grande aceitação no mercado internacional, principalmente, o norte-americano, onde era empregada na fabricação de discos musicais, de tintas e de graxas.

Segundo o historiador Augusto Tavares de Lyra, a exportação de cera e de derivados, pelo porto de Macau, no período de 1855 a 1859, apresentou o seguinte quadro:

Anos	Cera (em Arrobas)	Palha (em Molhos)	Esteiras	Chapéus
1855	3.545	21.120	40	-
1856	1.635	4.259	75	243
1857	3.923	15.726	663	200
1858	5.410	13.194	1.551	218
1859	5.660	2.553	420	400
Total	20.173	56.852	2.749	1.061

Fonte: Lyra, A. Tavares de - O Rio Grande do Norte 1911, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C. - (1912), p.302

Do final do século XIX para o início do século XX, quando as estatísticas começam a se organizar, a exportação da cera de carnaúba apresentava um quadro promissor, conforme podemos ver a seguir:

Cera de Carnaúba		
Anos	Quilos	Valor Oficial (Em contos de réis)
1892	133.519	53:041\$850
1893	88.684	30:532\$300
1894	116.570	52:347\$696
1895	--	--
1896	206.837	111:649\$800
1897	170.166	96:113\$350
1898	274.457	138:696\$440
1899	116.849	57:885\$050
1900	210.104	163:712\$750
1901	--	--
1902	366.225	284:122\$418

Fonte: Lyra, A. Tavares de - O Rio Grande do Norte 1911. - Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1912, p.303

Segundo Tavares de Lyra, em 1908, o Rio Grande do Norte exportou 324.500 quilos de cera de carnaúba, que rendeu ao Tesouro Estadual cerca de 700 a 800 contos de réis (2\$00 por quilo). (Lyra, A. Tavares de - 1912:303).

Durante a República Velha, principalmente de 1920 a 1930, a exportação da cera de carnaúba continuou em alta devido à elevada demanda do mercado nacional e internacional. No quadro seguinte, podemos verificar a quantidade de cera exportada e o valor oficial correspondente, em contos de réis.

Exportação de Cera de Carnaúba do Rio Grande do Norte

No Período de 1925 a 1929

Nos anos supracitados, a cera de carnaúba ocupava o segundo lugar na pauta das exportações norte-rio-grandenses, superando anualmente o valor monetário do próprio açúcar. Em 1938, o Departamento Estadual de Estatística constatou que a produção da cera de carnaúba continuava crescendo no Rio Grande do Norte, alcançando a cifra 950.000 quilos, distribuídos pelos seguintes municípios: Assu - 380.000; Apodi - 119.000; Augusto Severo - 60.000; Ceará-Mirim - 500; Mossoró - 345.790; Macau - 7.500; Martins - 3.000; Pau dos Ferros - 1.000; Santana do Matos - 30.000; Touros - 3.390; Outros Municípios - 320. (A República - 04 de fevereiro de 1940).

Durante a II Guerra Mundial, a cera de carnaúba atingiu o mais alto preço da sua história. Vejamos o que disse sobre isto o agrônomo Nilo de Albuquerque: "o preço da cera de carnaúba tem se elevado de maneira impressionante nes-

ses últimos tempos, bastando compararmos o preço alcançado, por tonelada, em 1932, que era de 3:000\$000 ao preço alcançado em 1941, que foi de 23:422\$000". (A República, 11 de janeiro de 1942). Portanto, numa década, o preço da tonelada deste produto subiu quase oito vezes, passando de 3 contos de réis para 23 contos, quatrocentos e vinte e dois mil réis.

Em 1942, a cera de carnaúba ocupava o 6º lugar no total das exportações brasileiras, afirmava o Dr. Nilo de Albuquerque. (A República - 05 de março de 1942).

Entretanto, esta alegria durou pouco. Contrariando a convicção dos produtores brasileiros, segundo os quais era impossível a fabricação de cera artificial em laboratório, já em 1946, os industriais norte-americanos vendiam no mercado vários tipos de cera industrial, assim chamados: Intawax Yellow, Intawax Aber, Simpro wax, Strowax, Acrawax, Opalwax, Santowax, e outros tipos. Wax, em inglês, é cera. Estes produtos eram empregados na fabricação de solas, papel lustroso, vul-

canização de borrachas, tintas, vernizes, discos de vitrola, sabão metálico, graxa para sapatos, papel carbono, velas, cera para assoalho etc. Tudo isso veio ao conhecimento do mercado brasileiro através de um relatório divulgado pelo Banco do Brasil em 1948. Na Inglaterra, a indústria produziu igualmente vários produtos sucedâneos da cera natural. Ora, os Estados Unidos importavam, anteriormente, 81% da cera brasileira, e a Inglaterra, 11%. A fabricação da cera artificial representou um golpe de morte para a produção da cera natural produzida pelo Brasil e, particularmente, pelo Rio Grande do Norte. Analisando a crise da nossa cera de carnaúba, o escritor Otto Guerra afirmava: "já é de 9 milhões de libras, nos Estados Unidos, essa produção artificial. E o preço deles já alcança, até, a metade daquele da cera legítima do Brasil. Resultado: estamos com cerca de 12 milhões de libras de cera da safra 1947-1948, sem saída." (A Ordem - 21 de julho de 1948). Nunca mais a cera brasileira voltou a ser o que era no mercado internacional.



PÉ DE CARNAÚBAS

Anos	Quantidade (Em Quilos)	Valor Oficial (Em Contos de réis)
1925	395.692	1.151:120\$331
1927	662.748	2.456:859\$700
1928	613.692	2.094:236\$000
1929	638.230	1.901:466\$000
TOTAL	2.310.362	7.603:682\$031

Fonte: Souza, Itamar de - A República Velha no Rio Grande do Norte, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1989, p.55



MECANIZAÇÃO DE SAL, EM MACAU

O SAL

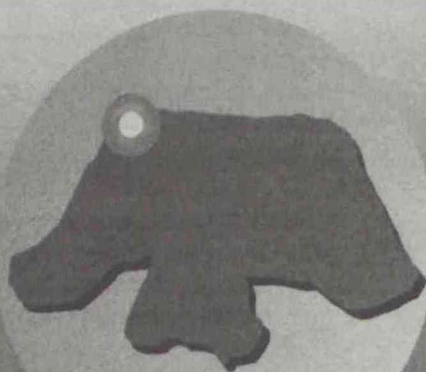
As notícias mais remotas que conhecemos sobre as salinas do Rio Grande do Norte datam do início do século XVI. Pero Coelho de Souza, ao retornar de uma incursão que fizera no território do Ceará, passou por Amargoso e Guamaré, entre Macau e Areia Branca. No seu diário de viagem, registrou as salinas que viu no litoral norte-rio-grandense. (Medeiros, Tarcísio - 1973:96).

Em 20 de agosto de 1605, o Capitão-Mor do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque, deu aos seus filhos - Antônio e Matias "duas salinas que estão quarenta léguas daqui para a banda do norte..." O documento não dá nomes a estas salinas. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, volume VII, Nº 1 e 2, 1912, p.43).

Por sua vez, Frei Vicente do Salvador, ao escrever a sua História do Brasil, cobrindo o período de 1500 a 1627, referiu-se às salinas do Rio Grande do Norte, "onde naturalmente se coalha o sal em tanta quantidade que podem carregar grandes embarcações todos os anos, porque assim como se tira um, se coalha e cresce continuamente outro". (7ª 1982:275).

Em 1630, o espião holandês Adriano Verdonck, que veio fazer o levantamento do nosso território antes da invasão holandesa, afirma ter visto "depósitos extensos e naturais" de sal, "alvíssimo, mais forte que o espanhol. Carregavam barcos de 45 e 50 toneladas, num lugar, 60 milhas para o norte. Podiam mais de mil navios abarrotarem-se, jurava Verdonck". (Cascudo, Luís da Câmara - 1955:376).

Apesar de já serem conhecidas as nossas salinas, Portugal retardou o seu aproveitamento regular, permanente, em proveito do sal produzido pela metrópole. Neste sentido, foram baixados dois alvarás: um de 1755 e outro, de 1758. Através destes alvarás, o rei de Portugal permitia que a nossa população consumisse o sal brasileiro, mas, ao mesmo tempo, proibia severamente a exportação do nosso sal para outras capitanias. (Medeiros, Tarcísio - 1973:97).



A Questão de Grossos

Aproveitando a abundância do sal existente, os criadores de gado dos vales do Assu e do Jaguaribe (Ceará) organizaram as primeiras "Oficinas" para fabricar carne de sol. A elevada produção desse tipo de carne diminuiu o fornecimento de carne verde aos centros mais populosos do Nordeste e aos engenhos de Pernambuco e da Paraíba. Por isso, sensível às reclamações provenientes de toda parte, o Governo de Pernambuco, a quem o território potiguar era subordinado, proibiu a fabricação de carne seca, em 1788, deferindo, assim, um golpe de morte na nossa indústria salineira. Entretanto, a proibição não atingiu o Ceará, que podia continuar fabricando este produto do "Aracati para o norte". Desta forma, o Ceará ficou com a indústria da carne seca, sem ter sal para fabricá-la.

A fim de superar esta dificuldade, a Câmara Municipal de Aracati reivindicou à Metrópole a ampliação dos seus limites até o território de Grossos, rico em sal. Esta pretensão ocasionou uma questão de limites territoriais entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, que durou vários anos. Finalmente, em julho de 1920, o Supremo Tribunal Federal julgou definitivamente a questão em favor do Rio Grande do Norte, cujo advogado foi o jurista Rui Barbosa.

Avinda da Família Real para o Brasil, em 1808, melhorou a situação da nossa indústria salineira, uma vez que o bloqueio que Napoleão Bonaparte impôs a Portugal, impediu que, de lá, viesse sal para abastecer a corte no Brasil. Por isso, D. João VI baixou a Carta Régia de 1808, mandando que se extraísse o sal brasileiro: "Sou servido ordenar-vos (dirigia-se ao Governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro) que façais promover a extração de sal das Marinhas dessa Capitania, da de Itamaracá, e Açú no Rio Grande do Norte, animando os povos ao aproveitamento de todas as salinas naturais, que oferecer o terreno, ficando o dito gênero livre de toda a imposição." (Cascudo, Luís da Câmara - 1955:385). A partir de então, começou a exploração regular das nossas salinas. Entretanto, pouco prosperaram, pois a qualidade inferior do nosso sal e as dificuldades de transporte, impediam que ele vencesse a concorrência do sal estrangeiro.

Referindo-se às salinas durante o século XIX, diz o historiador Tavares de Lira: "Durante o império, apesar de riquíssimas, elas não foram trabalhadas convenientemente; e em vários relatórios apresentados às assembléias pelos presidentes da então província, deparam-se referências ao abandono quase criminoso em que se achavam, devido, em parte, ao indiferentismo dos poderes públicos." (Lira, Augusto Tavares de - 1912:250). Somente após a Proclamação da República foi que a indústria salineira nordestino-grandense veio prosperar.

O MONOPÓLIO DO SAL

Através do Decreto Nº 10.413, de 26 de outubro de 1889, o Governo Monárquico fez uma concessão a Antônio Coelho Ribeiro Roma, chamada "Concessão Roma", para exploração de salinas nos terrenos devolutos compreendidos entre as margens dos rios Mossoró e Água-Maré pelo prazo de trinta anos. A Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu foi a empresa executora desta concessão. Este monopólio efetivou-se a partir de 1897, durante o governo de Joaquim Ferreira Chaves. O contrato foi assinado no dia 13 de agosto de 1897, em Palácio, entre o Governo do Estado e os representantes da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu. Depois, mediante pagamento de "luvas", este contrato foi transferido para a Empresa de Sal e Navegação, que obteve maiores vantagens do que a sua antecessora.

FOTO: GEOVANI SÉRGIO



MECANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SAL

Os contratantes obrigaram-se a recolher ao Tesouro do Estado, parceladamente, a quantia de 2.000:000\$000 pela exportação do sal que têm de efetuar no período de cinco anos. Os salineiros que não aderissem ao monopólio estariam obrigados a recolher impostos à empresa detentora do monopólio do sal.

A reação de vários salineiros ao contrato de monopólio foi incontinente. Moveram uma ação ordinária solicitando a nulidade do contrato por considerá-lo inconstitucional, contrário à liberdade comercial e industrial e atentatório ao direito de propriedade. Não obstante este fato, a exportação de sal do Rio Grande do Norte, que foi de 396.495 alqueires de 160 litros, em 1897, passou para 579.709 e 128 litros, em 1901. E o Estado recebeu de imposto os dois mil contos de réis durante a vigência do contrato.

Com pequenas alterações, o contrato do monopólio do sal foi renovado com a mesma empresa através da Lei nº 157, de 28 de agosto de 1901. Esta política monopolista expulsou do mercado produtor do Rio Grande do Norte vários salineiros. Alguns foram para o Ceará, como foi o caso do engenheiro Lameyer, onde recebeu o apoio que não obteve aqui.

A poderosa concorrência dos salineiros do Ceará e de Cabo Frio (Estado do Rio de Janeiro) levou à ruína a Companhia Mossoró-Assu e a Empresa Sal e Navegação. (Souza, Itamar de - 1989:27).

Em 1905, o Governador Tavares de Lira abriu concorrência para se efetivar a arrematação, em hasta pública, do imposto sobre o sal, saindo vencedora a Companhia Comércio e Navegação. Ela obrigou-se a pagar ao Estado a quantia de trezentos e sessenta contos de réis pelo imposto arrematado. O contrato vigorava por dois anos. Apesar de oferecer uma quantia inferior, a Companhia Comércio e

Navegação venceu a nova concorrência feita para renovar o contrato anterior. Este novo contrato teve validade até 31 de outubro de 1908. Quando assumiu o governo do Estado, pela segunda vez, em 1908, o Dr. Alberto Maranhão dilatou, de 6 para 40 anos, o prazo de vigência do contrato do sal. Este vigoraria até 1951. Os oposicionistas consideraram este contrato um verdadeiro crime contra a liberdade de mercado e um escândalo administrativo.



PORTO ILHA DE AREIA BRANCA

Por causa de profundas divergências entre diretores e acionistas da Companhia Comércio e Navegação quanto à contabilidade da referida empresa, os acionistas requereram a liquidação desta empresa na 3ª Vara Comercial do Rio de Janeiro. Por esta razão, o Governador Alberto Maranhão suspendeu o contrato em 27 de dezembro de 1911. A partir de então, mandou cobrar administrativamente o imposto do sal.

No próprio ato que suspendeu o contrato com a Companhia Comércio e Navegação, o Governador Alberto Maranhão convocou os salineiros do Rio Grande do Norte para formarem um sindicato destinado à exploração do sal nos termos da legislação federal.

O novo Sindicato dos Salineiros do Rio Grande do Norte foi criado e instalado aos 7 de abril de 1912. Com este órgão, chamado pela oposição de "pseudo-sindicato" porque era a própria Companhia Comércio e Navegação disfarçada, o Governador Alberto Maranhão assinou o novo contrato, em 10 de agosto de 1912, pelo prazo de 20 anos, mediante o pagamento anual de 500:000\$000, sendo que os contratantes deveriam pagar, por mês, ao Tesouro do Estado, a parcela de 41:666\$666 contos de réis.

É importante salientar que a oligarquia Maranhão criou todas estas vantagens para a Companhia Comércio e Navegação porque recebia, em troca, o apoio financeiro que lhe dava sustentação política.

O FIM DO MONOPÓLIO

Por considerá-lo nocivo aos interesses do Estado, o Desembargador Ferreira Chaves, logo que tomou posse no governo do Estado, em 1914, anulou o monopólio do sal. Através do Decreto N° 5, de 23 de janeiro de 1914, ele reduziu o imposto de exportação do sal e restabeleceu o regime de livre concorrência para os salineiros norte-rio-grandenses. Esta nova política deu bons resultados para os cofres do Estado. Verdade é que, se até 1914 o imposto de exportação do sal recolhido pelo Estado oscilava entre 300 e até 550:000\$000 contos de réis, por ano, a partir de 1915 o montante arrecadado aumentou consideravelmente, conforme podemos verificar nos seguintes dados estatísticos.

Sal Exportado e Imposto Arrecadado pelo Estado do RN

Anos	Quilos Exportados	Valor do Imposto Arrecadado
1915	101.668.491	674:317\$103
1916	124.805.785	790:607\$169
1917	145.866.638	945:172\$074
1918	152.595.401	1.010:705\$311
1919	152.295.817	995:007\$800
1920	116.286.500	618:297\$500
1921	151.912.189	976:360\$029
1922	214.303.898	1.135:676\$538
1923	192.765.673	1.022:103\$200
1924	142.679.665	750:131\$200
1925	133.710.509	896:037\$000
1926	140.016.016	934:975\$700

Fonte: Faria, Juvenal Lamartine de - 1929:22

Em 1929, o Rio Grande do Norte possuía 68 salinas, distribuídas pelos seguintes municípios:

Areia Branca	18
Macau	17
Mossoró	12
Canguaretama	11
Assu	05
São Gonçalo	04
Arês	01
Total	68

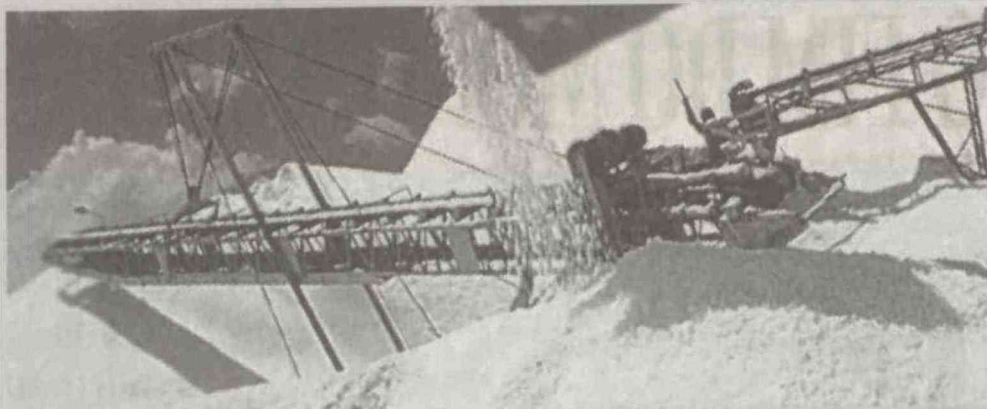
Estas salinas possuíam 2.261 cristalizadores, que, por sua vez, ocupavam uma área de 4.873.379 metros quadrados. (Faria, Juvenal Lamartine de - 1929:22)

O Problema do Transporte

A partir da década de 30, o sal produzido no Rio Grande do Norte enfrentou sérios problemas decorrentes do embarque e do transporte para as regiões do Sul e do Sudeste. Estes fatores encareciam demais o nosso produto. Por isso, os grandes consumidores destas regiões mais distantes preferiram utilizar o sal estrangeiro procedente da Espanha, do Chile e da Argentina.

Diversas vozes se ergueram contra a importação do sal estrangeiro. Assim, em 1935/36, o Deputado Federal João Café Filho fez vários discursos no Congresso Nacional em defesa do nosso sal. Em 1935, o Interventor Mário Câmara, numa palestra sobre o Rio Grande do Norte, dizia que aqui, "o sal é produzido por preço ínfimo; entretanto, chega aos centros consumidores por preço elevadíssimo, devido ao imposto de consumo federal (22\$000 por tonelada) e aos fretes altos e outras despesas de carga e descarga, que importam em quantia muitas vezes superior ao custo do produto." (A República - 25 de julho de 1935).

Em junho de 1944, o Dr. Vicente da Mota Neto, diretor-gerente da Cooperativa dos Salineiros Norte-rio-grandenses denunciava a crise da indústria salineira nestes termos: "Condenamos a entrada do sal estrangeiro no Brasil, porque somente nas salinas do Rio Grande do Norte temos um estoque de mais de um milhão de toneladas e de qualidade superior ao similar importado. As repetidas entradas de sal estrangeiro, notadamente da Espanha, tem provocado uma ameaça ao comércio do sal nacional, com retenção de grandes estoques nos centros produtores e conseqüente paralisação de colheitas, com avultados prejuízos aos milhares de operários desta nossa indústria." (A República - 15 de junho de 1944).



MECANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SAL

Modernização e Desnacionalização

Com a implantação do Regime Militar, a partir de 1964, o capital estrangeiro fez grandes investimentos no Brasil, principalmente, nos vários ramos do setor industrial. A indústria química, grande consumidora de sal, foi um dos setores industriais que mais cresceu da segunda metade dos anos 60 para cá. A continuidade do seu crescimento exigia a modernização do sal norte-rio-grandense produzido ainda por métodos tradicionais. Ora, os nossos salineiros não dispunham de capital para realizar a modernização necessária. Por isso, foram cedendo às pressões de grandes grupos estrangeiros que compraram salinas no Rio Grande do Norte ou se associaram a grupos locais. Ninguém melhor do que o Deputado Federal Antônio Florêncio de Queiroz estudou esta transformação no nosso parque salineiro. Num relatório que, em 1975, ele encaminhou ao Governador do Estado, mostrava que das 93 salinas existentes no nosso Estado, 26 foram adquiridas pela CIRNE (grupo holandês), 11 pela SOSAL (grupo americano), 4 pela Henrique Lage (grupo italiano). Várias outras salinas foram compradas por grupos nacionais e locais. Houve, por conseguinte, um processo concomitante de desnacionalização e de concentração das nossas salinas. (Queiroz, Antônio Florêncio de - 1975).

Para atender às reivindicações dos grandes grupos da indústria salineira, o Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici - (30-10-1969 a 15-03-1974), mandou o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, construir, em pleno oceano, o Porto-Ilha de Areia Branca. A inauguração desta obra ocorreu no dia 1º de março de 1974. Este empreendimento custou ao governo federal CR\$ 250 milhões de cruzeiros. Construído a "15,5 milhas da costa, o porto-ilha é o único no gênero em todo o mundo e permitirá o embarque de 1.500 toneladas/hora, reduzindo o tempo de espera dos navios", diziam os jornalistas Djair Dantas e Clóvis dos Santos. (Diário de Natal - 02 de março de 1974). Estava, assim, resolvido o problema do embarque e do transporte do sal potiguar, que tanto o encarecia e que se arrastava, sem solução, desde a década de 30. Com a mecanização das salinas, um sal de melhor qualidade passou a chegar rapidamente aos grandes centros consumidores do Sul e do Sudeste. Todavia, não podemos esquecer que esta modernização teve um preço social altíssimo, pois, desempregou milhares de trabalhadores nas cidades de Macau, Areia Branca e circunvizinhanças.

A PECUÁRIA

O outro elemento tradicional da economia potiguar é a pecuária, compreendidos, nesta categoria, o gado vacum, os caprinos, os ovinos e suínos. As estatísticas sobre este setor da nossa economia são raras e esparsas em relação ao gado vacum; e paupérrimas quanto aos outros componentes da pecuária. Por isso, abordaremos mais a situação do gado vacum.

Desde o início da colonização, que o gado vacum foi utilizado pelos portugueses como elemento fixador do povoamento e gerador de riquezas. O gado vacum não existia no Brasil. Sobre a sua procedência, diz o seguinte o historiador Helio Vianna: "Introduzido em diversas Capitanias hereditárias, como na própria sede do governo-geral, durante o século XVI, procedia quase sempre das ilhas portuguesas do Atlântico, especialmente de Cabo Verde. Das vizinhanças de Salvador espalhou-se pela costa baiana, rumo a Sergipe. Grandes criadores aí se tornaram os Dias d'Ávila, descendentes de Garcia d'Ávila". (12ª, 1975:213).

Através de Pernambuco, a quem era subordinado o território potiguar, nos veio o gado vacum. Os primeiros colonizadores do Rio Grande do Norte dedicaram-se à criação de gado, além de outras atividades econômicas de menor importância. Verdade é que, quando os holandeses impuseram o seu domínio sobre nós, em 1633, já possuíamos um rebanho de 20.000 cabeças de gado. (Cascudo, Luís da Câmara - 2ª, 1980:37).



Uma vez expulsos os holandeses da Capitania do Rio Grande do Norte, em 1654, os portugueses começaram a reconstruir a sua vida econômica. Os currais de gado avançaram do litoral para o sertão, penetrando as ribeiras do Assu e do Apodi. Três décadas após a expulsão dos holandeses, explodiu a Guerra dos Bárbaros (1685-1697), ao longo da qual os índios rebeldes mataram milhares de cabeças de gado. Segundo Câmara Cascudo, "essa guerra, até o final, custou mais de 30.000 cabeças de gado e cerca de 1.000 caval gaduras. Aquietados os horizontes, voltaram as boiadas e com elas a predominância no ciclo econômico. Em 1697 mais de 8.000 cabeças de gado estavam na ribeira do Açu. Por todo o sertão, informaram os moradores do Rio Grande ao Rei de Portugal, o gado era o único grangeo. Ainda em 1703 diziam que "o sertão com facilidade se povoava de gado porque dava lucro com pouca despesa". (1955: 377).

Ao longo do século XVIII, cresceu a boiada em todas as regiões do interior potiguar. Com a eliminação dos índios na Guerra dos Bárbaros, a pecuária tornou-se a principal fonte de renda do Estado. Tanto foi assim que, no final do século XVIII, nos anos de bons invernos, o Rio Grande do Norte exportara para Pernambuco, "de 15 a 16 mil bois por ano". (Cascudo, Luís da Câmara - 1955:378).

O único fator de grave perturbação para a pecuária nordestina era a ocorrência das secas intermitentes, que matavam milhares de cabeças de gado, levando o desânimo e o desespero aos criadores.

Durante o século XIX, a pecuária bovina encontrou, no algodão em expansão, um grande aliado. No verão, quando os pastos se reduzem, queimados pelo sol, os fazendeiros recorriam ao caroço do algodão para alimentar o gado, além do recurso aos cactos da região.

A escassez de estatísticas sobre a pecuária não permite que reconstituamos a sua trajetória ao longo do século XIX. Por isso, nos valem do historiador Augusto Tavares de Lira, que registrou a situação da pecuária norte-rio-grandense, em 1862, da seguinte forma:

Comarcas	Nº de Fazendas	Produção Animal
Natal	263	8.720
S.José de Mipibu	172	2.350
Assu	408	9.940
Mossoró	305	11.800
Seridó	243	10.320
Maioridade	243	10.320
T O T A L	2.013	59.630

Fonte: Lira, Augusto Tavares de - O Rio Grande do Norte 1912, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C. , 1912, p.285.

O Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1920, registrou o seguinte quadro da nossa pecuária: 292.138 cabeças de bovinos; 180.045 caprinos; 145.903 ovinos; 77.707 asininos e muares; 41.245 eqüinos e 26.824 suínos.

Segundo o historiador econômico, Paulo Pereira dos Santos, "na década de 20, a pecuária tomou conotações modernas, adquirindo gado de outros países para a melhoria dos rebanhos norte-rio-grandenses. Exemplares de raças européias, como Red-Polled, Polled Angus, Holandesa, Schwitz, foram introduzidos na região litorânea do Estado. Sendo o gado zebu o que melhor se adaptou e fixou-se, vindo os primeiros reprodutores de Minas Gerais. O Zebu, por ser de origem indiana e de clima tropical, não teve grandes dificuldades no processo de adaptação aqui no Estado." (1994:109).



A exportação de couros e peles, durante a década de 20, demonstra que a nossa pecuária não vive apenas do abate da carne. Naquela época, atesta Nunes Pereira, um estudioso do assunto, "as nossas peles de cabra e de carneiro rivalizam com as peles de cabras e de carneiro da Irlanda e da Austrália, prestando-se à manufatura de artigos delicadíssimos". Acrescenta o citado autor que, durante o quinquênio de 1924 a 1928, as firmas M.F. do Monte & Cia., Julius Von Sohsten, S.A.; Wartton Pedrosa, J. Clemente Levy & Cia., Souza Hans, Manoel Christino & Filho exportaram couros e peles no valor oficial de 18.813:398\$080. (Pereira, Nunes - 1980:24).

Desde a II Guerra Mundial, que os nossos pecuaristas vêm procurando melhorar a qualidade dos nossos rebanhos de gado e ampliando o seu plantel. Em 1950, o rebanho de gado do Rio Grande do Norte era de 535.000 cabeças e, em 1975, atingira 753.000 cabeças. Mesmo assim importamos, constantemente, gado da Bahia, de Minas Gerais e de Goiás. O que produzimos é insuficiente para o nosso consumo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1923 - A República, 16 de janeiro.
 1923 - A República, 08 de novembro.
 1924 - Actos Legislativos e Decretos do Governo, Natal, Typ. d' A República.
 1984 - Souza, Itamar de - Universidade: Para Quê? Para Quem? Natal, Edições Clima.
 1993 - Gouveia, Eliezer Camilo et Alii - Memória da Escola de Serviço Social de Natal (1945-1955), Natal, Editora Universitária.
 1972 - Furtado, Celso - Análise do "Modelo" Brasileiro, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
 1978 - Romanelli, Otaíza de Oliveira - História da Educação no Brasil (1930-1973) Petrópolis, Editora Vozes.
 1967 - Ministério do Planejamento - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico-Social: Educação e Mão-de-Obra, Brasília, Departamento da Imprensa Nacional, volume I.
 1980 - Sousa, Edson Machado de - Crises & Desafios no Ensino Superior do Brasil, Fortaleza, Edições da UFC.
 1975 - Perfil de Uma Universidade, Natal, Editora Universitária.
 1977 - Lima, Domingos Gomes de - UFRN 1977: Síntese das Principais Realizações, Natal Editora Universitária.
 1969 - Resumo histórico do Primeiro Decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959-1969), Natal, Imprensa Universitária.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1979 - Stein, Stanley J. - Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1:1850-1950, Rio de Janeiro, Editora Campus.
 1922 - Pombo, Rocha - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Editores Anuário do Brasil.
 1955 - Cascudo, Luís da Câmara - História do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
 1906 - Lyra, Augusto Tavares de - Mensagem ao Congresso Legislativo, Natal, Tipografia d'A República.
 1910 - A República, 17 de setembro.
 1918 - Estado do Rio Grande do Norte - Atos Legislativos e Decretos do Governo, Natal, Tipografia d'A República.
 1924 - Medeiros, José Augusto Bezerra de - Mensagem Lida Perante o Congresso Legislativo, Natal, Tipografia d'A República.
 1927 - Idem - Mensagem Lida Perante a Assembléia Legislativa, Natal, Tipografia d'A República.
 1989 - Souza, Itamar de - A República Velha no Rio Grande do Norte, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
 1925 - Medeiros, José Augusto Bezerra de - Mensagem Lida Perante o Congresso Legislativo, Natal, Tipografia d'A República.
 1930 - Faria, Juvenal Lamartine de - Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, Natal Imprensa Oficial.
 1986 - Silva, Marconi Gomes da et alii. - A Economia Norte-rio-grandense e a Crise de 29, Natal, Editora Universitária.
 1943 - A República, 04 de abril.
 1937 - A República, 07 de julho.
 1941 - A República, 22 de agosto.
 1940 - A Ordem, 28 de agosto.
 1987 - Clementino, Maria do Livramento Miranda - O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial, Natal, Editora Universitária.
 1974 - Buescu, Mircea - Evolução Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, APEC Editora S. A.
 1969 - Simonsen, Roberto C. - História Econômica do Brasil (1500-1820), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 6ª edição.
 1974 - Singer, Paul - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
 1951 - Freyre, Gilberto - Nordeste, Rio de Janeiro, Editora José Olympio.
 1986 - Moura, Pedro Rebouças de - Fatos da História do Rio Grande do Norte, Natal, Companhia Editora do Rio G. do Norte (CERN).
 1977 - Eisenberg, Peter L. - Modernização Sem Mudança, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
 1912 - Lyra, Augusto Tavares de - O Rio Grande do Norte 1911, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia.
 1910 - A República, 17 de setembro.
 1912 - A República, 14 de novembro.
 1919 - Atos Legislativos e Decretos do Governo, Natal, Tipografia d'A República.
 1941 - Lima, Nestor - Municípios do Rio Grande do Norte, Natal, Tip. Santo Antônio, 1º volume.
 1974 - Senna, Júlio Gomes de - Ceará-Mirim, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, volume II.
 1963 - Andrade, Manoel Correia de - A Terra e o Homem no Nordeste, São Paulo, Editora Brasiliense.
 1965 - Ianni, Octávio - Estado e Capitalismo, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
 1935 - A República, 17 de agosto.
 1942 - A República, 11 de junho.
 1941 - A República, 03 de setembro.
 1940 - A República, 04 de fevereiro.
 1942 - A República, 05 de março.
 1948 - A Ordem - 21 de julho.
 1973 - Medeiros, Tarcísio - Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte, Natal, Imprensa Universitária.
 1982 - Vicente do Salvador, Frei - História do Brasil: 1500-1627, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 7ª edição.
 1929 - Faria, Juvenal Lamartine de - Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, Natal, Imprensa Oficial.
 1935 - A República - 25 de julho.
 1944 - A República - 15 de junho.
 1975 - Queiroz, Antônio Florêncio - Relatório Apresentado ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
 1974 - Diário de Natal - 02 de março.
 1975 - Vianna, Hélio - História do Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos, 12ª edição.
 1994 - Santos, Paulo Pereira dos - Evolução Econômica do Rio Grande do Norte, Natal, Edições Clima.
 1985 - Colombet, Dominique Simone - A Evolução do Setor Agropecuário no Rio Grande do Norte, entre 1950 e 1979, Natal, Editora Universitária.
 1980 - Pereira, Nunes - Couros e Peles de Animais Domésticos do Rio Grande do Norte, Mossoró, Coleção Mossoroense, vol. CXIV.

O RIO GRANDE DO NORTE NA GUERRA FRIA

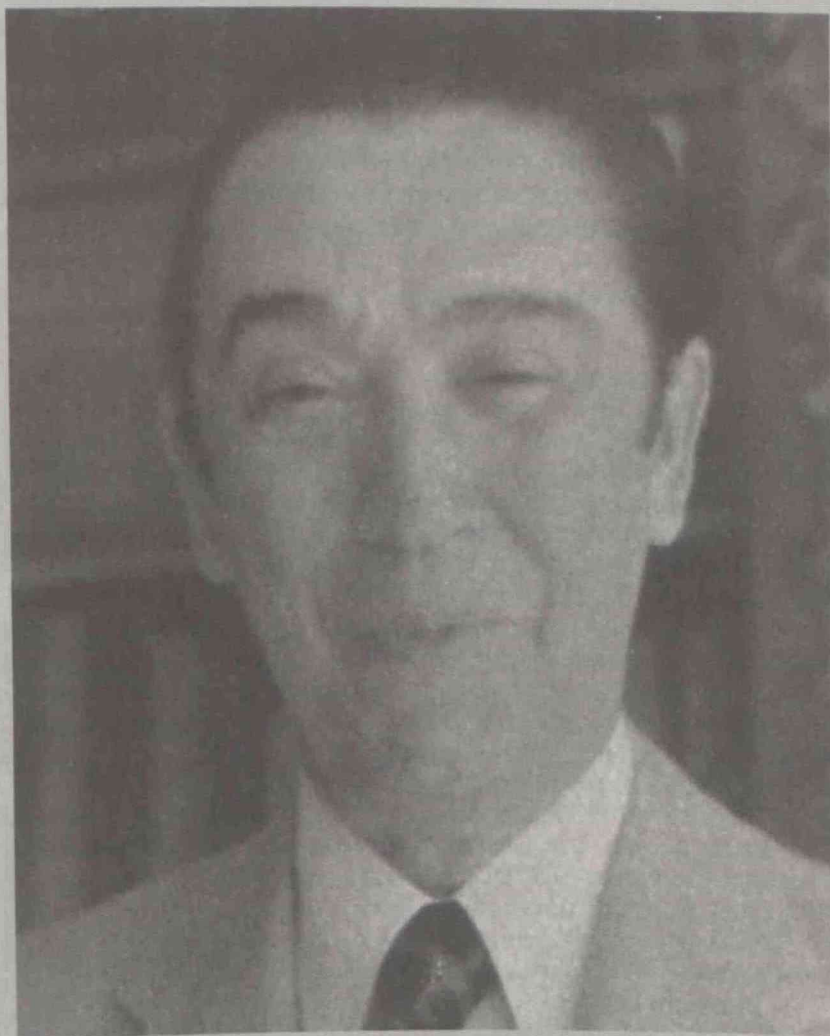
A CRISE DO NORDESTE NOS ANOS 50

A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O desenvolvimento do sistema capitalista, tanto em escala internacional quanto nacional, obedece a um processo gerador de acumulação de riquezas e desigualdades sociais e regionais. Aqueles países que, por uma série de fatores, souberam desenvolver as suas potencialidades econômicas, acumularam mais riquezas, produzindo mais objetos para o mercado consumidor e exportando o excedente para os outros países. Ao contrário, aqueles povos que ficaram contemplando a natureza, dormindo "em berço esplêndido", se atrasaram na corrida para o desenvolvimento, sendo alvo de exploração dos países mais adiantados.

Desde o início da Revolução Industrial, no século XVIII, que vem crescendo a desigualdade entre países industrializados e nações agrícolas. Países desenvolvidos, acumuladores de riquezas e de bem-estar para as suas populações, e países subdesenvolvidos, acumuladores de atraso, deficiências sociais e crises políticas.

No Brasil, esta mesma lógica capitalista - acumulação de riquezas concentradas em determinados espaços geográficos, e pobreza nas outras regiões - marcou as relações entre o Sudeste rico e o Nordeste pobre; entre o Sudeste industrializado e o Nordeste agrícola e exportador de matérias-primas e de mão-de-obra abundante, desqualificada e barata. Para quebrar esta lógica capitalista, geradora de desigualdades interregionais e intra-classes sociais, é que o Estado, como instituição controladora da sociedade, é acionado pela classe dirigente do país.



PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE

A CRISE DO NORDESTE NOS ANOS 50

A participação do Brasil na II Guerra Mundial foi bastante positiva para o crescimento da sua economia como um todo. Os países aliados passaram a comprar maiores quantidades de produtos primários brasileiros, tais como café, borracha, minério e outros de menor importância.

Atendendo aos interesses da burguesia do Sudeste, o governo federal estabeleceu uma política cambial que, ao mesmo tempo, assegurou a rentabilidade da cafeicultura e, ao limitar as importações, possibilitou a ampliação da demanda interna dos produtos industrializados no Brasil. Apesar da grande expansão do setor têxtil, é nas indústrias de bens de capital, localizadas sobretudo em São Paulo, que ocorreu o maior crescimento. Fato importante para o desenvolvimento deste setor foi, neste período, a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, localizada estrategicamente em Volta Redonda (RJ).

Já antes da II Guerra Mundial, ou mais precisamente em 1938, o valor da produção industrial de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro já representava, conjuntamente, o elevado percentual de 57,7%, superior ao resto do país (42,3%).

O impulso trazido pela II Guerra Mundial, e continuado nos anos posteriores, acentuou ainda mais esta tendência concentracionista da indústria nacional. Verdade é que, em 1958, São Paulo e Rio de Janeiro elevaram a sua representação para 66,4% sobre o total da indústria nacional. Esta tendência concentracionista a favor do Sudeste continuou nas décadas de 60 e 70, não obstante a intervenção do Governo objetivando industrializar o Nordeste.

A política adotada pelo governo federal durante a II Guerra Mundial, e mantida nos anos posteriores, marcou definitivamente a implantação de dependência do Nordeste em relação ao Sudeste. Os mecanismos de sustentação desta dependência foram, inicialmente, a política cambial e a restrição na pauta das importações. Segundo Castro, "...dado o rígido controle das importações, o Nordeste se via obrigado a utilizar internamente o saldo positivo de suas transações comerciais internas. Ao fazê-lo, era vitimado pelo acentuado processo de deterioração das relações de troca, já que o saldo (superávit) de que dispunha frente ao exterior era convertido em cruzeiros a uma taxa constante, enquanto o déficit de suas transações internas deveria

Esta política cambial resultou, inevitavelmente, em transferência de capitais do Nordeste para o Sudeste. Segundo Baer, de 1948 a 1960, "parece ter sido transferido um capital da ordem de US\$ 413 milhões, ou seja, uma média correspondente a US\$ 38 milhões por ano. E tal transferência ocorreu porque os preços pelos quais o Nordeste vendia seus haveres no exterior subiram menos do que os das mercadorias que adquiria no Centro-Sul". (Baer, Werner - 2ª, 1975:158).

Concomitantemente a esta política financeira, a diversificação agrícola de São Paulo - açúcar e algodão - restringiu a penetração, no mercado interno, do açúcar e do algodão produzidos no Nordeste. O crescimento da produção açucareira paulista alcançou índices admiráveis. Segundo Castro, "de 1946 a 1961, enquanto duplicava a produção nordestina de açúcar, São Paulo iria decuplicar sua produção". (Castro, Antônio Barros de - 2ª, V. II, 1975:152).

A situação apresentou-se igualmente grave em relação ao algodão nordestino. A desvalorização do café, na década de 30, fez com que grande parte dos cafeicultores paulistas substituísse o plantio do café pelo algodão. A expansão da cotonicultura paulista apresentou-se duplamente vantajosa sobre a nordestina: primeiro, os produtores paulistas estavam localizados no centro do maior mercado consumidor, onde a indústria têxtil recebia o algodão a preços mais baratos porque pagava menos transporte; e, segundo, a tecnologia que usaram lhes garantiu elevada produtividade por hectare, muito superior à do Nordeste. Por isso, enquanto a produção algodoeira de São Paulo cresceu ininterruptamente - 8.350 toneladas em 1931; 102.296 em 1934; 202.618 em 1937 e, finalmente, 307.377 toneladas em 1940 -, a produção nordestina registrou um crescimento inferior. Na mesma década, a produção dos principais Estados cotonicultores do Nordeste - Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco - alcançou 52.281 toneladas em 1931; 104.336 em 1935 e caiu para 91.050 toneladas em 1940. (Singer, Paul - 1968:327). A falta de uma política protecionista para o algodão (como acontecera com o açúcar) permitiu a expansão incontida da cotonicultura paulista. Por isso, o algodão nordestino foi aos poucos perdendo espaço no mercado do Sudeste, embora fosse de melhor qualidade e preferido para a fabricação de tecidos finos.

Por outro lado, durante a II Guerra Mundial e mesmo após este conflito, verificou-se uma grande retração da demanda externa do algodão nordestino, porque os países europeus, que eram os nossos principais compradores, estavam arruinados economicamente. Assim, enfrentando obstáculos no mercado estrangeiro e no mercado do Sudeste brasileiro, só restava ao algodão nordestino o mercado da sua própria região reconhecidamente de baixo poder aquisitivo.

As secas de 1951-53, de 1955 e, sobretudo, de 1958, agravaram ainda mais a situação da economia nordestina. Verdade é que, se a agricultura de exportação estava em crise, estas secas reduziram a produtividade da agricultura de subsistência a níveis insustentáveis. Assim, a conjugação negativa de todos estes fatores acarretou uma deterioração global da economia nor-

COMO SURTIU A SUDENE

Em consequência da crise dos anos 50 - secas e decadência econômica, milhares de trabalhadores rurais do Nordeste migraram para o Rio de Janeiro e São Paulo. Este fluxo migratório deu origem ao chamado caminhão "pau-de-arara". Após 15 ou mais dias de viagem, sentados em bancos de madeira em cima da carroceria de um caminhão, onde uma lona rústica os protegia, parcialmente, do sol e da poeira, milhares de nordestinos chegavam aos grandes centros urbanos do Sudeste à procura de emprego para sobreviver. Este triste espetáculo começou a inquietar a consciência da classe dirigente do Nordeste e do país.

Enquanto o governo federal investia milhões de dólares na industrialização do Sudeste, para o Nordeste continuava vigorando uma política assistencialista, filantrópica, que ampliava o seu raio de ação somente por ocasião das secas periódicas. Em consequência deste quadro tão negativo, surgiram numerosas tensões sociais configuradas em greves, protestos, na conscientização das massas e na insatisfação generalizada. Os trabalhadores rurais permaneciam numa semi-escravidão, trabalhando a vida inteira, sem uma aposentadoria nem outros direitos trabalhistas. O resultado mais palpável desta tomada de consciência foi o surgimento das Ligas Camponesas, em 1955, no Engenho Galiléia, no Estado de Pernambuco. Por causa da assistência jurídica e política que deu aos camponeses, o então Deputado Francisco Julião acoplou definitivamente o seu nome a este movimento. Por isso, quando se fala em Ligas Camponesas, acrescenta-se logo: Ligas Camponesas de Francisco Julião. Quase ao mesmo tempo, surgiram também os Sindicatos Rurais mais ligados à iniciativa da Igreja Católica. Os Padres Melo e Paulo Crespo, em Pernambuco, e o então D. Eugênio de Araújo Sales, no Rio Grande do Norte, são os nomes de mais destaque na organização destes sindicatos.

Nas cidades de porte médio e nas capitais, vários elementos da classe média lutavam por reformas sociais. Até os Bispos da Igreja Católica, conhecidos como homens moderados e, na maioria, conservadores, entraram também na luta em defesa do Nordeste. Com grande apoio da imprensa, os Bispos do Nordeste realizaram dois encontros - em Campina Grande (1956) e em Natal (1959) - para analisar com especialistas os problemas da região e exigir do governo federal



COM RECURSOS DA SUDENE, SURTIRAM MUITAS INDÚSTRIAS

A crise preocupava também as burguesias do Sudeste e do Nordeste. Verdade é que, em 1957, os empresários paulistas enviaram ao Nordeste uma Missão da Federação Industrial e do Centro Industrial do Estado de São Paulo (FIESP-CIESP) para estudar as possibilidades de desenvolvimento da região. Em 1959, a Confederação Nacional da Indústria promoveu, em Garanhuns (PE), o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, contando com a participação de economistas, governadores da região, empresários e líderes políticos.

Os participantes da missão paulista firmaram um documento no qual diziam que "o impulso econômico, de que não pode mais prescindir o Nordeste, terá de promanar, pois, de duas fontes: ou virá de São Paulo e, nesse particular, São Paulo efetuará uma grande e notável obra de integração econômica nacional - ou então do exterior, o que geraria um sem-número de inconvenientes". (Souza, Itamar de - 1980:78).

Trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes, setores da classe média urbana, enfim, todos se mobilizavam clamando por mudanças sociais e econômicas. O caldeirão das tensões sociais já estava com uma pressão bastante elevada. O clima social reinante no país já era de pré-revolução, como caracterizou o economista Celso Furtado. Apesar do esforço realizado anteriormente em favor do Nordeste, a região "não encontrou o caminho do seu desenvolvimento. Pelo contrário, com a população cresceram a pobreza e a fragilidade social, transformando-se a região na mais vasta zona de miséria do Hemisfério Ocidental". (Furtado, Celso - 1962:56).



JK: CRIADOR DA SUDENE

No final dos anos 50, governava o Brasil o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, mais conhecido como o Presidente JK. Sua administração obedeceu a um ambicioso Plano de Metas. Este Plano investiu "quase 40% dos recursos previstos" no Estado de São Paulo. (Souza, João Gonçalves de - 1979:150). Portanto, no final do governo do Presidente JK, as desigualdades econômicas e sociais entre o Nordeste e o Sudeste tinham alcançado índices insuportáveis. A seca de 1958 tinha exposto ao país a miserabilidade do Nordeste: 2 milhões de desempregados, 500 mil pessoas escapando com baixos salários nas frentes de trabalho criadas pelo governo federal, fora os milhares que emigraram para o Sudeste e o Centro-Oeste, deixando após si o lamento incomensurável de grupos sociais desfeitos pela imposição de um desenraizamento social, cruel e irreversível.

O PRESIDENTE JK

Enquanto isso, o Presidente Juscelino criara, em 1957, um grupo de trabalho para estudar a região nordestina. Foi o GTDN, dirigido pelo grande economista paraibano, Celso Furtado. Entretanto, a preocupação maior do Chefe da Nação era com a Operação Pan-Americana (OPA). Como líder da América Latina, ele chamava a atenção do governo dos Estados Unidos para a pobreza da América do Sul e Central, esquecendo-se da pobreza existente dentro do seu próprio país. Segundo João Gonçalves de Souza, ex-superintendente da SUDENE, o interesse do Presidente Juscelino Kubitschek pela SUDENE nasceu quando o Deputado Hermógenes Príncipe lhe manifestara a estranheza de haver ele se lançado numa campanha pela Operação.

PLANEJAMENTO E INCENTIVOS FISCAIS

Pan-Americana, esquecendo-se de que dentro do seu próprio país, no Nordeste, havia numeroso contingente de populações pobres e sem emprego. Relembre-se que, já então, Jânio Quadros, em São Paulo, se encontrava em campanha para a Presidência da República e interessado em articular um eixo São Paulo - Nordeste." (1979:150). Acrescenta o citado autor: "Em atmosfera de propaganda política, a idéia de criar a SUDENE foi lançada no Palácio do Catete, em fevereiro de 1959, como uma espécie de meta especial do Governo Juscelino Kubitschek. Finalmente, Juscelino enviou ao Congresso Nacional o Projeto Nº 32/59, através do qual propôs a criação da SUDENE". (Idem - 1979:150-151). Verdade e que, em 13 de dezembro de 1959, o Presidente JK assinou a lei criando este novo órgão para cuidar do desenvolvimento do Nordeste.

A ação da SUDENE foi, desde o início, altamente positiva para o soerguimento econômico do Nordeste. Mudou a mentalidade da região e, sobretudo, impôs a todos os Estados nordestinos a prática do planejamento econômico e social. Com isto, colocou-se um ponto final na improvisação administrativa da região.

Inspirado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), cuja sede funcionava no Chile, o economista Celso Furtado, paraibano de Pombal, e primeiro superintendente da SUDENE, promoveu, logo, cursos de preparação de técnicos para o desenvolvimento. Cada Estado do Nordeste enviou grupos de profissionais para Recife, onde, ao longo de três meses, eles aprenderam a técnica de elaboração de projetos, assim como estudaram análise econômica e outras disciplinas

Todos os anos, a SUDENE elaborava seus PLANOS DIRETORES, com os respectivos orçamentos, que eram analisados e aprovados pelo Congresso Nacional. Estes planos compreendiam, além dos objetivos específicos da SUDENE, centenas de sugestões e projetos oriundos de todos os Estados nordestinos.

A prioridade número um da SUDENE era a industrialização do Nordeste. Mas, para conseguir este objetivo, era indispensável dotar a região de uma infra-estrutura. Por isso, milhões de dólares foram investidos em telecomunicação, energia, rodovia, abastecimento d'água, saúde, educação etc.... Para a agricultura, a SUDENE investiu vultosos recursos em grandes projetos agropecuários.

Para desenvolver a política industrial para o Nordeste, a SUDENE contou com incentivos fiscais e financeiros conhecidos pela expressão - Sistema 34/18. Isto significa: o Artigo 34, da Lei Nº 3.995, de 14 de fevereiro de 1961, que criou o incentivo fiscal; e o Artigo 18, da lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que regulamentou estes investimentos no Nordeste. (Moreira, Raimundo - 1979:88).

Analisando a procedência dos recursos transferidos para a região através do Sistema 34/18, Raimundo Moreira concluiu que, até 1965, 75,4% do valor total dos depósitos, eram provenientes dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. (1979:112). Esta constatação veio comprovar que o Sudeste tinha excedente de capital para investir na região mais pobre do país.



ECONOMISTA CELSO FURTADO

Significa também que a economia do Sudeste expandiu-se para o Nordeste, integrando-o à economia nacional, embora aumentasse a sua dependência.

Para corrigir distorções no Sistema 34/18, o Governo Federal baixou o Decreto-Lei Nº 1.376, de dezembro de 1974, criando o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) operado pelo Banco do Nordeste e supervisionado pela SUDENE.

Segundo João Gonçalves de Souza, "de 1960 a 1976 a SUDENE aprovou 2.255 projetos industriais, dos quais 1.205 relativos a novas indústrias e 1.050 atinentes à reformulação de indústrias já existentes. Estes projetos todos carregaram um investimento total de quase CR\$ 100 bilhões para a região, a preços do primeiro semestre de 1976, dos quais quase a terça parte (CR\$ 33 bilhões) promanou dos incentivos fiscais, e o restante de financiamento bancário e de recursos próprios. Estes projetos criaram 278 mil empregos diretos". (1979:333).

O RIO GRANDE DO NORTE NA GUERRA FRIA

Instalada no início de 1960, a SUDENE começou a trabalhar num clima político muito conturbado, tanto na esfera nacional quanto internacional, com sérios reflexos sobre o Nordeste.

Desde que terminou a II Guerra Mundial, que as grandes potências - Estados Unidos e União Soviética - deram início a uma disputa pelo poder em escala internacional, chamada de GUERRA FRIA pelos especialistas. Esta disputa começava pelo embate ideológico, cada lado enaltecendo as virtudes do seu sistema político e econômico. Às vezes, como foi o caso da Coreia (1950-53), a disputa ideológica terminou no conflito armado. Nos idos de 1960-64, a Guerra Fria viveu momentos de grandes tensões. Em 1959, a Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, obteve a sua vitória definitiva. Este fato teve ampla repercussão em todo o continente americano, sobretudo, depois que Fidel Castro aderiu ao bloco soviético, em 1960. Naquele mesmo ano, John F. Kennedy foi eleito presidente dos Estados Unidos. No ano seguinte, mais precisamente em 17 de abril, dois mil militantes anticastistas, treinados na Guatemala e equipados pelos Estados Unidos, invadiram a Baía dos Porcos, em Cuba. Após três dias de luta, estavam derrotados.

Fiel ao seu internacionalismo, a União Soviética desencadeou, nos anos 60, uma investida sobre o Terceiro Mundo (Ásia, Oriente Médio, África e América Latina) visando conquistar alguns países para a sua ideologia. Verdade é que, se de 1951 a 60, havia 13 partidos comunistas, ou de tendência marxista, na África, América do Sul e Central, na década seguinte, isto é, de 1961 a 70, estes partidos já totalizavam 39 agremiações. Isto sem contar os grupos e movimentos de esquerda que não se organizaram como partido político. (Hobday, Charles (Org.) - 1986:225-385). Para subverter a América Latina, a União Soviética deu todo o apoio necessário ao presidente Fidel Castro.

A ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Para contrabalançar a investida soviética, o Presidente Kennedy lançou, em 13 de março de 1961, um programa decenal de desenvolvimento chamado ALIANÇA PARA O PROGRESSO. Dólares, fubá, manteiga, queijo e propaganda pró-capitalismo eram os componentes mais visíveis da Aliança para o Progresso. No discurso que o Presidente Kennedy iria pronunciar no Trade Mart - e não o fez porque foi assassinado -, estava escrito o seguinte sobre a Aliança para o Progresso: "temos, seguramente, recursos para, por exemplo, fazer por nossos dezenove vizinhos necessitados da América Latina, tanto quanto o bloco comunista está fazendo somente pela ilha de Cuba". (Fernandes, Calazans e Terra, Antônia - 1994:21).

Na estratégia política tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética, o Brasil era o país-chave para a América do Sul. Qualquer rumo que ele tomasse, arrastaria os seus vizinhos.

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o seu Vice, Dr. João Goulart, enfrentou obstáculos enormes para assumir o poder. A campanha da legalidade, desencadeada no Rio Grande do Sul pelo então governador Leonel Brizola, seu cunhado, agitou o país de um extremo ao outro. Uma vez no poder, o presidente João Goulart mostrou-se um homem indeciso, oscilando entre as propostas da esquerda e da direita, sobretudo, quando a campanha das reformas de base tomou conta do país.

Não obstante as pressões recebidas por grupos da esquerda, o Presidente João Goulart foi aos Estados Unidos em abril de 1962. Lá, na Casa Branca, assinou "com o presidente americano, o que mais interessava aos governadores: o Acordo Brasil-Estados Unidos, sobre o Nordeste, pelo qual, através da Sudene, decidiram empreender" (...) medidas de reformas (...) com assistência econômica, técnica e congênere (...) conforme a Carta de Punta del Este, os propósitos da Aliança para o Progresso..." (Fernandes, Calazans e Terra, Antônia - 1994:52). Acrescentam os citados autores, que este acordo referendou as prioridades do Plano Diretor da SUDENE, podendo o escritório da USAID em Recife "assinar acordos com a SUDENE ou outras repartições ou órgãos", na forma da legislação. (Idem - 1994:52).

Percebendo que, por razões ideológicas, os técnicos da SUDENE, o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, o Professor Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil da Presidência da República e o Dr. Leonel Brizola, cunhado do Presidente João Goulart, todos boicotavam a ação da Aliança para o Progresso junto à SUDENE, então, o Governador Aluizio Alves, do Rio Grande do Norte, resolveu ir aos Estados Unidos conversar diretamente com o Dr. Teodoro Moscovice, Diretor Geral da Aliança para o Progresso. Através do Embaixador do Brasil, em Washington, Dr. Roberto Campos, o governador Aluizio Alves foi recebido em audiência pelo Presidente Kennedy, a quem expôs o marasmo da Aliança e as necessidades do Rio Grande do Norte. Retornando a Natal, o governador Aluizio Alves declarou à imprensa, em 31 de julho de 1962, ter obtido do Presidente norte-americano, através da Aliança para o Progresso, "vinte milhões de dólares para o Plano de Desenvolvimento Social" do Rio Grande do Norte. (Diário de Natal, 31 de julho de 1962). Anteriormente, em maio e em junho de 1962, técnicos da Aliança para o Progresso visitaram Natal para identificar as nossas necessidades e os nossos projetos. (Diário de Natal - 21 de maio e 4 de junho de 1962).

ALUIZIO E OS KENNEDYS

Após esta visita do Governador do Rio Grande do Norte aos Estados Unidos, os americanos passaram a lhe dar total apoio. Na concepção dos americanos, Aluizio Alves personificava o verdadeiro líder democrata de que eles necessitavam encontrar no Nordeste, para contrapor-se à liderança esquerdista de Miguel Arraes, Governador de Pernambuco.

No discurso que proferiu na SUDENE, em 29 de julho de 1963, por ocasião da visita do Presidente da República e do seu Ministério àquela autarquia, Aluizio Alves deu o seu recado, com toda clareza, aos esquerdistas que dificultavam o trabalho conjunto da SUDENE com a Aliança para o Progresso em favor do Nordeste. Entre outras coisas, disse ele naquela ocasião: "(....) não preconizamos soluções socialistas para o Nordeste. Soluções socializantes são admissíveis, e até desejáveis, naqueles pontos em que o sistema de propriedade constitucional brasileiro não favorece iniciativas próprias e no devido tempo. O Nordeste oferece, pela sua problemática altamente diversificada, campo para todos os tipos de experiência empresarial. Aqui poderão e deverão competir os três tipos de empresa: a privada, a estatal e a mista. Ao lado delas, principalmente no interior agrícola, o cooperativismo, forma de apropriação coletiva democrática, tem um grande papel a desempenhar A nota dominante a ressaltar (e que não tem para nós qualquer conotação ideológica) é aquela que nos é dada pelo planejamento e pela ação eficiente. Não temos preconceito algum quanto às formas de apropriação, desde que elas se revelem adequadas ao fim determinado e indicado pela ação planejada. Concentramos recursos - isto sim, é fundamental - sem outra preocupação senão a disciplina imposta pelo bem comum." (Alves, Aluizio - 1969: 156-

Aos nacionalistas que se opunham à ação da Aliança para o Progresso, ele respondeu com estas palavras: "O nosso nacionalismo é, por isso, pragmático, e se despe de qualquer sentido ideológico de classe. Ele assenta no esforço capitalista, no esforço público, no esforço misto. Os seus dois objetivos são: primeiro, entregar a instrumentos brasileiros que representem a iniciativa privada e pública o comando da economia, estabelecendo mecanismos através dos quais o enriquecimento nacional não se acumule nas mãos de poucos e antes alcance seu legítimo usufrutuário, que é o povo; segundo, criar no Nordeste parcela significativa e ponderável de um grande mercado interno que funcione para si e apenas secundariamente para o mercado externo. Tal nacionalismo não é anti coisa alguma. Nem anti-capitalista nem anti-socialista.... Podemos, por isso, situar o nacionalismo brasileiro no seu contexto contemporâneo sem descampar para a área ideológica de classe, afirmando simplesmente que a idéia de nacionalismo se casa, hoje, com a idéia da reforma. Não devem existir separadamente, pois são as duas idéias-forças mais poderosas de nossa época." (Idem - 1969:157-158).

Os sinais mais evidentes da confiança e simpatia dos americanos pelo governador Aluizio Alves foram os milhões de dólares que eles mandaram para desenvolver o Rio Grande do Norte e a visita que o Presidente Kennedy pretendia nos fazer. Verdade é que, no dia 19 de outubro de 1962, na página 6, o Diário de Natal publicava a seguinte manchete: "Assessores de Kennedy em Natal: Presidente visitaria Rio Grande do Norte". A caravana de assessores, chefiada pelo Sr. Ralph A. Dungan, chegou a Natal, às 17 horas do dia 18 de outubro. Dizia o repórter do DN: "... assessores especiais do presidente Kennedy, que vieram ao Brasil complementar o programa da visita do chefe do Governo norte-americano ao nosso país e, de regresso aos Estados Unidos, desceram em Natal para se entrevistar com o governador Aluizio Alves, com vistas, ao programa do governo estadunidense em nossa capital, dia 14 de novembro próximo." (Diário de Natal - 19 de outubro de 1962).



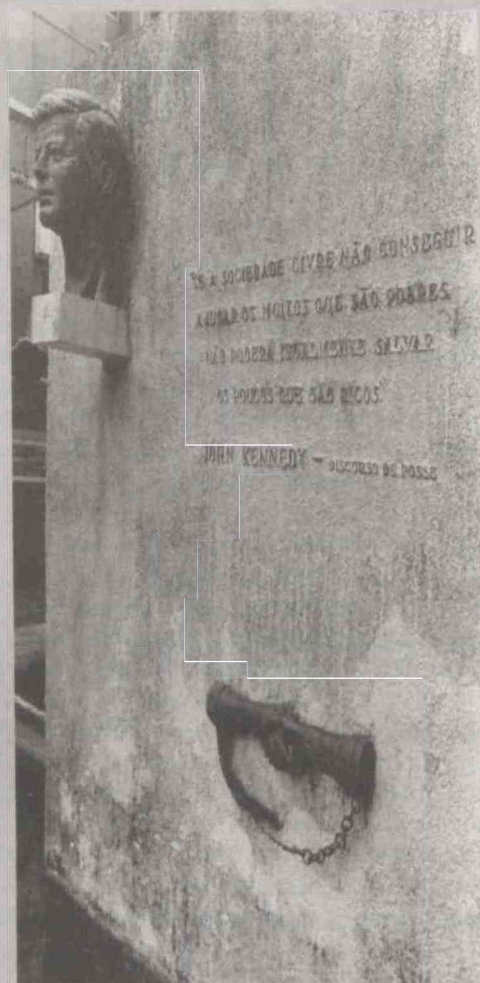
PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS, JOHN KENNEDY

Por razões políticas internacionais, o Presidente Kennedy não veio ao Brasil e, conseqüentemente, não visitou o nosso Estado. Em 22 de novembro de 1963, ele foi assassinado no centro de Dallas, no Estado do Texas.

O INSTITUTO KENNEDY

Por sua vez, o Governador Aluísio Alves colocou o nome INSTITUTO KENNEDY no enorme educandário que construiu no bairro de Dix-sept Rosado, ocupando uma área de 54.000 metros quadrados. A inauguração desta obra monumental, ocorrida no dia 22 de novembro de 1965, foi prestigiada pelo Senador Robert Kennedy, Irmão do Presidente Kennedy, e sua esposa Ethel. No discurso que proferiu naquela ocasião, o Governador Aluísio Alves comparou os Estados Unidos ao Bom Samaritano que, através da Aliança para o Progresso, estendia a sua mão poderosa para ajudar as nações mais pobres da América Latina. Finalizando o seu discurso, disse o Governador potiguar estas palavras comovedoras: "Na inauguração desta obra educacional, que peço a Vossa Excelência faça em memória do seu imortal Patrono, permita-nos homenageá-lo, na saudade de um povo livre ao mártir da liberdade, dizendo a quantos possam ouvir com o coração liberto de ódios e de frustrações":

"Se, no túmulo do cemitério de Arlington uma lâmpada votiva eterniza a lembrança de John Kennedy, para as crianças do mundo, - na escola de Natal, num país chamado Brasil, uma criança, depois outra, e sempre outra, manterá acesa, nos seus olhos, a chama votiva da Esperança." (Alves, Aluísio - 2ª, 1969:211).



PRAÇA DA IMPRENSA

Nas poucas horas que passou em Natal, o Senador Robert Kennedy recebeu o aplauso e o carinho da população natalense. Encerrou a sua visita, colocando uma coroa de flores no pequeno monumento erguido em homenagem ao seu irmão, o Presidente Kennedy, na Praça da Imprensa, situada no antigo Grande Ponto, no cruzamento da Rua João Pessoa com a Avenida Rio Branco. Este monumento fora construído através de fundos populares, arrecadados pela campanha "Do Povo para Kennedy", e foi inaugurado no dia 1º de maio de 1965, pelo Embaixador Norte-americano no Brasil, Sr. Lincoln Gordon.

Verdade é que, sem a substancial ajuda que a Aliança para o Progresso trouxe para o Rio Grande do Norte, o Governador

Outra marca da Guerra Fria no território potiguar foi a construção da Base para lançamento de foguetes, chamada BARREIRA DO INFERNO. Terminada a II Guerra Mundial em 1945, as grandes potências de então - Estados Unidos e União Soviética - resolveram desenvolver tecnologias para a conquista do espaço sideral. Surpreendendo o mundo inteiro, a União Soviética iniciou a conquista do espaço lançando o Sputnik I, no dia 4 de outubro de 1957. Pela primeira vez, o homem conseguira fazer com que um objeto escapasse à Lei da Gravidade e girasse sobre a órbita do planeta. Em 95 minutos, o Sputnik I deu uma volta em torno da Terra a uma velocidade de 24.500 quilômetros por hora.

A liderança soviética na conquista espacial incomodou profundamente o mundo Ocidental, especialmente, os Estados Unidos. Por isso, para não ficar em posição de inferioridade, os norte-americanos lançaram o seu primeiro satélite artificial - Explorer I - no dia 1º de fevereiro de 1958. Este primeiro satélite foi posto em órbita pelo foguete Júpiter C.

Com o lançamento do Sputnik I e do Explorer I, estava iniciada a era espacial, que tem consumido bilhões de dólares das superpotências.

Visando à integração de aliados importantes no seu plano estratégico mundial, os Estados Unidos foram passando para eles um pouco da tecnologia de fabricação e de lançamento de foguetes para fins científicos. O Brasil foi um dos aliados a compartilhar desta política. Portanto, foi dentro deste contexto que surgiu a Base de Foguetes "Barreira do Inferno", situada no



CLBI - CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO

BARREIRA DO INFERNO

Em julho de 1964, o Capitão da FAB, Raimundo Soares Bulcão de Vasconcelos, iniciou os contatos para conseguir o terreno para construir a referida base. O terreno escolhido pertencia ao Sr. Fernando Gomes Pedroza. Ao invés de vendê-lo ao governo federal, ele preferiu doá-lo à FAB (Força Aérea Brasileira). Sob o comando do Capitão Bulcão, mas sem saber a finalidade, quinze presos da Detenção de Natal trabalharam no desmatamento daquele terreno. (Mendonça, Fernando - p.33). Com a colaboração de várias empresas de Natal e do Governo do Estado, as instalações ficaram prontas rapidamente. Para facilitar o acesso àquela Base, o Governador Aluizio Alves pavimentou com paralelepípedo a estrada de Pirangi, no trecho entre Ponta Negra e a Base de Barreira do Inferno. O primeiro foguete lançado ali chamava-se NIKE APACHE, e aconteceu o seu lançamento na tarde do dia 15 de dezembro de 1965. Esta é a data oficial da inauguração da Barreira do Inferno. Desta data até dezembro de 1995, portanto, ao longo de 30 anos, a Barreira já realizou 2.625 lançamentos, sem acidentes, e rastreou 71 veículos Ariane, também sem falhas, rendendo US\$ 156 mil para a Aeronáutica por rastreamento". (Diário de Natal - 17 de dezembro de 1995).

O INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO DO RN

A COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE (COSERN)

Com a substancial
ajuda da Aliança para o
Progresso e os recursos
da SUDENE, o Governador
Aluizio Alves deu início
ao processo de
desenvolvimento econômico
do Rio Grande do Norte.
Para agilizar as novas ações
do governo, ele criou várias
empresas de economia
mista, tais como:

Das medidas tomadas para iniciar o processo de desenvolvimento econômico, a mais importante foi, sem dúvida, trazer a energia de Paulo Afonso para o nosso Estado. Pois, sem energia elétrica, abundante e barata, não pode haver desenvolvimento econômico.

Desde o início dos anos 50, que se falava em resolver este problema. Em junho de 1951, João Café Filho, quando era vice-presidente da República, veio a Natal despertar a sociedade para resolver este problema. Criou-se, então, a Companhia Eletrificadora do Nordeste S. A., presidida pelo Prof. Ulisses de Góis, com a finalidade de angariar recursos para custear as despesas com a vinda desta energia. Depois, com a morte de Getúlio Vargas, Café Filho assumiu a presidência da República e governou o Brasil durante um ano e cinquenta dias, isto é, de 24 de agosto de 1954 até 11 de novembro de 1955. Ele fez muita coisa pelo Rio Grande do Norte, mas não trouxe para cá a energia de Paulo Afonso. O nosso Estado continuou fora dos programas de eletrificação da CHESF.

Enquanto isso, na Câmara Federal, o então Deputado Aluizio Alves assumiu esta bandeira de luta. Mas, somente quando foi eleito governador do Estado, teve força suficiente para trazer a tão sonhada energia de Paulo Afonso.

No dia 02 de abril de 1963, o Presidente João Goulart inaugurou, em Santa Cruz, a energia redentora. Era o começo de uma nova etapa na vida econômica do Estado. Agora, os norte-rio-grandenses podiam implementar um processo de industrialização. Em 21 de dezembro de 1963, esta energia chegou a Natal, em solenidade presidida novamente pelo Presidente da República, João Goulart.

Para levá-la a todos os municípios do Estado, o Governador Aluizio Alves tinha criado, através da Lei, Nº 2.721, de 14 de dezembro de 1961, a COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE (COSERN), com um capital inicial de 60 milhões de cruzeiros. Em 1998, ela foi privatizada, ficando em poder de um grupo responsável.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO (CED)

Para adequar-se à dinâmica operacional da SUDENE, o Governador Aluísio Alves criou a Comissão Estadual de Desenvolvimento, através do Decreto Nº 3.804, de 1º de fevereiro de 1961. Depois, através da Lei Nº 2.796, de 11 de maio de 1962, o Governador instituiu o CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO (CED). Todo o planejamento da ação governamental ficou a cargo deste órgão. Para preparar técnicos para o desenvolvimento, o CED promoveu vários cursos para ensinar as técnicas de elaboração de projetos e a análise econômica.

COMPANHIA DE ÁGUAS E SOLOS (CASOL)

Através da Lei Nº 2.817, de 27 de fevereiro de 1963, o Governador Aluísio Alves constituiu a sociedade de economia mista para realizar pesquisa, prospecção e análise de águas e do solo. O capital inicial desta empresa foi de CR\$ 100 milhões de cruzeiros.

COMPANHIA TELEFÔNICA DO RIO GRANDE DO NORTE (TELERN)

Para promover a implantação e a exploração da telefonia no Estado, o Governador Aluísio Alves criou a Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (Telern), através da Lei Nº 2.918, de 03 de setembro de 1963. Esta empresa trabalha em sintonia com a TELEBRÁS. Foi também privatizada em 1998.

A FUNDAÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR (FUNDHAP)

Através da Lei Nº 2.891, de 06 de julho de 1963, o Governador Aluísio Alves instituiu esta Fundação destinada a executar a política habitacional do governo. A obra de maior vulto realizada pela FUNDHAP, foi a construção da CIDADE DA ESPERANÇA, em Natal. Com recursos da SUDENE e, sobretudo, da Aliança para o Progresso, foram construídas 504 casas populares, em 1964. Os governos posteriores ampliaram aquele conjunto habitacional.

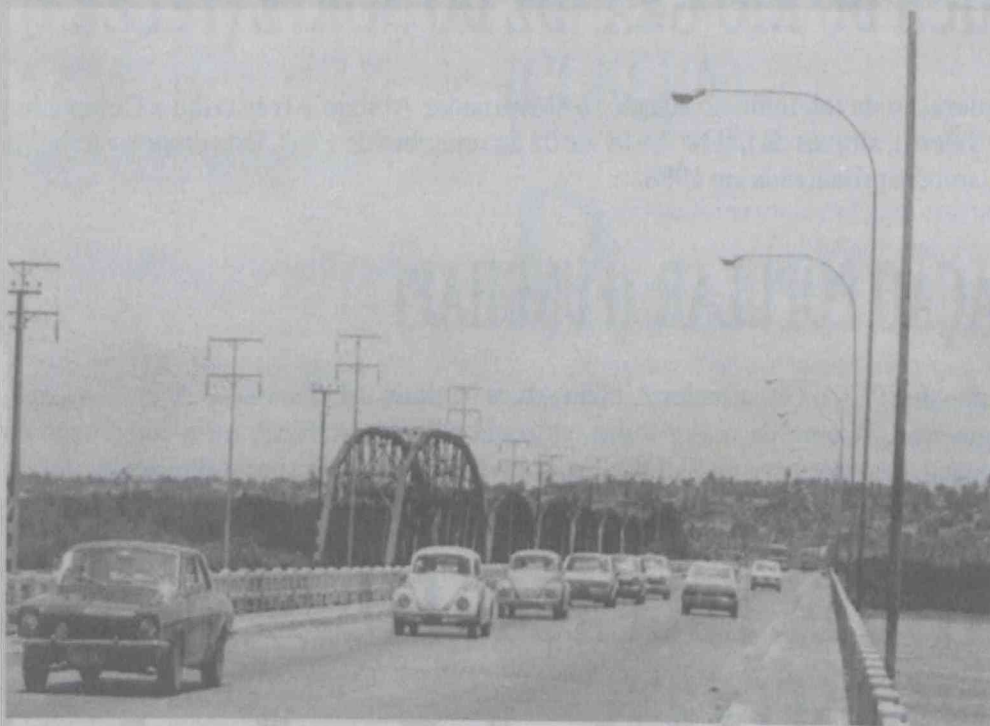
SERVIÇO COOPERATIVO DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (SECERN)

Para dinamizar a ação do governo do Estado no setor educacional, foi criado o SECERN pelo Decreto Nº 3.995, de 9 de dezembro de 1962. O programa do governo no campo educacional compreendia a formação, treinamento e aperfeiçoamento do corpo docente do ensino primário, assim como a Campanha para alfabetizar 100 mil adultos. A experiência piloto desta campanha realizou-se em Angicos, onde, através do Método Paulo Freire, um adulto era alfabetizado em 40 horas. Esta experiência teve repercussão nacional. É bom lembrar que, naquela época, a taxa de analfabetismo entre a população adulta ficava em torno de 80%. (Alves, Aluísio - 1963:70).

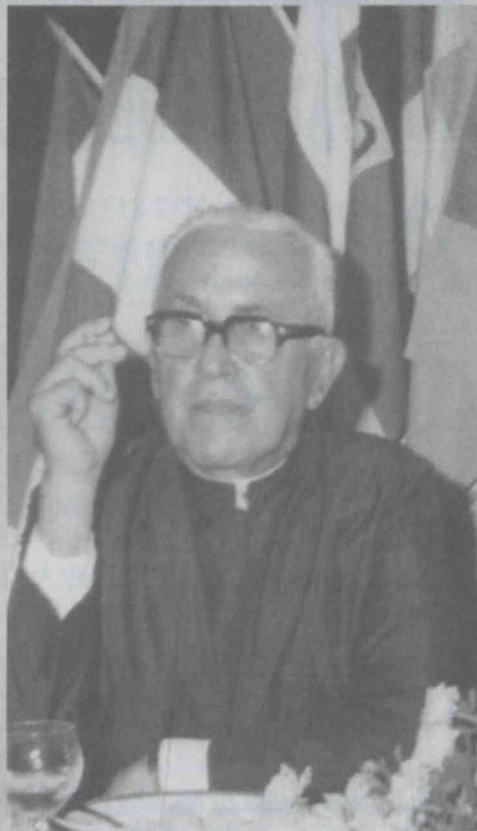
É importante lembrar que, antes da criação destes órgãos, o Governo do Estado e quase todas as suas Secretarias se aglomeravam precariamente nas dependências do Palácio Potengi. Com o desenrolar do processo de desenvolvimento econômico e social do Estado, cresceu o aparelho burocrático, havendo, assim, uma melhor divisão do trabalho, um corpo burocrático mais qualificado e, conseqüentemente, mais eficiência operacional. A modernização da máquina burocrática governamental era um imperativo do desenvolvimento econômico, que estava dando os primeiros passos no Rio Grande do Norte.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE - (1960 - 1994)

Comparando a economia norte-rio-grandense deste período (1960/1964) com a situação nas décadas anteriores, notamos grandes mudanças. É isto o que vamos analisar neste capítulo. Assim, até 1960, a economia potiguar era predominantemente marcada pela agropecuária. Produtos tradicionais como o algodão, o sal e a cera de carnaúba dominavam a nossa pauta de exportação, tanto em quantidade, quanto em valor produzido. Além disso, era altíssima a carência de infra-estrutura energética e rodoviária. A circulação das pessoas e dos produtos era feita através de estradas de barro, que alongavam as distâncias. A iluminação das cidades - capital e interior - era feita, de maneira individualizada: cada uma possuía energia fornecida por motores movidos a óleo diesel.



PONTE DE IGAPÓ, CONSTRUÍDA NO GOVERNO WOLFREDO GURGEL. NOME OFICIAL: PONTE PROF. ULISSES CELESTINO DE GÓES



GOVERNO WOLFREDO GURGEL.

As sucessivas secas de 1951, 53, 55 e 58, assim como o bloqueio aos nossos produtos de exportação - algodão e açúcar - no mercado do Sudeste brasileiro, levaram a economia nordestina a uma quase completa bancarrota. Desta crise econômica surgiu uma nova mentalidade em relação ao Nordeste. A pala-

vra - "Desenvolvimento" - passou a ser usada por todo mundo ao longo dos anos 50. Ela trazia nas suas entranhas a força mágica das transformações desejadas. A comparação que se começou a fazer entre os padrões de vida dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos provocou, nestes últimos, o desejo de deixar para trás um passado de carências múltiplas. Neste clima psicossocial, a tomada de consciência das possibilidades de desenvolvimento dividiu os atores sociais daquela conjuntura em duas categorias antagônicas: de um lado, os Revolucionários, para quem tudo estava errado na sociedade capitalista brasileira; de outro lado, os Reformistas, mais pragmáticos, que defendiam as reformas econômicas e sociais para melhorar paulatinamente as condições de vida da população, sem, no entanto, abolir a sociedade capitalista. O golpe militar de março de 1964, através do qual os militares derrubaram do poder o Presidente João Goulart, selou a vitória dos reformistas sobre os revolucionários. Foi, por conseguinte, no bojo desta crise econômica e política, que se forjou uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste, com ênfase na industrialização, que, naturalmente, atingiu o Rio Grande do Norte.

TRÊS IMPULSOS

Segundo o economista Leonardo Guimarães, o desenvolvimento do Nordeste e, conseqüentemente, do Rio Grande do Norte, a partir de 1960, foi resultado de três impulsos fundamentais: a SUDENE (1960-1967), o "Milagre Brasileiro" (1967-1973) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1978). (Guimarães, Leonardo, 1986: 208-231, citado por Clementino, Maria do Livramento M. - 1990:201-203).

Nestes três momentos diferentes, os recursos federais foram canalizados para industrializar a região e dotá-la de toda uma infra-estrutura (isto é, energia elétrica, rodovias, telecomunicações, equipamentos urbanos, habitação popular etc...) indispensável ao processo de desenvolvimento econômico e social. Além disso, foram elaborados e implementados grandes programas para desenvolver o setor primário do Brasil e do Nordeste.



MAISA

A SUDENE

Criada pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 1959, a SUDENE funcionou plenamente ao longo dos anos 60 e início dos anos 70. Seu objetivo maior era desenvolver uma Política industrializante para o Nordeste. Para atingir este objetivo, ela contou inicialmente com incentivos fiscais e financeiros, chamados "Sistema 34/18" que, em dezembro de 1974, foi substituído pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Naquela época havia, em abundância, capital acumulado no Sudeste. Ao mesmo tempo, a consciência social e política do Nordeste tinha alcançado níveis elevadíssimos, ao ponto de se dizer que o Nordeste se tornara a região mais explosiva do Hemisfério Sul. Portanto, se investir na industrialização do Nordeste era, naquela época, um excelente negócio econômico para a burguesia industrial do Sudeste, do ponto de vista político, integrar esta região, potencialmente explosiva, à dinâmica do mercado nacional, era uma necessidade urgente para manter a unidade nacional.

Através do "Sistema 34/18", a SUDENE canalizou vultosos recursos financeiros, privados e públicos, para desenvolver a região. Analisando a procedência geográfica dos recursos do "Sistema 34/18", os economistas Goodman e Roberto Cavalcanti, concluíram que, "aproximadamente 80%, do capital acionário das empresas beneficiadas eram de propriedade de pessoas residentes fora do Nordeste..." (Goodman, D. E. e Albuquerque, Roberto Cavalcanti - 1974:308).

Pelo Quadro Nº 01, podemos verificar a quantidade de projetos aprovados pela SUDENE desde o início do seu funcionamento até 1975.

QUADRO Nº 01

Projetos de Grandes Empresas Aprovados pela SUDENE Até 1975

Estados	Projetos Industriais, Turísticos, Telecomunicação e Pesca*	Projetos Agropecuários**	Total
Piauí	-	25	25
Maranhão	17	43	60
Ceará	86	67	153
RN	60	36	96
Pernambuco	180	57	237
Paraíba	85	96	181
Alagoas	07	06	13
Sergipe	23	02	25
Bahia	135	39	174
TOTAL	593	371	964

Fontes: *Minter/SUDENE - Projetos Industriais Aprovados, Recife, 1976
**Idem - Projetos aprovados, Recife, 1973

Analisando este Quadro Nº 01, podemos verificar que, até 1975, o Rio G. do Norte já possuía 96 projetos aprovados pela SUDENE. Observamos, igualmente, que os Estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba são os que tiveram o maior número de projetos aprovados. Significa isto que o processo de desenvolvimento, iniciado pela SUDENE, gerou desigualdades dentro da própria região nordestina. Esta tendência de desequilíbrio interno entre os Estados do Nordeste permanece inalterada até hoje.

A ENERGIA ELÉTRICA DE PAULO AFONSO PARA O RIO GRANDE DO NORTE

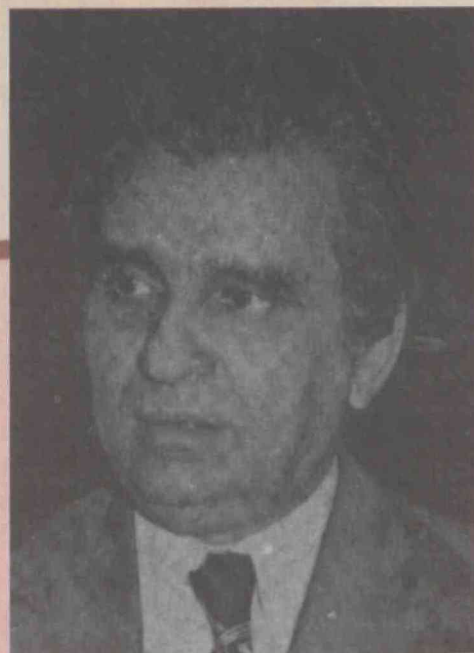
O processo de desenvolvimento econômico, sobretudo o setor industrial, exige que se construa uma infra-estrutura energética abundante e barata. É da cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco, que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), criada em 1948 pelo governo federal, gera energia para abastecer todo o Nordeste. Enquanto os outros Estados foram logo beneficiados, esta energia chegou ao Rio Grande do Norte somente em 1963. A luta para conquistá-la durou mais de dez anos. A razão alegada para justificar este retardamento era a falta de recursos financeiros. Após muitos anos de luta, o então Governador Aluizio Alves, apoiado pelo governo federal e pela Aliança para o Progresso, trouxe a energia de Paulo Afonso para o Rio Grande do Norte. Verdade é que, no dia 02 de abril de 1963, o Presidente da República, João Goulart, inaugurou a energia redentora na cidade de Santa Cruz. Em 31 de dezembro de 1963, ela foi inaugurada em Natal. A partir de então, o processo de eletrificação do Rio Grande do Norte expandiu-se para todos os municípios.

A Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), criada pelo Governador Aluizio Alves, mediante a Lei Nº 2.721, de 14 de dezembro de 1961, ficou encarregada de administrar a energia de Paulo Afonso no território potiguar, comprando-a à CHESF e revendendo-a à população.

Analisando o Quadro Nº 02, podemos inferir que, no final do governo Cortez Pereira (15/03/1975), 144 cidades do Rio Grande do Norte, ou seja, 94,10%, estavam iluminadas com a energia de Paulo Afonso.

Desde o início dos anos 70 que a COSERN começou a eletrificar as propriedades rurais e, ao mesmo tempo, intensificou a energização das vilas e povoados do nosso Estado. (Melo, Verissimo de - 1994:63).

No seu relatório de 1988, a diretoria da COSERN afirmava que esta empresa atendia a 403.449 consumidores em 844 localidades. (Idem - 1994:83).



GOV. ALUÍZIO ALVES

**Cidades do
Rio Grande do Norte
Iluminadas pela
Energia de Paulo
Afonso, no Período
de 1966 a 1983**

QUADRO Nº 02

GOVERNOS	Número de Cidades Eletrificadas	% Sobre o Total
Gov. Aluizio Alves (De 31/01/61 a 31/01/1966)	23	15,03
Gov. Walfredo Gurgel (De 31/01/66 a 15/03/1971)	63	41,17
Gov. Cortez Pereira (De 16/03/71 a 15/03/75)	58	37,90
Gov. Tarcísio Maia (De 15/03/75 a 15/03/79)	-	-
Gov. Lavoisier Maia (De 15/03/79 a 15/03/83)	09	5,90
TOTAL	153	100,00

FONTE: Azevedo, Aluizio - Cronologia do RN, Natal, 1996

A EXPANSÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

Na sua complexidade, o processo de desenvolvimento exige também uma infra-estrutura de telecomunicações que aproxime os centros urbanos, os pólos produtores e agiliza os negócios.

Antes dos anos 60, havia no território potiguar cerca de 90 serviços telefônicos, dos quais cerca da metade funcionava como empresas municipais. Na capital do Estado, os primeiros telefones foram instalados em 1911, pelo Governador Alberto Maranhão. Eram, apenas, 100 (cem) aparelhos. Em 1943, a empresa Força e Luz Nordeste do Brasil instalou 500 telefones automáticos em Natal. Foi uma exigência das Forças Armadas, que se instalaram aqui durante a II Guerra Mundial. No final dos anos 50, Natal se comunicava através de 2.040 terminais implantados, em 1948, pela Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil.

Os 90 serviços telefônicos municipais, existentes antes da TELERN, eram precários, restritos aos municípios onde estavam instalados. Com exceção de Mossoró (1.500 terminais), Caicó (400 terminais) e Currais Novos (200 terminais), todas as demais cidades que possuíam centrais telefônicas dispunham de menos de 100 (cem) aparelhos cada uma. (Bezerra, Luiz G.M. (Organizador) - 1985:16-18).

Além disso, não havia uma rede telefônica interurbana ligando as diversas cidades do interior potiguar entre si ou com a capital do Estado. Apenas, a COMENSA (Companhia de Melhoramentos de Mossoró) operava, "através de circuitos de ferro galvanizado de um só fio com retorno por terra, 17 cidades da chapada da Zona Oeste, além da interligação de 27 núcleos rurais. A referida Zona Oeste está isolada do resto das principais cidades do Estado e de sua capital". (Idem - 1985:81).

Esta situação começou a mudar em todo o Brasil graças aos grandes investimentos que o governo federal, a partir dos anos 60, começou a fazer na modernização e expansão dos nossos serviços telefônicos. Para comandar a nova política das telecomunicações, o governo federal criou a TELEBRÁS.

Em cada Estado foi criada uma empresa (se, antes, não existia) para, uma vez incorporada à TELEBRÁS, implementar a nova política das telecomunicações. No Rio Grande do Norte, o Governador Aluizio Alves criou a TELERN (Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte S.A.) através da Lei N° 2.918, de 03 de setembro de 1963. Em Assembléia Geral ordinária, realizada em 03 de março de 1964, foi constituída a referida companhia telefônica.

O SISTEMA DE TELEFONIA ATRAVÉS DE MICROONDAS

Uma das metas do governo Aluizio Alves era melhorar o sistema de comunicação existente no Rio Grande do Norte, substituindo-o por algo mais moderno. Por isso, em 1965, ele começou a implementar o Plano Estadual de Telecomunicações interligando as principais cidades do Estado através de um sistema de Microondas. Este sistema funcionava à base de rádio-telefonía. Tudo era à base de válvulas, que facilmente se queimavam. Mesmo assim, era o que havia de mais moderno, naquela época, no setor da telefonia interurbana. Através de estações repetidoras, colocadas em lugares estratégicos, as mensagens se propagavam através de microondas. Assim foram vencidas as grandes distâncias.

A implantação deste sistema de microondas exigiu um investimento da ordem de 800 milhões de cruzeiros, sem computar neste total a construção dos prédios que eram feitos pelas prefeituras. (Tribuna do Norte - 18 de março de 1965). Todo o equipamento deste sistema foi comprado à INBELSA, de São Paulo. A supervisão dos trabalhos de instalação do sistema de Microondas ficou a cargo dos técnicos Aluizio Monteiro e Durval Paiva Filho.

No dia 18 de março de 1965, o Governador Aluizio Alves inaugurou, no Morro do Tirol, em Natal, a Estação Radiofônica, cabeça do novo sistema de telecomunicações do Estado através de microondas. No dia seguinte, 19 de março, num gesto de deferência à sua terra natal, ele inaugurou o serviço de microondas em Angicos. Eram 33 aparelhos através dos quais se falava com Natal e outras cidades com a ajuda da repetidora construída na Serra de Santana.

Por conseguinte, o Governador Aluizio Alves inaugurou o Sistema de Microondas nas seguintes cidades:

Cidades	Data de Inauguração
1. Natal	18/03/1965
2. Angicos	19/03/1965
3. Currais Novos	30/03/1965
4. Santana do Matos	26/07/1965
5. Mossoró	21/08/1965
6. Areia Branca	30/08/1965
7. Caicó	26/09/1965
8. Jardim do Seridó	26/09/1965
9. Assu	29/09/1965
10. Santa Cruz	02/10/1965

(Tribuna do Norte - 1965)

No dia 20 de novembro de 1965, Natal começou a se comunicar oficialmente com a Paraíba e Pernambuco, através de uma conexão com a Empresa Telefônica da Paraíba S.A. (ETP). (Bezerra, Luiz G. M. (ORG.) - 1985:86).

O governo Walfredo Gurgel (31/01/1966 a 15/03/1971) continuou implementando o Plano Estadual de Telecomunicações elaborado pelo seu antecessor. Verdade que, ele instalou o Sistema de Microondas nas seguintes cidades:

Cidades	Data de Inauguração
1. Macau	22/01/1967
2. Ceará-Mirim	24/01/1967
3. Parelhas	16/01/1971
4. Martins	23/01/1971
5. Pau dos Ferros	02/03/1971
(Diário de Natal - 1967-1971)	

No dia da inauguração do Sistema de Microondas em Martins, o Governador Walfredo Gurgel inaugurou também a repetidora de Martins, destinada a servir a todos os municípios do Alto-Oeste potiguar.

A TELERN ASSUME O COMANDO DA TELEFONIA NO RN

Para modernizar e expandir a telefonia no Rio Grande do Norte, a TELERN recebeu do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), a concessão para explorar todos os serviços telefônicos do Estado, mediante a Portaria Nº 1.616, de 22 de agosto de 1970. Esta concessão foi corroborada pelo Decreto Federal Nº 70.091, de 02 de fevereiro de 1972, pelo "prazo de 30 anos, a começar em 03 de fevereiro de 72 e vencimento para 03/02/2002." (Bezerra, Luiz G.M. (Org.) - 1985:31). Isto significava o desaparecimento de todas aquelas empresas municipais ou privadas que funcionavam anteriormente. Todas foram obrigadas, por lei, a se incorporar à TELERN.

A primeira empresa que se incorporou à TELERN foi a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, que, desde 1928, explorava estes serviços em Natal. Depois, foram incorporadas as demais do Interior do Estado.

Por sua vez, em 14 de setembro de 1973, a TELERN foi incorporada à TELEBRÁS. Completava-se, assim, o monopólio federal dos serviços telefônicos do Rio Grande do Norte sob o controle das empresas estatais: TELEBRÁS E EMBRATEL.



SEDE DA TELERN EM NATAL

MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO

Enquanto alguns dirigentes da TELERN cuidavam dos seus aspectos jurídicos, necessários à sua integração ao sistema nacional, outros tomavam providências para adquirir equipamentos modernos e expandir a oferta de aparelhos. Dentro da precariedade de recursos existentes nos primeiros anos, a TELERN, aos poucos, foi substituindo o sistema de microondas, implantado pelo Governador Aluísio Alves, por equipamentos mais modernos. Neste processo de modernização, o momento mais importante foi a instalação da Nova Central Telefônica de Natal, que foi inaugurada no dia 1º de dezembro de 1972, pelo Ministro das Comunicações, Higinio Corsetti, em solenidade presidida pelo Governador Cortez Pereira. A festa foi realizada em frente à sede da TELERN, na Av. Prudente de Moraes, Nº 757. Divididas em dois palanques, as autoridades estaduais e federais, e o povo na rua, assistiram àquele ato histórico que mudou a vida da comunidade norte-rio-grandense. Naquele momento, a central telefônica implantada em 1943 era substituída por uma nova, de fabricação japonesa, Tipo NC-400BA, a primeira deste gênero instalada no Brasil. A Nova Central Telefônica de Natal tem capacidade para atender a 60.000 linhas e custou um investimento da ordem de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros). (Pereira, Cortez - 1973: 113).

Além do que já foi dito, a Nova Central Telefônica estava apta a funcionar com o sistema DDD (Discagem Direta à Distância). (Diário de Natal - 28 e 29 de novembro, e 02 de dezembro de 1972).

De posse deste novo equipamento, a TELERN expandiu a oferta de telefones na capital e no interior. Verdade é que, de 1972 a 1982, ela implantou, em Natal, cinco planos de expansão para atender à demanda. Para realizar esta expansão, foram instaladas centrais com prefixos 222, 231, 223, 236 e outros que surgiram posteriormente.

DDD e DDI

Natal ligou-se, oficialmente, ao resto do Brasil, através do sistema DDD (Discagem Direta à Distância), no dia 03 de março de 1975. Em solenidade simples, o Governador Cortez Pereira fez a primeira ligação DDD, falando com o Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira. Em seguida, falou o presidente da TELERN, Engenheiro Luciano Bezerra de Mello, que comunicou-se com o presidente da TELEBRÁS, José Antônio de Alencastro e Silva.

O sistema DDI (Discagem Direta Internacional) foi inaugurado pelo Governador Tarcísio Maia, no dia 31 de março de 1976. Do Palácio Potengi, em Natal, ele falou alguns minutos com o Embaixador do Brasil no Canadá, Diplomata Geraldo de Carvalho Sillos. (Diário de Natal - 01/04/1976).

Após a inauguração destes dois sistemas de comunicação - DDD e DDI - o Rio Grande do Norte saiu do isolamento provinciano em que se encontrava, integrando-se às telecomunicações de todo o país.

QUADRO Nº 04

RN: EXPANSÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES PARA AS SEDES DOS MUNICÍPIOS NO PERÍODO DE 1972 a 1996

Expansão Realizada Pela TELERN no Governo de:	CIDADES	
	Nº	%
CORTEZ PEREIRA (De 15/03/71 a 15/03/75)	08	4,81
TARCÍSIO MAIA (De 15/03/75 a 15/03/79)	65	39,17
LAVOISIER MAIA (De 15/03/79 a 15/03/83)	49	29,51
1º GOV. JOSÉ AGRIPINO MAIA (De 15/03/83 a 15/05/86)	09	5,42
RADIR PEREIRA (De 15/05/86 a 15/03/87)	05	3,01
GERALDO MELO (De 15/03/87 a 15/03/91)	27	16,28
2º GOV. JOSÉ AGRIPINO MAIA (De 15/03/91 a 15/03/94)	---	----
VIVALDO COSTA (De 15/03/94 a 15/03/95)	01	0,60
GARIBALDI ALVES (De 15/03/95 a	02	,20
TOTAL	166	100,00

Fonte: TELERN - Relatório de Localidades Atendidas,
até 15 de outubro de 1996.

Analisando o Quadro Nº 03, podemos verificar os diversos momentos do avanço das telecomunicações no nosso Estado. A expansão deste serviço público só foi possível depois que o Governador Cortez Pereira inaugurou a Nova Central Telefônica de Natal, no dia 1º de dezembro de 1972. Vimos, anteriormente, que este equipamento tinha capacidade para operar 60.000 linhas. Uma vez implantada esta Nova Central, a TELERN trabalhou intensamente na expansão da rede de Natal, que estava superdefasada, assim como a de Mossoró e a de Caicó. Ao mesmo tempo, a TELERN ia incorporando ao seu controle administrativo as empresas telefônicas existentes nos municípios do interior potiguar. Por isso, o Governador Cortez Pereira implantou telefones modernos, pela primeira vez, somente em oito cidades. A grande expansão aconteceu nos governos dos seus sucessores.

Analisando, novamente o Quadro Nº 03, inferimos que a maior parte das cidades do interior potiguar recebeu telefones modernos nos governos Tarcísio Maia e Lavoisier Maia.



GOV. TARCÍSIO MAIA

Em ambos, 114 cidades, representando 68,68% do total, foram beneficiadas com este tipo de serviço. Uma das razões desta expansão foi a ideologia da Segurança Nacional. Naquela época, em pleno regime militar, o Governo Federal tinha uma grande preocupação com a Segurança Nacional. Por isso, foram realizados grandes investimentos na expansão das telecomunicações nas regiões mais pobres e mais isoladas do território nacional: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Serviços telefônicos foram instalados em pequeninas cidades do interior, sabendo o governo federal que elas não tinham condições, sequer, de cobrir as despesas de manutenção deste serviço. Mesmo assim, a expansão foi realizada, era um imperativo da Segurança Nacional! Por isso, em decorrência desta ideologia, foi que o Governador Tarcísio Maia, em janeiro de 1978, na presença do Ministro das Comunicações, Quandt de Oliveira, assinou um convênio entre o Estado, a TELERN e as Prefeituras Municipais, para a instalação de POSTOS DE SERVIÇO (PS) em 117 cidades do Rio Grande do Norte. O primeiro município a receber um Posto de Serviço (PS) foi Ipanguaçu, em abril de 1978. A instalação destes PS, iniciada no governo Tarcísio Maia, prolongou-se durante o governo Lavoisier, e só foi concluído este convênio no primeiro governo de José Agripino Maia. Até março de 1991, final do governo Geraldo Melo, apenas três sedes municipais do Rio Grande do Norte não tinham estação de telefones.

QUADRO Nº 04

RN: EXPANSÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES PARA AS VILAS E POVOADOS, NO PERÍODO DE 1978 a 1996

Expansão Realizada Pela TELERN no Governo de:	Vilas e Povoados Nº	%
LAVOISIER MAIA (De 15/03/79 a 15/03/83)	04	1,30
1º GOV. JOSÉ AGRIPINO MAIA (De 15/03/83 a 15/05/86)	02	0,65
RADIR PEREIRA (De 15/05/86 a 15/03/87)	18	5,85
GERALDO MELO (De 15/03/87 a 15/03/91)	55	17,86
2º GOV. JOSÉ AGRIPINO MAIA (De 15/03/91 a 15/03/94)	25	8,11
VIVALDO COSTA (De 15/03/94 a 15/03/95)	44	14,29
GARIBALDI ALVES (De 15/03/95 a....)	160	51,94
T O T A L	308	100,00

Fonte: TELERN -Relatório de Localidades
Atendidas, até 15 de outubro de 1996.

Depois que instalou telefones em todas as cidades potiguares, a TELERN expandiu os seus serviços para as vilas e povoados. Analisando o Quadro Nº 04 verificamos que esta nova onda de expansão ocorreu, em ritmo crescente, do governo Radir Pereira para cá, sobretudo, no 1º governo Garibaldi Alves Filho.

Atualmente, em março de 1997, o Rio Grande do Norte possuía "207 mil telefones instalados, dos quais 41 mil celulares, 4 mil telefones virtuais e 146 mil convencionais". Em março de 1997, "511 localidades dispõem dos serviços da TELERN". Além disso, o Rio Grande do Norte, nesta mesma data, era o "7º Estado da Federação a ser totalmente unificado pelas telecomunicações". (O TELERN, ano XXII, fevereiro de 1997, Nº 228).

Grandes investimentos estão programados para que as telecomunicações do Rio Grande do Norte possam acompanhar as novas tecnologias que estão surgindo no Brasil e no mundo.

O DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO

O EDIFÍCIO-SEDE DO DER

A malha rodoviária do Rio Grande do Norte começou a se expandir durante o governo Aluizio Alves (1961 - 1965). Ele elaborou e executou o Plano Rodoviário Estadual. Além de construir 409 quilômetros de novas rodovias, ele melhorou 326 quilômetros de estradas já existentes, assim como cuidou da conservação de 669 quilômetros de estradas. (Alves, Aluizio - 1965).

No setor rodoviário estadual, outra iniciativa de destaque do governo Aluizio Alves foi, sem dúvida, a construção do edifício-sede do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DER), na Avenida Salgado Filho. Na sua última Mensagem à Assembléia Legislativa, ele disse o seguinte sobre esta obra: "Em um terreno de 8.000 metros quadrados, a nova sede terá uma área construída de 3.000 metros quadrados, elevando-se o custo da construção a Cr\$ 308.014.814 (trezentos e oito milhões, quatorze mil, oitocentos e quatorze cruzeiros), quantia que, juntada ao custo do terreno (Cr\$ 20.000,00) e instalações (Cr\$ 60.000,00) subirá a Cr\$ 388.014.814". (Alves, Aluizio - 1965:19).

Além disso, foram investidos vultosos recursos na compra de equipamentos nacionais e estrangeiros para o DER melhorar o seu desempenho na construção, melhoramento e conservação das estradas.

O edifício-sede do DER foi inaugurado no dia 30 de janeiro de 1966. (Diário de Natal - 31 de janeiro de 1966). É importante registrar que, na execução do Plano Rodoviário Estadual, o governo Aluizio Alves investiu Cr\$ 7.476.933.146 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e quarenta e seis cruzeiros). (Idem - 1965:19).



GOVERNADOR JOSÉ AGRIPINO, ASFALTAMENTO DE RODOVIAS ESTADUAIS

RODOVIAS ESTADUAIS

Até o final dos anos 50, viajar de Natal para os pontos mais distantes do interior potiguar era uma grande penitência. A título de ilustração, basta lembrar que, da capital do Estado para Mossoró, o cidadão gastava de 8 a 10 horas de viagem, ou mais tempo, dependendo da estação do ano (inverno ou verão) e do tipo do veículo. De Natal para São José de Campestre, percurso de 115 kms, gastava-se cerca de quatro horas de viagem. Não havia estradas asfaltadas para encurtar as distâncias e facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. Esta situação começou a mudar a partir dos anos 60, graças aos recursos da SUDENE, do Ministério dos Transportes, e da Aliança para o Progresso, além dos recursos financeiros do Estado.

A PONTE DE IGAPÓ

O governo Walfredo Gurgel foi a continuação do seu antecessor, Aluízio Alves. Verdade é que, em quase todos os setores da administração estadual, o Monsenhor Walfredo procurou concluir projetos e obras iniciadas pelo seu antecessor. As dívidas eram enormes! Por isso, Walfredo Gurgel não pôde realizar muitas obras. Mesmo assim, deixou obras importantes e significativas.

A grande obra do governo Walfredo Gurgel no setor rodoviário foi, sem dúvida, a construção da ponte de Igapó sobre o rio Potengi, numa extensão de 606,50 metros.

A velha ponte de ferro, construída em 1916, estava totalmente superada.

A construção desta ponte foi uma obra do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), cuja execução foi delegada ao governo do Estado pelo Ministro dos Transportes, Mário Andreazza. Venceu a concorrência para construí-la a Construtora Norberto Odebrecht S/A, que trabalhou 447 dias para construí-la. O custo total da ponte ficou em Cr\$ 11.325.226,36 (onze milhões, trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e vinte e seis cruzeiros e trinta e seis centavos).

Por iniciativa do deputado Moacir Duarte, que apresentou um projeto que foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, a ponte de Igapó passou a ser chamada oficialmente de - PONTE PRESIDENTE COSTA E SILVA.

Esta ponte foi inaugurada festivamente no dia 26 de setembro de 1970. No discurso de inauguração, o Diretor Geral do DER/RN, Engenheiro Fernando Luiz Gonçalves Bezerra, apresentou dados que nos dão uma

A nos depois, o Governador José Agripino Maia sancionou a Lei Nº 6.086, de 27 de maio de 1991, que denomina PONTE PROFESSOR ULISSES CELESTINO DE GÓIS, a antiga ponte de Igapó sobre o rio Potengi. O projeto de mudança do nome foi de autoria do Deputado Lauro Bezerra.

“Eis a obra que consumiu 70 mil sacos de cimento, 440 toneladas de aço, 6 mil metros cúbicos de brita, 5.000 m³ de areia, que consumiu 1.600 toneladas de trilhos, representando 51 km, de 62 km de tábuas, que consumiu uma massa incomensurável de trabalho e de amor. Eis a obra em que se investiu quase 12 milhões de Cruzeiros”. (Silva, José Pereira da - 1970:37).



RODOVIA ESTADUAL

CRESCIMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL

A fim de que o leitor possa ter uma idéia de como evoluiu a malha rodoviária do Rio Grande do Norte, a partir dos anos 60, mostramos no quadro, quadro Nº 05 o que cada governo conseguiu construir neste setor. Consideramos, aqui, apenas, a quilometragem de estradas novas construídas por cada governador.

NOVAS RODOVIAS ESTADUAIS CONSTRUÍDAS NO PERÍODO DE 1961 A 1994

QUADRO Nº 06

Governos	Nº de Quilômetros Construídos	%
Aluizio Alves (1961 - 1965)	409	19,37
Walfredo Gurgel (1965 - 1971)	12	0,57
Cortez Pereira (1971 - 1975)	456	21,60
Tarcísio Maia (1975 - 1979)	210	9,96
Lavoisier Maia (1979 - 1983)	487	23,07
1º Gov. José Agripino Maia (1983 - 1986)	537	25,43
Geraldo Melo (1986 - 1991)	---	--
2º Gov. José Agripino (1991 - 1994)	---	--
TOTAL	2.111	100,00

Fonte: Mensagens Anuais dos Governadores lidas perante a Assembléia Legislativa do Estado, com algumas correções.

Além da construção destas rodovias estaduais, estes governos construíram milhares de metros de obras d'arte, isto é, de pontes e pontilhões sobre os rios e riachos que cruzam com estas rodovias.

O BANHO DE ASFALTO

Quem se der ao trabalho de viajar pelo interior norte-rio-grandense, encontrará estradas asfaltadas em todas as microrregiões. Como aconteceu a expansão do asfalto no nosso Estado?

A primeira estrada asfaltada que o norte-rio-grandense conheceu foi a Pista de Parnamirim a Natal, construída pelos norte-americanos durante a II Guerra Mundial. Depois, já nos anos 60, o Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, asfaltou algumas avenidas da cidade. Mas, no interior, quando chegou o asfalto às nossas estradas estaduais?

Em junho de 1957, ao ler perante a Assembléia Legislativa do Estado a sua Mensagem anual, o Governador Dinarte Mariz afirmava com orgulho de pioneiro: "... o meu Governo deu início, pela primeira vez em nosso Estado, à pavimentação de rodovias,... A pavimentação da estrada Natal-Caicó está sendo executada com sucesso (...) e contamos, a esta altura, com 10 quilômetros prontos para receber o asfalto..." (Mariz, Dinarte de Medeiros - 1957:20). Em junho de 1960, ao ler a sua última Mensagem anual perante a Assembléia Legislativa, o Governador Dinarte Mariz foi mais preciso ao dizer: "No fim do ano de 1959, foram reiniciados os trabalhos de pavimentação com areia-asfalto da rodovia Caicó-Natal (RN - 24), trecho compreendido entre as cidades de Caicó e Jardim do Seridó (...). Partindo de Caicó já se acham pavimentados 16 quilômetros". (Mariz, Dinarte de Medeiros - 1960:182).

O governo Walfredo Gurgel continuou o asfaltamento da RN-24 acrescentando mais 15 quilômetros no trecho Jardim do Seridó-Caicó. É importante ressaltar que esta RN - 24 passou a integrar a rede rodoviária federal com o nome de BR - 227. Além disso, o governo Walfredo Gurgel asfaltou, por delegação do DNER, 53 quilômetros da BR - 227, no trecho compreendido entre Currais Novos-Acari - Jardim do Seridó. Este asfaltamento foi inaugurado no dia 5 de março de 1971, com a presença do Ministro dos Transportes, Mário Andreazza. A imprensa chamava esta rodovia de "Estrada do Algodão", cuja extensão total é de 138 quilômetros. (Tribuna do Norte - 04 de março de 1971).

Além disso, o governo Walfredo Gurgel asfaltou a RN - 4, no trecho entre Ceará-Mirim e João Câmara, numa extensão de 48 quilômetros. O trabalho começou em 10 de maio de 1967, com previsão de conclusão em 29 de outubro de 1968. Atualmente, esta rodovia chama-se BR - 406.

Além disso, Walfredo Gurgel asfaltou 3 quilômetros do trecho Gancho-São Gonçalo do Amarante.

O governo Cortez Pereira, mais preocupado com o desenvolvimento do setor primário da nossa economia e com a descoberta de novas fontes de produção, asfaltou apenas 56 quilômetros, assim distribuídos: São Gonçalo - RN - 4, 5 km; Caicó - Serra Negra, 48 km; e 3 quilômetros de Campo Redondo até a BR - 226.

O grande impulso ao asfaltamento das nossas rodovias aconteceu ao longo dos três governos Maias. Tarcísio Maia asfaltou 424 quilômetros, principalmente na zona Oeste do Estado, interligando-a com a Paraíba e o Ceará. Por sua vez, Lavoisier Maia asfaltou 639 quilômetros em várias microrregiões do Estado. José Agripino Maia conseguiu asfaltar, no seu primeiro governo, 1.270 quilômetros, feito que nenhum governador tinha conseguido realizar até então. Somando os quilômetros asfaltados pelos três governos Maias, dá um total de 2.333 quilômetros, isto é, 79,06% do total asfaltado no período de 1960 a 1994. Portanto, foram eles que deram um banho de asfalto no Rio Grande do Norte. Ver o Quadro N° 06.

A realização de uma obra tão grande e tão cara como é o asfalto, só foi possível porque a conjuntura econômica nacional era altamente favorável a este tipo de investimento.

Por dificuldades financeiras, o governo Geraldo Melo asfaltou 185 quilômetros de rodovias estaduais. No seu 2° governo, José Agripino Maia conseguiu asfaltar, apenas, 242 quilômetros. A maior parte foi de estradas voltadas para o desenvolvimento do turismo.

O DETRAN E O NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO

Do desenvolvimento do setor rodoviário, não podemos deixar de registrar a construção do novo TERMINAL RODOVIÁRIO DE NATAL, iniciado no governo Tarcísio Maia, mas, concluído e inaugurado no governo Lavoisier Maia, no dia 19 de fevereiro de 1981. Do mesmo modo, a construção do novo prédio do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) foi iniciada no governo Tarcísio Maia e concluída no governo Lavoisier Maia. A inauguração foi em abril de 1982.

QUADRO N° 06

Rodovias Estaduais Asfaltadas no Período de 1960 a 1994

Governos	Número de Quilômetros asfaltados	%
Dinarte Mariz (1956 - 1960)	16	0,54
Aluizio Alves (31/01/61 - 31/01/66)	--	--
Walfredo Gurgel (31/01/66 - 15/03/71)	119	4,03
Cortez Pereira (16/03/71 - 15/03/75)	56	1,90
Tarcísio Maia (15/03/75 - 15/03/79)	424	14,37
Lavoisier Maia (15/03/79 - 15/03/83)	639	21,66
1° Gov. José Agripino Maia (15/03/83 - 15/03/86)	1.270	43,03
Geraldo Melo (15/03/87 - 15/03/91)	185	6,27
2° Gov. José Agripino Maia (15/03/91 - 15/03/94)	242	8,20
T O T A L	2.951	100,00

Mensagens Anuais dos Governadores lidas perante a Assembléia Legislativa do Estado, com algumas correções.



PONTE DE IGAPÓ - DUPLICADA NO GOVERNO GERALDO MELO

A DUPLICAÇÃO DA PONTE DE IGAPÓ

Quando o Governador Geraldo Melo assumiu o poder em março de 1987, o Ministério dos Transportes vivia um período de vacas magras. Por isso, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) estava com poucos recursos. Mesmo assim, ele conseguiu realizar uma obra significativa no setor rodoviário. O Governo Geraldo Melo asfaltou 185 quilômetros de rodovias estaduais em diversos pontos do território potiguar. Preocupado com o desenvolvimento do turismo no litoral Norte e, ao mesmo tempo, querendo desafogar o trânsito entre a Asa Norte e a parte leste de Natal, o Governador Geraldo Melo programou construir na BR - 101, o trecho compreendido entre Natal e Touros. O início deste trecho é a ponte de Igapó. O projeto foi elaborado pelo arquiteto Jaime Lerner, do Paraná, que recomendou que esta rodovia deveria passar numa distância aproximada de 5 quilômetros das praias do litoral Norte até alcançar Touros. De tudo o que foi planejado, foi possível realizar, apenas, a duplicação da Ponte de Igapó, com uma extensão de 610 metros. Apesar de ser uma obra federal, delegada pelo DNER ao governo do Estado, houve muita dificuldade para concluí-la. "E só aconteceu - afirmou o citado Governador - por causa do imenso esforço financeiro feito pelo Estado, que bancou o caixa da obra em várias fases de sua execução, sobretudo, na fase final". (Melo, Geraldo - 1991:24).

Atualmente (1997), por delegação do DNER, o governo Garibaldi Alves está construindo e asfaltando a BR - 101, no trecho Extremoz - Touros.



EDIFÍCIO SEDE DO DETRAN - NA CIDADE DA ESPERANÇA (NATAL-RN)

RODOVIAS FEDERAIS

Além de ajudar com recursos financeiros todos os governos estaduais na construção de suas estradas, o Governo Federal mantém rodovias sob a sua responsabilidade direta.

Como observou adequadamente o Engenheiro José Narcélio Marques Sousa, “a malha rodoviária federal no Rio Grande do Norte evoluiu em função das alterações ocorridas no Plano Nacional de Viação”. (1996:20). Assim, em 1931, o nosso Estado contava, apenas, com uma BR federal, que era a Rodovia Central do Rio Grande do Norte. Em 1951, foram criadas mais três. E “finalmente - afirma o Dr. José Narcélio - em 1973, com uma nova edição do Plano Nacional de Viação, passou o Estado a contar com oito rodovias federais” são elas:

BR - 101:

Touros - Natal - Parnamirim - S.José de Mipibu
Goianinha - Canguaretama - Divisa RN/PB.

BR - 104:

Macau - Pedro Avelino - Lajes - Cerro Corá - Trecho
coincidente com a BR-304 - Campo Redondo - Cel.
Ezequiel - Jaçanã - Divisa RN/PB.

BR - 110:

Areia Branca - Mossoró - Upanema - Campo Grande
Janduís - Divisa RN/PB - Divisa - PB/RN - Serra Negra
do Norte - Divisa RN/PB.

BR - 226:

Natal - Macaíba - Bom Jesus - Pres. Juscelino
Tangará - Santa Cruz - Currais Novos.

BR - 304:

Divisa CE/RN - Mossoró - Assu - Angicos - Lajes
Caiçara do Rio do Vento - Riachuelo - Entroncamento
com a BR-226 - Macaíba - Natal.

BR - 405:

Mossoró - Apodi - Itaú - Pau dos Ferros - Rafael
Fernandes - José da Penha - Divisa RN/PB.

BR - 406:

Macau - João Câmara - Taipu - Ceará-Mirim - Natal.

BR - 427:

Currais Novos - Acari - Jardim do Seridó - Caicó
Serra Negra do Norte - Divisa RN/PB. (1996:22).

Esta malha rodoviária federal tem uma extensão
de 1.581,5 quilômetros.



TERMINAL RODOVIÁRIO DE NATAL - NA CIDADE DA ESPERANÇA

Segundo ainda o Dr. José Narcélio, até 1994, a situação da rede rodoviária federal no Rio Grande do Norte era a seguinte: rodovias pavimentadas - 1.244,3 km; rodovias não pavimentadas - 129,3 km; rodovias em obras ou planejadas - 207,9 km. (Idem - 1996:22)

A primeira rodovia federal asfaltada no Rio Grande do Norte foi a BR-12, chamada atualmente de BR-226. Ela inicia o seu percurso em Natal, passa por Tangará e Santa Cruz, e termina em Currais Novos. No dia 26 de fevereiro de 1962, foi inaugurado o trecho entre Macaíba e Santa Cruz, numa extensão de 100km.

O Ministro da Viação, Virgílio Távora, assim como o Engenheiro Lafayette Prado, Diretor Geral do DNER, estiveram presentes à solenidade de inauguração. Naquela época, chamavam esta BR de "Rodovia Assis Chateaubriand". O ilustre homenageado foi representado no ato da inauguração pelo Sr. João Calmon, dos Diários Associados. Para lembrar o evento, foi construído um pequeno Monumento Rodoviário, em Santa Cruz, (Tribuna do Norte - 27 de fevereiro, de 1962).

O asfaltamento deste trecho da BR - 226 foi resultante do trabalho do Deputado Federal Teodorico Bezerra e, sobretudo, da sua amizade com o Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Ambos eram do PSD, partido que estava mandando no Brasil, naquela época.



EDIFÍCIO SEDE DA COSERN - NO BALDO (NATAL-RN)

A segunda rodovia federal asfaltada diretamente pelo Governo Federal, no Rio Grande do Norte, foi a BR - 101, no trecho Parnamirim - São José de Mipibu - Goianinha - Canguaretama - Divisa com a Paraíba. Esta iniciativa resultou do plano rodoviário federal de construir, no Nordeste, uma grande malha rodoviária interligando as capitais nordestinas e as suas grandes cidades do interior. O trecho da BR - 101 (Natal - João Pessoa), numa extensão de 160 quilômetros, foi construído pelo 3º Batalhão de Engenharia e foi concluído num prazo de 6 anos. No dia 7 de abril de 1970, o Presidente da República, Garrastazu Médici, desembarcou em Natal com uma grande comitiva. Assistiu ao lançamento de um foguete na Barreira do Inferno e pernitoou aqui. No dia seguinte, viajou para João Pessoa, onde inaugurou solenemente o trecho da BR - 101, que liga aquela cidade a Natal. (Diário de Natal - 7 de abril de 1970).

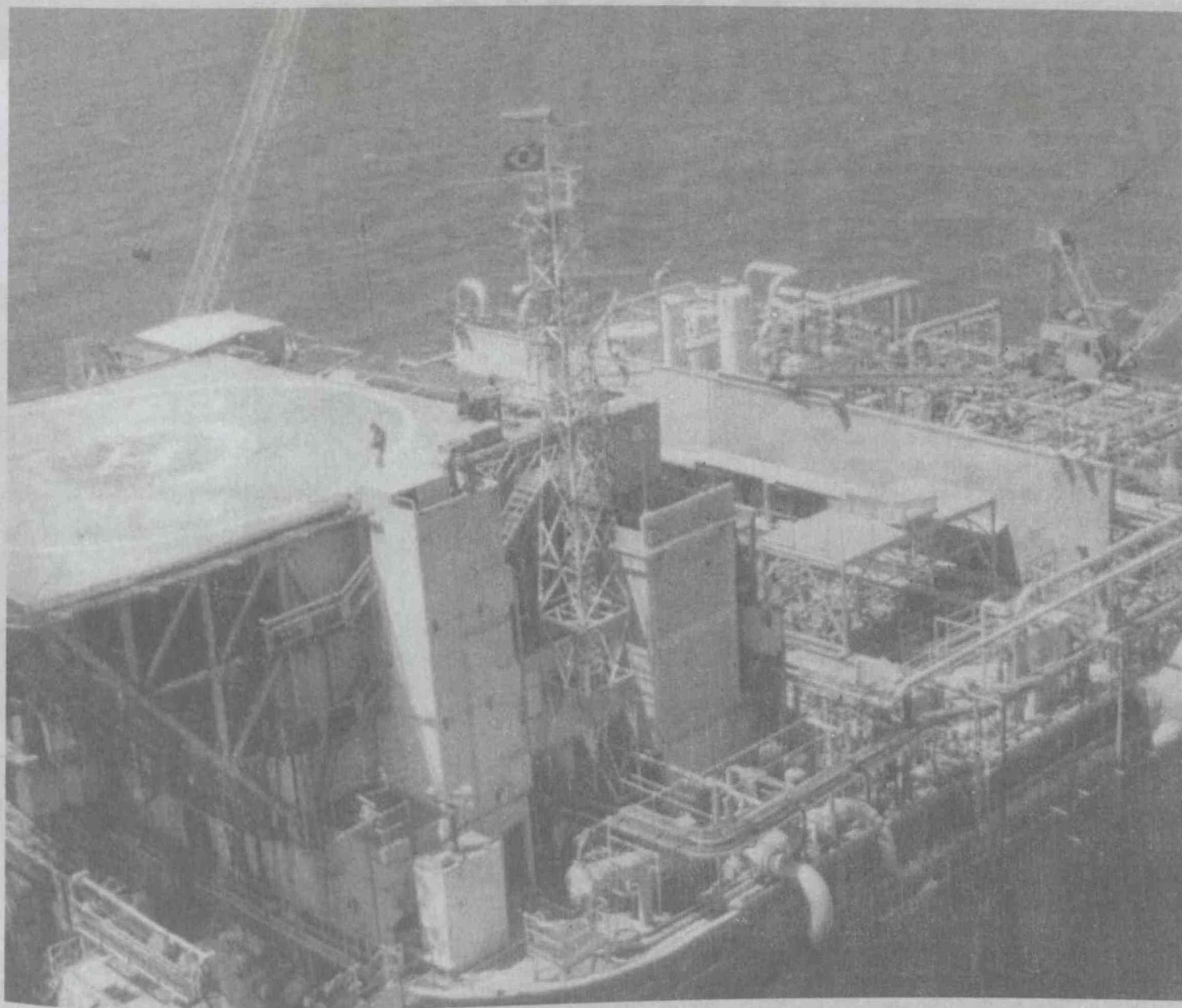
No dia 18 de abril de 1971, o Presidente Garrastazu Médici veio novamente ao Rio Grande do Norte e inaugurou oficialmente a BR - 304, interligando Natal a Fortaleza, numa extensão de 410 quilômetros. Com esta inauguração, estava concluída a Rede Pavimentada Básica do Nordeste. (Diário de Natal - 19 de

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1975 - Castro, Antônio Barros de - 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2ª Edição, Volume II.
 1975 - Baer, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2ª Edição.
 1968 - Singer, Paul - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
 1980 - Souza, Itamar de - Migrações Internas no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes.
 1962 - Furtado, Celso - A Pré-Revolução Brasileira, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.
 1979 - Souza, João Gonçalves de - O Nordeste Brasileiro, Fortaleza, BNB, 1ª Edição.
 1979 - Moreira, Raimundo - O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
 1986 - Hobday, Charles (Org.) - Communist and Marxist Parties of the World, London, Longman House.
 1994 - Fernandes, Calazans & Terra, Antônia - 40 horas de Esperança, São Paulo, Editora Ática.
 1962 - Diário de Natal, 31 de julho.
 1962 - Diário de Natal, 21 de maio e 4 de junho.
 1969 - Alves, Aluizio - Sem Ódio e Sem Medo, Rio de Janeiro, Editora Nosso Tempo, 2ª Edição.
 1962 - Diário de Natal, 19 de outubro.
 1963 - Alves, Aluizio - 3ª Mensagem Anual lida perante a Assembléia Legislativa, Natal, Imprensa Oficial.
 Sem Data-Mendonça, Fernando - Barreira do Inferno, Natal, Fundação José Augusto/Departamento Estadual de Imprensa.
 1995 - Diário de Natal, 17 de dezembro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1990 - Clementino, Maria do Livramento - Complexidade de Uma Urbanização Periférica, Campinas (Mimeografado).
 1974 - Goodman, D. E. e Albuquerque, Roberto Cavalcanti - Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste, Rio de Janeiro, Ipea/INPS.
 1976 - MINTER/SUDENE - Projetos Industriais Aprovados, Recife.
 1973 - Idem - Projetos Aprovados, Recife.
 1994 - Melo, Veríssimo de - Faça-se a Luz, Natal.
 1996 - Azevedo, Aluizio - Cronologia do RN, Natal.
 1985 - Bezerra, Luiz G. M. (Organizador) - Sinopse da TELERN e das Telecomunicações no Rio Grande do Norte, Natal.
 1965 - Tribuna do Norte - 18, 19 e 30 de março.
 1965 - Idem - 26 de julho.
 1965 - Idem - 21 e 30 de agosto.
 1965 - Idem - 26 e 29 de setembro.
 1965 - Idem - 02 de outubro.
 1967 - Diário de Natal - 22 e 24 de janeiro.
 1971 - Idem - 16 e 23 janeiro.
 1971 - Idem - 02 de março.
 1973 - Pereira, Cortez - Mensagem Governamental, Natal, 1º de março de 1973 (Datilografado).
 1972 - Diário de Natal - 28 e 29 de novembro, e 02 de dezembro.
 1976 - Idem - 01 de abril.
 1996 - TELERN - Relatório de Localidades Atendidas, até 15 de outubro.
 1997 - O TELERN, Ano XXII, fevereiro, Nº 228.
 1965 - Alves, Aluizio - "Verdadeira Revolução no Plano Rodoviário Estadual" - Natal, Tribuna do Norte, 16 de junho.
 1966 - Diário de Natal - 31 de janeiro.
 1965 - Alves, Aluizio - O Novo Rio Grande do Norte (Resumo da 5ª e última Mensagem Anual à Assembléia Legislativa), Natal.
 1970 - Silva, José Pereira de - Ponte Rodo-Ferroviária Sobre o Rio Potengi, Natal, DER.
 1957 - Mariz, Dinarte de Medeiros - Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em 12 de junho de 1957, Natal, Departamento de Imprensa.
 1960 - Idem - Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em 1º de junho de 1960, Natal, Departamento de Imprensa.
 1971 - Tribuna do Norte - 04 de março.
 1991 - Melo, Geraldo - Mensagem à Assembléia Legislativa, Natal (Datilografado). 1996 - Souza, Engº José Narcélio Marques - 140 DRF. Os Caminhos de um Distrito Rodoviário: 12 Anos, Natal, Edição RN/ECONÔMICO.
 1962 - Tribuna do Norte - 27 de fevereiro.
 1970 - Diário de Natal - 07 de abril.
 1971 - Diário de Natal - 19 de abril.



- I - A PROCURA DE NOVAS FONTES DE PRODUÇÃO
- II - A AGRICULTURA IRRIGADA
- III - O DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA
- IV - O PARQUE TÊXTIL INTEGRADO
- V - DESCOBERTA E EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO

A ARRANCADA DOS ANOS 70

Os anos 70 marcaram a consolidação do regime militar e, conseqüentemente, as grandes mudanças ocorridas na política econômica e social do Brasil. Foi a época da elaboração e execução de grandes planos econômicos, cujos resultados repercutiram na década de 80.

Em relação ao Nordeste, as mudanças foram igualmente significativas. A ocorrência da seca de 1970 pareceu a muitos dirigentes da política nacional o fracasso de dez anos de atuação da SUDENE. Milhares de flagelados fugindo das suas terras, invadindo cidades e ameaçando saquear feiras e propriedades rurais, denunciavam à sociedade que a maioria da população rural nordestina não fora beneficiada pela política desenvolvida pela SUDENE. Este órgão desenvolvera uma política urbano-industrial, que privilegiou numerosos grupos econômicos da região e concentrou muitos recursos em suas mãos. Em relação ao setor primário, a política da SUDENE tinha melhorado, apenas, a situação de umas dezenas de latifundiários, que lhe apresentaram projetos agropecuários mirabolantes e poupadores de mão-de-obra.

Enquanto a classe política do Nordeste insistia na continuidade da concessão dos incentivos fiscais para a região através do mecanismo 34/18, comandado pela SUDENE, os militares no poder, cientes da corrupção existente, começaram a esvaziar a SUDENE, desviando parte dos incentivos fiscais para o Norte. Ao mesmo tempo, impuseram a todo o país o sistema de governadores nomeados, verdadeiros delegados do poder central, bem obedientes e controlados.



UMA DAS CONSTRUÇÕES DA ALGIMAR NA ESTRADA DA REDINHA (NATAL-RN)

No tocante à política econômica nacional, os Gerais-Presidentes Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Batista de Figueiredo - governaram o Brasil através de Programas Nacionais de Desenvolvimento marcados pela estratégia da integração espacial e social do país. Portanto, à centralização do poder político seguiu-se a centralização do planejamento econômico. Somente dentro deste contexto é que podemos compreender a natureza e os objetivos do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PNAD) implementado pelo Presidente Médici; o II PNAD, lançado pelo Presidente Geisel, e o III PNAD resultante do governo Figueiredo. A partir das diretrizes destes grandes Planos Nacionais de Desenvolvimento é que surgiram os planos, programas e projetos regionais, tais como: PIN (1970), PROTERRA

(1971), PROVALE (1972), PROGRAMA PLURIANUAL DE IRRIGAÇÃO, POLONORDESTE (1974), PROJETO SERTANEJO (1976), PROHIDRO (1979), PROCANOR (1980) e outros de menor importância. Cada governador de Estado, exercendo a sua criatividade, elaborou projetos específicos para os seus respectivos Estados poderem captar os recursos financeiros disponíveis na esfera federal.

É importante salientar que, em relação ao Nordeste, a maior parte destes programas e projetos voltou-se para o fortalecimento do setor primário da região, investindo vultosos recursos nas pequenas e médias propriedades rurais. Além disso, incentivou a prática da agricultura irrigada e a descoberta de novas fontes de produção.

Programa	Período Considerado	Recursos (em Cr\$ de 1984)
PIN	Do seu início (1970) até 1984	1 trilhão e 500 bilhões
POLONORDESTE	1975/1984(dez anos)	2 trilhões e 500 bilhões
PROGRAMA SERTANEJO	1977/1983(sete anos)	200 bilhões
PROHIDRO	1979/1984(seis anos)	300 bilhões
PROCANOR	1980/1984(cinco anos)	35 bilhões
Total		4 trilhões e 235 bilhões
PROJETO NORDESTE	(quinze anos)	48 trilhões

Fonte: Carvalho, Inajá Maria Moreira de - O Nordeste e o Regime Autoritário, São Paulo, HUCITEC-SUDENE, 1987, p.307

É verdade que nem tudo aconteceu como estava planejado pelos governos. Seria pura ilusão imaginar o contrário. Mesmo assim, durante os anos 70, o Nordeste teve um apreciável surto de desenvolvimento econômico, cujos resultados repercutem ainda hoje. É isto que pretendemos mostrar em relação ao Rio Grande do Norte.

Para termos uma idéia do volume de recursos investidos pelo Governo Federal no Nordeste, através dos grandes programas implementados a partir de 1970, vejamos os seguintes cálculos efetuados pelo economista Pedro Eugênio Cabral, a preço do cruzeiro de 1984.

Sem dúvida, nas décadas de 1970 e 80, o Governo Federal investiu muito no Nordeste e, naturalmente, os governadores e empresários do Rio Grande do Norte se mobilizaram com o objetivo de captar uma boa parcela dos recursos financeiros disponíveis para construir o nosso desenvolvimento econômico e social.

Nesta arrancada dos anos 70, o governo e a iniciativa privada agiram em várias direções, buscando descobrir e explorar novas fontes de produção. O ferro, o calcário, o caulim, petróleo, gás, pedras preciosas, novas ocorrências de scheelita, sorgo, óleo de mamona, jojoba, soja etc ... para todos estes produtos procurou-se, a partir daquela década, viabilizar a sua exploração econômica com rentabilidade adequada.

Para não nos alongarmos demais, abordaremos somente aqueles itens que desempenharam um papel de destaque mais prolongado ou de maior evidência na economia norte-rio-grandense a partir dos anos 70.

A ALGIMAR

Com o objetivo de explorar uma das numerosas riquezas do litoral nordestino, a Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) aprovou, em dezembro de 1969, o projeto da CIALGAS S/A, empresa de São Paulo, para a industrialização das algas marinhas, isto é, do que conhecemos, popularmente, pelo nome de sargaço.

O investimento previsto para a implantação deste projeto era em torno de Ncr\$ 1.684.163,00 (Um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e sessenta e três cruzeiros novos). (Diário de Natal - 12 de janeiro de 1970). Este empreendimento, além dos recursos próprios, contou com o apoio financeiro da SUDENE, Banco Nacional do Norte e da COFERN, no governo Walfredo Gurgel.

A Procura de Novas Fontes de Produção

A empresa que visava industrializar as nossas algas marinhas chamava-se ALGIMAR INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE ALGINATOS. Seu idealizador, e também Diretor-Industrial, era o Conde Vladimir Jan Hlousek de Jilovice de Sternberg, natural da

Tchecoslováquia, mas, radicado no Brasil há mais de vinte anos. Ele era engenheiro-químico, diplomado pela universidade de Praga e reconhecido internacionalmente pelas suas pesquisas no setor da Química Industrial. Após fazer numerosas viagens de pesquisa e observação ao litoral nordestino, ele escolheu o Rio Grande do Norte pelo fato de possuir maior quantidade de algas do que os Estados vizinhos.

O objetivo da Algimar era "a exploração, industrialização, exportação e qualquer outra forma de aproveitamento econômico das algas marinhas, bem como implantação da indústria que, direta ou indiretamente, se relacione com estas finalidades e, ainda, a industrialização de resíduos do agave". (Diário de Natal - 15 de junho de 1970).

O projeto previa a instalação de três fábricas, sendo uma em Natal, outra em Fortaleza, e uma terceira em João Pessoa. A colheita das algas, em alto mar, seria feita por barcos. Em vários pontos do litoral norte-rio-grandense foram instalados Postos de Colheitas de algas, proporcionando emprego a alguns milhares de pescadores e seus familiares. Uma frota de veículos transportaria a matéria-prima do litoral para as unidades fabris.

Verdade é que, a fábrica de Natal foi construída na estrada da Redinha, à margem esquerda de quem se desloca de Igapó para aquela praia. Tinha capacidade para produzir 10.800 toneladas de farinha de algas, por ano, para fins alimentícios.

Outra parte da matéria-prima seria transportada para São Paulo, onde seria utilizada na fabricação de vários outros produtos.

A fábrica de Natal foi inaugurada oficialmente no dia 31 de julho de 1973, com discurso entusiasmado do General Evandro de Souza Lima, Superintendente da SUDENE, proferido na Redinha, na presença de grande número de convidados.

Por falta de uma boa administração, esta empresa não prosperou. Hoje, restam apenas, na estrada da Redinha, os prédios construídos, testemunhando às novas gerações o fracasso de um sonho gigantesco. Enquanto isso, as nossas algas marinhas continuam à espera de outros sonhadores mais pragmáticos.

A FÁBRICA DE BARRILHA

De há muito tempo que o Brasil é importador de barrilha. Para tornar o país auto-suficiente neste produto, a Companhia Nacional de Alcalis vinha, desde 1967, estudando no Nordeste o local adequado para instalar uma nova fábrica de barrilha para atender à demanda nacional. O local escolhido foi o Estado de Sergipe. A fábrica de barrilha que a Alcalis possui em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, não tinha condições de aumentar a sua produção devido às dificuldades de obter, a baixo custo, os insumos básicos para a produção da barrilha, isto é, cloreto de sódio e carbonato de cálcio.

Para realizar o seu projeto, a Companhia Nacional de Alcalis apresentou, em 1972, carta-consulta à SUDENE visando à implantação de uma fábrica de barrilha em Sergipe, onde pretendia usar, como matéria-prima, o sal-gema.

Ao tomar conhecimento desta iniciativa, o jornalista Cassiano Arruda Câmara, editor da coluna - Roda Viva - no Diário de Natal, escreveu no dia 04 de julho de 1972, um comentário intitulado - "Coitadinho" - denunciando a ida da fábrica de barrilha para Sergipe. Dias depois, mostrou "a perda que isso representava para o Rio Grande do Norte, que sempre esperou - passivamente - que esta indústria viesse para cá". (Diário de Natal - 11 de julho de 1972). No dia 12 de julho de 1972, o citado jornalista voltou a escrever sobre o assunto, dizendo: "Para se ter uma idéia da importância do empreendimento, basta dizer que, somente de ICM, pagará por ano a quantia de Cr\$ 60 milhões, ou seja, o total da receita tributária do Rio Grande do Norte, em um ano." (Diário de Natal, Roda Viva - "Um Prejuízo de 60 milhões", 12 de julho de 1972).

No intuito de reverter a situação, o Governador Cortez Pereira dirigiu à Secretaria do Planejamento e ao Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) o Comunicado Número 15, cujo teor é o seguinte: "O futuro do nosso parque salineiro tem sido motivo de apreensão, mesmo contando agora

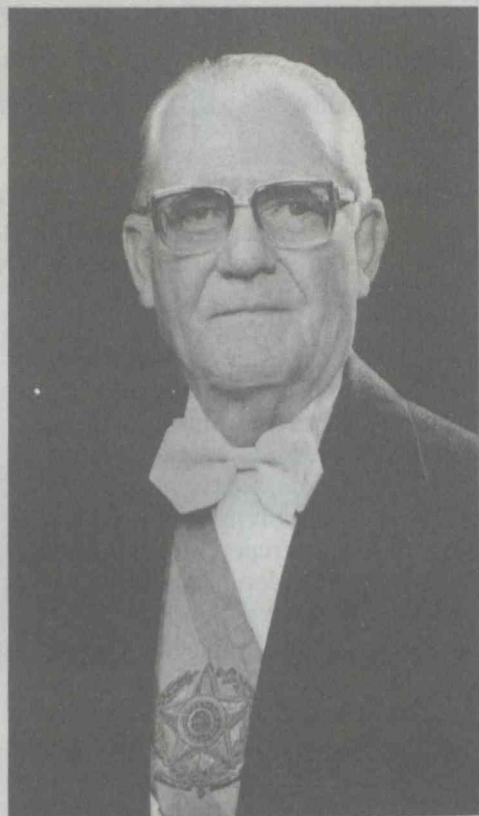
com os fatores positivos do terminal e da mecanização. Constatam-se cíclicos momentos de melhoria que se alternam com prolongadas fases de dificuldades. Mais perigoso porém, do que isso, é a certeza que poderá ocorrer, no desdobramento de projetos que se foram, sem ponderar a importância da tradição salinera que representamos. Somos e fomos quase sempre, mais de 60% da produção nacional.

Perdemos já no passado a primeira fábrica de barrilha, apesar de termos tanto sal e tanto calcário. Não tínhamos, todavia, a infra-estrutura que Cabo Frio ofereceu. Hoje a coisa mudou, inclusive com a construção do Terminal Salineiro, suportando o transporte de qualquer tonelagem.

Volta-se a falar num novo projeto de fábrica de barrilha. Sabemos dos seus indicadores e das tendências tidas como naturais. O assunto, porém, interliga-se a uma atividade que, por origem, diz de perto aos interesses do Rio Grande do Norte. Válido será portanto, que participemos, acompanhando o que será feito, porque e para que, de modo a darmos a contribuição possível, no nosso interesse e na defesa das coisas nacionais e certas.

Que se constitua um núcleo de estudo do problema, que sejam convocadas pessoas capazes de dar uma contribuição de inteligência no assunto e sugerimos que a coordenação seja confiada ao Deputado Antônio Florêncio, que se tem dedicado a, utilizando o seu conhecimento, oferecer idéias válidas à identificação de soluções. Natal, 30 de junho de 1972 - Cortez Pereira - Governador". (Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Nº 2.587, de 05 de julho de 1972).

Em agosto de 1972, o grupo de estudo criado pelo Governador elaborou uma exposição de motivos mostrando às autoridades federais que, no Rio Grande do Norte, existem "condições excepcionais para a localização do aludido empreendimento, que o tornam a opção mais válida sob o aspecto da economicidade. Isto em decorrência de duas condições fundamentais, de que dispõe o Rio Grande do Norte: a) facili-



PRESIDENTE ERNESTO GEISEL

dade para obtenção, a menor custo, e contra menor investimento, de dois insumos básicos para a produção de "barrilha": cloreto de sódio e água; ou outros - energia elétrica, calcário e óleo combustível - seriam obtidos no Rio Grande do Norte em igualdade de condições às de qualquer outro Estado nordestino; b) facilidades para escoamento da "barrilha" produzida, pela utilização dos serviços da TERMISA - Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte." (Pereira, Cortez - 1972:02).

Após comparar as condições de Sergipe com as norte-rio-grandenses, as autoridades federais resolveram implantar a fábrica de barrilha em Macau. Verdade é que, em outubro de 1974, veio a Natal o Dr. Níveo de Freitas Silva, Consultor Jurídico da Companhia Nacional de Alcalis, tomar as providências necessárias para a constituição legal da ALCANORTE. A Alcalis participou com 70% das ações, ficando o restante dividido entre a AKZO e outros sócios menores. (Diário de Natal - 18 de outubro de 1974).

INSTALAÇÃO

No dia 30 de outubro de 1974, numa cerimônia que durou, apenas, 25 minutos, realizada no auditório do Departamento Estadual de Rodagem (DER), o Presidente da República, Ernesto Geisel, instalou a empresa Álcalis do Nordeste - ALCANORTE.

No seu discurso, frisou o presidente da Companhia Nacional de Álcalis, General Edmundo Orlandini, que "a barrilha é um dos mais importantes - senão o mais importante - dos produtos de base, usada em quantidades variáveis em virtualmente quase todas as indústrias, sendo matéria-prima essencial em muitas delas. Hoje, pode-se dizer da barrilha, o que há um século dizia-se do ácido sulfúrico, isto é, que o seu consumo é um índice preciso da prosperidade industrial de uma Nação". (Diário de Natal - 31 de outubro de 1974).

Além disso, afirmou o citado General: "A barrilha a ser produzida em Macau seguirá o processo solvay, que utiliza sal e calcário. Não haverá, porém, perigo de poluição do meio-ambiente, porque os resíduos salinos não serão despejados em rio ou lago, e sim, no mar, que receberá de volta os componentes retirados dele próprio. No Brasil, existe apenas uma fábrica do produto funcionando, com uma produção de 150 mil toneladas por ano, enquanto a demanda interna é de 250 mil toneladas, com possibilidade de expansão a partir do momento em que a oferta de barrilha seja maior. O preço nacional - 170 dólares a tonelada é, no entanto, a metade do preço do produto importado, o que demonstra que importar barrilha não é a melhor solução para o Brasil." (Diário de Natal - 31 de outubro de 1974).

Por conseguinte, a fábrica de barrilha é uma indústria geradora de outras indústrias, sobretudo no setor químico, tais como ceras, vidro, detergente, borracha sintética, óleos lubrificantes, gorduras, soda cáustica, tintas, celulose, vernizes e muitos outros produtos. Ela seria a indústria central do Pólo Petroquímico idealizado pelos dirigentes do Estado do Rio Grande do Norte. A vinda do Presidente da República, Ernesto Geisel, a Natal, para instalar a fábrica de barrilha, significou uma inconfundível demonstração de vontade política do Governo Federal, e, por isso, todos pensavam que fosse irreversível. É importante lembrar que o Presidente Geisel era nacionalista. O mesmo não podemos dizer do seu sucessor.



ANTIGA SEDE DA ALCANORTE EM NATAL. HOJE PRÉDIO DO SEBRAE/RN

A CRISE FINANCEIRA E CONSTRUÇÃO

O Dr. Tarcísio Maia, quando deixou o governo do Rio Grande do Norte em março de 1979, foi nomeado presidente da Companhia Nacional de Álcalis e da Alcanorte. Àquele tempo, quando alguém o interpelava sobre a construção desta fábrica, ele manifestava todo o seu otimismo.

Em novembro de 1980, o Ministro da Indústria e Comércio, Sr. João Camilo Penna, veio ao Rio Grande do Norte e no dia 14 de novembro de 1980 visitou a Vila Industrial (229 casas) e o canteiro de obras da Alcanorte. Naquela ocasião, confirmou à imprensa que, apesar das dificuldades financeiras do país, a fábrica de barrilha funcionaria dentro de dois anos. (A República - 15 de novembro de 1980).

Por sua vez, numa entrevista à imprensa, o Sr. Benivaldo Azevedo, Diretor de Planejamento da Alcanorte, revelou naquela ocasião que, "até hoje, as inversões no projeto, incluídas obras civis, aquisição de equipamentos e outras aplicações, somam 2,4 bilhões de cruzeiros. Além disso, a empresa já tem contratados investimentos, particularmente relacionados com a aquisição de equipamentos, no montante de 3,2 bilhões de cruzeiros. E pelo menos 39% dos equipamentos já estão sendo montados, à disposição da Alcanorte, no pátio da fábrica, ou contratados para entrega nos próximos meses". Além disso, acrescentou: "Devendo entrar na fase de operações no primeiro semestre de 1982, a fábrica já tem definidas, quatro jazidas para obtenção do calcário, uma das principais matérias-primas

empregadas na produção de barrilha, e no momento a Alcanorte pesquisa outras áreas, visando assegurar, de fontes próprias, o fornecimento do material para os dezoito primeiros anos de sua atividade industrial. Quanto ao sal, sua política de compras dá preferência aos salineiros de Macau, enquanto os de Areia Branca deverão ter prioridade no atendimento da demanda da CNA, cuja fábrica opera em Cabo Frio." (A República - 15 de novembro de 1980)

O Ex-governador Tarcísio Maia permaneceu na presidência da Alcalis e da Alcanorte até 1984. Mas, por causa da crise financeira nacional, a Alcanorte recebeu injeção de recursos até 1982.

Com o agravamento da falta de recursos para investir, o Presidente José Sarney baixou Decreto datado de 21 de novembro de 1986, transferindo a Alcanorte para a Petroquisa, subsidiária da Petrobrás.

A partir de então, ou mesmo antes, forças ocultas nacionais e estrangeiras pressionaram em todos os níveis para impedir a conclusão da fábrica de barrilha, em Macau. Investindo cerca de 100 a 120 milhões de dólares, o Governo Federal poderia ter concluído esta obra. Como isto não aconteceu, o resultado foi um lamentável imobilismo e grande desperdício de recursos federais.

Em Macau, os equipamentos permaneceram ao relento, virando ferro velho, e em Natal, o escritório da Alcanorte virou cabide de emprego para afilhados e parentes de políticos.

Apesar do fracasso, é importante lembrar que, por causa da fábrica de barrilha, Macau ganhou o seu abastecimento de água (aspiração de 100 anos), grande obra realizada pelo Governador Lavoisier Maia.

Além disso, ganhou o asfaltamento da BR-406 no trecho entre João Câmara e Macau, assim como o asfaltamento da RN-118, desde o entroncamento desta rodovia estadual com a BR-304, na altura de Ipanguaçu, seguindo até Macau, numa extensão de 74 kms.



EQUIPAMENTOS DA ALCANORTE EM MACAU

A PRIVATIZAÇÃO

Com o advento do neoliberalismo em escala mundial, imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o estatismo deu lugar à economia de mercado. No Brasil, esta onda neoliberal chegou ao poder no início dos anos 90, com a eleição do Presidente Fernando Collor e continua fortíssima no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Uma das exigências dos partidários do neoliberalismo é a redução da intervenção do Estado na economia, na qualidade de produtor. Em resumo, o que eles pretendem é o seguinte: menos Estado e mais mercado. Da estatolatria dos anos 60 passamos para a mercadolatria dos anos 90. Daí resultam duas políticas concomitantes: abertura do mercado nacional aos produtos estrangeiros (globalização) e a venda, a preço reduzido, das empresas estatais a grupos privados nacionais e estrangeiros (privatização).

Foi em decorrência desta política neoliberal que a Companhia Nacional de Alcalis e a Alcanorte foram privatizadas no dia 15 de julho de 1992, no governo do Presidente Fernando Collor. (Diário de Natal - 16 de julho de 1992).

Num leilão realizado sem concorrente, o grupo empresarial Frota Oceânica, liderado pelo empresário José Fragozo Pires, arrematou estas duas empresas, em um minuto, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Calculava-se, naquela época, que o patrimônio destas duas empresas valia cerca de 1 bilhão de dólares, mas, foi arrematado por 81 milhões de dólares, isto é, cerca de 8% do seu valor real. Esta privatização, como tantas outras que são feitas no Brasil, foi uma doação do patrimônio público ao grupo arrematante. É importante lembrar ao leitor que o grupo Frota Oceânica possui duas salinas no Rio Grande do Norte: a CIRNE e a SOSAL.

Uma das primeiras iniciativas dos novos donos da Alcanorte foi vender, por 1 milhão de dólares, ao SEBRAE, o prédio onde funcionava a sede da empresa em Natal. (Diário de Natal - 11 de março de 1993).

Até hoje (abril de 1997), a população do Rio Grande do Norte espera que os novos proprietários da Alcanorte concluam a fábrica e comecem a produzir a tão sonhada barrilha.

O fracasso da fábrica de barrilha, enquanto empresa estatal, resultou das pressões nacionais e internacionais sobre o Governo Federal, assim como da incompetência e da falta de vontade política da classe política norte-rio-grandense. É coisa de país subdesenvolvido!

O PROJETO DAS VILAS RURAIS NA SERRA DO MEL

Desde o término da 2ª Guerra Mundial, que reforma agrária e colonização tinham se tornado temas palpitantes no Terceiro Mundo. O apoio que os camponeses da Rússia, da China e de outros países deram às Revoluções Socialistas e, conseqüentemente, às reformas agrárias feitas nestes países, provocou no mundo capitalista a necessidade, também, de reformar o campo. Debatia-se em todo o mundo o que seria mais eficaz: reforma agrária, entendida, apenas, como distribuição de terra aos camponeses ou colonização, que compreende terra, crédito, assistência social e técnica. Estes eram naquela época os grandes temas que polarizavam as atenções dos líderes e dirigentes da sociedade.

O Professor Cortez Pereira, quando foi diretor de crédito rural do Banco do Nordeste viajou, no final dos anos 60, com uma equipe interdisciplinar, a vários países da Europa e Ásia, estudando projetos de desenvolvimento rural. Retornando ao Brasil, ele continuou fazendo as suas análises e estudos comparativos. Ao ser indicado pelos militares, governador do Rio Grande do Norte para o exercício de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975, ele estava preparado para implantar projetos desta natureza. Por conseguinte, o projeto das Vilas Rurais na Serra do Mel e do Carmo foi idealizado pelo Governador Cortez Pereira e planejado tecnicamente pela BRASTEC.

Ocupando uma área de 62 mil hectares, o projeto de colonização das Vilas Rurais está localizado nas Serras do Mel e do Carmo, numa altitude de 270 metros, entre os municípios de Assu e de Mossoró. Neste projeto, foi planejado o assentamento de 1.100 (mil e cem) colonos, distribuídos em lotes de 50 hectares. A metade de cada lote permaneceu em mata para assegurar o equilíbrio ecológico da região. Da outra metade, 15 hectares foram destinados ao plantio de caju; e 10 hectares foram utilizados com cultura de subsistência: algodão, feijão, sorgo e mamona.



GOVERNADOR CORTES PEREIRA, O MAIS CRIATIVO DOS GOVERNADORES

Segundo o economista Paulo Pereira dos Santos, "para racionalização dos serviços de infraestrutura social e básicas (educação, saúde etc.), o projeto foi dividido em 22 vilas rurais e uma vila administrativa. Cada vila rural teria um núcleo urbano com uma média de 54 residências, armazém coletor de produção, posto de saúde, escola primária, centro social. Na vila administrativa industrial seria localizada a sede da cooperativa, indústrias, campo de pouso, hospital odontológico e escola de primeiro grau". (1994:195). Todo o projeto foi orçado em cerca de CR\$ 54 milhões de cruzeiros, recursos oriundos do PROTERRA através do Banco do Brasil, que os repassava para a CIMPARN (Companhia de Implantação de Projetos Agrários do Rio Grande do Norte). De início, o Banco do Brasil repassou 27 milhões de cruzeiros para a CIMPARN.

Além do terreno de 50 hectares com a metade desmatada, o colono recebeu uma casa, chafariz em todas as vilas, e duas vacas para a produção de leite para a família, podendo criar até 10 cabeças de gado. O empréstimo que o

Banco do Brasil concedeu aos colonos era de Cr\$ 30 mil, com prazo de 12 anos para pagar, 3 de carência, e juros de 7% ao ano - "com o Estado pagando a metade dessa taxa." (Revista Empresa, Ano III, nº 11, setembro de 1974).

No dia 14 de outubro de 1972, os tratores começaram os serviços de desmatamento das Serras do Mel e do Carmo para a implantação das primeiras Vilas Rurais.

No dia 13 de março de 1975, antepenúltimo dia do seu mandato, o Governador Cortez Pereira inaugurou o projeto das Vilas Rurais. Naquela solenidade, ele entregava aos colonos 22 vilas que têm nomes dos Estados brasileiros, 22 armazéns, 22 postos de saúde, 22 escolas primárias, um hospital, um ginásio e um campo de pouso totalmente asfaltado. Segundo o repórter do Diário de Natal, presente à solenidade de inauguração, "dos 62 mil hectares de área que integram o projeto das Vilas Rurais, 31.550 foram entregues aos colonos totalmente desmatados. O total dos lotes agrícolas somam 1.196 e neles estão distribuídas 1.264 casas. Nos 17.940 hectares de terras com plantio de caju, foram plantados 2.060.100 pés. Uma área de 11.960 hectares foi aproveitada com o plantio de culturas de subsistência". (Diário de Natal, 14 de março de 1975).

O Governador Lavoisier Maia desenvolveu ações complementares necessárias ao funcionamento deste projeto. Verdade é que, na Serra do Mel, "foram construídos 28 quilômetros de rede de abastecimento d'água, somando-os aos 12 quilômetros já existentes; foram instalados 08 chafarizes, elevada a capacidade de reservatórios d'água, e ampliada a rede de distribuição de energia elétrica, além da construção de 153 casas para colonos e técnicos, e da transformação do posto de saúde em unidade mista hospitalar. Concomitantemente, foi duplicado o número de famílias de colonos participantes do projeto, o qual conta, hoje, com 952 famílias".

Além disso, afirmou o Governador Lavoisier Maia, "729 famílias de produtores sem-terra, da Serra do Mel, são, hoje, legítimos proprietários de suas glebas, havendo, já recursos, que asseguram a titulação para mais 200 colonos. Do ponto de vista de administração e produção, foi criada e posta em funcionamento, a cooperativa da Serra do Mel, que conta, hoje, com uma usina de beneficiamento da castanha de caju, capaz de processar toda a produção do projeto..." (Governo Lavoisier Maia - Mensagem à Assembléia Legislativa, 1983:24).



CASAS DOS COLONOS NA SERRA DO MEL

Com estas providências tomadas pelo Governador Lavoisier Maia, o projeto das Vilas Rurais da Serra do Mel consolidou-se. É um marco grandioso e inovador na história econômica e social do Rio Grande do Norte. Graças aos esforços do Ex-governador Cortez Pereira, a Serra do Mel passou a ser município em 12 de maio de 1988.

O PLANTIO DE CAFÉ NO RIO GRANDE DO NORTE

Com o objetivo de aumentar a produção nacional de café, vítima constante das geadas no Sul e Sudeste do país, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) desenvolveu o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais. A meta estabelecida pelo IBC era aumentar a produção de café de 21 milhões de sacas para 26 ou 28 milhões. Este Plano começou a ser implementado entre 1971 e 75, e foi estendido ao Nordeste, pois, esta região poderia produzir cerca de 7,5 milhões de sacas de café.

Segundo estudos realizados naquela época, pelo Banco do Nordeste, "a área zoneada para café no Nordeste é de aproximadamente 924 mil hectares, nos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco.... A produção nordestina de café não ultrapassava 420 mil sacas beneficiadas, para um consumo em torno de 4,5 milhões de sacas, em 1980, conforme estimativas" dos técnicos do Banco do Nordeste (BNB). (A República - 06 de abril de 1976).

No período 1971-75 foram plantados no Nordeste, através dos incentivos financeiros do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, cerca de 23 mil e 438 novos cafeeiros numa área de 14.650 hectares em 1.281 propriedades, distribuídas da seguinte forma:

BAHIA - 10.777,9 hectares com 17.956,3 mil cafeeiros em 729 propriedades

CEARÁ - 2.889,4 hectares com 3.947,3 mil cafeeiros em 435 propriedades.

PERNAMBUCO - 801 hectares com 1.334,3 mil cafeeiros em 117 propriedades. (A República - 06 de abril de 1976).



PLANTIO DE CAFÉ EM MARTINS (RN)

NA SERRA DO MARTINS

Aproveitando a existência deste Plano, o Governador Cortez Pereira firmou um convênio, no final de 1973, com o Instituto Brasileiro do Café para implantar no Rio Grande do Norte a cafeicultura. Há notícia que, em épocas passadas, cultivou-se café, embora em pequena escala, no território potiguar. Este dado foi mais uma razão para se aproveitar a nova oportunidade que surgia.

A área escolhida pelos técnicos foi a Serra do Martins, cuja altitude chega ao máximo de 745 metros. Quanto ao clima, afirma o historiador Manoel Jácome de Lima: "A serra possui clima ameno e saudável, oscilando a temperatura, de junho a dezembro, entre 16° e 25° centígrados, havendo porém baixa considerável nos meses de inverno." (1995:38 e 42).

Em 15 propriedades da Serra do Martins, o coordenador do projeto, Engenheiro Agrônomo Armando

Camilo, plantou quatro modalidades de café, que são as seguintes: Icatu, Iarana, Novo Mundo e Catuai (das quais as duas últimas mostraram maior adaptabilidade à região), distribuídas em cerca de 200 mil mudas". (RN/Econômico - maio/78).

À medida que os agricultores da região iam vendo o bom desempenho dos cafeeiros plantados em Martins, solicitavam aos técnicos do projeto mudas para plantarem também nas suas terras. Era o efeito multiplicador daquele núcleo inicial. Foram doadas àqueles agricultores cerca de 30 mil mudas. (RN/Econômico - Dezembro/87). Em 1975, diz o Dr. Armando Camilo, Coordenador do Projeto, "dez novos campos de observação foram implantados, sendo cinco em Martins, e cinco para início do programa em Serra de Portalegre." (RN/Econômico - Dezembro/87).

Na primeira safra foram colhidas

48 toneladas de café. A média da produção foi de "5,3 sacas de 60 quilos de café beneficiado por mil pés". Esta produtividade assemelhou-se aos padrões da cafeicultura do Sudeste, o que gerou um grande entusiasmo entre os idealizadores do projeto.

A partir deste resultado, alguns agricultores, por conta própria, começaram a plantar café nas serras de São Miguel, Jaçanã, Coronel Ezequiel e Luiz Gomes.

Apesar do Instituto Brasileiro do Café continuar mandando recursos financeiros para o desenvolvimento da cafeicultura potiguar, os sucessores do Governador Cortez Pereira por um descaso proposital, abandonaram a cafeicultura nascente nas nossas regiões serranas.

O Rio Grande do Norte tem capacidade para produzir o café que consome, estimado, em 1974, em torno de 7 a 8 mil sacas. (Revista Empresa - Setembro de 1974).

O PROJETO DA LAGOA DO BOQUEIRÃO

Este foi outro projeto idealizado pelo Governador Cortez Pereira destinado à produção de coco da Bahia. No município de Touros e nos povoados de Boacica e Baixa do Quinquim, este projeto ocupou uma área de 10.405 hectares, distribuídos da seguinte maneira: 7.200 hectares foram destinados ao plantio de coco da Bahia, principal cultura do projeto; e 1.200 hectares para reserva florestal. Cada colono recebeu 20 hectares para o plantio de coco e dispôs de 5 hectares de mata para reserva e cultura de subsistência. Aliás, a cultura de subsistência podia se desenvolver paralelamente à do coco: milho, feijão, mandioca etc...

Naquela região havia espaços vazios, de pouca densidade demográfica, situados no Litoral Norte do Estado, propícios à cultura do coco. O projeto se propôs absorver 360 famílias, divididas em três vilas, que foram denominadas com os nomes de "Assis Chateaubriand", "Maine" e "Israel".

O Governador Cortez Pereira deu o pontapé inicial, firmando o convênio entre o Estado e a Secretaria de

Planejamento da Presidência da República. Através da Lei Nº 4.426, de 1º de dezembro de 1974, ele abriu o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para iniciar a implantação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado "Lagoa do Boqueirão".

Por sua vez, o Governador Tarcísio Maia iniciou o plantio do coqueiral que, em 1977, já totalizava "246.000 coqueiros plantados numa área de 2.460 ha, correspondente à primeira vila". (Santos, Paulo Pereira dos - 1994:197).

Na realidade, o referido projeto foi consolidado e inaugurado oficialmente pelo Governador Lavoisier Maia, na manhã do dia 25 de março de 1981. Naquela ocasião, ele inaugurou a Vila "Assis Chateaubriand" com 93 casas para colonos. Além disso, foram entregues também casas para os técnicos, estradas vicinais, poços tubulares e o centro administrativo dotado de centro comercial, sede da cooperativa, armazéns para depositar a produção e galpão para as máquinas. No dia da inauguração já estavam

plantados 720 mil pés de coco. (A República - 25 e 26 de março de 1981).

É importante lembrar que tudo isso foi trabalho realizado através da Secretaria Estadual de Agricultura, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário (CIDA) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), com recursos financeiros do Banco do Brasil.

Em 31 de agosto de 1982 foi realizada a Assembléia de Constituição da Cooperativa Agrícola do projeto Lagoa do Boqueirão Ltda (COOPLAB). (A República - 31 de agosto de 1982).

Em abril de 1983, a Vila "Maine" já dispunha de energia elétrica e a CIDA tinha replantado 1.755 hectares de coco. (A República - 13 de abril de 1983).

Segundo o economista Paulo Pereira dos Santos, a partir de 1985, o projeto Boqueirão recebeu apoio técnico e financeiro da Associação de Apoio às Comunidades de Campo do Rio Grande do Norte (AACC-RN), órgão criado pelo suíço, naturalizado brasileiro, Jean Raboud. (1994: 197).

O PROJETO DO BICHO - DA - SEDA

Desde o início do século XX que o Brasil despertou para a importância da sericicultura. Os primeiros passos foram dados em 1915, quando o Ministro Pedro de Toledo fundou, em Barbacena (MG), um núcleo para plantar amoreiras destinadas à alimentação do bicho-da-seda. Iniciativa idêntica tomou o poder público de São Paulo criando a Escola de Sericicultura de Campinas. Destes dois pólos, eram distribuídas para o Sudeste e as demais regiões brasileiras, sementes, mudas de amoreiras, informações etc...

Em 1931, a revista - BRASILETRIC - publicada no Rio de Janeiro pelas Empresas Elétricas Brasileiras, divulgou o seguinte informe sobre a sericicultura brasileira: "O Brasil é o único país do hemisfério meridional que possui uma indústria da seda florescente, cuja produção varia da seda crua propriamente dita, aos tecidos mais finos. Diz-se que essa indústria por tal forma progrediu que, nos últimos cinco anos, a importação de artigos de seda decresceu de 60%, mau grado do consumo que se tem verificado....Existiam, em 1929, quarenta e uma fábricas de seda em São Paulo e a produção de casulos excedeu de 355.000 quilos". (A República - 26 de novembro de 1931).

De São Paulo e Minas Gerais, a sericicultura espalhou-se para o resto do Brasil. No Nordeste, a Paraíba foi o Estado que mais procurou desenvolver esta cultura nas décadas de 20 e 30. Segundo Júlio Rosado, técnico estudioso da sericicultura, com o apoio do então Tenente Ernesto Geisel, Secretário-Geral da Paraíba, o agrônomo italiano Giuseppe Calzavara fundou, em João Pessoa, o Instituto Sérico da Paraíba para expandir esta cultura. (Revista RN/Econômico - Maio/78).

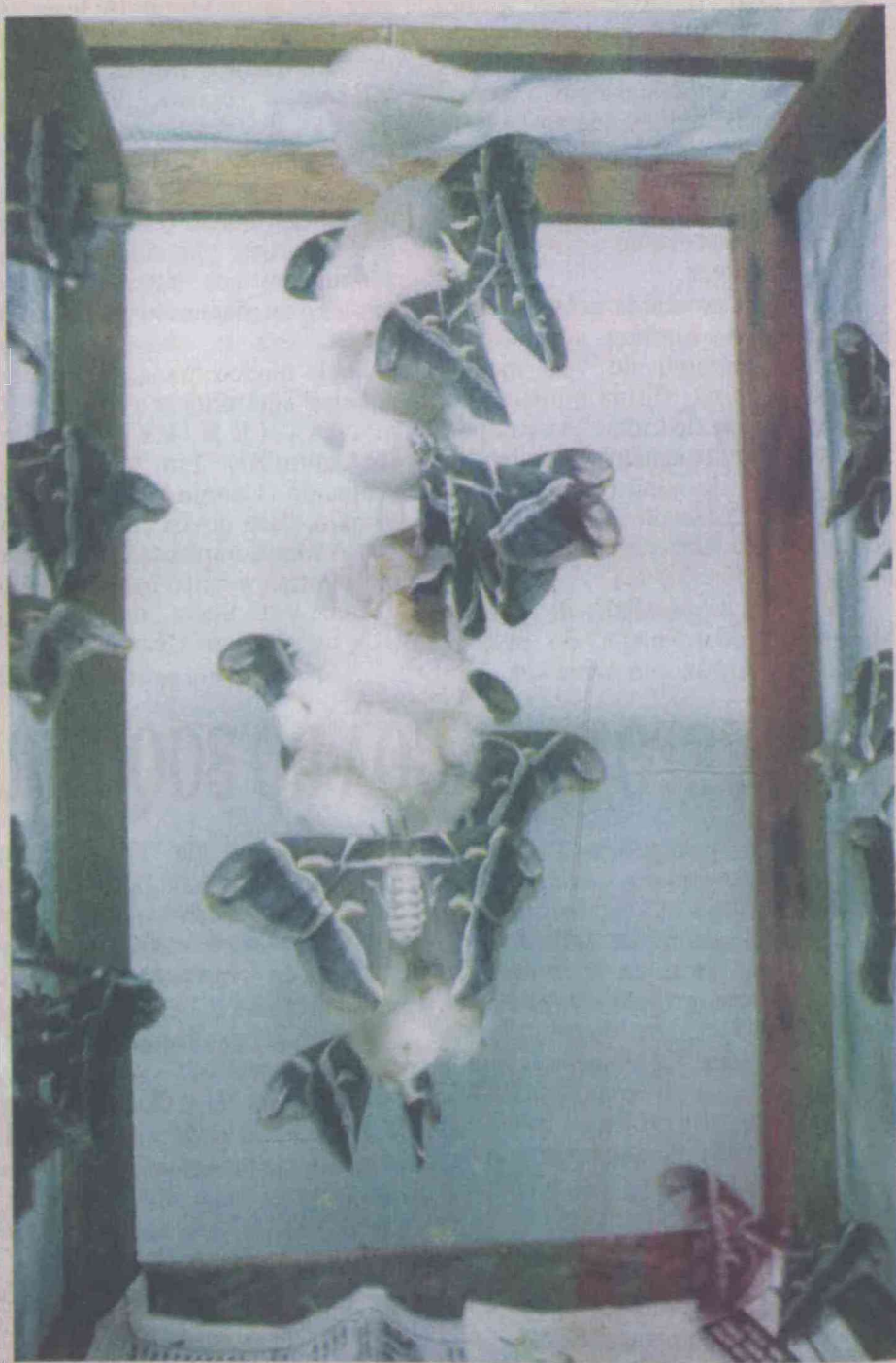
Influenciado pela propaganda que se fazia na imprensa sobre as vantagens da sericicultura, o Governador Juvenal Lamartine (1928 - outubro de 1930) trouxe mudas de amoreira e as plantou em Jundiá, que era, naquela época, uma fazenda do Estado.

A fim de incentivar o desenvolvimento da sericicultura no Rio Grande do Norte, o interventor Herculino Cascardo baixou o Decreto Nº 185, de 29 de dezembro de 1931, que diz o seguinte:

"O Interventor Federal no Rio Grande do Norte, no intuito de estimular o desenvolvimento do Estado pelo estabelecimento de novas indústrias adaptáveis ao meio.

Considerando que a criação do bicho-da-seda é, entre outras indústrias, de pequeno capital, uma das mais remuneradoras.

Considerando que o cultivo da amoreira, da qual vive o inseto produtor da seda, é susceptível de adaptar-se ao clima e aos terrenos de várias regiões do Rio Grande do Norte.



ACASALAMENTO DO BICHO-DA-SEDA



INTERVENTOR HERCOLINO CASCARDO

DECRETA:

Art. 1º - O governo do Estado concederá o prêmio de 500\$000 por cada mil pés de amoreira plantados no seu território, conforme a técnica usual dessa cultura, desde que os arbustos tenham um ano e atinjam pelo menos um metro de elevação.

§ único - Para ser considerada a plantação de acordo com a técnica usual é preciso que as amoreiras sejam plantadas a três metros no mínimo, e a quatro no máximo umas das outras, em ambos os sentidos, não devendo cada hectare conter menos de mil pés.

Art. 2º - O governo deverá fazer a concessão gratuita de terrenos do Estado para o plantio da amoreira, ficando entendido que, não se efetuando ou cessando essa cultura, os terrenos voltarão ao domínio do Estado sem qualquer indenização.

Art. 3º - Estabelecidas as plantações nos termos do art. 1º, o governo procurará obter os primeiros óvulos para a criação do bombix (*bicho-da-seda*), fornecendo-os gratuitamente aos criadores.

Art. 4º - A exportação dos casulos comerciais será inteiramente livre de qualquer imposto do Estado ou dos municípios, sendo ainda concedido o prêmio de 1\$000 por kilograma de casulos exportados.

Art. 5º - Os aparelhos e maquinismos necessários à extração e fiação da seda serão também isentos de impostos estaduais e municipais.

Art. 6º - A concessão dos auxílios constantes deste decreto será feita mediante requerimento dos plantadores após o exame das plantações por delegados do governo.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 29 de dezembro de 1931-43º da República.

Herculino Cascardo

Antônio José de Mello e Souza."

(Estado do Rio Grande do Norte - Decretos do Governo - 1931, p. 163-164).

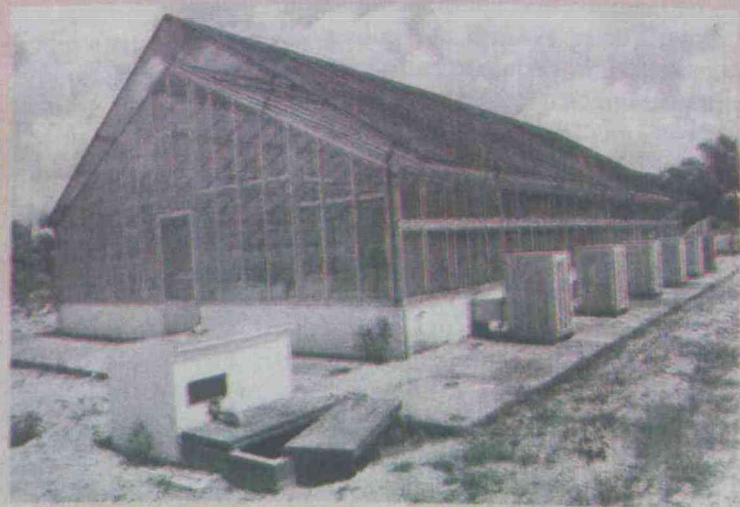
Além de ter baixado o referido Decreto, o Interventor Herculino Cascardo importou mais de 5.000 mudas de amoreiras, que foram trazidas pelo Lloide, em março de 1932. (A República - 23 de junho de 1932).

Apesar destes incentivos terem sido mantidos pelos outros Interventores, a sericicultura não prosperou no Rio Grande do Norte no período de 1932 a 1970.

NO GOVERNO CORTEZ PEREIRA

No governo Cortez Pereira (1971 - 1975), foi implantado o projeto Bicho-da-Seda na fazenda Boa Cica, de 256 hectares, no município de Nísia Floresta. O referido projeto foi executado pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR - RN) e financiado pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN). A coordenação do projeto ficou a cargo do agrônomo João Feijão Neto. Em abril de 1973, foi iniciada a plantação das amoreiras no núcleo experimental da fazenda Boa Cica. De início, foram plantados 400 mil pés de amoreira, numa área de 50 hectares. Neste núcleo experimental foram plantados seis tipos de amoreiras vindas de São Paulo e Minas Gerais. São elas: Ungaresa, Calabresa, Miúsa, Formosa, Serra das Araras e Toshiana. Esta última variedade foi a que apresentou melhor resultado, produzindo "folhas medindo 35 cm de comprimento por 24 de largura". (Revista Empresa - Setembro de 1974).

Os sucessores de Cortez Pereira no governo do Estado viram o projeto do Bicho-da-Seda, acharam bonito, mas não deram o apoio suficiente para ele deslanchar. Por isso, o Rio Grande do Norte possui atualmente cerca de 100 produtores, lutando com muita dificuldade para desenvolver esta cultura. O desenvolvimento da sericicultura no Litoral e no Agreste potiguares será a redenção de milhares de famílias pobres, que passariam a ter um renda certa, todos os meses do ano. Temos todas as condições de clima e de ambiente para desenvolver esta atividade econômica. Falta, apenas, vontade política dos nossos governantes.



INSTALAÇÕES PARA CRIAÇÃO DO BICHO-DE-SEDA

O PROJETO CAMARÃO

Este projeto foi uma idéia magnífica do Governador Cortez Pereira, grande estudioso das potencialidades econômicas do Rio Grande do Norte. Impelido pelo desejo de dotar o nosso Estado de novas fontes produtoras, ele pensou que o nosso imenso Litoral possui uma riqueza quase inteiramente inexplorada. Há séculos que exploramos somente o sal e a pesca artesanal. Após comparar as condições existentes no litoral potiguar com as de outros países, Cortez Pereira concluiu que o Rio Grande do Norte tem todas as condições favoráveis para criar camarões em viveiros. E esta análise ficou mais rica quando o pólo de comparação era o Japão, país que desde 1930 vem desenvolvendo a tecnologia da criação de camarão em viveiros. Na sua última Mensagem Anual à Assembléia Legislativa, ele afirmou: "Lá impermeabilizam o solo pagando altas taxas por arrendamento de hectares; nós possuímos 100.000 hectares de solos impermeabilizados pela natureza e do mais baixo custo por serem terras de mangues ou de elevada salinidade. No distante país, as calmarias constantes obrigam a uma oxigenação feita consumindo petróleo caro, enquanto aqui a brisa permanente quase garante o ótimo exigido." (Pereira, José Cortez - 1975:22).

Após esta constatação, o Governador Cortez Pereira começou a implantar o Projeto Camarão, no 1º trimestre de 1973, visando desenvolver aqui a pesquisa necessária à viabilização técnica do referido projeto. Para isso, enviou técnicos competentes e da sua confiança para o Japão e os Estados Unidos estudar a tecnologia adequada à criação de camarão em viveiros.

ÀS MARGENS DO POTENGI

Foi assinado, então, um convênio entre o Banco de Desenvolvimento do Rio do Norte (BDRN), a Universidade Federal e a SUDENE visando ao financiamento do projeto. Em decorrência deste convênio, o Instituto de Biologia Marinha da Universidade Federal cedeu três viveiros que possuía na margem esquerda do rio Potengi. (Diário de Natal - 28 de março de 1973). A coordenação geral de referido projeto foi entregue ao químico Tupan Ferreira de Souza.

Numa área de 50 hectares, situada na Gamboa do Jaguaribe, à margem esquerda do rio Potengi, os técnicos instalaram todos os equipamentos necessários para iniciar o referido projeto.

Numa entrevista concedida ao Diário de Natal, o Dr. Tupan Ferreira de Souza disse que o processo de criação de camarão em viveiros compreende três fases: a primeira começa com colocação em tanques, com água esterilizada, onde cada fêmea desova, em média, 300 mil ovos. Disse que "durante as primeiras 24 horas, a larva se alimenta, apenas, da gema, substância trazida no ovo, e depois, de algas, até o vigésimo dia". Após a desova as fêmeas são retiradas dos tanques para não comerem os ovos.

A segunda etapa "desenvolve-se na fazenda, ou seja, em tanques geralmente de 30 x 60 metros, contendo uma lâmina de água de 1,70 metro. Nos tanques ou viveiros de água filtrada, com completo controle de oxigênio e com temperatura entre 22 e 24 graus, o camarão vai ser exclusivamente alimentado." A terceira etapa é a da industrialização, "em que o camarão completa quatro meses de vida". A partir de então, ele está pronto para ser congelado e embalado para ser vendido no mercado. (Diário de Natal - 28 de março de 1973).

Em abril de 1974, o Frigonorte iniciou a fabricação de farinha de cangulo e tubarão para alimentar os camarões na

fase pós-larva. (Diário de Natal - 06 de abril de 1973). Também naquele mesmo mês e ano, esteve em Natal o Sr. Cornelius C. Mock que era, então, uma das maiores autoridades do mundo em criação de camarão em viveiros, e que pertencia aos quadros do Laboratório de Galveston, no Texas, Estados Unidos. Ele ministrou um curso intensivo sobre a cultura do camarão. Disse naquela ocasião que "onde ele andou em vários países e visitou as mais importantes instituições, não encontrou condições tão ideais como em Natal para a elaboração de um projeto de criação de camarão em viveiros". (Diário de Natal - 11 de abril de 1974).



PROJETO CAMARÃO À MARGEM A ESQUERDA DO POTENGI (NATAL)



GOVERNADOR CORTÉZ PEREIRA

A convite do governo do Estado veio também a Natal, entre o final de maio e o início de junho, o Professor Samuel P. Mayers, que era PHD pela Universidade de Columbia e Diretor do Departamento de Ciências da Alimentação da Universidade de Lousiana. Na Fundação José Augusto, ele ministrou um curso sobre rações para crustáceos, principalmente, camarão. Disse entre outras coisas que "são ótimas as condições de Natal para a criação de camarão em viveiros, desde a temperatura ao clima". (Diário de Natal - 01 de junho de 1974). Vários outros técnicos nacionais e estrangeiros vieram aqui para verificar in loco o andamento deste projeto. Do mesmo modo, alguns técnicos potiguares foram estagiar no Japão e nos Estados Unidos para aperfeiçoar os seus conhecimentos.

Segundo o economista Paulo Pereira dos Santos, o Projeto Camarão implementado pelo Dr. Cortez Pereira no Rio Grande do Norte realizou "algumas experiências científicas pioneiras no Brasil, como: - desova em laboratório e obtenção de pós-larva de *Penaeus brasiliensis* (camarão rosa), conseguindo-se, em média, 100 mil filhotes por fêmea de camarão; - reprodução em cativeiros de PB; - introdução de camarão *Penaeus monodon*, nativo das Filipinas; - povoamento de viveiros com áreas diversas para a obtenção de camarão de tamanho comercial; - sobrevivência de até 80% nesta fase de engorda nos viveiros; - formulação e fabricação de rações balanceadas para a alimentação dos camarões em viveiros". (1994:202).

EM MACAU

Em janeiro de 1975, antes mesmo de os técnicos do Projeto Camarão dominarem inteiramente a técnica de criação deste crustáceo em viveiros, a Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE), subsidiária do grupo holandês AKZO e possuidora de uma grande salina em Macau (RN), manifestou interesse em desenvolver também esta atividade. Verdade é que, em maio de 1975, o Dr. Tupan Ferreira de Souza enviou para a CIRNE cerca de 15 mil filhotes, com 30 dias de criados, para iniciar a sua criação em Macau. (Diário de Natal - 13 de maio de 1975). Outros milhares de filhotes foram enviados para esta empresa, tanto é assim que, até junho de 1977, a CIRNE recebeu "um total de 310.488 pós-larvas de camarões produzidos neste projeto ..." (Diário de Natal - 16 de junho de 1977). De início, o projeto de criação de camarões da CIRNE ocupou uma área de 600 hectares. Aconselhado pelos seus técnicos, ela importou e adaptou às nossas condições o *Penaeus japonicus*, isto é, "um camarão criado em cativeiro no Japão há 40 anos e que tem ótimos mercados nos Estados Unidos e Ásia." (Revista Espaço, Natal, Ano III, Nº 16, novembro de 1984). Até o ano de 1984, a CIRNE apresentava um produtividade de 300 quilos de camarão por hectare/ano. Desde 1981, que esta empresa vinha exportando 500 toneladas/ano de camarão congelado para os Estados Unidos e o Japão. Ela investiu 4,5 milhões de dólares na implantação total do seu projeto em Macau. (Idem - Idem).

No segundo semestre de 1986, a CIRNE começou a desativar o seu projeto de criação de camarão em viveiros sob a alegação de que esta atividade não estava sendo economicamente compensadora.

Outras empresas do Rio Grande do Norte, tais como a Empresa de Construção Civil (ECOCIL), a Santa Mônica Industrial S.A., a Lucimar, a Indústria do Pescador Brasileiro e a Companhia Exportadora de Produtos do Mar, receberam igualmente milhares de filhotes de camarão para criarem em seus viveiros, (Diário de Natal - 16 de junho de 1977), instalados em diversas localidades.

EMPARN e PRODAC

No governo Lavoisier Maia (1979-1982), o Projeto Camarão tomou novo alento e foi transferido da Secretaria de Agricultura para a EMPARN, sob cuja responsabilidade permanece até hoje (março de 1997).

Uma das primeiras providências da EMPARN foi importar do Japão "cinco mil filhotes de camarão - *Penaeus japonicus* - numa viagem que teve a duração de 56 horas, embalados em sacos plásticos, dentro de caixas de isopor, numa temperatura de 18 graus (hibernados), transportados de avião. Quatro mil e 800 conseguiram sobreviver." (A República - 30 de maio de 1979). A vantagem do camarão japonês é que ele cresce mais do que o nosso, e em menos tempo".

Em abril de 1981, a convite do governo da Bahia, técnicos da EMPARN foram a Salvador transmitir o nosso "know-how" para aquele Estado. (A República).

Visando à expansão do Projeto Camarão através da iniciativa privada, o Governador Lavoisier Maia baixou o Decreto Nº 8.239, de 18 de setembro de 1981, que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Atividade de Cultivo de Camarão no Rio Grande do Norte (PRODAC/RN). O Art. 3º deste Decreto dizia que "a Secretaria do Planejamento - SEPLAN/RN - promoverá, anualmente, no Orçamento Geral do Estado, destaque de recursos para o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FDES), sob a denominação "Conta Executiva do Camarão", destinados ao Programa instituído por este Decreto". Por sua vez, o Art. 4º do citado Decreto afirmava que "o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) instituirá Conta Especial, sob a denominação Conta Executiva do Camarão (CEC), destinada à aquisição de áreas propícias ao cultivo de camarão, a serem oferecidas por aporte de capital ou sob a forma de financiamento aos empreendimentos privados setoriais". (Diário Oficial do Estado - Nº 5.166, de 22 de setembro de 1981). O PRODAC/RN foi regulamentado pelo Decreto Nº 8.446, de 22 de julho de 1982.

Em decorrência desta política de incentivos, em março de 1982, foram assinados, em Palácio, vários convênios com empresas privadas do Rio Grande do Norte num total de Cr\$ 390 milhões. Eram recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). (A República - 05 de março de 1982).

A VITÓRIA DE UMA IDÉIA

Não obstante a indiferença e o menosprezo dos três governadores que sucederam a Lavoisier Maia no comando do Estado, o Projeto Camarão sobreviveu aos trancos e barrancos, graças à dedicação dos técnicos da EMPARN. Atualmente, os nossos técnicos dominam inteiramente a tecnologia da criação de camarão em viveiros. Em 1996, o Projeto Camarão, que continua atuante na Gamboa do Jaguaribe, isto é, no mesmo local onde começou, produziu onze toneladas de camarão, de uma espécie exótica, proveniente do Equador, chamada *Penaeus vannamei*.

Segundo informações que nos foram fornecidas pela EMPARN, em 31 de março de 1997, além de outras, estão funcionando no Rio Grande do Norte as seguintes fazendas camaroneiras: AQUATEC - em Barra do Rio, São Gonçalo do Amarante, Tibau do Sul, Arês e Canguaretama; CAMANOR PRODUTOS MARINHOS - em Canguaretama; CANORTE - em Extremoz; TECNARÃO - em Arês; SÍTIO SÃO FÉLIX - Tibau do Sul; PLANTE CAMARÃO - em São José do Mipibu; DALMAR - em Tibau do Sul; FAZENDA FORMOSA - em Canguaretama.

Tudo isso representa a vitória de uma idéia posta em prática pelo Governador Cortez Pereira em 1973. Mesmo assim, ainda é muito pouco, se comparado com a imensidão do litoral norte-rio-grandense. A pobreza do Rio Grande do Norte não resulta da adversidade dos fatores de produção, mas, sim, do despreparo da sua elite dirigente para descobrir novas fontes de produção e apoiar iniciativas inteligentes e viáveis como esta. Pelos projetos inovadores que implementou, inferimos que o Professor Cortez Pereira foi o mais criativo dos governantes potiguares em todos os tempos.

A AGRICULTURA IRRIGADA

Irrigação Realizada

Pelo Governo Federal

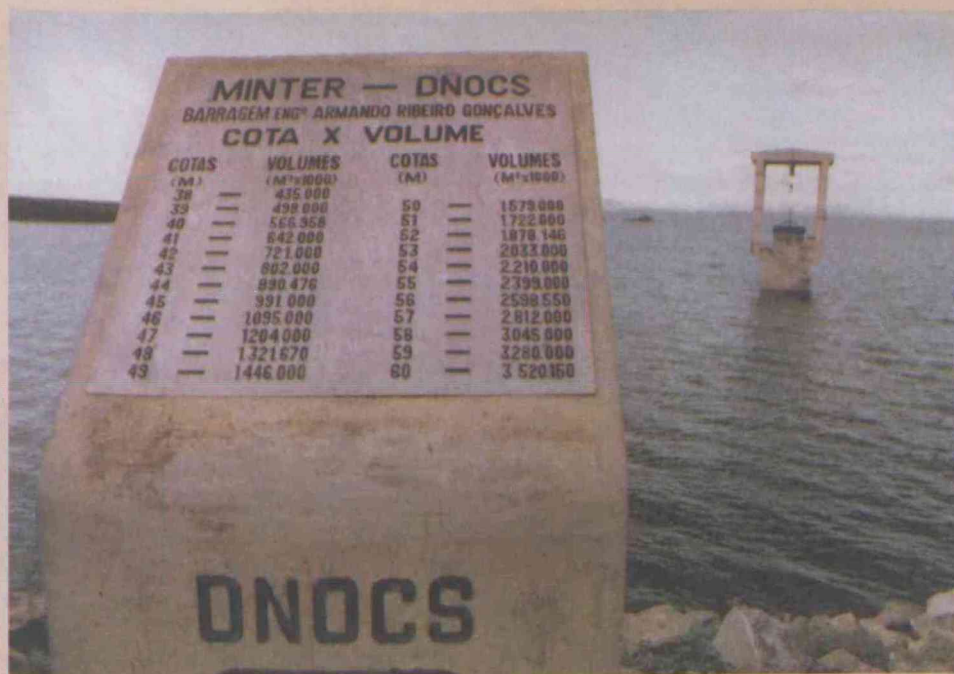
A pesar de a seca no Nordeste ter a idade do Descobrimento do Brasil, a política de combate aos seus efeitos nefastos só veio surgir no final do Império. A seca de 1877-79 foi o marco inicial.

Nesta política das águas, podemos distinguir três fases: a primeira de 1877 até 1909, caracterizou-se pela realização de estudos e diagnósticos feitos por Comissões nomeadas pelo poder central; a segunda, de 1909 até 1960, foi marcada pela lenta construção de açudes, barragens e rodovias nas zonas semi-áridas, a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); e a terceira notabilizou-se pelo despertar do

Governo Federal para a prática da agricultura irrigada, aproveitando a água acumulada nos açudes e barragens. No surgimento desta terceira fase, que começou em 1960 e prolonga-se até hoje, foi decisiva a nova política regional traçada pela SUDENE, desde o início dos anos 60. Já não bastava acumular água para combater os efeitos das secas; o importante, agora, era utilizá-la através dos canais de irrigação, como fator de desenvolvimento do semi-árido. Verdade é que, foi a partir de 1964 que o Governo Federal começou a implementação de vários programas visando ao desenvolvimento da agricultura irrigada no Nordeste. Esta não foi uma tarefa fácil. Apesar de a irrigação ser uma técnica milenar, muito praticada na China, na Índia e no antigo Egito, ela não penetrara na nossa cultura. Durante mais de três séculos, a agricultura praticada no Brasil, herdada dos nossos colonizadores portugueses, se resumia em limpar o terreno, semeá-lo na época adequada e esperar que

Deus mandasse a chuva multiplicadora de grãos. Até mesmo as nossas Escolas de Agronomia não tinham tradição de ensinar aos seus formandos a agricultura irrigada. Por isso, a agricultura irrigada chegou tardiamente ao Brasil, e mais ainda, ao Nordeste.

O primeiro passo do Governo Federal para desenvolver a agricultura irrigada foi a publicação do Decreto Nº 200, que atribuiu ao Ministério do Interior o encargo de, através dos seus órgãos, incentivar esta atividade, a partir de 1967. No ano seguinte, 1968, foi criado dentro do Ministério do Interior, o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola mais conhecido pela sigla GEIDA. Este órgão realizou um excelente levantamento de todos os dados pertinentes à irrigação no Brasil, desde as condições de clima até à comercialização dos produtos. Deste levantamento resultou o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), em 1971, para ser executado em todo o país.



BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES (ASSU/RN)

No governo do Presidente Emílio Médici (1969 - 1974), foi elaborado o Plano de Integração Nacional (PIN), no qual ocupava lugar de destaque o Programa de Irrigação do Nordeste. Um dos seus objetivos era "minimizar os riscos das variações climáticas sobre a produção agropecuária". (Jatobá, Jorge et Alii - 1985:360). A irrigação a ser feita deveria aproveitar a água acumulada nos açudes públicos da região.

É importante salientar que, até 1966, o Nordeste possuía 12,4 bilhões de metros cúbicos de água, acumulados nos 234 açudes públicos e 591 particulares, enquanto que a área irrigada não ultrapassava os 30 mil hectares. (Avelar, Maria Angélica Braga de - 1976:11).

A meta do Programa de Irrigação do Nordeste era "implantar cerca de 550 mil hectares e operar 225 mil até 1979..." A execução deste trabalho

ficou a cargo do DNOCS e da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

Na realidade, o que foi realizado ficou muito aquém do planejado, "já que apenas 270 mil hectares foram implantados e as áreas em operação não suplantaram 25 mil hectares". Ao invés de assentar 31 mil colonos, como estava previsto, foram beneficiadas, apenas, 5.400 pessoas. (Jatobá, Jorge et Alii - 1985:366).

Mesmo assim, em consequência deste Programa de Irrigação do Nordeste, em 1985, encontravam-se funcionando um total de 37 projetos implantados pelo DNOCS e 44 implementados pela CODEVASF.

NO RIO GRANDE DO NORTE

PROJETO CRUZETA

Esta política federal de agricultura irrigada resultou na implantação, pelo DNOCS, de quatro perímetros irrigados, que são os seguintes:

Este começou a ser implantado através do Decreto Federal Nº 71341, de 08 de novembro de 1972 e entrou em operação em 1976. Aproveita a água acumulada do açude público Cruzeta, construído em 1929. Segundo informações colhidas no DNOCS-RN em 17/03/1997, ali são irrigados atualmente 138 hectares, nos quais os colonos plantam tomate industrial, em larga escala, que é vendida para a CICA e PEIXE, em Pernambuco. Além deste produto, os colonos produzem alimentos para o seu consumo familiar.

PROJETO ITANS-SABUGI

Este começou a ser implantado pelo Decreto Nº 73/053, de 31 de outubro de 1973. Entrou em operação em 1977. Localiza-se no vale do Rio Piranhas-Açu e aproveita a água acumulada pelo açude Itans construído pelo DNOCS, em 1935, e pelo açude Sabugi, construído também pelo DNOCS, em 1965.

A superfície geográfica deste projeto é de 2.614 hectares, dos quais seriam irrigados, por gravidade e por aspersão, 1.126 hectares. Atualmente, a área irrigada é de 510 hectares, segundo informações colhidas no DNOCS-RN, em 17/03/1997.



AGRICULTURA IRRIGADA

PROJETO PAU DOS FERROS

Sua implantação foi iniciada em 1973 e começou a operar em fevereiro de 1980. A área total deste projeto é de 1.150 hectares. Atualmente, a área irrigada é de 587 hectares, segundo informações colhidas no DNOCS-RN, em 17/03/1997. À semelhança dos outros perímetros irrigados, este aproveita a água acumulada do açude público de Pau dos Ferros.

PROJETO BAIXO-AÇU

Durante o governo do Presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), o Ministro do Interior, Mário Andreazza, resolveu construir a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves que, segundo a Professora Terezinha de Queiroz Aranha, sua localização vinha sendo estudada desde 1937. (O Poti-"Algum Tempo Depois, de Novo, o Projeto Baixo-Açu" - 08/09/1990). Esta barragem perenizou os rios Piranhas e Açu, numa extensão aproximada de 100 quilômetros. Foi inaugurada no dia 20 de maio de 1983 pelo Presidente João Batista Figueiredo. Até então, é a maior do Nordeste, pois, tem capacidade para acumular 2 bilhões e 400 milhões de metros cúbicos de água. Segundo os técnicos, esta barragem tem capacidade para irrigar de 20 a 22 mil hectares. O governo estabeleceu, então, que a irrigação pública ocuparia uma área de 6 mil hectares e o restante ficaria à disposição da irrigação feita pela iniciativa privada.



BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES, SANGRANDO

Durante o governo do Presidente José Sarney (1985-1989), a agricultura irrigada nacional tomou novo impulso graças à criação do Ministério da Irrigação que, logo pôs em execução o PRONI (Programa Nacional de Irrigação), apoiado pelo Banco Mundial.

Bem articulado com o Sr. Vicente Fialho, então Ministro da Irrigação, o Governador Geraldo Melo carreteou vultosos recursos para expandir a agricultura irrigada no Rio Grande do Norte. No setor da irrigação pública, uma das suas iniciativas foi a construção da infra-estrutura da 1ª Etapa do Projeto Baixo-Açu, numa área prevista de 3.000 hectares às margens da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. É importante ressaltar que a realização desta obra cabia ao DNOCS, mas, este órgão federal delegou-a ao Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura.

Por exigência do Banco Mundial, a concorrência foi internacional, saindo vencedora a construtora brasileira Norberto Odebrecht (Diário de Natal - 04 de março de 1989). No final do governo Geraldo Melo, só estava pronta a "infra-estrutura necessária à instalação dos primeiros 600 hectares de área irrigada". (Melo, Governador Geraldo - 1991:08).

Os primeiros contratos para assentar os colonos foram assinados em julho de 1994, já no 2º governo José Agripino. Atualmente, segundo informações colhidas no DNOCS-RN em 17/03/1997, estão sendo irrigados, apenas, 600 hectares nesta 1ª Etapa do Projeto Baixo-Açu. Bem entendido: na parte reservada à irrigação pública.

IRRIGAÇÃO PRIVADA INCENTIVADA PELOS GOVERNOS ESTADUAIS

Quanto à agricultura irrigada, de pequena dimensão, feita pela iniciativa privada mediante o incentivo dado pelos governos estaduais, temos que fazer dois registros. O primeiro refere-se ao Projeto Terra Verde implementado pelo 1º Governo José Agripino Maia, no período de 1984 a 1986. A meta deste projeto era proporcionar aos pequenos agricultores terra, água e crédito. Foram realizados 250 pequenos projetos de irrigação, atingindo uma área de 580 hectares irrigados. Foram beneficiados 265 proprietários espalhados nas microrregiões do Vale do Açu, Vale do Pium e Seridó. É importante salientar que, nestas propriedades beneficiadas, a cultura dominante era de subsistência. (Governo José Agripino - 1985:26)

O segundo registro refere-se ao Programa Sertão Novo desenvolvido pelo Governo Geraldo Melo (1987-1990), financiado com recursos do PROINE, PROVÁRZEA e PROFIR. Através deste Programa de estímulo à irrigação privada de pequeno porte, foram implantados "1.221 Kits" de irrigação, que beneficiaram 955 produtores numa área de 3.353 hectares. Os agricultores beneficiados estavam espalhados nos municípios de Nísia Floresta, Pau dos Ferros, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, São José do Seridó, Ceará-Mirim, Assu, Maxaranguape e alguns outros. (Governo Geraldo Melo - 1989 e 1991:07).

Com o passar do tempo, esta agricultura irrigada decaiu bastante em consequência do elevado preço da energia elétrica rural, da falta de apoio dos novos governos e do despreparo do agricultor potiguar para realizar este tipo de agricultura.

O DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA

N a mesma época que o Governo Federal começou a implantar projetos para desenvolver a agricultura irrigada pública, nos anos 60 e 70, grupos privados do Nordeste, ou que vieram para cá, tomaram iniciativas semelhantes. Com exceção de algumas empresas que se dedicaram à cotonicultura, a maioria deu prioridade à fruticultura irrigada por acreditar na favorabilidade das nossas condições de clima e de solo.



MAISA: PLANTAÇÃO DE MELÃO

A MAISA

O caso mais típico da confiança na fruticultura irrigada é o da empresa Mossoró Agro-Industrial S.A., mais conhecida como MAISA. Esta empresa foi organizada em 1968 e está localizada na Chapada do Apodi, no Oeste Potiguar. Iniciou as suas atividades plantando 12 mil hectares de caju. A cultura do caju, já antiga no vizinho Estado do Ceará, tinha todas as condições para se desenvolver no território norte-rio-grandense. Numa segunda etapa, a MAISA começou a plantar melão através do emprego de técnicas de irrigação trazidas de Israel e de outros países. A cultura do melão iniciou-se em 1978. Anos depois, ela diversificou as suas culturas, fugindo, assim, da monocultura.



AGRICULTURA IRRIGADA

PROJETO PAU DOS FERROS

Sua implantação foi iniciada em 1973 e começou a operar em fevereiro de 1980. A área total deste projeto é de 1.150 hectares. Atualmente, a área irrigada é de 587 hectares, segundo informações colhidas no DNOCS-RN, em 17/03/1997. À semelhança dos outros perímetros irrigados, este aproveita a água acumulada do açude público de Pau dos Ferros.

PROJETO BAIXO-AÇU

Durante o governo do Presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), o Ministro do Interior, Mário Andreazza, resolveu construir a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves que, segundo a Professora Terezinha de Queiroz Aranha, sua localização vinha sendo estudada desde 1937. (O Poti-"Algum Tempo Depois, de Novo, o Projeto Baixo-Açu" - 08/09/1990). Esta barragem perenizou os rios Piranhas e Açu, numa extensão aproximada de 100 quilômetros. Foi inaugurada no dia 20 de maio de 1983 pelo Presidente João Batista Figueiredo. Até então, é a maior do Nordeste, pois, tem capacidade para acumular 2 bilhões e 400 milhões de metros cúbicos de água. Segundo os técnicos, esta barragem tem capacidade para irrigar de 20 a 22 mil hectares. O governo estabeleceu, então, que a irrigação pública ocuparia uma área de 6 mil hectares e o restante ficaria à disposição da irrigação feita pela iniciativa privada.



BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES, SANGRANDO

Durante o governo do Presidente José Sarney (1985-1989), a agricultura irrigada nacional tomou novo impulso graças à criação do Ministério da Irrigação que, logo pôs em execução o PRONI (Programa Nacional de Irrigação), apoiado pelo Banco Mundial.

Bem articulado com o Sr. Vicente Fialho, então Ministro da Irrigação, o Governador Geraldo Melo carreou vultosos recursos para expandir a agricultura irrigada no Rio Grande do Norte. No setor da irrigação pública, uma das suas iniciativas foi a construção da infra-estrutura da 1ª Etapa do Projeto Baixo-Açu, numa área prevista de 3.000 hectares às margens da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. É importante ressaltar que a realização desta obra cabia ao DNOCS, mas, este órgão federal delegou-a ao Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura.

Por exigência do Banco Mundial, a concorrência foi internacional, saindo vencedora a construtora brasileira Norberto Odebrecht (Diário de Natal - 04 de março de 1989). No final do governo Geraldo Melo, só estava pronta a "infra-estrutura necessária à instalação dos primeiros 600 hectares de área irrigada". (Melo, Governador Geraldo - 1991:08).

Os primeiros contratos para assentar os colonos foram assinados em julho de 1994, já no 2º governo José Agripino. Atualmente, segundo informações colhidas no DNOCS-RN em 17/03/1997, estão sendo irrigados, apenas, 600 hectares nesta 1ª Etapa do Projeto Baixo-Açu. Bem entendido: na parte reservada à irrigação pública.

IRRIGAÇÃO PRIVADA INCENTIVADA PELOS GOVERNOS ESTADUAIS

Quanto à agricultura irrigada, de pequena dimensão, feita pela iniciativa privada mediante o incentivo dado pelos governos estaduais, temos que fazer dois registros. O primeiro refere-se ao Projeto Terra Verde implementado pelo 1º Governo José Agripino Maia, no período de 1984 a 1986. A meta deste projeto era proporcionar aos pequenos agricultores terra, água e crédito. Foram realizados 250 pequenos projetos de irrigação, atingindo uma área de 580 hectares irrigados. Foram beneficiados 265 proprietários espalhados nas microrregiões do Vale do Açu, Vale do Pium e Seridó. É importante salientar que, nestas propriedades beneficiadas, a cultura dominante era de subsistência. (Governo José Agripino - 1985:26)

O segundo registro refere-se ao Programa Sertão Novo desenvolvido pelo Governo Geraldo Melo (1987-1990), financiado com recursos do PROINE, PROVÁRZEA e PROFIR. Através deste Programa de estímulo à irrigação privada de pequeno porte, foram implantados "1.221 Kits" de irrigação, que beneficiaram 955 produtores" numa área de 3.353 hectares. Os agricultores beneficiados estavam espalhados nos municípios de Nísia Floresta, Pau dos Ferros, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, São José do Seridó, Ceará-Mirim, Assu, Maxaranguape e alguns outros. (Governo Geraldo Melo - 1989 e 1991:07).

Com o passar do tempo, esta agricultura irrigada decaiu bastante em consequência do elevado preço da energia elétrica rural, da falta de apoio dos novos governos e do despreparo do agricultor potiguar para realizar este tipo de agricultura.

O DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA

Na mesma época que o Governo Federal começou a implantar projetos para desenvolver a agricultura irrigada pública, nos anos 60 e 70, grupos privados do Nordeste, ou que vieram para cá, tomaram iniciativas semelhantes. Com exceção de algumas empresas que se dedicaram à cotonicultura, a maioria deu prioridade à fruticultura irrigada por acreditar na favorabilidade das nossas condições de clima e de solo.



MAISA: PLANTAÇÃO DE MELÃO

A MAISA

O caso mais típico da confiança na fruticultura irrigada é o da empresa Mossoró Agro-Industrial S.A., mais conhecida como MAISA. Esta empresa foi organizada em 1968 e está localizada na Chapada do Apodi, no Oeste Potiguar. Iniciou as suas atividades plantando 12 mil hectares de caju. A cultura do caju, já antiga no vizinho Estado do Ceará, tinha todas as condições para se desenvolver no território norte-rio-grandense. Numa segunda etapa, a MAISA começou a plantar melão através do emprego de técnicas de irrigação trazidas de Israel e de outros países. A cultura do melão iniciou-se em 1978. Anos depois, ela diversificou as suas culturas, fugindo, assim, da monocultura.

Em 1993, a MAISA apresentava o seguinte quadro da sua fruticultura:

Frutas Cultivadas	Área Irrigada (Hectares)	Toneladas Produzidas
Melão	2.500	87.500
Acerola	300	3.000
Uva	60	1.200
Manga	170	1.700
Maracujá	380	5.700

Fonte: Revista RN/ECONÔMICO
Ano XXV, Nº 266, Natal, 11/12/1993, p.34



DR. MANOEL BARRETO FILHO, ORGANIZADOR DA FRUNORTE

A FRUNORTE

No Vale do Baixo-Assu, há várias empresas desenvolvendo a fruticultura irrigada, aproveitando a água acumulada pela Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Nesta região, há doze empresas, entre grandes e médias, que até 1990, praticavam a fruticultura irrigada num área de 3.451 hectares. (Pinheiro, Moema de Andrade - in 1995:140). Melão, manga, grapefruit, uva, acerola, melancia, banana, laranja, todas estas frutas são produzidas em grande escala para abastecer o mercado nacional e internacional.

A líder da fruticultura no Baixo-Açu é a FRUNORTE que, até 1990, operava em 781 hectares irrigados. Em seguida, vem a AGROKNOLL, A

FINOBRASA, São Guilherme, Taisa, Agrovale, Veneza e outras. Algumas, além de frutas, produzem também algodão irrigado, como é o caso da FINOBRASA, TAISA e FAZENDA MUTAMBA. (Pinheiro, Moema de Andrade - in 1995:140).

US\$ 50 MILHÕES

Numa entrevista concedida à imprensa local, em setembro de 1996, o Secretário de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Sr. Múcio Sá, afirmou que "atualmente, 90% do mercado europeu são abastecidos com melões produzidos nas terras férteis da Chapada do Apodi e entre os Vales do Assu, no Rio Grande do Norte, e do Jaguaribe, no Ceará. O volume das exportações previstas gira em torno de 5 milhões de caixas de 10 quilos, ou 50 mil toneladas de frutas. O faturamento bruto previsto para este ano será de US\$ 50 milhões".

Afirmou também que "a fruticultura oferece empregos diretos a 12 mil trabalhadores rurais altamente qualificados". Por último, lembrou que, "ao todo, o Estado possui 400 mil hectares de área irrigáveis, mas, apenas, 10 mil são irrigados". (Tribuna do Norte - 12 de setembro de 1996).

Atualmente, a MAISA a empresa líder na produção e exportação de frutas tropicais para os mercados da Europa e dos Estados Unidos. Além desta empresa, o Rio Grande do Norte possui outras produzindo e exportando frutas tropicais: a Fazenda São João, a FRUNORTE, a Fazenda Santa Júlia, a Transeuropa e outras.

É importante ressaltar que estas empresas produzem à base de água puxada de poços profundos na Chapada do Apodi e proximidades de Mossoró.

O PARQUE TÊXTIL INTEGRADO

No período de 1960 a 1990, o setor da indústria têxtil do Rio Grande do Norte foi um dos que mais cresceu ao lado da indústria petrolífera e da agroindústria. Por isso, vamos abordá-lo neste item.

Apesar de ser um tradicional produtor de algodão fibra-longa, o Rio Grande do Norte enfrentou décadas de adversidades e imobilismo da sua elite dirigente e empresarial quanto à industrialização deste produto. Para se ter uma idéia do nosso atraso neste setor industrial, basta lembrar que, em 1885, havia no Brasil 48 indústrias têxteis e, em 1905, elas já somavam 110 unidades. (Stein, Stanley J. - 1979: apêndice I, p. 191). No entanto, no Rio Grande do Norte, existia, apenas, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, inaugurada em 1888, cujo proprietário era Juvino Barreto.

Do final do século XIX aos anos 60 do século XX, não obstante os incentivos oferecidos pelo governos estaduais, não surgiu no Rio Grande do Norte nenhuma fábrica de tecidos.

O perfil industrial do Nordeste e, particularmente, do Rio Grande do Norte, começou a mudar após a criação da

SUDENE em 1959, que, a partir dos anos 60, desenvolveu um política industrializante para toda a região. Os incentivos fiscais oferecidos pela SUDENE, através do Sistema 34/18 e depois pelo Finor, atraíram empresários do Sudeste e do Sul para investir no Nordeste. Além disso, em maio de 1971, o Governo Federal revogou uma resolução que proibia a concessão de incentivos para instalação de novas indústrias têxteis.

Com o surgimento desta nova conjuntura, o Rio Grande do Norte pôde voltar ao "clube da indústria têxtil", antes restrito ao Sul e ao Sudeste, praticamente.

Consciente das potencialidades do Rio Grande do Norte neste setor industrial, o Governador Cortez Pereira desencadeou uma luta para dotar o nosso Estado de um PARQUE TÊXTIL INTEGRADO. O primeiro passo foi determinar que o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) assinasse um "contrato de financiamento com a INDUPLAN (Consultoria Industrial e Planejamento de Natal) e a C.T.A. (Consultores Têxteis Associados), de Recife, para elaboração de um projeto têxtil integrado, no valor de Cr\$ 75 milhões." (Diário de Natal - 22 de janeiro de 1972). A conjuntura econômica nacional e internacional era muito favorável à expansão da indústria têxtil brasileira e, particularmente, nordestina.

O FUNTÊXTIL - 1972

Uma vez realizados os estudos preliminares, o Governador Cortez Pereira resolveu criar os mecanismos de incentivos ao desenvolvimento da indústria têxtil do nosso Estado. Verdade é que, através da Lei Nº 4.080, de 22 de agosto de 1972, ele criou o Fundo para Desenvolvimento da Indústria Têxtil do Estado (FUNTÊXTIL).

O objetivo do Funtêxtil era "estimular a implantação de novas indústrias de fiação e tecelagem no Estado e a ampliação e modernização das indústrias têxteis existentes." (Art. 1º).

De acordo com o Art. 2º, as finalidades do Funtêxtil eram as seguintes:

- I - Participação acionária em empreendimentos de fiação e tecelagem;
- II - Concessão de financiamento a médio prazo para formação de capital de giro das indústrias têxteis;
- III - Concessão de financiamento para implantação, ampliação ou modernização de indústrias têxteis;
- IV - Eventualmente e a critério do Conselho Estadual de Política Financeira (CEPOF), poderá o FUNTÊXTIL absorver a diferença de câmbio ou correção monetária incidentes sobre financiamentos externos e internos concedidos às unidades têxteis com localização no Estado.

O Art. 3º indicava a procedência dos recursos financeiros deste Fundo:

- "I - 100% (cem por cento) do que couber ao Estado, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, recolhido a qualquer título pelos estabelecimentos de fiação e tecelagem;
- II - 10% (dez por cento) do valor anual do Fundo Especial;
- III - Subvenções ou doações do Poder Público ou de Pessoas de Direito Privado;
- IV - Financiamentos internos ou externos concedidos por entidades públicas ou privadas.
- V - Juros e comissões de suas operações".

O Funtêxtil era administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (Art. 4º).

Este Fundo dava preferência de financiamento às empresas que utilizassem matéria-prima do Estado, especialmente o algodão. (Art. 7º). (Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 25 de agosto de 1972).

É importante ressaltar que, antes da criação do Funtêxtil, já estavam bem avançados os entendimentos com o grupo da UEB (União de Empresas Brasileiras), cujo vice-presidente era o ex-governador Aluizio Alves, que terminou instalando três indústrias em São Gonçalo do Amarante, próximo a Igapó.

Além disso, é preciso a atenção para um fato: antes da criação do Funtêxtil, o Rio Grande do Norte possuía em funcionamento, apenas, 11 fábricas de rede de dormir e 03 de fiação de algodão, sendo duas para produtos grossos e uma de fios finos. (Diário de Natal - 11 de janeiro de 1973). Esta indústria que produzia fios finos de algodão é a FIAÇÃO BORBOREMA, instalada no bairro da Potilândia e que, desde novembro de 1970, começara a produzir e exportar para São Paulo toda a sua produção. Isto sem falar nas várias fábricas de confecções de roupas masculinas que já funcionavam no Rio Grande do Norte, desde os anos 60.

O 1º ENLIT-1973

Visando chamar a atenção do empresariado nacional para a favorabilidade das nossas condições, o Governador Cortez Pereira, apoiado pela RHODIA, empresa líder da indústria têxtil nacional, realizou em Natal, nos dias 11 e 12 de janeiro de 1973, no Edifício do SESC, o 1º Encontro Nacional de Líderes da Indústria Têxtil (1º ENLIT). Participaram deste evento 113 empresários da indústria têxtil nacional, que conheceram as nossas condições e debateram assuntos de interesse do setor. (Diário de Natal - 11 de janeiro de 1973).

Na véspera do 1º ENLIT, foi inaugurada a SITEX, no dia 10 de janeiro de 1973. Era, até então, a única empresa ligada ao setor têxtil implantada no governo Cortez Pereira. Tinha capacidade para produzir 3.500.000,00 de metros de etiquetas, por ano. Empregava 150 pessoas e exportava a sua produção para o Canadá, Japão e outros países. Funcionava com "know-how" e equipamentos japoneses. (Diário de Natal - 11 de janeiro de 1973).

O IMPULSO

Após a realização deste 1º ENLIT, o Parque Têxtil Integrado tomou impulso graças aos incentivos financeiros da SUDENE, do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN), Banco do Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), assim como de bancos estrangeiros.

AS INDÚSTRIAS DA UEB

Atraído pelos incentivos oferecidos pelos Governos Federal e Estadual, o grupo UEB (União de Empresas Brasileiras), cujo presidente era o Sr. José Luiz Moreira (do Rio de Janeiro) e um dos Vices-Presidentes, o ex-governador Aluizio Alves, instalou três fábricas em São Gonçalo do Amarante, no Km 2 da rodovia que liga Natal a Ceará - Mirim.

A primeira foi a INCARTON para produzir embalagens de papelão, inaugurada no dia 14 de setembro de 1973. No discurso de inauguração, o Sr. José Luiz Moreira disse as razões pelas quais o seu grupo empresarial estava se implantando no Rio Grande do Norte: 1 - Estamos na área da SUDENE; 2 - Contamos, desde o início, com o apoio do Governador Cortez Pereira; 3 - O Rio Grande do Norte é um tradicional produtor de algodão fibra-longa, matéria-prima para este tipo de indústria; 4 - Em homenagem ao ex-governador Aluizio Alves, que integrava o quadro dirigente da UEB na qualidade de Vice-Presidente do grupo. (Diário de Natal - 15 de setembro de 1973).

No seu discurso, o Governador Cortez Pereira disse que sonhou com um Rio Grande do Norte diferente: "Com a serenidade das fábricas, com a zoadada dos tratores, com o homem tendo onde trabalhar." Numa clara alusão ao ex-governador Aluizio Alves, seu adversário político, ele frisou: "Na hora de fazer crescer a economia, não perguntamos através de que mãos chegam os projetos, ou os recursos dos projetos, ou a iniciativa dos projetos." (Diário de Natal - 14 de setembro de 1973).

A SPARTA-NORDESTE foi a segunda empresa implantada pelo grupo UEB, ao lado da Incarton. Sua inauguração ocorreu no dia 11 de abril de 1975. Tinha capacidade para produzir 4.500.000 peças anuais de calças, camisas e paletós. Calculava-se que ela iria consumir mais de 8 milhões de metros de tecidos.

A INDÚSTRIA TÊXTEL SERIDÓ, a terceira do grupo, localizada ao lado das duas primeiras, foi inaugurada no dia 7 de agosto de 1976. Sua finalidade é realizar as tarefas de fiação, tecelagem e acabamento integrados. Funcionando com equipamentos nacionais e estrangeiros, ela possuía capacidade para produzir 57.850 metros quadrados, diários, de tecidos para a confecção de camisas e calças. Sua tecnologia era japonesa, isto é, da Shikishima Spinning Co. Ltda.

Os investimentos para a implantação da Seridó foram da ordem de 530 milhões de cruzeiros, captados em bancos nacionais e no Japão Chemical Bank. A participação acionária estava dividida da seguinte forma: UEB = 60%; ATAKA & Co. LTDA = 20%; SHIKIBO = 20%. (Diário de Natal - 07 de agosto de 1976).



EMPRESÁRIO NEVALDO ROCHA

A ALPARGATAS

As empresas de confecções tiveram também a sua vez na captação dos incentivos financeiros destinados à formação do Parque Têxtil Integrado. Uma delas, vinda de São Paulo, foi a ALPARGATAS CONFECÇÕES NORDESTE, que se instalou no bairro de Neópolis, em Natal. Foi inaugurada no dia 17 de março de 1976, com a presença do Governador Tarcísio Maia e do Dr. Marcos Vianna, Presidente do BNDE. (Diário de Natal - 18 de março de 1976).

AMPLIAÇÕES DAS EMPRESAS LOCAIS

Várias fábricas de confecções masculinas, pertencentes a grupos locais, que vinham trabalhando com dificuldades desde os anos 60, captaram recursos para ampliar os seus negócios. Assim agiu a CONFECÇÕES REIS MAGOS que, em 1974, inaugurou as suas novas instalações na Av. Salgado Filho, no terreno ocupado, atualmente, pelo Natal Shopping.

Mais adiante, na mesma Avenida Salgado Filho, próximo ao viaduto de Ponta Negra, instalou-se a T. BARRETO INDÚSTRIA E COMÉRCIO em maio de 1976. Esta fábrica de confecções iniciara suas atividades em 1965, no bairro da Ribeira, em Natal. Com a expansão, esta empresa capacitou-se para produzir 20 mil peças (calças e camisas), por dia, e empregar 2 mil operários. Hoje (1997), naquele local foi construído o Supermercado Carrefour.

Vizinho ao bairro de Mirassol, na margem direita da Av. Salgado Filho (para quem se desloca no sentido Ponta Negra - Potilândia), instalou-se a SORIEDEM, pertencente ao grupo Medeiros, de Jardim do Seridó. Começou a funcionar em 1969. Nas novas instalações, produzia, por ano, 600 mil calças e 960 mil camisas, empregando 450 operários. Em 1978, este grupo resolveu transferir esta fábrica para o interior, isto, é, Jardim do Seridó. Atualmente, o prédio onde funcionou a SORIEDEM está sendo ocupado pelo Shopping VIA DIRETA.

Ampliações semelhantes fizeram também a CONFECÇÕES SUCAR, localizada na Avenida Bernardo Vieira, e a DINAN. Esta última especializou-se na produção de fardamentos (600 peças diárias).

Por sua vez, a CONFECÇÕES GUARARAPES, uma das mais antigas do Estado, começou, em janeiro de 1975, a construção do seu Centro da Indústria de Confecções (CIC), ao lado da fábrica localizada na confluência da Av. Bernardo Vieira com a

Av. Salgado Filho. No CIC, eram vendidos ao público natalense os produtos da fábrica Guararapes. Além disso, este grupo empresarial instalou uma fábrica de confecções em Mossoró e construiu outra em Natal, no governo Lavoisier Maia (1979-1982), situada no Distrito Industrial, em Extremoz, criado por este governador em fevereiro de 1980.

PARNAMIRIM E MACAÍBA

Além de Natal, o Parque Têxtil Integrado expandiu-se para os municípios de Parnamirim e Macaíba.

Ainda na década de 70, três indústrias do setor têxtil instalaram-se em Parnamirim: a SPERB (fiação), a TEXITA e a NATÉCIA (para fabricar toalhas). (Souza Itamar de (Org.) - 1983:41).

Em Macaíba, também na década de 70, o grupo Nóbrega & Dantas instalou a FAMOSA (Fiação de Algodão Mocó S.A.). (Souza, Itamar de (Org.) - 1983:41).



SENADOR GERALDO MELO

O FDCI - 1975

Com a ascensão do Presidente Geisel ao poder (março de 1974 - março de 1979), o desenvolvimento da indústria têxtil e de confecções do Nordeste passou a integrar a própria política econômica nacional. Verdade é que, um dos objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PNAD), lançado pelo Presidente Geisel, era o "fortalecimento dos pólos de indústrias tradicionais, principalmente dos têxteis-confecções e couro-calçados". O II PNAD "estabeleceu o limite de 2.000.000 de novos fusos "para a região Nordeste. (Azevedo, Benivaldo Alves (Coord.) -1975). Por isso, e para entrar em sintonia

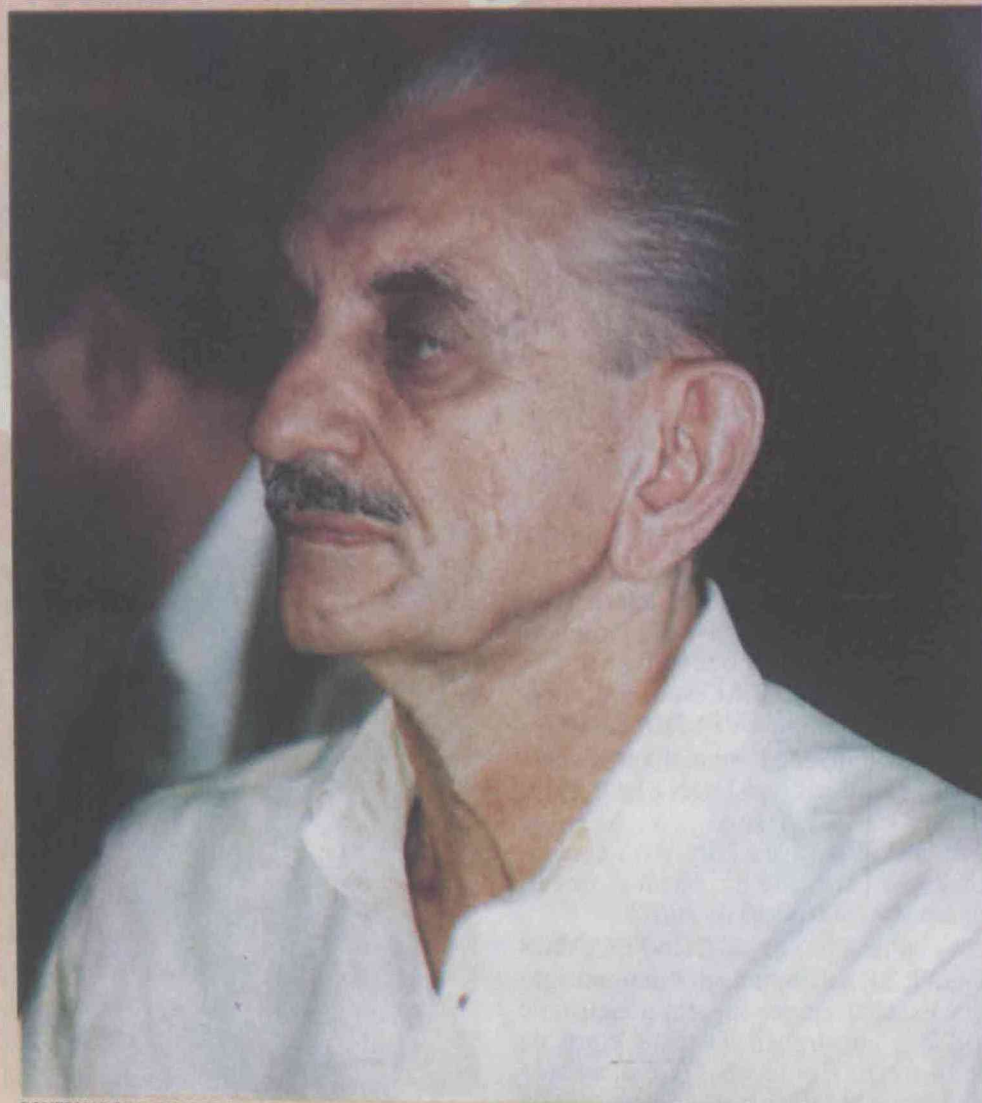
com a política do Governo Federal, o Governador Tarcísio Maia baixou a Lei Nº 1.525, de 12 de dezembro de 1975, criando o FUNDO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE (FDCI), no qual foram mantidos e aperfeiçoados os incentivos para o desenvolvimento do PARQUE TÊXTIL INTEGRADO.

Por sua vez, o Governador Lavoisier Maia, sucessor de Tarcísio Maia no governo do Estado, deu continuidade a este programa industrial. Ao ler a sua última Mensagem Anual perante a Assembléia Legislativa do Estado, no

Dia 1º de março de 1983, o Governador Lavoisier Maia traçou o seguinte quadro da indústria têxtil e de confecções do Rio Grande do Norte: "Atualmente, contamos com 59 empresas participando do programa, sendo 29 têxteis, 25 de confecções e 05 complementares. As dimensões do empreendimento podem ser sentidas, pela mão-de-obra ocupada, 14.439 operários e funcionários; um número de fusos que alcança 158.252 ; 808 teares e 1.476 rotores. A produção constitui-se de fios de algodão, fios e corda de sisal, tecido acabado e cru, redes, toalhas e confecções". (Maia, Lavoisier - 1983:29).

Com o surgimento da peste do bicudo a partir de 1984, exterminando as plantações de algodão do Rio Grande do Norte e dos Estados vizinhos, o Parque Têxtil Integrado começou a declinar por falta de matéria-prima na região. Além disso, contribuiu igualmente para o seu declínio, o esgotamento dos prazos dados pelos governos aos incentivos fiscais. Cessadas estas vantagens, vários empresários retiraram-se da região, indo instalar-se em outras regiões que ofereciam incentivos fiscais iguais ou assemelhados.

Atualmente (1997), assistimos a um renascimento do setor têxtil nordestino-grandense. As fábricas implantadas pela UEB na década de 70 estão hoje nas mãos dos proprietários da COTEMINAS DO NORDESTE. Recentemente, surgiu no cenário deste setor o grupo VICUNHA, instalado no Distrito Industrial de Extremoz, onde produziu, em 1996, "16 milhões de metros de tecidos, aproximadamente, 60 milhões de reais". Enquanto o bicudo continua dizimando os algodoeiros potiguaros, a Coteminas e a Vicunha fabricam tecido com algodão importado da Rússia, dos Estados Unidos, da Índia e Argentina, onde o preço deste produto é mais barato do que no Brasil. (A VERDADE - "Enfoque Sócio-Econômico" - abril de 1997).



GOVERNADOR LAVOISIER MAIA

Descoberta e Exploração do Petróleo no RN

INDÍCIOS E PRIMEIROS ESTUDOS

Segundo Vingt-un Rosado, que é o maior historiador do petróleo nordestino, a notícia mais remota sobre a existência de petróleo no território potiguar é de 1853, de autoria do Padre Florêncio Gomes de Oliveira. Diz o citado historiador que este sacerdote mossoroense era geólogo amador e político. Em 1853, numa das Atas da Câmara Municipal de Apodi, está registrado o seguinte depoimento do Padre Florêncio Gomes de Oliveira: "Em um dos recantos da lagoa desta vila, que está mais em contato com as substâncias minerais da serra, tem-se coalhado, em alguns anos, uma substância betuminosa, inflamável, e de boa luz semelhante à cera, em quantidade tal que se pode carregar carros dela." (Rosado, Vingt-un - 1994:06). Concluiu o citado historiador que esta "substância betuminosa, inflamável," poderia ser transpiração de óleo, "fato não de todo desconhecido na Chapada do Apodi. Bancos fossilíferos com odor de "querosene" são há muito conhecidos na região." (Idem - Ibidem).

Em 1908, os observadores da riqueza mineral do solo potiguar descobriram a

elaterita em Caraúbas. Trata-se de um "betume elástico", espécie de "borracha mineral".

Em 1922, o geólogo John Casper Branner publicou, nos Estados Unidos, um trabalho intitulado - "Oil Possibilities in Brazil" - no qual admitiu a existência de petróleo em Mossoró. (Rosado, Vingt-un - 1994:10)

Vários outros cientistas alimentaram a esperança de se encontrar petróleo no Oeste potiguar. Luciano Jacques de Moraes, em 1932; Avelino Inácio, em 1938; Mac Naughton, em 1945; e vários outros...

Com a criação da Petrobrás em 03 de outubro de 1953, através da Lei Nº 2.004, foi possível se passar do sonho e dos estudos dedutivos para a pesquisa experimental e, conseqüentemente, descobrir e explorar o ouro negro.



PÓLO INDUSTRIAL DA PETROBRÁS EM GUAMORÉ

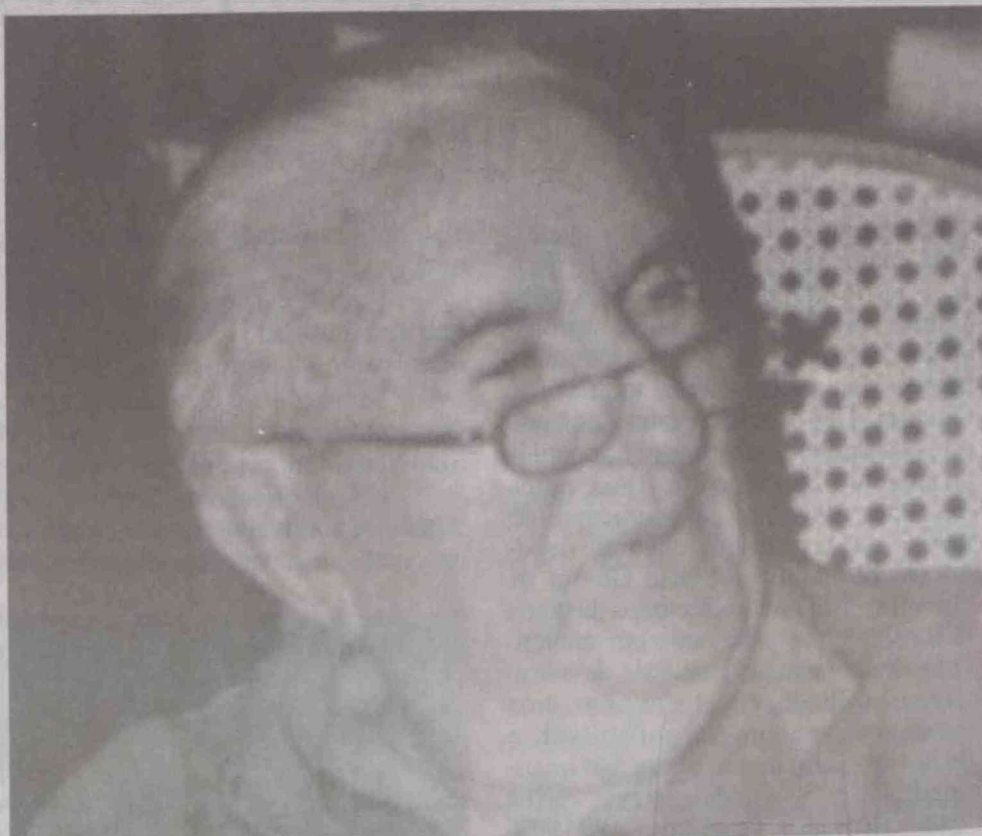
AS SONDAGENS DE GANGORRA E DE MACAU (1956)

Diante das repetidas afirmações de que o Oeste potiguar possuía petróleo, a Petrobrás resolveu fazer uma sondagem em Gangorra, no município de Grossos. O trabalho começou no dia 09 de janeiro de 1956, com uma máquina do tipo "Oil Wel", capaz de perfurar 3.000 metros de profundidade. Realizada a sondagem, o Presidente da Petrobrás, Sr. Janary Wel, enviou ofício ao Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, dizendo, entre outras coisas, o seguinte: "Gentil Nunes, enviou ofício ao Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, dizendo, entre outras coisas, o seguinte: "... na sondagem pioneira de Gangorra localizada no município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, à profundidade compreendida entre 435 metros e 510 m, foi constatada, intercalada no folhelho, uma formação arenítica com fraca impregnação de óleo. Embora seja prematura qualquer apreciação quanto ao valor da ocorrência, é de se ponderar a localização favorável, no que respeita às facilidades de apro-veitamento e transporte, do possível depósito de óleo ali existente ..." (Rosado, Vingt-un - 1994:24).

A perfuração, em Macau, alcançou uma profundidade de 1.262 metros. (Rodrigues, Francisco Ferreira - 1990:68). Ambas perfurações - em Gangorra e em Macau - deram sinais positivos da existência de óleo e de gás, porém, em quantidade não comercial. Mesmo assim, a Petrobrás continuou pesquisando e estudando a formação geológica da região.

A DESCOBERTA DO PETRÓLEO EM TERRA(1966) - (MOSSORÓ)

Dez anos após os primeiros indícios, o petróleo jorrou nas ruas de Mossoró. Verdade é que, em 1966, o prefeito de Mossoró, Dr. Raimundo Soares de Souza, contratou a CASOL (Companhia de Água e Solo), do Estado, para perfurar um poço na praça Padre Mota. Afirmo o historiador Vingt-un que "durante meses o poço perfurado pelo geólogo Lúcio José Cavalcante produziu petróleo que saiu misturado com água. A população carente coletava-o para acender as suas lamparinas. E acrescenta o citado historiador: "A CONESP (Companhia Nordeste de Sondagens e Perfuração), financiada pela CAERN, trouxe uma perfuratriz para Belo Horizonte (Saco). O poço de Belo Horizonte, que a CONESP perfurou, chegou a produzir algum petróleo. A Estatal do Petróleo resolveu trazer uma sonda rotativa do DNPM, que perfurou um poço em Panela do Amaro, que também produziu petróleo. O poço foi visitado por técnico da Petrobrás". (Rosado, Vingt-un - 1994:36).



VINGT-UN ROSADO, EX-PREFEITO DE MOSSORÓ - HISTORIADOR DO PETRÓLEO

A CRISE INTERNACIONAL DO PETRÓLEO: 1973

Os países árabes, principalmente a Arábia Saudita e os Emirados, são, ainda hoje, os maiores produtores de petróleo do mundo. A maior parte da economia da Europa, do Japão e da América do Norte depende do fornecimento do petróleo árabe.

Aconteceu que, no dia 06 de outubro de 1973, o Egito e a Síria começaram a chamada guerra do "YOM KIPPUR" contra o Estado de Israel. Apesar da sua curta duração, este conflito armado, um dos mais típicos da Guerra Fria, envolveu profundamente a diplomacia das duas grandes potências; Estados Unidos, aliado de Israel, e a União Soviética, aliado dos países árabes. Em represália à derrota para Israel e, também para compensar os gastos militares, os países árabes, membros da O.P.E.P., se reuniram no Kuwait, entre os dias 16 e 17 de outubro de 1973, e tomaram decisões profundamente negativas para a economia do Mundo Ocidental. Naquela ocasião, eles "decidiram aumentar unilateralmente em 70% o preço do petróleo bruto - primeira etapa de uma escala que, em dois meses, quadruplicaria o preço do petróleo - e, por outro lado, reduzir, cada mês, em 5%, sua produção de petróleo, até que os israelenses sejam completamente retirados dos territórios ocupados e que os direitos legítimos do povo palestino tenham sido restaurados". (Bernstein, Serge e Milza, Pierre - II, 1985:357). Esta política repercutiu negativamente em todo o Mundo Ocidental, nuns países mais do que em outros.

A nova política internacional do petróleo abalou a euforia do "Milagre Brasileiro", no final do governo do Presidente Médici. Tanto foi assim que, em março de 1974, quando o Presidente Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República do Brasil, a Petrobrás estava obrigada a intensificar as pesquisas de petróleo no território nacional para reduzir a nossa dependência quanto às importações do petróleo do Oriente Médio.



1º POÇO DE PETRÓLEO, EM MOSSORÓ, NO HOTEL THERMAS

A DESCOBERTA DO PETRÓLEO NO MAR

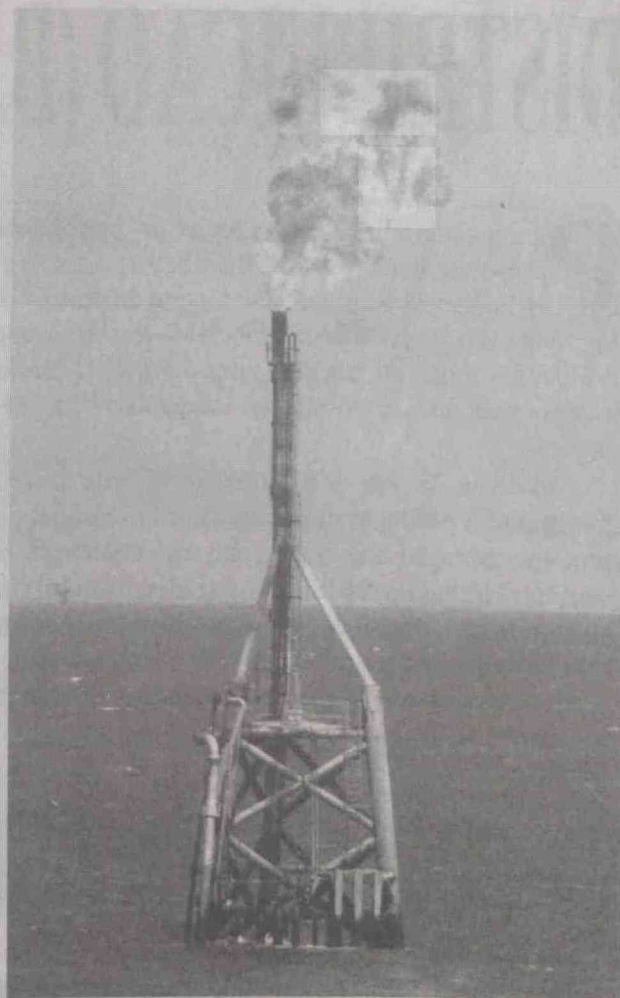
Por isso, em 1973, a Petrobrás começou a pesquisar a nossa plataforma continental, nas proximidades de Macau. Em novembro de 1973, foi, então, descoberto o grande campo petrolífero de UBARANA. Sem dúvida, uma grande descoberta! Segundo o então Ministro de Minas e Energia, Sr. Shigeaki Ueki, em julho de 1975 a produção nacional de petróleo era de 180 mil barris/dia e o consumo chegava a 980 mil barris. (Diário de Natal - 18 de julho de 1975).

Após visitar o campo de UBARANA em julho de 1975, o Ministro Shigeaki Ueki revelou à imprensa: "As reservas de petróleo existentes nas costas do Rio Grande do Norte atingem 200 milhões de barris, representando cerca de 30% do petróleo existente no Brasil". Afirmou também que "a partir de 1976, será iniciada a produção comercial de petróleo no campo de Ubarana, que terá uma capacidade diária de 40 a 50 mil barris." (Diário de Natal - 18 de julho de 1975).

Ao tomar conhecimento da descoberta do campo de UBARANA, o Presidente Geisel veio ver, in loco, esta nova fonte petrolífera do Brasil. Verdade é que, no dia 26 de setembro de 1975, ele esteve em Macau, em companhia do Ministro das Minas e Energia, Sr. Shigeaki Ueki. (Diário de Natal - 26 de setembro de 1975).

Naquela ocasião, o referido Ministro disse que "o campo de Ubarana possui, no mínimo, 50 quilômetros quadrados" e que "três plataformas virão para o Rio Grande do Norte." (Diário de Natal - 26 de setembro de 1975).

Para dinamizar suas atividades no Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, a Petrobrás criou, em fevereiro de 1976, o Distrito de Produção da Bacia Potiguar (DIGUAR), com sede em Natal. Este órgão começou a trabalhar com 18 empregados. (Revista Espaço - Natal, Ano III, novembro de 1984, Nº 16).



POÇO DE PETRÓLEO NO MAR

OUTRA VEZ, MOSSORÓ

Poucos meses depois desta visita do Presidente Geisel a Macau, o petróleo voltou a jorrar nas torneiras de Mossoró. O jornal - O Mossoroense - registrou o fato nestes termos: "O petróleo voltou, ontem, a sair pelas torneiras de várias residências de Mossoró (...), está saindo petróleo em várias casas das Ruas Camilo Paula, Manuel Paulino, Sebastião Dias, Vicente Fernandes, Amaro Duarte e João da Escócia. A população destes dois bairros começa a ficar preocupada, pois está mais interessada em água potável do que em petróleo." (1º de junho de 1976). Em outubro de 1975, fato idêntico aconteceu.

Diante destes indícios, a Petrobrás começou a perfurar poços em terra, na periferia de Mossoró. Em 1979, quando o Governador Lavoisier Maia mandou cavar poços para assegurar o abastecimento de água das piscinas do Hotel Thermas, de Mossoró, jorrou novamente petróleo de maneira inconfundível. Então, em julho de 1979, a Petrobrás analisou e comprovou aquela descoberta casual. (A República - 17 de julho de 1979). Ali nasceu o Poço Mossoró - 14, que foi o primeiro aberto "pela Petrobrás a operar na bacia terrestre do Rio Grande do Norte". (O Poti - 06 de janeiro de 1980).

A partir de então, dinamizou-se a perfuração de poços em terra, em Mossoró e municípios vizinhos. Este trabalho culminou com a descoberta do Canto do Amaro, que transformou o Rio Grande do Norte no maior produtor nacional de petróleo, em terra.

A BASE DE ARMAZENAMENTO E DE DISTRIBUIÇÃO (BAIRRO DE SANTOS REIS)

Para comercializar a produção de petróleo do Rio Grande do Norte, a Petrobrás construiu uma Base de Armazenamento e de Distribuição, no bairro de Santos Reis, em Natal, perto do porto. Ocupando uma área de 110.000 metros quadrados, compõem esta Base de Armazenamento seis tanques de aço e um oleoduto, que os interliga com o porto. O armazenamento de combustível é feito por mar, através dos navios-tanques da Petrobrás, e por terra, em caminhões-tanques.

No dia da sua inauguração - 17 de fevereiro de 1982 - a Petrobrás Distribuidora publicou uma nota na imprensa, na qual dizia que "a nova base já entra em operação com a seguinte movimentação média: 6 milhões de litros de gasolina, 1 milhão e 200 mil litros de álcool anidro, 500 mil litros de álcool hidratado, 11 milhões de litros de óleo diesel, 2 milhões de litros de querosene de aviação e 800 toneladas de óleo combustível". Para evitar um possível incêndio, a Base de Armazenamento "tem um tanque com mais de 3 milhões de

litros de água ligado a hidrantes contra incêndio; espuma mecânica; bombas de incêndio no cais de descarga dos navios e uma rede de extintores de incêndio em toda a Base". (A República - 17 de fevereiro de 1982).

Apesar da segurança que a Petrobrás oferece, a população do bairro de Santos Reis manifestou, por diversas vezes, às autoridades do Estado, a sua apreensão e, ao mesmo tempo, apelou para que esta Base de Armazenamento fosse transferida para outro local.

RN: SEGUNDO PRODUTOR DE PETRÓLEO DO BRASIL

Ao longo da década de 80, a produção de petróleo continuou crescendo em ritmo acelerado. Por isso, em 1994, o Rio Grande do Norte já se tornara o segundo produtor de petróleo do Brasil, perdendo, apenas, para o Estado do Rio de Janeiro, conforme se pode ver nesta classificação:

Estados Produtores de Petróleo	Produção de Barris Por Dia
Rio de Janeiro	483.056
RIO GRANDE DO NORTE	82.623
Bahia	64.873
Sergipe	39.902
Ceará	17.385
Amazonas	15.159
Paraná	13.190
Espírito Santo	10.366
São Paulo	5.032
Alagoas	4.730

Fonte: Diário de Natal - 30 de julho de 1994

A ESTAÇÃO DE GÁS DE GUAMARÉ

Em 1997, a produção de petróleo do Rio G. do Norte já superava os 100 mil barris/dia. Para termos uma idéia do trabalho que a Petrobrás já realizou no Rio Grande do Norte, vejamos os seguintes dados que nos foram fornecidos por esta empresa. De 1956 até 1990, a Petrobrás já perfurou 2.957 poços em terra e 444, no mar, totalizando 3.401 poços. (Rosado, Vingt-un - 1994: 58).

Por causa da exploração de petróleo nos seus respectivos municípios, recebem pagamento de "royalties" as prefeituras de Mossoró, Areia Branca, Macau, Alto do Rodrigues, Guamaré, Apodi e Carnaubais.

Para se ter uma idéia do que representa a exploração do petróleo para a economia norte-riograndense, basta lembrar que, de 1976, quando começou a exploração do petróleo, até 1995, a Petrobrás investiu aqui- 10,5 bilhões de dólares. (Petrobrás - Bacia Potiguar - 1995).



PETROBRÁS EM GUAMARÉ

Com a exploração do petróleo, surgiu concomitantemente a riqueza do gás natural, seu derivado. Por isso, a Petrobrás procurou logo aproveitá-lo, construindo uma Estação de Gás, em Guamaré, em 1983.

Para trazer o gás do mar para esta Estação, instalada no litoral, a Petrobrás construiu dois gasodutos, que interligam as plataformas do campo de Ubarana com esta Estação. Um gasoduto tem 27 quilômetros de extensão e o outro, apenas, cinco quilômetros. Através deles, o gás é trazido das plataformas marítimas para a Estação de compressores de gás, de Guamaré. Estes gasodutos são submarinos, e foram construídos com tubos de aço, revestidos de cimento. (A República - 15 de junho de 1982).

O objetivo da Estação de Gás de Guamaré é transformar o gás natural em alternativa energética, não somente para servir às indústrias, mas, também para o consumo doméstico na qualidade de gás de cozinha. Verdade é que, em 1995, esta Estação já produzia cerca de 29 mil botijões por dia, de gás de cozinha, para abastecer o Rio Grande do Norte e, em parte, a Paraíba.

Além disso, desde 1985, que uma parte considerável dos 2 milhões e 800 mil metros cúbicos de gás, que a Estação de Guamaré produz diariamente, é fornecida às indústrias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco através do gasoduto Nordeste; este gás é bombeado de Guamaré até a cidade do Cabo, em Pernambuco.

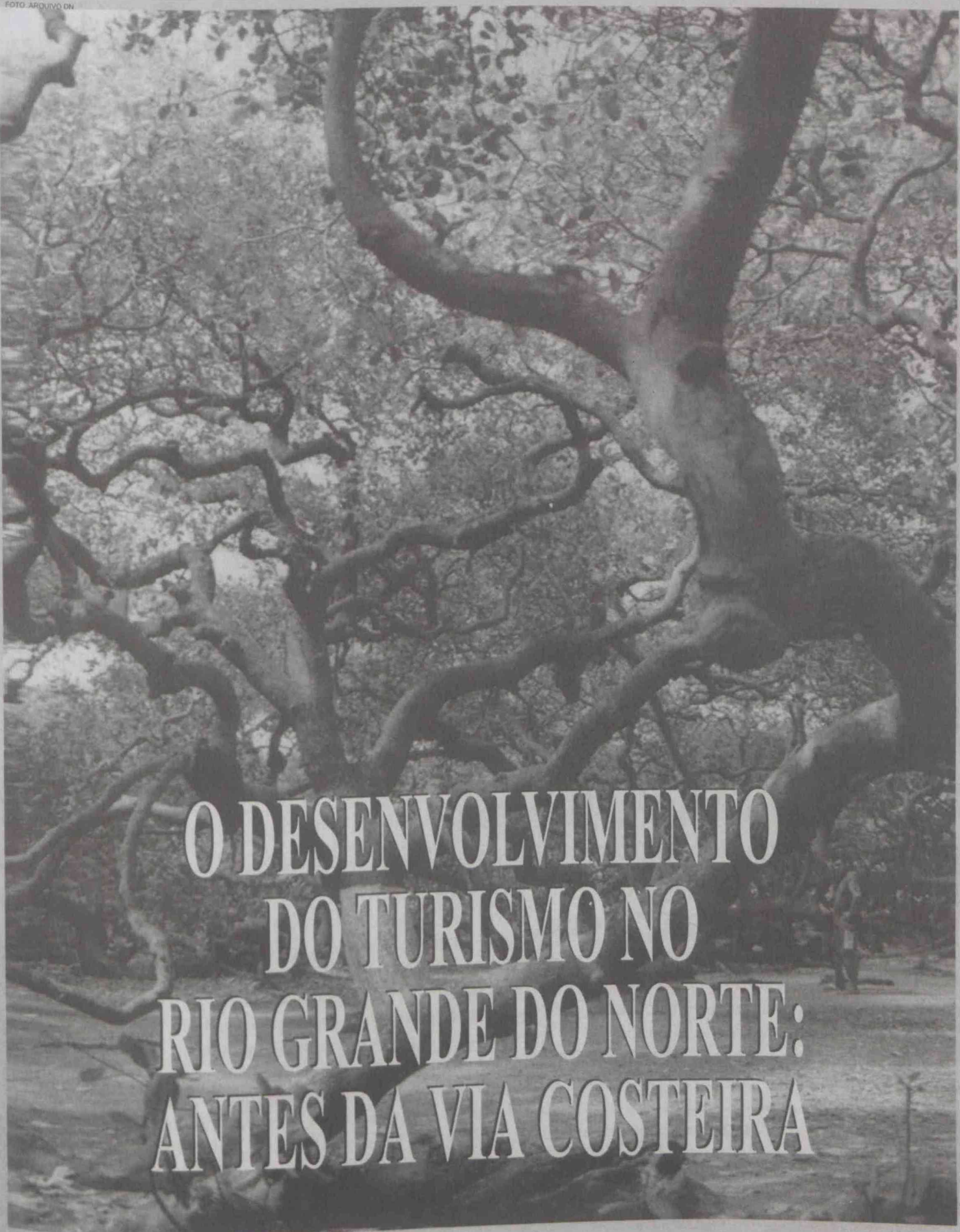
O PÓLO GÁS-SAL

Depois de perder as esperanças de trazer uma refinaria de petróleo para o Rio Grande do Norte, a classe dirigente potiguar busca compensar esta perda com a implantação do Pólo Gás - Sal, a fim de aproveitar melhor o gás ali existente. Este projeto poderá atrair muitas empresas dos setores químico e petroquímico, que utilizam o gás em larga escala no seu processo produtivo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1987 - Carvalho, Inajá Maria Moreira de - O Nordeste e o Regime Autoritário, São Paulo, HUCITEC/SUDENE.
1970 - Diário de Natal - 12 de janeiro.
1970 - Idem - 15 de junho.
1972 - Idem - 11 e 12 de julho.
1972 - Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte - 05 de julho.
1972 - Pereira, Cortez - Exposição de Motivos, Natal, agosto (Datilografado).
1974 - Diário de Natal - 18 de outubro.
1974 - Idem - 31 de outubro.
1980 - A República - 15 de novembro.
1992 - Diário de Natal - 16 de julho.
1993 - Idem - 11 de março.
1974 - Revista Empresa - Ano III, Nº 11, setembro.
1975 - Diário de Natal - 14 de março.
1983 - Maia, Lavoisier - Mensagem à Assembléia Legislativa, Natal, Companhia Editora do Rio Grande do Norte (CERN).
1976 - A República - 06 de abril.
1995 - Lima, Manoel Jácome de - Martins, Natal, UFRN.
1978 - Revista RN/ECONÔMICO - maio.
1987 - Idem - dezembro.
1974 - Revista Empresa - setembro.
1994 - Santos, Paulo Pereira dos - Evolução Econômica do Rio Grande do Norte, Natal, Edições Clima.
1981 - A República - 25 e 26 de março.
1982 - Idem - 31 de agosto.
1983 - Idem - 13 de abril.
1931 - Idem - 26 de novembro.
1978 - Revista RN/ECONÔMICO - maio.
1931 - Estado do Rio Grande do Norte - Decretos do Governo, Natal, Imprensa Oficial.
1932 - A República - 23 de junho.
1974 - Revista Empresa - setembro.
1975 - Pereira, Cortez - Mensagem à Assembléia Legislativa, 10 de março, Natal, (Datilografado).
1973 - Diário de Natal - 28 de março.
1974 - Idem - 11 de abril.
1974 - Idem - 01 de junho.
1975 - Idem - 13 de maio.
1977 - Idem - 16 de junho.
1984 - Revista Espaço - Natal, Ano III, Nº 16, novembro.
1979 - A República - 30 de maio.
1981 - Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte - 22 de setembro.
1982 - A República - 05 de março.
1985 - Jatobá, Jorge et Alii - Política de Emprego para o Nordeste, Recife, Editora Massangana.
1976 - Avellar, Maria Angélica Braga de - O DNOCS e a Irrigação do Nordeste, Rio de Janeiro, MINTER/IBGE.
1990 - O Poti - 08 de setembro.
1989 - Diário de Natal - 04 de março.
1991 - Melo, Governador Geraldo - Mensagem à Assembléia Legislativa, Natal, (Datilografado).
1985 - Agripino, Governo José - Mensagem à Assembléia Legislativa, Nº 067/85, Natal, Cia. Editora do Rio Grande do Norte (CERN).
1993 - Revista RN/ECONÔMICO, Ano XXV, Nº 226, 11 de dezembro.
1995 - Pinheiro, Moema de Andrade - "O Papel do Estado e os Atores Sociais na Política de Irrigação - O Caso do Baixo-Assu no RN" - in Aranha, Terezinha de Queiroz (Org.) - Sesquicentenário da Cidade do Assu (1845-1995), Natal, Departamento Estadual de Imprensa.
1996 - Tribuna do Norte - 12 de setembro.
1979 - Stein, Stanley J. - Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850 - 1950, Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.
1972 - Diário de Natal - 22 de janeiro.
1972 - Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte - 25 de agosto.
1973 - Diário de Natal - 11 de Janeiro.
1973 - Idem - 14 e 15 de setembro.
1976 - Diário de Natal - 07 de agosto.
1976 - Idem - 18 de março.
1981 - Souza, Itamar de (Org.) - Eduardo Gomes, Natal, Fundação José Augusto.
1975 - Azevedo, Benivaldo Alves de (Coord.) - Programa do Parque Têxtil Integrado, Natal, Secretaria de Indústria e Comércio (Datilografado).
1983 - Souza, Itamar de (Org.) - Macaíba, Natal, Fundação José Augusto.
1997 - A Verdade - Jornal da Fundação Padre João Maria - abril.
1994 - Rosado, Vingt-un - O Meu Encontro com o Petróleo de Mossoró..., Mossoró, Coleção Mossoroense, Série "A", Número LXXXVIII.
1990 - Rodrigues, Francisco Ferreira - Vingt-un e o Petróleo Mossoroense: Uma Cronologia, Mossoró, Coleção Mossoroense, Série "C", Volume DXCI.
1985 - Bernstein, Serge e Milza, Pierre - Histoire du Vingtième Siècle, Paris, Hatier, Tome 2.
1975 - Diário de Natal - 18 de julho.
1975 - Idem - 26 de setembro.
1984 - Revista Espaço, Natal, Ano III, novembro.
1980 - O Poti - 06 de janeiro.
1982 - A República - 17 de fevereiro.
1994 - Diário de Natal - 30 de julho.
1995 - Petrobrás - Bacia Potiguar.
1982 - A República - 15 de junho.

FOTO: ARQUIVO DN



O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE: ANTES DA VIA COSTEIRA

O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

INTRODUÇÃO

O homem sempre viajou à procura de novidades. Para não nos alongarmos, basta citar as viagens de Marco Polo ao Oriente, no século XIII. Os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI ocasionaram inúmeras viagens de europeus às novas terras descobertas na África, na América e na Ásia. No entanto, o turismo como atividade econômica organizada, que induz o deslocamento de milhões de pessoas dos lugares onde moram para outros desconhecidos, é um fenômeno típico da sociedade industrial. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, espalhou-se pela Europa e América do Norte nos séculos XIX e XX. Ela gerou um excedente econômico, que permitiu a determinados setores da sociedade dispor de tempo e dinheiro para descansar e viajar. Anteriormente, somente a nobreza tinha tempo para o lazer. Com o avanço da sociedade industrial, o lazer deixou de ser privilégio de poucos, para tornar-se acessível a milhões de pessoas. A evolução dos direitos trabalhistas e do sistema educacional, assim como o desenvolvimento dos meios de transportes e das comunicações, tudo isso convergiu para o surgimento da indústria do turismo nos tempos atuais.

O DESPERTAR DO BRASIL PARA O TURISMO

Semelhante ao que aconteceu na Europa, aqui no Brasil, o turismo deu seus primeiros passos com a formação da sociedade urbano industrial. A Revolução de 30 marcou a passagem de um Brasil rural e agrícola, para um país de predominância urbano-industrial. Até o final dos anos 50, o Sudeste, por ser a região brasileira mais industrializada e mais urbanizada, surgiu como o grande pólo turístico nacional. Naquela época, o Rio de Janeiro, cantado em prosa e verso como sendo a "Cidade Maravilhosa", era o sonho de todo brasileiro. Esta cidade sintetizava todas as belezas do Sudeste.

Outro passo importante para o despertar do Brasil para o turismo, como atividade econômica organizada, foi dado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Além de expandir a indústria automobilística, que vinha se arrastando desde 1942, ele construiu e asfaltou grandes rodovias, a partir de Brasília, interligando todas as regiões brasileiras. O asfaltamento da rodovia Rio-Bahia foi de capital importância para o intercâmbio entre o Sudeste e o Nordeste. Todos sabem que automóveis e boas estradas são, em qualquer parte do mundo, dois componentes indispensáveis ao turismo. Para regulamentar esta atividade econômica nascente, o Presidente Juscelino Kubitschek baixou o Decreto Nº 44.863, de 21 de novembro de 1958, que instituiu a Comissão Brasileira de Turismo.

No nosso século, após a II Guerra Mundial, o turismo de massa consolidou-se, movimentando, todos os anos, milhões de pessoas de um continente para outro, ou dentro de um mesmo país. Para se ter uma idéia da dimensão deste negócio, basta lembrar que, "em 1986, enquanto as exportações mundiais totalizaram 2.250 bilhões de dólares, cerca de 115 bilhões de dólares originaram-se das atividades turísticas, correspondendo a um fluxo de 340 milhões de turistas." (Paiva, Maria das Graças de Menezes V. - 1995:20).

A CONSOLIDAÇÃO

Sem dúvida, a consolidação do turismo brasileiro, como atividade econômica organizada, aconteceu ao longo dos governos militares, isto é, de 1966 a 1988.

Com a implantação do regime militar em 1964, a intervenção do Estado na economia cresceu em ritmo acelerado. Verdade é que, em quase todos os setores da economia nacional foram criadas empresas estatais que serviam de suporte ao desenvolvimento econômico. No setor do Turismo, a intervenção do Estado, nessa época, começou pela criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), ambos estes órgãos, criados pelo Decreto-Lei Nº 55, de 13 de novembro de 1966. Este mesmo Decreto concedeu incentivos fiscais e financeiros para a iniciativa privada desenvolver o turismo nacional. É importante ressaltar que os recursos destinados a expandir o turismo nacional, não se restringiam à construção de hotéis. Esta política era mais ampla. Implicava na construção de equipamentos urbanos, tais como, pontes, viadutos, pavimentação, restauração de monumentos, construção de vias expressas etc....

O TURISMO NA ÉPOCA DO "MILAGRE BRASILEIRO"



PRAIA DE AREIA PRETA

No governo Médici (1969-1973), a economia brasileira teve um crescimento extraordinário graças a uma conjuntura internacional bastante favorável ao Brasil. Segundo Boris Fausto, o "PIB cresceu na média anual, 11,2%, tendo seu pico em 1973, ... A inflação média anual não passou de 18%." (1995:485). Esta euforia econômica foi chamada de "Milagre Brasileiro" e durou de 1969 a 1973.

Para fortalecer o setor do turismo nacional, o presidente Médici criou o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), mediante o Decreto-Lei Nº 1.191, de 27 de outubro de 1971. A crise do petróleo em 1973 acabou com o "milagre" brasileiro.

O TURISMO E O II PNAD

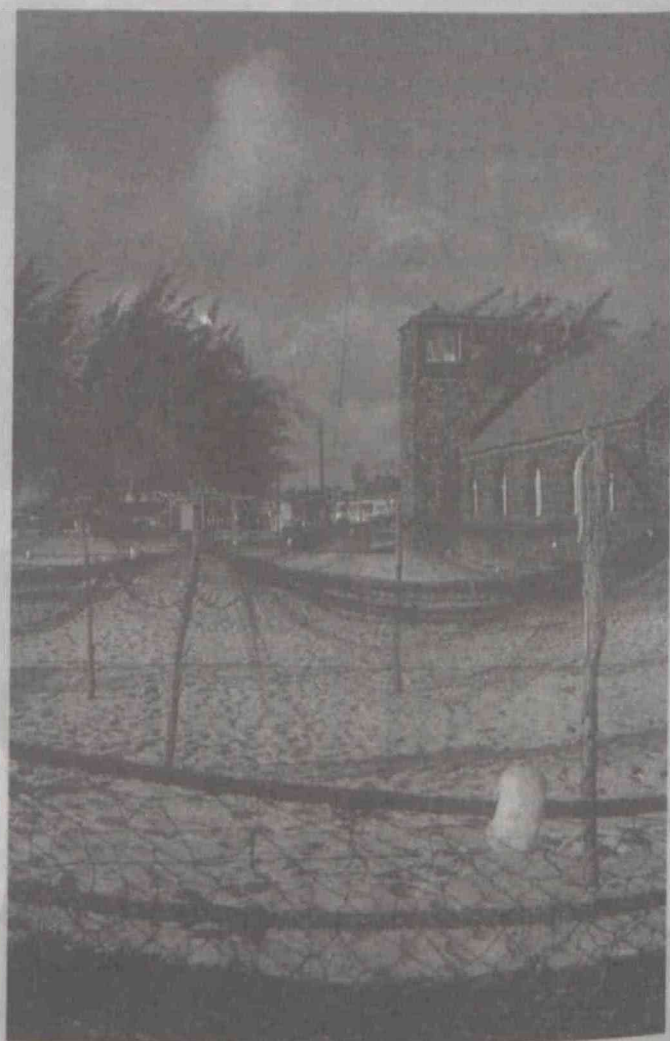
No governo Geisel (1974-1979), o turismo foi altamente beneficiado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PNAD). Apesar da crise do petróleo, ele resolveu desenvolver uma política de investimentos públicos e privados visando conquistar uma maior autonomia econômica para o Brasil. No fundo, era nacionalista a filosofia que norteou o II PNAD. Através de grandes empresas estatais, ele fez vultosos investimentos nos setores do petróleo, da energia, dos fertilizantes etc.... Para concretizar esta política econômica, Geisel tomou grandes empréstimos no exterior. Ele conciliou crescimento econômico e combate à inflação.

No II PNAD, os investimentos para resolver vários problemas urbanos, sobretudo das áreas metropolitanas, constituíram uma das suas prioridades. Com isto, o governo visava melhorar a qualidade de vida das populações urbanas. Para executar esta política, ele criou vários órgãos e fundos de investimento e, ao mesmo tempo, elaborou uma política nacional para o Turismo. Como observou Keila Brandão, com estas medidas, o Governo Federal desenvolveu "uma política de ocupação do espaço da orla marítima através de grandes projetos urbanísticos de destinação turística." (1993:76). A título de ilustração, podemos citar os projetos turísticos do Litoral Rio-Santos, da Orla Marítima de Porto Seguro (Bahia), assim como o projeto do Recôncavo Baiano. Foi, naturalmente, dentro deste contexto de investimentos do II PNAD, que foi idealizado o Projeto da Via Costeira / Parque das Dunas, em Natal, Rio Grande do Norte.

Como consequência dos investimentos feitos no Brasil ao longo da década de 70, o turismo brasileiro cresceu em ritmo significativo, conforme podemos ver na tabela seguinte.

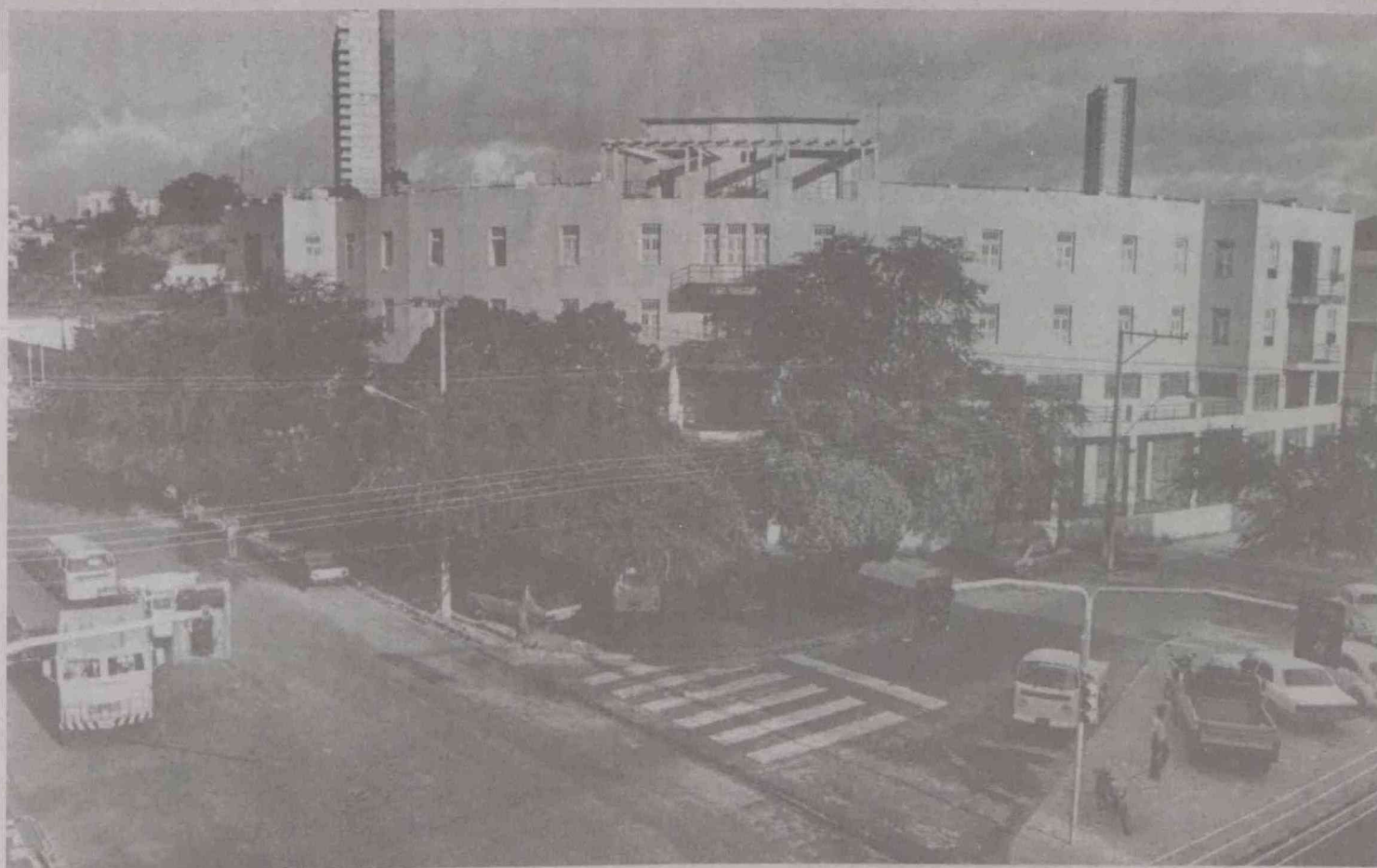
ANO	ENTRADA DE TURISTAS NO BRASIL	CRESCIMENTO ANUAL
1970	249.900	-----
1971	287.976	15,2%
1972	342.961	19,0%
1973	399.127	16,4%
1974	480.267	20,3%
1975	517.967	8,0%
1976	555.967	7,0%
1977	634.595	14,1%
1978	784.316	23,5%
1979	1.081.799	38,0%

Fonte: Embratur/DPF - Keila Brandão Cavalcanti - 1993:68



VISTA PRAIA DA REDINHA

É importante ressaltar que este fluxo turístico concentrou-se nos Estados do Sudeste, num percentual de 75%. (Cavalcanti, Keila Brandão-1993:68). É que o turista estrangeiro prefere passear naqueles lugares que possuem uma estrutura melhor.



VISTA PARCIAL, DA RIBEIRA, ONDE SE DESTACA O GRANDE HOTEL

OS PRIMEIROS PASSOS NA CONSTRUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

O turismo, enquanto atividade econômica organizada, é muito complexo porque exige que os empreendedores - governo e grupos privados - façam múltiplos investimentos visando atrair os turistas. Assim, para o turismo se desenvolver numa região, não basta a construção de uma rede hoteleira de boa qualidade. Várias outras iniciativas são necessárias, tais como rodovias asfaltadas, portos e aeroportos de boa qualidade; restaurantes, bares e similares de elevado padrão; um eficiente sistema de telecomunicação; saneamento básico e assistência médica de boa qualidade; bens culturais locais, regionais ou nacionais devidamente conservados. Entre estes bens, podemos destacar Igrejas, museus e monumentos. Além disso, uma infra-estrutura organizacional pública e privada - que promova constantemente eventos visando atrair o fluxo turístico. Por conseguinte, é o trabalho de marketing que dá alma, vida ao turismo, mobilizando milhões de pessoas, que saem da rotina onde moram para desfrutar das belezas existentes alhures.

Tendo em vista esta complexidade, foi que dividimos a história do turismo no Rio Grande do Norte em dois grandes períodos: antes e depois da construção da Via Costeira. A nossa abordagem enfatiza o esforço despendido pelo poder público e pela iniciativa privada, na construção da infra-estrutura necessária ao turismo.



ANTES DA CONSTRUÇÃO DA VIA COSTEIRA (DE 1939 A 1975)

O GRANDE HOTEL

A expansão da aviação comercial européia em direção à América do Sul integrou Natal na rota dos vôos internacionais. No final da década de 20, Parnamirim começou a ser campo de pouso para aviões comerciais vindos da Europa. Pousavam naquela planície e depois, decolavam em direção ao Rio de Janeiro e Buenos Aires. Este movimento intensificou-se ao longo da década de 30. Logo surgiu a idéia de dotar Natal de um hotel para atender a esta movimentação de pessoas que transitavam por aqui. Na década de 30, os agentes das empresas - Compagnie Générale Aéropostale (francesa), Sindicato Condor (alemã), Panair do Brasil (representante da Pan-American), Ala Littoria (italiana) - todas estavam instaladas no bairro da Ribeira, em Natal. Naturalmente, de uma forma ou de outra, estes agentes de viagem pressionavam o governo do Estado para construir um hotel de boa qualidade na cidade. Verdade é que, em janeiro de 1939, dizia um cronista do jornal - A República - que, por falta de um bom hotel, "ficamos privados do pernoite dos aviões do Norte e do Sul do país. Além dessa circunstância, numerosas pessoas acostumadas ao conforto das habitações decentes, fugiam de Natal à falta de uma casa onde se pudessem hospedar. Ultimamente, chegamos ao extremo de transformar, por vezes, os apartamentos de luxo do Hospital "Miguel Couto" em dormitório de hóspedes ilustres..." (A República - 01 de janeiro de 1939).

Em maio de 1939, outro cronista, justificando a construção de um hotel em Natal, afirmava: "Muitos compatriotas e estrangeiros deixaram de nos visitar por falta de hospedagem confortável. Os aviões da Panair e da Condor regularam os seus horários com pernoite em Recife e Fortaleza, pelo motivo referido". (A República - 13 de maio de 1939).

Foi para resolver este problema que o Interventor Rafael Fernandes Gurjão construiu o GRANDE HOTEL, no bairro da Ribeira, que, naquela época, era o mais movimentado da capital do Estado. Este edifício foi inaugurado solenemente na noite do dia 13 de maio de 1939. Um baile promovido pela Associação Feminina de Atletismo, realizado no salão nobre daquele prédio, marcou a inauguração do GRANDE HOTEL. Quem o construiu, foi o Dr. Gentil Ferreira de Souza, que, além de engenheiro, era também o prefeito de Natal. Quando foi inaugurado, o GRANDE HOTEL contava com os seguintes compartimentos: "No andar térreo, no intermediário e nos andares superiores, encontram-se 8 apartamentos para casais, 8 para solteiros, 40 quartos de primeira classe, 15 de segunda, salão de honra, sala de espera, salão de refeições, cozinha e copa, dois apartamentos para banhos quentes, 4 rouparias, 3 quartos para auxiliares, uma galeria térrea, um passeio no primeiro andar, adega, bar, uma sala de visitas em cada andar, dois reservatórios para 16.000 litros d'água, ..." (A República - 13 de maio de 1939).

Durante a II Guerra Mundial, o Grande Hotel viveu os seus dias de glórias, hospedando visitantes ilustres do mundo inteiro. Vivia superlotado! Passada a II Guerra, seu atendimento caiu de qualidade, até porque a própria cidade entrou em crise econômica. Os dólares dos soldados norte-americanos já não circulavam mais nas suas avenidas. Este hotel, que era de propriedade do Estado, transformou-se no birô político do seu arrendatário, o então Deputado Federal Teodorico Bezerra, presidente do PSD estadual.

No setor da iniciativa privada, surgiu, em 1949, o Hotel Bom Jesus, localizado na confluência da Av. Rio Branco com a rua Juvino Barreto, de propriedade do Sr. Mário Cabral Pereira. Trata-se de um hotel de duas estrelas, com doze quartos, ainda hoje existente.

HOTÉIS NO INTERIOR

Com a eclosão da II Guerra Mundial, a exploração dos minérios passou a ser uma importante atividade econômica do Rio Grande do Norte. A região do Seridó, particularmente, Currais Novos, tornou-se um pólo minerador com grande movimentação de produtos, de técnicos e de compradores. Por isso, para atender a esta movimentação econômica, o Desembargador Tomaz Salustino construiu, em Currais Novos, o HOTEL TUNGSTÊNIO, em 1954.

Por sua vez, o Governador Dinarte Mariz mandou construir em Caicó, o HOTEL VILA DO PRÍNCIPE. Mas, esta obra ficou inacabada. Veio a ser concluída e inaugurada no governo Cortez Pereira.

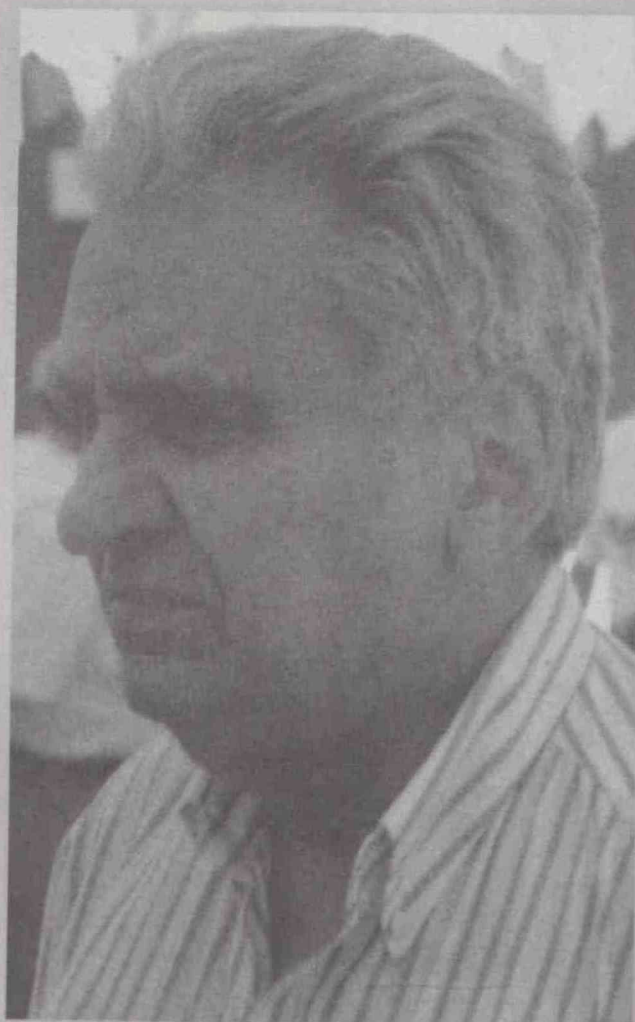
A SUDENE

Com a criação da SUDENE em 1959, o Nordeste passou por um processo de grandes transformações. Uma mentalidade industrializante, modernizadora, substituiu as idéias tradicionais voltadas para as atividades agropecuárias. Centenas de projetos industriais foram financiados pela SUDENE, através do mecanismo 34/18. E neste processo de modernização, o setor do turismo foi igualmente beneficiado. Verdade é que, estudo realizado pelo geógrafo e historiador pernambucano, Manoel Correia de Andrade, sobre a natureza das empresas que foram beneficiadas pela SUDENE no período 1960-1977, "aparecem no item hotéis de turismo um total de 37, sendo que 14 estavam localizados na Bahia e apenas 8 em Pernambuco. Nos demais Estados, 15 unidades hoteleiras receberam incentivos". (Cavalcanti, Keila Brandão - 1993:91).

Além de financiar a construção de hotéis, a SUDENE, a partir de 1964, refletindo a política do Governo Castelo Branco e, depois, a do General Costa e Silva, dotou o Nordeste de grandes rodovias asfaltadas, interligando Natal com Fortaleza através da BR-304; Natal com João Pessoa e Recife, através da BR-101. Outras rodovias asfaltadas interligaram as capitais nordestinas com cidades de porte médio localizadas no interior de cada Estado. Tudo isso favoreceu o desenvolvimento do turismo na década de 60 e posteriormente.

O TURISMO NO GOVERNO ALUÍZIO ALVES

(1961-ATÉ 31 DE JANEIRO DE 1966)



ALUIZIO ALVES

O governo Aluizio Alves transcorreu no contexto da política industrializante e modernizadora, implementada pela SUDENE. A intervenção do Estado na economia era a tônica dominante em todos os Planos Diretores da SUDENE. Então, aproveitando esta política e, ao mesmo tempo, sabendo que a iniciativa privada norte-rio-grandense não dispunha de grandes recursos para investir na construção de hotéis, o governador Aluizio Alves resolveu construir uma rede de hotéis. Para realizar estes empreendimentos, ele contou com recursos financeiros da Aliança para o Progresso, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Governo Federal e de recursos do próprio Estado. Foram construídos, então, quatro hotéis nas seguintes cidades:

HOTEL DOS REIS MAGOS - NATAL



HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS - PRAIA DO MEIO

Foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1965, ao som da Orquestra de Frevos de Nelson Ferreira, animador dos carnavais pernambucanos. Para o povo brincar o carnaval da inauguração desta obra, a COSERN iluminou feericamente a avenida Hermes da Fonseca, a partir da av. 15, estendendo esta iluminação até as praias do Meio, Areia Preta e do Forte. Para participar da festa de inauguração foram convidadas importantes personalidades do mundo político e empresarial do Brasil e, sobretudo, do Nordeste.

ESPERANÇA PALACE HOTEL - MOSSORÓ

Possuía 40 apartamentos distribuídos em três andares. Foi inaugurado no dia 23 de janeiro de 1966. (Tribuna do Norte - 23 de janeiro de 1966). Em 1975, passou a se chamar - Abolição Palace Hotel. (Diário de Natal-"Roda Viva" - 24/04/1975).

CABUGI PALACE HOTEL-ANGICOS

Foi inaugurado no dia 29 de janeiro de 1966. Tratava-se de um hotel de porte médio, destinado a atender às pessoas que se dirigiam a Zona Oeste do Estado ou à capital do Ceará. (Tribuna do Norte - 29 de janeiro de 1966).

HOTEL BALNEÁRIO DE OLHO D'ÁGUA DO MILHO-CARAÚBAS

Este hotel foi inaugurado em 1965, Mas, logo depois, ficou abandonado.

SUPERINTENDÊNCIA DE HOTEIS E TURISMO (SUTUR)

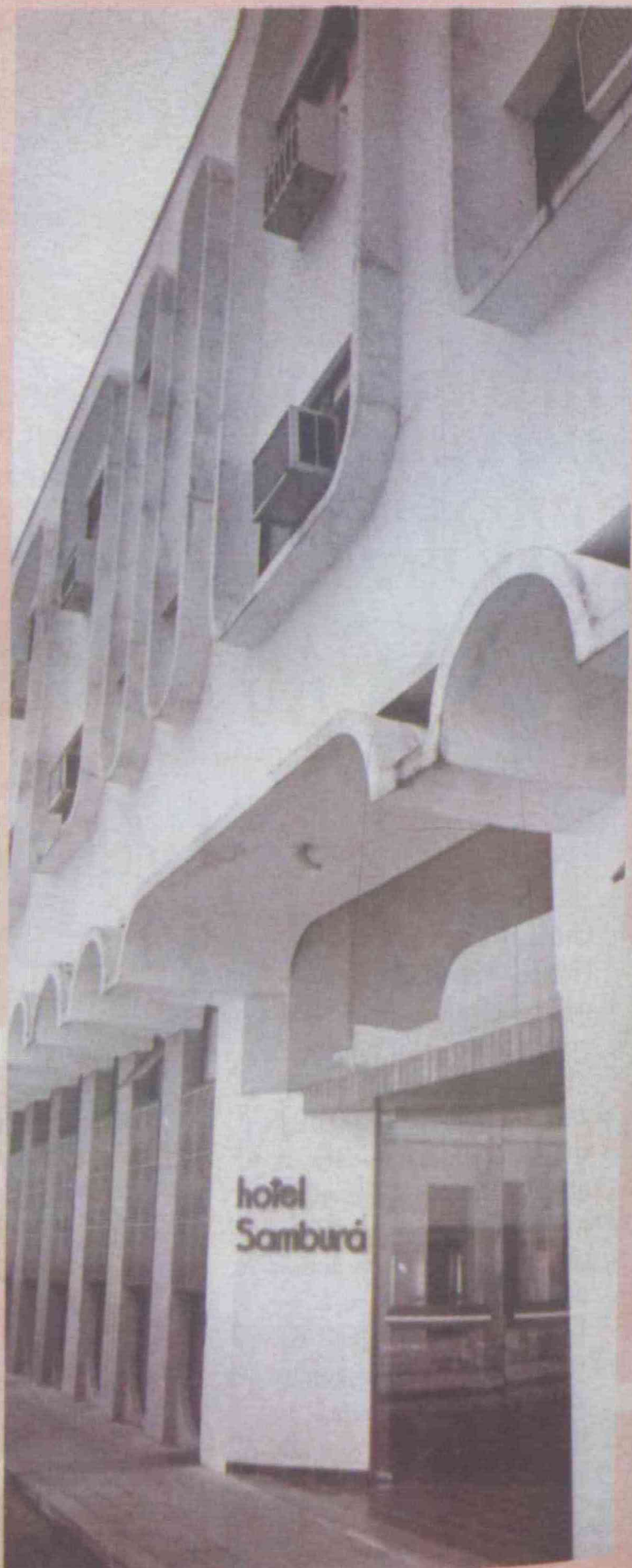
Antes de construir estes hotéis, o Governador Aluizio Alves baixara o Decreto Nº 4.284, de 16 de setembro de 1964, criando a Superintendência de Hotéis e Turismo (SUTUR) para administrá-los e promover o turismo.

PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDO, DO VIADUTO DE PONTA NEGRA ATÉ A BASE DA BARREIRA DO INFERNO

Desde o início dos anos 50, que boa parte de elite natalense construía casas de veraneio na praia de Ponta Negra. Para facilitar o acesso dos militares à Base da Barreira do Inferno, inaugurada no dia 15 de dezembro de 1965, o Governador Aluizio Alves levou o calçamento daquela estrada até aquela unidade militar.

HOTEL SAMBURÁ

No setor da iniciativa privada, surgiu neste período o HOTEL SAMBURÁ, de propriedade do Sr. Firmino Moura. De início, este hotel instalou-se em todo o pavimento superior do edifício Carlos Farache, situado na esquina da rua José de Alencar com a rua Prof. Zuza, na Cidade Alta. O hotel possuía seis apartamentos e seis quartos, e serviço de refeição. Foi inaugurado no dia 06 de fevereiro de 1965.



VISTA DO HOTEL SAMBURÁ, NA CIDADE ALTA - NATAL



MUSEU DE HISTÓRIA DO ESTADO, HOJE, MUSEU CAFÉ FILHO

NETUNO TURISMO

No dia 08 de abril de 1965, o Sr. Evaldo Maia inaugurou a agência de passagens aéreas e marítimas. (Diário de Natal - 09 de abril de 1965).

BALSAS PARA A REDINHA

Por iniciativa do Prefeito de Natal, Almirante Tertius Rebelo, foi feita a ligação fluvial entre Natal e a praia da Redinha através de um sistema de balsas. (Diário de Natal - 13 de janeiro de 1966).

MUSEU DE HISTÓRIA DO ESTADO

A fim de divulgar a cultura norte-riograndense, o Governador Aluizio Alves criou o Museu de História do Estado, que funcionava no Sobradinho da rua da Conceição, nº 601, na Cidade Alta. Vários autores potiguares prestigiaram a sua inauguração ocorrida no final de janeiro de 1966. (Diário de Natal - 28 de janeiro de 1966).

Apesar destas iniciativas do poder público e da iniciativa privada, Natal não se integrou ao fluxo turístico nacional. Faltou uma política de marketing para vender as nossas belezas fora do Estado. Isto iria acontecer somente a partir dos anos 70.

O TURISMO NO GOVERNO WALFREDO GURGEL

(DE 31/01/1966 A 15/03/1971)



Este governo que notabilizou-se pela seriedade administrativa, realizou duas importantes obras para melhorar a infra-estrutura do turismo potiguar. Vejamos:

CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE DE IGAPÓ

A nova ponte, de cimento armado, numa extensão de 550 metros, foi construída sobre o rio Potengi. Substituiu a velha ponte de ferro, inaugurada em 1916. Esta nova ponte, inaugurada no dia 26 de setembro de 1970, veio facilitar o turismo para a praia da Redinha, assim como para as demais praias do Litoral Norte.

PAVIMENTAÇÃO, A PARALELEPÍPEDO DA BARREIRA DO INFERNO ATÉ PIRANGI

Na década de 60 a elite natalense já dividia o seu veraneio entre as praias de Ponta Negra e Pirangi. Nesta última, veraneava o próprio Governador Walfredo Gurgel. O calçamento co paralelepípedo desta estrada, além de facilitar o acesso dos veranistas àquela praia, proporcionou à população de Natal abastecer-se com frutas e hortaliças produzidas naquela região.

HOTEL TIROL

No setor da iniciativa privada, surgiu, em 1968, o Hotel Tirol, de propriedade do sr. Pacheco. Está localizado na confluência da Av. Almirante Alexandrino de Alencar com a Av. Hermes da Fonseca. Tem atualmente 121 apartamentos. É de duas estrelas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Em 31 de dezembro de 1968, o então prefeito de Natal, Agnelo Alves, criou a secretaria Municipal de Turismo e Certames através da Lei Nº 1.789. No dia 31 de janeiro de 1969, tomou posse, como titular deste órgão, o jornalista Paulo Macedo. O trabalho mais importante que ele realizou à frente desta secretaria foi o II Congresso Brasileiro de Turismo. Com o apoio da EMBRATUR, cerca de 300 autoridades em turismo, procedentes de quase todos os Estados brasileiros, reuniram-se em Natal, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 1969. Durante três dias, Natal foi a capital nacional do turismo e despertou para as suas potencialidades neste setor da economia. Este acontecimento pode ser considerado como o marco inicial da formação da imagem de Natal como pólo turístico do Brasil. (Diário de Natal - 04 de dezembro de 1969).



AGNELO ALVES - EX-PREFEITO DE NATAL

O TURISMO NO GOVERNO CORTEZ PEREIRA

(16/03/1971 A 15/03/1975)

O governo Cortez Pereira foi um dos mais criativos que o Rio Grande do Norte já teve. Beneficiou-se, ainda, do “milagre brasileiro”, época de grande crescimento da economia nacional. Como vimos anteriormente, em 27 de outubro de 1971, o Presidente Médici baixou o Decreto Nº 1.191, criando o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), destinado a incentivar esta atividade em todo território nacional.

Na mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, em 31 de março de 1971, o Governador Cortez Pereira disse: “Contamos com a indispensável colaboração da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR - que, através da palavra do seu presidente, Sr. Carlos Alberto de Andrade Pinto, comprometeu-se com nosso Governo, em oferecer todas as condições para a transformação de Natal no segundo pólo turístico do Nordeste”. (1971:51).

A fim de adaptar o aparelho do Estado à política federal de incentivos ao turismo, o Governador Cortez Pereira criou a Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte S/A (EMPROTURN), através da Lei Nº 4.025, de 13 de dezembro de 1971.

EMPROTURN

No Governo Cortez Pereira. A EMPROTURN desenvolveu três grandes linhas de ação: Primeiro - estudar as nossas potencialidades turísticas; Segundo - Propagar as belezas de Natal para fora do Estado; Terceiro - construir uma infraestrutura local para o turismo.

1 - Para estudar as nossas potencialidades, foi contratada uma empresa internacional - STUDIA - em 1972, que estudou o nosso litoral desde Baía Formosa até Areia Branca. Segundo Keila Brandão Cavalcanti, "também fazia parte desse estudo o litoral de Natal, especialmente entre as praias de Areia Preta e Ponta Negra, que se constituía, naquele momento, numa área-problema em decorrência da ocupação desordenada do solo que se alastrava pelas dunas, provocando prejuízos à sua vegetação." (1993:112).

2 - Uma vez de posse deste estudo, a EMPROTURN passou a divulgar as belezas de Natal, o nosso artesanato, a culinária potiguar e demais produtos da terra em Brasília, Rio de Janeiro e em outros centros. Além disso, a EMPROTURN colocou os seus "stands" no I Congresso da Confederação de Organização Turísticas da América Latina. Contratou a Agência Nacional para divulgar as belezas do nosso Estado em cerca de 900 jornais, cinemas, estações de rádios e TV. Além disso, agências de turismo de grande porte se comprometeram a incluir Natal nos seus pacotes de viagens para o Nordeste. (Pereira, José Cortez - 1973:100-101). Graças às gestões do General Antônio Carlos Muricy, feitas em nome da EMPROTURN, o Rio Grande do Norte passou a integrar a exposição permanente do Brasil no centro Internacional de Roma. (Diário de Natal - 15 de março de 1973 - Suplemento).



CENTRO DE TURISMO - PETRÓPOLIS

CENTRO DE TURISMO

Quanto à construção de uma infra-estrutura, a EMPROTURN tomou algumas providências importantes.

A primeira delas foi a transformação do antigo prédio da detenção de Petrópolis em Centro de turismo. As obras de restauração foram iniciadas em dezembro de 1974, ainda no governo Cortez Pereira. O projeto foi de autoria do arquiteto João Maurício. Esta obra foi inaugurada pelo Governador Tarcísio Maia, no dia 13 de novembro de 1976. (Diário de Natal - 13/11/1976).

As obras foram realizadas de conformidade com o programa de Restauração de Monumentos Históricos, supervisionadas pelos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) e da Fundação José Augusto. Custaram cerca de CR\$ 4,3 milhões provenientes do Governo do Estado, da SUDENE e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O Centro de Turismo possui uma área de 9.000 metros quadrados e tem uma área construída em torno de 2.069 metros quadrados. Com a sua inauguração, ele passou a funcionar com um restaurante, boate, mini-teatro, pátio para apresentação de conjuntos folclóricos, e vários boxes para a venda de produtos artesanais aos turistas. Atualmente, é um dos locais mais visitados pelos turistas que vêm a Natal.

BOSQUE DOS NAMORADOS

Localiza-se numa área próxima ao Hospital Colônia, na Av. Almirante Alexandrino de Alencar, no Tirol. O terreno pertencia à CAERN, “que ali mantinha rede de tubulações e casa de máquinas para o bombeamento de água...” (Diário de Natal - 10/09/75). O Bosque dos Namorados foi projetado pelo arquiteto Aírton de Vasconcelos e inaugurado no final do governo Cortez Pereira, em 1975.

RESTAURANTE DA CIDADE DA CRIANÇA

A Restauração deste logradouro público custou cerca de CR\$ 1 milhão. Foi inaugurado no dia 12 de março de 1975, com um grande show de Luiz Gonzaga.

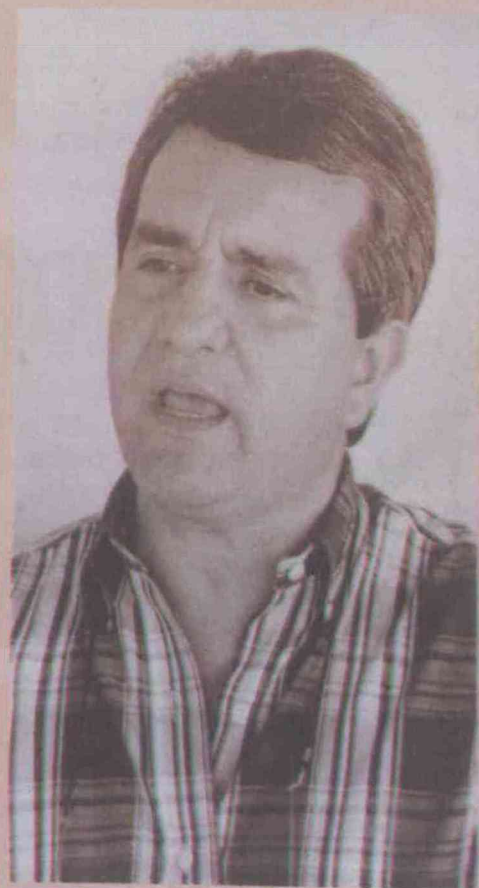
INAUGURAÇÃO DO HOTEL VILA DO PRÍNCIPE-CAICÓ

No setor hoteleiro, este foi o único hotel construído pelo governo Cortez Pereira. A obra fora iniciada pelo Governador Dinarte Mariz, e depois abandonada ao longo de 12 anos. Em convênio com a Prefeitura de Caicó, a EMPROTURN construiu este hotel, cuja inauguração ocorreu no dia 28 de janeiro de 1973. (Diário de Natal-30 de janeiro de 1973).

Em março do mesmo ano, o referido hotel foi comprado pela Abriltur. (Diário - 29 de março de 1973).

PROTEÇÃO AO CAJUEIRO DE PIRANGI

A EMPROTURN tomou as primeiras providências para transformar o maior cajueiro do mundo num ponto de atração turística.



Dr. CARLOS JUSSIER SANTOS, UM DOS LÍDERES DO TURISMO

OBRAS PARA O TURISMO FEITAS ATRAVÉS DE OUTROS ÓRGÃOS

DUPLICAÇÃO E ASFALTAMENTO DA PISTA NATAL-PARNAMIRIM

Visando descongestionar o trânsito das grandes metrópoles, o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, criou o programa VIAS EXPRESSAS - que resultou na construção de grandes avenidas em capitais brasileiras. Natal foi beneficiada por este programa, quando em 1972, a direção nacional do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) aceitou o projeto de duplicação da chamada pista de Parnamirim, elaborado pelo Governo do Estado.

A construção da primeira etapa da duplicação desta Via Expressa foi iniciada em fevereiro de 1972. Começou no Conjunto D. Jaime Câmara, na Potilândia, e estendeu-se até à entrada para a praia de Ponta Negra. Neste ponto, o DNER construiu um viaduto, chamado - Viaduto de Ponta Negra - com 65 metros de extensão. Foi entregue ao tráfego no final de 1974.

Ao longo de 1973, a construtora EIT, que realizou a primeira etapa, continuou o trabalho de duplicação da pista até chegar ao trevo de entrada de Parnamirim, onde a BR-101 cruza com a BR-304. Esta obra ficou pronta em 1975.

ASFALTAMENTO DA ESTRADA DE PONTA NEGRA

Numa extensão de 6,5 quilômetros, a partir do Viaduto de Ponta Negra, esta obra custou cerca de CR\$ 6,5 milhões. Com nova iluminação, esta estrada foi inaugurada no dia 13 de março de 1975. (Diário de Natal-13 de março de 1975).

INÍCIO DA URBANIZAÇÃO DAS PRAIAS DE NATAL

O projeto de urbanização das praias de Natal foi uma grande obra iniciada pelo Prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues. No final da sua administração, estavam prontos "cerca de 20 mil metros quadrados de asfalto e os muros de arrimo de dois estacionamentos... As obras de asfaltamento foram iniciadas pela Avenida Getúlio Vargas, a partir do Hospital das Clínicas, Ladeira do Sol e avenida Café Filho até a altura do hotel Reis Magos, somando ao todo 20 mil metros, ou seja, quase um terço dos 70 mil previstos pelos engenheiros municipais". (Diário de Natal - 21 de janeiro de 1975).

AVENIDA DO CONTORNO(1ª ETAPA)

Esta avenida fora projetada pelo arquiteto Giacomio Palumbo, quando, em 1929, fez o Plano de Sistematização da Cidade de Natal. Aliás, este é um trecho da avenida circular, idealizada pelo referido arquiteto, que deveria começar em Ponta Negra e terminar no alecrim, acompanhando a orla marítima.

O Prefeito Jorge Ivan calçou, com paralelepípedo, a primeira etapa da Avenida do Contorno, no trecho que vai do Largo Dom Bosco, onde começa a referida artéria, até à Pedra do Rosário, onde se encontra o monumento em homenagem à Nossa Senhora da Apresentação, Padroeira de Natal. Esta primeira etapa da Avenida do Contorno mede 400 metros de extensão, calçados a paralelepípedo. É um terço do total da obra. (Diário de Natal - 10 de janeiro de 1975).

URBANIZAÇÃO E MELHORAMENTO DA PEDRA DO ROSÁRIO

O Prefeito Jorge Ivan inaugurou no dia 21 de novembro de 1974, as obras de urbanização e melhoramento da Pedra do Rosário, na margem do rio Potengi. Ali foi posta, sobre um pedestal de concreto armado, uma réplica da imagem de Nossa Senhora da Apresentação pertencente ao Palácio Felipe Camarão. E outros pequenos melhoramentos.

PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDO DA ESTRADA DE IGAPÓ-REDINHA

Esta obra, a cargo do DER, numa extensão de 7,5 quilômetros, custou cerca de CR\$ 3 milhões. Foi inaugurada no dia 13 de março de 1975. (Diário de Natal - 12 de março de 1975).

É importante lembrar que a estrada de barro, ligando Igapó à Redinha, foi iniciada pelo prefeito de Natal, Creso Bezerra, em 1952. Por falta de recursos, a prefeitura suspendeu os trabalhos. Surgiu, então, o veranista Humberto Teixeira que, por iniciativa própria, recomeçou os trabalhos, levando a estrada até à povoação da Redinha. É certo, todavia, que depois, ele foi ressarcido pela prefeitura. Verdade é que, em novembro de 1954, a referida estrada já era utilizada pelos veranistas. (Diário de Natal - 23 de novembro de 1958).

ASFALTAMENTO DA AVENIDA DEODORO

Outra grande obra do Prefeito Jorge Ivan foi o asfaltamento da Avenida Deodoro em toda a sua extensão assim como a sua arborização.

AMPLIAÇÃO DO HOTEL SAMBURÁ

Sensível esforço que o empresário Firmino Moura vinha fazendo para melhorar as instalações do seu hotel, o governador Cortez Pereira autorizou o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) a conceder financiamento para a conclusão das obras de expansão do HOTEL SAMBURÁ. (Diário de Natal - 10 de janeiro de 1973). Com as obras de expansão, este hotel ficou com 75 apartamentos modernamente instalados. O Hotel Samburá localiza-se na confluência da rua José de Alencar com a rua Prof. Zuza, no bairro da Cidade Alta. Estes melhoramentos foram inaugurados no dia 08 de dezembro de 1973. (Diário de Natal - 08 de dezembro de 1973).



PREFEITO JORGE IVAN CASCUDO RODRIGUES

MOTEL TAHITI

Com financiamento do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN), o empresário Alcione Dowsley construiu o Motel Tahiti, em Capim Macio, situado no quilômetro dois da estrada de Ponta Negra. Foi inaugurado em junho de 1975. Com este e outros empreendimentos congêneres, Natal entrou na era dos motéis, como as grandes metrópoles.

AGÊNCIA PENSATUR

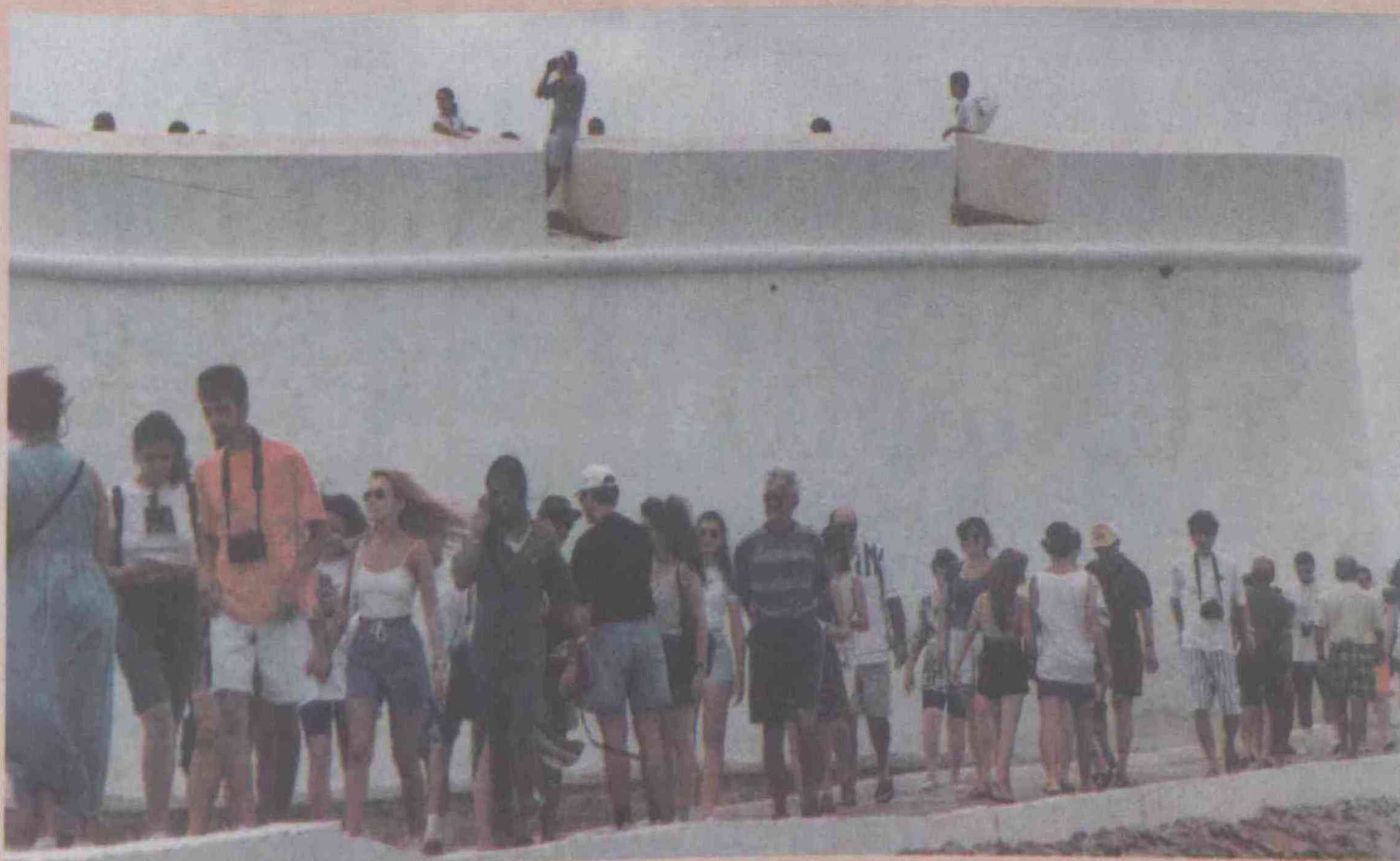
Outra iniciativa particular, digna de registro no governo Cortez Pereira, foi a instalação, no edifício Barão do Rio Branco, da agência de viagem e turismo PENSATUR - pertencente ao grupo Penedo S/A, no dia 09 de novembro de 1973. (Diário de Natal - 09 de novembro de 1973).

POUSADA DO SOL

Outra obra da iniciativa privada, no setor da hotelaria, foi a construção da Pousada do Sol pelo empresário João Veríssimo. Localiza-se nas margens do trevo onde se encontram a pista Natal-Parnamirim e a rodovia que liga Macaíba a este trevo. Foi inaugurada no dia 20 de dezembro de 1974. (Diário de Natal - 20/12/1974).

O TURISMO NO GOVERNO TARCÍSIO MAIA

(15/03/1975 A 15/03/1979)



TURISTAS VISITANDO A FORTALEZA DOS REIS MAGOS

O governo Tarcísio Maia transcorreu num período em que o governo federal resolveu fazer grandes investimentos na economia nacional. Não obstante a crise mundial do petróleo, iniciada em 1973, o presidente Ernesto Geisel (1974 - 1979) deu prioridade ao desenvolvimento econômico recorrendo a empréstimos estrangeiros. Assim, para dar continuidade ao crescimento econômico, ele mandou elaborar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PNAD), que determinava investimentos em petróleo, energia elétrica e nuclear, construção de rodovias, indústrias de base e também uma política urbana destinada a melhorar a qualidade de vida da população urbana concentrada nas grandes cidades. Nesta política urbana, a construção de uma infra-estrutura turística teve um lugar de destaque. Verdade é que, como vimos anteriormente, grandes projetos turísticos foram implantados no Litoral carioca - Rio-Santos - bem como no litoral da Bahia.

O governo Tarcísio Maia teve o mérito de aproveitar aquela conjuntura favorável para dar continuidade à construção da infra-estrutura turística do Rio Grande do Norte. Na última Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, o Governador Tarcísio Maia afirmou que "a política de desenvolvimento urbano foi executada pelo Programa de Investimento Urbano para Capitais e Cidades de Porte Médio através de convênios entre a União, Estado e Prefeituras". (A República - "Mensagem de Despedida" - 03 de março de 1979).

Para conseguir recursos financeiros, o governo do Estado firmou dois convênios com o governo federal: o primeiro foi no valor de CR\$ 87.365.000,00 (oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), destinados à realização de obras de infra-estrutura viária e social, e saneamento, em Natal e Mossoró. O segundo convênio assinado foi no valor de CR\$ 328.630.000,00 (trezentos e vinte e oito milhões, seiscentos e trinta mil cruzeiros). Destinaram-se estes recursos à continuação das obras iniciadas em Natal e em Mossoró, assim como a realização de obras em Caicó e Currais Novos.

OBRAS REALIZADAS PARA DESENVOLVER O TURISMO

Vejamos, a seguir, as obras de infra-estrutura urbana mais diretamente ligadas ao turismo, que o Governador Tarcísio Maia e o Prefeito Vauban Bezerra realizaram em Natal e no interior do Estado.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS

Trabalho realizado pela Empresa Industrial Técnica (EIT), na administração do prefeito Vauban Bezerra. Em pista dupla, o asfaltamento começou na rua Ceará-Mirim e prolongou-se até o final do Conjunto Candelária. Foi inaugurada no dia 14 de março de 1979. (A República - 14 de março de 1979).



ACESSO AO VIADUTO DE PONTA NEGRA

Recapeamento do
asfalto das Avenidas
Salgado Filho e
Hermes da Fonseca

CONCLUSÃO DA AVENIDA DO CONTORNO

Esta avenida começa no Largo Dom Bosco e, seguindo a margem do rio Potengi, prolonga-se até o Viaduto do Baldo. O prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues calçou com paralelepípedo os 400 metros iniciais, isto é, um terço do total da obra, do Largo Dom Bosco até à Pedra do Rosário (Diário de Natal - 10 de janeiro de 1975.)

O Prefeito Vauban Bezerra concluiu esta avenida, dotando-a de uma pista asfaltada, mão dupla, com 18 metros de largura e 1.300 metros de extensão, e dois metros e meio de passeios em ambos os lados. Custou CR\$ 13.585.227,40 (treze milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte e sete cruzeiros e quarenta centavos). A obra foi inaugurada no dia 21 de novembro de 1977, festa de Nossa Senhora da Apresentação, Padroeira de Natal. (A República - 23 de novembro de 1977).

CONSTRUÇÃO DOS DOIS VIADUTOS DO BALDO E DA AVENIDA BEIRA-CANAL

Esta obra foi realizada com o objetivo de desafogar o trânsito entre o Alecrim e a Cidade Alta através da Avenida Rio Branco. Assim, construídos em sentido norte-sul, os viadutos do Baldo interligam a Avenida do Contorno com a Avenida Prudente de Moraes. As obras foram iniciadas na administração Vauban Bezerra (1975 - 1979) e concluídas na administração do Prefeito José Agripino Maia. Os viadutos foram entregues ao público em setembro de 1981. (A República - 26 de setembro de 1981).



GRANDE HOTEL - RIBEIRA

DRENAGEM DO BAIRRO DA RIBEIRA

Problema multiseccular: quando chovia muito em Natal, o bairro da Ribeira ficava inundado. Todos os anos, repetia-se a mesma tragédia. Cada administração tentava amenizar o problema. Mas, a solução final só veio no tempo dos governos Maias, isto é, entre meados dos anos 70 e o início dos anos 80. O projeto de drenagem da Ribeira foi elaborado em 1976, na administração do Prefeito Vauban Bezerra e a execução ficou a cargo do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento). A realização das obras durou seis anos, isto é, de 1976 a março de 1983. A inauguração destas obras realizou-se solenemente no dia 15 de março de 1983, último dia do governo Lavoisier Maia.

AMPLIAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO BALDO

Obra realizada com a participação do DNOS, iniciada na administração do prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues e concluída na gestão do prefeito Vauban Bezerra.



OS VIADUTOS DO BALDO

URBANIZAÇÃO DA ENCOSTA DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS

Esta obra teve uma extensão de 550 metros, desde o Hospital Onofre Lopes até o início da Ladeira do Sol. Foi construída uma pista asfaltada com nove metros de largura, ao lado da que existia anteriormente. Além disso, foram construídos vários passeios, balaustrada, área de estacionamento, cinco mirantes e muros de arrimo (de concreto armado) para evitar o deslizamento de areia da encosta. O acesso às praias do Meio e Areia Preta, através da Ladeira do Sol, foi duplicado. As obras da encosta foram concluídas no governo Lavoisier Maia (1979-1982).



TURISTAS NA PARTE SUPERIOR DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS

CONTINUAÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA

No governo Tarcísio Maia, a Prefeitura de Natal continuou a implementação do Projeto de Urbanização das Praias de Natal, iniciado pelo Prefeito Jorge Ivan. Como vimos anteriormente, este edil levou o asfalto desde a Avenida Getúlio Vargas até o Hotel dos Reis Magos, numa extensão de 20 mil metros quadrados além da construção dos muros de arrimo e calçadão à beira-mar.

O Prefeito Vauban Bezerra continuou a execução deste projeto, levando o asfalto até o Clube do Círculo Militar, perto do acesso à Fortaleza dos Reis Magos.

CONCLUSÃO E APARELHAMENTO DO CENTRO DE TURISMO

Iniciada pelo governo Cortez Pereira, em dezembro de 1974, esta obra foi concluída pelo Governador Tarcísio Maia. A inauguração ocorreu no dia 13 de novembro de 1976. (Diário de Natal - 13 de novembro de 1976).

CRIAÇÃO DO MUSEU CAFÉ FILHO

Para homenagear o único norte-rio-grandense que conseguiu ser presidente da República, o Governador Tarcísio Maia criou o Museu Café Filho, instalado no prédio do Museu do Sobradinho, localizado na rua da Conceição, na Cidade Alta. O referido museu foi inaugurado no dia 12 de março de 1979.

INSTALAÇÃO DE UM CAMPING, NO JIQUI

Através da EMPROTURN, o governo do Estado assinou convênio com o presidente do Camping Clube do Brasil, Sr. Ricardo Menescal, "cedendo o terreno ao lado do Jiqui, com uma área de 45 mil metros quadrados, pelo período de 30 anos, para a exploração de um camping a ser administrado pelo Camping Clube". O referido Camping foi instalado em janeiro de 1976. (Diário de Natal - 10 de janeiro de 1976 e A República - 11 de janeiro de 1976).

RESTAURAÇÃO DOS SEGUINTE MONUMENTOS

Com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN) e das Prefeituras Municipais, o governo Tarcísio Maia restaurou os seguintes monumentos históricos do Rio Grande do Norte.

Casa Grande do Engenho Guaporé - Ceará - Mirim

Na restauração deste prédio, a cargo da Fundação José Augusto, foram gastos 3 milhões, 120 mil cruzeiros. A restauração foi inaugurada no dia 13 de março de 1979.

Solar do Ferreiro Torto - Macaíba

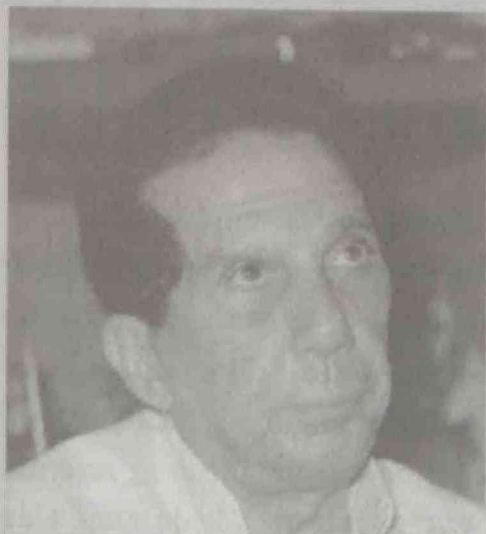
Na restauração deste prédio, cuja construção original data do século XVII, foram gastos 3 milhões, 460 mil cruzeiros. Localiza-se em Macaíba, às margens do rio Jundiá. A inauguração da restauração ocorreu no dia 13 de março de 1979.

Casa de Câmara e Cadeia Pública - Acari

A restauração deste prédio custou 1 milhão e 300 mil cruzeiros. Foi inaugurada no dia 14 de março de 1979.

Fortaleza dos Reis Magos

Com recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Governador Tarcísio Maia através da Fundação José Augusto, restaurou este prédio. Entregou-o, solenemente, ao público, no dia 30 de janeiro de 1976. (Diário de Natal - 31/01/1976).



JORNALISTA PAULO MACEDO, NO TURISMO

CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

A fim de adaptar a estrutura administrativa do Estado às novas exigências do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o Governador Tarcísio Maia baixou a Lei Complementar Nº 10, de 30 de março de 1975 (publicada no Diário Oficial do Estado no dia 1º de maio de 1975) criando três Secretarias de Estado: 1) Secretaria da Indústria, Comércio e TURISMO; 2) Secretaria de Transportes e Obras Públicas; 3) Secretaria do Trabalho e Bem-estar Social.

CRIAÇÃO DA RIO NORTE HOTELEIRA S/A (NORTEL)

A fim de dar mais operacionalidade à indústria do turismo, o Governador Tarcísio Maia baixou a Lei N°4.663, de 05 de julho de 1977, autorizando a EMPROTURN a constituir a Rio Norte Hoteleira S/A(NORTEL). Assim, em assembléia realizada no dia 27 de julho de 1977, a EMPROTURN criou a NORTEL, sua subsidiária, com um capital social de CR\$ 15 milhões, dos quais, 51% eram da EMPROTURN. A finalidade da NORTEL era explorar e incentivar a indústria hoteleira e afins.



HOTEL VILA DO PRÍNCIPE (CAICÓ)

PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO DE 11 HOTEIS NO INTERIOR

No intuito de ampliar a infra-estrutura hoteleira do Rio Grande do Norte, os órgãos encarregados de desenvolver o nosso turismo - EMPROTURN e NORTEL -planejaram construir uma rede de onze hotéis de porte médio no interior do Estado. De início, as cidades escolhidas foram as seguintes: Mossoró, Umarizal, Olho d'Água do Milho (em Caraúbas), Barra de Cunhaú(em Canguaretama), Macau, Areia Branca, Martins, Alexandria, Tibau (em Grossos), Pau dos Ferros e Pedro Velho.



HOTEL TERMAS CENTER (MOSSORÓ)

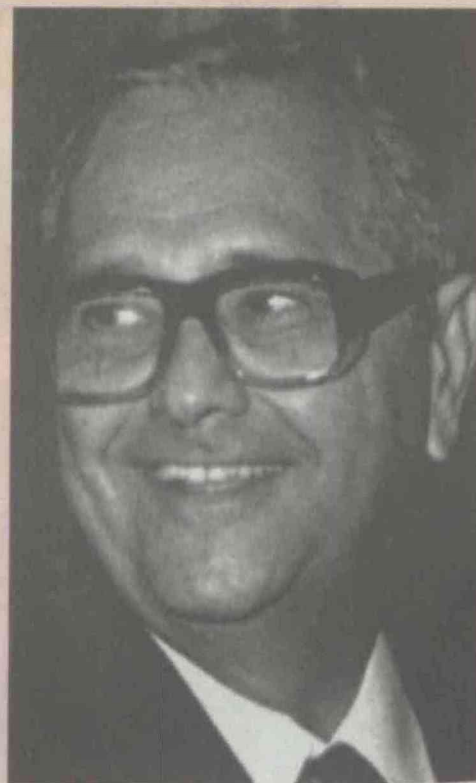
Estes hotéis foram projetados pelo arquiteto Paulo Casé. O estudo de viabilidade econômica foi realizado pela ASTEL (Assessoria Técnica LTDA - RJ).

Para construir esta rede de hotéis, a EMBRATUR comprometeu-se a financiar 75% do total dos investimentos previstos, e a contrapartida do governo do Estado seria 25%. Para obter os recursos, o governo do Estado obrigou-se a vender dois hotéis de sua propriedade: o Hotel dos Reis Magos, em Natal, e o Abolição Palace Hotel, em Mossoró. (A República - 06 de fevereiro de 1977). É importante lembrar que este hotel de Mossoró chamava-se Esperança Palace desde a sua inauguração pelo Governador Aluísio Alves até 1975, quando ocorreu a mudança do seu nome para Abolição Palace Hotel. (Diário de Natal - "Roda Viva" - 24 de abril de 1975).

No dia 05 de dezembro de 1977, o Ministro da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá, veio a Natal assinar vários convênios com o governo do Estado. Naquela ocasião, um dos convênios assinados, na ordem de 80 milhões de cruzeiros, destinava-se à construção dos onze hotéis planejados pela EMPROTUR. A NORTEL ficou encarregada de executar as construções.

Em junho de 1978, o governo do Estado já concluíra o processo de venda dos dois hotéis. O Abolição, de Mossoró, foi vendido à Companhia São Pedro de Hotéis pela importância de CR\$ 7 milhões, 260 mil, 699 cruzeiros e noventa e nove centavos. E o Reis Magos, de Natal, foi adquirido pela Companhia de Hotéis de Pernambuco S/A pela importância de CR\$ 16 milhões, 803 mil, 999 cruzeiros e 99 centavos. (A República - 13 e 22 de junho de 1978).

Até o final do governo Tarcísio Maia, foram feitas as concorrências para a construção de vários destes hotéis. No entanto, a construção que mais avançou foi a do Hotel Thermas de Mossoró. Mesmo assim, a sua inauguração ocorreu somente no governo Lavoisier Maia.



GOVERNADOR TARCÍSIO MAIA

DESENVOLVIMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES

Ao longo do governo Tarcísio Maia, as telecomunicações do Rio Grande do Norte tiveram um avanço significativo. Assim, foram instalados Postos de Serviço em 117 municípios. Antes, apenas 27 municípios dispunham de telefones. Além disso, a TELERN implantou os serviços de Discagem Direta Internacional (DDI) em cinco municípios (capital e interior). Outros 16 municípios ganharam o serviço de Discagem Direta à Distância (DDD). Por fim, a população norte-rio-grandense foi beneficiada com a ativação de 605 canais para ligações interurbanas. Tudo isto foi muito importante para o turismo do Rio Grande do Norte e, particularmente, de Natal. (A República - Mensagem de Despedida - 03 de março de 1979).

DUCAL PALACE HOTEL

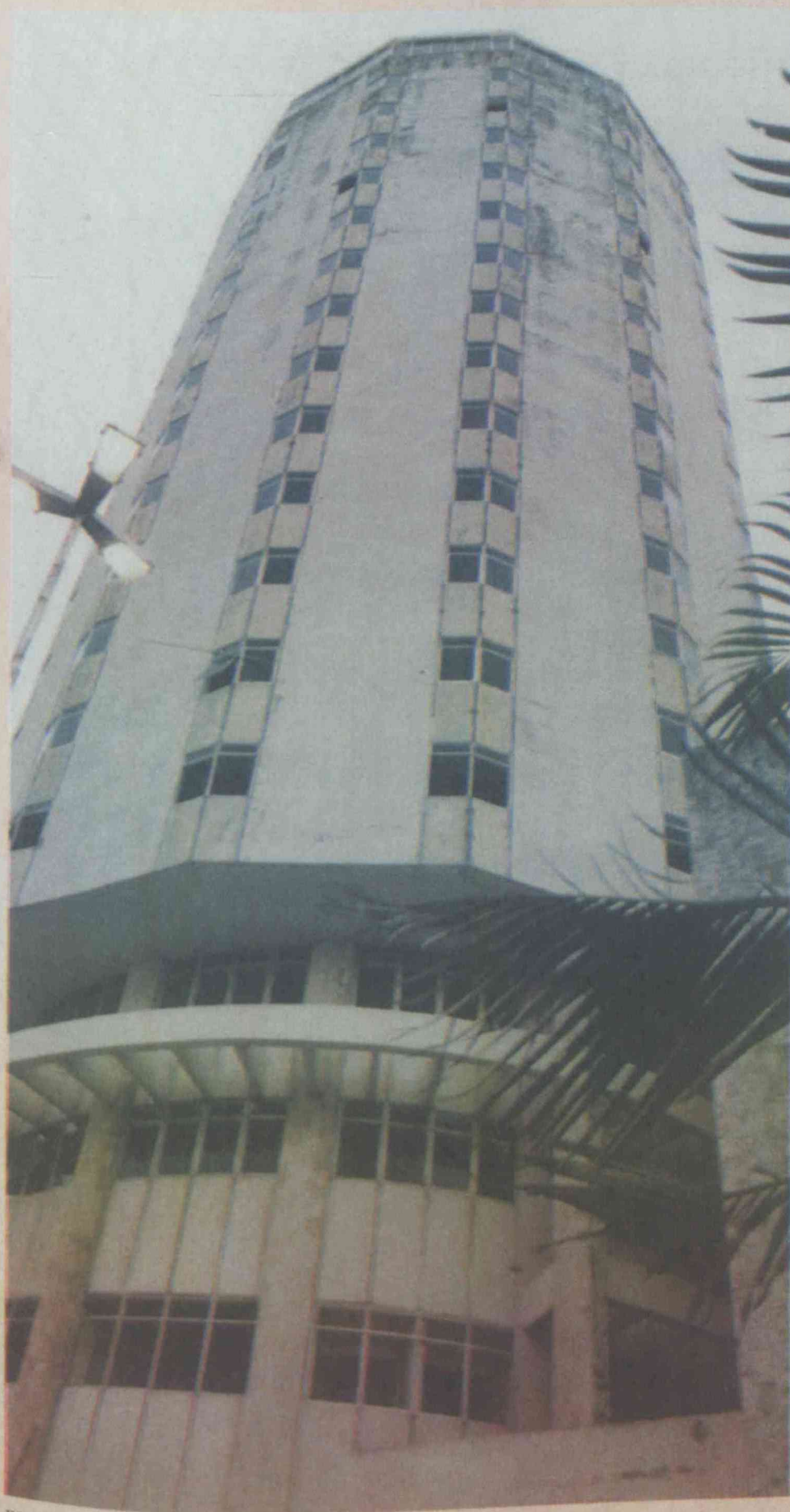
Com recursos proporcionados pela SUDENE, o empresário Alcides Araújo, da Rio Center, juntamente com empresários libaneses residentes em Natal, resolveram construir o Hotel Monte Líbano, localizado na confluência da rua João Pessoa com a Avenida Rio Branco, defronte a Praça da Imprensa. Iniciaram a construção em 1971.

Em 1974, eles resolveram vender o citado hotel, ainda em construção, à União de Empresas Brasileiras (UEB), cujo vice-presidente era o ex-governador do Estado, Aluizio Alves. Naquela época, a UEB estava implantando suas indústrias no município de São Gonçalo, perto de Igapó. Uma vez efetuada a venda, o Hotel Monte Líbano passou a se chamar DUCAL PALACE HOTEL. Foi inaugurado festivamente no dia 05 de novembro de 1976. Tratava-se de um hotel de quatro estrelas, com 18 andares, localizado no Centro da cidade, e que, rapidamente, tornou-se o orgulho dos natalenses.

Alguns anos depois, foi vendido à rede hoteleira Luxor Continental, do Rio de Janeiro. Há anos que está em ruínas.

SOL HOTEL

Ainda no governo Tarcísio Maia, os turistas ganharam mais um hotel da iniciativa privada. Referimo-nos ao SOL HOTEL, construído pelo empresário Fernando Paiva, na rua General Osório, na Cidade Alta. Em fevereiro de 1977, já estava funcionando este hotel de duas estrelas. (A República - 27 de fevereiro de 1977).

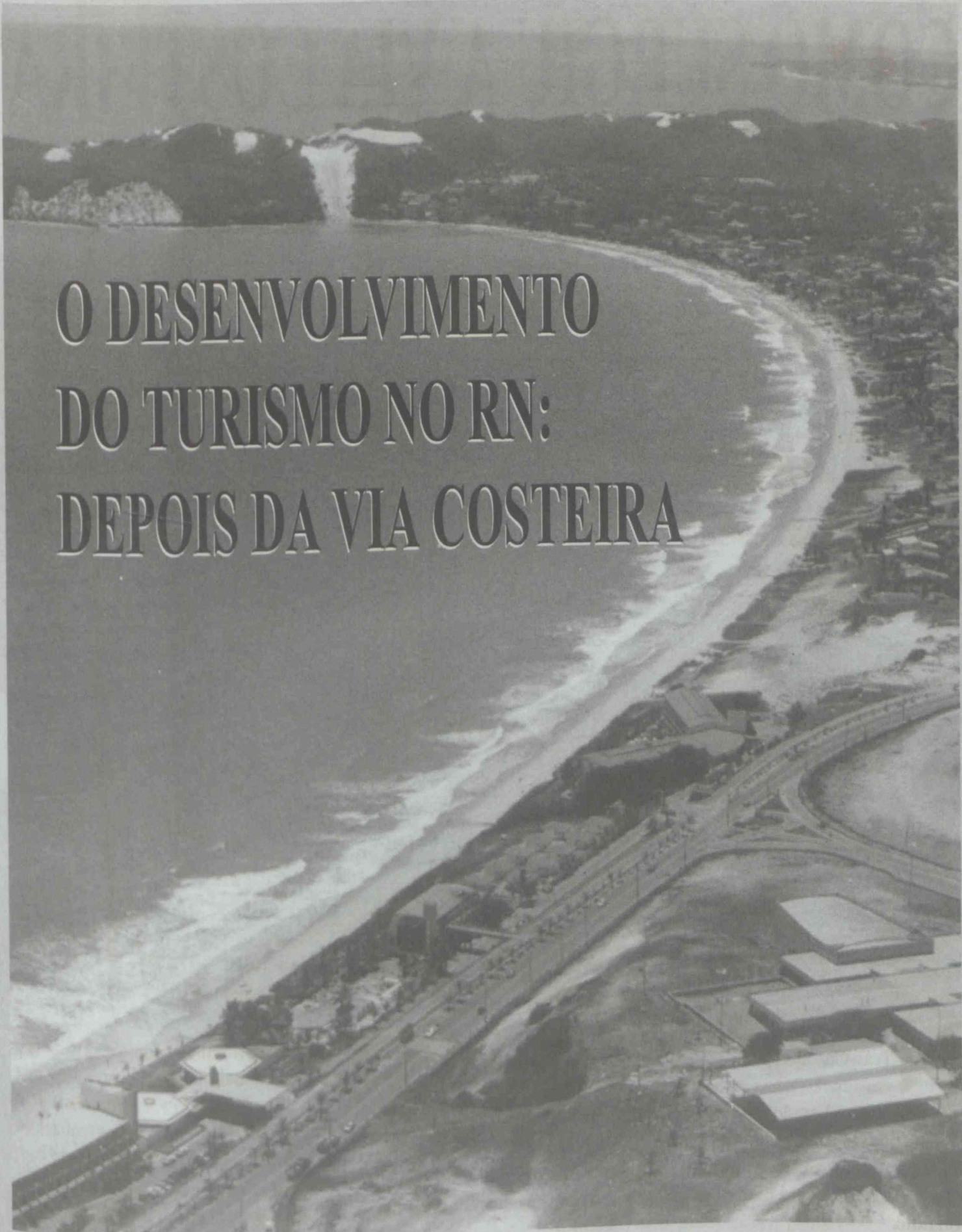


DUCAL PALACE HOTEL (NATAL)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1995 - Paiva, Maria das Graças de Menezes V. - Sociologia do Turismo, Campinas, Editora Papirus.
- 1995 - Fausto, Boris - História do Brasil, São Paulo, Edusp/FDE.
- 1993 - Cavalcanti, Keila Brandão - Estado e Política de Turismo: O Caso da Via Costeira da Cidade de Natal, Natal, (Mimeo).
- 1939 - A República - 01 de janeiro.
- 1939 - Idem - 13 de maio.
- 1966 - Tribuna do Norte - 23 de janeiro.
- 1975 - Diário de Natal - 24 de abril.
- 1966 - Tribuna do Norte - 29 de janeiro.
- 1965 - Diário de Natal - 09 de abril.
- 1966 - Diário de Natal - 13 de janeiro.
- 1966 - Idem - 28 de janeiro.
- 1971 - Pereira, Cortez- Mensagem à Assembléia Legislativa (Datilografado), Natal.
- 1973 - Diário de Natal - 15 de março (Suplemento).
- 1976 - Diário de Natal - 13 de novembro.
- 1975 - Idem - 10 de setembro.
- 1973 - Idem - 30 de janeiro.
- 1975 - Idem - 13 de março.
- 1975 - Idem - 21 de janeiro.
- 1975 - Idem - 12 de março.
- 1975 - Idem - 10 de janeiro.
- 1958 - Idem - 23 de novembro.
- 1973 - Idem - 10 de janeiro.
- 1973 - Idem - 08 de dezembro.
- 1973 - Idem - 09 de novembro.
- 1979 - A República - "Mensagem de Despedida" - 03 de março.
- 1979 - Idem - 14 de março.
- 1975 - Diário de Natal - 10 de janeiro.
- 1977 - A República - 23 de novembro.
- 1981 - Idem - 26 de setembro.
- 1976 - Diário de Natal - 13 de novembro.
- 1976 - Idem - 10 de janeiro.
- 1976 - A República - 11 de janeiro.
- 1975 - Diário de Natal - 24 de abril.
- 1978 - A República - 13 e 22 de junho.

PROJETO LER

An aerial photograph of a coastal region. In the upper left, a body of water flows over a rocky ledge into the sea. A long, sandy beach curves along the coastline, with white surf breaking on the shore. To the right of the beach, a road or highway runs parallel to the coast, with several buildings and structures visible. The terrain is hilly and covered in vegetation.

O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RN: DEPOIS DA VIA COSTEIRA

COMO SURTIU A VIA COSTEIRA



TRECHO DA VIA COSTEIRA

No governo Cortez Pereira (16 de março de 1971 a 15 de março de 1975), era prefeito de Natal o Dr. Jorge Ivan Cascudo Rodrigues. Ele declarou publicamente que o ano de 1974 era o ano de Turismo e que uma das suas metas seria a construção da Avenida Natal - Ponta Negra. Anunciou ainda que a Prefeitura assinaria convênio com o Estado e a Companhia de Habitação (COHAB - RN). Finalmente, disse à imprensa que os trabalhos topográficos já tinham começado. (Diário de Natal, 12/01/1974). Na realidade, tudo não passou de um gesto de boa vontade. A construção de outras obras teve prioridade no último ano da sua administração. Por isso, a construção da VIA COSTEIRA será uma obra dos três governos Maias: Tarcísio planejou, Lavoisier executou e José Agripino concluiu.

Cientes de que o II PNAD destinava vultosos recursos para a implantação de projetos turísticos na orla marítima, tecnocratas do Estado, logo no início do governo Tarcísio Maia, começaram a pensar num projeto turístico para Natal, aproveitando a orla marítima da cidade, particularmente, o trecho que se estende da praia de Areia Preta até a praia de Ponta Negra. Para concretizar este sonho, surgiu o primeiro anteprojeto, que foi "elaborado na Escola Latino-americana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, pelo engenheiro Elias Fernandes - então diretor técnico da Companhia de Habitação Popular - COHAB, ao lado de uma equipe de engenheiros e arquitetos latino-americanos. O anteprojeto compreendia uma avenida com um calçadão cobrindo toda a faixa de 12 quilômetros, uma área destinada a residências, hotéis, restaurantes e equipamentos comunitários, e ainda faixas de rolamento." (Cavalcanti, Keila Brandão - 1993:138).

Logo que este anteprojeto foi analisado pelos tecnocratas potiguares, foi duramente criticado por querer reproduzir na orla marítima natalense algo semelhante ao que existe em Copacabana, no Rio de Janeiro. A proposta de se construir residências naquela área, sobretudo, foi um dos fatores que inviabilizou a aceitação do anteprojeto. Mesmo assim, o anteprojeto teve o mérito de provocar o debate inicial.

Segundo Marcos César Formiga, então Secretário de Planejamento do Estado "havia técnicos que se preocupavam com a preservação absoluta e outros com a preservação relativa. Os que defendiam a preservação relativa, justificavam que a ocupação ordenada era a única forma de preservar. Face a esse impasse a nível daquela Secretaria, solicitou-se um estudo mais profundo com o apoio da então Comissão Nacional de Política Urbana (CNPUR)..." (Cavalcanti, Keila Brandão - 1993:140).

Por sugestão do Governo do Paraná, o Governador Tarcísio Maia, em novembro de 1976, contratou o Escritório do Arquiteto Luís Forte Neto, de Curitiba, para elaborar três projetos: o Plano Diretor do Grande Natal, o Plano Diretor de Macau e o do Parque das Dunas/Via Costeira.



VISTA AÉREA DA PRAIA DE PONTA NEGRA

Naquela ocasião, o Governador Tarcísio Maia manifestou logo as diretrizes que deveriam ser obedecidas pelo Plano do Parque das Dunas: "preservação das dunas, melhoria das condições de vida para os moradores dos núcleos já instalados - Mãe Luíza e Guanabara - e o fim do privilégio, isto é, maior aproveitamento de uma praia com quase 11 quilômetros de extensão, cerca de 30 milhões de metros quadrados - de propriedade de duas dezenas de posseiros." (A República - 21 de julho de 1978).

No dia 20 de julho de 1977, o arquiteto Luís Forte Neto entregou ao governador os três projetos solicitados. Mesmo antes de receber o projeto do Parque das Dunas/Via Costeira, o Governo do Estado estimulou o debate em torno do assunto, promovendo, em abril de 1977, um Seminário sobre o Desenvolvimento Urbano.

Ao longo de 1978 foram promovidos simpósios e mesas-redondas, dos quais participaram o Conselho Municipal de Planejamento (Complan), professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), arquitetos, geólogos, engenheiros e políticos.

Uma vez de posse do projeto Parque das Dunas/Via Costeira, o Governador Tarcísio Maia assinou o Decreto Nº 7.237, de 22 de novembro de 1977, que declarou ser de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens situados na área das dunas, adjacente ao Oceano Atlântico, no município de Natal, entre a praia do Pinto e a praia de Ponta Negra. (Diário Oficial do Estado, 23 de novembro de 1977).

Poucos dias depois, com a presença do Ministro da Indústria e Comércio em Natal, Ângelo Calmon de Sá, o referido governador assinou convênio com a EMBRATUR para a construção do CENTRO DE CONVENÇÕES, parte integrante do projeto da Via Costeira (A República - 06 de dezembro de 1977).

O PROJETO ORIGINAL

Damos, a seguir, as características básicas do projeto original elaborado pelo escritório do arquiteto Luís Forte Neto.

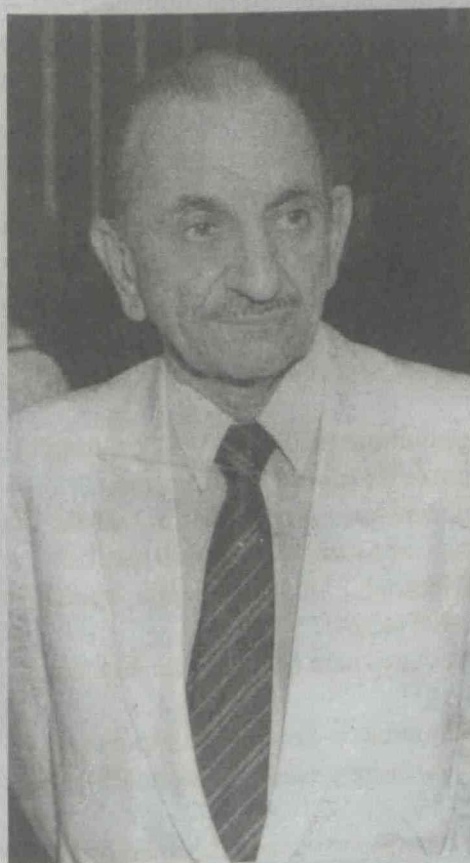
Além da construção de 5 hotéis de 5 estrelas, com 15 andares cada um, o projeto original propunha a edificação de dois prédios públicos nas extremidades da Via Costeira: a Residência Oficial do Governador, perto do Instituto de Biologia Marinha; e um Centro de Convenções - na outra extremidade. Estava prevista igualmente a construção de residências particulares de alto padrão. A urbanização das favelas de Mãe Luíza e Guanabara - era outra preocupação do projeto.

Entre o mar e o sopé das dunas, o projeto sugeriu a construção de uma "pista de rolamento de 7 metros de largura, com acostamentos de 2,50 m., uma calçada para pedestres com 4 metros de largura e ainda uma pista exclusiva para ciclistas com 2,50 m. de largura. Nos pólos, a pista de veículos seria duplicada para facilitar o acesso aos estacionamento, serviços etc... Em pontos escolhidos seriam feitos remansos para se apreciar a paisagem e para retornos." (Cavalcanti, Keila Brandão - 1993: 147).

Ademais, o projeto sugeria a construção de hotéis e residências na orla marítima. Diz Keila Brandão Cavalcanti: "Ao longo deste eixo se desenvolveriam 03 (três) Unidades Turísticas - UTs, com seus equipamentos, seguindo uma estrutura de ocupação e uso do solo que permitisse uma adaptação contínua e progressiva com uma perfeita co-existência com a paisagem. A proposta previa que cada unidade turística abrigará entre 4.500 a 6.000 pessoas componentes da população fixa e flutuante turística, e, seria formada por grupos de 7 a 9 habitações coletivas verticais de 3.000 a 4.000 habitantes, e hotéis com capacidade de 1.500 a 2.000 leitos, havendo para cada um, acesso através de um sistema viário secundário, e possibilitaria a utilização das praias por cerca de 9.000 pessoas componentes da população flutuante local, num total de 13.500 a 15.000 pessoas usando a praia". (1993:147).

Para proporcionar bem-estar à população que iria residir na Via Costeira, o projeto reservava espaço para a construção de áreas de lazer, educação, comércio e todos os equipamentos urbanos indispensáveis à vida coletiva. Por fim, os técnicos recomendavam medidas para proteger as dunas.

A REAÇÃO DOS ECOLOGISTAS E A CONTRA-OFFENSIVA DO GOVERNO



LAVOISIER MAIA, GOVERNADOR QUE CONSTRUÍU A VIA COSTEIRA (NATAL)

Logo que o escritório do arquiteto Luís Forte Neto entregou ao governo do Estado o projeto Parque das Dunas, em 20 de julho de 1977, a sociedade civil de Natal começou a manifestar as suas críticas ao projeto. O Diário de Natal, jornal de tradição ecologista, foi o veículo que mais espaço concedeu aos ecologistas para eles manifestarem as suas críticas. É importante salientar, que, neste debate, destacaram-se dois tipos de ecologistas: os legítimos e pseudo-ecologistas. Verdade é que, empunhando a bandeira da defesa da Natureza e do Meio Ambiente, muitos pseudo-ecologistas não passavam de intelectuais ligados ao PMDB local, cujo objetivo era dificultar que os governos Maías - principalmente, Tarcísio e Lavoisier - realizassem obra tão importante.

As críticas se resumiram nos seguintes pontos: a Via Costeira é um projeto faraônico destinado a "copacabanizar" Natal; devastará as dunas; colocará em perigo grande parte da cidade; vai promover a discriminação social. (A República - 21 de julho de 1978).

Enquanto o debate prosseguia, impulsionado pelo jogo dialético dos argumentos prós e contras, grupos mais radicais picharam vários pontos da cidade com as seguintes frases: "Abaixo a via da elite", no muro da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos (SCBEU); "O povo merece respeito, abaixo a Via Costeira", no muro lateral da Nova Catedral; "Via Costeira é crime, chega de abusos", no palanque das autoridades, que existia na praça Pedro Velho. (A República - 21 de janeiro de 1979).

À proporção que os ânimos se acirravam no debate em torno do projeto original, o Governador Tarcísio Maia avançava com firmeza e determinação na sua realização. Verdade é que, no dia 1º de janeiro de 1979, ele baixou o Decreto Nº 7.538 regulamentando o Parque das Dunas, visando, sobretudo, à sua preservação.

Anteriormente, o Presidente Ernesto Geisel baixara o Decreto Nº 82.699, de 22 de novembro de 1978, cedendo, por aforamento, a área pertencente à União, para a execução do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira. (A República - 09 de fevereiro de 1979).

Em março de 1979, o governo do Estado abriu concorrência para a construção da Via Costeira. A Empresa Industrial Técnica (EIT), do Rio Grande do Norte, foi a vencedora da concorrência. (A República - 08 de março de 1979). Na véspera de encerrar o seu mandato, no dia 14 de março de 1979, o Governador Tarcísio Maia contratou, por CR\$ 1 milhão e 580 mil cruzeiros, a empresa Burle Marx & Cia, do Rio de Janeiro, para fazer o projeto paisagístico do Parque das Dunas, visando, sobretudo, à preservação daquela área. (A República - 15 de março de 1979). A contratação de Burle Marx, o maior especialista em paisagismo no Brasil, tinha por objetivo político calar a boca dos legítimos e dos pseudo-ecologistas de Natal. E conseguiu!

Desde que foi contratado, Burle Marx fez vários pronunciamentos mostrando o acerto do governo em querer implantar o projeto Parque das Dunas/Via Costeira. Numa entrevista que Burle Marx concedeu à imprensa no final de 1979, afirmou: "Achei excelente a idéia do Governo do Estado na criação do Parque das Dunas. Isso, para o trabalho que se pretende realizar "Via Costeira", hotéis, área de lazer etc - na faixa litorânea que vai da Praia de Areia Preta a Ponta Negra, é de uma importância fundamental na preservação e proteção das dunas". (A República - 25 de outubro de 1979).

Depois desta e de outras entrevistas de Burle Marx, os críticos da Via Costeira foram diminuindo a sua ofensiva até silenciarem completamente, quando viram que a Via Costeira tornara-se um fato consumado.

Em consequência das críticas feitas ao longo de mais de dois anos, o projeto original foi reformulado em alguns pontos. A principal mudança foi a eliminação da idéia de se construir núcleos residenciais na Via Costeira. Com o passar do tempo, o projeto original sofreu outras reformulações, como veremos adiante. Isso mostra que as críticas feitas ao projeto não foram, de todo, impecáveis.

Do que vimos anteriormente, podemos inferir que o Governador Tarcísio Maia preparou toda a parte técnico-institucional para que o seu sucessor no governo do Estado, Lavoisier Maia, implantasse efetivamente o projeto do Parque das Dunas/Via Costeira.

Sem dobrar-se às críticas dos adversários do projeto da Via Costeira, o Governador Lavoisier Maia (15 de março de 1979 a 15 de março de 1983) levou até o fim a obra iniciada pelo seu antecessor. Verdade é que, no começo de julho de 1979, o Departamento Estadual de Rodagem (DER) autorizou a EIT a iniciar as obras da Via Costeira. (A República - 08 de julho de 1979). Numa extensão de 15 km, foi construída uma cerca de varas contíguas, no sopé das dunas, para conter o avanço da areia para o leito da pista de rolamento.

Enquanto a EIT construía as pistas de rolamento, que foram totalmente asfaltadas, outras empresas trabalhavam, nas duas extremidades da Via Costeira, edificando a Residência Oficial do Governador e o prédio do Centro de Convenções.

Num terreno de 41.665 metros quadrados, foi iniciada a construção do Centro de Convenções na extremidade de Via Costeira, onde ele se encontra com a Avenida Roberto Freire (ex-estrada de Ponta Negra). O prédio foi edificado em três blocos que, juntos, ocupam uma área de 6.274,71 metros quadrados.

A fim de facilitar a ocupação dos espaços na Via Costeira, em 17 de setembro de 1980, o Governador Lavoisier Maia baixou a Lei Nº 4.972, que delimitou as áreas de cada Unidade Turística e autorizou o Estado subscrever ações da EMPROTUR, mediante a incorporação de imóveis, e deu outras providências.

Assim, a Unidade Turística I ficou com uma área de 13,5 hectares, "iniciando-se no quilômetro 0,47 da Via Costeira, correndo a partir do entroncamento desta com a estrada pavimentada Natal-Ponta Negra, numa extensão de 1.400 metros..."

A Unidade Turística II foi contemplada com "uma área de 18,1 hectares iniciando-se no quilômetro 3,67 da Via Costeira, a partir do entroncamento desta com a estrada pavimentada Natal - Ponta Negra, numa extensão de 1.600 metros..."

A Unidade Turística III recebeu uma área de 17,1 hectares, "iniciando-se no quilômetro 6,27 da Via Costeira, a partir do entroncamento desta com a estrada pavimentada Natal - Ponta Negra, numa extensão de 400 metros..."

Além destas áreas destinadas às Unidades Turísticas, a referida Lei reservou 4 hectares para a construção de um camping, "iniciando-se no quilômetro 2,57 da Via Costeira..."

O Art. 2º rezava o seguinte: "As áreas delimitadas no artigo 1º compreendendo núcleos distintos, componentes do Parque das Dunas, e destinados à implantação de empreendimentos e equipamentos de turismo previstos no Projeto Parque das Dunas/Via Costeira, não podendo, em qualquer hipótese, ser alterada a sua finalidade."

O Art. 4º definiu o papel da EMPROTUR que "transferirá, sob a forma de venda ou de participação acionária, as áreas dos imóveis ou parte delas, definidas nesta Lei, às empresas privadas que se comprometam a nelas construir unidades hoteleiras, ou implantar outros equipamentos turísticos e de lazer, de acordo com projetos previamente aprovados pela Comissão Especial de Acompanhamento Técnico e Negociação do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira e Secretaria da Indústria e Comércio."

Determinou ainda, a referida Lei, no seu Art. 5º, que os imóveis transferidos às empresas ou às entidades privadas para a construção de hotéis, "ficam sujeitos à reversão ao patrimônio da EMPROTUR, independentemente de qualquer indenização, caso não executem, no prazo de dois anos, a contar da data da assinatura da escritura ou ato equivalente de transferência, os respectivos projetos arquitetônicos." (Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Nº 4.119, de 18 de setembro de 1980).

Ao mesmo tempo que eram construídos a Residência Oficial do Governador, a Via Costeira e o Centro de Convenções, o Governador Lavoisier Maia duplicava a Estrada de Ponta Negra (hoje, Av. Roberto Freire), desde o Viaduto da BR-101 até o Conjunto Ponta Negra, na altura onde esta estrada asfaltada se encontra com a Via Costeira.

No último dia do seu mandato, isto é, 15 de março de 1983, o Governador Lavoisier Maia inaugurou com grandes festividades a Via Costeira e a duplicação da Estrada de Ponta Negra. (A República - 16 de março de 1983).

O Centro de Convenções ficou com cerca de 90% das suas obras realizadas, e a Residência Oficial do Governador ficou no ponto de receber o acabamento. Estas obras foram concluídas pelo Governador José Agripino Maia.

Na entrada do Centro de Convenções, há uma placa com o seguinte registro:

"INAUGURADO EM 31 DE JULHO DE 1983. INICIADO NO GOVERNO LAVOISIER MAIA. CONCLUÍDO NO GOVERNO JOSÉ AGRIPINO MAIA. SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO: CARLOS JUSSIER SANTOS. PRESIDENTE DA NORTEL: PAULO MACEDO".

O prédio, antes destinado a ser a Residência Oficial do Governador, foi transformado pelo Governador José Agripino em Hotel-Escola, com o nome de Barreira Roxa Praia Hotel. Foi inaugurado no dia 03 de novembro de 1985. (A República - 02 de novembro de 1985).

Como observou adequadamente a socióloga Keila Brandão Cavalcanti, "o Estado criou todas as condições facilitadoras para promover a acumulação de capital na Via Costeira tais como: normas para aquisição do terreno, implementação das infra-estruturas (estrada, energia, água, telefone etc...), subvenções na forma de empréstimos e crédito junto ao BDRN etc... Dessa forma os recursos próprios totalizaram 20%, em contrapartida aos 80% provenientes de empréstimos em que se combinava FUNGETUR, PDVC, FINAME, de acordo com a informação do BDRN". (1993:170).



CENTRO DE CONVENÇÕES, VIA COSTEIRA

REFORMULAÇÕES DO PROJETO ORIGINAL

A ocupação do espaço pela iniciativa privada, ao longo da Via Costeira, é o mais recente e mais ilustrativo, que temos, sobre as pressões que a grande burguesia exerce sobre o Estado no processo de acumulação de riquezas. Apesar da racionalidade imposta pelos técnicos ao projeto, de repente, tudo ou quase tudo, começa a mudar ao sabor do jogo dos interesses dos grupos econômicos influentes no poder estadual.

Nas quatro reformulações ocorridas na Via Costeira, desde a sua construção até agora, ficou bem claro que, com exceção de algumas mudanças, aliás, ditadas pela experiência comercial dos interessados, a maioria resultou da luta travada entre grupos empresariais para conquistar uma fatia daquele espaço privilegiado de Natal. Vejamos agora o que mudou em cada reformulação.

PRIMEIRA REFORMULAÇÃO: 1º GOVERNO JOSÉ AGRIPIÑO MAIA

Uma vez construída a pista de rolamento para automóveis e concluído o Centro de Convenções, começou a batalha da ocupação dos espaços destinados à implantação da rede hoteleira. Em boa hora, o Dr. Augusto Carlos de Viveiros, presidente da EMPROTUR e porta-voz dos empresários, fez ver ao autor do projeto que era inexequível a idéia de se construir, naquela área, 05 hotéis de 05 estrelas numa região que estava nascendo para o turismo. Este tipo de empreendimento é feito somente quando o fluxo turístico já está devidamente consolidado.

A reformulação proposta pelo Dr. Augusto Carlos e acatada pelos órgãos competentes pode ser resumida em dois itens:

1 - Ao invés de 05 hotéis de 05 estrelas com 15 andares cada um, a Comissão de Acompanhamento do Projeto acatou a sugestão de ampliar o número de hotéis para 12 (doze), sendo 03 para a Unidade Turística I, 06 para a Unidade Turística II e 03 para a Unidade Turística III.

2 - Seriam hotéis de 2, 3, 4 e 5 estrelas e, no máximo, com três andares.

Com estas reformulações, a iniciativa privada ficou mais estimulada para investir, sobretudo, pela oferta de terrenos a baixo preço pela EMPROTUR e financiamentos com correção monetária reduzida.

SEGUNDA REFORMULAÇÃO: GOVERNO RADIR PEREIRA

Para candidatar-se ao Senado Federal, o Governador José Agripino afastou-se do cargo em obediência à legislação vigente. Assumiu, então, o governo do Estado, o Sr. Radir Pereira, comerciante, que era o vice-governador. Pressionado pela grande burguesia natalense, ele baixou a Lei Nº 5.537, de 12 de dezembro de 1986, que modificou profundamente o projeto original da Via Costeira. O número de hotéis foi ampliado de 12 para 20 (vinte). Além disso, foram reservadas duas áreas: uma para a construção de um "shopping center" e outra destinada a um parque aquático.

Estas mudanças absorveram as áreas que, anteriormente, foram reservadas para a preservação ambiental. É importante ressaltar que os registros destes terrenos, em cartório, foram feitos pela EMPROTUR de maneira irregular, o que deixou margem para que se fizesse outra reformulação.

TERCEIRA REFORMULAÇÃO: GOVERNO GERALDO MELO

Na eleição de 1986, o grupo Maia não conseguiu eleger o seu candidato ao governo do Estado, que era o Deputado João Faustino. Por uma pequena margem de votos, foi eleito o candidato do PMDB, o Sr. Geraldo Melo. Depois de doze anos consecutivos, o poder estadual passou para as mãos dos adversários dos Maias. Por isso, o governo Geraldo Melo tomou atitudes revanchistas em vários setores da administração e, naturalmente, procurou beneficiar os seus partidários. O projeto do Parque das Dunas/Via Costeira foi um dos alvos deste revanchismo.

O primeiro passo dado nesta terceira reformulação, foi a ampliação das atribuições da Secretaria da Indústria e Comércio, que passou a cuidar dos assuntos pertinentes ao Turismo, juntamente com a EMPROTUR. Visando beneficiar grupos econômicos ligados ao novo governo, a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo promoveu um reordenamento do Projeto da Via Costeira. Segundo a socióloga Keila Brandão Cavalcanti, alegava-se que a necessidade de um reordenamento "decorria do reconhecimento da existência de equívocos na definição constante de leis anteriores, das áreas destinadas à implantação de Unidades Turísticas, equipamentos de lazer

e preservação ecológica. Afirmava-se que essas distorções, por sua gravidade, impediam a correta implantação do projeto, dada a desconformidade de limites e dimensões entre o levantamento topográfico arquivado na EMPROTURN, os registros feitos em cartório e a real configuração das referidas áreas, além de excluir a população de Natal, na medida em que privatizava a área". (1993:187).

Por sua vez, em entrevista concedida à Revista RN-Econômico, o então Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, José Bezerra Marinho, afirmou que a reformulação feita pelo governo Geraldo Melo visava à preservação dos mananciais, à preservação do Parque das Dunas e ao levantamento das condições dos hotéis na Via Costeira... "Porque, por exemplo, na hora em que você puxa as poligonais dos hotéis, ou seja, você vai delimitar a área, você encontra três situações diferentes. Uma foi a área que foi dada pelo Estado à EMPROTURN. A outra foi a área que foi vendida pela EMPROTURN à iniciativa privada e a última é o registro que tem dessa área no cartório, os três não batem." (RN-Econômico, N° 189, agosto/87, p.41).

Convocado para analisar a situação do projeto da Via Costeira, o arquiteto Luís Forte Neto deu um parecer no qual entre outras coisas, disse; em 3 de junho de 1987: "...constatamos com espanto que haviam sido negociados para instalação de hotéis, toda a faixa da Via, inclusive as áreas reservadas das zonas de preservação, de equipamento de lazer da UT I, de estacionamento e praça para equipamentos da UT II, bem como do belvedere previsto. Esta ocupação, se consolidada, irá desvirtuar todo o projeto turístico da Via, o que consideramos altamente prejudicial para a cidade de Natal e desmoralizante para o próprio governo. Nesse sentido, somos de opinião que tudo deve ser feito para que se retorne à situação estabelecida em outubro de 1983, recuperando-se as áreas que seriam ocupadas indevidamente, e que garanta o aspecto ambiental inicialmente previsto no projeto de urbanização da área." (Cavalcanti, Keila Brandão - 1993:188).

Para implementar as reformulações sugeridas pelos técnicos, o Governador Geraldo Melo baixou a Lei N° 5.826, de 07 de dezembro de 1988 e, depois, o Decreto N° 10.302, de 13 de fevereiro de 1989.

Assim, o número de hotéis a serem construídos nas três Unidades Turísticas foi reduzido para doze (12), como na primeira reformulação. É importante salientar que, nesta dúzia de hotéis, não foram computados o Barreira Roxa Praia Hotel e o Hotel Porto do Mar.

Além disso, algumas áreas, que reverteram ao patrimônio da EMPROTURN, foram concedidas a grupos econômicos ligados ao governo do Sr. Geraldo Melo. Esta, assim, feita a acomodação dos grupos econômicos interessados em abocanhar uma fatia daquele espaço urbano privilegiado da cidade. Acobertado por pareceres "técnicos", o governo fez a troca dos afilhados: tirou alguns afilhados do governo anterior, e colocou os seus. Assim caminha a Via Costeira...!

QUARTA REFORMULAÇÃO: 2º GOVERNO JOSÉ AGRIPINO MAIA

Em 1990, o Senador José Agripino Maia foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Norte, pela segunda vez, derrotando o candidato do Sr. Geraldo Melo. Esta retomada do poder ensejou a realização da quarta reformulação na divisão do espaço na Via Costeira. Esta nova reformulação tinha, como objetivo fundamental, assegurar aos amigos do novo governador as concessões que lhes foram feitas no seu primeiro governo (1983-1987).

Novamente, o arquiteto Luís Forte Neto foi convidado para justificar "tecnicamente" a proposta desta quarta reformulação. Verdade é que, substituindo o conceito de "preservação ecológica" pelo de "conservação ambiental", o referido arquiteto criou "mais de 03 (três) áreas destinadas à construção de hotéis". (Cavalcanti, Keila Brandão - 1993:200). Para justificar esta e outras mudanças no projeto, o referido arquiteto argumentou, dizendo "que o reordenamento serviria para oferecer à cidade de Natal alternativas de comércio, cultura e lazer, integrando assim a Via Costeira à vida da cidade". (Idem - 1993:198).

Assim, com exceção dos espaços ocupados pelos hotéis Porto do Mar e Barreira Roxa, a Via Costeira que, na terceira reformulação, dispunha apenas de 12 (doze) áreas para a construção de hotéis, passou a ter 19 (dezenove) áreas para a hotelaria. Desaparecera, assim, o perigo que anteriormente representava esta quantidade de hotéis naquela área!

Esta quarta reformulação foi aprovada pela Assembleia Legislativa e consubstanciada pela Lei N° 6.379, de 11 de fevereiro de 1993.

OS HOTÉIS DA VIA COSTEIRA



SAMI ELALI

Não obstante estas reformulações do projeto, alguns empresários que conseguiram adquirir terrenos naquela área começaram a construir os seus hotéis. Assim, do Instituto de Biologia Marinha, localizado na antiga praia do Pinto, até o trevo da Via Costeira com a Avenida Roberto Freire (Estrada de Ponta Negra), foram construídos os seguintes hotéis até junho de 1997:

BARREIRA ROXA PRAIA HOTEL - 1985

Foi inaugurado no dia 03 de novembro de 1985. Este prédio foi projetado no governo Lavoisier Maia (1979-1982) para ser a residência oficial do Governador do Estado. Todavia, o Governador José Agripino, sucessor de Lavoisier Maia, deu-lhe outra destinação: transformou-o em Hotel-Escola para formar mão-de-obra qualificada para o turismo. Até novembro de 1990, este Hotel-Escola já havia qualificado e aperfeiçoado 1.113 pessoas: garçons, cozinheiras, recepcionistas, guias de turistas, camareiras, bugreiros e outras categorias pertinentes às atividades turísticas. (Diário de Natal - Roda Viva, "SOS" - 08 de novembro de 1990).

HOTEL PORTO DO MAR - 1996

Foi inaugurado no dia 14 de setembro de 1996. Tem 115 apartamentos e é de quatro estrelas. Pertence à Sra. Sônia Pacheco.



IMIRÁ PLAZA HOTEL-1987

Foi inaugurado no dia 14 de agosto de 1987. É de quatro estrelas e tem 118 apartamentos. Pertence ao Sr. Fernando Paiva. (RN/Econômico, Nº 189, agosto de 1987).

HOTEL VILA DO MAR-1986

Inaugurado no dia 12 de janeiro de 1986. É de quatro estrelas e tem 210 apartamentos. Pertence ao empresário Álvaro Alberto Barreto. (O POTI - 12 de janeiro de 1986).

PIRÂMIDE PALACE HOTEL-1997

É o segundo hotel de cinco estrelas construído na Via Costeira. Foi projetado para ter 308 apartamentos, mas, até maio de 1997, só 54 estavam prontos, funcionando. Aproveitando a realização, em Natal, do VI BNTM (Brazil National Tourism Mart) ou seja, Bolsa Nacional do Mercado de Turismo, o empresário Sami Elali, seu proprietário, ofereceu um coquetel aos participantes do VI BNTM para lhes apresentar o seu novo empreendimento. Isto ocorreu no dia 17 de maio de 1997.

MARSOL HOTEL - 1986

Foi inaugurado no dia 25 de março de 1986. É de quatro estrelas e tem 90 apartamentos. Pertence ao Sr. Felipe Lundgren.

HOTEL PARQUE DA COSTEIRA - 1990

Foi inaugurado em setembro de 1990. É de categoria 04 estrelas e tem 194 apartamentos. São seus proprietários: Milson dos Anjos e Frederico Mainberg. (O POTI - 23 de setembro de 1990).

OCEAN PALACE HOTEL-1995

Foi inaugurado com o reveillon do dia 31 de dezembro de 1995. Foi o primeiro hotel cinco estrelas construído na Via Costeira e em Natal. Tem 152 apartamentos e pertence ao empresário Arnaldo Gaspar.



JACUMÃ PRAIA HOTEL-1987

Foi inaugurado, sem festa, no dia 15 de janeiro de 1987. É de três estrelas e tem 36 apartamentos e 20 chalés. Pertence ao Sr. Arnaldo Gaspar. (A República - 15 de janeiro de 1987).

NATAL MAR HOTEL-1984

Inaugurado festivamente no dia 07 de dezembro de 1984. Foi o primeiro hotel construído na Via Costeira. É de três estrelas e tem 149 apartamentos. Pertence ao Sr. Sami Elali.

Por conseguinte, até maio de 1997, excluindo o Barreira Roxa Hotel que estava desativado, os nove hotéis em funcionamento na Via Costeira ofereciam aos turistas um total de 1.138 apartamentos.

PONTA NEGRA E AS OUTRAS PRAIAS

Após a construção da Via Costeira, intensificaram-se as atividades turísticas na praia de Ponta Negra. Nesta área da cidade, surgiu ao longo dos anos 80 um número bastante grande de hotéis, pousadas, bares e restaurantes.

Empreendimentos semelhantes foram realizados nas praias do litoral Sul a começar de Pirangi, que tornou-se um bairro essencialmente turístico. Numerosas pessoas da classe média de Natal construíram suas casas de veraneio nas praias de Búzios, Cotovelo, Barreta. Esta febre imobiliária chegou à praia de Pipa (em Goianinha), à Barra de Cunhaú e a outras do litoral Sul. Embora em menor proporção, idêntica febre imobiliária verificou-se nas praias do litoral Norte, a partir da Redinha Nova, Santa Rita, Rio do Fogo, Genipabu, Jacumã, Muriú, Barra de Maxaranguape e outras, até chegar à praia de Touros.



VISTA DO MORRO DO CARECA NA PRAIA DE PONTA NEGRA

LOCADORAS, ARTESANATO E CASAS DE "SHOW"

Concomitantemente ao desenvolvimento do turismo potiguar, surgiram várias outras atividades complementares, tais como casas de "show" como o Zás-Trás e o Mandacaru. Esta última, especializada em forró e lambada, localizada na Avenida Ayrton Senna, foi inaugurada no dia 10 de janeiro de 1990. (Diário de Natal - 10 de janeiro de 1990). Esta casa noturna desapareceu.

Para satisfazer o gosto de alguns turistas mais abastados, a iniciativa privada organizou várias locadoras de automóveis. Por sua vez, o artesanato tomou grande impulso, sobretudo, nos governos Tarcísio Maia e Lavoisier Maia.

O TURISMO NO GOVERNO LAVOISIER MAIA

(DE 15/03/1979 A 15/03/1983)

Além de ter construído a Via Costeira, e ter iniciado as construções do Barreira Roxa Praia Hotel e do Centro de Convenções, assim como, ao mesmo tempo, ter duplicado a Estrada de Ponta Negra (hoje, Av. Roberto Freire), ele estendeu ao interior a infra-estrutura turística.

REDE DE HOTÉIS NO INTERIOR

Dando continuidade ao programa do seu antecessor, o Governador Lavoisier Maia construiu uma rede de hotéis no interior do Estado através da NORTEL.

HOTEL THERMAS DE MOSSORÓ

Iniciada pelo governador Tarcísio Maia, a construção deste hotel foi continuada pelo governo Lavoisier Maia. A inauguração ocorreu no dia 12 de dezembro de 1979. Este hotel, que é o melhor existente no interior do Estado, custou cerca de 16 milhões de cruzeiros e conta com 58 apartamentos, modernamente equipados e quatro suítes. Além disso, tem várias piscinas com água térmica, salão de convenções, quadras esportivas, restaurante, bares etc... (A República - 12 de dezembro de 1979).

SALINAS HOTEL MACAU

Sua construção foi iniciada em 1978. Foi inaugurado no dia 9 de setembro de 1980, aniversário da cidade de Macau. Ocupa uma área de 10 mil metros quadrados e sua construção custou cerca de 20 milhões de cruzeiros. Tinha 24 apartamentos acarpetados, som ambiente, ar-condicionado, telefone, varanda e banheiros privativos. Além disso, foi dotado de cozinha industrial e de salas de jogos e de estar. (A República - 09 de setembro de 1980).

Praia Hotel Areia Branca

Semelhante ao de Macau, este hotel tem 24 apartamentos. Foi inaugurado no dia 25 de outubro de 1980. (Diário de Natal - 25 de outubro de 1980).

HOTEL SERRANO MARTINS

Foi inaugurado no dia 26 de setembro de 1981, ocasião em que o Governador Lavoisier Maia entregou à cidade o sistema de abastecimento d'água da cidade e a pavimentação do trecho da RN-117 (Martins-Umarizal). (A República - 29 de setembro de 1981).

HOTEL DE UMARIZAL - UMARIZAL

Foi inaugurado também pelo Governador Lavoisier Maia.

HOTEL OLHO D'ÁGUA DO MILHO - CARAÚBAS

Foi inaugurado no dia 24 de janeiro de 1983. Além do Balneário Jonas Gurgel, conta com 24 apartamentos modernamente equipados. Foram investidos, nesta obra, 40 milhões de cruzeiros.

É importante ressaltar que o primeiro Hotel de Olho D'Água do Milho foi construído pelo Governador Aluizio Alves e inaugurado em 1965. Depois, no governo Cortez Pereira, foram realizados novos investimentos.

HOTEL DE ALEXANDRIA - ALEXANDRIA

Foi inaugurado no dia 07 de março de 1983 e custou cerca de 38 milhões de cruzeiros.

DUNAS PRAIA HOTEL - TIBAU

É conhecido também por - "Hotel das Manoelas". Fica na praia de Tibau. Foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 1980. (Diário de Natal - 13 de dezembro de 1980).

Após a inauguração destes hotéis, a Emproturn desenvolveu o programa "Os Caminhos do Elefante" - a partir de abril de 1982, visando a interiorização do turismo. O referido programa constava de três roteiros turísticos: o das Praias, o Serrano e o Sertanejo. As viagens eram feitas em ônibus especiais que, às 18 horas de cada sexta-feira, partiam da Praça Pedro Velho em demanda do interior. Quem quisesse, podia financiar o seu passeio através do Banco do Estado do Rio Grande do Norte. (A República - 16 de junho de 1982).

No governo Garibaldi Filho, vários destes hotéis, construídos pelo governo Lavoisier Maia, foram vendidos à iniciativa privada por estarem deteriorados ou abandonados.

NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE NATAL

Obra iniciada no governo Tarcísio Maia e concluída no governo Lavoisier Maia. Este novo Terminal Rodoviário de Natal localiza-se no bairro da Cidade da Esperança. Foi inaugurado no dia 19 de fevereiro de 1981.

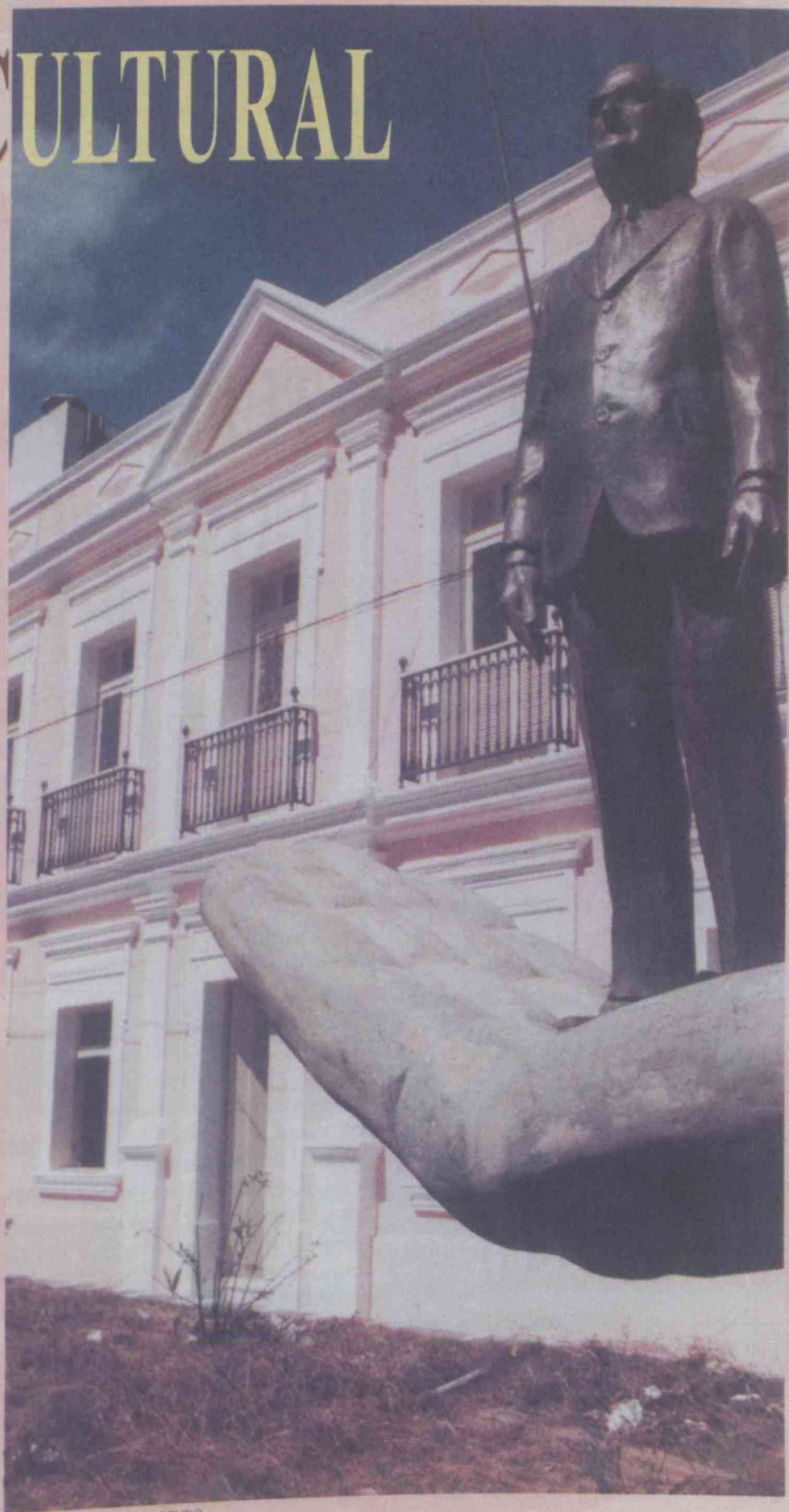
CENTRO CULTURAL

O antigo prédio, localizado na praça André de Albuquerque, onde funcionou durante alguns anos o Quartel General do Exército, foi transformado em Centro Cultural pelo governo Lavoisier Maia. A inauguração ocorreu em janeiro de 1983. Mas, em 10 de fevereiro de 1987, o jornalista Paulo Macedo, então presidente da Fundação José Augusto, transformou-o em Memorial Câmara Cascudo. Atualmente, é um dos pontos da cidade mais visitados pelos turistas.

ESTRADA PARA O TURISMO

Dos 639 quilômetros que o Governador Lavoisier Maia asfaltou no Rio Grande do Norte, destacamos o asfaltamento da RN - 64, no trecho Ceará-Mirim - Touros. Antes deste serviço, o cidadão gastava três horas e meia para fazer o percurso, de automóvel, entre Natal e Touros. Com o asfaltamento, vence-se esta distância em, apenas, uma hora ou um pouco mais. Facilitou, portanto, o acesso às praias do Litoral Norte, principalmente, Touros. Foram investidos, nesta obra, CR\$ 340 milhões, sendo 10% do DNER, 20% do governo do Estado e 70% do BNDES. (A República - 10 de abril de 1983).

A construção da BR-101, pelo governador Garibaldi Filho, de Natal a Touros, impulsionou o turismo no litoral Norte



MEMORIAL CÂMARA CASCUDO

REALIZAÇÕES DA INICIATIVA PRIVADA

POUSADA DO GARGALHEIRAS

Com a construção desta pousada, à margem do açude Gargalheiras, a cidade de Acari entrou no roteiro turístico do interior potiguar. Foi uma iniciativa do grupo Paiva com a colaboração do Estado. Esta pousada foi inaugurada no dia 15 de dezembro de 1979, com a presença do Governador Lavoisier Maia. (A República-15/12/79).

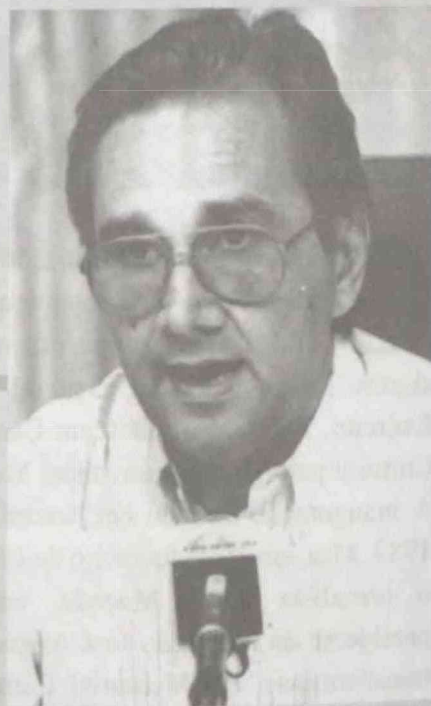
CENTER HOTEL

Em maio de 1980, Manoel Macedo, tradicional corretor de imóveis de Natal, inaugurou o seu Center Hotel, construído no centro da Cidade Alta, perto do Convento Santo Antônio. (Revista RN/ECONÔMICO - novembro de 1989).

HOTEL SAN FRANCISCO

Outro hotel construído pela iniciativa privada durante o governo Lavoisier Maia foi o San Francisco, edificado pelo grupo Villa, na rua Coronel Estevam, no bairro do Alecrim. (A República - 11 de março de 1979). Atualmente, o San Francisco chama-se Hotel Buriti.

O TURISMO NO 1º GOVERNO JOSE AGRIPINO MAIA (DE 15/03/1983 A 15/05/1986)



O primeiro governo José Agripino Maia continuou as obras turísticas iniciadas pelo governo Lavoisier Maia e tomou iniciativas próprias em favor da infra-estrutura turística do Estado.

É importante salientar que foi ao longo deste governo que os empresários do setor turístico começaram a construir os hotéis na Via Costeira. E, ao mesmo tempo, o turismo consolidou-se no Rio Grande do Norte como atividade econômica organizada.

Entre as iniciativas do primeiro governo José Agripino, podemos destacar as seguintes:

1 - Fez a primeira reformulação na divisão das áreas da Via Costeira, passando o número de hotéis de cinco (5) para doze (12).

2 - Conclusão do prédio do Centro de Convenções. Esta obra foi inaugurada no dia 31 de julho de 1983.

3 - Barreira Roxa Praia Hotel - Este prédio foi projetado para ser a residência oficial do governador do Estado, cuja construção foi iniciada no governo Lavoisier Maia. Mas, o Governador José Agripino resolveu transformá-lo em Hotel-Escola com o nome citado acima. O objetivo era preparar mão-de-obra para o turismo potiguar. O Barreira Roxa Praia Hotel, com 40 apartamentos, foi inaugurado no dia 03 de novembro de 1985. (A República - 02 de novembro de 1985).

4 - Terminal Turístico da Redinha - Foi iniciado pelo governo José Agripino e inaugurado pelo governo Radir Pereira, no dia 19 de outubro de 1986. Ao idealizar esta obra, o Governador José Agripino quis proporcionar às pessoas de baixa renda acesso ao turismo na praia da Redinha, sobretudo, à população residente na Asa Norte. O Terminal proporciona aos turistas estacionamento para ônibus, banheiros, vestiários, vinte boxes com duchas para banho, quadras de esporte etc... (A República - 19/10/1986).



PORTAL DAS DUNAS - REDINHA

5 - Estradas para o Turismo nos Litorais Norte e Sul - Em maio de 1986, o Departamento Estadual de Rodagem (DER) concluiu a pavimentação, a paralelepípedo, da estrada ligando a Redinha à praia de Genipabu. (A República, 06/05/1986).

Ao mesmo tempo, prosseguia calçando, a paralelepípedo, a estrada de Extremoz à praia de Pitanguí. Ambas foram inauguradas pelo Governador Radir Pereira no dia 19 de outubro de 1986. Além disso, o DER pavimentou, também, a paralelepípedo, a estrada ligando Pitanguí à praia de Muriú.

No litoral Sul, foi pavimentada a paralelepípedo, a estrada ligando a praia de Pirangi à praia de Búzios. (A República - 23/03/1986). Outras praias como Barra de Tabatinga, Campo de Santana, Tibau do Sul, Sagi e Barra de Cunhaú, foram igualmente beneficiadas com a pavimentação dos seus acessos. (A República - 01/01/1987).

6 - Criação do Conselho Estadual de Turismo (CONETUR) - Através da Lei Nº 9.329, de 19 de agosto de 1985, o Governador José Agripino criou, no âmbito da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, o CONETUR, como órgão consultivo.

SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Outro fato importante que aconteceu no setor do turismo, no governo José Agripino, foi a criação desta Secretaria pelo Prefeito de Natal, Garibaldi Alves Filho, mediante a Lei Nº 3.394, de 21 de janeiro de 1986.

Como vimos anteriormente, a Secretaria Municipal de Turismo foi criada, pela primeira vez, em 1969, pelo então prefeito Agnelo Alves. Depois, ela foi extinta pelos seus sucessores. O prefeito Garibaldi Alves recriou este órgão no momento certo, quando o turismo de Natal estava em plena fase de expansão.

Além de criar este órgão, o prefeito Garibaldi Alves executou um projeto de urbanização na praia de Ponta Negra, que melhorou bastante a circulação dos automóveis naquela área da cidade.

O TURISMO NO GOVERNO RADIR PEREIRA (DE 15/05/1986 A 15/03/1987)

1 - O Memorial Câmara Cascudo

Foi uma feliz iniciativa do jornalista Paulo Macedo, então presidente da Fundação José Augusto, transformar o Centro Cultural, criado pelo Governador Lavoisier Maia, em MEMORIAL CÂMARA CASCUDO. Até hoje, esta foi a melhor e mais expressiva homenagem prestada ao maior intelectual norte-rio-grandense - Luís da Câmara Cascudo - falecido no dia 30 de julho de 1986. Este memorial fica localizado na Praça André de Albuquerque, ao lado da velha catedral de Natal, ocupando um prédio de estilo neo-clássico, que servira, até pouco tempo, para abrigar o Quartel General do Exército.

O arquiteto Sami Elali, vencedor do concurso, fez o projeto do monumento que foi construído em frente ao antigo prédio do Quartel General. O monumento compreende uma pequena praça com jardins; de dentro de um espelho d'água, ergue-se um braço, em cuja mão foi posta a estátua de bronze, em tamanho natural, do historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo.

No interior do prédio, estão alguns pertences do homenageado, tais como livros, fotos, medalhas etc.... O Memorial Câmara Cascudo foi inaugurado solenemente, pelo Governador Radir Pereira, no dia 10 de fevereiro de 1987. Logo depois, tornou-se um dos principais pontos da cidade visitado pelos turistas.

2 - Terminal Turístico do Agreste

O Terminal Turístico do Agreste foi uma obra iniciada no governo José Agripino, mas, concluída e inaugurada pelo Governador Radir Pereira no dia 13 de novembro de 1986. Está localizado numa área de 10 mil metros quadrados, a 1 km da cidade de Pedro Velho, às margens do rio Piquiri, que é um rio perene. Na inauguração estava equipado com salão de danças, barra cas, bar e restaurante, quadra esportiva, estacionamento e uma ampla área verde. O rio Piquiri - disse o repórter que assistiu à inauguração - forma uma piscina de água natural. O Terminal custou ao governo do Estado e à Embratur CZ\$ 1,2 milhão e ficou sendo explorado por uma empresa particular. (A República - 15 de novembro de 1986).

3 - Fez a Segunda Reformulação da Via Costeira

Aumentou de doze (12) para vinte (20) as áreas destinadas à construção de hotéis na Via Costeira.

O TURISMO NO GOVERNO GERALDO MELO

(DE 15/03/1987 A 15/03/1991)

Ao longo deste governo, as realizações mais importantes no setor do Turismo foram as seguintes:

1 - Conclusão da construção do Pavilhão de Exposições, obra iniciada no governo anterior. O Pavilhão conta com uma área de 4.500 metros quadrados para abrigar grandes eventos. A conclusão desta obra ficou em torno de de CZ\$ 40 milhões (quarenta milhões de cruzados). (Mensagem Nº 028/88 GE à Assembléia Legislativa, em 1º de março de 1988).

2 - Criação do FESTIVAL DO CINEMA DE NATAL através do Decreto Nº 6.569, 02 de julho de 1987. Ao longo do seu mandato, na medida do possível, o Governador Geraldo Melo apoiou as iniciativas deste setor.

3 - Promoveu o I Encontro de Empresários do Turismo do Rio Grande do Norte.

4 - Promoveu a terceira reformulação do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira, cujas mudanças foram consubstanciadas na Lei Nº 5.826, de 07 de dezembro de 1988, que foi regulamentada pelo Decreto Nº 10.302, de 13 de fevereiro de 1989. O número de hotéis da Via Costeira foi reduzido de 23 para 12, conforme estabelecera a primeira reformulação.

5 - Contratou com o arquiteto Jaime Lerner, do Paraná, o projeto da BR-101, ligando Natal a Touros, visando a incorporação do litoral Norte à indústria do turismo. Seu traçado aproxima-se das praias até uma distância de 5 a 7 quilômetros. Por falta de recursos, esta rodovia não foi construída no governo Geraldo Melo. Por isso, está sendo, agora, construída pelo governo Garibaldi Alves Filho.

6 - Fez a duplicação, iluminação e o asfaltamento da estrada Igapó-Praia da Redinha, numa extensão de 5,4 km. A inauguração desta obra aconteceu, festivamente, no dia 12 de fevereiro de 1988, véspera do sábado de Carnaval.

7 - Semelhante ao que existe em Brasília, o Governador Geraldo Melo pôs iluminação especial, bem forte, na Avenida Salgado Filho, desde o seu cruzamento com a Av. Bernardo Vieira, até a altura do conjunto habitacional Cidade Satélite. O governo Garibaldi Filho prolongou esta iluminação até o Aeroporto Augusto Severo.

8 - Duplicação da Ponte de Igapó (hoje, Prof. Ulisses de Góis), ponto de partida da BR-101, que se prolongará até Touros. Esta obra é de vital importância para a população que habita a Asa Norte, assim como para facilitar o fluxo turístico para as praias da Redinha, Genipabu, Pitangui, Barra de Maxaranguape e outras do litoral Norte.

9 - Duplicação do pequeno trecho que vai do encontro da Via Costeira com a Estrada de Ponta Negra (Av. Roberto Freire), até o início da estrada que conduz à praia de Pirangi.



GERALDO MELO

**Damos, a seguir,
alguns hotéis que
foram construídos
pela iniciativa
privada durante
o Governo
Geraldo Melo:**

ALGUNS HOTÉIS CONSTRUÍDOS PELA INICIATIVA PRIVADA



ARNALDO GASPAR

GENIPABU HOTEL

Construído pela paulista Ana Maria Miller, este, hoje, na praia de Genipabu, foi posto em funcionamento em abril de 1988. (Diário de Natal - 09 de abril de 1988).

MARINA PRAIA SUL HOTEL

Este hoje, localizado na Av. Roberto Freire, perto do Conj. Residencial P. Negra, é dos irmãos Marcos Vinícius e George Meira Pires. Foi inaugurado oficialmente no dia 02 de setembro de 1988.

PRAIA DO SOL HOTEL

Está localizado na Praia do Meio e pertence aos irmãos Militão Chaves Filho e Leonardo Flamarion Chaves. Foi inaugurado em 1988.

HOTEL MAR DE BÚZIOS

Trata-se de um hotel rústico, mas de bom gosto, construído na Praia de Búzios pelos empresários Lenilson Antunes e Gilberto Sá. Começou a funcionar entre o final de 1988 e o início de 1989.

O TURISMO NO 2º GOVERNO JOSÉ AGRIPIÑO MAIA (DE 15 /03/1991 A 15/03/1994)

No segundo governo José Agripino Maia, o turismo do Rio Grande do Norte entrou firme na fase internacional, atraindo turistas, sobretudo, da Itália e dos países do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai). De início, foi realizado um trabalho de divulgação das nossas belezas naturais no estrangeiro. Somente no ano de 1993, empresários e agentes de viagens do Rio Grande do Norte estiveram presentes "em quatro feiras internacionais de turismo na Europa e Argentina." Além disso, de 1991 a 93, foram realizadas oito campanhas publicitárias na Argentina e na Itália. Em Natal, no mesmo período, foram realizados também 14 "workshops" e fanturs, com o objetivo de divulgar o nosso pólo turístico. (O POTI - 13 de março de 1994).

Feita a divulgação lá fora, não tardaram chegar os resultados. Verdade é que, em 1993, chegaram a Natal 90 vôos internacionais e, em 1994, só no mês de janeiro, foram 16 vôos. Estabeleceu-se a rota Milão-Roma-Natal. (Idem - 13 de março de 1994).

Para manter este fluxo foi preciso melhorar a infra-estrutura. Por isso, o Governador José Agripino duplicou e asfaltou a rodovia Ponta Negra-Pirangi, a chamada Rota do Sol, numa extensão de 15 quilômetros. (Diário de Natal - 19/03/1994).

O MARKETING TURÍSTICO

O turismo, enquanto atividade econômica organizada e induzida, só funciona com bons resultados quando há dois elementos: infra-estrutura e promoção de eventos. Este último é, por excelência, resultado de um trabalho de marketing feito na região e no país onde se localiza o pólo receptor, assim como no estrangeiro. Vender lá fora as belezas naturais e culturais do pólo receptor, exige criatividade, renovação e continuidade. É deste trabalho de marketing; divulgado pela mídia regional e nacional, que surge e se alimenta o fluxo turístico em direção à cidade que se pretende promover como pólo turístico receptor.

Até o final dos anos 60, o Nordeste era visto como a região-problema (o que ainda não deixou de ser), assolada pelas secas periódicas, terra de êxodo rural intenso, fome e miséria. Agora, depois que a EMBRATUR implantou uma política nacional para desenvolver o turismo, a imagem do Nordeste é outra. É a região de praias maravilhosas, limpas, comidas típicas, muito sol e música quente etc...

Não obstante algumas iniciativas tomadas anteriormente, a promoção do turismo potiguar consolidou-se nos anos 80, logo após a construção da Via Costeira, do Centro de Convenções e dos primeiros hotéis edificadas naquela Via.

OS LÍDERES DO TURISMO

A consolidação do fluxo turístico para Natal não foi obra do acaso, mas, resultado de um trabalho inteligente e criativo dos líderes deste setor. Sem dúvida, os grandes líderes que promoveram, lá fora, a imagem de Natal como pólo turístico, foram o jornalista Paulo Macedo e os empresários Sami Elali, Paulo César Galindo, Itamar Azevedo, Arnaldo

Gaspar, Felipe Lundgren, Carlos Jussier Santos, Álvaro Alberto, Augusto Carlos Viveiros e outros.

Em 31 de dezembro de 1968, o então prefeito de Natal, Agnelo Alves, criou a Secretaria Municipal de Turismo e certames, através da Lei Nº 1.789. No dia 31 de janeiro de 1969, tomou posse, como titular deste órgão, o jornalista Paulo Macedo, que no seu discurso destacou a importância do turismo para a economia do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte. A todos, revelou-se como um estudioso do assunto e dotado de visão de futuro. O trabalho mais importante que ele realizou à frente da Secretaria Municipal de Turismo foi o II Congresso Brasileiro de Turismo. Com o apoio da EMBRATUR, realizou à frente da Secretaria Municipal de Turismo foi o II Congresso Brasileiro de Turismo, reuniram-se, em Natal, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 1969. Durante três dias, Natal foi a capital nacional do turismo e despertou para as suas potencialidades neste setor da economia. (Diário de Natal, 04/12/1969). Este acontecimento pode ser considerado como o marco inicial da formação da imagem de Natal como pólo turístico no cenário nacional. Além disso, o jornalista Paulo Macedo presidiu a NORTEL no primeiro governo José Agripino. Durante os anos 80, ele editou semanalmente, no jornal - O Poti - uma página intitulada Turismo & Transportes.

XV CONGRESSO DA ABAV

O ponto alto da promoção do turismo foi a realização, em Natal, do XV Congresso Nacional dos Agentes de Viagem (ABAV), entre os dias 18 e 22 de agosto de 1987, no Centro de Convenções. O grande responsável pela realização deste evento foi o Sr. Itamar Azevedo, que, na época, era o titular da Secretaria Municipal de Turismo e presidente da seção norte-rio-grandense da ABAV. Vieram participar deste congresso cerca de quatro mil pessoas, entre agentes, autoridades do governo e auxiliares. Foi, sem dúvida, um acontecimento decisivo para fortalecer e consolidar o fluxo turístico para Natal. A capital do Rio Grande do Norte entrou na programação dos agentes de viagem para os turistas que vêm passear no Nordeste. Entramos no mapa turístico nacional!

O CENTRO DE CONVENÇÕES FANTURS

Nos anos 80, o Centro de Convenções tornou-se o palco de numerosos eventos, que atraíram milhares de turistas para Natal. Os dados estatísticos seguintes demonstram o quanto foi acertada a sua construção:

Evolução da taxa de Ocupação do Centro de Convenções

Anos	Nº de Eventos	Dias Ocupados	Taxa de Ocupação P/Ano
1985	44	101	27,6%
1986	49	91	24,9%
1987	43	140	38,3%
1988	81	225	61,6%
1989	87	256	70,1%

Fonte: I Mensagem do Governo Geraldo Melo à Assembléia Legislativa, em 15 de fevereiro de 1990, p.33.

Outra modalidade de promover o fluxo turístico em direção a Natal é o Fantur. No jargão turístico, Fantur significa viagem de familiarização, de contato, de descoberta. Pois bem, articulados com a VARIG, a EMPROTURN e alguns empresários locais promoveram vários Fanturs para vender aos estrangeiros as nossas belezas naturais. A título de ilustração, basta citar alguns que foram realizados. Assim, em julho de 1988, o jornalista Cassiano Arruda dava a seguinte notícia na sua coluna Roda Viva: "Tá chegando hoje um FANTUR (...) de 14 agentes de viagem e jornalistas do Canadá. É uma iniciativa da VARIG, PAX TURISMO, do Hotel Vila do Mar e do próprio trade turístico local". (Diário de Natal, 24/07/1988).

Em outubro de 1989, o referido jornalista dava a seguinte notícia: "um grupo de 13 jornalistas argentinos está deixando Natal hoje. Eles representam as principais publicações argentinas e vieram trazidos pela VARIG, GUIMELL (agência de Turismo) e Hotel Vila do Mar, todos apostando em estabelecer um fluxo de turistas argentinos para cá". (Diário de Natal - 21/10/1989). Vários outros fanturs continuaram sendo promovidos para atrair turistas estrangeiros. A praia de Pipa, no município de Goianinha, é um dos locais preferidos por eles. Mesmo assim, no cômputo geral do turismo para Natal, os turistas estrangeiros não ultrapassam 2,5%. (Secretaria de Turismo do Estado do RN (SETUR), Natal, julho de 1996).

O CARNATAL



CORREDOR DA FOLIA - CARNATAL

Um evento que tem contribuído muito para o crescimento do turismo em Natal é, sem dúvida, a realização do Carnatal no mês de dezembro. O primeiro realizou-se em dezembro de 1991, promovido pela iniciativa privada com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo de Natal. Num palco armado na praça Pedro Velho aglomeraram-se cerca de 4 mil e 500 pessoas. Os blocos carnavalescos - Jerimum Pool, Caju com Sal e o Enxame de Gente - deram o brilho da festa, que foi animada por três trios elétricos com bandas da Bahia. O cantor Moraes Moreira fez um show no palanque oficial. (Diário de Natal - 13 de dezembro de 1991).

Ao longo dos anos 90, o Carnatal consolidou-se e tem rendido muitos dólares para a Destaque e outras empresas que participam da promoção deste evento. Todos os anos, Natal recebe cerca de 40 a 50 mil turistas que vêm participar deste carnaval fora de época.

FLUXO TURÍSTICO PARA NATAL

O resultado prático deste trabalho de promoção do turismo, que envolve diversos setores, tais como agentes de viagem, a imprensa, a publicidade, o governo e os empresários, podemos ver nos dados estatísticos seguintes.

Fluxo Turístico para Natal, Considerando Todas as Modalidades de Hospedagem, no período 1987-1995

Anos	Nº de Hóspedes
1987	343.624
1988	392.421
1989	436.421
1990	418.070
1991	455.044
1992	401.071
1993	587.318
1994	618.342
1995	737.367

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo - Setur, 1996

Fluxo Turístico de Natal, Considerando Somente os Hóspedes de Hotéis Classificados

Anos	Nº de Hóspedes
1987	112.779
1988	118.855
1989	135.268
1990	115.288
1991	153.997
1992	136.364
1993	205.561
1994	222.603
1995	265.453

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo - Setur, 1996

Analisando estes dados, podemos concluir que, ao longo de nove anos o número de turistas que vêm visitar Natal cresceu de maneira significativa, sobretudo, nos últimos três anos. Comparando o número de turistas de 1987 com o de 1995, houve uma perfeita duplicação. No entanto, é preciso ressaltar que, apenas, um terço destes turistas, ou talvez um pouco menos, hospeda-se em hotéis classificados pela EMBRATUR, isto é, hotéis de 2, 3, 4 e 5 estrelas. Os demais ficam hospedados em pousadas e em casas de parentes e amigos.

No quadro seguinte, podemos ter uma idéia exata do número de turistas que, por disporem de melhores condições financeiras, hospedam-se nos hotéis classificados da cidade.

A REDE HOTELEIRA DE NATAL

Para o leitor ter uma idéia do crescimento da rede hoteleira de Natal, basta lembrar que, até dezembro de 1969, a nossa capital possuía, apenas, três hotéis: o Internacional Reis Magos, o Samburá e o Grande Hotel. Atualmente, entre hotéis classificados e em fase de classificação pela Embratur são, ao todo, 34 hotéis. Vejamos, a seguir, a relação deles fornecida pela Secretaria de Turismo do Estado, em novembro de 1996.



ÁLVARO ALBERTO - IMPRESÁRIO

Hotéis Classificados	Categorias	Nº de Apartamentos	Nº de Leitos
<i>Ocean Palace Hotel</i>	5 estrelas	152	304
<i>Pirâmide Palace Hotel*</i>	5 estrelas	-	-
<i>Hotel Parque da Costeira</i>	4 estrelas	194	388
<i>Imirá Plaza Hotel</i>	4 estrelas	118	236
<i>Jacumã Praia Hotel</i>	4 estrelas	56	118
<i>Hotel Maine</i>	4 estrelas	48	120
<i>Hotel Vila do Mar</i>	4 estrelas	218	508
<i>Marsol Natal Hotel</i>	4 estrelas	90	180
<i>Barreira Roxa Praia Hotel</i>	3 estrelas	40	102
<i>Natal Center Hotel</i>	3 estrelas	77	164
<i>Natal Mar Hotel</i>	3 estrelas	149	348
<i>Hotel Intern.Reis Magos</i>	3 estrelas	91	198
<i>Novotel Ladeira do Sol</i>	3 estrelas	62	130
<i>Hotel Atlântico Norte</i>	3 estrelas	68	204
<i>Candeias Village do Sol</i>	2 estrelas	50	121
<i>Turis Praia Hotel</i>	2 estrelas	21	50
<i>Hotel Residence</i>	2 estrelas	176	415
<i>Hotel Ponta do Mar</i>	2 estrelas	38	92
<i>Praia do Sol Hotel</i>	2 estrelas	30	64
<i>Hotel Village P.Negra</i>	2 estrelas	53	106
<i>Hotel Parque do Sol</i>	2 estrelas	52	104
<i>Hotel Sol</i>	2 estrelas	51	120
<i>Hotel Tirol</i>	2 estrelas	121	286
T O T A L		1.955	4.358

Fonte: Setor de Informação - Secretaria de Turismo do Estado do RN, Novembro de 1996, com algumas correções. * O Pirâmide Palace Hotel está em fase de implantação. Em junho de 1997, funcionava com 54 apartamentos. Mas, está programado para ter 308 apartamentos.

HOTÉIS EM FASE DE CLASSIFICAÇÃO (NOVEMBRO DE 1996)

Projetos de Grandes Empresas Aprovados pela SUDENE Até 1975

Hotéis	Nº de Apartamentos	Nº de Leitos
<i>Arituba Park Hotel</i>	42	84
<i>Hotel Laguna Bela Vista</i>	48	107
<i>Marina Praia Sul</i>	144	303
<i>Praia Center Hotel</i>	79	170
<i>Genipabu Hotel</i>	24	60
<i>Redinha Praia Hotel</i>	66	172
<i>Hotel Ponta Negra</i>	46	92
<i>Sol Potengi Flats</i>	104	208
<i>Manary Praia Hotel</i>	25	74
<i>Hotel Residence Praia</i>	118	295
<i>Monza Pala e Hotel</i>	63	138
TOTAL	759	1.703

Fonte: Setor de Informação - Secretaria de Turismo do Estado do RN.

Em resumo, somando os hotéis classificados e os em fase de classificação, Natal dispunha, em junho de 1997, de 2.714 apartamentos e de 6.061 leitos para receber os turistas. Além disso, havia nesta mesma data de 190 a 200 pousadas espalhadas pelos bairros da capital e pelas praias do Litoral.

A RECEITA DO TURISMO

Será que valeu a pena o poder público estadual, municipal e federal ter investido tantos recursos financeiros na construção de uma infra-estrutura destinada ao desenvolvimento do turismo em nosso Estado? Tudo indica que a resposta é positiva. Os dados seguintes demonstram como vem crescendo a receita do Turismo no Rio Grande do Norte.

Receita do Turismo no Rio Grande do Norte, no Período de 1987 a 1995

Anos	Em Milhões de Dólares US\$
1987	41.512.305,04
1988	47.407.341,34
1989	52.697.254,01
1990	50.481.334,40
1991	54.943.884,47
1992	52.132.400,00
1993	70.478.160,00
1994	74.201.040,00
1995	89.041.248,00
TOTAL	532.894.967,26

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo- Sectur, 1996

Depois de comparar as receitas geradas pelo turismo com as geradas pela lagosta, scheelita, sal e algodão, o sociólogo Keila Brandão Cavalcanti concluiu que, desde 1987, a receita gerada pelo turismo tornou-se a primeira fonte de recursos do Estado. Representou, em 1987, 51,57% da receita total do Estado.(1993:224).

Calcula-se atualmente que o turismo emprega no Rio Grande do Norte cerca de 30 mil pessoas, em empregos diretos e indiretos. Manter esta receita em ritmo crescente é o grande desafio do governo e dos empresários do setor.



FERNANDO PAIVA - EMPRESÁRIO

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1993 - Cavalcanti, Keila Brandão - Estado e Política de Turismo: O Caso da Via Costeira da Cidade de Natal, Natal, (mimeo).
- 1974 - Diário de Natal - 12 de janeiro.
- 1978 - A República - 21 de julho.
- 1977 - Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte - 23 de novembro.
- 1977 - A República - 06 de dezembro.
- 1979 - Idem - 21 de janeiro.
- 1979 - Idem - 09 de fevereiro.
- 1979 - Idem - 08 de março.
- 1979 - Idem - 15 de março.
- 1979 - Idem - 25 de outubro.
- 1979 - Idem - 08 de julho.
- 1980 - Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 18 de setembro.
- 1983 - A República - 16 de março.
- 1985 - Idem - 02 de novembro.
- 1987 - Revista RN/ECONÔMICO - agosto.
- 1990 - Diário de Natal - 08 de novembro.
- 1990 - O Poti - 23 de setembro.
- 1986 - Idem - 12 de janeiro.
- 1987 - A República - 15 de janeiro.
- 1990 - Diário de Natal - 10 de janeiro.
- 1979 - A República - 12 de dezembro.
- 1980 - Idem - 09 de setembro.
- 1980 - Diário de Natal 25 de outubro.
- 1981 - A República - 29 de setembro.
- 1980 - Diário de Natal - 13 de dezembro.
- 1982 - A República - 16 de junho.
- 1983 - Idem - 10 de abril.
- 1979 - Idem - 15 de dezembro.
- 1989 - Revista RN/ECONÔMICO - novembro.
- 1979 - A República - 11 de março.
- 1985 - Idem - 02 de novembro.
- 1986 - Idem - 19 de outubro.
- 1986 - Idem - 06 de maio.
- 1986 - Idem - 01 de janeiro.
- 1986 - Idem - 23 de março.
- 1986 - Idem - 15 de novembro.
- 1988 - Melo, Geraldo - Mensagem à Assembléia Legislativa, Natal.
- 1988 - Diário de Natal - 09 de abril.
- 1994 - O Poti - 13 de março.
- 1994 - Diário de Natal - 19 de março.
- 1969 - Diário de Natal - 04 de dezembro.
- 1990 - Melo, Geraldo - Mensagem à Assembléia Legislativa, Natal.
- 1988 - Diário de Natal - 24 de julho.
- 1989 - Idem - 21 de outubro.
- 1991 - Idem - 13 de dezembro.
- 1996 - Secretaria Estadual de Turismo - Setor de informação.



Rio Grande do Norte -DESENVOLVIMENTO E POBREZA

ITAMAR DE SOUZA

Rio Grande do Norte: Desenvolvimento e Pobreza

Nos fascículos anteriores a este, abordamos o desenvolvimento do Rio Grande do Norte na telecomunicação, nas rodovias, na energia elétrica, na fruticultura, na exploração do petróleo e do gás, assim como no turismo. Estes e outros indicadores formam o conjunto das pilastras do nosso desenvolvimento econômico.

Estudos realizados, recentemente, pela SUDENE e divulgados pela imprensa nacional e local, comprovam que a economia do Rio Grande do Norte vem crescendo de maneira admirável. Verdade é que, “de 1970 a 95, segundo o estudo da Sudene, o Estado cresceu a uma taxa média anual de 7,9% superior à de todos os outros do Nordeste”. Em 1996, segundo ainda o referido estudo, o Produto Interno Bruto (PIB), per capita, do Rio Grande do Norte, foi o maior do Nordeste: R\$ 3.013. (Folha de S. Paulo - 11 de maio de 1997).



FORNO DO LIXO EM NATAL: SOBREVIVÊNCIA DE MUITOS EXCLUÍDOS DA ECONOMIA FORMAL



"FLANELINHAS" PASTORANDO OS AUTOMÓVEIS

Será que a maioria da população norte-rio-grandense está se beneficiando deste desenvolvimento? Em mãos de quem vão parar estes investimentos? A lógica do capitalismo selvagem é cruel e contraditória: acumula riqueza nas mãos de meia dúzia de pessoas e acumula miséria na maioria da população. Favelas, mocambos, epidemias, altas taxas de mortalidade infantil, pessoas sem teto, sem-terra, sem-escolaridade, sem-emprego, doentes e sem uma renda mínima para sobreviver, todas estas coisas são os sinais mais visíveis do subdesenvolvimento em que vive grande parcela da população do Rio Grande do Norte, do Nordeste e do Brasil. Estas pessoas vivem numa situação social que o Professor Ragnar Nurkse definiu adequadamente, em 1952, de "círculo vicioso da pobreza". (Myrdal, Gunnar - 1968:32). Um cidadão é pobre porque é subnutrido; é pobre e subnutrido porque não ganha o suficiente para se alimentar bem; por ser subnutrido, é doente; por ser doente, não pode trabalhar bem e, por isso, é pobre. É uma constelação de barreiras sociais negativas que o prendem na jaula da pobreza e, daí, é jogado nos porões da indigência.





O Mapa da Fome no Brasil

Por iniciativa do próprio Governo Federal, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou, em março de 1993, o Mapa da Fome no Brasil. Nesta pesquisa, ficou comprovado o seguinte: "Trinta e dois milhões de brasileiros - uma população equivalente à da Argentina - defrontam-se, diariamente, com o problema da fome. São nove milhões de famílias, cuja renda mensal lhes garante, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos capaz de satisfazer às suas necessidades nutricionais." (1993:05).

Este órgão estudou a fome, a miséria e a indigência da população brasileira por regiões, Estados e municípios. O Governo Federal teve a coragem de ver a face cruel das desigualdades sociais em que vive grande parte da população brasileira. Para combater a fome e a miséria destes 32 milhões de brasileiros, o Governo Federal implantou uma política de distribuição de cestas básicas e de um litro de leite para alimentar as crianças. Puro clientelismo, que continuou em prática no governo atual. As estruturas geradoras da exclusão social permanecem quase inalteradas.



A Pobreza no Rio Grande do Norte

Dando seqüência ao estudo realizado pelo IPEA, a Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (IDEC) pesquisou também a pobreza e a indigência no nosso Estado. Os técnicos daquele órgão consideravam como POBRES - "aqueles cuja renda não lhes permite atender de forma condigna às necessidades básicas de alimentação, vestuário, educação, transporte, habitação, despesas pessoais etc..." (IDEC-1995:13). Como INDIGENTES, eles consideraram "aqueles indivíduos, cuja renda permite, no máximo, adquirir uma cesta básica de alimentos, vivendo, portanto, num estado de privação alimentar, que os coloca no limiar da sobrevivência biológica". (Idem - 1995:19).

Afirmaram eles que "indicadores da incidência da pobreza revelam que 46% das famílias do Estado estão constituídas de indigentes... Em números absolutos, significa que 1,1 milhão de pessoas vivem nessa situação. Excluindo-se Natal, ou seja, considerando-se apenas o interior do Estado, esse índice atinge 52%, em média." (Idem - 1995:19). E acrescentaram: "O grau de indigência do Estado não é diferente do constatado na Região Nordeste, que atinge 45%. Entretanto, no contexto nacional, é chocante a disparidade existente com relação ao Brasil, com um índice de indigência de 24% e, principalmente, comparando-se com a Região Sudeste, com apenas 15% de sua população em estado de indigência". (Idem - 1995:19).

Vejamos alguns indicadores da pobreza da população norte-riograndense à luz dos estudos do IDEC e de outras fontes.

1 - 34,9% da população com 10 anos ou mais de idade ganham até 1 salário mínimo. Ganhando até 2 salários mínimos são 46,2%. Se a distribuição de renda do Brasil é uma das piores do mundo, a do Rio Grande do Norte está entre as piores do território nacional. (IDEC - 1997:22).

2 - 46% da população são de indigentes.

3 - 36,3% é o percentual do analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais.

4 - 60 anos é a esperança de vida ao nascer.

5 - Posse da terra: 78% da área total do Estado pertencem a 10% dos proprietários.

6 - 59,4% dos trabalhadores não contribuem para a Previdência Social.

7 - 53,7% dos empregados não têm carteira assinada.

8 - 74,8% das pessoas residem em domicílios com esgoto inadequado.

9 - Elevada Mortalidade Infantil: de cada mil crianças que nascem vivas, 88 morrem antes de completar um ano de vida. (IDEC - 1995:18, Painei 1).

11 - Nanismo - Resultante da desnutrição. Pesquisa realizada pela UFRN, em 1993, comprovou que 42% das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade apresentaram uma estatura inferior ao padrão normal à sua idade. É importante lembrar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) admite, como padrão aceitável, até 2,3% de crianças com retardo de crescimento em populações geneticamente sadias e bem nutridas". (IDEC - 1995:40-41).

12 - Baixíssima produtividade escolar. Conforme estudo realizado pela UNICEF/Secretaria da Fazenda e Planejamento, no período 1979-86, de cada 100 alunos matriculados na primeira série do 1º Grau, apenas 3% conseguiram atingir a oitava série, sem repetir o ano. No Sudeste, esta produtividade era de 24,0% e no Nordeste, 10,4%. (1993:34).

De lá para cá, esta situação mudou muito pouco.

CAUSAS DESTA POBREZA

A pobreza da população norte-rio-grandense tem causas múltiplas, locais e nacionais.

1 - Uma das causas nacionais é a continuidade desta política de salário mínimo tão baixo. Depois do Paraguai, é o Brasil que paga o salário mínimo mais baixo da América do Sul. Na Argentina, o salário mínimo é de 300 dólares. O que o Brasil paga - R\$ 136,00 - não dá para uma pessoa adulta sobreviver ao longo de um mês. É nesta política de exploração do trabalhador que se encontra a raiz de muitos problemas sociais de saúde, educação, moradia etc...

2 - O Estado brasileiro e, conseqüentemente, o norte-rio-grandense, contribui muito pouco para reduzir os extremos de riqueza e de pobreza. Não há imposto sobre as grandes fortunas. Os trabalhadores participam muito pouco dos lucros das empresas. Toda a política desenvolvida pela SUDENE, desde 1960 para cá, foi excessivamente concentradora de renda.

No Estado do Rio Grande do Norte, 10% dos funcionários da elite dirigente recebem 35% dos recursos da folha de pagamento. Faltam políticas sociais que funcionem como mecanismos de distribuição de renda.

3 - A causa mais recente da pobreza do Rio Grande do Norte é, sem dúvida, a praga do bicudo que, a partir de 1984, começou a dizimar toda a nossa plantação de algodão. Nos anos 60 e 70, a área plantada com algodão no nosso Estado era em torno de 480 a 500 mil hectares. Empregava cerca de meio milhão de pessoas. Esta significativa parcela da população tirava o seu sustento da cotonicultura. Atualmente, não obstante os esforços realizados pelo poder público e pela iniciativa privada estadual, apenas 23 mil hectares são plantados com algodão, utilizando-se uma nova semente que é resistente ao bicudo. Por isso, aumentou consideravelmente a pobreza no interior potiguar.

Vejamos alguns indicadores da pobreza da população norte-riograndense à luz dos estudos do IDEC e de outras fontes.

1 - 34,9% da população com 10 anos ou mais de idade ganham até 1 salário mínimo. Ganhando até 2 salários mínimos são 46,2%. Se a distribuição de renda do Brasil é uma das piores do mundo, a do Rio Grande do Norte está entre as piores do território nacional. (IDEC - 1997:22).

2 - 46% da população são de indigentes.

3 - 36,3% é o percentual do analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais.

4 - 60 anos é a esperança de vida ao nascer.

5 - Posse da terra: 78% da área total do Estado pertencem a 10% dos proprietários.

6 - 59,4% dos trabalhadores não contribuem para a Previdência Social.

7 - 53,7% dos empregados não têm carteira assinada.

8 - 74,8% das pessoas residem em domicílios com esgoto inadequado.

9 - Elevada Mortalidade Infantil: de cada mil crianças que nascem vivas, 88 morrem antes de completar um ano de vida. (IDEC - 1995:18, Painei 1).

11 - Nanismo - Resultante da desnutrição. Pesquisa realizada pela UFRN, em 1993, comprovou que 42% das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade apresentaram uma estatura inferior ao padrão normal à sua idade. É importante lembrar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) admite, como padrão aceitável, até 2,3% de crianças com retardo de crescimento em populações geneticamente sadias e bem nutridas". (IDEC - 1995:40-41).

12 - Baixíssima produtividade escolar. Conforme estudo realizado pela UNICEF/Secretaria da Fazenda e Planejamento, no período 1979-86, de cada 100 alunos matriculados na primeira série do 1º Grau, apenas 3% conseguiram atingir a oitava série, sem repetir o ano. No Sudeste, esta produtividade era de 24,0% e no Nordeste, 10,4%. (1993:34).

De lá para cá, esta situação mudou muito pouco.

CAUSAS DESTA POBREZA

A pobreza da população norte-rio-grandense tem causas múltiplas, locais e nacionais.

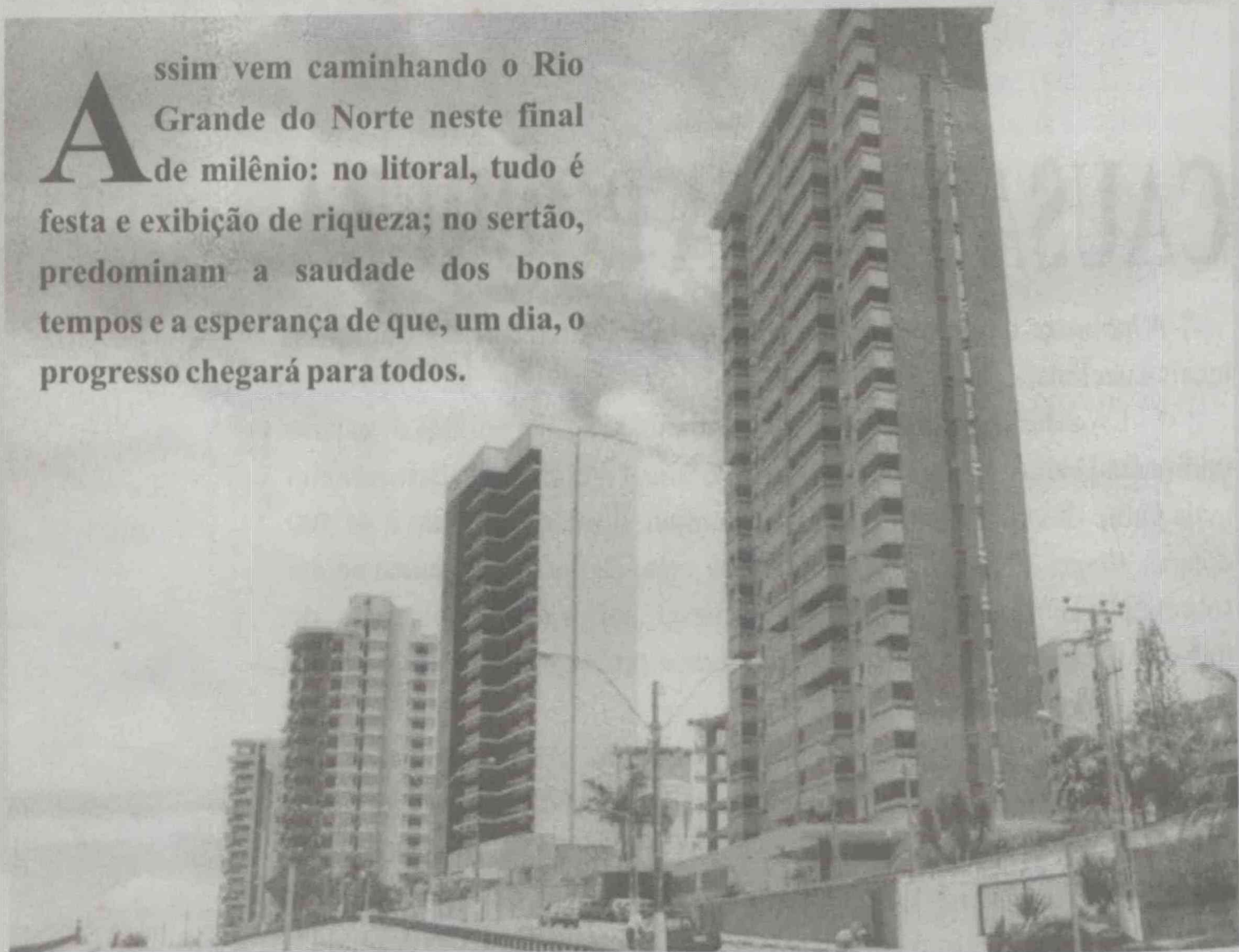
1 - Uma das causas nacionais é a continuidade desta política de salário mínimo tão baixo. Depois do Paraguai, é o Brasil que paga o salário mínimo mais baixo da América do Sul. Na Argentina, o salário mínimo é de 300 dólares. O que o Brasil paga - R\$ 136,00 - não dá para uma pessoa adulta sobreviver ao longo de um mês. É nesta política de exploração do trabalhador que se encontra a raiz de muitos problemas sociais de saúde, educação, moradia etc...

2 - O Estado brasileiro e, conseqüentemente, o norte-rio-grandense, contribui muito pouco para reduzir os extremos de riqueza e de pobreza. Não há imposto sobre as grandes fortunas. Os trabalhadores participam muito pouco dos lucros das empresas. Toda a política desenvolvida pela SUDENE, desde 1960 para cá, foi excessivamente concentradora de renda.

No Estado do Rio Grande do Norte, 10% dos funcionários da elite dirigente recebem 35% dos recursos da folha de pagamento. Faltam políticas sociais que funcionem como mecanismos de distribuição de renda.

3 - A causa mais recente da pobreza do Rio Grande do Norte é, sem dúvida, a praga do bicudo que, a partir de 1984, começou a dizimar toda a nossa plantação de algodão. Nos anos 60 e 70, a área plantada com algodão no nosso Estado era em torno de 480 a 500 mil hectares. Empregava cerca de meio milhão de pessoas. Esta significativa parcela da população tirava o seu sustento da cotonicultura. Atualmente, não obstante os esforços realizados pelo poder público e pela iniciativa privada estadual, apenas 23 mil hectares são plantados com algodão, utilizando-se uma nova semente que é resistente ao bicudo. Por isso, aumentou consideravelmente a pobreza no interior potiguar.

Assim vem caminhando o Rio Grande do Norte neste final de milênio: no litoral, tudo é festa e exibição de riqueza; no sertão, predominam a saudade dos bons tempos e a esperança de que, um dia, o progresso chegará para todos.



AV. GETÚLIO VARGAS, ONDE ESTÃO OS APARTAMENTOS MAIS CAROS DA CAPITAL

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1997 - Folha de S. Paulo, 11 de maio.
- 1968 - Myrdal, Gunnar - Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas, Rio de Janeiro, Editora Saga, 2ª Edição.
- 1993 - IPEA - O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar, Documento N° 14, Brasília.
- 1995 - IDEC - Pobreza no Rio Grande do Norte, Natal, Série IDEC - 21 Anos, volume 1.
- 1997 - IDEC - Rio Grande do Norte - Avaliação das Mudanças Sócio-econômicas e Demográficas no Período 1983 e 1993, Natal (mimeo).
- 1993 - UNICEF/Secretaria de Fazenda e Planejamento - Crianças e Adolescentes no Rio Grande do Norte, Brasília, Ideal Gráfica e Editora.

O NASCIMENTO DE UM JORNAL LIVRE

Introdução

Todo meio de comunicação surge, no espaço e no tempo, do desejo que o homem possui de influenciar os seus semelhantes através da difusão das suas idéias. Quando estas idéias expressam a ideologia de um determinado grupo social, o veículo de comunicação em seu poder torna-se um agente de conservação ou de transformação da sociedade. Em determinadas circunstâncias, a conservação e a transformação de valores convivem na sociedade como um binômio inseparável. Até porque, toda sociedade se move quotidianamente entre os parâmetros do novo e do velho, da estática e da dinâmica, da tradição e da modernidade.

O DIÁRIO surgiu como instrumento conservador dos ideais democráticos na luta contra o nazi-fascismo e, ao mesmo tempo, como agente de transformação da sociedade norte-rio-grandense.



O DIÁRIO SE TRANSFERE PARA RUA DR. BARATA DEPOIS DE FUNCIONAR PROVISORIAMENTE NA SEDE DO DIÁRIO OFICIAL.

A Fase Heróica

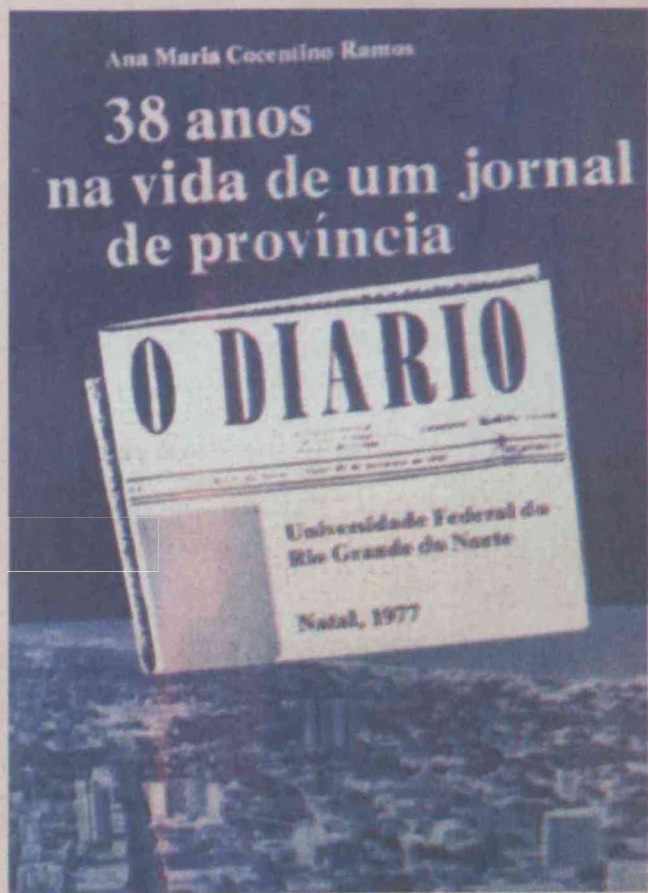
O Nascimento do DIÁRIO

Desde o Império e ao longo da República, a história da imprensa brasileira está pontilhada de jornais que expressam os interesses de grupos político-partidários. Esta foi a regra em todas as Províncias: cada partido político organizava o seu jornal para divulgar as suas idéias. No Rio Grande do Norte, não foi diferente!

Antes de surgir **O DIÁRIO**, dois jornais de maior expressão eram editados em Natal: **A REPÚBLICA**, órgão do governo, que defendeu sempre os interesses do corrilho dominante assentado no poder; e o jornal - **A ORDEM** - fundado em 1935 pelo Prof. Ulisses de Góes, comprometido com a doutrina e os interesses da Igreja Católica. Faltava, portanto, uma imprensa livre, descomprometida com grupos político-partidários ou instituições. Para ocupar este espaço, no início da II Guerra Mundial, um grupo de jovens idealistas resolveu fundar - **O DIÁRIO** - cujo primeiro número circulou no dia 18 de setembro de 1939. O referido grupo era formado por Valdemar Araújo, Aderbal de França (cronista social), Djalma Maranhão, Rivaldo Pinheiro e pelo gráfico Romualdo Carvalho. Eles tinham dois grandes objetivos: combater o nazi-fascismo de Hitler e Mussolini e ser, ao mesmo tempo, porta-voz dos problemas e das angústias do povo norte-rio-grandense. E assim procederam.

O Expediente do dia 10 de outubro de 1939 trazia o seguinte quadro dirigente: Diretor - Valdemar Araújo; Redatores - Aderbal França e Djalma Maranhão; Gerente-Romualdo Carvalho. A partir de 20 de outubro de 1939, é que aparece, no Expediente, o nome de Rivaldo Pinheiro.

O DIÁRIO (o título do jornal era impresso sem acento no "a") nasceu pobre, sem máquinas próprias nem prédio para redação. Os seus fundadores possuíam, apenas, o título registrado devidamente no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), conforme era exigido pelo governo federal. Como observou a jornalista Ana Maria Cocentino Ramos, "o mais curioso é que o novo jornal tanto era redigido, como composto e impresso nas instalações de **A REPÚBLICA**. Somente um mês mais tarde, quando Rivaldo Pinheiro (...) substituiu Romualdo Carvalho, é que **O DIÁRIO** alugou uma sala na rua Dr. Barata, a qual lhe serviu de redação." Mas, pouco tempo depois, o jornal voltou a ser redigido na **REPÚBLICA**. (1977:12).



Em 1939, além de noticiar, com prioridade, os acontecimentos da II Guerra Mundial recebido através da rádio BBC de Londres e de outras fontes, **O JORNAL** publicava as seguintes colunas: Diário Policial, Diário Esportivo, Diário Social, coluna assinada por Danilo, pseudônimo de Aderbal França, Noticiário Religioso e Notas de Arte. Em dezembro de 1939, substituindo Aderbal França na coluna Diário Social, o jornalista Veríssimo de Melo publicou vários artigos sobre pontos pitorescos da cidade de Natal.

Ainda em dezembro de 1939, **O JORNAL** publicava a seguinte notícia: "**O DIÁRIO** contratou os serviços da Empresa de Publicidade e Propaganda Comercial, com sede no Rio de Janeiro." (09/12/1939) "A EPPC, além de dedicar-se à propaganda comercial, e nessa parte a nomeamos nossa representante exclusiva nas praças de Rio e São Paulo, mantém um serviço de Difusão Cultural, a cargo de nomes de projeção da intelectualidade brasileira e portuguesa.... (09/12/1939). Tudo indica que este contrato não surtiu o efeito esperado.

Ainda em dezembro de 1939, Djalma Maranhão começou a publicar a coluna - *Pé de Coluna* - onde comentava acontecimentos da cidade, sem muita regularidade. Em 1941, surgiu a coluna *Vida Judiciária* - e Arlindo Castor de Lima escreveu uma série de artigos intitulados *Esperanto & Esperantismo*. Aos sábados, **O DIÁRIO** publicava matérias literárias de autores locais e nacionais em toda a 3ª página. É importante ressaltar que, nesta fase heróica, este jornal era vespertino e circulava com quatro páginas, em tamanho tipo tablóide.



FUNDADORES DO DIÁRIO - 1939. Com exceção de Romulo Wanderley (2º E), os demais foram fundadores do Diário: Aderbal de França, Waldemar Araújo, Djalma Maranhão e Rivaldo Pinheiro.



INAUGURAÇÃO DO SISTEMA "OFF-SET":
Luiz Maria Alves,
Dom Nivaldo Monte,
Paulo Cabral,
Governador Abreu Sodré (São Paulo),
Vice-Governador Clóvis Motta
e Governador Walfredo Gurgel.

Apesar de ter conquistado uma boa aceitação junto ao público leitor, as dificuldades financeiras deste jornal tornaram-se insuperáveis. Os fundadores não dispunham de recursos para continuar bancando a publicação deste periódico e, por outro lado, a propaganda era insuficiente para cobrir as despesas. Por isso, eles resolveram vendê-lo ao Sr. Rui Moreira Paiva que, naquela época, era o representante, em Natal, da Companhia de Navegação Costeira. Além disso, estava igualmente interessado em combater o nazi-fascismo. O negócio foi realizado no dia 27 de abril de 1942, por Cr\$ 5 mil cruzeiros antigos. (Ramos, Ana Maria Cocentino - 1977:15)

Nas Mãos de Moreira Paiva

Nas mãos de Rui Moreira Paiva, **O DIÁRIO** estruturou-se melhor. Segundo a jornalista Ana Maria Cocentino Ramos, o novo proprietário comprou 'duas linotipos, uma impressora, material de retranca e tipos. Também foi comprado o mínimo indispensável ao funcionamento da redação'. (1977:15). Além disso, o jornal ganhou espaço próprio, instalando-se num prédio da Av. Tavares de Lira. Depois, transferiu-se para outro na Rua Frei Miguelinho, também no bairro da Ribeira, que, na época, estava em plena efervescência comercial. (Idem - 1977:17).

Com a nova administração, o Expediente trazia também novos dirigentes: Secretário - Djalma Maranhão e o Gerente era Durval Paiva Filho.

Em novembro de 1943, **O DIÁRIO** já circulava com oito páginas. Veríssimo de Melo escrevia, quase diariamente, a coluna **Boa Tarde!** - , publicada na primeira página. Era uma crônica sobre fatos, locais pitorescos e efemérides de Natal. Na página literária, registramos as colaborações do Padre Francisco das Chagas Neves Gurgel, Esmeraldo Siqueira, Fagundes de Menezes, Murilo Melo Filho, Jaime dos Guimarães Wanderley, José Bezerra Gomes, José Mussoline Fernandes e outros. Aos sábados, já em 1943, o jornal publicava a coluna - **De Minha Janela.....**, assinada por Lourenço Branco.

Além das colunas já citadas, havia outras, tais como: **'Dos Jornais'** onde o leitor encontrava notícias nacionais e estrangeiras; e o **Indicador Profissional**, que trazia o endereço de consultórios médicos e escritórios de advocacia dos profissionais mais famosos da cidade.

Em 1943, aparece, de vez em quando, a coluna - **Vida da Cidade** - assinada por A. O autor desta coluna criticava constantemente a administração pública e cobrava soluções para os problemas que afligiam a população. É provável que esta coluna já fosse escrita pelo jornalista Luiz Maria Alves. Verdade é que, depois que ele veio integrar regularmente o corpo redacional de **O DIÁRIO**, em 1945, já sob a administração dos Diários Associados, a referida coluna continuou a ser publicada diariamente ao longo de duas ou três décadas.

A página literária, publicada aos sábados desde a primeira administração, continuou sendo editada na administração Rui Moreira. É importante ressaltar que, diariamente, assuntos nacionais e internacionais, principalmente os pertinentes à II Guerra Mundial, ocupavam toda a primeira página.

Outra característica de **O DIÁRIO**, nesta época, era a publicação diária de duas outras matérias assinadas por jornalistas nacionais e estrangeiros, *copyright by Press Information e Press Parga*.

Antevendo que Natal entraria em retrocesso econômico quando a II Guerra terminasse, o Sr. Rui Moreira convenceu-se de que seria muito difícil continuar editando o seu jornal. Por isso, começou a pensar em vendê-lo. Por outro lado, naquela época, o Dr. Assis Chateaubriand estava expandindo em todo o Brasil a cadeia de Diários e Rádios Associados. Em Natal, ele já comprara a REN (Rádio Educadora de Natal) em fevereiro de 1944. A partir de então, a REN passou a se chamar Rádio Poti. O próximo lance seria a instalação de um jornal. Diante desta perspectiva, o Sr. Rui Moreira vendeu **O DIÁRIO** aos Associados em janeiro de 1945, por Cr\$ 450 mil cruzeiros antigos. O intermediário do negócio foi o Dr. Edilson Cid Varela, que foi nomeado pelo Dr. João Calmon, então Superintendente dos Diários e Rádios Associados, para dirigir o jornal em Natal. (Ramos, Ana Maria Cocentino - 1977:16). Estava encerrada, assim, a fase heróica de **O DIÁRIO**.

Na véspera de entregar o jornal aos novos proprietários, Djalma Maranhão, Secretário do mesmo, escreveu um artigo intitulado - Exame de Consciência - no qual, entre outras coisas, afirmava: "Depois desses dois anos e meio decorridos de atividades do **O DIÁRIO** (...) cumpre-nos fazer um retrospecto, proceder a um balanço final dos nossos atos. (...) **O DIÁRIO** obedeceu, fielmente, ao programa que se traçou a 11 de julho de 1942. Por imposição desse programa e pela índole dos seus dirigentes, combateu com ardor e audácia, agitou o ambiente, sugeriu à imprensa conterrânea uma forma nova de apresentação... No momento mais angustioso da causa Democrática, na hora em que muitos se impregnavam do desânimo infiltrado nos espíritos pela quinta-coluna integralista, **O DIÁRIO** apregoava a vitória, predizia, entusiasmadamente, os dias que agora presenciamos de aniquilamento e morte do nazismo. **O DIÁRIO**, nesses dois anos e meio, foi um jornal político justamente porque auscultou os anseios do povo, serviu de porta-voz dos espoliados, queixosos e oprimidos.... O papel do **DIÁRIO**, sob esse aspecto, marcou uma era nova em nosso jornalismo, pois, através das suas colunas, inúmeros problemas locais, inúmeras questões de vital interesse público, foram ventilados ou chamados à discussão". (**O DIÁRIO** - 26 de janeiro de 1945).



Jornalista Paulo Cabral, Presidente do Grupo Associado e do Diário de Natal.

A FASE DE INTEGRAÇÃO À REDAÇÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS

A ADMINISTRAÇÃO EDILSON CID VARELA

(De 1945 à 05/04/1956)

O Expediente do - **O DIÁRIO** - em 1º de fevereiro de 1945 trazia o seguinte quadro dirigente: Diretor - João Calmon; Diretor Gerente - Edilson Varela.

Como observou a jornalista Ana Maria Cocentino Ramos, "a assumir a direção do jornal, Edilson encontra como equipamento apenas duas linotipos, uma impressora plana, uma clichêria e um receptor de rádio, segundo consta da escritura pública de compra e venda do jornal. Novas máquinas foram compradas inicialmente como uma rotoplana já usada e mais duas linotipos". (1977:29).

A redação e a impressão do jornal continuou no prédio da Rua Frei Miguelinho. O jornal continuou circulando com oito páginas. Publicava na segunda página diariamente, um artigo de autoria do Dr. Assis Chateaubriand, fundador dos Rádios e Diários Associados, sobre os mais variados temas da realidade nacional.

Neste período, isto é, de 1945 até 5 de abril de 1956, houve apenas duas grandes mudanças neste jornal: primeiro, foi a mudança do nome para - **DIÁRIO DE NATAL** - ocorrida no dia **04 de março de 1947**; segundo, por fazer parte da cadeia dos Diários Associados, este jornal publicava numerosos artigos de jornalistas e intelectuais do Sudeste do Brasil e estrangeiros. Entre eles, podemos lembrar Walter Lippman, Costa Rego, Brito Brochado (crítico literário), Dorothy Thompson, Carlos Drummond de Andrade, J.E. de Macedo Soares, José Lins do Rego, Justo Pastore Benitez, Roger Bastide (antropólogo da Universidade de São Paulo) e outros.

Entre os colaboradores locais, destacava-se Luís da Câmara Cascudo, do que, a partir de 1947, começou a publicar a sua famosa coluna **ACTA DIURNA**. Além deste escritor, colaboravam Américo de Oliveira Costa, Hélio Galvão, Juvenal Lamartine, Meneval Dantas, Jaime dos Guimarães Wanderley, Lívio Dantas, Raimundo Nonato, Newton Navarro, Nilo Pereira, Solon Andrade, Aureliano Medeiros Filho, Aluizio Furtado, Manoel Rodrigues de Melo, Alvarado Furtado, Myriam Coeli, Zila Mamede e outros.

Por vários anos, Christovam Dantas escreveu artigos sobre assuntos econômicos de grande valor informativo sobre a realidade nacional e local.

COLUNAS IMPORTANTES

Entre as várias colunas surgidas neste período, destacavam-se as seguintes pelo seu conteúdo e regularidade.

A ACTA DIURNA - de Luís da Câmara Cascudo com informação histórica inédita e precisa. **IMAGENS DO TEMPO**

- de Edgar Barbosa, escrita diariamente. Ele notabilizou-se, logo, como o nosso melhor estilista da língua portuguesa. **A CIDADE** - através desta coluna, o jornal tornou-se um agente de transformação da cidade de Natal, criticando, sugerindo e cobrando soluções para os problemas da urbe. Esta coluna, que já vinha da fase anterior deste periódico, era assinada, apenas, por um "Y".

Outras colunas importantes dos anos 50 eram estas: **RIBALTA** - escrita pelo teatrólogo Meira Pires; **10 PERGUNTAS IMPERTINENTES** - assinada por Veríssimo de Melo; **PANORAMA SOCIAL** - de Hélio Santa Rosa; **BANCO DE JARDIM** - crônicas escritas por Afrânio Lemos; **NOTAS DO CADERNO DE UM REPÓRTER** - de autoria de Geraldo Fontenelle; **VIDA RELIGIOSA** - "Cristo Vive e Nós Vivemos" - do Padre Manoel Barbosa; **SHOW BUSINESS** - de Sebastião Carvalho; **WODEN MADRUGA Informa e Comenta em SOCIEDADE** (crônica social) - escrita por Woden Madruga; e, finalmente, **CRÔNICA SOCIAL** - a eterna e suave coluna social, escrita por Aderbal França.

CAFÉ FILHO NO PODER

GETULIO ENTROU DE LICENÇA POR 90 DIAS-RESOLUÇÃO TOMADA AS PRIMEIRAS HORAS DA MADRUGADA DE HOJE

PELA PRIMEIRA VEZ UM NORTE-RIOGRANDENSE NA PRESIDENCIA

QUADRIENSIÃO DO CARGO AS 4 HORAS DA MANHÃ - SERIA MANTIDO O MESMO MINISTÉRIO DE ACORDO COM AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS

As últimas horas da madrugada de hoje se caracterizaram no Rio de Janeiro por uma movimentação política de grande importância. O Sr. Getúlio Vargas resolveu passar a posse ao Sr. Café Filho.

A transição ocorreu às 4 horas, por 90 dias, como que tendo qualquer alteração no respectivo à transição.

Desde esse ponto a noite transcorreu tranqüila. A situação oficial sobre os fatos aconteceu somente após a divulgação pelo Rádio Nacional em sua programação de notícias locais. A partir de então, a situação política foi se tornando mais clara.

O MINISTÉRIO ESTEVE REUNIDO NO PALÁCIO

Tudo Ministério esteve reunido no Palácio do Catete desde as 23 horas até as primeiras horas da madrugada. Os secretários de Estado chegaram a essa hora, repórteres, correspondentes, depois de agitada reunião dos deputados no largo de casa, quando foram mantidos os pontos de vista de cada um sobre a situação e a situação do Sr. Getúlio Vargas.

UMA NOITE

Uma noite completa passou em uma noite. De acordo com a situação política, a situação política foi se tornando mais clara.

PROCLAMAÇÃO DE GETULIO

Após de não haver sido aceita a proposta de Getúlio Vargas para a situação política, a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.



PROFESSOR CAPE FILHO. Juntos as 4 horas da manhã aconteceu a posse do governo do Brasil. O Ministério permaneceu no Rio de Janeiro até as primeiras horas da manhã.

Dutra: "O presidente tem contra si a opinião pública da Nação"

OS IMPORTANTES PRONUNCIAMENTOS POLITICOS DAS ULTIMAS HORAS

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

Unânimes manifestações de líderes políticos sobre os históricos João Alencar e Arinos: Fim a era gregária

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER



Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

UMA MANEIRA DE MANTER

Notícias do Rio de Janeiro revelam que a situação política foi se tornando mais clara.

Em 1951, o Diário de Natal publicava um **Suplemento Literário** com a colaboração de vários intelectuais conterrâneos. Em 1953, surgiu o **DOMINGO LITERÁRIO** com poesias, comentários, ensaios etc... Neste caderno, Antônio Pinto de Medeiros, que usava o pseudônimo de Torquemada, o famoso jesuíta da Inquisição Espanhola, publicava a sua coluna - **SANTO OFÍCIO** - que ficou famosíssima pela crítica literária que ele fazia. Pouca gente escapou da "tesoura" afiada de Antônio Pinto de Medeiros.

Outra característica do Diário de Natal nos anos 50 foi a valorização da política local. Sem assinar, o jornalista Luiz Maria Alves escrevia diariamente uma coluna política. Esta teve vários nomes: **POLÍTICA ESTADUAL**, em abril de 1950; **POLÍTICA, SEMPRE POLÍTICA** em 1953; **POLÍTICA ONTEM E HOJE** em 1955; **OLHO MÁGICO**, em 1956; **RONDA POLÍTICA** em 1957; **ÚLTIMAS POLÍTICAS**, em 1958/59. Nunca mais este jornal deixou de valorizar o fato político. Na década de 70, atingiu o seu auge.

Em 29 de julho de 1954, Edilson Varela lançou na praça um novo jornal dos Associados - **O POTI** - dando a seguinte justificativa: "O apelo da consciência popular faz nascer hoje **O POTI**, jovem índio que traz no sangue, nas feições e no impulso com que sustém as novas armas da luta, o ardor da taba ancestral. Seu programa está no seu nome e no passado do seu irmão mais velho, **O DIÁRIO DE NATAL**, que tem vivido sempre a serviço do Rio Grande do Norte e em cujas páginas mais antigas sentimos ainda palpitarem os anseios comuns da terra e da gente." (**O POTI** - 29 de julho de 1954, p.1).

Este novo jornal circulava pela manhã, enquanto o Diário de Natal continuava vespertino. É importante lembrar que **O POTI** foi o trigésimo jornal da cadeia dos Diários Associados.

No dia 05 de abril de 1956, o Dr. Edilson Varela deixou a direção dos dois jornais Associados editados em Natal. No dia seguinte, 06 de abril de 1956, assumiu a direção do Diário de Natal e de **O POTI** o Sr. José Cavalcanti Melo, que anteriormente exercia o cargo de gerente. Ele permaneceu na direção destes dois jornais até o dia 06 de dezembro de 1957.

No período de 07 de dezembro de 1957 até 28 de maio de 1958, o Sr. Nelson Dimas Filho dirigiu o Diário e **O POTI**. Em 29 de maio de 1958, o jornalista Luiz Maria Alves, que já trabalhava na empresa desde 1945, assumiu a direção dos Associados em Natal. Com ele, começou uma nova etapa, cujas características veremos a seguir.



DJALMA MARANHÃO, UM DOS FUNDADORES DO DIÁRIO



EDILSON CID VARELA, DIRETOR NO PERÍODO DE 1945 A 1956



LUIS MARIA ALVES, DIRETOR SUPERINTENDENTE

A ADMINISTRAÇÃO LUIS MARIA ALVES

(De 29/05/58 à 28/04/1989)

O jornalista Luiz Maria Alves, que já trabalhava nesta empresa desde 1945, dirigiu o **Diário de Natal** de 29 de maio de 1958 a 30 de abril de 1989. Foi eficiente na construção da credibilidade deste veículo de comunicação, tornando-o o líder da imprensa norte-rio-grandense. O ponto alto das suas realizações, foi, sem dúvida, a introdução de sistema "Off-Set" de impressão, que, naquela época, era a tecnologia mais avançada que chegava ao Brasil.

A Fase de 1958 a 1969

Neste período, sob quase todos os aspectos, o **Diário de Natal** continuou o padrão editorial e gráfico das administrações anteriores. Não obstante criticar alguns aspectos da nossa realidade e noticiar as boas iniciativas do poder público e do empresariado, este jornal era, sobretudo, um órgão informativo. Notícias nacionais e internacionais ocupavam os espaços da primeira página. Surgiram algumas colunas novas, e as antigas tiveram continuidade. O esporte e os assuntos policiais dispunham de uma página cada um, quase com exclusividade.

Do ponto de vista da administração interna, uma das primeiras providências tomadas por Luiz Maria Alves foi eliminar da circulação diária o jornal - O POTI. A partir de 02 de novembro de 1958, ele começou a ser editado somente aos domingos. Enquanto isso, O Diário de Natal continuou sendo um vespertino que circulava de segunda-feira ao sábado.



SILVINO SINÉDINO DE OLIVEIRA, DIRETOR COMERCIAL



JORNALISTA ASSIS CHATEAUBRIAND AO LADO DE TOMÁS SALUSTINO (DE CHAPÉU) DURANTE VISITA A CURRAIS NOVOS.

Colunas

Nesta fase, surgiram várias colunas, sendo umas de cunho local e outras de circulação nacional, produzidas no Rio de Janeiro e distribuídas em todo o país pela cadeia dos Diários Associados. Vejamos as mais importantes.

O teatrólogo **Meira Pires**, que publicava a coluna - **RIBALTA** -, continuou a escrevê-la diariamente, mudando o nome para **TEATRO**. Por sua vez, o jornalista **Afonso Laurentino Ramos** escrevia, desde o final de 1959, a coluna semanal - **DIÁRIO DAS LETRAS** - com notícias sobre intelectuais, eventos culturais e comentários sobre livros recém-editados. **Sanderson Negreiros**, ainda bastante jovem, a partir de 1958, começou a fazer diariamente a coluna - **QUADRANTES DO MUNDO** - com notícias e comentários sobre assuntos nacionais e locais. Depois, o título foi reduzido a **QUADRANTES**.

Em janeiro de 1962, **Marize Massena**, que usava o pseudônimo de Maruska, escrevia diariamente a coluna - **REPORTAGEM SOCIAL** - que, depois, foi assumida pela jornalista **Kátia Suely**. Também em 1962, o Diário de Natal transcrevia, diariamente, do Rio de Janeiro, as colunas - **JORNAL DE ANTÔNIO MARIA, A VIDA COMO ELA É**, de **Nelson Rodrigues**, e **ESTA É A NOTÍCIA**, de autoria de **Darwin Brandão**.

Nos anos 60, a coluna - **POLÍTICA** - anteriormente escrita por Luiz Maria Alves, passou a ser redigida por **João Ururahy** e, depois, por **Leonardo Bezerra**. (Ramos, Ana Maria Cocentino - 1977:52).

Por fim, a coluna - **VIDA RELIGIOSA** - continuou sendo publicada diariamente divulgando, apenas, dados sobre o Santo do Dia, sem a assinatura de nenhum jornalista.

Colaboradores

Aos sábados, o jornal publicava uma **Página Literária** com artigos de Sanderson Negreiros, Walfran Queiroz, Edgar Barbosa, Veríssimo de Melo, Luís da Câmara Cascudo, Umberto Peregrino, Nilson Patriota, Augusto Severo Neto, Jayme Hipólito Dantas, Ivan Maciel de Andrade, Américo de Oliveira Costa, Antônio Campos e Silva, Osman Lins, José Melquíades (contando o que viu nos Estados Unidos), Adonias Filho, Jorge Fernandes, Newton Navarro, Berilo Wanderley, Assis Chateaubriand, Everaldo Lopes, Hélio Galvão, Jaime Wanderley, Luiz Rabelo, Renar Perez, Luiz Carlos Guimarães, Nei Leandro, Fagundes de Menezes, Homero Homem, Jurandir Navarro da Costa, Christovam Dantas e vários outros.

Entre os auxiliares de Alves, João Neto e Silvino Sinedino de Oliveira destacaram-se dos demais pela eficiência e dedicação à empresa. João Neto viu o Diário nascer em 1939, e na qualidade de menino pobre, prestava algum serviço aos diretores. Em 1942, ele ingressou nos quadros da empresa e foi galgando os diversos níveis funcionais até alcançar os postos de redator e de secretário do jornal na década de 60, e em seguida o de editor geral. Por sua vez, Silvino Sinedino, ex-funcionário da Western Telegraph, foi o braço direito de Alves no Diário, exercendo por muitos anos, com eficiência, o cargo de Diretor Comercial, ao deixar o Diário, foi substituído pelo Sr. Francisco Barbosa.

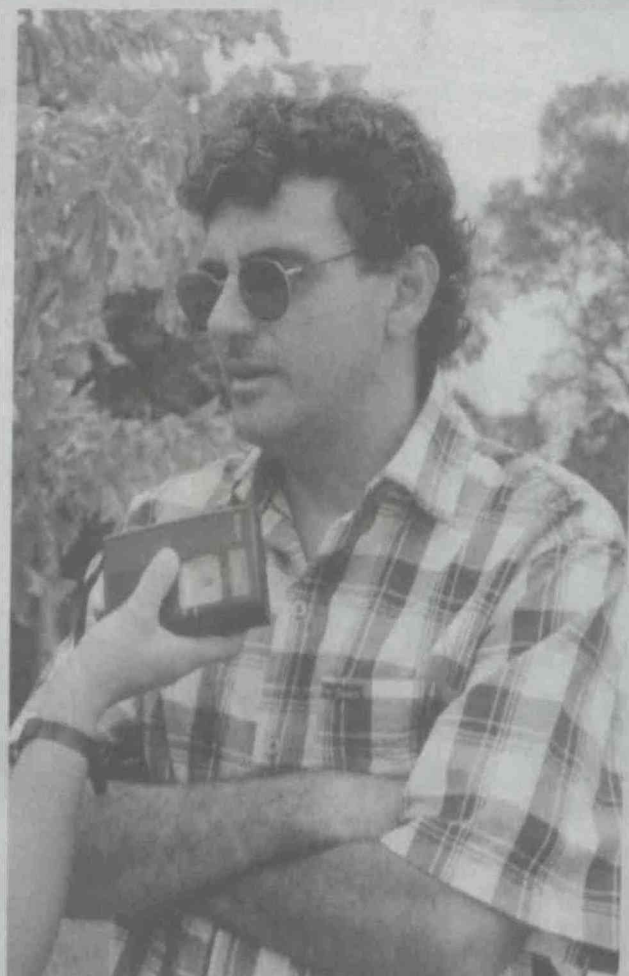
Com a implantação do regime militar em 1964, o **Diário de Natal** manteve a sua postura crítica, mas, em menor intensidade. Tornou-se mais informativo, até porque a censura que o regime impôs aos meios de comunicação de todo o país, limitou o exercício da liberdade de expressão.

Inovações

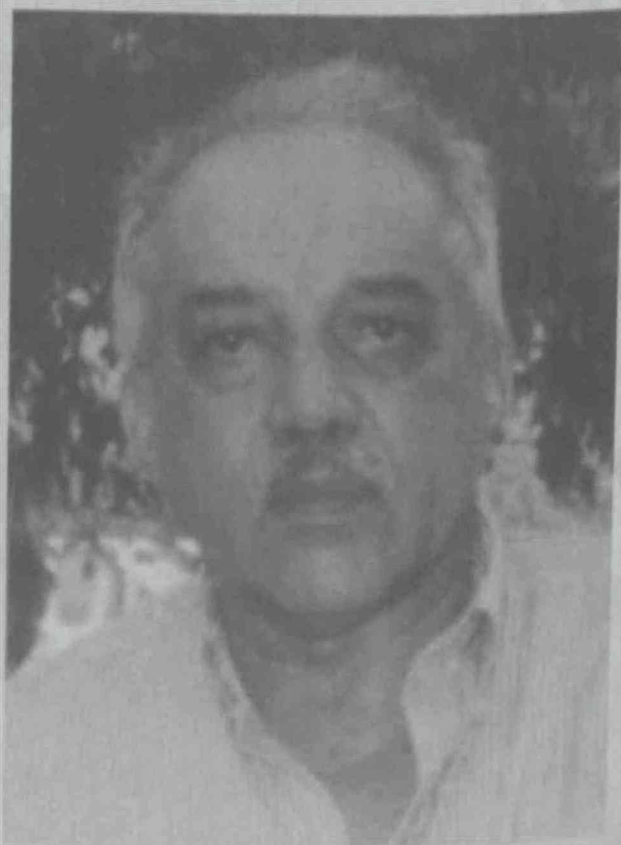
De 1964 a 69, surgiram importantes novidades no Diário de Natal. Assim, no dia 03 de fevereiro de 1964, o jornalista Paulo Macedo iniciou a publicação de sua coluna social - **REPORTAGEM DE PAULO MACEDO** - destinada a dar notícias sobre pessoas e eventos da elite dirigente do Rio Grande do Norte. Começou dizendo o seguinte: "Jornalisticamente falando, trabalho agora para os "Diários e Emissoras Associados". Faço hoje a primeira coluna deste vespertino, símbolo da boa imprensa da cidade. Não há dúvida que passo a ser o colunista mais lido, por força do prestígio, tiragem e penetração do jornal. Não pouparei esforços para corresponder à confiança do **Comandante Alves**, responsável por uma empresa rádio-jornalística que orgulha o Rio Grande do Norte. Aos leitores e amigos, um esclarecimento: continuarei a ser o mesmo centro de receptividade capaz de apoiar tudo aquilo que é notícia, merece registro e diz respeito ao interesse do grande público". (**Diário de Natal** - "03 de fevereiro de 1964).

Na realidade, nenhum cronista social conquistou tanto prestígio no Rio Grande do Norte quanto Paulo Macedo. Uma prova cabal do que acabamos de afirmar é o fato de ele possuir o título de cidadão honorário de quase todos os municípios potiguares. Além das notícias e reportagens da sua coluna, os concursos de Miss e a Festa das Personalidades, por ele criada, tudo isso contribuiu muito para aumentar o número de leitores do **Diário de Natal** ao longo de três décadas. A outra novidade aconteceu em 1967, quando o jornalista **Dorian Jorge Freire** assumiu a chefia da redação deste jornal. Além de escrever muito bem, ele estava retornando do eixo Rio-São Paulo onde, trabalhando na grande imprensa, adquiriu muita experiência. Uma das suas inovações foi implantar no **Diário de Natal** a técnica da **diagramação**. Além disso, ele introduziu neste jornal a copy-descagem e as grandes reportagens. Sobre isto, vejamos o seu depoimento à jornalista Ana Maria Cocentino Ramos: "Quando assumi a chefia da redação, Alves me deu carta branca. João Neto era Secretário do Jornal, Berilo Wanderley e Sanderson Negreiros, além de redatores, eram copy-desk. A reportagem geral estava a cargo de Rubens Lemos, Antônio Melo e posteriormente, João Batista Machado e Francisco de Assis Barbosa. No setor policial, estava Nilo Ferreira. A Câmara Municipal e o Poder Judiciário eram cobertos por Domício Ramalho. Trabalhamos em equipe."

Quanto às grandes reportagens, ele afirmou: "Creio que fiz apenas uma ou duas. As demais eram boladas por mim, mas executadas pelo Sanderson e pelo Berilo." (1977:51).



OSAIR VASCONCELOS, DIRETOR DE REDAÇÃO



AFONSO LAURENTINO, COORDENADOR DE PROMOÇÕES E PROJETOS ESPECIAIS

A FASE DE 1970 ATÉ 28 DE ABRIL DE 1989

O SISTEMA "OFF-SET"

Do ponto de vista gráfico, o jornalista Luiz Maria Alves iniciou a década de 70 fazendo uma verdadeira revolução no **Diário de Natal**. Com muito esforço e ousadia empresarial, tomando dinheiro emprestado para investir no seu projeto de modernização gráfica, ele implantou o sistema de impressão "Off-Set". Na realização deste empreendimento, ele contou com a decidida colaboração dos Diretores Nacionais dos Diários Associados - Dr. João Calmon, Dr. Paulo Cabral de Araújo e o Dr. Edilson Cid Varela. A inauguração oficial do novo sistema de impressão ocorreu festivamente na noite do dia 12 de junho de 1970. A solenidade aconteceu no prédio da Avenida Deodoro, no salão que serviu de auditório à Rádio Poti em décadas passadas. Num belo improviso, o Dr. Paulo Cabral, Diretor Geral dos Diários Associados, disse: "Esta noite tem uma significação especial para o Nordeste e Natal. Entregamos aos leitores um jornal moderno, vibrante, bem feito graficamente, à altura do desenvolvimento da cidade. Dentro do nosso espírito pioneiro iniciamos a implantação deste sistema revolucionário em Brasília. Depois, Goiás e Ceará. Agora, no Rio Grande do Norte e em seguida Manaus. Estamos dotando nossos jornais da mais moderna técnica jornalística". (**Diário de Natal**) - 13/06/1970).

Por sua vez, no seu discurso, Luiz Maria Alves chamou a atenção de todos para o avanço tecnológico que representava o sistema de impressão "Off-Set" dizendo: "Há cerca de 5 anos, a adaptação da litografia fotográfica (off-set) aos jornais, trouxe dimensões maravilhosas à impressão em rotativas. O Off-Set se tornou a maravilha da impressão de jornais neste século e veio terminar com o reinado das rotativas convencionais, inventadas em 1886, impressora sem os mesmos recursos de nitidez da fotografia aplicada aos processos de reprodução de cópias impressas. Hoje inauguramos nesta casa a nossa impressão off-set. E com isto fazemos a cidade recuperar 100 anos no campo da indústria da comunicação (...) investimento superior a meio bilhão de cruzeiros antigos..." (**Diário de Natal** - 13 de junho de 1970).

O governador do Estado de São Paulo, Dr. Roberto de Abreu Sodré, que viera a Natal inaugurar a nova agência do Banespa, na Av. Rio Branco, veio prestigiar a solenidade do **Diário de Natal**. Na presença de todos os convidados, ele e o governador do Rio Grande do Norte, Mons. Walfredo Gurgel, cortaram a fita simbólica, inaugurando o novo equipamento.

Com a nova impressão, o **Diário de Natal** passou a ser matutino, a partir de 1º de setembro de 1970.

Uma vez modernizado o setor gráfico, Alves procurou melhorar o conteúdo do jornal que dirigia.

Verdade é que além dos bons jornalistas que já possuía na redação, ele atraiu outros talentosos profissionais com Cassiano Arruda Câmara, Vicente Serejo, Albimar Furtado, Djair Dantas, Paulo Tarcísio Cavalcanti, Dodora Guedes, Padre José Luiz, Aluísio Lacerda, Luciano Herbert, Jóis Alberto, João Batista Machado, Salésia Dantas, Alexis Gurgel (repórter) e Jorge Batista.

COLUNAS

Na nossa opinião, as seguintes colunas contribuíram muito para alavancar a tiragem do **Diário de Natal** a partir dos anos 70.

Roda Viva

Escrita pelo jornalista Cassiano Arruda, foi publicada pela primeira vez no dia 18 de maio de 1972. Portanto, em maio de 1997, completou 25 anos de existência, sem deixar de sair nenhum dia. Quando o seu titular tira férias, um interino continua o seu trabalho. Esta coluna nasceu da necessidade de se preencher o espaço deixado por Sanderson Negreiros que, por motivo de viagem ao Rio de Janeiro, deixou de escrever a sua coluna.

Cassiano Arruda noticia e comenta os fatos que chegam ao seu conhecimento. Forma opinião, o que não significa dizer que agrade a todos. Não faz da notícia a indústria do elogio fácil, mas, um instrumento de correção e construção da sociedade potiguar. Por causa do seu caráter opinativo, Alves exigiu que o referido jornalista assinasse a sua coluna e se responsabilizasse pelos conceitos que emite. Por isso, a partir de 1974, Roda Viva começou a circular assinada pelo seu titular.

Esta coluna, desde o seu início até hoje, é a mais séria e a de maior credibilidade do jornalismo potiguar. Inúmeras vezes, Cassiano noticiou, em primeira mão, fatos importantes para a história da comunidade norte-rio-grandense. Com absoluta segurança, podemos afirmar que ninguém pode escrever sobre o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte, de 1972 aos nossos dias, sem consultar as edições diárias desta coluna. É a mais lida pelos leitores do **Diário de Natal**. Por esta razão, ela foi mais valorizada no novo projeto gráfico e editorial que o **Diário de Natal** implantou em 1997.

É importante ressaltar que, após a implantação do sistema "off-set", Cassiano Arruda exerceu a função de editor do **Diário de Natal**.



JORNALISTA CASSIANO ARRUDA CÂMARA



JORNALISTA PAULO MACEDO



VALDEMAR ARAÚJO, UM DOS FUNDADORES DO DN

Cena Urbana

Com a ida de Paulo Macedo para o Rio de Janeiro cursar a Escola Superior de Guerra em março de 1981, Vicente Serejo, que já trabalhava no **Diário de Natal** como repórter, foi designado para substituí-lo. No espaço ocupado anteriormente pela coluna de Paulo Macedo, surgiu a EXTRA-PAUTA, no interior da qual Vicente Serejo escrevia uma secção intitulada - CENA URBANA - Começou a publicá-la no dia 07 de março de 1981, comentando o carnaval de Olinda e o de Natal.

Com o retorno de Paulo Macedo a Natal, Vicente Serejo ganhou espaço próprio para editar a sua coluna CENA URBANA. Diariamente, ele proporcionava aos seus leitores uma crônica de acentuada tonalidade lírica, que agradava a grande número de seus leitores. Nesta coluna, ele conseguiu fazer a união, aliás rara, do jornalismo com a literatura. Ele escreveu a sua última CENA URBANA, no **Diário de Natal**, em 29 de fevereiro de 1996. Ao transferir-se para a Gazeta do Oeste, e posteriormente para o Jornal de Hoje ele levou o título da sua coluna, com a qual tanto se identifica. Ao transferir-se para a Gazeta do Oeste e, posteriormente, para o Jornal de Hoje, ele levou o título da sua coluna, com a qual tanto se identifica. Exerceu também a função de Diretor Comercial, em substituição a Francisco Barbosa.

Reportagem Fotográfica

Com a implantação do sistema "Off-Set", o **Diário de Natal** começou a trabalhar com a reportagem fotográfica. Para desempenhar esta nova função, Alves convidou a jornalista Ana Maria Cocentino, que trabalhava em outro jornal da cidade, para integrar os quadros do **Diário de Natal**, e a mandou estagiar em um jornal Associado no Rio de Janeiro. Retornando a Natal, a referida jornalista tornou-se a primeira mulher no Rio Grande do Norte a exercer a função de repórter fotográfico. Até então, esta atividade era exercida somente por profissionais do sexo masculino. Em 1970, Ana Maria Cocentino acumulava a função de fotógrafa com a de repórter. "Na época, o jornal contava com apenas dois fotógrafos, Paulo Saulo e Clóvis Santos."

A Conquista de Novos Espaços

Percebendo que Natal e o Rio Grande do Norte estavam mudando em decorrência do processo de desenvolvimento, Alves abriu espaço no seu jornal para captar o dia-a-dia dos novos segmentos da sociedade. Daí a importância dada ao futebol, à universidade, às microrregiões do Estado e ao Poder Legislativo e à ecologia.

1-Futebol

Desde os seus primeiros dias de existência, que o Diário de Natal valorizou este esporte. Mas, após a inauguração do Estádio de Futebol de Lagoa Nova em 04 de junho de 1972, chamado popularmente de "Castelão", o futebol potiguar ficou muito prestigiado pelas torcidas. A afluência ao estádio era enorme, principalmente, quando jogavam os grandes times. Atento a este fenômeno de massa, o Diário de Natal publicava, diariamente, uma página inteira sobre o futebol. Além disso, na segunda-feira, 90% da edição eram dedicados ao esporte, particularmente, ao futebol.

Em junho de 1973, Everaldo Lopes e Edmar Viana começaram a publicar o CARTÃO AMARELO - com grande sucesso. Era a divulgação do futebol através da caricatura. Nos anos 80, o Cartão Amarelo mudou o seu conteúdo: em lugar do futebol, a caricatura incidia sobre fatos políticos - administrativos nacionais e locais.

Em janeiro de 1980, Everaldo Lopes despontou com a coluna diária NUMERADAS - para noticiar as coisas do futebol. Esta coluna e o Cartão Amarelo atravessaram os anos 80 com grande número de leitores.

2-Penetração no Interior

Outra característica do Diário de Natal, a partir de 1970, foi a abertura das suas páginas para a sociedade interiorana. Além de fazer circular o jornal nas principais cidades do interior, Alves abriu-lhe as páginas para noticiar acontecimentos políticos e sociais das regiões do Oeste, Trairi, Seridó, Mossoró, Macau, enfim, de todas as microregiões do Estado. É verdade que antes dos anos 70, isto já era feito em relação a Mossoró e à região do Seridó, mas em menores proporções.

3-Universidade

Desde a sua criação que o Diário de Natal deu apoio e espaço para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entretanto, com a inauguração do Campus Universitário em Lagoa Nova, em 1972, este jornal deu-lhe mais espaço e prestígio. Alves designou o jornalista Albimar Furtado para cuidar deste segmento da vida potiguar. Quando se aproximava a época do Vestibular, os gabaritos das provas, uma vez realizadas, ocupavam páginas inteiras deste jornal. O mesmo acontecia com a publicação das listas dos aprovados e outros assuntos pertinentes àquela instituição de ensino superior. Além disso, semanalmente, o jornal publicava uma página inteira sobre a vida universitária.

4-Poder Legislativo

Em pleno regime militar, no qual o Poder Executivo reduziu as Assembléias Legislativas a um coro de dizer "amém", Alves procurou valorizar o Poder Legislativo. Além de publicar diariamente a coluna - **INFORMANDO & COMENTANDO** - de Leonardo Bezerra, sobre os acontecimentos políticos nacionais e locais, o Diário de Natal proporcionou à Assembléia Legislativa do Estado, espaço próprio para divulgar as suas atividades.



ALBIMAR FURTADO, DIRETOR GERAL



DELIOMAR SOARES, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

5-Defesa da Natureza

Durante a administração de Alves, uma das características do Diário de Natal foi, sem dúvida, a defesa da natureza. Desde os anos 60, que ele se opunha bravamente contra à invasão ou destruição das dunas da cidade por projetos imobiliários de empresários inescrupulosos. Numerosas vezes mandou os seus repórteres fazer matérias denunciando agressões à natureza, ora na orla marítima, ora em áreas de expansão urbana. Graças ao grito de alerta do Diário de Natal, o Governador Tarcísio Maia proibiu o loteamento do Morro do Careca, na praia de Ponta Negra.

Esta preocupação ecológica acentuou-se nos anos 70, a partir do momento em que o Governador Tarcísio Maia deu os primeiros passos para implantar o projeto de construção da VIA COSTEIRA. O Diário de Natal abriu as suas páginas para a polémica que se travou entre os defensores da natureza e os idealizadores do citado projeto. Graças à postura crítica dos defensores da natureza, apoiados pelo Diário de Natal, o referido projeto foi reformulado, evitando-se, deste modo, a construção de obras que iam desfigurar aquela paisagem da VIA COSTEIRA.

Além disso, ele transcreveu vários artigos sobre o processo de desertificação no mundo e no Nordeste, alertando a nossa classe dirigente para o que estava começando a acontecer no território potiguar, especialmente, na microrregião do Seridó.

6-Religião

A tento ao pluralismo religioso da cidade de Natal, Alves abriu espaço no seu jornal para todos os credos. Assim, diariamente, o Diário de Natal publicava artigos escritos pelo Mons. Eymard L'Eraistre Monteiro (sacerdote católico), Elinaldo Renovato de Lima (pastor protestante) e a Legião da Boa Vontade e de outros setores do espiritismo.

7-Assessoria para Eventos

Quando uma empresa cresce, torna-se necessário fazer a divisão do trabalho para que cada setor atinja a sua finalidade. Impossibilitado de comandar tudo sozinho, Luiz Maria Alves criou uma assessoria para eventos, dirigida desde o início pelo jornalista Afonso Laurentino Ramos. Em 1995, este setor foi transformado em Departamento de Marketing e, posteriormente, em Coordenação de Projeções Especiais. O intercâmbio do Diário de Natal com outras empresas e com as instituições governamentais, assim como a realização de eventos, a introdução de encartes semanais ou diários nas edições deste jornal, são algumas das atividades desenvolvidas pelo jornalista Afonso Laurentino à frente deste departamento.



ALDEMIR FERNANDES, COORDENADOR DE PESQUISA

7-Departamento de Pesquisa

A partir de 1979, Alves deu início à organização deste importante setor do Diário de Natal. Além das coleções deste jornal e de O Poti, existe lá um valioso acervo fotográfico. Constantemente, a redação aciona o Departamento de Pesquisa para aprofundar as suas informações, sobretudo, em época de eleições, quando o público quer saber o perfil dos candidatos. Além disso, este Departamento já realizou vários trabalhos de pesquisa que foram publicados pelo Diário de Natal, sendo o mais importante este: **MEMÓRIA DA CIDADE DO NATAL**. Foi editado no período de março de 1989 até 30 de dezembro de 1990, trazendo fotos antigas acompanhadas com o depoimento de pessoas que chegaram a Natal há muito tempo.

É importante ressaltar que o Departamento de Pesquisa deste jornal foi o primeiro a ser implantado na imprensa norte-rio-grandense. É impossível reconstituir a História do Rio Grande do Norte de 1939 para cá, sem se consultar o acervo deste Departamento de Pesquisa. Desde que foi criado, em 1979, que ele funciona na Avenida Rio Branco, no prédio onde por muitos anos, funcionou o próprio Diário de Natal.

A partir de 1986, este setor do Diário de Natal vem sendo dirigido, com muito zelo e eficiência, por José Aldemir Fernandes Lopes. A partir de 1º de junho de 1997, o Departamento, de Pesquisa, passou a se chamar - **Centro de Documentação e Informação (CEDOC)**.

A ADMINISTRAÇÃO ALBIMAR FURTADO

Quando o jornalista Albimar Furtado assumiu a direção dos Diários Associados em Natal, aos 28 de abril de 1989, o mundo estava passando por grandes transformações. A década de 90 se caracteriza, até agora, pela globalização da economia, da política e das comunicações. Além disso, é a década dos direitos humanos e da construção da cidadania. Com a Internet, a informação chega mais rápida à redação dos jornais. A civilização da palavra escrita perdeu a sua hegemonia para a civilização da imagem e do som. Em todas as atividades produtivas, o marketing tem que ser considerado como um investimento. Por isso, em todos os setores, tornou-se acirrada a conquista de novos consumidores, que desejam produtos baratos e de alta qualidade.

O jornal, enquanto produto cultural que reflete o cotidiano da sociedade, é obrigado a adaptar-se a estas transformações. Na imprensa escrita, estas mudanças se concretizaram na impressão em cores, buscando, assim, trazer a força da imagem para atrair os leitores para o conteúdo do texto. Outra estratégia empregada pelos jornais do mundo inteiro é a publicação semanal de fascículos especializados e graficamente impecáveis. Por estas e outras razões, é que o jornalista Albimar Furtado vem fazendo grandes mudanças na empresa que dirige. Vejamos, agora, os fatos mais importantes ocorridos na sua administração, até agora.

1-A Festa do Jubileu

O primeiro grande acontecimento da administração de Albimar Furtado foi a comemoração do Jubileu do Diário de Natal. Uma edição de 80 páginas, com fotos e matérias pertinentes aos fundadores, diretores e funcionários, cujos talentos marcaram os 50 anos de existência deste jornal, foi lançada no dia 19 de setembro de 1989. Além disso, foi oferecido um coquetel, na noite do dia 18 de setembro, no Iate Clube de Natal, a quatrocentos convidados dos vários segmentos da sociedade norte-riograndense. Para prestigiar o evento, vieram de Brasília o Dr. Paulo Cabral de Araújo, presidente do condomínio acionário dos Diários Associados, o Dr. Edilson Cid Varela, ex-diretor do Diário de Natal e, na época, Superintendente do Correio Braziliense, assim como o jornalista Ari Cunha, então diretor do Correio Braziliense, que circula na Capital Federal.

Por iniciativa do vereador Aluísio Machado, a Câmara Municipal de Natal homenageou o cinquentenário do Diário de Natal, cuja atuação em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Norte foi destacada....” (Diário de Natal - 19 de setembro de 1989).

2-Edição em Cores

Este é um padrão gráfico que começou a surgir no final dos anos 80 e início dos 90, em toda a grande imprensa brasileira. Para introduzir esta inovação tecnológica, Albimar Furtado comprou uma quarta unidade para ampliar e melhorar o sistema “Off-Set” já existente no Diário de Natal. A policromia só foi possível com a aquisição deste equipamento. A primeira cobertura jornalística, realizada em cores, pelo Diário de Natal, foi a Copa do Mundo de Futebol acontecida em 1990. A agência alemã de notícias - Reuter - enviava para este jornal telefotos com separação de cores. A segunda cobertura foi a Guerra do Golfo.



CRIANÇAS LENDO O DN NA SALA DE AULA



I-O Projeto Educação

Outro fato marcante da nova administração é o Projeto Educação, que é dividido em quatro setores. Vejamos a seguir, cada um deles.

I-DN/Educação

Este é um projeto pioneiro no país. Foi lançado em agosto de 1992. Foi lançado em agosto de 1992. Para isto foi decisivo o apoio do Gov. José Agripino e do Secretário de Educação Marcos Guerra e da Profa. Eleika Bezerra. Ao publicar o primeiro número do DN/EDUCAÇÃO - no dia 11 de agosto de 1992, a sua idealizadora, jornalista Ana Maria Cocentino Ramos, dizia o seguinte no Editorial: "O Diário de Natal faz nascer hoje o seu DN/EDUCAÇÃO. Sabemos todos das dificuldades de toda ordem enfrentadas pelas instituições responsáveis pela disseminação do saber. E quando uma atividade, qualquer que seja ela, chega a esse estágio, é fundamental que se estabeleça sobre ela o mais amplo debate. Seguindo a tendência natural do jornalismo em todo o mundo, é que precisamente isto que o Diário de Natal está pretendendo. Chegamos hoje, caro leitor, com este DN/EDUCAÇÃO, desejando transformá-lo num foro onde todos possam ter o seu espaço, divulguem seus pensamentos, esclareçam seus pontos de vista; espaço onde se estabeleçam discussões maduras e conseqüentes para que o vitorioso seja a educação" (DN-EDUCAÇÃO) - Nº 001, Ano I, 11 de agosto de 1992).

Ana Maria Cocentino Ramos ficou na editoria do DN/EDUCAÇÃO até o número 18. O jornalista Emanuel Barreto editou os números 19, 20 e 21. A partir do número 22, lançado em 13 de julho de 1994, o DN/EDUCAÇÃO passou a ser editado pelo jornalista Eugênio Parcelle, com reportagens de Juliano Freire e Valéria Credidio.

Editado mensalmente, o DN/EDUCAÇÃO vem divulgando para os seus leitores teses, pesquisas, projetos e metodologias, assim como mobilizando os educadores para se organizarem na defesa dos seus direitos e da educação pública de qualidade. Além disso, faz parceria com outras instituições, promovendo cursos, seminários, debates, lançamento de novos livros. Contando com 16 páginas (capa, contracapa e páginas centrais em cores) e uma tiragem de 30 mil exemplares, o DN/EDUCAÇÃO circula em todas as escolas da rede pública estadual e em grande parte das escolas privadas.



O DIÁRIO DE NATAL AJUDA AS CRIANÇAS A CRIAREM O HÁBITO DA LEITURA



CADERNO "VESTIBULAR" DO DN



Paulo Freire recebe da Jornalista Ana Maria Cocentino a coleção dos primeiros doze números do DN Educação, sob o olhar atento de St. Antônio Ferreira da Paz, ex-aluno da experiência de alfabetização de Angicos.



II-O Projeto Ler:

A-O Diário na Sala de Aula

Este projeto visa incentivar nos estudantes o gosto pela leitura, através do uso do jornal na sala de aula, conforme sugere a pedagogia de Freinet. É importante salientar que o jornal não substitui o livro didático; apenas, o complementa na atividade pedagógica, procurando formar leitores críticos, atualizados e capazes de interpretar os fatos. De acordo com a coordenadora deste projeto, a jornalista Ana Maria Cocentino Ramos, este projeto iniciou as suas atividades em agosto de 1994, em apenas quatro escolas. Atende hoje, a mais de 170 escolas públicas e privadas, da pré-escola ao terceiro grau, abrangendo a mais de 15 mil alunos e cerca de 500 professores. Estes números, no entanto, crescem a cada semestre, tendo em vista o ingresso de novas escolas na experiência. O grande número de escolas se deve, em parte, à parceria existente entre o Diário de Natal e o Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy, que multiplica a experiência através dos seus professores/alunos.

Além disso, o Projeto LER mantém parceria com o SESC e com o SESI. A fim de aperfeiçoar o projeto, os coordenadores fazem com as pessoas envolvidas uma avaliação. É importante lembrar que o Projeto LER é inteiramente gratuito para as escolas, e é pioneiro nas regiões NORTE e NORDESTE.

O Projeto Ler/DN Educação promoveu seminários e palestras, trazendo a Natal grandes nomes da educação, tais como os professores Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Tânia Zagury e outros.

Em março de 1998, professor Aldemir Fernandes substituiu Ana Maria Cocentino Ramos na coordenação.

B-Opiniões Abalizadas

Para termos uma idéia sobre a importância do Projeto LER/DN Educação, vejamos a opinião de educadores e instituições ligadas à educação infanto-juvenil.

Em Seminário sobre a Escola Pública, realizado na então Escola Técnica Federal, em julho de 1992, o professor Darcy Ribeiro disse o seguinte sobre o DN-Educação: *"É a primeira iniciativa no mundo"*, lembrando que jornais europeus publicavam matérias sobre educação, ao passo que o Diário de Natal publica um suplemento sobre esse assunto e o distribui nas escolas públicas. (Diário de Natal 17 de junho de 1992, p.7).

Vejamos o que disse sobre essa iniciativa do Diário de Natal o Superintendente de Teleducação da Fundação Roberto Marinho, do Rio de Janeiro: "Enquanto os grandes jornais, editados nas maiores cidades do país, retiraram espaços e extinguiram editorias de educação, o DIÁRIO DE NATAL mantém, há três anos, um encarte mensal dedicado exclusivamente à Educação. Este exemplo encontra paralelos nos grandes jornais internacionais, com destaque para o "The Times" londrino, que edita semanalmente, o "The Times Educational Supplement". (Transcrito do Jornal do Telecurso 2000 da FRM).

Em 1999, o Diário de Natal foi premiado, pela Fundação Ayrton Senna, pelo seu trabalho realizado em defesa da Criança e do Adolescente.

Por último, registramos a escolha do jornalista Eugênio Parcelle, editor do DN Educação, como *JORNALISTA AMIGO DA CRIANÇA*, pela Fundação Abrinq e pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em reconhecimento pelo seu trabalho à frente do DN-Educação.



C-Prêmio Ayrton Senna

Em reconhecimento ao que este jornal vem realizando em prol das crianças e dos adolescentes através do suplemento DN-Educação (Projeto LER), o Diretor Geral do Diário de Natal, jornalista Albimar Furtado, foi à São Paulo receber o Prêmio AYRTON SENNA de Jornalismo. O mencionado prêmio foi concedido pelo Instituto Ayrton Senna e entregue solenemente no dia 29 de abril de 1999, em cerimônia pomposa realizada no Teatro Alfa Real, em São Paulo. O auditório, de 1.200 lugares, estava literalmente lotado, contando com a presença do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, autoridades educacionais, pedagogos e artistas consagrados do público brasileiro, como é o caso de Caetano Veloso, que fez um show para os presentes. Além disso, - revelou o jornalista Albimar os dirigentes do Instituto Ayrton Senna disseram-lhe: "Em função do DN-EDUCAÇÃO ter-se destacado tanto, no próximo ano o Instituto vai criar a categoria Cadernos de Educação." (Diário de Natal 02 de maio de 1999, p.5).

D-Publicação de Fascículos

Esta foi uma experiência nova para esta jornal. Seguindo a tendência dos grandes jornais do país, o Diário de Natal, através do Projeto Ler, publicou duas coleções de fascículos escritas pelo Professor e Historiador Itamar de Souza.

A primeira, cujo título é **CÂMARA CASCUDO: VIDA E OBRA** compreendeu 11 fascículos que foram publicados entre 30 de dezembro de 1998 e 17 de março de 1999. Esta publicação foi uma homenagem que o jornal prestou ao maior escritor do Rio Grande do Norte, e seu antigo colaborador, nas festas do seu centenário de nascimento.

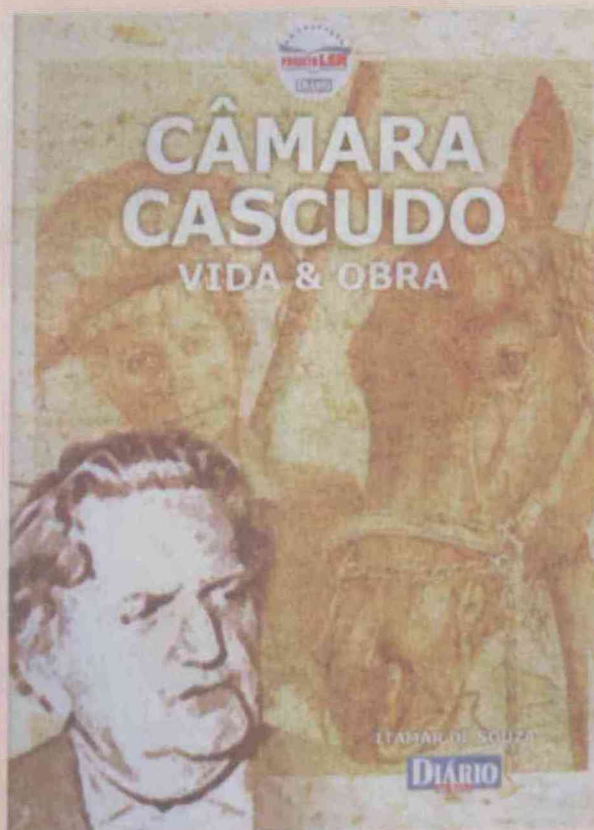
A segunda, cujo título é **DIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE** é uma coleção de 14 fascículos contando a história do Rio Grande do Norte, desde seus primórdios até os dias atuais. O primeiro fascículo saiu no dia 25 de maio de 1999 e o 14º, no final de agosto do mesmo ano. É importante salientar que o lançamento destas duas obras teve grande aceitação junto ao público leitor da capital e do interior. Além disso, a sua publicação contribuiu imensamente para fortalecer junto às novas gerações a identidade cultural norte-rio-grandense.

E-Suplemento PROCEFET

A última novidade do Projeto LER/DN Educação no ano de 1999 é o lançamento semanal do suplemento PROCEFET, durante 22 semanas, para os alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, antiga Escola Técnica Federal. Estes suplementos publicam conhecimentos atualizados e detalhados nas áreas de Português, Informática, Matemática, Geografia e outras matérias afins.

F-Grandes Temas - (TVU - Diário de Natal)

O Diário de Natal, através do Projeto LER/DN-Educação, mantém parceria com a TV Universitária para a produção do programa "Grandes Temas", levado ao ar todas as segundas-feiras, no horário de 20:30 às 22:00 hs. "Grandes Temas", que tem como mediador o jornalista Maurício Pandolphi, aborda assuntos de interesses da comunidade como saúde pública, educação, segurança, violência, entre outros.



III-Projeto PROMOÇÕES

Com o objetivo de atualizar uma parceria com seus leitores, o Diário de Natal promove, ao longo do ano, seminários, debates, conferências, painéis, sobre temas da atualidade, trazendo a Natal grande expoentes da cultura nacional em diversos ramos do saber.

IV-DN/VESTIBULAR

Continuando com a sua tradição de valorizar a Universidade, o Diário de Natal publica semanalmente o DN/VESTIBULAR, todas as terças-feiras, o objetivo é proporcionar aos Vestibulandos amplo material didático para o concurso do vestibular. Atualmente, a sua editoria está a cargo do jornalista Eugênio Parcelle, com reportagens de Valéria Credidio.



4-NOVAS COLUNAS E NOVOS TALENTOS

De 1990 até 1997, entre as colunas novas que surgiram no Diário de Natal, a mais comentada, foi **Bastidores**. Não era assinada por ninguém. Tinha um sabor especial, que variava do bom humor à ironia inteligente e provocadora. Começou a ser publicada aos 24 de março de 1990, na terceira página. Com a implantação do novo projeto gráfico e editorial, em 1997, ela desapareceu das páginas do Diário de Natal.

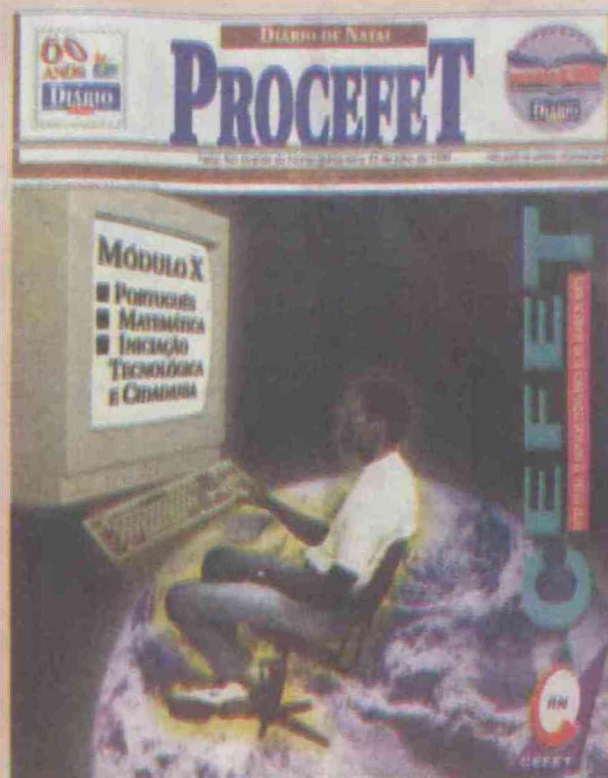
Entre os colaboradores de Albimar Furtado podemos citar, em primeiro lugar, Paulo Tarcísio Cavalcanti e João Neto que retornaram ao jornal. Além destes, não podemos esquecer Nelson Patriota, Gerson de Castro, Juliano Freire, Eugênio Parcelle, Maria Valéria Credidio, Valdeci Santana, Aluisio Lacerda, Marcos Ramos, Margareth Rose, Pepe dos Santos, Luciano Hebart, Jurandir Nóbrega, Roberto Machado, e outros profissionais.

Em 1997, Albimar implantou um novo projeto gráfico e editorial. De Brasília, veio o jornalista Alfredo Lobo, que dirigiu a redação do jornal e depois foi substituído pelo jornalista Osair Vasconcelos. À época, o jornalista Casciano Vidal exercia o cargo de Diretor Comercial, sendo depois substituído.

5-INFORMATIZAÇÃO DE TODO O JORNAL

O processo de informatização das empresas é necessário e irreversível. No DIÁRIO DE NATAL, este processo começou em 1994, com a aquisição computadores para a redação -junho de 1995 a redação e pré-impressão estavam informatizado. Mas, a partir de setembro daquele ano, com a chegada a Natal do Dr. Deliomar Soares, a informatização deste jornal foi ampliada, chegando a todos os setores. Para realizar isto, a empresa fez pesados investimentos na compra de equipamentos de alta tecnologia. Com a aquisição do Código de Barras, a comercialização do jornal em supermercados, drogarias, padarias, lojas de conveniência, foi extremamente facilitada. Neste aspecto, o Diário de Natal foi pioneiro no Nordeste, e o segundo do país, perdendo apenas para a Folha de S. Paulo. Além disso, foi o primeiro do Nordeste a adquirir um Sistema de Pré-Impressão On-Line.

Nesta narrativa, não podemos olvidar outros importantes investimentos que foram feitos, tais como: a ampliação do parque gráfico com a compra de mais duas unidades rotativas, o que permitiu a ampliação da capacidade do uso da cor no jornal; a informatização de toda a empresa mediante a aquisição de computadores Macintosh e também da interligação dos sistemas em rede para facilitar a operação; instalação Intranet e Extranet; criação da página do Diário de Natal na Internet (home page); aquisição de equipamentos de pré-impressão tais como processadora de chapas, processadora de filmes, scanners e outros equipamentos indispensáveis à informatização. É escusado dizer que todos estes investimentos resultaram na melhoria gráfica do jornal, que tem sido bastante elogiada por especialistas nesta área, e tornou mais ágil a editoração do jornal.



6- Melhores Condições de Trabalho

Neste processo de modernização do jornal, Albimar Furtado cuidou concomitantemente de proporcionar melhores condições de trabalho para os funcionários da empresa. Verdade é que, desde 1995, que o Diário de Natal investe pesadamente no treinamento de mão-de-obra para operar nos novos equipamentos. Cerca de 90% dos funcionários, já foram treinados, indo vários deles fazer cursos em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso, várias outras melhorias foram realizadas em benefício dos funcionários, tais como instalação de um serviço médico dentro do jornal; convênio com a UNIMED e a UNIODONTO; convênio com o SESC para fornecimento de refeições; convênio com o SESI para atendimento médico-odontológico, assim como atividades sociais e esportivas; seguro de vida para os funcionários; convênio com drogarias para compra de medicamentos e na instalação de um posto bancário na sede da empresa para atendimento dos funcionários.

O Novo Projeto Gráfico e Editorial

Uma vez informatizado, o Diário de Natal precisava mostrar um novo visual aos seus leitores. O Correio Braziliense, jornal líder dos Diários Associados, que circula em Brasília, implantara com êxito um novo projeto gráfico e editorial, de autoria de Francisco Amaral. O sucesso obtido na Capital Federal o credenciou para vir implantar projeto semelhante em Natal.

O primeiro passo para a introdução deste novo projeto foi a realização de uma pesquisa que visou avaliar, a partir das opiniões dos leitores, as diversas matérias publicadas diariamente pelo jornal. Baseados no resultado desta pesquisa, os dirigentes do Diário de Natal começaram a fazer as mudanças na sua estrutura editorial. O jornalista Alfredo Lobo, diretor de redação e executor do novo projeto, sintetizou as mudanças da seguinte maneira:

"A reforma gráfica e editorial do Diário de Natal baseia-se em dois princípios: a necessidade de uma nova linguagem para o jornal, com uso intensivo da imagem para transmissão de informações, e cobertura preferencial e intensiva dos assuntos da cidade e do Estado, aqueles que dizem mais de perto ao cotidiano e ao interesse do leitor. O primeiro princípio decorre de um fenômeno mundial: a concorrência cada vez maior das televisões e dos computadores como transmissores de informação.... O segundo princípio é, ao mesmo tempo, consequência de desejo manifestado pelos leitores e das características da chamada mídia eletrônica. Televisões, rádios e computadores caracterizam-se por formar redes nacionais e até internacionais. Nelas é pequeno - e nunca no horário nobre - o espaço para as questões locais. Os jornais, por isso, estão se voltando, cada vez mais, para os interesses cotidianos das suas comunidades e para a prestação de serviços ao leitor." (Diário de Natal - 13 de maio de 1997).

Com esta nova filosofia, o novo Diário de Natal foi lançado, festivamente, na noite do dia 12 de maio de 1997. Num dos salões do América Futebol Clube, no Tirol, os dirigentes reuniram cerca de seiscientos convidados, aos quais foi apresentado, em "avant première", um vídeo contando, de maneira sucinta, a história do referido jornal. No final da festa, cada um dos presentes recebeu um exemplar da edição do dia 13 de maio, que trouxe, no caderno Cidades, excelente matéria lembrando as comunidades negras que existiram e ainda sobrevivem no Rio Grande do Norte.

Portanto, a partir deste dia 13 de maio, começou a circular o novo Diário de Natal. Veio mais colorido, com mais fotos, mais leve e bonito. Reafirmou o seu espírito de independência e de combatividade, comprometendo-se, apenas, com o leitor. Assim caminhará o Diário de Natal até que seja necessário fazer outra reforma.



As Últimas Mudanças na Editoração

A partir de 3 de janeiro de 1998, o jornalista Osair Vasconcelos assumiu a Direção de Redação dos jornais Diário de Natal/O Poti, e logo depois foi imprimindo a marca da sua criatividade na editoração destes jornais. Primeiro, criou o suplemento "MUITO", com um visual ousado e moderno e com colunas sobre Artes Plásticas, Cinema, Literatura, Vídeo e Mídia.

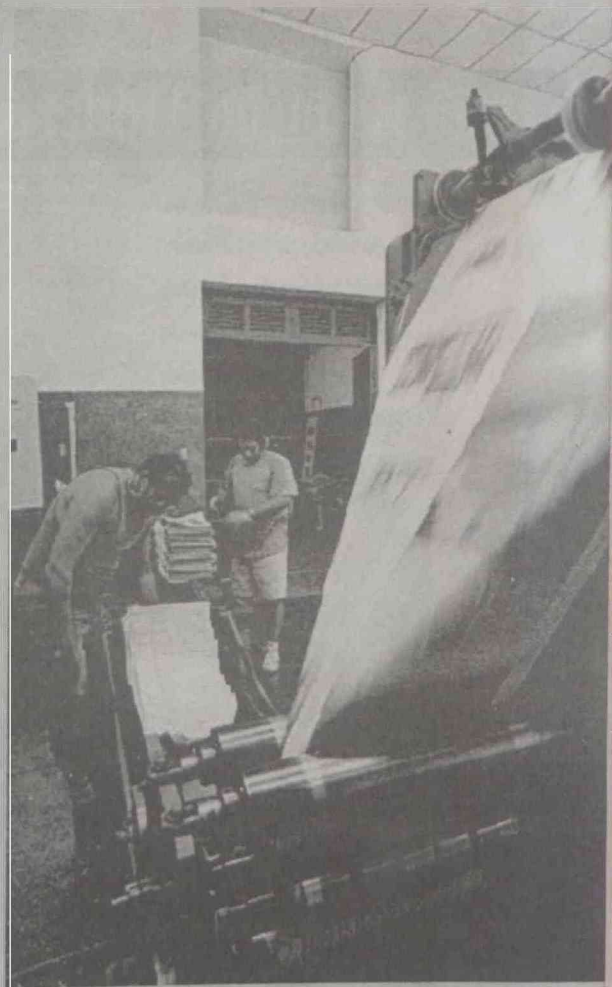
No intuito de prestar um serviço ao idioma nacional, ele criou uma coluna da Língua Portuguesa, que circula aos sábados, sob a responsabilidade da Professora universitária Maria Emília. Seguindo a tradição deste jornal, ele restaurou a Editoria de Política, dando-lhe espaço próprio, por ser um assunto de interesse local.

Por sua vez, em O Poti, que circula aos domingos, Osair Vasconcelos introduziu novidades importantes. Assim, criou a seção de debates PONTO CONTRA PONTO espaço onde autoridades estaduais e municipais emitem opiniões sobre os problemas do Estado e de Natal. Nas quintas-feiras, publica-se no Diário de Natal a seção - DE VOLTA AO CASO em que são rememorados assuntos abordados anteriormente pelo jornal.

Em 1998, ano do centenário de nascimento do folclorista e escritor Câmara Cascudo, o Diário de Natal reeditou a maior parte das crônicas "Acta Diurna" que fora publicada por este jornal entre 1947 e 1952.

Finalmente, em 1999, ano do 4º centenário de Natal, o Diário de Natal criou a seção CRÔNICAS NATALENSES no suplemento "MUITO", através da qual, diariamente, um escritor ou um simples habitante da cidade recorda a Natal da sua época.

Com cerca de 70 funcionários, a redação atual do Diário de Natal, totalmente informatizada, reúne, além de jornalistas, paginadores e fotógrafos, técnicos de tratamento de imagem, digitadores e equipe de apoio no setor de pesquisa e documentação. Na foto, parte da equipe que compõe a redação do Diário de Natal, sob o comando dos jornalistas Osair Vasconcelos, Diretor de Redação; Carlos Magno Araújo, chefe de redação; Roberto Machado, chefe de produção e Alexandre Mulatinho, chefe de reportagem



Uma Redação Moderna

Totalmente informatizada, a atual redação do Diário de Natal dispõe dos equipamentos mais modernos para tratamento especial de fotografias e paginação.

Na foto, parte da equipe durante expediente de trabalho.



Administração Eficiente

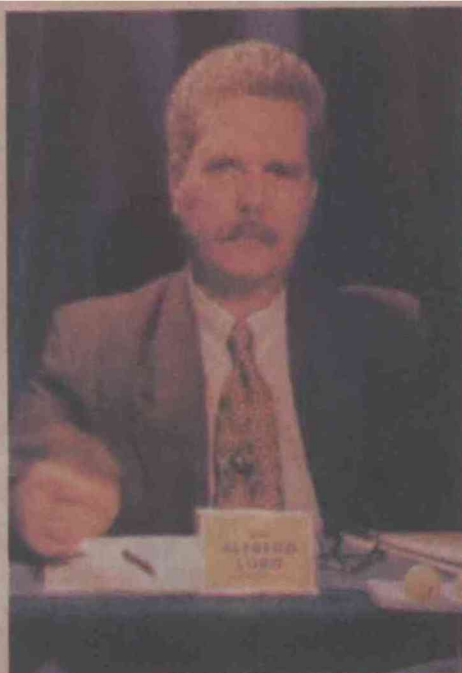
Equipe de gerentes da Editora O Diário S/A, assim constituída da esquerda para a direita: Sérgio Roberto da Silva Farias, gerente comercial; José Luiz Silva Furtado, gerente de circulação; Gabriel Amar, gerente adm./financeiro; Ana Maria de Godoy Novaes, gerente de desenvolvimento; Ronaldo Soares da Silva, gerente geral Rádio Poti; Fernando Del Picchia Monteiro Amaral, gerente de marketing; Alex Martins da Silva, gerente de tecnologia; Wivel Antônio Pereira de Castro, gerente de recursos humanos.

GALERIA

Nestes seus 60 anos de existência, o Diário de Natal contou com importantes jornalistas, entres os quais uns continuam no batente, outros aposentados, e outros já falecidos. Na impossibilidade de incluímos todos eles nessa publicação, registramos aqui apenas alguns nomes que ocuparam diferentes funções:



JOÃO FELISMINO DA SILVA (JOÃO NETO)



ALFREDO LOBO



CARLOS JORGE



ALUISIO LACERDA



DORIAN JORGE FREIRE



VICENTE ALBERTO SEREJO GOMES



BENEVALDO AZEVEDO



BERILO WANDERLEY



ANTÔNIO PINTO DE MEDEIROS



LUIZ MARANHÃO FILHO



SANDERSON NEGREIROS



JOÃO URURAHY DO NASCIMENTO



PAULO TARCÍSIO



EIDER FURTADO DE MENDONÇA



AMÉRICO DE OLIVEIRO COSTA



LUIZ DA CÂMARA CASCUDO

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1977-Ramos, Ana Maria Cocentino - 38 Anos de um
Jornal de Província, Natal, (Datilografado).
1939-49 - Coleções do Diário de Natal
1950-59 - Coleções do Diário de Natal
1960-69 - Idem
1970-79 - Idem
1980-89 - Idem
1990-97 - Idem



BENEVALDO AZEVEDO



BERILO WANDERLEY



ANTÔNIO PINTO DE MEDEIROS



LUIZ MARANHÃO FILHO



SANDERSON NEGREIROS



JOÃO URURAHY DO NASCIMENTO



PAULO TARCÍSIO



EIDER FURTADO DE MENDONÇA



AMÉRICO DE OLIVEIRO COSTA



LUIZ DA CÂMARA CASCUDO

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1977-Ramos, Ana Maria Cocentino - 38 Anos de um
Jornal de Província, Natal, (Datilografado).
1939-49 - Coleções do Diário de Natal
1950-59 - Coleções do Diário de Natal
1960-69 - Idem
1970-79 - Idem
1980-89 - Idem
1990-97 - Idem

